C L Á U D I O G O N T I J O

A REVOLUÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL

(Singularidade do desenvolvimento agrícola do Brasil: 1850-1930)

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida pelo aluno Claudio Gontijo e aprovada pela comissão julgadora

Dissertação apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

CAMPINAS

1984

30/04/1984

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

A

Waldemar Gontijo Maciel

PREFÁCIO

Este estudo nasceu de forma, até certo ponto, inesperada. Com efeito, a idéia inicial era a de elaborar um trabalho sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura mineira, tomando-se como período de abrangência o intervalo de tempo que vai da interrupção do tráfico escravo (1850) até o término da República Velha (1930), que corresponde grosso modo ao período de transição ao trabalho assalariado (1850-1888) e de consolidação do modo de produção capitalista, com o início do processo de industrialização do País (1889-1930). Dentro deste projeto, pretendia-se elaborar uma introdução de caráter teórico ("o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura"), abordar as principais experiências internacionais de desenvolvimento agrícola, e de seu papel em relação à industrialização ("padrões de desenvolvimento capitalista da agricultura"), e depois partir para a descrição do caso de Minas Gerais, cotejando-o com o "padrão" brasileiro. O estudo teria então a seguinte sequência lógica: 1) teoria; 2) experiências internacionais; 3) experiência brasileira; 4) o caso de Minas Gerais. Dentro deste arcabouço geral foi elaborado um projeto de dissertação para a obtenção do título de Mestre em Economia para o Departamento de Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

No entanto, esta tentativa de dar uma estrutura lógica e exaustiva ao trabalho esbarrou numa dificuldade intransponível, que só se revelou durante o decorrer dos estudos efetuados: a inexistência de qualquer estudo mais abrangente e profundo sobre a singularidade do desenvolvimento agrícola brasileiro, durante o período em questão (1850-1930). Isto, na verdade, ficou mais ou menos claro quando da realização do Exame de Qualificação, em que o projeto foi discutido com uma banca de professores da UNICAMP, composta por José F. Graziano da Silva, orientador da dissertação, Tamás Szmrecsányi e Wilson Cano. De fato, durante a discussão do projeto, as colocações do Prof. Wilson Cano deixaram claro que ainda não se tinha um estudo que permitisse identificar,

de maneira inequívoca, qual seria a "via" de desenvolvimento da agricultura brasileira. Deste modo, já àquela época nasceram as primeiras dúvidas a respeito da possibilidade de realização do almejado cotejamento entre o "caso mineiro" e o "padrão brasileiro".

Apesar desta dúvida, foi feito um esforço adicional no sentido de identificar qual seria a "via" de evolução agrícola do País entre 1850 e 1930. Neste sentido, investiu-se fundo na bibliografia consagrada sobre o desenvolvimento agrícola do período e sobre o comportamento do conjunto da economia brasileira. No entanto, depois de grande esforço, pôde-se perceber que realmente não só não existia um consenso a respeito das linhas mestras da evolução agrícola do Brasil no período em questão, ou melhor, apesar de existirem trabalhos clássicos sobre cada um dos aspectos da problemática, não se conhecia um estudo que pudesse sintetizar todos estes aspectos e apresentar o caráter do desenvolvimento agrícola do País, assim como os estudos que existiam, muitos dos quais aliás de alto nível, possuíam um caráter restrito, seja regionalmente, seja em termos de produto considerado, seja da quetão investigada ou mesmo do período analisado. Assim, é bem verdade que existiam trabalhos de peso, como o contido no livro do Prof. Wilson Cano "Raízes da concentração industrial em São Paulo, sobre o complexo cafeeiro paulista e o seu papel para o deslanche da industrialização deste Estado. Contudo, uma análise do conjunto da agricultura brasileira durante a fase de transição ao trabalho assalariado e do início do desenvolvimento do capitalismo no Brasil ainda não tinha sido tentada.

Diante desta situação, o projeto inicialmente proposto foi pouco a pouco sendo abandonado a favor de outro que, a rigor, seria o mesmo, somente que adstrito às suas três partes iniciais, e cuja finalidade seria a de identificar a singularidade do desenvolvimento agrícola do Brasil entre 1850 e 1930.

Finalmente, o estudo ganhou corpo e, neste sentido, cumpre tecer alguns comentários a respeito.

Assim, em primeiro lugar, crê-se que o tema escolhido seja de grande relevância, uma vez que, além da inexistência de trabalhos anteriores que o tratem de forma compreensiva, ele se encontra no centro de inúmeras preocupações a respeito do processo de desenvolvimento do País durante a República Velha e do papel da agricultura no processo de industrialização do País.

Em segundo lugar, procurou-se não somente realizar um apanhado bibliográfico, mas trabalhar com algumas fontes de dados ainda não totalmente exploradas, como o "Anuário Estatístico do Brasil", Ano 5, 1939-40, do IBGE. Neste sentido, trabalhou-se não somente com as interpretações dos diversos autores que estudaram a economia brasileira no período, principalmente aqueles que se detiveram no setor agrícola, mas também procurou-se confirmar as análises efetuadas, na medida do possível, com as informações quantitativas disponíveis.

Em terceiro lugar, buscou-se dar um enfoque abrangente, verificando a inserção do desenvolvimento agrícola do País dentro do processo mais geral de sua evolução econômica, encarada como um processo de expansão das forças produtivas e de transformação das relações sociais de produção. Neste sentido, o estudo não se restringe ao setor agrícola, mas procura abordar a totalidade do desenvolvimento econômico do País, tentando clarificar as relações entre a base agrícola e o restante da estrutura econômica.

Em quarto lugar, a preocupação central do trabalho foi identificar a singularidade do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, verificando como a universalidade do capitalismo se mediatiza pelas particularidades do momento histórico e da realiade histórico concreta do Brasil. Assim, verificou-se que é possível compreender a evolução agrícola brasileira de acordo com a forma clássica do silogismo dialético: Universal, Particular e Singular. O universal, no caso, seria a lógica do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultu

ra; o particular seria o padrão de desenvolvimento agrícola peculiar ao Brasil, segundo o qual este processo se deu basicamente a través da transformação da grande exploração latifundiária pré-capitalista em moderna exploração capitalista; finalmente, o singular seria o próprio processo concreto de expansão do capitalismo na agricultura brasileira. Na verdade, com esta estrutura, pretende-se contribuir para a questão, tão bem colocada pelo Prof. João Manuel Cardoso de Mello, a respeito de como pensar as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, de um certo capitalismo, como se poderia dizer. Com efeito, não se pode querer reduzir o desenvolvimento do capitalismo no Brasil ao desenvolvimento do capitalismo "em geral"; inversamente, não se pode querer construir uma teoria econômica singular, aplicável exclusivamente ao caso brasileiro.A solução, como se pode verificar, depende então da articulação entre o universal(o capitalismo) e o singular (o Brasil). Ora, concretamente, quando se trata de particularidades a nível teórico, isto constitui um exagero, pois a lógica de desenvolvimento do capitalismo é universal. Contudo, inversamente, quando se esquece das peculiaridades históricas, isto significa uma falta: a abstração que esquece as particularidades do"caso brasileiro" não poderia explicá-lo; ter-se-ia uma redução da experiência brasileira a um "caso geral" que, na verdade, não existe enquanto tal. Assim, há de se explicar a evolução econômica singular do Brasil. A solução da questão reside em compreender que a lógica universal do processo de desenvolvimento capitalista, enquanto tal, não existe a não ser na singularidade de cada caso histórico particular. Neste sentido, o singular é revelador do universal, que condiciona a sua evolução. E o que caracteriza o singular é o fato de que esta universalidade se impõe em meio às particularidades históricas, irredutíveis teoricamente.

Concretamente, pensando o desenvolvimento agrícola brasileiro segundo esta estrutura, seria necessário entender como a lógica universal do processo de expansão do capitalismo, mediada pelo padrão latifundiário, ou "prussiano", se manifesta concretamente na singularidade da agricultura brasileira. Deste modo ,

tem-se que a formação do capitalismo no Brasil, além de ocorrer num momento em que, a nível internacional, se dava a passagem do capitalismo de sua etapa concorrencial para o estágio monopolista, se processou inserida dentro de uma "via" de desenvolvimento agrícola de caráter latifundiário, o que teria sérias consequências para a lentidão do desenvolvimento das forças produtivas e para a precária situação das massas fundamentais da população brasileira, que teriam de arcar com o duplo fardo representado pela velha estrutura econômica em lenta transformação, e pela concomitante geração de uma nova sociedade, de bases capitalistas, a exigir realimentação constante, a fim de não abortar.

...

Feitas tais considerações, não poderia deixar de registrar meu profundo reconhecimento por todos aqueles que, de um modo ou de outro, contribuíram para a elaboração desse estudo. Assim, em primeiro lugar, queria registrar a colaboração de Diomira Maria Cicci Pinto; Felipe Cosme Damião de Oliveira, Helvídio Prisco Ricardo Albuquerque, Andréia Marina Vicente de Paula e Elisete de Souza, que me ajudaram no levantamento dos dados necessários, na sua tabulação e na conferência dos originais. Em segundo lugar eu lembraria Isabel Cristina da Silva; José Evandro de Medeiros; Sênio Lúcio Neiva Costa e Walter de Cássia Messias, que tiveram o trabalho de interpretar meus textos e traduzí-los na linguagem universal da máquina de escrever. Por outro lado, queria agradecer a paciência do Prof. José F. Craziano da Silva, por ter tolerado as idas e vindas desse estudo, assim como pelas fecundas observações, que muito contribuíram para a superação de várias dificuldades nascidas durante a elaboração do mesmo, assim como para o seu maior enriquecimento. Ao amigo de sempre, Fabrício Augusto de Oliveira, meu reconhecimento pelo estímulo constante e pela discussão dos originais dessa dissertação. Uma dívida impagável terei sempre para com Elândia Elmira de Abreu Silva que, como minha secretária, soube apoiar-me sempre com fidelidade, renúncia e carinho. Finalmente, a Maria Dalva Franco Contijo, pelo espírito de companheirismo e pelo amor que sempre me acompanhou, sacrificando-se para que eu levasse a bom termo o esforço que representou esse trabalho, meu eterno agradecimento.

QUADROS

3.1.1	Valor das exportações dos principais produtos. Brasil. 1821-1850	62
3.1.2	Comércio exterior do Brasil. 1821-1850	63
3.1.3	Receitas e despesas do governo imperial. Brasil. 1823-1850	67
3.1.4	Papel-moeda em circulação. Brasil. 1822-1851	68
3.1.5	Evolução das exportações de açúcar. Brasil. 1821-1850	79
3.1.6	Exportações de algodão. Brasil. 1821-1850	82
3.2.1	Estimativa de escravos importados. Brasil. 1831-1852	95
3.2.2	Participação % dos principais produtos no valor das exportações. Brasil. 1850-1890	99
3.2.3	Evolução das exportações de açúcar. Brasil. 1850-1890	104
3.2.4	Evolução das exportações de algodão em pluma. Brasil. 1850-1890	106
3.2.5	Evolução das exportações de borracha. Brasil. 1850-1890	110
3.2.6	Escravos importados pelo Rio de Janeiro, através do comércio inter-provincial. 1852-1862	113
3.2.7	População escrava. Brasil. 1864-1884	119
3.2.8	Participação dos escravos na população total. Brasil. 1864-1884	120
3.2.9	Evolução da rede ferroviária. Brasil. 1854-1893 .	134
3.2.10	Evolução do comércio exterior. Brasil. 1850-1890 .....i.....	146
3.2.11	Receita e despesa do governo imperial. Brasil. 1850-1889	149
3.2.12	Empréstimos externos contraídos pelo governo imperial. Brasil. 1850-1889	151
3.2.13	Evolução do papel-moeda em circulação. Brasil. 1850-1889	152
3.2.14	Evolução da indústria têxtil algodoeira. Brasil. 1853-1905	163

3.2.15	Imigrantes italianos entrados na província de São Paulo. 1874-1889	172
3.2.16	Imigração bruta para o Brasil. 1874-1889	174
3.4.1	Participação estrangeira na navegação de longo curso e de cabotagem. Brasil. 1839-1880	216
3.4.2	Investimentos estrangeiros por setores de destino. Brasil. 1860-1865	227
3.4.3	Investimentos estrangeiros diretos segundo País de origem. Brasil. 1860-1885	228
3.5.1	Subsídios à imigração pelo governo central e de São Paulo . 1885-1913	258
3.5.2	Imigração bruta para o Brasil. 1886-1933	260
3.5.3	Exportações dos principais produtos agrícolas. Brasil. 1885-1934	267
3.5.4	Participação % dos principais produtos agrícolas no valor das exportações. Brasil. 1884-1934	269
3.5.5	Dados escolhidos sobre propriedades rurais de estrangeiros. São Paulo. 1905-1934.	282
3.5.6	Dados escolhidos por nacionalidade sobre propriedade de cafezais. Oeste de São Paulo. 1923-1932 ..	284
3.5.7	Evolução das exportações de borracha. Brasil. 1884-1934.	304
3.5.8	Usinas de açúcar. Brasil. 1907-1920	315
3.5.9	Evolução das exportações de açúcar. Brasil. 1884-1934	325
3.5.10	Evolução das exportações de algodão. Brasil. 1884-1934.	332
3.5.11	Evolução da cultura e do consumo do algodão. Brasil. 1910-1929.	333
3.5.12	Evolução das exportações de couros e peles. Brasil. 1884-1934	347
3.5.13	Evolução do Rebalho bovino. Brasil. 1912-1938 ..	348
3.5.14	Evolução da produção agrícola alimentar. Rio Grande do Sul. 1919-1939.	371
3.5.15	Evolução da criação de gado. Rio Grande do Sul. 1912-1938.	372

3.5.16 Posição do Rio Grande do Sul na produção nacional de alguns produtos selecionados. 1940. 373
3.5.17 População estrangeira segundo os recenseamentos Brasil. 1890-1920. 390
3.5.18 Evolução da produção de produtos agropecuários. Região Sul. 1919-1939. 395
3.5.19 Evolução da criação de gado. Região Sul. 1912-1938 396
3.5.19-A Participação % dos principais produtos na pauta de exportação de Minas Gerais. 1818-1888 401
3.5.20 Evolução da exportação média anual dos principais produtos agrícolas. Minas Gerais. 1891-1927 ... 411
3.5.21 Evolução da exportação média anual dos principais produtos da indústria rural. Minas Gerais. 1891-1927 412
3.5.22 Evolução da exportação média anual de animais vivos. Minas Gerais. 1891-1927. 413
3.5.23 Evolução da exportação anual média dos principais produtos da pecuária. Minas Gerais. 1890-1927 . 414
3.5.24 Evolução da produção agropecuária. Minas Gerais. 1919-1939. 419
3.5.25 Evolução da criação de gado. Minas Gerais. 1912-1938. 420
3.5.26 Perda líquida de brasileiros natos. Minas Gerais. 1890-1940 421
3.5.27 Imigrantes estrangeiros entrados em São Paulo. 1890-1934 432
3.5.27-A Expansão da produção de alguns produtos agrícolas e agroindustriais no Estado de São Paulo. 1901-1945 434
3.5.28 Evolução da produção agropecuária. São Paulo. 1919-1939 440
3.5.29 Evolução da criação de gado. São Paulo. 1912-1938 441
3.5.30 Entrada líquida de imigrantes brasileiros. São Paulo. 1890-1940. 443
3.5.31 Perda líquida de brasileiros natos. Região Nordeste. 1872-1940 453

3.5.32 População estrangeira segundo os recenseamentos. Região Nordeste. 1890-1920. 459
3.5.33 Produção percapita de alguns gêneros alimentícios básicos. Brasil. 1919. 461
3.5.34 Evolução da produção agropecuária. Região Nordeste. 1919-1939. 465
3.5.35 Evolução da criação de gado. Região Nordeste. 1912-1938 467
3.6.1 Desenvolvimento da rede ferroviária. Brasil. 1885-1934 485
3.6.2 Obras portuárias terminadas. Brasil. 1892-1934 . 489
3.6.3 Embarcações das empresas nacionais de navegação fiscalizadas pelo governo federal. Brasil. 1908-1934 491
3.6.4 Médias anuais de entradas de embarcações nos portos (Navegação de longo curso e cabotagem). Brasil. 1883/84-1939. 492
3.6.5 Evolução do comércio externo. Brasil. 1885-1934 . 504
3.6.6 Empréstimos externos contraídos pelo governo federal. Brasil. 1889-1931 516
3.6.7 Dívida externa consolidada da união. Brasil. 1889-1934 517
3.6.8 Evolução da dívida interna fundada federal. Brasil. 1886-1934. 518
3.6.9 Receita e despesa do governo federal. Brasil. 1885-1934. 522
3.6.10 Participação das principais fontes nas receitas da União. Brasil. 1890-1934 524
3.6.11 Participação do serviço da dívida pública nas despesas da União. Brasil. 1890-1934 525
3.6.12 Receita e despesa dos estados. Brasil. 1897-1934 528
3.6.13 Evolução do papel-moeda em circulação. Brasil. 1886-1934 540
3.6.14 Evolução dos depósitos nos bancos comerciais. Brasil. 1886-1934 541

3.6.15 Evolução da taxa média de câmbio na praça do Rio de Janeiro. 1886-1934 542
3.6.16 Estabelecimentos industriais segundo o período de fundação. Brasil. 1920. 569
3.6.17 Evolução do valor da produção industrial a preços constantes. São Paulo e Brasil. 1914-1934 . 575
3.6.18 Indicadores do produto real da indústria. Brasil. 1911-1919. 576
3.6.19 Estrutura da indústria de transformação. Brasil. 1919 582
3.6.20 Concentração industrial segundo o número de operários ocupados. Brasil. 1920. 584
3.6.21 Concentração industrial segundo o valor da produção. Brasil. 1920. 585
3.6.22 Distribuição da produção industrial segundo as principais unidades de federação. Brasil. 1920.. 587
3.6.23 Índices quantitativos das importações segundo tipos de bens. Brasil. 1901-1934. 593
3.6.24 Consumo aparente de tecidos de algodão. Brasil. 1911-1934..... 597
3.6.25 Índice do volume físico da produção industrial segundo gêneros de indústrias. Brasil. 1920-1934. 598
3.6.26 Evolução da indústria têxtil algodoeira. Brasil. 1885-1932..... 601
3.7.1 Investimentos britânicos. Brasil. 1825-1928 619
3.7.2 Dívida externa e balança comercial. Brasil. 1890-1930 622
3.7.3 Participação estrangeira na navegação de longo curso e de cabotagem. Brasil. 1901-1934 628
3.7.4 Nacionalidade do capital bancário. Brasil. 1913-1917..... 633
3.7.5 Investimentos estrangeiros diretos segundo o país de origem. Brasil. 1886-1913 643
3.7.6 Investimentos estrangeiros diretos por setores de destino. Brasil. 1886-1913 644
3.7.7 Indústrias estrangeiras instaladas no Brasil. 1920..... 647

GRÁFICOS

3.1.1 Evolução do valor das exportações. Brasil. 1821-1851 65

3.1.2 Evolução das exportações de café. Brasil. 1821-52 74

3.1.3 Evolução das exportações e do preço do café em mil réis e da taxa de câmbio em libras. Brasil. 1821-1851 75

SUMÁRIO

QUADROS viii

GRÁFICOS xiii

1 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA 1

1.1 O processo de desenvolvimento do capitalismo 1

a) Generalização da produção mercantil e aprofundamento da divisão social do trabalho 1

b) Desenvolvimento das relações de produção capitalistas 3

c) Desenvolvimento das forças produtivas capitalistas 4

d) Expansão do mercado interno 7

1.2 A agricultura no processo de desenvolvimento do capitalismo em seu conjunto (divisão social do trabalho) 8

1.3 Singularidade do desenvolvimento capitalista da agricultura 11

a) Cisão da renda fundiária pré-capitalista em lucro e renda capitalista 12

b) Transformação das formas pré-capitalistas de exploração da terra 15

c) Transformação das formas de exploração da força de trabalho 17

d) Revolução das forças produtivas. A grande e a pequena população. Industrialização da agricultura 18

e) Limites da exploração capitalista da agricultura. 22

2 PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DA AGRICULTURA 24

2.1 A revolução agrícola e a industrialização na Inglaterra 26

2.2 O padrão Junker de desenvolvimento capitalista 31

2.3 O padrão norte-americano de desenvolvimento agrícola 45

3 SINGULARIDADE DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO BRASIL .. 56
3.1 A economia escravista de meados do século XIX 56
3.2 Transformação das relações de produção; superação do escravismo e emergência do trabalhador assalariado . 91
a) Supressão do tráfico negreiro 91
b) Expansão da agricultura de exportação 96
c) Expansão cafeeira e o problema da mão-de-obra: o tráfico interno 111
d) Expansão cafeeira e o problema da mão-de-obra: a concentração dos escravos na lavoura cafeeira .. 121
e) Expansão cafeeira e o problema da mão-de-obra: o fracasso do sistema de parceria 124
f) Expansão cafeeira e desenvolvimento das forças produtivas: a desenvolução ferroviária 129
g) Expansão cafeeira e desenvolvimento das forças produtivas: progresso nos métodos de produção das culturas de exportação 138
h) Supressão do tráfico africano, evolução das relações de produção e liberação das forças produtivas: desenvolvimento comercial e financeiro . 145
i) Supressão do tráfico africano, evolução das relações de produção e liberação das forças produtivas: o surgimento das primeiras indústrias .. 159
j) Expansão cafeeira e o problema da mão-de-obra: a imigração de trabalhadores assalariados 168
l) O movimento abolicionista e a supressão da escravatura 176
3.3 Domínio da grande exploração latifundiária na transição ao trabalho assalariado 185
3.4 Domínio comercial e financeiro do capital internacional sobre a economia brasileira no estágio de superação do escravismo 206
3.5 A agricultura no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil no estágio inicial de industrialização (1889-1930) 231

a) Desenvolvimento das relações de produção 231
b) Abolição da escravatura e liberação das forças produtivas: a imigração de trabalhadores assalariados 255
c) Expansão da agricultura de exportação 265
d) Expansão da agricultura de mercado interno e da economia camponesa. A agricultura como base do processo regional de industrialização 356
3.6 Expansão das forças produtivas não agrícolas no estágio inicial da industrialização (1889-1930) ... 478
a) Desenvolvimento do sistema de transportes 478
b) Política econômica, finanças públicas e o desenvolvimento comercial e financeiro..... 501
c) Gênese da grande indústria 543
3.7 Domínio do capital monopolista internacional do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil . 614
3.8 Singularidade do desenvolvimento agrícola na etapa inicial de expansão do capitalismo no Brasil 656

BIBLIOGRAFIA 689

1 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA[1]

1.1 O processo de desenvolvimento do capitalismo

a) Generalização da produção mercantil e aprofundamento da divisão social do trabalho.

O ponto de partida para a compreensão do modo de produção capitalista é a mercadoria, ou, mutatis mutandis, o mercado. A mercadoria é o elemento universal, de modo que a produção capitalista é produção generalizada de mercadorias. Nas ordens de produção anteriores a produção mercantil pode surgir e desenvolver-se, mas não generalizar-se, pois as relações de propriedade impedem que os meios de produção, principalmente a terra, e os meios de consumo dos trabalhadores se tornem mercadorias. Assim, somente no capitalismo, quando a própria força de trabalho se transforma em mercadoria, a produção mercantil se generaliza, tornando-se a forma típica da produção.

Mas a noção de mercadoria (e de mercado, portanto) pode ser dinamizada no sentido de princípio fundamental de desenvolvimento objetivo do modo de produção capitalista:

"El mercado es una categoria de la economia mercantil que en su desarrollo se transforma en economia capitalista y que sólo con esta ultima adquire pleno domínio y difusión general"[2].

---

[1] Ver:
KAUSTKY, K. A questão agrária. Porto, Portucalense, 1972. 2v.
LENINE, V.I. El desarrollo del capitalismo en Rusia; El proceso de formación de um mercado interior para la gran industria. Barcelona, Ariel. 1974 581p.
MARX,K. O processo de produção capitalista. In: ____. O capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s.d. livro 1, vol. 1 e 2.
Conversão do lucro suplementar em renda fundiária. In: ____. O capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s.d. livro 3, vol. 6 p.703-931.

[2] LENINE, ibid. p. 23.

Está claro que o desenvolvimento mercantil só significa expansão do capitalismo quando já existem, ainda que não como forma geral do trabalho, relações de produção do tipo capitalista, isto é, na presença de trabalho assalariado.

Mas na base do caráter mercantil da economia está a divisão social do trabalho, de modo que esta é uma condição de existência daquela. É apenas pelo fato de que os produtores lançam no mercado produtos de natureza diferentes que se estabelecem as trocas. Numa economia onde todos produzem o que consomem - numa economia natural - não haverá lugar para o mercado.

Nas sociedades pré-capitalistas, a divisão social do trabalho se encontra restringida, e parte substancial das unidades produtivas elabora diretamente a maior parcela de seus meios de produção e de consumo.

O processo de desenvolvimento e generalização da produção mercantil implica no aumento do número de ramos industriais separados e independentes. O aprofundamento da divisão social do trabalho, por sua vez, ao implicar na mercantilização crescente da produção social, significa a expansão contínua do mercado. Divisão social do trabalho, produção mercantil e mercado correspondem, pois, a diversas faces de um mesmo processo.

Na verdade, a divisão social do trabalho constitui-se na base de todo o processo de desenvolvimento da economia capitalista, que se traduz na especialização crescente das unidades produtivas. A indústria separa-se da agropecuária e ambas se subdividem em inúmeros ramos particulares. A agropecuária se desdobra em agricultura, pecuária, estrativismo vegetal e silvicultura, cada uma das quais, por sua vez, se desmembra em subsetores específicos.

Esta especialização espelha-se também na conformação de regiões industriais e agrícolas, surgindo, inclusive, no seio destas últimas, áreas de especialização em produtos específicos. Também no âmbito da economia mundial reflete-se o processo, com a divisão internacional do trabalho.

b) Desenvolvimento das relações de produção capitalistas.

Como salientou-se anteriormente, o desenvolvimento capitalista supõe a presença da força de trabalho como mercadoria, ou seja, que o trabalhador seja livre, não estando submetido a ninguém, seja como instrumento de produção (escravo), seja como apêndice da terra (servo). Além disso, o proprietário da força de trabalho não pode ser ele mesmo produtor, isto é, proprietário dos meios de produção. Antes, pressupõe-se a existência de trabalhadores separados das condições de realização de seu trabalho.

Embora o capitalismo não crie tais condições, o seu desenvolvimento implica na sua reprodução ampliada. Daí o duplo caráter do processo, que significa, por um lado, um processo de liberação dos trabalhadores das imposições extra-econômicas prevalecentes nos estágios pré-capitalistas, e, por outro, a progressiva concentração dos meios de produção e subsistência nas mãos de uma minoria de proprietários, com a exclusão dos produtores diretos.

Em termos gerais, ao se iniciar o desenvolvimento do capitalismo, este encontra dois tipos de organização produtiva no meio rural: a pequena produção camponesa, baseada no trabalho familiar, e a grande exploração latifundiária, alicerçada no trabalho compulsório. A grande exploração latifundiária pode compor-se de uma série de pequenas explorações tributárias, que fornecem força de trabalho gratuita para a exploração das terras do proprietário fundiário ou pagam-lhe tributos em produto ou em dinheiro, como na forma feudal. Pode também organizar-se sobre o trabalho escravo, como no caso das "plantations" escravagistas. O desenvolvimento capitalista, ao encontrar estas formas históricas de exploração

agrícola, promove, por um lado, a desagregação da pequena produção camponesa, com a formação de uma minoria enriquecida e o empobrecimento e a ruína da maioria dos antigos camponeses, e, por outro lado, a lenta transformação dos latifúndios em modernas explorações capitalistas, com a cisão da renda da terra pré-capitalista em lucro e renda capitalista e a transformação dos trabalhadores ligados por relações pessoais aos proprietários fundiários em assalariados livres. Separam-se as funções da produção e propriedade, com os produtores capitalistas recebendo, no papel de arrendatários, apenas o lucro do empresário, e os proprietários fundiários a renda capitalista da terra. Esta separação funcional, no entanto, não implica necessariamente, na separação histórica de pessoas: em muitos casos a figura do empresário e do proprietário de terras é a mesma.

Quer encontre uma estrutura composta por milhares de pequenos camponeses, quer um sistema de latifúndios, o desenvolvimento da economia mercantil capitalista suprime o trabalhador proprietário e o servil, reformulando completamente as relações de produção, não importando sua base ou ponto de partida.

c) Desenvolvimento das forças produtivas capitalistas

Se a presença de trabalhadores livres representa um pressuposto para a existência do capitalismo, o seu ponto de partida constitui-se na cooperação, isto é, a concentração de muitos trabalhadores livres que operam juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo produtivo ou em processos conexos.

O mero emprego de um grande número de trabalhadores, revoluciona as condições materiais do processo produtivo, aumentando a produtividade do trabalho, ao suprimir as diferenças individuais entre os trabalhadores em atividade, propiciando a utilização comum dos meios de produção, com a sua conseqüente economia, fazendo crescer a escala de produção, tornando contínuas e uniformes as tarefas produtivas, com a realização concomitante de inúmeras, e elevando a potência do trabalho.

Na verdade, cria-se uma nova força produtiva: a força de trabalho coletiva. Esta se torna, então, condição de existência da empresa capitalista e, assim, da própria produção social.

A forma elementar da cooperação é a cooperação simples. A evolução da cooperação de sua forma germinal para as superiores representa o processo de constituição das forças produtivas capitalistas. Neste processo, a cooperação simples, ao ser superada pelas superiores, passa a existir como uma forma particular, junto das mais avançadas.

Da superação da cooperação simples nasce a manufatura, que constitui-se na cooperação baseada na divisão do trabalho singularizada. Surge da combinação de ofícios independentes ou da partição do ofício baseado na cooperação em suas diferentes operações particulares.

Com a manufatura, tem-se extraordinário impulso ao desenvolvimento das forças produtivas. Isto porque a habilidade do trabalhador atinge seu ponto culminante; suprimem-se as lacunas no fluxo de trabalho originadas da passagem de uma operação a outra, intensificando-se o rítmo do trabalho; especializam-se as ferramentas de trabalho; justapoêm-se no espaço as diversas operações parciais que obedecem a uma seqüência temporal;estabelece-se a sincronização dos trabalhos parciais, aumentando a continuidade, uniformidade, regularidade e ordenamento do processo de trabalho. Também se reduzem os custos de preparação do trabalho, pela desqualificação relativa dos trabalhadores e a simplificação do processo de aprendizagem.

Por outro lado, a expansão da manufatura torna a cooperação em geral, e a divisão do trabalho singularizada uma necessidade técnica da produção, passando as dimensões de cada grupo de trabalhadores em cooperação a obedecer a coeficientes técnicos precisos, com uma escala mínima de operações rigidamente determinada.

Finalmente, como necessidade de técnica da produção social a manufatura torna-se condição positiva de realização da força de trabalho do trabalhador.

No entanto, a manufatura possui estreitos limites de desenvolvimento, em razão de sua base técnica constituir-se pelo trabalhador, com suas habilidades em dependência de seu organismo, cuja força e flexibilidade são biologicamente limitadas. Com isto, a manufatura não possui força suficiente para aniqüilar o artesanato e a indústria doméstica rural e, assim, forçar a especialização dos produtores e a expansão do mercado.

Mas a manufatura termina por gerar a máquina-ferramenta que consiste num mecanismo de conjugação de uma série de ferramentas. Inicialmente, ainda movida pela força humana, constitui-se num mecanismo que realiza, mecanicamente as operações do antigo trabalhador especializado, permitindo romper-se, pela primeira vez, os limites biológicos do trabalhador, com a multiplicação do número de ferramentas que um mesmo homem pode operar. Mas logo exige-se a substituição do homem como força motriz, devido à sua insuficiência para movimentar um número maior desses mecanismos, ou máquinas-ferramenta de maiores dimensões. Com a máquina-motriz, quebram-se, finalmente, as limitações do emprego de máquinas-ferramenta. Com a máquina motriz movimentando um grande número de máquinas-ferramenta surge o sistema de máquinas, que constitui-se na base técnica da grande indústria.

A grande indústria representa o estágio derradeiro do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, e completa-se quando o próprio sistema de máquinas é produzido através de seu próprio emprego, isto é, quando a grande indústria produz as suas próprias bases materiais de existência.

Na verdade, a grande indústria revoluciona completamente o modo de produção, criando as forças produtivas adequadas às relações capitalistas de produção, submetendo completamente a força de trabalho ao domínio do capital. O processo de trabalho

passa a ser comandado pela maquinaria; barateiam-se as mercadorias, caindo os custos de reprodução da força de trabalho; torna-se possível o emprego de mulheres e crianças como mão-de-obra; reduzem-se os custos de treinamento dos trabalhadores; prolonga-se a jornada de trabalho e aumenta-se a intensidade de seu rítmo ; cria-se uma população excedente em relação às necessidades médias do capital, quebrando-se todas as resistências dos trabalhadores. Estes se tornam um complemento vivo de um mecanismo morto que existe independentemente deles e que os submete inteiramente. O capital se torna o sujeito efetivo do trabalho vivo.

d) Expansão do mercado interno

Como consequência do aprofundamento da divisão social do trabalho, do desenvolvimento das relações capitalistas de produção, e da potencialização crescente das forças produtivas, expande-se o mercado interno para o capitalismo.

Com efeito, a crescente especialização produtiva, com a separação da indústria da agricultura, e com a subdivisão desta última em inúmeros ramos, um volume crescente da produção social transforma-se em mercadoria, significando, pois, a ampliação do âmbito da troca, para uma mesma quantidade de produtos gerados pela sociedade. Isto porque cada produto que se transforma em mercadoria significa um equivalente para a produção alheia, criando , pois, mercado no exato montante de seu valor.

Por outro lado, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção implica, concretamente, na transformação das grandes explorações latifundiárias em modernas empresas capitalistas, e no processo de diferenciação progressiva do campesinato em burguesia e proletariado rurais. O primeiro processo traduz-se principalmente na formação de um mercado rural de modernos meios de produção agrícola, e de meios de consumo de luxo, que são consumidos pela emergente aristocracia burguesa. O segundo traduz-se na ampliação sistemática do mercado de bens de consumo popular.

Finalmente, o próprio desenvolvimento das forças produtivas na agricultura amplia o mercado de meios de produção, na medida em que significa a tecnificação crescente da agricultura, com a sua mecanização e quimização. Inversamente, também a grande indústria urbana, ao submeter-se à revolução tecno-científica que caracteriza o capitalismo, cria máquinas e outros meios de produção agrícola cada vez mais modernos e poderosos, forçando a modernização dos trabalhos agrários.

Assim, os três processos confluem na ampliação crescente e sistemática do mercado interno.

1.2. A agricultura no processo de desenvolvimento do capitalismo em seu conjunto (divisão social do trabalho)

O desenvolvimento do mercado e da produção mercantil antecedem ao advento do capitalismo, constituindo-se numa de suas condições históricas. Daí o capitalismo surgir vinculado ao mercado mundial. A outra condição é a presença de trabalhadores livres, isto é, proprietários de sua própria força de trabalho e despossuídos dos meios de produção.

O processo de expansão do capitalismo significa o desenvolvimento em escala crescente dessas condições: liberação da força de trabalho da coerção extra-econômica e sua separação dos meios de produção, com a concentração desses nas mãos de uma burguesia rural em florescimento. Assim, as relações de produção não capitalistas cedem lugar às capitalistas, com a transformação dos grandes proprietários fundiários em produtores capitalistas ou em meros rentistas, e tem lugar um processo de diferenciação dos pequenos produtores em trabalhadores despossuídos e empresários prósperos. A ruína dos pequenos produtores é a base do processo em seu conjunto.

A diferenciação entre os camponeses transforma a sua grande maioria em proletários, concentrando os meios de produção nas mãos de uma minoria em ascensão. A proletarização da massa camponesa gera oferta de força de trabalho, enquanto a concentração dos instrumentos e objetos de trabalho cria a demanda correspondente. O nascimento do proletariado rural corresponde ao desenvolvimento do mercado de bens de consumo, enquanto que a geração de uma burguesia rural produz mercado principalmente de meios de produção.

A dissolução das antigas relações de produção no seio das grandes explorações latifundiárias também implica na expansão do mercado para meios de consumo e de produção.

O crescimento do mercado induz à especialização dos produtores, com o aprofundamento da divisão do trabalho. Inicia-se o processo de separação da indústria de transformação da atividade extrativa e da agropecuária. O aumento conseqüente da produtividade "libera" força de trabalho agrícola para outros setores. A expansão da divisão do trabalho compromete a indústria doméstica rural, provocando o florescimento do artesanato independente, do ofício baseado na cooperação simples e do artesanato. A ruína da população rural atua como fator de expulsão do campo, enquanto que o crescimento dos ofícios e das manufaturas nas cidades funciona como fator de atração, nascendo um fluxo migratório campo-cidade.

O redimensionamento do mercado torna o produtor cada vez mais dependente de suas oscilações, enquanto gera as condições para o surgimento dos comerciantes especializados, que se colocam como intermediários entre produtores e consumidores, apropriando-se do excedente dos pequenos produtores independentes. O próprio comerciante cedo se transforma em usurário, emprestando dinheiro a juros extorsivos aos pequenos camponeses.

Comumente, os grandes proprietários fundiários tornam-se eles mesmos comerciantes e usurário, submetendo a força de trabalho pela servidão da dívida.

A cooperação simples e a divisão do trabalho penetram na exploração agrícola, dando condições ao emprego de novos métodos e meios de produção, e, assim, à revolução dos níveis de produtividade, acelerando a liberação de força de trabalho da agricultura e expandindo o mercado de produtos industriais, favorecendo o crescimento da indústria urbana. O florescimento da manufatura, impulsionadapelo desenvolvimento agrícola, desemboca na grande indústria, baseada na maquinaria.

O surgimento da grande indústria capitalista revoluciona completamente o modo de produção, rompendo definitivamente os laços que vinculam a agricultura e a indústria, removendo os obstáculos à generalização da produção mercantil, à difusão do trabalho assalariado e ao desenvolvimento da grande empresa capitalista no campo. A grande indústria esmaga a indústria doméstica, o artesanato rural e a manufatura, obrigando a especialização da população rural nas atividades agropecuárias e acelerando o seu processo de pauperização. Lançam-se novos contingentes de trabalhadores no mercado de trabalho rural, e reforça-se o fluxo migratório campo-cidade, aumentando-se o proletariado urbano à disposição da grande indústria.

Mas a grande indústria produz a maquinaria que permite à agricultura abandonar sua base artesanal, transformando-se ela mesma em grande indústria capitalista. Acelera-se então o processo de diferenciação do campesinato, assim como cresce o mercado de produtos industriais, reforçando a expansão da grande indústria urbana e, assim, das cidades. Uma parte cada vez maior de população se vai separando da agricultura, engrossando a população urbana às expensas da rural. Os contingentes populacionais "liberados"passam a sobrepassar as necessidades médias do capital industrial, dando origem ao exército de desocupados que pressiona os salários para baixo.

A divisão social do trabalho ganha novas dimensões e amplia-se o mercado interno. As regiões antes debilmente ligadas ao circuito mercantil prendem-se cada vez mais aos destinos da produção capitalista. A ruína da sua pequena indústria transforma-as em zonas produtoras de matérias-primas, e o empobrecimento da sua população leva-a a migrar em direção às áreas em processo de industrialização e/ou em direção à fronteira agrícola, criando uma divisão interregional do trabalho.

Em suma, revoluciona-se a agricultura sob o impulso da grande indústria capitalista, separando-se a agricultura e a manufatura, substituindo-se o camponês pelo trabalhador assalariado e reformulando-se as bases técnicas da exploração agrícola, com sua mecanização e transformação num ramo particular da grande indústria, com a exaustão das "fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador"[3].

1.3 Singularidade do desenvolvimento capitalista da agricultura[4]

A moderna exploração da agricultura, fora dos países socialistas, é impossível sem capital. "A exploração agrícola moderna é portanto uma exploração capitalista"[5], sua base está cons-

[3] MARX, K. O processo de produção capitalista. In: ____. O capital; crítica da economia política Rio de Janeiro, civilização brasileira, s.d. livro 1, v.2 p. 578-9.

[4] Ver:

AMIN, S. & VERGOPOULOS, K. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 179p.

GRAZIANO DA SILVA, J. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, HUCITEC, 1981. 210 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. & STOLCKE, V. (org.). A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981. 185 p.

KAUSTKY, K. op. cit. nota 1.

LENINE, V.I. A questão agrária e os críticos de Marx. Rio de Janeiro, Calvino, 1945, 358 p.

É interessante observar as divergências entre alguns autores inseridos no livro organizado por Graziano e Stolcke. O texto de Chayanov, por exemplo (sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas), procura descobrir leis específicas que governariam a pequena produção camponesa, assentada no trabalho familiar, enquanto que o texto de Stalin (sobre os problemas da política agrária na URSS) faz de certo modo, crítica a esta versão, procurando ressaltar a instabilidade da pequena economia camponesa. No verbete de Chayanov se esquece que o camponês capitalista, pelo contrário do capitalismo, se diferencia, se torna burguesia rural dominante. Grande parte disto, diz Vergopoulos, [illegible] da [illegible].

[5] KAUTSKY, K. op. cit. nota [illegible], v.1 p. 49.

tituída pela propriedade privada dos meios de produção, particularmente da terra, pelo trabalho livre e pelo caráter mercantil de seus produtos.

Por outro lado, o resultado do desenvolvimento capitalista é a sua transformação num ramo particular da própria indústria. Neste processo de transformação, cinde-se a renda fundiária pré-capitalista em lucro e renda capitalista, com a constituição das três classes fundamentais do meio rural: a burguesia agrária, o proletariado agrícola e a classe dos proprietários fundiários; transforma-se as formas de exploração do solo de antanho, com a separação dos produtores diretos da terra, o fim da pequena exploração camponesa e a transformação da grande exploração fundiária; modificam-se as formas de exploração da força de trabalho, com a liberação dos trabalhadores agrícolas das imposições extra-econômicas e a concentração progressiva dos meios de produção, particularmente da terra; revolucionam-se as forças produtivas no meio rural, com a emergência da grande exploração capitalista e a industrialização da agropecuária. A agricultura se transforma numa forma singular da grande indústria.

a) Cisão da renda fundiária pré-capitalista em lucro e renda capitalista.

O caráter capitalista da agricultura significa que ela deve gerar lucros, como qualquer outro setor da economia. Assim, a forma que o trabalho excedente assume na agricultura será a do lucro, isto é, aparecerá como o produto da aplicação do capital neste ramo particular da atividade produtiva.

No entanto, no início de seu desenvolvimento, o sistema capitalista encontra as mais díspares formas de propriedade e uso da terra, formas estas que não lhe correspondem. Porém em todos aqueles casos em que o capitalismo encontra uma sociedade de classes, o trabalho agrícola excedente se identificará à renda fundiária. O processo de desenvolvimento capitalista transforma inteiramente as formas que encontra, criando aquela que lhe corresponde, cindindo o trabalho excedente, que inicialmente se identifica com a renda da terra, em lucro e renda fundiária capitalista.

Apesar deste sentido único, as formas de transição da renda da terra dependerão das formas pré-existentes da propriedade fundiária e do rítmo do desenvolvimento do capitalismo. Em todas estas formas intermediárias a renda fundiária capitalista dificilmente se apresentará em toda sua pureza. Em geral, estará mesclada de outros elementos, como de parte do lucro médio que caberia ao arrendatário, e o salário normal do trabalhador agrícola. No caso da predominância da grande propriedade fundiária em lenta transformação em exploração capitalista, esta mescla deve constituir a regra geral. O insuficiente desenvolvimento do capitalismo no campo coincidirá, pois, com as formas mais confusas de existência do trabalho excedente. Elucidar estas formas concretas é tarefa que se impõe à Economia Política, sob pena de não se compreender o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

A renda da terra é a quantia que o produtor capitalista tem de pagar ao proprietário fundiário pelo direito ao uso da terra, no caso daquele não ser seu proprietário. Significa a forma de valorização da propriedade fundiária na sociedade capitalista . Não deve ser confundida com os juros do "capital-terra", que representa o capital incorporado à terra em caráter permanente, como obras de irrigação, de terraplanagem, etc.

Em termos práticos, contudo, considera-se comumente como renda fundiária tudo o que o arrendatário paga ao proprietário das terras de sua exploração, como os juros do "capital-terra", parcela do lucro do produtor arrendatário ou do salário normal do trabalhador. Nos países atrasados onde a transição da grande propriedade fundiária em exploração capitalista preside a evolução agrícola, esta costuma ser a regra geral.

A renda capitalista da terra gera-se pela transformação do sobrelucro da exploração capitalista da agricultura em renda fundiária, devido à ação da propriedade privada da terra. Este superlucro pode originar-se pela diferença de caráter permanente entre o preço geral de produção e o preço individual, derivada da presença de condições de produção mais favoráveis em relação às que determinam o preço de produção médio aceito pelo mercado, condições não generalizáveis, como no caso da fertilidade natural do solo e localização favorável de exploração. O sobrelucro pode tam-

bém derivar de uma diferença permanente entre o preço de mercado e o de produção, decorrente de um monópolio durável.

Como se sabe, o preço médio de produção dos produtos agrícolas, ao contrário dos industriais, determina-se nas piores condições de produção, isto é, na pior classe de terras cultivadas. Assim formar-se-á um sobrelucro em todas aquelas explorações que utilizem terras de classe superior. Este superlucro transforma-se em renda da terra pela ação do proprietário que exige o pagamento pelo direito de uso da terra a ser explorada. À renda assim gerada chama-se de renda diferencial.

Existem dois tipos de renda diferencial. O primeiro origina-se da conversão do lucro suplementar resultante da aplicação de quantidades iguais de capital e trabalho por área explorada, com resultados desiguais. O segundo tipo corresponde à efetivação num mesmo terreno, de aplicações sucessivas de capital de produtividade diversa.

No primeiro caso, os dois principais fatores determinantes do superlucro e, assim, da renda, são a fertilidade natural do solo, cujo acesso é função do desenvolvimento técnico, químico ou mecânico, e a localização, que também, é historicamente condicionada, dependendo dos progressos do sistema de transportes.

A renda diferencial do primeiro tipo (I) constitui-se no fundamento lógico e histórico da renda diferencial do segundo tipo (II). Assim, em geral, quando o capital penetra na agricultura, em geral explora extensivamente a terra, fornecendo condições para existência apenas da renda diferencial I. Somente então quando se esgotam as reservas de terra, intensifica-se o uso do solo, surgindo a renda diferencial II.

Quando a renda nasce do lucro suplementar gerado pela ação de um monopólio durável sobre os preços dos produtos agrícolas, tem-se a renda absoluta. Este preço de monopólio origina-se do fato de que o proprietário da pior classe de terra - daquela que não paga renda diferencial - só a cede à exploração em troca de uma certa quantia, que vem encarecer o preço dos produtos agrícolas na dimensão do seu montante. Neste caso, a propriedade privada da terra gera o próprio sobrelucro como renda. Segundo Marx, a sua

base de existência é a diferença entre o valor dos produtos agrícolas e o seu preço médio de produção, uma vez que aquele é maior do que este, devido à menor composição orgânica do capital prevalecente na agricultura em relação à indústria[6].

Este desdobramento da renda fundiária pré-capitalista em renda fundiária e lucro médio corresponde à separação de duas classes distintas no seio dos proprietários dos meios de produção: da classe dos proprietários fundiários, que apossam-se da renda da terra, e dos arrendatários capitalistas, que apropriam-se à primeira mão do excedente do trabalho agrícola, arrancando dos trabalhadores rurais, e cedem parte dele pelo direito ao uso da terra aos proprietários fundiários, ficando apenas com a parcela correspondente ao lucro médio. Esta separação, contudo, dependendo da lentidão do desenvolvimento capitalista na agricultura não implica necessariamente numa distinção entre pessoas, entre os proprietários dos meios de produção, que passam a pertencer ou a uma, ou a outra classe. Muitas vezes, o próprio proprietário também é empresário rural, recebendo tanto a renda da terra quanto o lucro médio, como sóe acontecer nos países onde a lenta transformação das grandes propriedades latifundiárias em modernas explorações capitalistas preside o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Além de provocar a cisão da renda pré-capitalista em renda fundiária capitalista (diferencial e absoluta) e lucro do arrendatário, o desenvolvimento capitalista gera uma tendência ao crescimento da renda da terra, assim como do preço do solo, dela derivado[7]. Crescendo a produção e o mercado, aumenta a demanda por produtos agrícolas, e, deste modo, a procura por terra, fazendo elevar-se por conseguinte, a renda e o preço da terra. O proprietário fundiário arma-se de capacidade crescente de apoderar-se do produto excedente do trabalho agrícola, que cresce sem sua interferência.

b) Transformação das formas pré-capitalistas de exploração da terra.

O modo de produção capitalista parte da exploração artesanal da terra, própria de ordem de produção anteriores, onde os

---

[6] MARX, K. op. cit. nota 1, p. 873

[7] O preço do solo constitui-se pela capitalização da renda da terra, isto é, Ps=Rt/j onde Ps=preço do solo; Rt=renda da terra e j=taxa de juros. Rt é fluxo eterno, dadas as características permanentes de terra, como meio de produção sujeito à propriedade privada.

meios de produção dependem de fato ou de direito ao produtor direto. Ao surgir, o capitalismo explora extensivamente a terra, e seu desenvolvimento se processa na agricultura de forma lenta e desigual, apoderando-se primeiro de certas atividades especiais do meio rural.

No seu nascimento, a renda fundiária é a forma normal da mais valia, e a propriedade fundiária a condição principal da produção. Esta, em boa medida, volta-se para o autoconsumo dos produtores, embora a produção mercantil algo desenvolvida seja um pré requisito para o seu evolver.

Uma das formas de exploração da terra a que o capitalismo encontra é a pequena propriedade camponesa que não paga renda. O desenvolvimento capitalista rompe com esta forma de exploração da terra, provocando, lentamente contudo, o extermínio da indústria doméstica rural pela concorrência da grande indústria urbana; a supressão da conjugação agricultura/pecuária, que permite a recuperação do fundo de fertilidade do solo, que passa a se esgotar; a usurpação de terras em regime de posse pelos grandes proprietários; a concorrência da grande agricultura capitalista; o progresso geral da agricultura, que induz à queda do valor dos produtos agrícolas e institui um mínimo de requerimentos de capital para a exploração da agricultura, além dos recursos do pequeno camponês; o desenvolvimento do capital comercial e usurário que submete os pequenos produtores; a elevação do preço da terra; as variações abruptas dos preços de mercado dos produtos agrícolas; etc.

A desagregação da pequena produção camponesa, dependendo da lentidão do processo, produz uma classe de quase proletários rurais, que se mantêm em precária situação, enquanto o capital não possui as forças suficientes para liquidar definitivamente com essas explorações economicamente ultrapassadas. O próprio desabrochar do trabalho assalariado pode dar novo alento à exploração familiar da terra, permitindo aos camponeses em processo de proletarização o assalariamento temporário, através do qual conseguem recursos adicionais para adiar sua derrocada definitiva.

Outra forma de exploração que o capitalismo encontra é a grande economia fundiária, na qual o grande proprietário cultiva suas próprias terras, explorando a mão-de-obra livre ou não. O

proprietário fundiário apropria-se aí da totalidade do trabalho excedente, sem repartí-lo com o arrendatário capitalista.

As transformações da grande exploração latifundiária dependem do caráter da evolução agrária. Se é liquidada por uma revolução, cede lugar à pequena produção camponesa em rápida transformação a capitalista, através da lógica da "diferenciação interna" do campesinato. Se perdura, transforma-se lentamente em capitalista, lançando mão de toda sorte de formas pré-capitalistas de obtenção da mão-de-obra e de seu trabalho excedente. Neste caso, a confusão das formas de trabalho, nas quais o trabalhador ainda não se separou completamente da terra,obscurece a compreensão do processo.

Mas o capital ainda encontra, nos primórdios de seu florescimento, outras formas de exploração da terra, como a pequena exploração arrendatária e a parceria. Em geral, o desenvolvimento capitalista também liquida com tais formas de exploração agrícola, que só florescem em condições de fragilidade desse desenvolvimento. Quando este atinge certo grau e rítmo, a maioria dos pequenos arrendatários e parceiros aruina-se, enquanto parcela menor alça-se à categoria de burgueses em enriquecimento.

Na verdade, dependendo das formas iniciais de exploração da terra e das relações sociais de produção, da via do desenvolvimento do capitalismo, de seu rítmo e profundidade, existirão as mais diversas formas de exploração agrícola, embora sejam apenas formas históricas resultantes do processo de desenvolvimento do capitalismo em andamento concreto.

c) Transformação das formas de exploração da força de trabalho

Como foi visto anteriormente, o processo de desenvolvimento do capitalismo significa a liberação dos trabalhadores agrícolas das imposições extra-econômicas existentes anteriormente e a concentração progressiva dos meios de produção e de subsistência nas mãos de uma burguesia rural.

Este duplo caráter da evolução agrícola liga-se indissoluvelmente à dupla via de desenvolvimento capitalista na agricultura. Este desenvolvimento promove, por um lado, o processo de desagregação dos pequenos camponeses em patrões e trabalhadores agrícolas, com o enriquecimento dos primeiros e a ruína dos

últimos; por outro lado, a lenta transformação dos latifúndios pré-capitalistas em empresas capitalistas, com a cisão da renda fundiária pré-capitalista em renda fundiária capitalista e lucro e a transformação dos trabalhadores ligados por relações pessoais aos proprietários fundiários em trabalhadores livres. De qualquer modo, emergem duas classes no campo: a burguesia rural, que concentra os meios de produção em suas mãos, neles incluindo-se a terra, que pode ser de sua propriedade ou de seu mero direito de uso, e o proletariado agrícola, que deve vender sua mão-de-obra à primeira, que se encontra em condições de extrair-lhe o trabalho excedente. Apropriando-se à primeira mão da mais valia agrícola, a burguesia rural pode repartí-la com os proprietários fundiários.

d) Revolução das forças produtivas. A grande e a pequena produção. Industrialização da agricultura.

Ao surgir, o capitalismo explora extensivamente a terra, impondo-se à pequena produção mais pelo tamanho da superfície explorada, com emprego de grande número de trabalhadores em cooperação, do que pelo emprego intensivo do capital por área utilizada.

No entanto, o seu próprio desenvolvimento revoluciona por completo as forças produtivas na agricultura, através do mesmo processo que se observa na indústria urbana: da cooperação simples se passa à cooperação baseada na divisão do trabalho e desta se transita ao emprego de máquinas.

No processo de modernização da agricultura, o sistema de rotação de terras, permanecendo sempre uma parte das áreas de exploração em pousio, para recuperar sua fertilidade natural, cede lugar à rotação de culturas. Em lugar de cada exploração produzir os mesmos produtos, a concorrência força a especialização das fazendas, com a separação da pecuária da agricultura e de cada um destes setores numa série de subsetores, com o aprofundamento da divisão social do trabalho. No seio de uma mesma exploração desenvolve-se a divisão do trabalho, com a especialização dos trabalhos agrários. A maquinaria introduz-se, então, potenciando as forças produtivas. Uma série de atividades passa a ser executada mecanicamente: o destocamento; a aração; o plantio; a carpa e os tratos culturais; a

defesa química e a fertilização do solo; a colheita; o transporte; o beneficiamento e a armazenagem dos produtos agrícolas. No caso da pecuária, surgem uma série de maquinismos que permitem o tratamento em massa de parasitos, a ordenha das vacas, o processamento e o transporte do leite in natura. A eletricidade ganha campo extraordinário de emprego, quer na obtenção e armazenamento de água, quer na movimentação da maquinaria de processamento dos produtos agrícolas, quer na iluminação das granjas, etc.

Além da mecanização dos serviços agrários, tem lugar a quimização da agricultura, com a ampla utilização de fertilizantes químicos e corretivos do solo, além de difundir-se o emprego de microorganismos que permitem, entre outras coisas, melhor oxigenação da terra. Finalmente, generaliza-se a descoberta e difusão de novas variedades, que permitem quebrar enormes barreiras que a natureza opõe ao progresso técnico da agricultura.

Com isso, a própria agricultura torna-se, até certo ponto, uma ciência, passível de ser executada racionalmente. O avanço técnico exige escolas de agronomia que lhe sirvam de suporte, assim como instituições de difusão de inovações e de assistência técnica. Também a administração dos trabalhos agrários passa a exigir qualificações técnicas especiais, o mesmo acontecendo com a contabilização dos resultados da explorção agrícola. Enfim, a tradição abandona, definitivamente, seu reduto rural, sendo substituída pela exploração científica e racional do solo.

Este processo de modernização do trabalho agrícola revoluciona completamente as forças produtivas na agricultura, com a elevação sistemática da produtividade do trabalho no meio rural, dando condições à liberação de força de trabalho com destino aos outros setores da atividade econômica.

Mas esta revolução subverte também a organização social do trabalho agrícola. A exploração de grandes superfícies de terra, o emprego de modernos métodos e meios de produção e a divisão técnica do trabalho, passam a exigir a grande exploração, assentada na cooperação capitalista.

Com efeito, nas grandes fazendas pode ocorrer enorme economia de algumas benfeitorias básicas, como no caso das cercas, onde com o aumento da superfície dos estabelecimentos provoca grande redução do comprimento da vedação por área cercada. A grande exploração também realiza considerável economia de máquinas e animais, uma vez que existe uma relação ótima entre a área explorada e as máquinas e animais em operação que, muitas vezes, ultrapassa a superfície das pequenas explorações camponesas. É ainda apenas nas grandes fazendas que existem as condições necessárias para uma maior especialização dos trabalhos e dos meios de produção. A própria adaptação dos animais para tarefas específicas - como a obtenção de leite, a reprodução, a tração, o transporte, etc - só é possível em grandes estabelecimentos. Também a divisão do trabalho entre trabalhadores manuais e intelectuais (agrônomos, contadores, etc) só é factível em se tratando de explorações de maiores dimensões. Finalmente, só os grandes estabelecimentos podem reunir os capitais necessários para uma exploração científica da agricultura, que exige máquinas, insumos e benfeitorias caras, que estão muito além das capacidades de um camponês, individualmente.

É bem verdade que, ante a concorrência da grande exploração, os pequenos produtores rurais tentam reagir, aumentando a intensidade de sua labuta, cuidando mais assiduamente de sua fazenda e comprimindo seu consumo. Mas os fatos da intensificação do trabalho do camponês e de sua família, com o alongamento da jornada, e a redução do consumo apenas aumentam e prolongam a agonia da pequena produção camponesa. "Devido a eles, a pequena propriedade fundiária é um meio de constituir, quase fora da sociedade, uma classe de bárbaros que une toda a rudeza das formas sociais primitivas a todas misérias e todos os infortúnios dos países civilizados".[8]

---

[8] KAUTSKY, op. cit. : a l, v.1, p. 159.

Na verdade, o capitalismo, ao provocar uma completa transformação das condições da exploração da agricultura, torna o trabalho social, na forma da cooperação capitalista, uma de suas exigências técnicas, suprimindo, deste modo, as condições de existência da exploração familiar da terra. A grande exploração capitalista passa a impor-se neste setor, promovendo a lenta, mas sistemática, liqüidação da pequena produção camponesa.

O processo de modernização da agricultura, mudando o caráter da exploração da terra, através da emergência da cooperação capitalista, que evolve da forma simples à baseada na maquinaria, passando pela divisão do trabalho, torna a própria agricultura um ramo particular da grande indústria. A agropecuária se industrializa.

O processo de industrialização da agricultura segue um duplo caminho. Em primeiro lugar, a pequena exploração artesanal e familiar do solo cede lugar à grande empresa, baseada na exploração racional da terra e na cooperação capitalista assentada na maquinaria. Esta linha de desenvolvimento agrícola implica na separação crescente da agricultura da indústria, como resultado da supressão da pequena indústria doméstica e do artesanato independente no campo. Mas em segundo lugar, o beneficiamento e o processamento dos produtos agrícolas passam a ser realizados em grandes unidades fabris que vão se localizar no meio rural, devido à proximidade da matéria-prima. Desenvolve-se, então, a agroindústria, que significa a reunião da agricultura com a indústria. Na verdade, porém, segundo Marx, para que ocorra uma reunião, num estágio superior, da agricultura com a indústria, é necessário que a exploração capitalista seja substituída pela socialista. Assim, este reencontro da exploração agrícola com a industrial, embora já contenha os gérmens do futuro, ainda se encontra limitada pelo caráter capitalista da produção social.

e) (Limites da exploração capitalista da agricultura

A terra constitui um meio de produção fundamental para a agricultura. Daí seu monopólio configurar-se como suporte decisivo em todas as ordens de produção que se baseiam na exploração do homem pelo homem, isto é, naquelas que se baseiam na propriedade privada dos meios de produção. Mas, no capitalismo, a própria exploração empresarial da agricultura subtrai progressivamente essa importância decisiva da terra. "a terra deixa de ser o meio de produção fundamental"[9]. A intensificação da exploração agrícola aumenta os dispêndios de capital e a produção por área explorada. Assim, via progresso técnico, o capitalismo supera o obstáculo representado pela propriedade fundiária.

Mas o desenvolvimento capitalista da agricultura encontra outras dificuldades, como na redução do tempo de produção, através da diminuição do tempo do não-trabalho. A mecanização agrícola, ao contrário da indústria, ao reduzir o tempo de trabalho, acaba por aumentar o de não trablaho, devido ao tempo de produção estar determinado pelo ciclo biológico da cultura, e não pelos métodos de cultivo. Fenômeno semelhante ocorre com a "quimização" da agricultura, que aumenta a produtividade do trabalho sem diminuir o tempo de trabalho. Segundo Graziano da Silva, somente as inovações biológicas, promovidas na intimidade de plantas e animais, é capaz de reduzir seu tempo de produção de forma concomitante com a diminuição do tempo de trabalho.

Outro impedimento ao capitalismo na agricultura está na expansão da cooperação capitalista, pois ai é mais difícil um sistema de máquinas em cooperação, com a divisão de trabalho entre máquinas movidas por um motor central. O mais fácil de se conseguir é a cooperação simples entre grandes máquinas, que representam verdadeiras fábricas sobre rodas, como no caso clássico das grandes colhedeiras de cereais, sendo problemática a articulação orgânica das diversas máquinas especializadas. Daí inclusive as dificuldades da agricultura atingir o nível da composição orgânica do capital presente na indústria.

---

[9] GRAZIANO DA SILVA, J. Op. cit. nota 1, p. 24.

Também há de se considerar as dificuldades à centralização do capital na agricultura: apesar da superioridade das grandes explorações sobre as pequenas, a propriedade privada da terra inibe a rápida absorção das últimas pelas primeiras. Em muitos casos, por outro lado, como lembra Kaustsky, a presença das pequenas explorações torna-se uma condição prévia de existência das grandes.[10]

Um obstáculo adicional encontra-se na falta de braços, provocada pela fuga da população rural em direção às cidades, a qual resulta, em muitas circunstâncias, da própria evolução capitalista da agricultura.

Finalmente, entre outras dificuldades de menor monta, destacam-se as variações aleatórias dos fatores naturais, como o clima, que aumentam o risco da exploração agrícola e afugentam capitais do setor.

Sejam quais forem, contudo, os empecilhos ao desenvolvimento da agricultura capitalista, estes constituem-se tão somente em obstáculos e não limites. São problemas que o progresso técnico vem resolvendo ao longo da história. Na verdade, estes impedimentos tornam-se verdadeiros acicates do próprio desenvolvimento capitalista do setor agrícola, ao forçar o seu progresso tecnológico. Deste modo, o único limite à expansão da forma capitalista da agricultura moderna constitui-se nesta própria forma, isto é, na propriedade privada dos meios de produção, que se choca com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, possibilitado pela cooperação capitalista.

---

[10] Ver KAUTSKY, K. op. cit. p. 211-21.

2 PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DA AGRICULTURA

Em linhas gerais, o processo de desenvolvimento do capitalismo significa a generalização da produção mercantil, com o aprofundamento da divisão social do trabalho; o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, com a liberação dos trabalhadores das imposições extra-econômicas e a concentração dos meios de produção e subsistência; a desenvolução das forças produtivas, com o surgimento da cooperação capitalista, a divisão técnica e a mecanização do trabalho; a separação da indústria da agricultura e a expansão da grande indústria urbana, com a liquidação do artesanato independente e da indústria doméstica rurais; a desagregação da epquena produção camponesa e a transformação da grande exploração latifundiária; a especialização de certas regiões em determinados produtos agrícolas; a cisão da renda fundiária pré-capitalistas em lucro e renda capitalista, com o aumento, constante da última, assim como do preço do solo; a transformação das formas pré-capitalistas de exploração da terra, com sua base artesanal, e florescimento da grande exploração capitalista, assentada na mecanização; e a industrialização da a-agricultura, com sua transformação em ramo específico da aplicação de capital. Com este processo, tem lugar o "declínio secular do setor agrícola", com a migração campo-cidade e o crescimento da população urbana às expensas da rural.

Este processo de desenvolvimento revoluciona completamente as relações de produção e as forças produtivas, qualquer que seja o seu ponto de partida, isto é, a ordem de produção que o capitalismo encontre no início de seu desabrochar. Assim, quer encontre uma estrutura agrária assentada sobre a pequena produção camponesa, quer um sistema de latifúndios, o desenvolvimento do capitalismo refunde completamente a estrutura produtiva existente, criando aquela que lhe corresponde.

No entanto, apesar da presença universal deste processo nos países onde penetre o capitalismo, os padrões de desen-

volvimento variam de país a país, dependendo de suas particularidades históricas.

Como diz Lenin:

"Mas podem ser duas as formas deste desenvolvimento. Os vestígios do feudalismo podem desaparecer como resultado da transformação da economia latifundiária ou como resultado da liquidação dos latifúndios dos proprietários fundiários, isto é, por meio de uma reforma ou de uma revolução. O desenvolvimento burguês pode ter lugar encabeçado pela grande economia latifundiária, que paulatinamente se tornará cada vez mais burguesa, e paulatinamente substituirá os métodos feudais de exploração pelos burgueses; e pode ter lugar também encabeçado pela pequena economia camponesa que por via revolucionária extirpará do organismo social a "excrecência" dos latifúndios feudais e depois se desenvolverá livremente sem eles, pelo caminho da economia capitalista.

Estes dois caminhos de desenvolvimento burguês objetivamente possíveis, nós os denominaríamos de respectivamente caminho prussiano e caminho norte-americano. No primeiro caso, a economia feudal do latifundiário se transforma lentamente numa economia burguesa, junker que condena os camponeses a décadas inteiras na mais dolorosa expropriação e servidão, enquanto que surge ao mesmo tempo uma pequena minoria dos Grossbauer (grandes camponeses). No segundo caso, não existe economia latifundiária, ou foi liquidada pela revolução, que confisca e divide as fazendas feudais. Neste caso predomina o camponês, que se converte em fator exclusivo da agricultura e evolui até converter-se em agricultor capitalista. No primeiro caso, o conteúdo fundamental da evolução é a transformação da escravidão feudal em servidão e exploração capitalistas nas terras dos latifundiários feudais junkers. No segundo caso, o básico é a transformação do camponês patriarcal num agricultor burguês".[1]

---

[1] LENIN, V.I. El programa agrario de la socialdemocracia en la primera revolución rusa de 1905-1907. In: Obras completas, sem referência . 257-461. 21. [illegible] p. [illegible]. A [illegible] é [illegible]

2.1 A revolução agrícola e a industrialização na Inglaterra [2]

Estas diversidades quanto aos padrões de desenvolvimento implicam em diferentes funções desempenhadas pelo setor agrícola na expansão do capitalismo. Na verdade, a experiência histórica dos países capitalistas industrializados mostra que em todos eles a "revolução agrícola" precedeu à "revolução industrial", de tal modo que se pode afirmar que "o desenvolvimento agrícola é uma das condições necessárias da industrialização".[3]

O caso clássico de industrialização tendo como um dos suportes fundamentais a evolução agrícola é o inglês."Não teria havido revolução industrial na Inglaterra sem a "revolução agrícola que a precedeu".[4]

Nos fins do século XIV, as relações dominiais tinham deixado de existir, em grande medida, na Inglaterra. A servidão tinha praticamente deixado de existir, e a grande maioria da população estava constituída por componeses proprietários.Nos grandes domínios senhoriais, os servos haviam sido substituidos por pequenos arrendatários, e os camponeses empregavam seu tempo de lazer para trabalhar para os grandes proprietários, assim como os assalariados propriamente ditos, que ainda possuíam o direito à habitação e à uma pequena área de cultivo. Essa peque

[2] Ver:

MARX, A chamada acumulação. In:____. O capital, crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s.d. livro 1, vol. 2, p. 828-882.

MOORE JÚNIOR, B. A Inglaterra e as contibuições da violência para a evolução. In:____.As origens sociais da ditadura e da democracia; senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa, Cosmos, s.d. p.21-62.

NIVEAU, M. A revolução industrial na Inglaterra. In:____.História dos fatos econômicos contemporâneos. São Paulo, DIFEL, 1969. p. 15-38.

WILLIAMS, E. Capitalismo e escravidão. Rio de Janeiro, Americana, 1975. 295p.

[3] NIVEAU, ibid p. 16.

[4] NIVEAU, ibid p. 16.

na produção, baseada na exploração parcelar da terra, criava um verdadeiro amálgama de pequenas faixas em cultivo, as quais, se contribuíam para o bem estar de uma enorme camada populacional, representavam um grande estorvo ao desenvolvimento dos métodos de cultivo e da produtividade do trabalho. O sistema de open field atrapalhava consideravelmente a expansão da produção. O cultivo em comum implicava na coerção dos afolhamentos, com a sincronização dos trabalhos, tolhendo a iniciativa particular.

O prelúdio da revolução industrial ocorreu em fins do século XV e inícios do século XVI, com a dissolução das vassalagens feudais, o que lançou no mercado de trabalho uma massa de proletários rurais. O florescimento da manufatura de lã, ao provocar a elevação dos preços deste produto, induziu a nova nobreza à usurpação das terras comuns, que eram de usufruto de toda a comunidade. Com os enclosures, suprimiram-se os direitos dos camponeses de apascentar seus animais nos pastos comuns, e de tirar lenha dos bosques, rompendo-se, com isso, o equilíbrio da exploração camponesa da terra, cuja conjugação agricultura/pecuária era uma de suas condições de existência. Com o fechamento das terras comuns, e sua apropriação violenta pela pequena nobreza (gentry) e pela camada superior do campesinato (yeomen), arruinaram-se os pequenos proprietários, que se viram obrigados a vender suas pequenas parcelas, e os camponeses pobres, os cottagers, que tinham o direito de alimentar seus animais nos pastos comuns.

A Guerra Civil veio favorecer, de forma inequívoca, a expansão da agricultura comercial e o movimento dos enclosures. Apesar de ineficazes, existiam inúmeras leis, abrigadas pela Corôa, que tentavam coibir a expropriação dos pequenos arrendatários e camponeses. A Guerra Civil destruiu o poder real, que se constituía num baluarte dos antigos camponeses contra a nobreza em ascensão. Aboliu-se a Camâra Star, perdendo os camponeses sua principal proteção contra os enclosures, assim como quebrou-se o poder de rei e criaram-se as condições para o predomínio dos nobres na vida política inglesa.

A ascensão da nobreza ao poder, representada pelo Parlamento, abriu as portas para os enclosures acts, leis que propiciaram o roubo sistemático das terras comunais. Destruíram-se, assim, as bases da exploração parcelar da terra, da sociedade camponesa, abrindo-se caminho para a exploração capitalista.

Com o fechamento das terras comuns, e o açambarcamento das terras dos camponeses em ruína, criaram-se grandes explorações de criação de ovelhas e de produção de trigo. Surgiu espaço para o emprego de meios de produção mais avançados, a divisão técnica do trabalho e a especialização, o florescimento da iniciativa individual, a racionalização dos trabalhos agrícolas. "Em importantes zonas do país, as grandes propriedades rurais alastravam pelos campos, por vezes, à custa da nobreza menor, e mais significativamente, à custa dos camponeses. (...). Foi uma época de melhoramento das técnicas da agricultura, com o aumento do emprego dos adubos, novas culturas e formas de rotação. Não podiam de modo algum, aplicar-se novos métodos aos campos sujeitos às regras do cultivo comum; as suas despesas eram mais difícies de suportar pelo camponês de poucos recursos ou mesmo de posses médias. É indubitável que uma grande parte do aumento das dimensões das propriedades proveio dos maiores lucros e mais baixos custos resultantes das unidades maiores".[5]

A par da formação dos grandes landlords, a partir da expropriação da população rural, que se transforma em proletariado, emerge, a partir dos próprios camponeses livres, que se emanciparam sob as condições econômicas mais diversas, uma camada de arrendatários capitalistas, que passam a tomar em aluguel as terras dos grandes proprietários e a empregar parcela do novo proletariado agrícola.

Na verdade, a revolução agrícola desencadeada a partir das vedações propiciou o rápido enriquecimento dos arrendatários. A usurpação das terras comuns permitir-lhes aumentar'

---

5 MOORE JÚNIOR, B. op. cit. nota 2, p.44.

seu rebanho quase sem despesas, e o maior volume de estrume assim conseguido favoreceu seu emprego na agricultura. Por outro lado, a inflação no século XVI depreciou o valor real dos arrendamentos assim como rebaixou os salários. Também a elevação do preço dos produtos agropecuários deu a sua contribuição para a formação de uma classe relativamente rica de capitalistas arrendatários.

Como resultado do desenvolvimento das forças produtivas no campo ,devido ao processo propiciado pelos enclosures , cresceu extraordinariamente a produtividade do trabalho agrícola. Segundo Niveau, o seu aumento teria alcançado, durante o século XVIII, cerca de 90%.[6] Parte da população rural se tornou disponível, desvinculando-se dos seus meios de produção e dos meios de subsistência com que se abastecia. A melhoria dos métodos de produção, o aumento da intensidade do trabalho pelos assalariados, etc, e a ruína concomitante dos pequenos camponeses liberava força de trabalho, que se dirigia aos centros manufatureiros em expansão. Assim, a população rural passou a decrescer rapidamente , em relação à população urbana. Ainda de acordo com Niveau, a participação da população agrícola em relação à total, teria atingido 37% em 1.800, contra 70% em 1.700. Esse afluxo populacional' ocorria paralelamente ao desenvolvimento do mercado rural de produtos industriais, na medida em que se modernizavam as explorações agrícolas, assim como os meios de subsistência se transformavam em capital variável.

Mas a revolução agrícola e o acelerado crescimento manufatureiro passaram a exigir a expansão e modernização do sistema de transportes. As estradas terrestres passaram a ser reparadas sistematicamentes, assim como expandidas, ao mesmo tempo em que se encetava verdadeiro "boom" de hidrovias, que já possuíam 2.500 km no final do século XVIII. Também como consequência das modificações na agricultura, aumentou a disponibilidade de alimentos para a população, favorecendo o crescimento demográfico, que forneceu contingentes crescentes de trabalho para a indústria nascente. Desta maneira, se durante a primeira metade do século XVIII a popu-

---

6 NIVEAU, M. op. cit. nota 2, p. 20

lação da Grã-Bretanha cresceu apenas 7,7%, o seu aumento no período de 1751 a 1801 foi de 44,6% atingindo 10.686 mil habitantes nesta data.[7]

O aumento da produção de alimentos e matérias primas industriais, a liberação de mão-de-obra da agricultura para a indústria, a utilização de modernos meios de produção nas explorações agrícolas, a liquidação da indústria doméstica e do artesanato independente rurais, a elevação da demanda de meios de consumo pela burguesia rural em processo de enriquecimento, forneceram algumas das condições para o florescimento das grandes manufaturas. Na expansão manufatureira geraram-se as máquinas-ferramenta, permitindo o nascimento da grande indústria. Esta, ao crescer, revolucionou mais uma vez as condições da agricultura inglesa, tornando-a, em meados do século XIX, um ramo da própria indústria, isto é, um setor de aplicação de capital em larga escala, dominado pela mecanização.

Deste modo, compreende-se que a revolução agrícola foi condição essencial da revolução industrial na Inglaterra. Entretanto, o caso inglês — que pode ser considerado como o "padrão clássico" de industrialização - representou uma experiência histórica única, sem possibilidades de repetição, no sentido de que significou a gênese da moderna sociedade industrial. Neste sentido, a universalidade do desenvolvimento capitalista aparece numa singularidade ímpar, e, a rigor, não se deve falar num padrão de desenvolvimento, que apresentasse as particularidades que este processo possa conter. Na verdade, as particularidades do processo de desenvolvimento capitalista da agricultura prendem-se à predominância do processo de diferenciação do campesinato, ou da transformação da grande economia latifundiária em grande exploração capitalista. A primeira via pressupõe, como ponto de partida, a existência de um grande número de pequenos camponeses, que tenha surgido pela ausência anterior da economia latifundiária ou através de sua liquidação violenta por uma revolução camponesa.

---

[7] Ver NIVEAU, M. op. cit. nota 2, p. 24

2.2 O padrão junker de desenvolvimento capitalista

A via junker de desenvolvimento agrícola deve seu nome ao processo de transformação da agricultura alemã deslan - chado a partir da Reforma de 1821, que pretendia suprimir a ser vidão na Alemanha. Àquela época, a Germânia era formada por uma série de pequenos principados semi independentes, conforman do uma estrutura herdada do feudalismo, acentada sobre os res - quícios de laços de vassalagem, união dos trabalhadores à terra, etc. A história sócio-econômica alemã, desde então, marcou-se ' pela lenta transformação da economia latifundiária feudal numa moderna economia capitalista. Em 1834, suprimiram-se muitos dos antigos entraves que inibiam a circulação mercantil e o avanço industrial, com a União Aduaneira (Zollverein). Ampliou-se então, extraordinariamente, a união econômica dos estados alemães, que culminou com a unificação política de Bismark, em 1871. Mas o traço distintivo da evolução agrícola germânica foi o seu ritmo lento, com condições extremamente difícies para a população ru- ral, além de grande peso da reação política. Neste processo, a burguesia industrial alemã aliou-se aos grandes proprietários fundiários dos quais destacavam-se os junkers, proprietários prussianos, antigos senhores feudais que conservavam grande par te de sua força política. Devido à lentidão do processo de mo- dernização e desenvolvimento das forças produtivas na agricultu ra, a industrialização só se tornou possível pelo aporte de ca- pital externo e pela ação estatal.

Mas o exemplo mais interessante deste padrão de desenvolvimento é o caso da Rússia tzarista. As suas especificidades são notáveis: estilo junker de desenvolvimento agrícola, vanguardismo do Estado como promotor das transformações; grande participação do capital estrangeiro.[8]

Em meados do século XIX, a economia da Rússia aliacerçava-se numa primitiva agricultura extensiva, baseada na prestação pessoal de serviços, com amplo predomínio da produção para auto-abastecimento, sujeição dos trabalhadores à terra, dispersão da indústria no meio rural, sem grandes centros manufatureiros, e rudimentar estágio de desenvolvimento técnico.

---

[8] Ver:

ENGELS, F. O problema camponês na França e na Alemanha. In:____.

SILVA, José Graziano da & STOLCKE, V. A questão agrária: São Paulo, Brasilienese, 1981 p.59-80.

LENINE, V.I. El desarrollo del capitalismo em Rusia; El processo de la formación de um mercado interior para la gran industria. Barcelona, Ariel, 1974. 581p. - El programa agrário de la social democracia em la primeira revolución rusa de 1905-1907. In:____. Obras completas. Sem referência. p. 257-481.

NIVEAU, M. Industrialização e crescimento de alguns países capitalistas. In:____.História dos fatos econômicos contemporâneos. São Paulo, DIFEL, 1969. p.109-17.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Notas sobre a constituição do capitalismo na Rússia: da emancipação dos servos à grande indústria. In:____. Revista de economia política, São Paulo, 4(1):71-86, jan/mar., 1984.

TRAPEZNIKOV, S. El leninismo y el problema agrario campesino. Moscou, Progreso, 1979. 2v.

TROTSKY, L. Peculiaridades do desenvolvimento da Russia. In:____. A história da revolução russa. Rio de Janeiro, Vega, 1967. p.23-33.

VILLELA, A.V. O desenvolvimento industrial da Rússia. 1860-1913. Revista brasileira de economia. Rio de Janeiro, 24(1):31-58, jan./mar 1970.

WEBER, M. A situação dos trabalhadores rurais na Alemanha nas províncias de Além-Elba - 1892. In:____. SILVA, José Graziano da & STOLCKE, V. ibid, p. 13-57. A exposição do desenvolvimento do capitalismo na Rússia que se segue baseia-se em grande parte no lúcido trabalho de Oliveira.

O atraso do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção derivava da singularidade da formação da sociedade russa, que se expandiu na imensa planície do leste europeu, com seu clima rigoroso, e sujeita às pressões das incursões tártaras, vindas da Ásia, e das invasões dos povos da Europa Ocidental. As pressões externas favoreceram a emergência do absolutismo tzarista, com a centralização do Estado, prematuramente constituído, e que representava a força capaz de opor-se às ameaças constantes vindas dos povos vizinhos. O relativo isolamento das comunidades aldeãs, perdidas nos imensos espaços continentais, contribuía para o hermetismo feudal e o isolamento patriarcal, enquanto que a rusticidade do meio natural atuava como um peso para a expansão da riqueza material das populações.

Devido à prematura centralização do Estado, o camponês teve de contribuir com um duplo tributo: ao senhor feudal e ao Tzar, num ambiente histórico natural desfavorável. Daí o atraso e a pobreza do país, que teve de recorrer ao Ocidente para modernizar-se, num lento processo em que o Estado, em aliança com a aristocracia feudal, presidia as transformações, como forma de garantir a sobrevivência nacional. A própria burguesia comercial russa não chegou nunca a rivalizar-se com a européia e antes viu-se atrelada a ela, agindo como parceira menor, em regime de complementariedade, atuando no interior do país e nas suas relações comerciais com a Ásia, enquanto o grande comércio marítimo ficava nas mãos dos burgueses forâneos. Somente a presença de grandes massas populacionais, que continuamente se viam alargadas pelas conquistas tzaristas, possibilitava um excedente suficente para a manutenção do pesado aparelho estatal, que se ergueu sobre os ombros já assoberbados dos camponeses com as imposições senhoriais.

A precariedade das bases materiais da existência da população rural e a pressão tributária por parte do senhor feudal e da monarquia estão na raíz do desgaste da economia russa e dos pilares do próprio Estado tzarista, assim como da cadeia de revoltas camponesas que, sem possibilidade de sucesso,

estremeceram por mais de uma vez a sociedade da Rússia Imperial, sem derrubar o domínio absoluto da nobreza e dos proprietários fundiários.

O ponto de partida para o desenvolvimento do capitalismo na Rússia foi a Emancipação dos Servos, promovida em 1861 pelo Estado, abalado pela derrota na Guerra da Crimeia (1853-56), que pusera a nú a debilidade orgânica da sociedade existente.

Antes da Reforma de 1861, a ordem de produção estabelecida baseava-se na divisão das terras entre senhores e servos. O servo e sua família exploravam o nadiel, do qual obtinham seus meios de subsistência, sendo obrigados a labutar, gratuitamente, com seus próprios instrumentos de trabalho, nas terras do senhor. Embora o servo estivesse mais vinculado ao seu senhor do que à terra, podendo ser vendido separadamente, de sua parte estava preso ao nadiel, não podendo afastar-se das terras de seu usufruto. Assim, o servo cultivava, privativamente, a terra de sua posse privada, estando obrigado a trabalhar nas terras de seu senhor com sua unidade básica de produção, a família.

A exploração do solo estava condicionada pela coerção de afolhamentos, que implicava no trabalho coletivo de toda a obshchina, ou **mir**, a comunidade camponesa aldeã. A criação de animais e a exploração dos bosques ainda dominavam a exploração agrícola: o gado fertilizava o solo através de seu estrume, e os bosques forneciam a lenha e a madeira para a indústria doméstica rural de móveis e ferramentas. As pastagens e os bosques eram de usufruto comum tanto por parte dos servos, coletivamente, quanto por parte dos senhores.

Na base do sistema de produção estava a família do servo, que lavrava a terra, seja a sua, seja a do senhor, e laborava nas indústrias domésticas, que na Rússia, alcançaram notável desenvolvimento. A família era uma unidade de produção em grande parte auto-suficiente, conjugando agricultura, pecuária,

extrativismo vegetal e pequena indústria, ao mesmo tempo que produzia os excedentes que garantiam a existência dos senhores feudais e do Estado.

Com a Reforma, os servos tornaram-se proprietários legais das terras de sua posse - das terras de nadiel - mas foram obrigados a compensar os senhores pelos seviços que não poderiam mais ser-lhes exigidos. Assim, tiveram de resgatar as terras que ancestralmente lhes pertenciam, assim como a sua liberdade, em pagamentos anuais que se estenderiam durante 49 anos, a juros de 6% ao ano. Durante o período de liquidação da dívida, os camponeses ficavam numa situação de "dependência temporal", não podendo vender ou hipotecar suas parcelas. Às vésperas da Emancipação, o governo valorizou a terra, elevando drasticamente seus preços, de forma a beneficiar os antigos senhores.

Dentro de certas limitações, o senhor tinha liberdade de "conceder" um lote maior ou menor a seus servos, cobrando-lhes então um preço maior ou menor pelo resgate. Os lotes "concedidos" variaram de tamanho de acordo com a região, a localização da terra, etc. Em alguns casos, os senhores desobrigaram inteiramente seus servos, quando estes aceitaram apenas 1/4 de suas terras, deixando o resto ao senhor. No caso dos servos com pequenos lotes e dos serviçais domésticos, foram inteiramente marginalizados, não recebendo terra alguma. No caso dos servos industriais, quando receberam terras, conseguiram lotes inferiores aos que tinham direito.

Além do sistema de "concessão" de terras em regime de propriedade privada, e de liberdade aos seus servos, os antigos senhores tenderam a reter em suas mãos as terras de usufruto comum, isto é, os pastos e os bosques. "As melhores terras dos camponeses, os prados, bebedouros e bosques foram "recortados" a favor dos proprietários fundiários".[9] Em média, os recortes a

---

[9] TRAPÉZNIKOV, op. cit. nota 8, p.24.

brangeram 1/5 das terras camponesas do país. Mas o pior é que as terras camponesas ficaram intervaladas em cunha entre as dos latifundiários, dando origem aos enclaves que contribuíram para que os camponeses se vissem obrigados a arrendar as terras de seus antigos senhores.

Mas além de perderem parte de suas terras e se virem obrigados a resgatar o restante, assim como sua própria independência, os camponeses também tiveram de suportar toda sorte de impostos diretos e indiretos, necessários à manuten - ção do aparelho de Estado em processo de reorganização.

A Reforma quebrou os alicerses do sistema feudal. A partir de então, o processo de desenvolvimento do capitalismo seguiu duas direções bem definidas, com amplo predomínio da segunda: a diferenciação dos camponeses e a transformação dos proprietários fundiários em grandes capitalistas.

O sitema de pagamento compulsórios atuou poderosamente arruinando as explorações camponesas. Num período onde o mercado era pouco desenvolvido e as técnicas de produção rudimentares, parcela substancial dos camponeses, grande parte dos quais, dado o processo inicial de repartição das terras de nadiel, tinham ficado com lotes reduzidos, incapazes de propiciar uma produção suficiente para cobrir suas necessidades ' de sobrevivência, não conseguiam os recursos suficientes para pagar seu resgate, tendo, então, que arrendar suas terras e trabalhar como assalariados. Por outro lado, aqueles campone - ses melhor situados, que contaram com uma repartição favorável das terras de nadiel, ou que tinham conseguido amealhar recursos de outra forma, expandiam suas explorações, requisitando mais terras, através do arrendamento, e mais mão-de-obra, através da contratação dos camponeses empobrecidos. Assim, observava-se um processo de crescente diferenciação dos camponeses , com a concentração de terras, cavalos, arados, demais meios de produção, e de meios de subsistência, nas mãos de uma minoria

de componeses acomodados, e a perda dos meios de produção e subsistência por parte da maioria, trilhando o caminho da proletarização.

A segunda direção seguiu diretamente os objetivos da Reforma. Ao destinar parcelas insuficientes de terra aos camponeses, ou ao desobrigá-los de sua obrigações feudais, em troca da maior parte de suas terras, os antigos senhores retiravam o principal meio de produção necessário à independência dos ex-servos: a terra. Ao subtrair dos camponeses os prados e bosques, os grandes proprietários fundiários feriram de morte a exploração familiar do nadiel, que necessitava das pastagens para o gado que produzia o estrume usado nas lavouras e pequenas quantidades de carne e leite que faziam parte da cesta de consumo dos camponeses, e dos bosques, que forneciam a lenha e as matérias-primas para a indústria doméstica de móveis, utensílios e meios de produção. Ao impor o pagamento do resgate, os latifundiários não só conseguíam uma renda em dinheiro, que poderiam acumular para posterior utilização como capital, como forçavam os camponeses a procurar o mercado de trabalho, a fim de obterem os recursos indispensáveis para efetuá-los. Em outras palavras, a Reforma atingiu diretamente a maioria camponesa, proletarizando-a, retirando os meios de produção da maior parte dos camponeses e atirando-os nas mãos dos grandes proprietários de terra; criava simultaneamente oferta e demanda de força de trabalho.

De qualquer modo, ambos os processos geravam mercado interno para o capitalismo. A transformação de parte dos camponeses em burguesia rural criava mercado para bens de consumo e meios de produção, enquanto que a transformação de outra parte em proletariado gerava mercado de meios de consumo. Do mesmo modo, atuava a transformação dos latifundiários em burgueses e dos seus servos em proletários. Contudo,apesar de que ambos os processos atuarem num mesmo sentido geral, guardavam particularidades próprias. A apropriação, por parte dos

proprietários fundiários, de parte das terras de nadiel, das pastagens e dos bosques, a imposição dos pagamentos de resgate, arruinavam as explorações camponesas, mas não da noite para o dia. O camponês ia se empobrecendo a passos firmes, com o esgotamento de suas terras, sobreutilizadas, a prematura mercantilização de sua produção, com o que só conseguia preços ínfimos pelos seus produtos, e seu assalariamento em condições desfavoráveis, muitas vezes para o capital comercial, que explorava as indústrias a domicílio. No entanto, este processo era lento, principalmente porque a família camponesa tentava contrabalançar seu empobrecimento progressivo intensificando e estendendo sua jornada de trabalho. O próprio latifundiário, ao arruinar seus ex-servos e ao prendê-los pela dívida do resgate, conseguia a mão-de-obra de que tinha necessidade, a preços vis. Em muitos casos, o resgate continuava sendo pago pelo sistema de prestação de serviços, ou, ainda, o salário do trabalhador assumia a forma de direito de exploração de terras do senhor, tendo o trabalhador de reembolsá-lo através de dias de serviço. "Desta forma, em que pese a ruptura do velho sistema baseado na prestação pessoal, ele não fora destruído completamente. Em muitas regiões, a separação das terras camponesas e senhoriais não se efetuara de imediato, visto a tendência dos últimos reterem partes essenciais das terras camponesas (prados, bosques, etc); impossibilitando-os de explorarem a terra por sua conta própria, submetendo-os à dependência e à continuidade do pagamento em trabalho".[10]

Ora, "a existência do pagamento em trabalho impede a introdução de inovações técnicas e entrava o crescimento da produção agrícola com todas suas conseqüências (...), constituindo-se uma barreira ao livre desenvolvimento das forças produtivas"[11] isto, não só porque as condições de sua existência dizem

---

10 OLIVEIRA, F. A de., op. cit. nota 8, p.78

11 ibid., p. 79.

respeito à economia natural, ao baixo nível técnico, etc, mas principalmente porque cria uma tal dependência do trabalho para com o capital, uma abundância tão grande de mão-de-obra, e salários tão miseráveis, que a utilização de maquinaria encontra um forte obstáculo. Era mais barato, em muitos casos, produzir com a mão-de-obra disponível, paga somente com o direito de explorar terras do proprietário, de forma extensiva,com técnicas arcaicas, do que utilizar maquinaria cara e tecnicamente sofisticada. O próprio estado de prostração e ausência de cultura das massas camponesas imersas nestas condições dificultava a minipulação de instrumental moderno.

Destarte, apesar da Emancipação haver partido a espinha dorsal da ordem feudal, dando condições ao florescimento do capitalismo, que induzia as fazendas camponesas a voltarem-se para o mercado, a desarticulação das formas de vassalagem e de dependência pessoal, a intensificação da afluência de capitais ao campo, seria incapaz de forçar uma rápida passagem ao capitalismo avançado. As relações feudais haviam sido minadas, mas não destruídas. "Assim, pois, não pôde surgir de um golpe a economia capitalista, a economia baseada na prestação pessoal não pôde desaparecer de um modo súbito.O único sistema de economia possível era, portanto, um sistema de transição, que reunisse os traços característicos do sistema da prestação pessoal e do capitalista".[12]

Como resultado da piora das condições de vida da população rural, com o empobrecimento da maioria, e da utilização por parte da nascente burguesia "kulak" e dos proprietários fundiários de um número maior de trabalhadores em cooperação, da consequente especialização produtiva e divisão

---

12 LENIN, op.cit. nota 8, p.178. A tradução é nossa.

do trabalho, cria-se um movimento de migração para as cidades, onde uma nascente indústria atendia aos reclames do desenvolvimento do mercado interno. Contudo, também aí repetia-se o que ocorria no campo: baixos salários, sujeição da força de trabalho, inibição do progresso técnico.

Na verdade, o lento desenvolvimento das relações capitalistas no campo impunha um ritmo retardado de progresso da indústria. Esta, antes da Reforma, com a exceção da indústria mineira e siderúrgica, baseadas no trabalho servil,de parte da têxtil, e de alguns centros, encontrava-se orgânicamente ligada à agricultura e à produção para autoconsumo, destacando-se apenas as indústrias do kustares, que propiciava oportunidades de ocupação subsidiária aos servos agrícolas. Com o Ato de Emancipação e as transformações na agricultura subsequentes, a lenta desintegração da indústria caseira e o empobrecimento dos camponeses provocaram um crescimento relativamente profundo dos kustares, que voltaram-se mais para o mercado, dinamizado pelo crescimento da demanda.

As indústrias dos kustares viram-se inteiramente dominadas pelo capital comercial. O comerciante, inicialmente surge como monopolizador das compras, impondo-se aos pequenos produtores dispersos. Logo se transforma em usurário,financiando a produção e o consumo dos pequenos industriais, para, em seguida vender-lhes as matérias primas."... quando o comerciante começa a distribuir diretamente os materiais aos kustares para que trabalhem em troca de uma remuneração, o produtor direto se reduz a um trabalhador assalariado"[13], com o comerciante transformando-se em capitalista industrial. Este, ao reunir um grande número de trabalhadores num mesmo local, permite o surgimento da cooperação simples e da manufatura, com a divisão do trabalho. A manufatura surge também da transformação do antigo produtor de kustar em produtor capitalista industrial e comerciante.

---

13 OLIVEIRA, F. A. de., op. cit. nota 8 , p.82.

O período de 1860 a 1880 iria conhecer as mais diversas formas de manufatura e indústria a domicílio, refletindo esta evolução provocada pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. Mas a grande indústria uma vez realizada a Reforma , iria encontrar obstáculos formidáveis ao seu desenvolvimento . Ainda aí, o atraso do desenvolvimento das relações capitalistas no campo e o estado miserável dos trabalhadores dificultava a expansão industrial.

Deste modo, o capitalismo na Rússia, após 1861, abria caminhos penosamente, com a maioria da população rural arruinando-se lenta, dolorosa mais inexoravelmente. Assim, no período 1861/1870, à lenta transformação na agropecuária correspondeu um pequeno progresso na indústria, sendo que em alguns setores houve queda da produção, como no caso de lã, do ferro gusa, etc.

"Destarte a crescente diferenciação do campesinato tende a atuar como elemento fundamental na decadência do sistema de pagamento em trabalho e na vitória definitiva do capitalismo, na medida em que a crescente mercantilização da agricultura vis a vis a crescente ruína da maioria camponesa, dilui os traços do velho sistema e impele, inexoravelmente, os camponeses para os caminhos da proletarização".[14] A medida em que se impunha, o processo de desenvolvimento industrial ganhava novo ímpeto, impulsionado pelo aumento da demanda de máquinas e pela expansão de produção agrícolas. Já na década dos 70, a produção e a importação de maquinaria agrícola cresceu extraordinariamente, enquanto que a exportação de produtos agrícolas criava condições para a importação de produtos industriais e de capitais.

Contudo, apesar de ver seu dinamismo acelerado, a industrialização da Rússia sofria o peso do atraso agrícola. É neste quadro que a ação do Estado se torna imprescindível para impor novo ritmo à industrialização, seja estimulando a constru

---

[14] OLIVEIRA, op.cit. nota 8, p. 80.

ção de ferrovias, seja financiando parte dos investimentos, seja garantindo os lucros do capital estrangeiro. Já na Guerra da Criméia ficara claro a debilidade do sistema de transporte, despertando o interesse estatal pelo desenvolvimento das ferrovias. Na crise mundial da década de 1870, a queda dos preços nos mercados de cereais alertou os dirigentes tzaristas a favor da industrialização. Surgia assim, no momento em que a Rússia já produzia um significativo volume de cereais para exportação, a possibilidade de conjugar a atração de capitais estrangeiros e a importação de máquinas e equipamentos com o desenvolvimento das ferrovias e a instalação da grande siderurgia.

A grande indústria que então se instala na Rússia deve seu vigor, antes de tudo, à expansão ferroviária. Esta, não só permitiria integração da produção agrícola ao mercado, mas provocou um extraordinário aumento da demanda de meios de produção. Foi juntamente este crescimento da demanda que permitiu o florescimento da grande indústria siderúrgica, amparada pelo Estado e implantada pelo capital estrangeiro. A siderurgia, por sua vez iria assentar as bases do desenvolvimento industrial da Rússia.

Na verdade, para implantar de forma aceleradao sistema ferroviário e a grande indústria siderúrgica, a Rússia podia contar, no último quartel do século XIX, com uma importante exportação de produtos agrícolas, possibilitada pela mercantilização da produção rural, que permitia a importação de máquinas e equipamentos e dava suporte aos movimentos do capital financeiro internacional. Por outro lado, a sujeição do campesinato e a força do Estado, em aliança com a nobreza latifundiária, favorecia a extorsão da massa dos camponeses, que garantiam, devido ao seu número e às custas de sua ruína, uma importante receita tributária aos cofres tzaristas, que avalizavam as empresas estrangeiras e bancavam os investimentos ne-

cessários, que o capital internacional não estivesse disposto a efetuar. Atraído então pelas oportunidades criadas, o capital financeiro internacional destinou grandes somas aos seus empreendimentos em território russo, contribuindo, decisivamente, para a sua industrialização.

Durante o quinqüênio 1860-64, a produção de ferro na Rússia alcançou apenas 296,8 mil toneladas, subindo para 310 mil durante o período 1865-69 e para 375,6 mil no seguinte, 1870-74. Em 1872 entra em operação o primeiro alto forno, instalado por um inglês, John Hughes. No quinqüênio seguinte a produção de ferro já alcança 425,7 mil toneladas, subindo para 616,6 mil ton. no período 1885-89. Neste mesmo quinqüênio, a produção de carvão de pedra atingiu quase 5 milhões de toneladas, contra 357,5 mil no período 1860-64. A construção de ferrovias também teve prosseguimento durante todo o período 1860-90, com a instalação de 1 366 Km na década de 1860, 3.300 na seguinte e 1.450 Km na década de 1870. A importação de máquinas e equipamentos também cresceu rapidamente durante o período 1861-80, atingindo a média de 49,9 milhões de rublos durante os últimos 5 anos desta fase contra 7,4 nos 5 primeiros. No decênio seguinte a importação de máquinas e equipamentos caiu significativamente, mas voltou a se recuperar no último decênio do século XIX.[15]

A expansão da rede ferroviária e da siderurgia tiveram, por sua vez, profundo impacto sobre o restante do setor industrial e sobre a agricultura. A extraordinária melhoria do sistema de transportes facilitou a mercantilização da produção agrícola e seu rápido escoamento ao mesmo tempo que suprimiu o secular isolamento de muitas comunidades. Difundiu-se, no meio rural, ainda que lentamente, o emprego de meios de produção mais modernos, confeccionados com ferro. O rápido crescimento do proletariado urbano e a acumulação de capital na indústria pesada expandiu o mercado de meios de consumo, dando condições ao florescimento da grande indústria têxtil e da indústria alimentar. O consumo de algodão em rama[16] aumentou de 29,5 mil ton. no período 1860-64 para

---

[15] Para estes e outros dados, veja-se VILLELA, op. cit. nota 8, p.34

[16]

150,9 mil ton. no quinqüenio 1885-89, enquanto que a produção de açúcar saltou de 82 mil ton. em 1865-69 para 387,0 mil ton. em 1885-89.

O crescimento da grande indústria de meios de consumo, por sua vez, reagiu sobre a evolução da agricultura, penetrando nos mercados rurais, agora acessíveis pelas ferrovias, e destruindo pela concorrência a indústria doméstica rural e a indústria dos kustares, que viu-se obrigada, ou a trilhar o caminho da grande indústria, ou a regredir pouco a pouco, até perecer. A decadência da indústria rural lançou novos contingentes populacionais na miséria, obrigando-os a buscar as cidades, assim como favoreceu a especialização dos camponeses na atividade agrícola e pecuária, com o abandono das indústrias acessórias.

Mas o verdadeiro ponto de inflexão no processo de industrialização da Rússia pré-revolucionária se deu mais ou menos por volta de 1887. De fato, deste ano até 1900, assiste-se a um verdadeiro "boom" ferroviário, com a construção, apenas no período 1890-99, de 3.989 Km de estradas de ferro. Taxou-se, então, pesadamente, a importação de trilhos, criando-se mercado para a produção de ferro, que atingiu 3.145,6 mil ton. durante a década de 1890, contra 1.093,8 mil na anterior. Também a produção de carvão saltou para 17 milhões de ton. nesta última década do século XIX, contra 9,6 milhões nos anos de 1880-89. Sob o empuxo da expansão da indústria de transportes e da siderurugia, cresceram as indústrias de meios de consumo, com o consumo de algodão em rama alcançando 395,2 mil ton. e a produção de açúcar atingindo 1.103,7 mil ton. no mesmo período.

"Assim, o apoio do Estado à construção de ferrovias e o favoritismo concedido ao capital estrangeiro tendeu, como conseqüência, a apressar a instalação da grande indústria na Rússia, importando tecnologia e capital dos países avançados, enquanto subsistia uma agricultura muito primitiva e um trabalho a domicílio onde o nível técnico era muito atrasado com um capitalismo industrial e financeiro muito avançados em algumas re-

giões".[17]

As relações com o exterior refletiam indiscutivelmente este perfil: exportação de produtos agrícolas e matérias-primas, importação de produtos industriais, de fábricas, de pessoal técnico e de direção, financiamento internacional. A agricultura expandia-se no sentido capitalista, pois, sob a influência do mercado externo, enquanto que a indústria crescia sobre o suporte dos pequenos mercados urbanos, aumentados pela própria ação da industrialização pesada, o que dificultava seu desenvolvimento. Sob o suporte e o estímulo do Estado, e com a entrada maciça do capital estrangeiro, penetrava a grande indústria capitalista na Rússia, coexistindo com uma estrutura agrária atrasada, sob o domínio dos grandes latifundiários, e com formas arcaicas de produção industrial, disseminadas nas imensidões russas.

2.3 O padrão norte-americano de desenvolvimento agrícola

Padrão inteiramente distinto de evolução agrícola pode observar-se na América do Norte.[18] Ao contrário da Rússia Tzarista, "os Estados Unidos não precisaram carregar o peso do regime feudal".[19] A ausência de uma economia latifundiária precedente e o regime de colonização - baseado na pequena propriedade - , permitiram o livre desabrochar do capitalismo, que conseguiu suas condições mais favoráveis de desenvolvimento.

---

[17] OLIVEIRA. op. cit. nota 8, p. 85.

[18] Ver:

HUBERMAN, L. História da riqueza dos EUA (nós, o povo) São Paulo , Brasiliense, 1978. 324 p.

LENIN, V.I. Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as Leis de desenvolvimento da capitalismo na agricultura. São Paulo, Brasil Debates, 1980. 100p.

MOORE JÚNIOR, B. A guerra civil americana; a última revolução capitalista. In: - As origens sociais da ditadura e da democracia; senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa , Cosmos, s.d. p.141-189.

NIVEAU, M. Industrialização e crescimento dos Estados Unidos In: ____. História dos fatos econômicos contemporâneos. São Paulo, DIFEL, 1969 p.77-102.

[19] NIVEAU, ibid. p. 78.

Como se sabe, a região da Nova Inglaterra (Maine, New Hampshire, Vermont, Massachusets, Rhode-Island e Connectticut) foi colonizada de forma predominante por pequenas fazendas alicerçadas no trabalho familiar, com pequenas plantações de grande variedade de cultivos, o mesmo ocorrendo com o Médio Atlântico (Nova York, Nova Jersey e Pensilvânia). Em contraste, já no sec. XVIII, no Sul (Virgínia, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia), a cultura do fumo se havia difundido, em grandes explorações baseadas no trabalho escravo. Nestas condições, na região de Nova Inglaterra e Médio Atlântico no mesmo período desenvolvera-se o artesanato em larga escala, a construção de navios, o transporte de mercadorias, a pesca, inclusive a da baleia, enquanto que no Sul já se observava uma especialização agrícola acentuada.

Interessante observar o sistema inicial de migração para as colônias americanas: os que não tinham dinheiro para pagar a viagem (a maioria), assinavam um contrato - o "ajuste" - com o capitão do navio, transformando-se em "criados ajustados". Quando o navio aportava na América do Norte, os "criados ajustados" eram comprados por senhores americanos, que pagavam suas passagens aos capitães. O emigrante transformava-se, então, em servo durante um período determinado - em geral de 4 a 7 anos - , quando sua dívida era considerada liqüidada. Depois disso, recebia um pequeno lote de produtos e estava livre. Na verdade, em muitos casos o seqüestro de pessoas e a compra de parentes pobres consistia num método adicional de se conseguir emigrantes - os futuros "servos ajustados" dos navios de transporte.

De qualquer modo, este sistema de imigração, conjugado à dos que tinham recursos para a empresa, possibilitou o crescimento contínuo da população das colônias americanas. Ocioso dizer o motivo básico do movimento migratório: o acesso à terra. O imigrante, uma vez tendo servido como "criado ajustado", poderia dirigir-se à fronteira agrícola e transformar-se em produtor independente.

Por volta de 1750, os fronteiriços já haviam atingido os Apalaches, provocando nos anos seguintes a guerra dos sete anos entre Inglaterra e França, potência proprietária das terras a oeste dessa cadeia montanhosa. Apesar da vitória inglesa, estas terras só se tornaram legalmente acessíveis depois da Guerra da Independência, travada em 1776/1783.

A Guerra da Independência e a Constituição dos Estados Unidos (1787) constituíram os marcos iniciais do desenvolvimento capitalista da América do Norte. A primeira provocou o nascimento do Congresso, a subdivisão das grandes propriedades dos tories, deu um poder extraordinário aos pequenos proprietários, solapou o sistema de heranças por progenitura, incentivou, no Norte, medidas para libertação e ajuda dos escravos, provocou a supressão da sustentação da Igreja pelo Estado, etc. A segunda permitiu o nascimento de um Estado centralizado, forte, que assegurasse a propriedade privada dos meios de produção contra as classes despossuídas, gerando o arcabouço das instituições que garantissem o domínio político das classes possuidoras. Os governos estaduais perderam seu poder de emitir papel moeda; o Congresso passou a controlar o comércio internacional e interestadual, podendo recolher impostos e constituir um exército e uma esquadra; os "poderes" foram separados, e criou-se um sistema de representação popular com certa autonomia em relação às massas. Em outras palavras, constituiu-se a democracia burguesa.

Além de todas estas medidas de caráter político, com a Independência e a Constituição, possibilitou-se e incentivou-se o acesso às terras do oeste dos Apalaches. O regime de apropriação, era o seguinte: o governo vendia lotes de 640 acres (260 ha) aos ocupantes, ao preço de 2 dólares o acre, com o pagamento de 50% do valor à vista e 50% decorridos um ano. Este regime foi em seguida modificado, primeiro, com a redução do tamanho dos lotes para 320 acres e, em seguida para 160 acres (65 ha), com o pagamento de 25% em quarenta dias depois da compra, e o restante em 3 pagamentos anuais a começarem depois de 2 anos após o primeiro. Em 1820 o preço da terra foi reduzido para 1 dólar e

1/4.[20]

Este sistema provocou um extraordinário afluxo de imigrantes para a fronteira agrícola, que expandiu-se então vertiginosamente. Em 1770, a população a oeste dos Apalaches chegava a apenas 5.000 pessoas. Em 1840, o número havia saltado para 8.000.000.[21] Esta enorme expansão da fronteira agrícola, motivada pelo movimento migratório, forçou o prematuro desenvolvimento do sistema de transportes, forçando a construção de ferrovias (como a Estrada Nacional), o aproveitamento dos rios navegáveis (como o Mississipi) e a construção de barcos e portos fluviais, a construção de canais (como o do Erie, ligando Albany, no Rio Hudson, ao lago Erie), etc. Também possibilitou um crescimento desmedido do mercado interno e do comércio, com a troca de produtos agrícolas das farms do oeste pelas manufaturas das cidades do leste, isto é, do Nordeste (regiões da Nova Inglaterra e Médio Atlântico). Em 1819, por exemplo, 136.300 toneladas de mercadorias, avaliadas em 16,7 milhões de dólares foram enviadas do oeste em expansão pelo Mississipi até Nova Orleans, de onde eram embarcadas para as demais cidades americanas. Em 1860, o volume havia crescido para 2.187.000 ton., avaliadas em 185,2 milhões de dólares.[22]

O desenvolvimento da agricultura no Oeste dos Apalaches criou um mercado em expansão para produtos industriais. Contudo, mesmo após a introdução da maquinaria, cujos planos de construção foram trazidos por imigrantes[23] a expansão da grande indústria norte-americana seguiu passos lentos, devido à concorrência inglesa. Somente com a Guerra entre a Inglaterra e França,

---

[20] HUBERMAN, op.cit. nota 18, p.94-5

[21] ibid, p.83.

[22] ibid, p.105.

[23] Em 1789 Samuel Slater chega aos Estados Unidos e consegue montar o primeiro conjunto completo de fiar linha, segundo o plano Arkwright. Ver:
HUBERMAN, op.cit. nota 18, p.127.

em 1793, e a proibição do comércio em 1808, é que a grande indústria pôde crescer rapidamente nos Estados Unidos.

Mas o crescimento industrial cedo esbarrou com o problema da escassez relativa de mão-de-obra, devido à constante mudança dos imigrantes recém-chegados para a região de fronteira. A escassez de força de trabalho e seu alto custo agiu como um extraordinário acicate ao avanço técnico, o que permitiu inclusive o emprego de mão-de-obra feminina e infantil. O avanço técnico exigia, por sua vez, uma produção crescente e uma modernização constante de máquinas [24], o que atuou reforçando o processo de industrialização.[25]

A própria produção fabril, incentivada pela expansão agrícola e pelo fluxo de imigrantes, por sua vez, agia forçando a mercantilização crescente da agricultura, ao destruir, pela concorrência, o artesanato rural. Os farmers, assim, para obterem os produtos que anteriormente eram elaborados pela indústria doméstica rural, tinham de recorrer ao mercado, o que forçava-os a destinar parcelas crescentes de sua produção para venda. A mercantilização progressiva da produção agrícola, por sua vez, gerava mercado para a produção industrial, com o que o círculo se fechava.

Assim, o resultado do processo foi um acelerado crescimento de produção industrial, cujo valor saltou de 198,6 milhões de dólares em 1810 para 483,3 milhões em 1840 e 1.885,9 milhões em 1860, crescendo a uma taxa média geométrica de 3,0% ao ano no período 1810/1840 e de 7,0% no período 1840/1860, taxas extremamente elevadas para a época.[26] Na verdade, só a partir de

---

[24] No período 1790-1810 o número de patentes por ano concedidas nos E.U.A. atingiam a média de 77. No período 1850-1860 este número havia pulado para 2.300. Ver:
HUBERMAN, L., op. cit. nota 18, p.133.

[25] Ver ainda:
NIVEAU, L., op. cit. nota 18, p.91-93.

[26] HUBERMAN, L., op. cit. nota 18, p.136.

1830 é que há um verdadeiro arranco industrial, com uma notável expansão, particularmente depois da crise de 1939-43. Neste surto industrial, o papel de motor coube à indústria têxtil[27], favorecida pelo aumento da produção sulina de algodão. Contudo, já na década de 1840 o Nordeste torna-se uma região fabril, diminuindo sua dependência em relação ao Sul e aumentando-se a interdependência entre o Nordeste e o Oeste.

Cedo, a industrialização do Nordeste entrou em choque com o Sul escravista, exportador de algodão e importador de manufaturados. O Nordeste, após 1846, queria tarifas de importação elevadas, enquanto o Sul, lutava pela sua redução.[28] Em 1852, os interesses dos plantadores escravocratas derrotaram a lei Homestead no Senado. Acabou por formar-se então uma aliança entre os nortistas industriais e os fronteiriços: os primeiros, queriam tarifas aduaneiras elevadas; os segundos, livre ocupação de terras.[29] Esta aliança e o antagonismo com o Sul terminaria na Guerra da Secessão, que derrubaria os últimos grandes obstáculos ao deslanchar do capitalismo nos Estados Unidos.

O segundo marco na história do desenvolvimento norte americano, deste modo, é a Guerra de 1860/1865, que terminou com a abolição da escravidão nos Estados do Sul, forçando a divisão dos grandes latifundios. Com ela, finalmente os capitalistas do Norte podiam ditar livremente os rumos da política, de modo a favorecer o desenvolvimento mais rápido do capitalismo. Neste sendido, algumas medidas foram sintomáticas: elevação das tarifas de proteção aduaneira; construção de novas estradas, especialmente ferrovias; importação de trabalhadores estrangeiros; consolidação do sistema bancário, etc. Mas uma das medidas que maior impacto teria seria o "Homesteads Act", de 1862, que permitia a livre apropriação de lotes de 160 acres por qualquer família que explorasse efetivamente a terra.

---

[27] NIVEAU, op. cit. nota 18, p. 95.

[28] MOORE JÚNIOR, op. cit. nota 18, p. 158.

[29] ibid, p. 160-164.

Assim, "a história das mudanças que se passaram na agricultura depois da Guerra Civil não é só a história da transformação fundamental da economia sulina. É a história de uma revolução tão grande que modificou o modo de vida não somente dos americanos mas também dos europeus".[30]

Este tipo de ocupação do solo funcionou como um extraordinário estímulo à atração de imigrantes, acelerando a imigração ao máximo, principalmente de europeus, que, em levas de milhões, ocuparam o resto da superfície do oeste dos Estados Unidos, protagonizando a segunda "marcha para o oeste", fazendo expandir rapidamente a fronteira agrícola.

Desde modo, "a Lei de Cessão de Terras em 1862, que dava 160 acres de terra arável no oeste a quem quisesse cultivá-la, foi um imã a atrair gente. Os imigrantes continuavam a ser despejados nos Estados Unidos".[31] Assim, a população saltaria de 31 milhões em 1860 para 76 milhões em 1900, alcançando 92 milhões em 1910, enquanto que o número de farms e a área cultivada quase triplicaram entre 1860 e 1900, atingindo 5.717 mil fazendas e 413,3 milhões de acres cultivados (167,9 milhões de ha) neste último ano. Em 1910, o número total de farms era de 6.364 mil unidades, com uma superfície total ocupada 1.903 milhões de acres, (773 milhões de ha) dos quais 476 milhões de acres (193 milhões de ha) cultivados.[32] Mas à medida em que a onda de imigrantes fazia expandir a fronteira agrícola, com a ocupação das terras virgens do meio oeste, a própria terra ia tornando-se fator escasso no leste, nas áreas de ocupação mais antiga. Por outro lado, parte dos farmers que se tinham instalado há mais tempo nestas regiões, haviam acumulado algum capital, interessando-lhes, pois, a expansão de suas explorações, o que implicava em conseguir terras e braços adicionais. Por outra parte, parcela dos antigos farmers, por sorte diversa, que ia desde a ocupação de lotes de

---

[30] HUBERMAN, op. cit. nota 18, p. 133.

[31] ibid., p. 176.

[32] LENIN, op. cit. nota 18, p.5-6.

terras desfavoráveis, até a ocorrência de fatores aleatórios, havia se empobrecido e encontrava-se incapaz de manter suas explorações, tendo, deste modo, terras e braços disponíveis. Uma das alternativas que dispunha era vender suas terras e deslocar-se para a fronteira agrícola em expansão, bem a oeste. A outra, era assalariar-se, vendendo sua força de trabalho ao primeiro grupo. Deste modo, existia uma demanda de terras e força de trabalho, de um lado, e uma oferta, de outro. A esta última, somava-se parte dos imigrantes que continuavam a aportar à América do Norte. Contudo, em ambos os casos, sobrava à força de trabalho disponível sempre a alternativa de migrar novamente e ocupar um novo lote de terra, situado na fronteira de expansão da ocupação do solo. Isto implicava que os salários fossem relativamente elevados, para impedir o deslocamento dos trabalhadores para a fronteira, onde se transformariam em novos farmers. A escassez relativa de força de trabalho era, pois, uma característica da agricultura americana, pelo menos nas regiões norte e noroeste, onde o desenvolvimento agrícola era mais rápido.

Ora, em condições de altos preços e escassez de força de trabalho, os farmers bem sucedidos eram induzidos, em primeiro lugar, a introduzir máquinas e equipamentos que poupassem mão-de-obra e intensificassem o ritmo de trabalho; em segundo lugar, a racionalizar a empresa, a fim de compensar os altos custos de manutenção de trabalhadores assalariados. Em suma, eram forçados a intensificar a exploração. O período que se inicia com o término da Guerra Civil e vai até o início do século XX conheceria, desta forma, uma série de inovações, como as máquinas de separar joio, o trator a gasolina (introduzido em 1900), os arados puxados por tratores, desenterradores de batata, colhedeiras mecânicas de algodão, plantadores de milho, empilhadores de feno, etc. Também por volta de 1890, termina a fase mais aguda da expansão da fronteira agrícola, com o fim da maior parte das terras disponíveis, o que provoca um crescimento extraordinário das necessidades de adubar a terra, em lugar de abandoná-la, quando esgotada, e partir para a fronteira.

A maquinização da empresa, conjuntamente com a intensificação da exploração e a adubação do solo, criava, por sua vez, uma grande demanda por máquinas, equipamentos e insumos da indústria urbana. A industrialização, recebia, deste modo, novo impulso, com o aumento exponencial da demanda de produtos industriais pela agricultura. Mas também aqui se repetia o fenômeno da relativa escassez e alto custo da força de trabalho. Para manter os imigrantes nos centros industriais e para suprir a escassez relativa de força de trabalho, a indústria urbana, acicatada pela demanda do meio rural, tinha de modernizar-se empregando máquinas em escala crescente. A própria opção do trabalho infantil e feminino implicava no emprego de maquinaria avançada, que simplificasse e diminuísse a necessidade de força muscular no processo de trabalho. Deste modo, a própria grande indústria urbana passava a demandar máquinas e equipamentos cada vez mais sofisticadas, o que reforçava ainda mais o processo de industrialização.

Mas o desenvolvimento da grande indústria urbana barateava e aperfeiçoava os seus produtos, que penetravam no campo, dissolvendo cada vez mais a pequena indústria rural, e obrigando a especialização crescente dos farmers. Além disso, o próprio uso de máquinas na agricultura e as necessidades da concorrência exigiam a especialização do agricultor, como reforço crescente do caráter mercantil da produção agrícola. O aprofundamento do caráter mercantil da agricultura criava, por sua vez, mercado para a indústria urbana, o que, ainda mais uma vez, incentivava seu desenvolvimento.

Deste modo, "... parece contradição dizer que este período (de expansão agrícola depois de 1865) assinalou a transformação dos Estados Unidos de nação agrícola em nação industrial. Entretanto, foi exatamente isso que aconteceu. Mesmo tendo havido aquela revolução na agricultura, a revolução que houve na manufatura (isto é, na grande indústria) foi maior ainda".[33] A produção industrial cresceu de 1.907 milhões de dólares em 1860

[33] HUBERMAN, op. cit. nota 18, p. 187. Os parênteses são nossos.

para 9.498 milhões, em 1894, quando os Estados Unidos tornaram-se então a maior nação industrial do mundo. O crescimento da indústria no período 1859/1899 pode ser avaliado pelos seguintes indicadores: o aumento do número de estabelecimentos no período foi de 3 vezes; o de assalariados cresceu 4 vezes; o valor da produção dos artigos industriais, 7 vezes; e o capital investido na indústria elevou-se 9 vezes. Desta forma apesar do brutal crescimento de produção agrícola, em 1890 o valor da produção industrial já havia ultrapassado o valor da produção agrícola, e em 1900 era duas vezes superior.[34]

Importante considerar o padrão das relações agricultura/indústria com o mercado externo existente no período. "Depois da Guerra Civil ós Estados Unidos transformaram-se numa grande nação industrial, mas também eram uma grande nação agrícola. Na realidade, foi antes de mais nada, devido à tremenda expansão da agricultura, que fez da América o celeiro do mundo, que os Estados Unidos puderam se tornar um País industrial de vanguarda. Os excessos de produção tornaram-se matéria para exportação, com a qual era possível pagar as importações necessárias, tanto em mercadorias como em dinheiro. Foi a expansão da agricultura que tornou possível pagar, em grande parte, as crescentes dívidas contraídas com os capitalistas do Velho Mundo." [35] Inicialmente, a revolução na agricultura ocorrida após a Guerra Civil propiciou o crescimento extraordinário das exportações de produtos agrícolas, com o que foi possível a importação de grande parte dos bens necessários ao processo de industrialização. Mas o que destaca-se na via americana é a rapidez com a qual o mercado interno passa a preponderar sobre o externo no comando do processo de desenvolvimento. Assim, já em 1900 o comércio interestadual, nos Estados Unidos, era maior do que o comércio internacional entre os países mais importantes da Europa.

---

[34] HUBERMAN, op. cit. nota 18 , p.187-90

[35] ibid. p.176.

Politicamente, "o elo entre a indústria do Norte e os agricultores livres impediu, na altura, a solução reacionária clássica dos problemas do industrialismo nascente. Este ajustamento teria sido constituído por industriais do Norte e plantadores do Sul, contra os escravos, os pequenos agricultores e os operários industriais."[36] Assim, formou-se, durante um período relativamente longo, uma aliança campesinato/burguesia, que permitiria o mais livre desenvolvimento das forças produtivas, dentro dos limites do capitalismo.

O resultado, pois, desta "via democrática" de desenvolvimento capitalista, foi um processo extremamente dinâmico, calcado na livre ocupação do solo por pequenos produtores, dentro do qual o desenvolvimento agrícola propiciado pela expansão das pequenas unidades agrícolas gerou um extraordinário impulso à expansão industrial, os salários situando-se num nível elevado, o progresso técnico ocorrendo com extrema rapidez e o mercado interno ganhando rapidamente a condução do processo.

---

[36] MOORE JÚNIOR, op. cit. nota 18, p. 164.

3 SINGULARIDADE DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO BRASIL

Como se verificou, o desenvolvimento do capitalismo (universal, em sua lógica processual) pode dar-se, no caso da agricultura, segundo dois padrões, isto é, ou através da transformação da economia latifundiária em moderna exploração capitalista, ou pela expansão da pequena propriedade camponesa em franco processo de capitalização, liberada pela liquidação revolucionária da grande produção pré-capitalista ou pela livre ocupação do solo economicamente acessível. Assim, a lógica universal do processo de desenvolvimento capitalista admite diferentes particularidades, dependendo da "via" de evolução agrícola.

Contudo, tanto a universalidade da lógica do capitalismo quanto a particularidade do padrão de desenvolvimento de dado país se fazem presentes na singularidade de sua evolução econômica. No caso do Brasil, o desenvolvimento do capitalismo leva a marca inequívoca da singularidade de seu desenvolvimento agrícola durante a fase de gênese e consolidação deste modo de produção.

O ponto de partida da emergência da ordem capitalista de produção no Brasil foi a economia escravista dominante em meados do século XIX.

3.1 A economia escravista de meados do século XIX

A passagem da economia escravista ao capitalismo no Brasil teve seu início em meados do século XIX, como resultado da contradição entre a expansão cafeeira e as relações

escravistas de produção.[1]

Por volta de 1850, o Brasil já havia superado seu estatuto colonial, com a ruptura do "exclusivo metropolitano"[2] e a formação do Estado Nacional. Este processo de quebra dos grilhões coloniais iniciara-se com a vinda à Colônia da Corte Portuguesa em 1808, por ocasião da invasão da Metrópole pelas forças napoleônicas, que objetivavam impor-lhe a participação do Bloqueio Continental. Com este evento, rompeu-se a intermediação portuguesa no comércio brasileiro, com sua liberação, assim como tentou-se, dentro dos marcos do escravis-

---

[1] *A respeito da evolução da sociedade e da economia brasileira depois da Independência até inícios do II? Império, Ver:*
BUARQUE DE HOLANDA, Sergio e CAMPOS, Pedro Moacyr (org.) O Brasil monárquico. São Paulo, DIFEL, 1967, volumes 1, 2 e 3.
PRADO JÚNIOR, Caio, A era do liberalismo (1808-1850) In: História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1981 p. 23-154 - Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 1982. 390 p.
FURTADO, Celso. Declínio a longo prazo do nível de renda: primeira metade do Século XIX. In: Formação econômica do Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1975 p. 106 - 109.

[2] *O "Exclusivo" metropolitano constituía-se no regime de reserva do mercado das colônias para a metrópole, segundo o qual esta apropriava-se do excedente da economia colonial. A este respeito ver:*
NOVAIS, Fernando A. A crise do antigo sistema colonial. In: Portugal e o Brasil na crise do antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo, HUCITEC, 1979 p. 57-111.
Este texto, escrito com brilhantismo, destaca a importância das colônias para a acumulação primitiva de capitais na Europa. No entanto, não mostra com clareza que o advento do capitalismo significou a subordinação do capital comercial ao industrial, assim como parece assumir uma posição teleológica, na medida em que explica a existência das colônias como um instrumento da formação do Capitalismo, que ainda estaria por vir. Na verdade, é apenas porque as relações capitalistas de produção estavam em processo de gestação na Europa é que o sistema colonial, ao possibilitar a acumulação de capital-dinheiro nas metrópoles, teve um papel importante no processo, não o inverso.

mo, promover o desenvolvimento das forças produtivas.[3] Em 1815, o Brasil deixou, legalmente, a sua condição de Colônia, sendo elevado à categoria de Reino Unido, juntamente com Portugal. Finalmente, em 1822 declarou-se a sua independência, que se consolidou com a guerra contra a ex-Metrópole, que durou até 1825.

Uma das condições do êxito da Independência, sem dúvida, foram as mudanças operadas na órbita da economia mundial pela Revolução Industrial iniciada na Inglaterra nos fins do século anterior, que tornaram caduco o antigo sistema colonial, assentado no domínio do capital comercial. Com efeito, a Revolução Industrial provocou o rápido crescimento do comércio internacional, com o aprofundamento da divisão social do trabalho a nível mundial. Neste contexto, as nações em processo de industrialização tornar-se-iam exportadoras de produtos industrializados, enquanto que os países "periféricos" e as colônias se especializariam na produção de alimentos e matérias

---

[3] *Pelo Alvará de 1 de abril de 1808, o Príncipe Regente D. João revogava os impedimentos coloniais que inibiam o desenvolvimento manufatureiro do Brasil, permitindo o estabelecimento de fábricas e manufaturas. Já o Alvará de 28 de abril de 1808 dava isenção de direitos aduaneiros às matérias primas necessárias às fábricas nacionais; isenção de impostos de exportação para os produtos manufaturados do País; propriciava a utilização de artigos nacionais no fardamento das tropas reais; outorgava privilégios exclusivos, durante 14 anos, aos inventores ou introdutores de novas máquinas; destinava 60 mil cruzados por ano, dos produtos de uma loteria do Estado, às manufaturas que necessitassem de auxílio, particularmente às de lã, algodão, seda, ferro e aço. Cria-se ainda em 1808 o primeiro banco em território brasileiro, o Banco do Brasil, que começou a operar a 11 de dezembro de 1809. Um Alvará de 1 de outubro de 1811 recomenda a criação de companhias para mineração do ouro, tentanto reerguer essa atividade, decadente deste meados do século XVIII. Promoveu-se a vinda de engenheiros ao Brasil, tentando-se racionalizar a mineração de ouro e desenvolver a siderurgia.*

primas industriais. Cresceria, portanto, o mercado mundial para produtos "primários", dando condições à expansão das forças produtivas dos países não-industrializados, notadamente das colônias que se tornariam independentes no período.

Com a Independência, completou-se a ruptura do Pacto Colonial que submetia o Brasil, dando condições mais favoráveis ao desenvolvimento das forças produtivas. A partir de então, uma parcela significativa maior do excedente econômico passou a ser apropriada internamente, sem transferir-se, via tributária e comercial, à Metrópole. Deste modo, o Brasil encontrava-se política e comercialmente independente, num momento em que expandia-se o mercado de produtos "primários", em virtude do prosseguimento da industrialização européia. Estavam postas, pois, condições mais favoráveis ao seu crescimento econômico.

Contudo, apesar deste avanço notável, existiam alguns obstáculos de monta à expansão das forças produtivas, fora o atraso das relações de produção. Com efeito, o preço da aliança entre Portugal e Inglaterra que desembocara na fuga da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, seria o Tratado de 1810, segundo o qual a Grã-Bretanha receberia tratamento aduaneiro privilegiado, com os seus produtos pagando baixas tarifas de importação - 15% ad valorem, contra 16% dos produtos importados de Portugal e 24% das demais nações.[4] Em 1827, devido ao reconhecimento da independência do Brasil pela Inglaterra, o Governo do jovem Império ratificou tratado semelhan-

---

[4] Veja-se:
MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1973. 301 p.
FAUSTO, Boris e CAMPOS, Pedro Moacyr (org.). *Relações internacionais*. In: op. cit. nota 1, p. 139 - 232.

te[5], que só foi abolido definitivamente em 1844, com a tarifa Alves Branco, que concedia proteção mais efetiva à produção manufatureira nacional.[6] A baixa taxa aduaneira prevaleceria durante um longo período no qual os preços dos produtos industriais experimentariam forte tendência à baixa nos mercados internacionais, devido a revolução dos métodos de produção nos países em industrialização. Assim, até 1944, o artesanato e a manufatura nacionais - escravistas ou não - teriam de enfrentar a concorrência dos produtos industriais procedentes da Inglaterra, o que contribuiria para a sua inibição.

Por outro lado, o mero crescimento do comércio internacional não implicava necessariamente o rápido aumento

---

[5] *Um decreto de D. Pedro I de 30 de dezembro de 1822 taxou as importações de procedência portuguesa em 24%. Em 29 de agosto de 1825, pelo tratado de paz e aliança firmado com Portugal, as mercadorias de lá provindas voltaram a ficar sujeitas aos 15%. A França também receberia tratamento preferencial, segundo o acordo firmado em 8 de janeiro de 1826 e complementado a 7 de julho do mesmo ano. A renovação do tratado de 1810 com a Inglaterra deu-se a 17 de agosto de 1827. Ato seguido, Áustria, Prússia, Cidades Hanseáticas, Dinamarca, Países Baixos e Estados Unidos seriam considerados como nações mais favorecidas. Finalmente, pelo Decreto de 28 de setembro de 1828, a tarifa de 15% seria estendida a todas as mercadorias importadas, qualquer que fosse sua procedência.*

[6] *Em 17 de novembro de 1840 deu-se o término do tratado sobre os direitos de importação, firmado com os Estados Unidos; em 18 de abril do ano seguinte findou o prazo do tratado semelhante firmado com a Holanda e a Bélgica; o tratado com a Inglaterra só caducaria, por sua vez, em 1844. A Tarifa Alves Branco foi imposta pelo Decreto 376 de 12 de agosto de 1844, que taxava em 30% a maioria dos produtos estrangeiros, como as manufaturas de algodão. Alguns produtos foram taxados de 40 a 60%, tais como algumas qualidades de vidro, o chá, os vinhos, o açúcar refinado e cristalizado. Alguns artigos, como as folhas de flandres, de cobre, ferro, ficaram sujeitos a direitos mais baixos, de 2 a 25%. Segundo LUZ, "... em vista das exigências do fisco, fora impossível ao governo estabelecer taxas que realmente amparassem a indústria brasileira. A indústria têxtil foi particularmente pouco favorecida". Ver:*
VILELA LUZ, N. *O mercantilismo colonial e sua superação, 1808-1850. In: A luta pela industrialização do Brasil.* São Paulo, Alfa-Ômega, 1978. 324 p. Citação p. 24-5.

das exportações brasileiras. Era antes preciso que se encontrasse alguns produtos em que o País tivesse vantagens comparativas. Por ocasião da Independência, os principais produtos agrícolas da sua pauta de exportações eram o café, o açúcar, o algodão e o fumo, responsáveis por 72,3% do valor das exportações no período 1821-30. Ainda tinham alguma importância os produtos da pecuária (couros)[7] e da mineração do ouro e do diamante. O café vinha expandindo sua produção a ritmo acelerado, respondendo aos altos preços do produto no mercado internacional e à difusão da prática de seu cultivo. Não era, contudo, o produto de maior importância na pauta no início do Iº Império, sendo responsável por apenas 16,3% do valor das exportações em 1821. O açúcar, depois da grande expansão das exportações, provocada pelo colapso da grande colônia açucareira do Haiti, em 1789, era o grande produto do comércio externo, respondendo por 32,2% do seu valor total no período 1821-30. No entanto, suas vendas no mercado internacional permaneceriam mais ou menos estagnadas durante o período 1826-30, em torno de 1 milhão a 1 milhão e 300 mil libras por ano. Quanto ao algodão, depois de ter-se beneficiado com a guerra de independência dos Estados Unidos (1773-83), com os Embargo and Non-Intercourse Acts de 1807-1810 e com a guerra de 1812-15, que suprimiram o fornecimento do algodão norte-americano para as indústrias inglesas, experimentava a retomada da concorrência norte-americana, numa situação de inferioridade quanto à sua localização e métodos de produção. Finalmente, o fumo destinava-se em grande medida ao tráfico de escravos, tendo importância menor o rol das exportações brasileiras.

Assim, durante o I Império e a Regência, as exportações brasileiras, a despeito da extraordinária expansão das vendas de café - que atingiram os 2,5 milhões de libras - ouro

---

[7] *Os couros responderiam por 13,6% do valor das exportações brasileiras durante 1821-30.*

QUADRO **3.1.1**

VALOR DAS EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

BRASIL

1821-1850

DECÊNIOS	VALOR DAS EXPORTAÇÕES (EM MIL CONTOS DE RÉIS E %)					
	Café	Açúcar	Algodão	Fumo	Cacau	Total
1821-30	43,3	78,4	48,5	5,8	1,1	243,3
	(17,8)	(32,2)	(19,9)	(2,4)	(0,5)	(100,0)
1831-40	152,4	83,6	38,3	6,7	2,1	348,3
	(43,8)	(24,0)	(11,0)	(1,9)	(0,6)	(100,0)
1841-50	201,5	130,5	36,4	8,7	4,8	487,5
	(41,3)	(26,8)	(7,5)	(1,8)	(1,0)	(100,0)

Fontes: Anuário Estatístico do Brasil, Ano 5, Rio de Janeiro, 1939-40. Apud. O Brasil Monárquico; declínio e queda do Império. São Paulo, Difel, 1971, p.137.

Total: Caio Prado Júnior, História Econômica do Brasil, São Paulo, Brasiliense,1981, p.358.

QUADRO **3.1.2**

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

1821-1850

DECÊNIOS	VALOR (EM MIL-LIBRAS OURO)		
	Exportações	Importações	Saldo
1821-30	39 097	42 504	**-3 407**
1831-40	45 205	54 291	-9 086
1841-50	54 680	60 999	-6 319
1821-50	138 982	157 794	-18 812

Fonte: Caio Prado Júnior, História Econômica do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1981. p.358.

por ano nos três últimos anos da Regência contra 700 mil libras em 1821, expandiram-se em ritmo lento, com grandes flutuações.[8]

O lento crescimento das exportações, numa situação de baixa proteção à produção industrial interna, geraria condições ao aparecimento de volumosos déficits comerciais, devido ao aumento mais rápido nas importações, induzindo à tendência à queda da taxa de câmbio. Deste modo, enquanto as exportações aumentaram de £ 39 097 mil no período 1821-30 para £ 54 680 mil em 1841-50, as importações expandiram-se de ..... £ 42 504 para £ 60 999, respectivamente.

Finalmente, as próprias pertubações políticas advindas do processo de independência, aliadas à necessidade de reestruturação do aparelho de Estado e às dificuldades fiscais criadas pelos tratados comerciais de 1827-28 com a Inglaterra e outras nações da Europa, que reduziram as tarifas de importação a níveis incompatíveis com as necessidades financeiras do governo imperial, trouxeram grandes dificuldades à implantação de um Estado eficiente, moderno e forte, que pudesse dar suporte mais efetivo à expansão econômica. A própria precariedade da vida econômica nacional, fruto da herança colonial, representava um grande obstáculo à consolidação do aparelho estatal, ao impossibilitar o alargamento da estreita base tributária sobre a qual este se erguia. Isto sem falar na tendência separatista das oligarquias regionais, a exigir lutas constantes para garantir a unidade do Império.

Como resultado, durante todo o período 1821-1850, o governo imperial não conseguiria equilibrar seu orçamento, que apresentaria déficits sistemáticos, sendo obrigado a recor

---

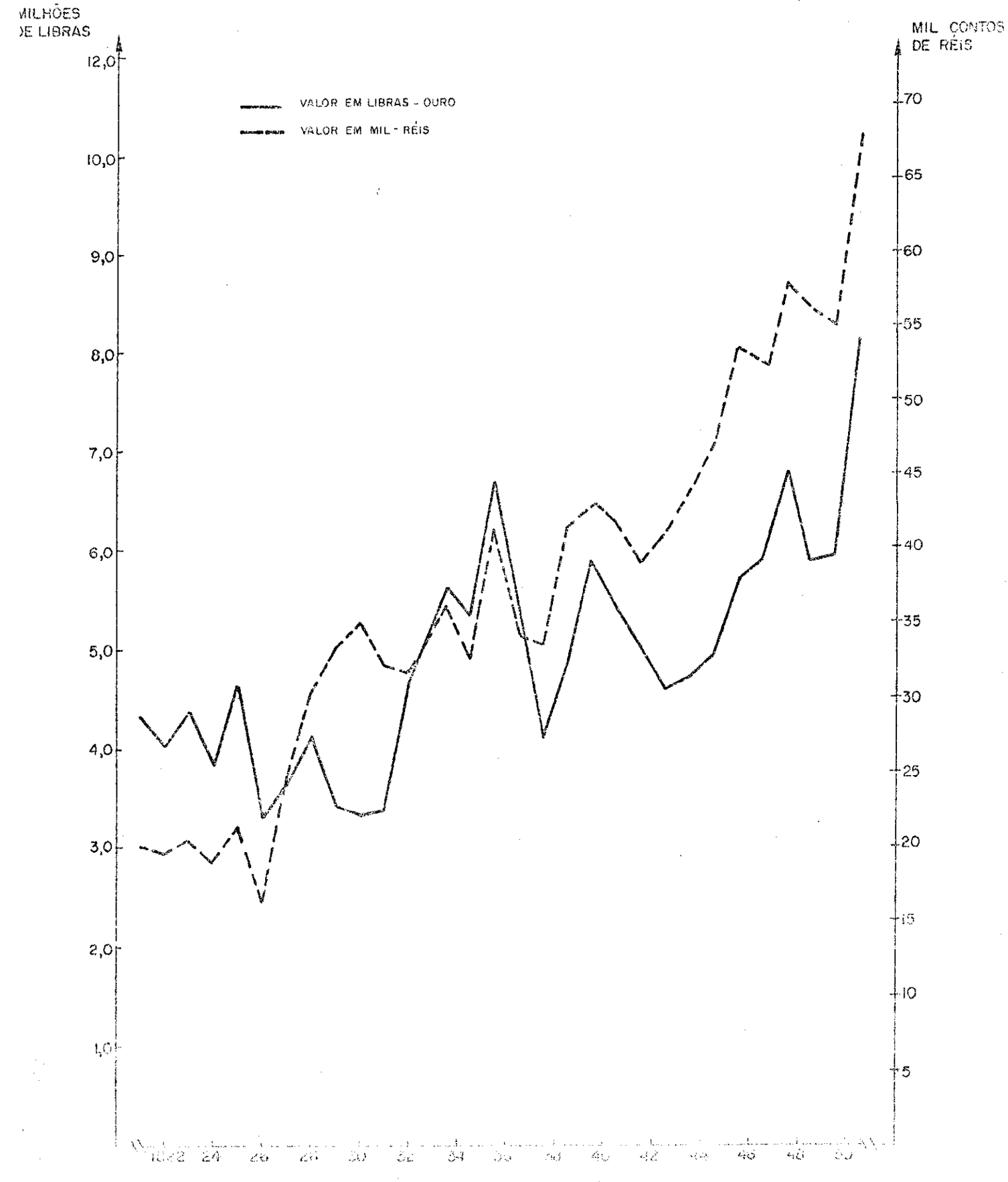
[8] *Ajustando-se a evolução das exportações (em libras ouro) a uma curva exponencial, obtém-se uma taxa anual de crescimento de apenas 1,84%, e um coeficiente de determinação (r^2) de 0,5247.*

GRÁFICO 3.1.1

EVOLUÇÃO DO VALOR DAS EXPORTAÇÕES

BRASIL

1821 - 51



rer à emissão de papel-moeda, ao crédito interno e aos empréstimos internacionais para cobrir os vultosos descompassos entre as receitas e as despesas. Não é sem razão, pois, que seriam contraídos grandes empréstimos externos, em condições extreamente desfavoráveis, durante o I Reinado e a Regência: ao todo, 6 empréstimos (em 20 de agosto e 7 de setembro de 1824, a 29 de agosto de 1825, a 3 de julho de 1829, a 5 de fevereiro de 1839 e a 18 de fevereiro de 1843), totalizando £ 6 999 200, em termos nominais. Dentre tais empréstimos, destaca-se o de 1829, pelo seu caráter leonino: o "tipo" seria apenas 52, isto é, das 769 200 libras emprestadas, nominalmente, apenas 400 000 seriam efetivamente liberadas, com a diferença correndo a títulos de juros. Também a emissão de papel moeda seria amplamente utilizada, a despeito da oposição dos financistas da época, cientes de seu impacto sobre a desvalorização da moeda nacional, não somente em relação à libra, mas também quanto à sua perda de poder de compra dos produtos internos. Deste modo, a colocação de papel moeda em circulação deu-se a uma taxa de 6,3% ao ano, entre 1822 e 1850, saltando de 9 171 contos de réis em 1822 para 51 618 contos em 1846, quando atingiria seu mais alto nível durante a primeira metade do século XIX, representando um crescimento de 4,6 vezes no período. Em média, entre 1822 e 1846, seriam emitidos 1.669 contos por ano.[9]

A situação deficitária da balança comercial, a precária situação das finanças imperiais, cuja base tributária viu-se restringida, durante longo tempo, pelas imposições inglesas quanto às tarifas de importação, e a recorrência ao crédito externo, em condições desvantajosas, refletiam sobre a economia nacional, colocando-a numa situação de dependência em relação à Inglaterra, que surgia, então, como a principal fornecedora de manufaturas e de capitais de empréstimo para o Brasil. Assim, não só os produtos industriais ingleses penetravam no mercado brasileiro, inibindo sua evolução artesanal e manufatureira, mas também a difícil situação das finanças pú

---

[9] *Taxa obtida ajustando-se uma reta aos dados a respeito da evolução do papel moeda emitido no período.*

QUADRO 3.1.3

RECEITAS E DESPESAS DO GOVERNO IMPERIAL

BRASIL

1823-1850

(Em contos de réis)

PERÍODOS	RECEITAS	DESPESAS	DÉFICT
1823-1830	76 259	106 511	30 252
1831-1840	143 734	163 263	19 529
1841-1850	246 806	276 049	29 243
1823-1850	466 799	545 823	79 024

Fonte: IBGE: Anuário Estatístico do Brasil. Ano V, 1939/40, p. 1410.

QUADRO 3.1.4

PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO

BRASIL

1822-51

(em contos de réis)

ANOS	PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO	ANOS	PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO	ANOS	PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO
1822	9 171	1831	20 350	1841	40 496
1823	9 994	1832	(1) 20 350	1842	44 015
1824	11 391	1833	(1) 20 350	1843	46 754
1825	11 941	1834	20 350	1844	48 593
1826	13 391	1835	30 703	1845	51 023
1827	21 575	1836	(1) 30 703	1846	51 618
1828	21 356	1837	(1) 30 703	1847	50 281
1829	20 507	1838	39 476	1848	49 317
1830	20 350	1839	(1) 39 476	1849	48 679
		1840	(1) 39 531	1850	48 032

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1939/40. p.1353.

(1) Dado sujeito a retificação.

blicas jogava o governo imperial nas mãos dos credores ingleses, que se viam em condições de influir na condução da política econômica imperial, além de drenar parte substancial do excedente na forma dos juros extorsivos sobre os empréstimos concedidos. Essa situação de dependência não seria mais difícil, no entanto, devido ao fato de que a segunda etapa da Revolução Industrial só ter se concretizado em meados do século XIX, com o advento da grande indústria mecanizada. Desta maneira, durante grande parte da primeira metade do século passado, os importadores europeus, em geral, e os ingleses em particular, apesar de sua incontestável superioridade sobre os nacionais, ainda eram produtos da manufatura, de bases não mecanizadas. A própria revolução de transportes, com o advento das ferrovias e do navio a vapor é da segunda metade do século, razão pela qual ainda existiam formidáveis barreiras a proteger o artesanato nacional. De mais a mais, até por volta de 1870, o capitalismo ainda não havia ingressado em seu estágio monopolista, razão pela qual a dependência financeira do Império durante a primeira metade do século XIX não assumiria as formas mais dramáticas que o imperialismo ulterior revelaria.

Por ocasião do início do IIº Império, a economia brasileira alicerçava-se sobretudo no trabalho escravo, realizado em grandes fazendas de tipo plantation, nas quais se produzia, ao lado de parte dos bens de subsistência, um restrito número de produtos de exportação, destacando-se o café, o açúcar, o algodão, o tabaco e o cacau. Também a grande exploração latifundiária, com base na prestação de serviços, tinha expressão, no caso da pecuária bovina, que penetrara a fundo nos sertões do Brasil, enquanto que a pequena produção camponesa apenas medrava nos interstícios das grandes propriedades, aproveitando-se dos imensos vazios na ocupação do território brasileiro.

Apesar do caráter mercantil de parte da produção, que se destinava ao mercado mundial, a economia natural, isto é, a produção para autoconsumo, ainda tinha notável expressão, mesmo nas fazendas escravistas, onde os mancípios produziam grande parcela de seus meios de consumo. Em estreita correspondência com o caráter restrito da circulação mercantil - fruto das próprias relações de produção - a divisão social do trabalho ainda era relativamente incipiente. A indústria doméstica rural tinha existência generalizada, e mesmo o artesanato independente - como no caso dos artigos de couro - encontrava terreno fértil ao seu florescimento, apesar dos obstáculos colocados pela concorrência das manufaturas importadas. Somente a grande manufatura tinha maiores dificuldades à sua expansão, dado a concorrência estrangeira, que se fizera sentir mais ou menos pesadamente a partir do Tratado de 1810 com a Inglaterra, que recebera tratamento comercial privilegiado, até a Tarifa Alves Branco, que dava maior proteção aduaneira aos produtos nacionais. Mesmo assim, a manufatura de alguns produtos já se instalara, embora em pequena escala. De acordo com Simonsen[10], em 1850 já existiam no Brasil mais de 50 "indústrias"[11], incluindo as salineiras. Entre elas, existiriam pelo menos 2 fábricas de tecidos, 10 de alimentos, 2 de caixas e caixões, 5 de pequena metalurgia e 7 de produtos químicos, nas quais se encontravam empregados capitais num montante de 780 mil libras esterlinas.

O campo ainda dominava amplamente a vida urbana, sem que houvessem grandes cidades. As maiores concentrações urbanas - excetuando-se as antigas cidades nascidas da expan

---

[10] SIMONSEN, Roberto C. *Evolução industrial do Brasil*, In: *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Editora Nacional/USP, 1973. p. 14.

[11] *Simonsen, como sõe ocorrer com muitos estudiosos de nossa história econômica, não faz as diferenças essenciais entre artesanato, manufatura e grande indústria*

são mineradora, e já em processo de decadência - deviam a sua existência ao comércio, como no caso das cidades portuárias do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. As relações de produção predominantes eram de natureza escravista, embora a parceria encontrasse algumas condições de existência, com a grande exploração pecuária. As forças produtivas, em consonância com as relações de produção, encontravam-se em acanhado estágio de desenvolvimento, com enorme atraso técnico em relação ao já alcançado não só pelas nações da Europa Ocidental,mas inclusive por grande parte dos países politicamente independentes. A pequena população[12] se distribuía de forma extremamente desigual no imenso território colonial, parcamente povoado, onde existiam grandes extensões inteiramente desabitadas, ou então apenas ocupadas pelos índios.

Já então, o principal produto da grande lavoura escravista, pelo valor de suas exportações, era o café, que penetrava profundamente no Vale do Paraíba.[13] A expansão cafeeira iniciara-se por volta de 1830, depois de um longo período de adaptação às condições brasileiras, particularmente na região próxima do Rio de Janeiro. Com efeito, desde a chegada do cafeeiro no Brasil por volta de 1670[14], até 1830, transcorreu

---

[12] *O lento desenvolvimento das forças produtivas, em consonância com o caráter das relações de produção, refletia nas variáveis populacionais: alta taxa de mortalidade e baixa taxa de crescimento líquido.*

[13] *A respeito da expansão da cafeicultura, veja-se:*
CANABRAVA, Alice P. *A grande lavoura. In:* Fausto, Boris e CAMPOS Pedro Moacyr. *Op. cit. nota 1 p. 85-137.*
TAUNAY, Affonso de C. *Pequena história do café no Brasil. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945 - 553 p.*
FURTADO, Celso. *Gestação da economia cafeeira. In: Op. cit. nota 1, p. 110-116.*
SIMONSEN, Roberto. *Aspectos da história econômica do café. In: Op. cit. nota 9, p. 163-234.*

[14] *De acordo com Taunay, sementes de café de Caiena teriam sido trazidas ao Brasil em 1670. Simonsen já afirma que somente em 1727 este fato teria acontecido.*

longo período de experimentação, adaptação e difusão da cafeicultura do País. Plantado inicialmente no Pará e no Maranhão, de onde seriam exportadas algumas arrobas para Portugal, a partir de 1731, a cultura se alastraria, embora em áreas restritas, para o Amazonas, o Ceará, chegando a atingir a Bahia.[15]

Apesar de sua difusão pelo Norte-Nordeste, a sua produção nestas regiões seria pequena, revelando a não adaptabilidade da planta às condições edafo-climáticas aí existentes. Por volta de 1760 o café teria sido introduzido no Rio de Janeiro, sendo, inicialmente, plantado em chácaras, para consumo de seus proprietários.[16] No entanto, já em fins do século XVIII e inícios do XIX começaram as primeiras exportações cariocas que saltariam de 312 sacas em 1794 para 6 250 sacas em 1802. Também existem notícias de exportação do café cultivado em São Paulo no mesmo período: 132 sacas teriam saído por Santos em 1801, 1 243 sacas em 1804 e 1 270 em 1807. Do mesmo modo, parece que o cafeeiro já havia penetrado em Minas Gerais em fins do século XVIII, de forma que existem algumas informações sobre exportações de café desta província ainda no início do século seguinte. Eschewege, por exemplo, estimaria as exportações mineiras do produto em 9 707 arrobas (647 sacas) em 1819.

As exportações de café, tímidas a princípio, avolumaram-se ainda no primeiro quartel do século XIX, incentivadas pelos preços favoráveis que tomava o produto nos mercados europeus e norte-americano, cujo consumo vinha se expandindo rapidamente. Na verdade, o aumento do consumo do café, a nível mundial, era um resultado do desenvolvimento da Revolução In-

---

[15] *Segundo Taunay, em 1872 existiriam 400 000 pés de café na comarca de Ilhéus.*

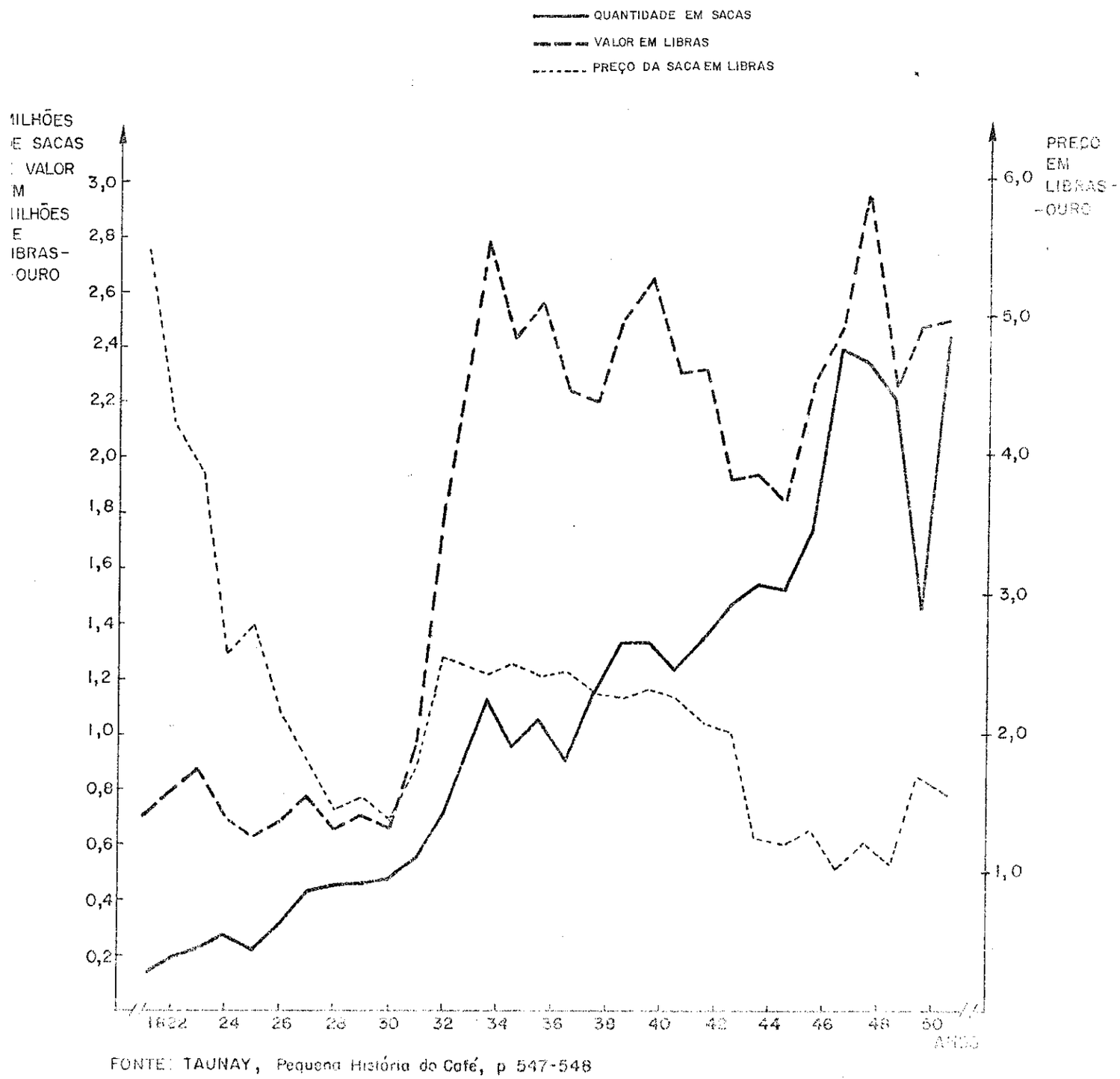
[16] *Ainda de acordo com Taunay, uma vez que Simonsen afirma que o cafeeiro teria sido introduzido no Rio de Janeiro em 1770, pelo desembargador João Castelo Branco.*

dustrial, que se iniciara já na segunda metade do século XVIII na Inglaterra, para atingir os países da Europa Ocidental e os Estados Unidos no decorrer do século XIX, quando então se conheceria a sua segunda fase, caracterizada pela difusão da máquina-motriz, que possibilitaria a ampla mecanização do processo produtivo. Com a Revolução Industrial e a consequente subordinação completa do trabalho ao capital, elevou-se extraordinariamente o ritmo da atividade humana, principalmente da classe trabalhadora, que viu aumentar o ritmo, a intensidade e a extensão da jornada de trabalho. Com o aumento da atividade humana, criaram-se então as condições mais favoráveis à difusão de bebidas estimulantes - como o chá e o café - que iriam contribuir para a sua manutenção.

Mas o primeiro grande surto de expansão da cafeicultura iniciou-se por volta de 1830, quando as exportações mais que duplicaram em 5 anos, saltando de uma média de 464 mil sacas no período 1828-30 para pouco mais de um milhão de sacas/ano durante as safras de 1833/34 e 1835/36. Devido à recuperação dos preços externos do produto, o valor das suas exportações cresceu ainda mais notadamente, atingindo uma média de £ 2 588 mil no último período contra £ 676 mil no primeiro. Como resultado, apesar do crescimento do valor das exportações brasileiras, a participação do café no seu total atingiria 43,8% neste últimos anos, contra 18,7% nos primeiros. A quantidade exportada de café experimentaria novo ciclo de expansão durante o período 1840/47, de tal modo que no derradeiro quadriênio da década de 1840 seriam exportadas uma média de 2 071 sacas por ano. Devido à queda do preço do produto durante quase toda a década de 1840, o valor das suas exportações, em libras-ouro, não experimentaria grandes elevações, ao contrário do que ocorreria com seu preço em mil-réis, devido a desvalorização cambial provocada pelas colocações de papel-moeda em circulação pelo Governo Imperial, devido aos seus déficits orçamentários, e aos saldos negativos na balança comercial do país.

GRÁFICO 3.1.2

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE CAFÉ
BRASIL
1821 - 1852

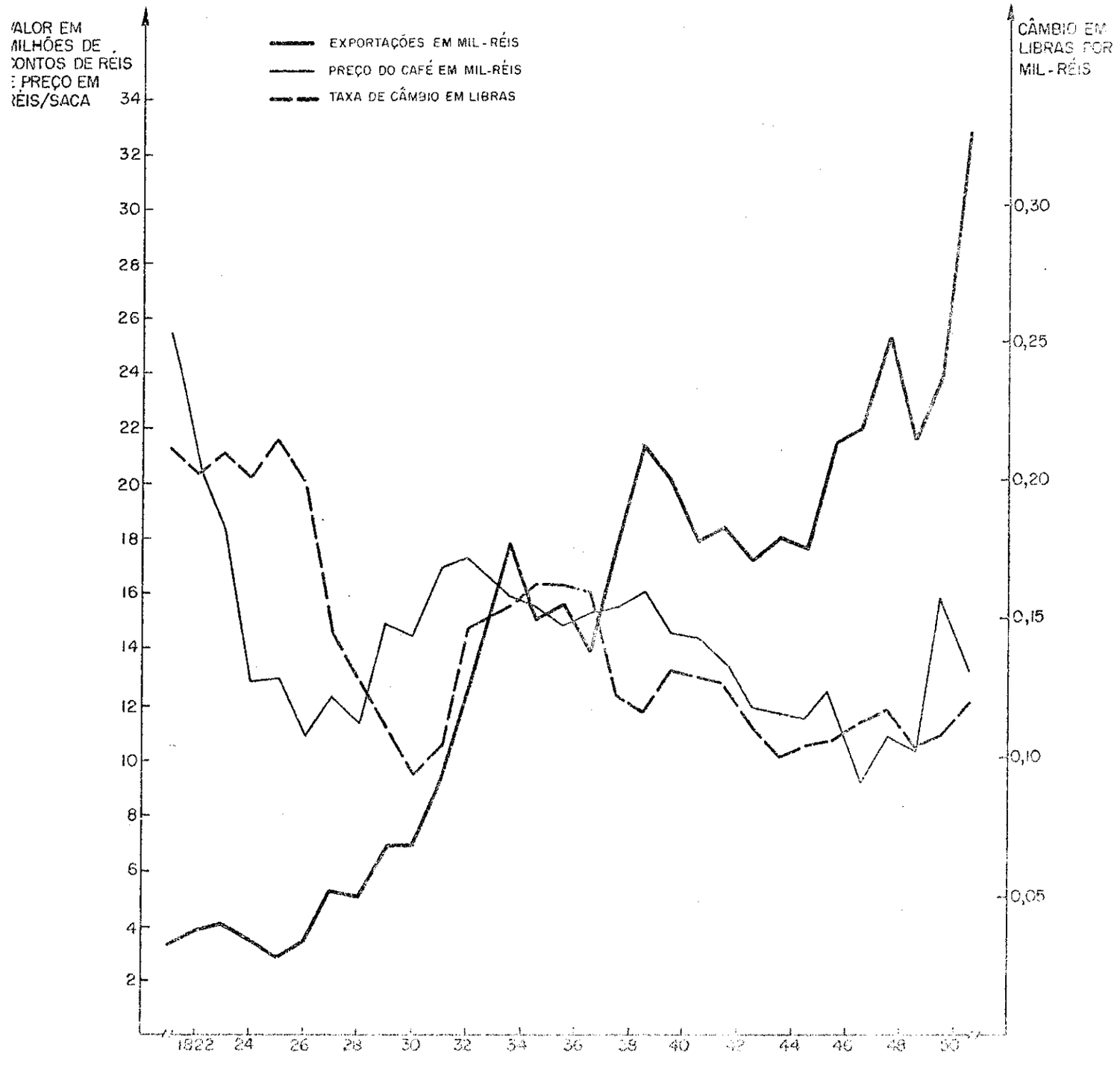


FONTE: TAUNAY, Pequena História do Café, p 547-548

GRÁFICO 3.1.3

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E DO PREÇO DO CAFÉ EM MIL RÉIS E DA TAXA DE CÂMBIO EM LIBRAS.

BRASIL
1821 - 51



FONTE: Taunay, Pequeno História do Café, p. 547-548
IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1939/40, p. 1503.

A cafeicultura, que experimentaria grande expansão a partir de 1830, organizava-se em grandes propriedades, de tipo plantation, baseadas essencialmente sobre o trabalho escravo. A instalação de uma fazenda de café exigia capitais de vulto, necessários para adquirir a força de trabalho escrava a sustentá-la até que os cafeeiros começassem a produzir depois do quarto ano do plantio. A queimada da mata, o preparo do solo e o plantio exigiam grande quantidade de mão-de-obra, assim como os tratos culturais, entre os quais se destacavam as carpas, sempre realizadas a poder de enxada, e a colheita. As instalações, ainda que precárias, para o beneficiamento do produto, representavam, por sua vez, grandes gastos, assim como a construção da casa grande do fazendeiro, e da senzala para abrigar os escravos. Deste modo, em termos gerais, a cafeicultura era atividade própria de grandes propriedades, estando fora das possibilidades dos pequenos camponeses independentes.

Organizando-se como latifúndio escravista, a fazenda de café, no entanto, ainda abrigava uma série de "pequenas indústrias complementares", como as de açúcar, anil, sabão, azeite, fubá, farinha e algodão, e um rol de oficinas artesanais, como marcenaria, carpintaria, ferraria, alfaiataria, sapataria, etc[17], isto, sem falar na agricultura de subsistência, que era comum em muitas fazendas de café, levada a efeito pelos escravos, principalmente nos seus dias de folga.

Apesar da complexidade da organização de uma fazenda de café, o grau de progresso técnico prevalecente ainda era extremamente precário. Na parte agrícola, o instrumento básico de trabalho ainda era, por volta de 1850, a enxada. A prática da queimada era regra geral, como forma de ganhar para a cafeicultura as terras de mata virgem. A adubação animal, am

---

17 Ver:
TAUNAY, A. Op. cit nota 12, p. 209.

plamente difundida na Europa, era inteiramente deixada de lado. Mesmo no beneficiamento do produto, os métodos era rotineiros e primitivos. O café, para ser aprontado para a torrefação, precisava perder sua umidade e sua polpa. Para tanto, usava-se, no Brasil, o método de beneficiamento "a seco", que consistia em secar o produto de alguma forma - de preferência deixando-o ao sol durante alguns dias - e depois despolpá-lo sem a utilização da água. Em meados do século passado, a maneira generalizada de beneficiar o café era a de deixá-lo secar em enormes terreiros de terra, para depois encetar-se o despolpamento. Esta prática primitiva era, inclusive, responsável pelo gosto de terra que os consumidores reclamavam em relação ao café brasileiro. Quanto ao despolpamento, as formas mais difundidas no início do século XIX eram o pilar o côco à mão e o emprego do monjolo de água ou de rabo (puxado por animais). Também se utilizava o simples pisoteio de produto pelos animais. Por volta de 1830 começou a difundir-se o uso do carretão (ou ribas, ou ripes), que consistia da aplicação da galga (mó de lagar de azeite) no beneficiamento do café. O café era colocado numa calha circular, onde grandes rodas de madeiras movidas por juntas de bois o atritavam de encontro às paredes. Com o tempo surgiu o carretão de roda de baixo, movido por força hidráulica. Posteriormente, empregou-se o engenho de pilões, introduzido por Eschwege na pilagem do ouro, que possuia de 2 a 12 mãos-de-pilão. O resultado de tais métodos de beneficiamento era a má qualidade do produto, cheio de impurezas, sem homogeneidade e com muitas quebras e perdas.

Na verdade, no conjunto, desde o arrotamento de novas terras para o seu cultivo, até o beneficiamento do produto, a atividade cafeeira alicerçava-se em métodos de produção arcaicos, em correspondência com o atraso das relações de produção prevalecentes.

Outro produto da grande exploração escravista de

importância decisiva, era o açúcar.[18] Introduzido ainda no século XVI, este produto seria, durante largo período da história colonial, o seu principal suporte. Quando entrou em declínio - devido à concorrência de outras Colônias - veio a ser substituído pelo ouro como o produto de maior rentabilidade para a Metrópole, sem, no entanto, ver desmantelada a sua organização produtiva, que subsistiu durante todo o período colonial. Em princípio do século passado, beneficiara-se com a revolução de independência do Haiti (1801-05) e com o Bloqueio Continental de Napoleão (1805-14), que privaram os consumidores europeus do açúcar antilhano. Assim, a produção para exportação - concentrada em Pernambuco - pôde expandir-se: as importações britânicas do Brasil cresceram em 7 vezes ente 1817 e 1832. Em 1846 caiu o monopólio das Índias Ocidentais do abastecimento do mercado inglês, depois de ter sido abalado dez anos antes pela admissão do açúcar das Índias Orientais. Estava instaurado o mercado livre de açúcar que iria, durante algum tempo, favorecer as exportações brasileiras.

As exportações brasileiras deste produto cresceram a altas taxas entre 1821 e 1850, a despeito da queda dos preços no mercado internacional: de uma média de 41 174 toneladas/ano no período 1821-25, a quantidade exportada de açúcar triplicou em 1846-50, passando para 112 830 t/ano, enquanto que o valor médio anual das suas exportações subia 67,8%, atingindo 1 650 mil libras neste último quinquênio.

O crescimento das exportações de açúcar, fez-se, contudo, inteiramente sobre as bases pré-existentes, isto é,

---

[18] Veja-se:
CANABRAVA, Alice P. Op. cit. nota 12.
EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro Paz e Terra/UNICAMP, 1977 - 294 p.
WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro, Cia Editora Americana, 1975 - 295 p.
PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo, DIFEL, 1968. 281 p.

QUADRO 3.1.5

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR

BRASIL

(1821-1850)

ANOS	TONELADAS ANUAIS	VALOR MÉDIO (EM LIBRAS)	PREÇO MÉDIO POR TON. (EM LIBRAS)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL DAS EXPORTAÇÕES
1821-25	41 174	983 600	23,9	23,2
1826-30	54 796	1 369 600	25,0	37,8
1831-35	66 716	1 091 500	16,4	23,5
1836-40	79 010	1 320 800	16,7	24,3
1841-45	87 979	1 264 600	14,4	21,6
1846-50	112 830	1 650 600	14,6	27,5

Fonte: Eisenberg, P.L. Modernização sem mudanças. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Campinas, UNICAMP, 1977. p.34.

sobre a manufatura escravista. De fato, durante toda a metade do século XIX, a produção de açúcar organizava-se em grande parte, em latifúndios onde se produzia a cana-de-açúcar, obedecendo aos métodos de cultivo mais rudimentares. O montante das despesas necessárias para a construção dos equipamentos, e o caráter escravista da produção, excluiam os pequenos camponeses do ramo, pelo menos no que diz respeito à produção em maior escala.

No aspecto técnico, a lavoura de cana baseava-se quase que exclusivamente, no trabalho braçal. O arado, a capineira e a grade eram desconhecidos; o corte realizava-se por foices e facões; o transporte da cana enfeixada era feito por cavalos, mulas e carros-de-boi; para a obtenção de lenha para as caldeiras e área para a expansão de cultura, usava-se o desmatamento indiscriminado; desconhecia-se o emprego do esterco como adubo, e a prática do alqueire servia para a precária reconstituição do fundo de fertilidade do solo.

Quanto à transformação da cana-de-açúcar, também se observava o maior atraso no desenvolvimento técnico. Até meados do século XIX empregavam-se grandes rolos verticais, cobertos por aros ou placas de ferro, para esmagar a cana e extrair o caldo. A imensa maioria dos engenhos dependiam inteiramente da tração animal para puxar as alavancas da moenda.[19] O caldo, após sua extração, era fervido em taxas de cobre, aquecidas pela queima da lenha, já que o bagaço era mais utilizado como fertilizante. As caldeiras a vácuo eram absolutamente desconhecidas. O xarope resultante do cozimento do suco era cristalizado em vasilhas, com a purga realizando-se pela borri

[19] *Em 1815 apareceu o primeiro engenho a vapor na Bahia, e em 1817 em Pernambuco. Segundo Eisenberg, em 1854 um inquérito em Pernambuco verificou que 426 dos 532 engenhos investigados ainda usavam da tração animal para esse fim. Em 1857 a estatística constatou o mesmo para 66% dos 1 106 engenhos existentes. A força hidráulica era usada nos moinhos junto aos rios, e as máquinas a vapor funcionavam em apenas 15 engenhos (menos de 2%).*

fação de água e barro em cima do pão de açúcar. Os pães, purgados, secavam ao sol ou em celeiros aquecidos.

Mas o processamento da cana não se restringia à produção de açúcar nos grandes engenhos. A produção artesanal da rapadura e da aguardente foi sempre uma atividade difundida, especialmente nas regiões interioranas, onde a especialização da grande exploração agrícola era menor, ou onde proliferavam pequenos camponeses em maior número. Assim, as engenhocas podiam ser encontradas em muitas regiões de Minas Gerais, onde a produção agrícola diversificada foi sempre uma constante, desde os tempos da decadência da mineração.

Deste modo, enquanto o fabrico do açúcar tornava-se uma grande indústria na Europa, e a modernização atingia outros países não-europeus, no Brasil o processamento da cana demorava-se em métodos de antanho, que complementavam o arcaísmo de seu cultivo. Neste caso, as bases artesanais da produção de açúcar[20], também concordavam com o seu caráter escravista.

Um outro produto de certa importância, na pauta de exportações brasileiras, era o algodão. Em fins do século XVIII, a guerra da independência dos EUA, logo seguida pelo aceleramento da revolução industrial na Inglaterra, expandiram os mercados para o produto brasileiro, que experimentou rápido crescimento da produção, principalmente no Maranhão. Contudo, uma vez passada essa fase, a produção nacional iria enfrentar a concorrência do algodão norte-americano, com a consequente queda das exportações brasileiras, que de 112 mil toneladas no período de 1821-30, passaram a 111 mil toneladas no decênio 1841-50. Assim, ao começar o II Império, a sua participação

---

[20] *Um engenho médio, no começo do século XIX, produzia de 1 a 1,5 toneladas de açúcar, predominante mascavo, por dia (150 toneladas/safra).*

QUADRO 3.1.6

EXPORTAÇÕES DE ALGODÃO

BRASIL

1821-1850

PERÍODOS	QUANTIDADE (t)	VALOR (mil contos de réis)	PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES TOTAIS (%)
1821-30	122 173	48,5	19,9
1831-40	113 844	38,3	11,0
1841-50	111 111	36,4	7,5

Fontes: Anuário Estatístico do Brasil, ano 5, Rio de Janeiro, 1939-40. Apud O Brasil Monárquico; declínio e queda do Império, São Paulo DIFEL, 1971 p.137.

Porcentagens de participação: ver total em Caio Prado Júnior , História Econômica do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 358.

no valor total das exportações havia caído para apenas 7,5%, e suas perspectivas eram de declínio ainda maior.

O algodão, contrastando com o açúcar, não exigia grandes inversões em instalações de certo porte, além de dispensar o trabalho pesado, na hora da colheita. Daí ser acessível a camponeses, ou então, a pequenos proprietários de escravos. Seu beneficiamento, contudo, tornou-se uma fonte de dependência do produtor em relação ao comerciante, que a efetuava.[21] Seja como for, na primeira metade do século XIX, a atividade ainda era, em grande medida, realizada em bases escravistas e latifundiárias, onde, assim como em outras atividades, destacava-se o primarismo das técnicas produtivas, incapazes de atingir os níveis vigentes em outros países.

Fora esses produtos agrícolas, destacava-se ainda a pecuária, atividade que participava não só das exportações do País - através dos couros - mas que tinha importância decisiva no abastecimento interno, além de representar o suporte efetivo para a ocupação do amplo hinterland interiorano. A criação de gado bovino, desenvolvera-se a partir da região açucareira do Nordeste, adentrando-se no sertão com o decorrer do tempo, descendo o Rio São Francisco em direção ao norte de Minas Gerais, antes que o surto minerador trouxesse novo alento à sua expansão, acelerando o processo. Também se orientou no sentido do Norte, atingindo o Piauí e o Maranhão. Outra base de penetração da pecuária seria o Rio Grande do Sul, onde a atividade chegara vinda das Colônias espanholas da região do Prata. Em 1793, a Província já exportava 13 mil arrobas de charque, alcançando 600 mil nos primeiros anos do século XIX.

O caráter da pecuária desenvolvida na Colônia - e herdada pelo Império - seria de grande importância para a ulterior evolução da agricultura brasileira. Ao contrário das demais atividades, a criação de gado fêz-se, em grande parte, com

---

[21] A respeito da produção algodoeira realizada em pequenas explorações em São Paulo, ver:
ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola. São Paulo, IPE/USP, Brasília, CNPq, [illegible].

bases não-escravistas. Em geral, o vaqueiro era um parceiro de seu patrão - o grande proprietário fundiário - partilhando as crias do rebanho aos seus cuidados. Por outro lado, a obtenção de uma gama de derivados - manteiga, queijos, sebo, couros, etc - deu origem a uma pequena indústria rural de grande difusão, assim como possibilitou a existência de um diversificado artesanato, que chegou inclusive a gerar a expressão "civilização do couro" para as regiões de maior especialização na atividade, em seu período de apogeu. Mas um de seus traços mais marcantes seria o grande latifúndio, perto do qual as grandes fazendas de café e de açúcar apareciam como "pequenas" propriedades: os informes a respeito de domínios de muitas léguas "em quadra" são frequentes nas áreas de penetração da criação de gado.

Mais uma vez, a atividade era levada a efeito de forma arcaica, sem que os métodos de produção experimentassem grande progresso. O gado era criado de forma extensiva, em pastos naturais, contando com as piores condições de sanidade. A melhoria das raças era executada de forma empírica, a silagem de forragens e o preparo de concentrados, necessários no período de seca, inteiramente desconsiderados; os medicamentos utilizados ainda eram os produtos domésticos, conhecidos pela tradição; os métodos de preparo das carnes e derivados para consumo, inteiramente artesanais, assim como o trabalho em couro. Os rendimentos eram, pois, extremamente baixos.

Finalmente, ao lado desses produtos, produziam-se um grande número de outros, que não se destinavam à exportação como o arroz, o feijão, a mandioca e o milho, a criação de aves e de suínos. Essas atividades normalmente eram levadas a efeito no interior mesmo das grandes fazendas escravistas, a não ser naquelas onde a especialização nos produtos de exportação havia atingido sua forma mais radical. Também tinham lugar nas roças dos pequenos camponeses independentes, que vi-

viam nas terras dos latifundiários como agregados de diferente natureza.

Apesar da grande exploração escravista representar o fundamento maior da economia agrícola do Brasil em meados do século XIX, a pequena produção camponesa tinha certa expressão em algumas regiões do País, como no caso de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo. A colonização do Extremo Sul do Brasil iniciou-se com base na preação do gado bovino, disperso nas grandes planícies dos pampas, por parte de portugueses ou seus descendentes coloniais. Contudo, cedo a Administração Colonial interessou-se pela região, encetando uma política de expansionismo em direção ao Rio do Prata. A partir de então, esses dois fatores passaram a condicionar a ocupação do Brasil Meridional: o interesse econômico pelo aproveitamento do gado e o político de expansão na direção do Prata. Desta forma, tanto o desenvolvimento da pecuária dava suporte à conquista militar, quanto a força militar possibilitava a ampliação do povoamento com base na criação de gado.[22]

Mas para obter êxito nos seus propósitos políticos, Portugal interessou-se em promover a pequena produção camponesa, introduzindo açorianos e instalando núcleos coloniais em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, na última metade do século XVIII. Apesar da pobreza dos núcleos, já no fim deste século e início do XIX, "os imigrantes açorianos e seus descendentes haviam conseguido organizar a pequena produção de mandioca, cana (Santa Catarina) e trigo (Rio Grande do Sul), graças à qual podiam não apenas atender ao consumo local como

---

[22] CARDOSO, Fernando H. Rio Grande do Sul e Santa Catarina In: BUARQUE DE HOLANDA, S. e CAMPOS, P. Moacyr (org.) Op. cit. nota 1, 2º volume (Dispersão e unidade) p. 473-505.

exportar".[23] Este êxito da pequena produção camponesa viu-se dificultado, no entanto, pela mesma política da Coroa interessada em promovê-la, uma vez que a presença de um grande contingente de tropas na região, muito embora significasse a existência de um mercado de certo porte para a produção de alimentos, também trazia consigo a desorganização da economia camponesa, dada a prática difundida da requisição, pelas tropas, sem pagamento, dos produtos de que tinham necessidade. Também a política de recrutamento, ao drenar força de trabalho da agricultura, tinha efeitos danosos sobre a expansão da pequena produção camponesa.

A par do lento crescimento da economia camponesa, em princípios do século XIX já começara a organizar-se a produção escravista do charque[24] que iria desempenhar, mais tarde um papel de suma importância na evolução do Sul do País. A difusão do consumo da carne salgada, que entrou na alimentação básica dos escravos no Brasil, seria decisiva para o relativo sucesso das charqueadas da região, que passaram a fornecer seus produtos para as demais regiões do País, onde florecia a grande exploração escravista.

Com a vinda de D. João ao Brasil, deu-se novo impulso ao estabelecimento da pequena propriedade familiar. Ainda em 1808, um decreto permitia a imigração de não-portugueses, e até a concessão de terras a católicos estrangeiros, rompendo com a antiga proibição, gerada no período da mineração, como forma de impedir a saída do ouro do círculo mercantil monopoli

---

[23] *CARDOSO, op.cit. nota 20, p. 476.*

[24] *Data de 1780 as primeiras charqueadas de Pelotas. A respeito desse assunto, veja-se:*
CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 303 p

zado por Portugal. Em 1820, um decreto de 16 de março dava o fundamento jurídico à formação de Colônias com imigrantes europeus a serem fixados em pequenas explorações agrícolas. A colonização com base na pequena produção camponesa, passava a ser vista, oficialmente, como uma forma de possibilitar o crescimento demográfico, a expansão econômica e a geração de uma classe social de homens livres (pequenos proprietários independentes), que fortalecessem a ex-Colônia, minada pela pequena população, frágil base econômica, e sociedade polarizada entre senhores e escravos.[25]

Em 1817, criou-se a Colônia Viana, no Espírito Santo; em 1818, a Colônia Leopoldina, em 1819, a Colônia Nova Friburgo, e em 1821 a Colônia Frankental, no sul da Bahia.[26] A Independência não iria alterar, senão confirmar, a orientação seguida. Assim, em 1824 nasceu a Colônia de São Leopoldo (perto de Porto Alegre); em 1826, as de Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara (perto de Torres), em 1828 a Colônia Pedro de Alcântara (perto de Florianópolis); em 1829 as Colônias Santo Amaro e Itapecerica (em São Paulo) e a Colônia Rio Negro (entre Paraná e Santa Catarina).

---

25 *"Pretendia-se realizar, portanto, com a colonização baseada no regime de propriedades pequenas e do trabalhador livre, uma série de objetivos: demográficos (i.e. povoamento), morais (dignificação do trabalho manual), sociais (formação de uma camada média), militares (defesa de fronteiras) e, naturalmente, econômicas (abastecimento das cidades e do exército)".* Ver: OBERACKER JR. Carlos H. *A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola.* In: BUARQUE DE HOLANDA, S. e CAMPOS, P. Moacyr. *Op. cit.* nota 1, 3º volume (Reações e Transações) p. 223.

26 *Nas Colônias de Viana, Leopoldina e Frankental ainda se empregava o trabalho escravo, que depois seria proibido nas novas Colônias.*

As Colônias, principalmente as alemãs (do sul), apesar de seu número relativamente pequeno, tornaram-se em focos de irradiação da pequena propriedade, em bases de produção alimentar e em pontos de florescimento da indústria doméstica rural e do artesanato independente. "Os novos estabelecimentos agrícolas transformaram-se desde logo em fornecedores de produtos agrícolas às cidades (Rio, São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre) e, no Sul, também do exército em campanha. Dedicavam-se ao plantio das "pequenas culturas" como também à horticultura e pomicultura. A criação de porcos, vacas leiteiras e galinhas vinha completar a produção dos novos agricultores que introduziam muitas culturas até então ainda não ou pouco conhecidas no País. Da mesma maneira modernizavam a lavoura empregando o arado, a grade e a carroça de quatro rodas, apetrechos até então aqui não usados."[27] Notável foi o florescimento da pequena indústria nos núcleos coloniais, como no exemplo clássico de São Leopoldo, que em 1858, depois de superados os prejuízos decorrentes da Guerra dos Farrapos, possuia 7 olarias, 3 fábricas de louças, 4 de cola, 12 de charutos, 2 de chapéus, 50 moinhos de grãos, 5 engenhos de serras madeira, 3 cordoarias, 4 oficinas para fabricar carros, 2 para carretilhas e outros, 28 engenhos de cana para produção de aguardente, 1 fábrica de vinagre, 5 de cerveja, 30 engenhos de azeite, 32 curtumes. Isto sem contar com a indústria doméstica de doces e conservas, ou mesmo de fiação e tecelagem do algodão.[28]

Este florescimento das colônias camponesas, no entanto, entraria em choque com o latifúndio escravista, que não via com bons olhos a destinação de recursos públicos a gastos que, do seu ponto de vista eram improdutivos Com a renúncia de D. Pedro I e o fim do I? Império, os senhores rurais consegui

---

[27] OBERACKER Jr, Carlos. *op. cit. nota 17, p. 228.*

[28] *id. p. 228-29.*

ram passar uma lei, a 15 de dezembro de 1830, proibindo categoricamente ao governo realizar despesas com a imigração e a colonização estrangeiras. Pelo Ato Adicional de 1834, a colonização e imigração tornaram-se matéria de resolução, preferencialmente, por parte das Províncias, as quais, por sua vez,não contavam com os recursos para promovê-las.

Apesar dessas dificuldades, continuou a formação de núcleos coloniais, de forma principalmente espontânea,durante o período do IIº Império Em 1840, surgiu a Colônia Montenegro, ao nordeste de São Leopoldo; em 1847 era a vez da Colônia Mundo Novo e outras, surgidas a oeste de São Leopoldo. Em 1849 o Governo da Província do Rio Grande do Sul fundou a Colônia de Santa Cruz. Outra criada pelo governo provincial seria a de Monte Alverne. Já em Santa Catarina surgia, em 1847, a Colônia Santa Isabel. No Paraná, em 1847 criou-se a Colônia de Teresa, enquanto que no Espírito Santo, um ano antes,nascia a Colônia Santa Isabel, por iniciativa do governo provincial. Na verdade, a própria expansão dos primitivos núcleos coloniais induzia a criação de novas colônias, que se formavam, em grande parte, com o pessoal saído das primeiras. Este processo seria decisivo para a configuração da economia do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde a pequena produção teria papel de suma importância, ao contrário do que ocorria nas outras regiões do Brasil. Também no Espírito Santo, província que se encontrava no início de seu desenvolvimento econômico, disseminou-se a pequena produção camponesa.

Como resultado, entrelaçavam-se, nestas províncias, a antiga economia pastoril - latifundiária e a diversificada economia do pequeno agricultor.

Em síntese, ao findar a Regência, a economia brasileira assentava-se, em grande medida, na grande exploração latifundiária do tipo "plantation", de base escravista,que era

responsável pela produção de um reduzido número de produtos de exportação - café, açúcar e algodão, embora também respondesse por boa parcela da produção de meios de subsistência, que eram consumidos no seu próprio interior. Também se destacava o latifúndio de criação de gado, alicerçado sobre a parceria, onde se levava a campo a produção de carne verde, de charque, dos derivados do leite, do couro e de seus artefatos. Finalmente, não somente nas franjas dos latifúndios, mas em algumas regiões específicas - como no Extremo Sul e no Espírito Santo- florescia a pequena economia camponesa , com pauta de produção de alimentos amplamente diversificada. Em consonância com as relações de produção, a divisão social do trabalho mantinha-se acanhada, com a pequena indústria rural presente em todo o território nacional; [29] o nível do progresso técnico permanecia extremamente baixo, sem transformações de fundo; o campo predominava amplamente sobre a cidade.

---

[29] Na realidade, residia justamente aí - a nível das relações escravistas de produção - a razão fundamental do retardamento das forças produtivas, e da ausência de qualquer esboço de um processo de industrialização. Com efeito, não só por inibir o progresso técnico, mas essencialmente por tolher o avanço da divisão social do trabalho - uma vez que o escravismo impedia a generalização da produção mercantil, ao implicar que parte dos meios de consumo e dos meios de produção fossem produzidos nas próprias fazendas escravistas, não indo a mercado - as relações escravistas de produção entorpeciam o processo de separação da indústria da agricultura, implicando na manutenção da indústria doméstica e do artesanato independente rurais e, deste modo, retirando o mercado potencial para a grande indústria urbana, que não tinha, pois, condições para desabrochar. A respeito das implicações desse caráter autárcito das fazendas brasileiras sobre a industrialização do País, ver:

PAIM, Gilberto. Industrialização e economia natural. Rio de janeiro, ISEB/MEC, 1957.119 p.

3.2 Transformação das relações de produção; superação do escravismo e emergência do trabalhador assalariado.

a) Supressão do tráfico negreiro

Se o primeiro marco para a formação de uma economia capitalista no Brasil foi o processo que culminou na Independência, por retirar, além de outros, entraves fiscais e comerciais à livre expansão da produção material, o segundo encontra-se na supressão do tráfico negrereiro que, na década de 1850 permitiu o deslanchar do processo de superação das relações escravagistas de produção.

Durante o período entre a Declaração de Independência e o II Reinado, as exportações brasileiras cresceram lentamente. Entretanto, a partir de 1830 a produção de café para o mercado externo passou a experimentar um notável ritmo de expansão, que resultaria numa média de 2 milhões de sacas negociadas anualmente, por volta de 1850. Ora, esse surto exportador repercutiria intensamente no mercado de escravos, forçando o rápido aumento da demanda. Dada a ausência de fontes internas de fornecimento de mancípios, esse crescimento da procura implicaria numa intensificação do tráfico negreiro, que abastecia o Brasil com lotes provindos da África.

Contudo, a conjuntura internacional era desfavorável ao comércio de carne humana. De fato, o desenvolvimento da revolução industrial, principalmente na Inglaterra, ao promover a subordinação do capital comercial aos interesses da grande indústria, ao necessitar de amplos mercados de massa e da produção em larga escala de alimentos e matérias primas, tornava disfuncional o colonialismo escravista, com seus monopólios mercantis, seu mercado restringido e sua acanhada produção de bens de alto valor mercantil. Neste sentido, a supressão do tráfico escravista e a abolição da escravatura nas colônias surgiam como golpes profundos no antigo sistema colonial, facilitando a penetração da produção industrial da Inglaterra nos mercados cativos de

outras nações. Além disso, a abolição implicava, se bem sucedida, na liberação das forças produtivas das colônias, com o consequente aumento da oferta de alimentos e matérias primas, necessário para satisfazer o crescimento da demanda provocado pela Revolução Industrial.

A supressão do tráfico nas colonias da Grã-Bretanha deu-se em 1807. A partir de então, instigado pelos próprios plantadores escravagistas das Índias Ocidentais, o governo inglês passou a bater-se para a sua liquidação a nível internacional.[1] No caso do Brasil, as pressões fizeram-se sentir desde a vinda do Príncipe Regente. Pelo tratado de aliança e amizade assinado entre Portugal e Inglaterra em 1810, D.João concordava, ainda que vagamente, em cooperar para a gradual abolição do comércio de escravos, e restringia a ação de seus súditos aos territórios africanos sob o domínio português. Começou, então, a ação dos cruzeiros ingleses contra os navios negreiros, apesar dos protestos portugueses. Em 1815, em Viena, firmou-se novo acordo entre os dois países: em troca de uma indenização de 300.000 libras, oferecida devido à ação ilegal de sua marinha contra os negreiros portugueses, a Inglaterra conseguiu a abolição do tráfico ao norte do Equador. Dois anos depois, a Grã-Bretanha conseguiu de Portugal o direito de verificação em alto mar em navios suspeitos de tráfico ilegal, criando-se tribunais internacionais (comissões mistas) no Rio de Janeiro e em Serra Leoa para onde os navios apresados deveriam ser enviados para julgamento.

Contudo, essas medidas apenas provocaram um recrudescimento do tráfico, com o surgimento do contrabando de negros. Mas a pressão britânica não amainou, e seus cruzadores continuaram a interceptar os navios negreiros. Esses últimos, quando acossados e sem oportunidade de escapar, lançavam

---

[1] A luta britânica no século passado contra a escravidão esteve eivada de ambiguidades, e constitui um erro supor que a burguesia inglesa tenha se empenhado a fundo para suprimí-la. Ao contrário, em muitas circunstâncias fez vistas grossas à sua permanência ou mesmo pressionou o governo inglês contra a política de eliminação do tráfico negreiro e da escravidão. A este respeito, ver:

WILLIAMS, ERIC. Capitalismo e escravidão
Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, 1975. 295p.

ao mar sua carga humana, com grandes pedras atadas no pescoço, destruindo assim o corpo de delito e inocentando-se face aos tribunais. A Inglaterra tentou obter, mais uma vez, um novo tratado, de acordo com o qual a incidência no tráfico poderia ser comprovada por qualquer indício que denunciasse a embarcação como negreira. Esse tratado foi assinado com Portugal em 1823. Nessa data, no entanto, o Brasil já se emancipara, e não foi possível obter, junto ao governo da nova nação, uma concessão semelhante.

Em 1826, no bojo do processo de reconhecimento da Independência, o Brasil assumiu novo compromisso com a Inglaterra, tornando ilegal todo comércio externo de escravos dentro de três anos após a sua ratificação, que se deu a 13 de março de 1827. Neste ano, promulgou-se a 7 de novembro, a primeira lei nacional que proibia o tráfico, confirmando o compromisso firmado com os ingleses, declarando livres todos os escravos que entrassem no Brasil a partir de então. Essa lei seria regulamentada por decreto de 12 de abril do ano seguinte.

Mais uma vez, contudo, os esforços britânicos seriam frustrados pela impunidade dos traficantes concedida pelo Governo Imperial: entre 1831 e 1851 entraram no Brasil perto de 500 mil escravos . Desta feita, a aceleração da expansão cafeeira agiria como acicate do aumento das importações de carne humana, sem encontrar mais qualquer barreira por parte do governo, que se encontrava, depois da abdicação de D. Pedro I em 1831, sob o firme controle dos proprietários rurais. A proibição só teria efeito nas províncias do Extremo Sul - onde prosseguia o povoamento com base na pequena propriedade - e ao longo da costa norte. Em ambos os casos, a causa imediata seria a elevação dos preços dos mancípios, em grande parte devido ao policiamento britânico. Os plantadores de algodão e os fabricantes de açúcar do Norte/Nordeste não podiam competir na compra de escravos com os cafeicultores do Sudeste.

A reiteração do tráfico daria ensejo, por sua vez, a ações mais drásticas por parte da Inglaterra. A 8 de Agosto de 1845, o Parlamento britânico aprovou o Bill Aberdeen, aprovando o apresamento, pela Marinha Real, de qualquer embarcação empregada no tráfico, estando os infratores sujeitos a julgamento por crime de pirataria pelos tribunais do Almirantado. Os cruzeiros ingleses passaram então a violar as águas territoriais brasileiras em busca de navios suspeitos. As importações de escravos, no entanto, experimentaram novo alento, chegando a entrar no País, anualmente, 50 mil cabeças. Diante da ineficácia do Bill Aberdeen, os cruzeiros britânicos receberam, em julho de 1850, ordem para penetrar nos portos brasileiros e apresar todos os navios destinados ao comércio de escravos.

A ação inglesa, desrespeitando a soberania nacional, o enorme afluxo de escravos importados e as divergências no seio dos comerciantes permitiram o aparecimento das primeiras frestas no bloco escravista do País. A opinião pública, face às incursões britânicas, passou a cindir-se entre aqueles favoráveis ao prosseguimento do tráfico a qualquer custo e aqueles outros, a favor da sua supressão. Enquanto os traficantes e os fazendeiros das regiões novas estavam interessados na sua continuação, os lavradores abarrotados de escravos e com grandes dívidas para com os mercadores de carne humana, passaram a encarar com mais complacência o fim do tráfico. Alguns comerciantes brasileiros viam neste término um golpe no predomínio dos mercadores portugueses. A própria Coroa via o perigo de perder sua autoridade, face à impunidade das violações britânicas. A 4 de setembro de 1850, finalmente, uma lei adotava severas medidas contra os contrabandistas, e a partir de então o aparelho estatal foi efetivametne acionado para pôr cobro ao tráfico internacional. Desta vez, as importações de escravos reduziram-se drasticamente, cessando por completo em poucos anos, de modo que os últimos desembarques de que se tem notícia datam de 1856.

"A Cessação do tráfico lançou sobre a escravidão uma sentença definitiva".[2] De fato, com ela suprimiram-se, a lon-

---

[2] VIOTTI DA COSTA, Emília. O escravo na grande lavoura. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio, e CAMPOS, Pedro Moacyr (org.) O Brasil monárquico. Reações e Transações. História Geral da civilização brasileira. vol. 5. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1976. p. 135-44- Referência p. 145.

QUADRO 3.2.1

ESTIMATIVA DE ESCRAVOS IMPORTADOS

BRASIL

1831 - 1852

ANO	ESCRAVOS	ANO	ESCRAVOS	ANO	ESCRAVOS
1831	138	1839	42.182	1847	56.172
1832	116	1840	20.796	1848	60.000
1833	1.233	1841	13.804	1849	54.061
1834	749	1842	17.435	1850	22.856
1835	745	1843	19.095	1851	3.287
1836	4.966	1844	22.849	1852	800
1837	35.209	1845	19.453		
1838	40.256	1846	50.324	TOTAL	486.526

Fonte: Memorando do F.O, Brodlands, MSS, SLT/36. Apud. BETHELL, Leslie. A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo, Expressão e cultura/USP, 1976. p. 368.

go prazo, as possibilidades de reprodução da ordem escravista: dada a alta taxa de mortalidade da população escrava, decorrente das suas precárias condições de vida, e a impossibilidade de desenvolver-se a criação especializada de gado humano, a escravidão estava fadada a desaparecer. Contudo, a resolução da sociedade escravista numa nova ordem social, baseada no trabalho assalariado, ainda teria de conhecer seu próprio caminho, antes que se pusesse termo à escravidão.

b) Expansão da agricultura de exportação

Ao terminar o tráfico negreiro, no alvorecer da segunda década do II Império, o comércio exterior do Brasil situava-se num patamar sensivelmente superior ao prevalecente nos anos do decênio anterior. Contra uma exportação total de 54.680 mil libras-ouro e uma importação de 61 004 mil na década de 1840 foram exportadas 102 007 mil libras no período 1850/60 e importadas 115 280 mil. Esse crescimento das exportações - que permitiria o das importações - prosseguiria durante todo o II Império apesar das flutuações mais ou menos fortes que experimentariam os fluxos do comércio exterior brasileiro durante o período. Devido ao ritmo do aumento das exportações superar ao das importações, a partir de 1861 romper-se-ia, finalmente a crônica tendência ao desequilíbrio da nossa balança comercial, de modo que a presença sistemática de saldos positivos passou a caracterizar a situação do País, dando melhores condições à entrada de capitais externos, principalmente de empréstimo, o que marcaria profundamente a evolução econômica do Brasil.

O aumento progressivo das exportações dever-se-ia, principalmente, ao crescimento das vendas de café no mercado externo, que alcançaram 48,7 milhões de libras-ouro na década de 1850, contra apenas 22,7 milhões na anterior. Já na década de 1860,o valor das exportações da rubiácia atingiu 68 mi

lhões de libras-ouro, saltando para 113,0 e 135,7 milhões, respectivamente, nas seguintes. Como resultado dessa expansão, a participação do produto no valor total das exportações brasileiras manter-se-ia sempre muito elevada, chegando mesmo a atingir 63,6% no quinquênio 1885-90. Mas além do café, os produtos tradicionais continuaram a ter importância na pauta de exportações do Império: o açúcar, o cacau, o mate, o fumo, o algodão e os couros e peles. No caso do primeiro desses produtos, o valor de suas exportações praticamente estagnou a partir de 1860, forçando a queda de sua participação no total das exportações do País. A causa do fenômeno foi a incapacidade da produção nacional de competir no mercado internacional, não só devido à presença de outras nações exportadoras de menor custo de produção mas também devido à redução do mercado mundial, provocado pela proteção à agroindustria do açúcar de beterraba, proporcionada pelos principais países da Europa. Quanto às exportações de algodão, estas conheceriam um curto período de grande expansão, gerado pela retirada temporária da produção norte-americana do mercado, em razão da Guerra Civil na década dos sessenta. No que diz respeito às exportações de couros e peles, essas acompanhariam mais ou menos o crescimento do total das exportações brasileiras até meados da década de 1870, passando então a perder importância, progressivamente. Afora os "pequenos produtos" de exportação - o cacau, o mate e o fumo, cujas vendas conjuntas no mercado externo manter-se-iam, com pequenas variações, em termo de 5% do seu valor total, durante todo o II Império-,o Brasil conheceria a sistemática expansão das exportações de um novo produto, cuja participação das suas exportaçëos passaria, progressivamente, a assumir um papel de significativa importância: a borracha. Com efeito, enquanto no quinquênio 1850/55 o valor das vendas do produto no mercado mundial seriam de apenas 1.141 mil libras, correspondendo a apenas 2,6% das exportações brasileiras, no período 1885/90, seriam vendidas 12.408 mil libras, ou seja, 10,0% do total do comércio de exportação do País.

Na verdade, o perfil das exportações brasileiras durante o II Império, num período em que o fundamento da economia nacional ainda era a atividade exportadora, revela a sua dependência de uns poucos produtos "primários", ou mais especificamente, de alguns produtos agropecuários (café, açúcar, cacau, mate, fumo, algodão, couros e peles) e de um produto da atividade extrativa vegetal (borracha). Assim, a dinâmica da economia brasileira dependia, essencialmente, da evolução dessas atividades.

No caso do café, o crescimento das exportações resultaram do prosseguimento da industrialização européia e norte-americana, que provocaram o aumento da demanda, assim como da revolução das formas de venda do produto, a partir de 1865, com o início da venda de café torrado em pacotes em lugar de café verde. Isto evitava a dependência do consumidor em relação à variabilidade da qualidade do produto, a perda do aroma e do sabor do café torrado, e as perdas. Tornou-se, inclusive, possível a padronização, surgindo as marcas.

Mas a expansão da produção de café para fins de exportação não se faria sem oscilações mais ou menos violentos. Estas flutuações eram de dupla natureza: ou resultavam de fatores naturais, próprios da cafeicultura, ou de fatores econômicos. De fato, era fenônemo já fartamente conhecido na época, que a uma boa safra de café invariavelmente seguiam-se outras de baixíssima produtividade, devido ao esgotamento do cafeeiro. Essa alternância de safras boas e más resultava em grandes variações nas quantidades exportadas do produto, o que transparece em qualquer gráfico que retrate seu comportamento no período. Por sua vez, a produção - e, portanto, as exportações - de café dependiam, como qualquer produto mercantil voltado para o mercado internacional, dos preços alcançados nesse mercado. Uma elevação significativa nos preços do produto tornavam mais atrativa a sua produção, incentivando os produtores a aumentar a alocação de recur -

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

QUADRO 3.2.2

PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES

BRASIL

1850-90

(Em %)

PERÍODOS	PRODUTOS								VALOR DAS EXPORTAÇÕES (MIL LIBRAS)
	CAFÉ	AÇÚCAR	CACAU	ERVA MATE	FUMO	ALGODÃO EM PLUMA	BORRACHA	COUROS E PELES	
1850/55	54,4	21,3	0,8	1,0	2,3	6,6	2,6	6,8	44.182
1855/60	48,7	21,1	1,1	2,0	2,8	6,0	2,0	7,5	57.825
1860/65	48,9	13,9	1,0	1,1	3,1	14,4	2,5	6,3	70.147
1865/70	42,5	10,8	0,9	1,3	3,0	21,7	3,7	5,7	79.286
1870/75	52,5	11,8	0,9	1,6	3,2	14,5	5,3	6,3	99.932
1875/80	60,7	11,8	1,5	1,4	3,7	4,6	5,7	4,8	99.753
1880/85	58,7	13,7	1,9	0,8	2,9	4,7	5,4	2,8	76.762
1885/90 (1)	63,6	7,0	1,4	1,5	2,6	3,8	10,0	3,6	123.963

FONTE: IBGE - ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1939-40, p. 1374-6.

Nota 1: Inclui o 2º semestre de 1890.

sos - terra, meios de produção e escravos - na cafeicultura, efetuando novos plantios. Os novos cafezais, entretanto, dado o ciclo biológico da planta, levavam, em média, 4 anos para frutificarem e 6 anos para alcançarem sua plena produção. Isto implicava que os estímulos de preços deviam levar, em termos gerais, 6 anos para se traduzirem numa elevação subsequente da oferta que voltasse a pressionar os preços a níveis que inibissem a expansão ulterior da produção. Por sua vez, a queda dos preços, ao inibir o prosseguimento dos plantios, criava condição para nova elevação, uma vez decorridos alguns anos. Isto porque o contínuo aumento da demanda, resultante do crescimento populacional e da renda per-capita dos países da Europa e dos Estados Unidos, mais dia menos dia provocava a redução dos estoques disponíveis a níveis inferiores aos normais, prenunciando a escassez do produto. Isto gerava uma nova elevação de preços do café, a nível dos produtores, que redundava, uma vez decorridos os 6 anos de maturação dos novos cafezais, em redobrada expansão da oferta, provocando nova queda nos preços,que fazia cessar mais uma vez os plantios.

565 BC

Esse último mecanismo, sobejamente conhecido, caracterizava o "ciclo do café", que marcou profundamente a economia brasileira na segunda metade do século passado. Em geral, observando-se as estatísticas sobre a época, nota-se o seguinte comportamento do mercado cafeeiro: a elevação dos preços do produto causava uma onda de novos plantios, que desembocava, anos depois, numa grande safra, prenúncio de um nível de produção situado num patamar superior ao precedente. As dimensões da safra causavam a redução dos preços, e, portanto, redundavam na supressão dos plantios. Durante alguns anos, os preços não voltavam a crescer de forma significativa. No entanto, haviam grandes flutuações nas exportações, resultantes das variações anuais nos rendimentos dos novos cafeeiros, embora,numa média de vários anos a produção se situasse num nível superior ao antecedente.

O primeiro grande ciclo do café, no II Império, iniciou-se por volta de 1857, com a sensível elevação dos preços do produto, tanto a nível internacional quanto no âmbito interno. Essa alta de preços - que duraria até 1863 - resultava da recuperação da economia européia, então mergulhada numa crise generalizada, da infestação das culturas brasileiras pela elachista coffeela (a borboletinha dos cafezais, também denominada bicho de folha ou bicho do café), que atacaria as lavouras do Rio de Janeiro e de São Paulo (estas ainda incipientes), a começar por 1860. Também seria resultado, segundo Delfim Netto, da elevação dos preços dos escravos, cuja importação do estrangeiro vira-se interrompida devido à lei Euzébio de Queirós.

Por volta de 1863, os preços do café começaram a cair, não só como resultado da expansão da produção brasileira, mas também devido à redução da procura norte-americana, provocada pela Guerra da Secessão, e ao aumento da oferta da América Central, da Ásia e da África.[3] Em 1866, teve início nova crise mundial, que contribuiria para inibir o crescimento da demanda de café, a qual, contudo, continuou a se expandir, até certo ponto, em razão da venda do produto em pacotes, que se iniciara um ano antes. Em 1869, no entanto, iniciou-se a rápida recuperação da economia mundial. Com ela, expandiu-se rapidamente a procura de café, enquanto que a oferta sofria uma queda repentina, como consequência da quebra da safra brasileira e da centro-americana em 1868 e da geada de 1870, que dizimara parcela ponderável dos cafezais paulistas.

Como resultado, os preços do produto elevaram-se sensivelmente, gerando nova onda de plantios, que não se deteria nem com a crise mundial em 1873, uma vez que, então, a diminuição permanente da cafeicultura em Java e o equilíbrio do

---

[3] *De acordo com Delfim Neto, a produção da América Central passara de 400 para 800 mil sacas por ano; a da Ásia de 1,5 milhões para 2,2; e a da África de 25 mil para 35 mil sacas anuais. Ver: DELFIM NETTO, Antônio. O problema do café no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 1979. 259p. Referência p.5.*

mercado mundial do café impediriam a queda violenta de seus preços. Mesmo a tendência ao lento declínio dos preços do café ver-se-ia contrabalançada, em parte, pela desvalorização cambial.

"Durante a fase de expansão deste ciclo que se prolongou até 1874, as plantações se multiplicaram".[4] Esse novo plantio já se efetuaria, em grande parte, ao contrário dos precedentes, nas terras do Planalto Paulista, que tornara-se então acessível pela penetração das ferrovias. Tinha lugar, portanto, um momento importante na história do café do Brasil: as plantações do Vale do Paraíba haviam alcançado o seu apogeu, iniciando-se então o declínio. Por sua vez, apenas tinha início, de forma mais vigorosa a penetração dos cafeeiros na direção do Oeste Paulista, com a substituição das plantações de cana-de-açúcar pela rubiácia. Este contraponto entre a expansão do café no Oeste de São Paulo e a decadência da atividade do Vale do Paraíba tinha um significado muito além do meramente geográfico, pois implicaria no desenvolvimento das novas relações de produção que se vinham ensaiando no País, e na regressão paralela do escravismo.

Em meados da década de 1870, a economia européia começou a se recuperar, inicialmente, pelas indústrias de bens de consumo, e a partir de 1879, pelas indústrias de meios de produção. No entanto, os preços do café não se recuperaram rapidamente, embora a quantidade exportada do produto tenha crescido. Isto só ocorreria em 1886, quando teve início um novo e rigoroso ciclo de aumento dos seus preços. A partir de então, os mercados mundiais revelaram uma expansão extraordinária, principalmente os dos Estados Unidos. A nova onda de elevação dos preços do café provocaria, mais uma vez, um enorme surto de plantios, resultando nas grandes safras de meados da década seguinte, como a de 1896, que forçariam os preços do produto, em libras, a uma queda brutal.

Neste último ciclo, que ultrapassou os limites do

---

[4] DELFIM NETTO, op. cit. nota 3, p. 15.

Império, penetrando no período republicano, culminou o processo de superação do escravismo, num momento em que as forças produtivas do Brasil conheciam um de seus momentos de grande expansão.

O segundo produto de exportação do Brasil no início do II Império - o açúcar - conheceria uma dinâmica bem distinta da cafeeira. Até fins da década de 1850, devido à recuperação dos preços do produto, que atingiu a média de 21,3 libras/ton no quinquênio 1855/60 , o valor das suas exportações acompanhou o aumento do conjunto das vendas brasileiras no mercado externo. Contudo, a partir da década seguinte, os preços do açúcar no mercado internacional experimentaram uma nítida tendência baixista, que refletiria negativamente sobre a produção do País. Essa tendência resultava, em grande parte, do crescimento da produção do açúcar de beterraba, que passou a contar com a proteção aduaneira dos países produtores, reduzindo, pois, as dimensões relativas do mercado mundial de açúcar de cana. A participação do açúcar de beterraba na produção mundial de açúcar saltou de 5,1% no período 1841/45 para 61,0% no quinquênio 1896-1900. "O açúcar de beterraba exclui o Brasil dos mercados da Europa".[5] . Em 1870, esse produto chegou à Inglaterra, fazendo com que o concorrente brasileiro cedesse terreno rapidamente. Com a redução das exportações para a Grã-Bretanha, o mercado que passou a crescer foi o norte-americano, o qual absorveu, em 1885-89, 63,1% do total das exportações brasileiras de açúcar. Mas logo o produto do Brasil seria excluído do mercado norte-americano, quando os Estados Unidos anexaram Porto Rico e o Havaí, dando preferência ao açúcar procedente de tais origens, desfavorecendo o produto brasileiro.

Na verdade, reside na progressiva restrição ao comércio internacional do produto, resultado do protecionismo oriundo do processo de monopolização da economia mundial, que promoveria a expansão da produção de açúcar de beterraba e a ressuscitação do comércio colonial, e na perda de competivi-

---

[5] EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/UNICAMP. 1977. Citação p. 48.

QUADRO 3.2.3

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR

BRASIL

1850/90

PERÍODOS	QUANTIDADE (TON.)	VALOR (MIL LIBRAS)	PREÇO MÉDIO (LIBRAS/TON.)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES (%)
1850/55	639.370	9.411	14,7	21,3
1855/60	575.328	12.227	21,3	21,1
1860/65	567.757	9.718	17,1	13,9
1865/70	545.005	8.589	15,8	10,8
1870/75	846.684	11.767	13,9	11,8
1875/80	838.804	11.775	14,0	11,8
1880/85	1.190.368	13.230	11,1	13,7
1885/90 (1)	831.026	8.677	10,4	7,0

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1939-40, p. 1374-6

Nota 1. Inclui o segundo semestre de 1890.

dade do açúcar brasileiro, devido aos seus altos custos de produção, as razões da sistemática exclusão do Brasil do mercado internacional do produto. Pernambuco, que chegara a responder por 4,2% da produção mundial de açúcar, no período 1846/50, teria uma participação quase que nula no final do século XIX. Apesar disto, as exportações brasileiras de açúcar ainda eram significativas no final do II Império, embora tivessem perdido sua importância, tanto em relação ao mercado internacional, quanto pela sua contribuição para a receita das vendas de produtos brasileiros no exterior.

Já o algodão - outro produto tradicional de exportação do Brasil - conheceria um curto período de extraordinária expansão, que se estenderia de meados da década de 1860 até meados da seguinte, como conseqüência da retirada da produção norte-americana do mercado mundial devido à Guerra Civil. Durante o conflito nos Estados Unidos importaram-se sementes de algodão herbáceo daquele país e da Inglaterra, introduzindo - o no Brasil. A nova cultura disseminou-se durante a década de 1860, gerando a "febre do algodão". No início da década de 1870, contudo, a recuperação da produção norte-americana provocou a rápida exclusão do produto brasileiro no mercado internacional, iniciando-se a queda da sua produção no Brasil. A cultura, entretanto, permaneceria em áreas restritas do País, e manter-se-ia um pequeno volume de exportações o que favoreceria a instalação da grande indústria textil nacional. Mais uma vez, a razão fundamental do declínio das exportações do produto brasileiro seria seu alto custo e péssima qualidade, reflexos das precárias condições de produção existentes no País. A sustentação de uma quantidade mínima de exportações seria possível, neste caso, devido à fibra longa do algodão arbóreo nordestino que, pela sua qualificação especial, manteria certa fatia do mercado inglês.

Os outros produtos de alguma importância nas exportações brasileiras, com exceção da borracha, apresentaram desempenho variável durante o II Reinado. O fumo aproveitou-

QUADRO 3.2.4

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE ALGODÃO EM PLUMA

BRASIL

1850/90

PERÍODOS	QUANTIDADE (TON.)	VALOR (MIL LIBRAS)	PREÇO MÉDIO (LIBRAS/TON)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES (%)
1850/55	67.122	2.903	43,2	6,6
1855/60	774.126	3.447	46,5	6,0
1860/65	82.873	10.079	121,6	14,4
1865/70	206.066	17.214	83,5	21,7
1870/75	269.195	14.452	53,7	14,5
1875/80	113.241	4.618	40,8	4,6
1880/85	125.190	4.529	36,2	4,7
1885/90(1)	105.588	4.685	44,4	3,8

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil. 1939-40, p. 1376-7.

Nota 1: Inclui o 2º semestre de 1870.

se da Guerra Civil norte-americana, e conheceu um curto período do florescimento na Bahia, assumindo então, nessa Província, uma importância superior à da cana-de-açúcar. Na década de 1880, exportaram-se quase 200 mil toneladas do produto, no valor de 6 milhões de libras-ouro, contra 80 mil toneladas e 2,7 milhões de libras na primeira década do IIº Império. Contudo, o fumo nunca deixou sua modesta posição na balança comercial brasileira, girando em torno de 3% do valor total das nossas exportações. -No caso do cacau, apesar da significativa expansão das suas exportações durante o período (na década de 1850 venderam-se apenas 35 mil toneladas do produto, equivalentes a menos de um milhão de libras; já na década de 1890 suas exportações somaram quase 74 mil toneladas, ou 3,5 milhões de libras), estas atingiram apenas 1,6% do valor das brasileiras no último decênio do Império. Na verdade, a lavoura, extremamente exigente em termos de solo e clima, nunca deixaria seu caráter restrito, ainda mais que, devido aos métodos precários de produção, não teria grande poder de competividade no mercado internacional. Quanto à erva-mate, apesar das tentativas governamentais de difundir a cultura, esta assumiria um caráter marginal, dentro do rol dos produtos de exportação do País. Assim, ao findar o Império as exportações do produto (161 mil toneladas e 2,5 milhões de libras no período 1880/90), apesar de superar amplamente as do segundo decênio do IIº Reinado (67 mil toneladas e 1,6 milhões de libras na década de 1850), apenas respondiam por menos de 1,2% do valor das exportações brasileiras. Finalmente, as exportações de couros e peles, ao contrário dos outros produtos considerados embora se expandissem durante as décadas de 1860 e 1870, chegaram no final do IIº Império com um rendimento menor do que durante os anos cinquenta, quando venderam-se quase 165 mil toneladas, num valor de 7,4 milhões de libras. Assim, nos anos oitenta as suas exportações alcançaram 180 mil toneladas, ou 7,1 milhões de libras. Como resultado, caiu a participação dos couros e peles no total das vendas do Brasil no exterior: de 7,2% na primeira década do IIº Reinado para apenas 3,2% no período 1880/90.

O último produto de importância na pauta de exportações do Brasil - a borracha - experimentaria, por sua vez, uma notável expansão durante o IIº Império, muito embora somente na República tenha passado por seu período de auge. Segundo Roberto Santos,[6] com exceção da borracha de apagar, os primeiros artigos de borracha só tiveram curso comercial a partir de 1803, com a primeira fábrica, perto de Paris, que produzia ligaduras elásticas para suspensórios de ligas. Outras fábricas também apareceram no primeiro quartel do Século XIX, na Europa: uma em 1811, em Viena, outra em 1820, na Inglaterra, instalada por Thomas Hancock, e uma terceira em Glasgow, Escócia, fundada por Charles Macintosk. Nos Estados Unidos, a primeira fábrica de borracha surgiu somente em 1833. Entretanto, antes mesmo de sua instalação, em 1800, eram importadas quantidades do produto, na forma de garrafas. Em 1820, fabricantes de sapatos de Boston e proximidades enviavam calçados para serem cobertos de borracha do Pará, enquanto que outros expediam moldes de madeira para a elaboração de sapatos com o látex. No segundo quartel do século passado, novas fábricas se instalaram no continente europeu. Contudo, ainda não se tinham resolvido todos os problemas técnicos do produto, entre os quais se pode citar, como exemplo, o fato da borracha tornar-se pegajosa em ambiente aquecido e muito dura e inflexível no frio. Mas em 1839 Charles Goodyer descobriu o processo de vulcanização da borracha, sendo seguido em 1842 por Hancock. O processo tornava-a inalterável pela temperatura, solventes comuns ou óleos. "O invento, aplicado quase simultaneamente em ambos os lados do Atlântico, iria crescer enormemente os usos confiáveis e duráveis da borracha, impelindo a indústria do setor a uma posição destacada na economia mundial".[7] As importações da Inglaterra saltaram da insignificância de 23 toneladas em 1830 e 68 em 1845, a 1818 dez

---

[6] *Ver:*
SANTOS, Roberto. *A borracha: das raízes a 1877. In: História Econômica da Amazônia (1800 - 1920). São Paulo, Biblioteca Básicas de Ciências Sociais, 1980. p. 41 - 86.*

[7] *Ibid. p. 45.*

anos depois. As dos Estados Unidos atingiram 1 000 toneladas em 1850 e 3.000 em 1865.

Assim, a revolução no preparo do produto, dando maiores condições à expansão da grande indústria da borracha, tanto de artigos de consumo como meios de produção, provocou o firme e rápido aumento da demanda, dando condições à expansão da produção brasileira originária da Amazônia. Dado o monopólio do Brasil na produção da borracha, não é de se estranhar o notável aumento das suas exportações, que, se haviam alcançado 4 693 toneladas, ou 214 mil libras, na década de 1840, evoluiriam para 19 383 toneladas ou 2,3 milhões de libras, no decênio seguinte, para atingir 109 958 toneladas e 17,6 milhões de libras no período 1880/90, ou seja, o equivalente a 8,0% do total do comércio de exportações do País.

QUADRO 3.2.5

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÃO DE BORRACHA

BRASIL

1850/1890

PERÍODOS	QUANTIDADE (TON.)	VALOR (MIL LIBRAS)	PREÇO MÉDIO (LIBRA/TON.)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES (%)
1850/55	9.757	1.141	116,9	2,6
1855/60	9.626	1.141	118,5	2,0
1860/65	14.705	1.755	119,3	2,5
1865/70	22.590	2.894	128,1	3,7
1870/75	28.336	5.276	186,2	5,3
1875/80	31.889	5.681	178,1	5,7
1880/85	38.119	5.202	136,5	5,4
1885/90 (1)	71.839	12.408	172,7	10,0

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1939-40, p. 1376-7.

NOTA 1 Inclui o 2º semestre de 1890.

c) Expansão cafeeira e o problema da mão-de-obra: o tráfico interno

A expansão cafeeira esbarraria, muito cedo, com o problema da mão-de-obra necessária ao seu prosseguimento. Uma vez cessado o tráfico internacional de escravos, e na ausência de um mercado interno de força de trabalho, a cafeicultura corria o risco de ver tolher-se o seu crescimento, mesmo numa situação de altos preços no mercado externo.

No entanto, o crescimento da demanda de escravos, gerada pela expansão cafeeira, engendraria um intenso movimento comercial de carne humana dentro mesmo das fronteiras nacionais. Este movimento seria favorecido pela estagnação e mesmo declínio das outras culturas de exportação, resultantes de sua incapaciade de enfrentar a concorrência de outros países no mercado internacional. Era o caso da lavoura canavieira, que viu perder pouco a pouco seu antigo predomínio. Também os outros produtos tradicionais de exportação - algodão, couro, fumo e cacau - não comportaram-se de forma dinâmica durante o II Império. Somente a exploração da borracha natural experimentaria um extraordinário surto no período.

O trafico interno de escravos, que largavam as regiões do Extremo Sul e Norte-Nordeste em direção às plantações de café de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (Vale do Paraíba), duraria de 1851 a 1881, quando seria virtualmente abolido pelas legislações das províncias importadoras. Entrentando, mesmo antes daquela data, quando o tráfico internacional ainda persistia, o Brasil já havia conhecido alguns movimentos de escravos em direção às zonas cafeeiras. Assim, na primeira metade do século XIX, o desenvolvimento da cafeicultura em Minas atraíra escravos das antigas regiões mineradoras, assim como das áreas onde se desdobrava a produção escravista de alimentos, para as áreas mineiras do Vale do Paraíba, onde desenvolviam-se as plantações de café. Em 1847, uma grande seca na Província do Ceará aumentara significativamente o fluxo espontâneo de escravos do norte para o sul do País. Mesmo os fortes

àquela época, foram obrigados, pela fome, a vender seus filhos como escravos, para sobreviverem.

"Com a abrupta suspensão do tráfico africano, o afluxo de escravos do norte para o sul transformou-se numa autêntica torrente e começou sendo considerado vital para os interesses do fazendeiros da região do café..."[8]. Somente nos quatros primeiros meses de 1852, registraram-se como tendo chegados ao porto do Rio, vindo de outras partes do Brasil, cerca de 1.660 escravos, sendo 1.376 oriundos de portos do Norte/Nordeste. Ao todo, chegariam ao Rio, e seriam registrados, 34.668 negros entre 1852 e Julho de 1862, numa média de 3.302 peças por ano. Nos meses que se seguiram ao término do tráfico africano, os preços dos escravos no Rio de Janeiro aumentaram desmedidamente, forçando os fazendeiros a procurar a mercadoria fora dos mercados locais. Ainda na década de 1850, muitos mancípios deixaram o Rio Grande do Sul em direção às zonas cafeeiras. Este fluxo só seria invertido entre 1859 e 1863, devido à expansão da indústria do charque, que forçou a Província a voltar a importar gado humano. No entanto, na década de 1870 voltariam as vendas de escravos para fora do Rio Grande do Sul.

Em fins da década de 1850, apesar do declínio da atividade açucareira ainda não ter se acentuado, a elevação dos preços do café já tinha sido suficiente para arrebatar escravos alocados no Nordeste, região concentradora da manufatura do açucar, além de outras áreas. Revertia-se, então, a tendência a importar escravos, que sempre caracterizava a região. Com efeito, as importações de escravos por Pernambuco, principal província açucareira do Nordeste, depois de atingir 15.504 escravos durante o biênio 1818-19, caíram para 5.067 em 1824-25. Em 1847 entraram na Província apenas 300 negros importados; no ano seguinte mais 450 e um máximo de 2.300 em 1850, provavelmente devido à pressão para o término do tráfico internacional. Ao todo;

---

[8] CONRAD, Roberto. *O comércio de escravos inter-provincial. In: Os últimos anos da escravatura no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.394p. Referência p. 65.*

QUADRO 3.2.6

ESCRAVOS IMPORTADOS PELO RIO DE JANEIRO,
ATRAVÉS DO COMÉRCIO INTER-PROVINCIAL
1852 - 62

ANO	PROCEDÊNCIA		TOTAL
	NORTE	SUL	
1852	3.461	340	3.801
1853	2.743	658	3.401
1854	4.201	198	4.399
1855	3.156	215	3.371
1856	3.495	496	3.991
1857	3.480	619	4.099
1858	1.304	276	1.580
1859	933	183	1.116
1860	3.132	156	3.288
1861	4.502	162	4.664
1862(1)	857	101	958
TOTAL	31.264	3.404	34.668

FONTE: Carta de Christie as Conde Russel. Rio de Janeiro, 30/09/1862 (incluso Nº 1), Class B 1862, p. 112. Apud CONRAD, R. Os últimos anos da escravatura no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, INL, 1975, p. 350.

Nota 1: Período janeiro/julho.

teriam entrado em Pernambuco, durante o período 1839 - 1850 , cerca de 12.512 escravos importados. No entanto, já a partir de 1851, registraram-se saídas de mancípios da Província, certamente em direção às regiões cafeeiras. Neste caso, o sinal para o surgimento das exportações de carne humana seria a elevação de seus preços, no momento da virada da indústria açucareira nordestina em direção à decadência. Em 1852, o preço médio do escravo entre 20 e 25 anos de idade, alcançava 450 mil réis em Pernambuco. Em 1857, havia atingido 1:200, e em 1860, chegou a 1:500. Essa alta, por certo, seria o resultado, pelo menos na primeira metade da década de 1850, do fim do tráfico africano Já no período 1856-59, a elevação dos preços do açúcar no mercado internacional pressionaria o mercado de escravos, reforçando a tendência altista, mas inibindo as exportações de negros das zonas açucareiras. A partir de 1861, no entanto, os preços dos escravos em Pernambuco passaram a decair fortemente, enquanto que nas regiões cafeeiras prosseguia a sua elevação sistemática. Com isso, tornou-se vantajoso aos senhores de engenho, endividados junto aos agentes comerciais de Recife, vender seus escravos, em pequenos lotes, para as regiões sulinas. Ainda no primeiro semestre de 1851, saíram legalmente 270 peças da Província, e 123 no primeiro semestre do ano seguinte. Em 1855-56, as saídas legais totalizaram 751 peças; já no biênio seguinte, estas caíram a níveis insignificantes, devido a melhoria das condições do mercado de açúcar, mas voltaram a crescer novamente a partir de 1859. Assim, no perídodo 1859-64, registram-se 3.939 saídas, e mais 13.134 no período 1872-79, numa média de 1.640 por ano. E é de se observar que esses números não englobam o total dos escravos que partiram de Pernambuco, em decorrência do contrabando interprovincial, interessado em eludir o fisco,que cobrava um imposto por cabeça exportada. Possivelmente, as saídas totais tenham inclusive excedido as legais, principalmente no caso do tráfico por vias terrestres, menos sujeito à fiscalização. Seja como for, por volta da década de 1870, já era notória a decadência da atividade açucareira nordestina, assim como prosseguia, embora a passo de ganso, a modernização da atividade e a concomitante substituição do

trabalho escravo pelo trabalho "livre" de agregados, moradores, parceiros e, eventualmente, assalariados, o que favorecia ainda mais a cessão de trabalhadores escravos para as zonas cafeeiras do Sudeste.

Durante toda a década de 1870, o fôlego do tráfico interno não amaimou. De 1877 a 1880, uma terrível seca assolou a a região nordestina, povoando um grande fluxo de escravos para fora da região, principalmente do Ceará.[9] Contudo, já então se fizera sentir no âmbito das classes dominantes, o medo de romper-se o compromisso a favor da escravidão, com o aparecimento de províncias escravistas e não escravistas, com tinha ocorrido nos Estados Unidos. Em 1880, surgiu um projeto de lei de Antônio Moreira de Barros, que procurava terminar com o tráfico interprovincial, objetivando fortalecer a frente escravagista. No entanto, já era tarde. Os representantes do Norte/Nordeste pressionaram, repelindo a lei. Em fins do mesmo ano, contudo, a Província do Rio de Janeiro criou, por sua própria conta, um elevado imposto à importação de escravos de outras províncias. São Paulo e Minas Gerais seguiram-lhe o exemplo, terminando, assim, em grande parte, com o tráfico interprovincial, que durara 30 anos.

Mas o tráfico interprovincial de carne humana teve profundas consequências dentro do processo de transformação das relações de produção no seio da economia nacional. Em primeiro lugar, significava uma solução negativa do problema de mão-de-obra que começava a afligir a cafeicultura após o término do tráfico africano, uma vez que mantinha, dentro do âmbito do escravismo, as relações de produção prevalecentes no setor. Representava uma solução quantitativa para a questão, mantendo-se qualitativamente a mesma estrutura anterior. Contudo, contraditoriamente, se se conservava o caráter escravista da cafeicul-

---

[9] Segundo Robert Conrad, 300 mil pessoas morreram no Ceará devido a seca, e 250 mil refugiaram-se na capital da província, Fortaleza, que até então tinha uma população de apenas 25 mil. Essa seca teria facilitado o trânsito para o trabalho assalariado, através da exportação dos escravos e da ruína dos produtores independentes.

tura, isto tinha como consequência a redução quantitativa da escravidão nas províncias não cafeeiras,o que, gerando um problema de escassez de força de trabalho escrava, facilitava uma transformação qualitativa das relações de produção, com a consequente substituição do trabalho escravo pela "troca de serviços" entre o proprietário fundiário e os agregados e parceiros, e pelo trabalho assalariado. Assim, pôde desenvolver-se e ganhar importância crescente,o trabalho "livre" na lavoura canavieira nordestina, enquanto que nas províncias meridionais, a perda de escravos para as regiões cafeeiras processava-se paralelamente à expansão da economia camponesa, com base no desenvolvimento dos antigos núcleos coloniais e na instalação de novas unidades.

Mas fora a germinação de novas relações de produção , o tráfico interprovincial provocava a consequente concentração da escravidão nas zonas cafeeiras, causando uma nova ruptura na frente escravagista, com o surgimento de províncias cujas classes dominantes passavam a perder, progressivamente, sua identidade de interesses com a manutenção da ordem escravista, terminando, inclusive, a assumir, já no final do Império, uma posição contra a escravatura. Por volta de 1864, apesar de treze anos de tráfico intensivo, o Nordeste ainda conservava cerca de 45,1% da força escrava do País, num total de 774 mil cabeças, destacando-se Pernambuco, com 260 mil peças, e a Bahia, com umas 300 mil. Dez anos depois, no entanto, a população escrava da Região havia diminuído sensivelmente, somando menos de 436 mil elementos, ou 28,3% do total disponível no Brasil. Em compensação, o número absoluto e relativo das províncias cafeeiras do Sudeste crescera no período, saindo de 745 mil peças, ou 43,4% do total, em 1864, para quase 857 mil em 1874, correspondendo a 55,6% do estoque então existente. Também a força escrava crescera no extremo Sul, devido à expansão das charqueadas, atingindo mais de 98 mil peças no Rio Grande do Sul, o mesmo ocorrendo com o Norte, ou mais especificamente, com o Maranhão, em consequência do surto algodoeiro resultante da queda das exportações

norte-americana. Mas dez anos depois, em 1884, não somente a participação do Nordeste na absorção da mão-de-obra escrava teria diminuído ainda mais, atingindo 24,3%, como também a importância do Norte - incluindo o Maranhão -, devido à decadência da cotonicultura, e do extremo Sul (Rio Grande do Sul), em decorrência da estagnação das charqueadas. Em oposição, as províncias do Sudeste respondiam, agora, por 62,8% da força de trabalho escrava, com 779.175 cabeças.

Em algumas províncias do Norte e Nordeste, os escravos passaram a representar uma proporção ínfima da população (na Paraíba, por exemplo, eram apenas 7% em 1874, contra 12,4% em Pernambuco). Além disso, lá ficaram os escravos mais velhos, menos sadios e uma porcentagem maior de mulheres. Três anos depois do fim do tráfico, em 1854, por exemplo, a participação dos homens no total da população escrava era de 45,6% nas províncias do Norte e 49% nas do Nordeste. Nas províncias cafeeiras, no entanto, não somente a importância numérica dos escravos manteve-se em altos níveis, mas nelas se concentraram, também, os elementos mais jovens e sadios, além da maior preponderância do elemento masculino. Assim, ainda em 1884, existiam , no Sudeste, cerca de 425.207 escravos do sexo masculino, contra apenas 353.968 do sexo feminino.

Essas diferenças objetivas quanto à base da escravidão transformar-se-iam, pouco a pouco, em diferenças subjetivas, levando as províncias a um conflito direto de interesses. Inicialmente, as províncias do Norte-Nordeste taxaram fortemente as exportações de carne humana, o que chegou inclusive a contribuir para os cofres públicos de modo significativo, como no caso de Pernambuco, enquanto que os deputados da região tentavam proibir o tráfico interprovincial, de modo a assegurar a força de trabalho para os lavradores locais. Nestas circustâncias, os interesses das províncias nortistas opunham-se aos da zona cafeeira, interessadas em adquirir um grande número de trabalhadores a baixo custo. Com a Guerra da Secessão nos EUA, na década de 60, contudo, vários brasileiros proeminentes, mesmo das províncias cafeeiras, voltaram-se contra o tráfico interprovín

cial, reconhecendo a ameaça latente no aumento das diferenças regionais quanto ao trabalho escravo, que este comércio de gado humano trazia em seu bojo. No entanto, já nessa época o trabalho "livre" havia encontrado maior difusão nas províncias setentrionais, e o comércio escravista tornara-se uma fonte importante de rendimentos para as precárias finanças de algumas províncias, assim como para os fazendeiros em rápido empobrecimento, de tal modo que as províncias do Norte-Nordeste tornaram-se defensoras do tráfico, enquanto que as províncias cafeeiras do Sudeste tentavam obstruir-lo, contando, inclusive com o apoio do Governo Imperial.[10]

Na verdade, enquanto que nas regiões onde os escravos mantiveram-se numerosos, a escravatura continuava encontrando forte defesa, nas áreas onde esses escasseavam, a população tornava-se indiferente, senão hostil. Enquanto no Sudeste, os cafeicultores do Vale do Paraíba conservavam seus escravos, os plantadores do Nordeste atraíam os brasileiros "livres", que não tinham acesso favorável às terras da estreita faixa fértil da região, dando origem, em muitos casos, a uma verdadeira oposição ao escravismo.

---

[10] *Em 1871 na província de São Paulo taxou-se a importação de escravos em 200 $ 000 por unidade. Embora essa taxa fosse logo revogada, em 1874 voltou-se novamente a taxar, agora em 500 $ 000, o escravo averbado na Província. Em Minas Gerais, a Lei 2 314 de Julho de 1876 taxou a importação de escravos de outras províncias, taxa que seria elevada a 2 contos de réis em Dezembro de 1880. Neste mesmo ano, o escravo averbado no Rio de Janeiro estava sujeito a uma taxa de 1 500 $ 000. Pela Lei nº 1 de 2 de Janeiro de 1881, em São Paulo voltou-se a taxar, agora em 2 contos, a transferência de mancípios de outras províncias. Como se pode concluir da imposição de taxas tão elevadas, em sucessão, as províncias cafeeiras tentaram, a partir de meados da década de 1870, liquidar com o tráfico interprovincial.*

QUADRO 3.2.7

POPULAÇÃO ESCRAVA

BRASIL

1864-1884

PROVÍNCIAS	1864		1874		1884	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
Norte	101 000	5,9	107 680	7,0	70 394	5,7
Amazonas	1 000	0,1	1 545	0,1	-	-
Pará	30 000	1,7	31 537	2,0	20 849	1,7
Maranhão	70 000	4,1	74 598	4,8	49 780	4,0
Nordeste	774 000	45,1	435 687	23,3	301 470	24,3
Piauí	20 000	1,2	23 434	1,5	16 780	1,4
Ceará	36 000	2,1	31 975	2,1	-	-
Rio Grande do Norte	23 000	1,3	13 634	0,9	7 209	0,6
Paraíba	30 000	1,8	25 817	1,7	19 165	1,5
Pernambuco	260 000	15,2	106 236	6,9	72 709	5,9
Alagoas	50 000	2,9	36 124	2,3	26 911	2,2
Sergipe	55 000	3,2	33 064	2,1	25 874	2,1
Bahia	300 000	17,5	165 403	10,7	132 822	10,7
Oeste	20 000	1,2	15 854	1,0	13 492	1,1
Mato Grosso	5 000	0,3	7 054	0,4	5 782	0,5
Goiás	15 000	0,9	8 800	0,6	7 710	0,6
Sudeste	745 000	43,4	856 659	55,6	779 175	62,8
Minas Gerais	250 000	14,6	311 304	20,2	301 125	24,3
Espírito Santo	15 000	0,9	22 297	1,4	20 216	1,6
Rio de Janeiro	300 000	17,5	301 352	19,6	258 238	20,8
Município Neutro	100 000	5,8	47 084	3,1	32 103	2,6
São Paulo	80 000	4,7	174 622	11,3	167 493	13,5
Sul	80 000	4,7	124 949	8,1	76 275	6,1
Paraná	20 000	1,2	11 249	0,7	7 768	0,6
Santa Catarina	15 000	0,9	15 250	1,0	8 768	0,6
Rio Grande do Sul	45 000	2,6	98 450	6,4	60 136	4,8
TOTAL	1.715.000	100,0	1.540.827	100,0	1.240.806	100,0

Fonte: Perdigão Malheiro, A escravidão. II, 198. Relatório do Ministério da Agricultura, 10 de Maio de 1873, p. 18; Ibid., 30 de Abril de 1883, p. 372 ibid, 14 de Maio de 1888, p. 24. Apud CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975 p. 346.

QUADRO 3.2.8

PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS NA POPULAÇÃO TOTAL

BRASIL

1864-84

(Em %)

PROVÍNCIAS	1864	1874	1884
Norte	16,1	15,3	8,5
Amazonas	2,6	2,7	-
Pará	11,8	11,9	6,7
Maranhão	21,0	20,8	12,3
Nordeste	19,8	10,4	5,9
Piauí	10,5	11,4	6,8
Ceará	5,2	4,4	-
Rio Grande do Norte	10,4	5,5	2,8
Paraíba	8,7	7,0	4,5
Pernambuco	33,8	12,4	7,5
Alagoas	17,0	10,3	6,0
Sergipe	26,6	19,1	9,1
Bahia	25,2	12,8	7,7
Oeste	10,9	7,2	4,6
Mato Grosso	10,7	11,2	6,5
Goiás	10,9	5,5	3,8
Sudeste	21,4	21,8	14,6
Minas Gerais	14,3	15,9	10,9
Espírito Santo	22,8	27,6	17,6
Rio de Janeiro	37,7	39,7	30,1
Município Neutro	48,4	17,2	7,6
São Paulo	11,9	20,4	14,3
Sul	14,7	16,7	6,7
Paraná	21,3	8,8	3,9
Santa Catarina	12,1	9,5	3,7
Rio Grande do Sul	13,7	21,3	8,5
TOTAL	19,8	15,8	9,7

Fonte: 1874: Diretoria Geral de Estatística, Relatório e Trabalhos Estatísticos (Rio de Janeiro , 1875) p. 46-62; Relatório do Ministério da Agricultura, 10 de Maio de 1883, p. 10. Apud. Conrad, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975 p. 345.

1864 e 1884: População escrava: CONRAD, Ibid. População total: dados estimados.

d) Expansão cafeeira e o problema da mão-de-obra: a concentração dos escravos na lavoura cafeeira.

Além do surgimento do tráfico interprovincial, a expansão cafeeira, em condições de ausência da importação de escravos, provocou a redução de seu número nos centros urbanos, com o seu encaminhamento para a zona rural, assim como o desvio da força de trabalho escrava das outras lavouras de exportação, e mesmo das culturas alimentares e demais atividades domésticas, para a cafeicultura, dentro mesmo das regiões de concentração, dessa atividade. Analisando as zonas cafeeiras de São Paulo, Viotti da Costa mostra que, a despeito do aumento progressivo da população servil no período 1857-74, a sua participação na população total caiu sensivelmente. Nos distritos cafeeiros do Rio de Janeiro, ao contrário, a população escrava cresceu rapidamente até inícios da década de 1870, a um ritmo, pelo visto, superior ao do aumento da população total. No fim dessa década, no entanto, já se iniciara o decréscimo absoluto do número de escravos, apesar do aumento populacional. Nas zonas do café de Minas, também, não parece ter ocorrido, a não ser a partir do início da década de 1880, uma redução do peso da população servil da população total, apesar da diminuição do número de escravos existentes na Província. Nesse caso, o deslocamento dos munucípios de mineração para as zonas cafeeiras impediu, pelo menos até a década de 1880, observar-se uma nítida redução da particapação da população escrava no total da população.

De qualquer modo, a despeito das particularidades locais no seio das regiões cafeeiras, verificou-se um notável despovoamento dos centros urbanos de escravos, o que contribuiu para minar o apoio à escravidão das populações das cidades do Império, assim como para o desenvolvimento do trabalho assalariado nesses centros. Esse descompasso entre a vida urbana e a rural, no que diz respeito a escravidão, culminaria na década de 1880, quando alguns importantes cidades brasileiras, como São Paulo, Santos, Campos e Rio de Janeiro, se

tornaram centros de agitação abolicionista, refúgio para escravos fugidos e quarteis-generais para assaltos à escravatura nas circunvizinhas, por parte dos caifazes e agentes anti-escravistas de igual proceder.[11] Mesmo em regiões escravistas surgiram centros urbanos anti-escravistas, refletindo a oposição campo-cidade nascida a partir das diferenças objetivas quanto à presença ou ausência do trabalho escravo.

O desvio da força de trabalho escrava das outras lavouras - particularmente das alimentares - para a cafeicultura, iria, por sua vez, aprofundar o problema da carência crônica de produtos alimentares que, segundo Caio Prado Júnior, era característica marcante da sociedade brasileira. Assim, entre 1855 e 1875 os preços dos gêneros, como no caso do arroz e do feijão, aumentariam progressivamente. Também o açúcar, a farinha de mandioca e o toucinho seriam atingidos, embora em menor proporção.[12] Como resultado, o Brasil passou a importar alimentos, isto é, milho, arroz e feijão. "Por toda parte, observava-se o mesmo: os escravos eram desviados da agricultura de subsistência para a de exportação."[13] Neste período, portanto, encarnava-se a figura histórica que daria suporte à tese do conflito histórico entre economia escravista exportadora, de "plantation", versus produção de alimentos.

Mas a consequência positiva mais importante, do ponto de vista do processo de superação das relações escravis

---

[11] *Os caifazes eram os seguidores do abolicionista Antônio Bento, que penetravam nas senzalas e incitavam os escravos a abandonar as fazendas de seus donos.*

[12] *Não se deve atribuir a alta dos gêneros alimentícios no período exclusivamente ao deslocamento dos escravos para a cafeicultura. Como diz Viotti da Costa: "As oscilações do meio circulante, as emissões desenfreadas, bem como os problemas correlatos à conjuntura internacional contribuíram para a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade e do preço de escravos. Ver:*
VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Livraria Ciências Humanas, 1982. 491p. Referencia p. 120.

[13] *Ibid.*

tas de produção, da concentração dos escravos na lavoura cafeeira, foi favorecer o advento do trabalho "livre" tanto no meio urbano quanto no meio rural, neste caso nas áreas não cafeeiras e/ou nas outras culturas, fora o café. Mesmo no seio da cafeicultura, o fenômeno contribuiu para o aprofundamento da divisão do trabalho, na medida em que algumas atividades da cultura do café - como a derrubada da mata e a formação do cafezal - passaram a ser executadas por trabalhadores "livres, reservando-se aos escravos as outras tarefas. Aqui, contudo, a nova divisão do trabalho ligava-se também a outros processos, que desenvolviam-se concomitantemente à concentração dos escravos na cafeicultura.

e) Expansão cafeeira e o problema da mão-de-obra: o fracasso do sistema de parceria.

Se a solução negativa para o problema da escassez de mão-de-obra, criada pelo término do tráfico africano, foi a recorrência ao tráfico interprovincial, com a consequente concentração da escravidão nas fazendas cafeeiras, a tentativa positiva de solução seria a imigração européia de trabalhadores em regime de parceria.

A experiência da vinda de europeus ao Brasil, com destino ao setor agrícola, já havia se firmado definitivamente antes da supressão do tráfico, principalmente no caso do Extremo Sul, onde se haviam estabelecido, sob a égide do Governo Imperial, vários núcleos coloniais. O desenvolvimento desse tipo de colonização, contudo, havia encontrado seus limites na dominância da grande exploração escravista, que não via com bons olhos o seu prosseguimento. Daí seu caráter restrito, que não lhe permitiria desempenhar um papel tão relevante na dinâmica sócio-econômica do Brasil. De qualquer modo, no entanto, sua existência fornecia aos cafeicultores a indicação de um caminho a seguir, para solucionar o problema da mão-de-obra.

Já em 1840, antes mesmo do fim do tráfico internacional, o Senador Vergueiro reunira o primeiro grupo de colonos portugueses, mandado vir ao Brasil às suas custas. Meses depois, contudo, o grupo dispersara-se. Anos depois, Vergueiro repetia a tentativa, desta vez procurando imigrantes na Suíça e Alemanha, e contando com a ajuda do Governo Imperial. Em 1847 chegaram a sua fazenda em Ibicaba os primeiros colonos. Nos primeiros anos da década de 1850, a firma Vergueiro & Cia conseguiu introduzir grande número de imigrantes, desta vez com auxílio do Governo da Província de São Paulo.

O sistema, descrito por Emília Viotti da Costa, era o seguinte: "Os colonos eram contratados na Europa e enca-

minhados para as fazendas de café. Tinham sua viagem paga, bem como o transporte até as fazendas. Essas despesas, assim como o necessário à manutenção, entravam como adiantamento até que pudessem sustentar-se pelo próprio trabalho. Atribuía-se a cada família uma porção de cafeeiros na proporção de sua capacidade de cultivar, colher e beneficiar. Era-lhes facultado o plantio de víveres necessários ao próprio sustento entre as filas de café, enquanto as plantas eram novas. Quando isso não era mais possível, podiam plantar em locais indicados pelos fazendeiros. Em caso de alienação de parte dos víveres caberia ao fazendeiro a metade. Vendido o café, obrigava-se este a entregar ao colono metade do lucro líquido, deduzidas todas as despesas com o beneficiamento, transporte, comissão de venda, impostos, etc. Sobre os gastos feitos pelos fazendeiros em adiantamento aos colonos, cobravam-se juros de 6%, que corriam a partir da data de adiantamento. Os colonos eram considerados solidariamente responsáveis pela dívida. Aplicava-se na amortização pelo menos metade dos seus lucros anuais.

O colono obrigava-se a cultivar e manter o cafezal limpo, e a concorrer em comum, com o serviço correspondente à quantidade de café entregue, para o trabalho que o mesmo exigia até entrar no mercado. Devia conduzir-se disciplinadamente. Não podia abandonar a fazenda sem previamente comunicar essa intenção e saldar primeiramente todos os compromissos. Em caso de dúvida entre os contratantes, era indicada a autoridade local para decidir do dissídio".[14]

Apesar de seu começo alvissareiro, com a introdução de alguns milhares de trabalhadores estrangeiros no início da década de 1850, principalmente nas fazendas do Oeste paulista, logo multiplicaram-se os conflitos entre parceiros e proprietários. Os primeiros sentiam-se esbulhados, assumindo atitudes reivindicatórias e abandonando as fazendas, em desacordo com os

---

[14] VIOTTI DA COSTA. *Op. cit. nota 11, p. 65-66.*

contratos assinados. Os últimos, acostumados ao trabalho escravo, acusaram os colonos de indisciplina e de serem pouco afeitos ao trabalho.

Os conflitos tornaram-se mais graves, e em 1857 estourou uma revolta de maiores proporções em Ibiricaba, chamando a atenção das autoridades e de representantes de países estrangeiros. Racionalizando sua experiência, os fazendeiros admitiram que a principal razão do seu insucesso estava na má qualidade do elemento humano, sugerindo ao Governo que, além da concessão de financiamentos, fiscalizasse as relações de trabalho e reprimisse, através da política, os movimentos dos colonos.

Na verdade, contudo, a parceria trazia em seu seio contradições de vulto, que impediam o seu sucesso. Com efeito, os imigrantes que demandavam o Brasil, descontando os elementos desqualificados, que as Companhias de Imigração contratavam na Europa apenas para receber o pagamento por imigrante trazido ao País, sem ter em vista sua qualificação para o trabalho agrícola, aqui chegavam com o objetivo de, a curto prazo, tornarem-se pequenos proprietários independentes. Encaravam o trabalho nas fazendas como um expediente temporário, que lhes permitiria amealhar o capital necessário ao cumprimento de seu desiderato. Os fazendeiros, pelo contrário, viam os imigrantes como meros substitutos de seus escravos, pessoas sem direito,cujos rendimentos deviam manter-se em nível o mais baixo possível, como garantia da manutenção de seu status de trabalhador assalariado. Por outro lado, além deste antagonismo, que subtraia uma base em comum, sobre o qual se erguesse a relação entre ambos, o financiamento do transporte do colono pelo fazendeiro tornava o primeiro devedor desse último, de forma que, a rigor, o imigrante acabava por tornar-se, de fato, escravo do fazendeiro. Ainda mais que, dada a tradição latifundiário-escravista do Brasil, as condições sócio-políticas eram profundamente desfavoráveis aos trabalhadores. Também contribuía para o

desajuste do sistema o absoluto controle da contabilidade das receitas e despesas por parte do fazendeiro; a solidariedade da responsabilidade pelas dívidas por parte dos colonos, e outros itens dos contratos, que os colonos só compreendiam devidamente quando sofriam suas consequências.

Mas a principal razão do fracasso da parceria residiu no descompasso entre o seu caráter e o grau de desenvolução das forças produtivas. Surgindo num momento em que os métodos de produção do café ainda estavam num estágio muito primitivo, o que implicava em altos custos de produção, a parceria esbarrava com uma margem de lucro excessivamente exígua da cafeicultura. Nessas condições, o excedente do trabalho agrícola, mesmo levando-se em conta uma possível superioridade da parceria sobre a escravidão, em termos de produtividade do trabalho, não era suficiente para pagar o lucro do fazendeiro, os juros sobre o dinheiro que havia sido creditado ao colono, a amortização da sua dívida e para a formação de um fundo para a sua ulterior transformação em produtos independente. Em muitos casos, como o atestaram alguns inquéritos da época, somente os juros da dívida do colono absorvia-lhe todo o "excedente". Daí o conflito com os fazendeiros, vistos, a autrance, como a causa de suas misérias; o empobrecimento dos colonos e o rompimento dos contratos, com a fuga das fazendas. Enfim, o fracasso do sistema. "Minado pelas suas próprias contradições e pelos conflitos que estas geraram, o sistema de parcerias perdeu prestígio rapidamente. Era impossível conciliar os interesses do fazendeiro, habituado à rotina do braço escravo com os do colono, ansioso por adquirir propriedade, ascender na escala social".[15]

Apesar do relativo insucesso da parceria, alguns fazendeiros insistiram na sua manutenção, enquanto outros passaram a remunerar o colono a um preço fixo por alqueire colhido, ou a um tanto por mês. Neste caso, o proprietário concedia ter

---

[15] VIOTTI DA COSTA, *O escravo na grande lavoura*, In: BUARQUE DE HOLANDA e CAMPOS, *Op. cit. nota 2, p. 135-88. Referência* U *p. 160*

Uma análise interessante do discurso do sistema de parceria é realizada por:

ALVES, Vânia Vasconcelos e MATA, Michael M. *Free enterprise* [illegible]

ra ao colono para o plantio do necessário ao seu sustento, ou, então, fornecia os víveres. Grande parte dos cafeicultores, no entanto, regrediu à defesa ao escravismo como única forma possível do trabalho na lavoura.

Deste modo, no "fracasso" da parceria vislumbrava-se, já, alguns germens do futuro: enquanto parte dos fazendeiros renovavam seus votos à escravidão, apesar do seu termo previsível, uma minoria insistia na experiência. Ademais, manteve-se viva a idéia da substituição do trabalho escravo pelo imigrante europeu, idéia essa que frutificaria, mais adiante, quando as condições fossem favoráveis.

f) Expansão cafeeira e desenvolvimento das forças produtivas: a desenvolução ferroviária.

Um dos problemas herdados do período colonial, e que a expansão cafeeira aguçava, era o do sistema de transportes, que não dava vazão à produção, em processo de crescimento. Durante a Colônia, o seu desenvolvimento ficara restrito, não somente devido à escassez de recursos resultante do pequeno desenvolvimento das forças produtivas e da espoliação metropolitana, mas era uma consequência também da política portuguesa de impedi-lo, com vistas a reprimir a saída ilegal de ouro e de diamante das regiões de mineração. Fora da navegação de cabotagem, o transporte de mercadorias no Brasil colonial efetuava-se em precárias vias de comunicação, em geral em caminhos nem sequer carroçáveis, mas apenas transitáveis pelas tropas de mulas.

Por volta de 1850, apesar da liberação e incentivo ao desenvolvimento do sistema de transportes proporcionados pela vinda de D. João e pela Independência, as estradas carroçáveis ainda eram excepcionais no Brasil. No caso da Província de São Paulo, as estradas existentes apenas possibilitavam a passagem de tropas de burro, destacando-se então a Estrada da Maioridade e a Estrada do Vergueiro, que ligavam o Planalto Paulista à Baixada Santista. Também em Minas Gerais a situação era precária. O estado lamentável de suas estradas representavam um pesado ônus para a produção, que não podia concorrer com a de áreas melhor situadas. Mesmo as existentes eram em pequeno número, destacando-se o Caminho Velho, que saía de Vila Rica, atravessava o Sul da Província, penetrando o Nordeste de São Paulo e a Província do Rio de Janeiro, perto de Parati; o Caminho Novo, que atravessava a Zona da Mata, ligando o Rio de Janeiro ao interior da Província; e o chamado Caminho dos Currais, que demandava a Bahia, seguindo o Rio São Francisco. No caso da Província do Rio de Janeiro, a situação já era mais favorável, não só devido à proximidade do litoral e das pequenas distâncias a

percorrer, mas à existência das estradas de café, que haviam sido implantadas no início da expansão da lavoura do Vale do Paraíba. As demais províncias encontravam-se em situação semelhante no que diz respeito às ligações interioranas, onde a inexistência de uma rede aceitável de estradas terrestres não se via compensada pela presença de rios navegáveis, exceto nas províncias da região amazônica.

A expansão cafeeira, mesmo antes do surto de plantios iniciado em 1857, ensejaria o desenvolvimento do sistema de transportes. No caso das estradas carroçáveis, destacava-se a estrada de Santa Clara, construída em 1856, ligando Filadélfia, (hoje, Teófilo Otoni) ao litoral, numa extensão de 170 Km. Segundo Nogueira de Matos, essa estrada "passa por ser a primeira rodovia do Brasil".[16] Sobressaía também a famosa União e Indústria, começada a construir em 1856, e que ficou pronta em 1861, ligando Juiz de Fora, em Minas Gerais, a Petrópolis, no Rio de Janeiro. Ainda segundo o mesmo autor, a União e Indústria constituiu-se no "mais notável empreendimento rodoviário do século XIX",[17] representando a primeira estrada de longa distância de características técnicas similares às das melhores rodovias européias. "Datam desse período também as construções das Estradas da Serra da Estrela (ligando Petrópolis ao litoral) Mangaratiba, Estrada Presidente Pereira, D. Francisca (Santa Catarina-Paraná), Estrada da Graciosa, 1866 (caminho para o interior: Mato Grosso, Paraná e Repúblicas do Prata) e outras".[18]

---

[16] NOGUEIRA DE MATOS, Odilon. Vias de comunicação. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio e CAMPOS, Pedro Moacyr. O Brasil monárquico. Declínio e queda do Império. São Paulo e Rio de Janeiro, DIFEL, 1971 p. 42-59. Referência p. 46.

[17] Ibid.

[18] VILLELA, Annibal Villanova e SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975, 454p. Citação p. 390-391.

Mas o que permitiu uma completa revolução dos meios de transporte no Brasil seria a implantação da ferrovia. Surgida algumas dêcadas antes na Europa, e constituindo-se em importante elemento para o barateamento de transporte de mercadorias, a ferrovia vinha cumprir um importante papel na nova divisão internacional do trabalho, facilitando a transformação das nações não industrializadas em fornecedoras de alimentos e matérias primas às industrializadas, e em receptoras de produtos manufaturados. No caso do Brasil, o ponto de partida da expansão ferroviária constituiu-se na Lei Imperial nº 641, de 26 de Junho de 1852, que, pela primeira vez, concedia privilégio de zona e garantia de juros de 5% aos acionistas das estradas de ferro aprovadas.[19] . Sob o amparo dessa lei, inaugurar-se-ia, então, a promissora era ferroviária do Brasil. Dois anos depois de sua aprovação, a 30 de abril de 1854, foram inaugurados os primeiros 14 Km de vias férreas do País. No ano seguinte, iniciar-se-ia a construção da famosa Estrada de Ferro D. Pedro II, cujo primeiro percurso, até Belém, foi completado em 1858. Ato seguido, atingiu Barra do Piraí (1864), Entre Rios (1867) e Porto do Cunha (1871). Juiz de Fora seria alcançada pelos seus trilhos quatro anos mais tarde, em 1875, Barbacena em 1880 e Ouro Preto em 1888.

Paralelamente, várias outras ferrovias surgiam no resto do País. No Nordeste, criaram-se a E. F. do Recife ao São Francisco e a E. F. da Bahia ao São Francisco. A primeira delas, teve sua construção iniciada em 1855, por uma firma inglesa, garantida pelos governos provincial e imperial, tendo 125 Km em 1862. Foi depois ampliada pelo governo provincial, alcançando 141 Km em 1887. Em São Paulo, em 1860 iniciou-se a

---

[19] *Devido à garantia de suplementação pelas Províncias, a taxa de juros efetivamente garantida subiu, em pouco tempo, a 7%. Esta lei, na verdade, viu-se antecedida pela Lei Feijó, de 31 de outubro de 1835, que visava ligar por via férrea o Rio de Janeiro às capitais das Províncias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia. Contudo, não foi, por motivos óbvios, colocada em aplicação.*

construção da São Paulo Raylway, que se propunha vencer a Serra do Mar, facilitando a penetração do café no Planalto Paulista, através da ligação dessa região com o porto de Santos. Depois das difíceis obras de engenharia, que incluiam um sistema de planos inclinados e a construção de inúmeras pontes e túneis, a ferrovia ficou pronta, ligando Santos a Judiaí. Em 1866, os seus trilhos atingiram a cidade de São Paulo, que ficou, então, em ligação com o litoral. Com o término da São Paulo Raylway, surgiu então a oportunidade de abrir-se o leque de ferrovias de penetração no interior da Província. Em 1875, Mogi-Mirim, Americana, Campinas, Capivari, Itu, Jundiaí e Sorocaba já se encontravam ligadas, por via férrea, à Capital da Província. Em 1886, havia que se adicionar à lista, Laranjal, Piracicaba, Brotas, Araraquara, Ribeirão Preto, Mococa, Casa Branca, Bragança, Taubaté e Cachoeira, entre outras, fazendo parte de uma rede de mais de 1.600 Km, que inclusive penetrava em outras províncias, atingindo Poços de Caldas, no Sul de Minas, e comunicando-se com o Rio, através da Estrada de Ferro São Paulo e Rio, que ligara, em 1877, a cidade de São Paulo à Estrada de Ferro Dom Pedro II. Ao todo, em 1890, São Paulo tinha 2.425 Km de ferrovias.

Quanto à Minas Gerais, somente em 1869 foram assentados os primeiros trilhos, da E. F. Pedro II. Dois anos depois, criava-se a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, que inaugurou suas primeiras estações em 1874. Neste mesmo ano, organizou-se, em Londres, a Minas and Rio Railway, cuja construção teve início em 1881, prosseguindo até fazer conexão com a Mogiana, de São Paulo. Ainda em 1881, inaugurava-se o primeiro trecho da Via E. F. Oeste de Minas, ligando São João Del-Rei à E. F. Pedro II. Esse processo de criação de estradas-de-ferro em Minas, assim como o da extensão das que já se haviam instalado, prosseguiu durante o restante do século XIX, abrangendo, em sua malha, todas as áreas cafeeiras da região.

Apesar de todo este desenvolvimento do sistema ferroviário brasileiro, seu ritmo inicial ainda seria muito len

to, face às necessidades objetivas do País. Assim, em 1865, ano do início da Guerra do Paraguai, existiam apenas 498,4 Km de linhas ferroviárias já construídas. Além disso, com a Guerra, retardou-se ainda mais a construção ferroviária, tendo-se em vista os grandes dispêndios efetuados sob o seu signo, de modo que em 1871 só estavam prontos 869 Km de ferrovias. Depois da guerra, no entanto, o Governo Imperial decidiu intensificar a implantação do sistema ferroviário no Brasil, alertado pelas graves deficiências do mesmo, que tinham causado grandes perdas durante o conflito. Deste modo, baixou-se a Lei nº 2.450 de 24 de setembro de 1873, que aumentava a garantia de juros para 7%. Ademais, passou-se a assegurar que as remessas de lucros das companhias ferroviárias estrangeiras se fariam à taxa de câmbio de paridade, bem acima da taxa corrente à época. Como resultado, incrementou-se grandemente a instalação de novas linhas a partir de 1873, de forma que o ritmo de construção aumentou sensivelmente até o final do período imperial, atingindo, nos anos de pico, quase mil quilômetros por ano.

A multiplicação das companhias ferroviárias caracterizaria, enfim, todo o IIº Reinaldo, de tal forma que, se no seu início, não havia qualquer linha de estrada de ferro do País, no ano de seu término, em 1889, existiam 9.583 Km de trilhos assentados, dos quais 5.590 na região cafeeira.[20]

---

[20] *Isto é, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Município Neutro e São Paulo.*

QUADRO 3.2.9

EVOLUÇÃO DA REDE FERROVIÁRIA

BRASIL

1854-1893

(Em Km)

Ano	Extensão da rede	Ano	Extensão da rede	Ano	Extensão da rede	Ano	Extensão da rede
1854	14,5	1864	474,3	1874	1 283,9	1884	6 302,1
1855	14,5	1865	498,4	1875	1 800,9	1885	6 930,3
1856	16,2	1866	513,0	1876	2 122,4	1886	7 585,7
1857	16,2	1867	597,5	1877	2 387,9	1887	8 399,7
1858	109,4	1868	717,6	1878	2 708,9	1888	9 320,9
1859	109,4	1869	736,6	1879	2 910,6	1889	9 583,1
1860	222,7	1870	744,1	1880	3 397,9	1890	9 973,1
1861	251,1	1871	868,8	1881	3 945,9	1891	10 590,1
1862	359,5	1872	932,2	1882	4 464,3	1892	11 315,9
1863	428,0	1873	1 128,9	1883	5 353,6	1893	11 485,2

Fonte: Inspetoria Federal das Estradas, Ministério de Viação e Obras Públicas, Estatística das Estradas de Ferro do Brasil, 1938 Apud IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, ano V, 1939-40, p. 1.336.

Essa expansão ferroviária teria profundas conseqüências sobre a economia nacional, não somente por significar um extraordinário desenvolvimento das forças produtivas, como também pelo seu impacto nas relações de produção.

Com efeito, em primeiro lugar, as ferrovias -um dos primeiros ramos da grande indústria capitalista a se instalar no Brasil- trouxeram uma grande redução nos custos de transporte; encurtaram o tempo despendido no translado das mercadorias; diminuíram drásticamente as perdas resultantes do sistema anterior, baseado quase que exclusivamente no lombo das mulas; aumentaram radicalmente a capacidade de transporte e propiciaram melhoria substancial na qualidade dos produtos; além de outros benefícios. No caso de São Paulo, por exemplo, a redução dos custos foi excepcional, bastando lembrar que o frete de Campinas a Santos, em 1863, era de 2$500 por arroba, ou, de acordo com Viotti da Costa, tomando por base dados de uma Revista Comercial da época, de 3$940 a 4$320 por animal, o que significava perto de um terço do preço do café. Em contraposição, em 1870, segundo a mesma autora, Antonio Prado informava na Assembléia Provincial que o frete ferroviário de Jundiaí a Santos era de 460 réis a arroba, contra 2$000 no sistema anterior de mulas.[21] O mesmo se poderia dizer de Minas Gerais, onde a penetração ferroviária a começar na década de 1870 teve grande repercussão na baixa dos fretes. Já no que diz respeito ao transporte do açúcar em Pernambuco, Eisenberg, informa que o frete cobrado pelas ferrovias correspondiam à metade do anterior, correspondendo ao transporte efetuado no lombo de mulas.[22]

---

[21] COSTA, Emília Viotti da. Op. cit. nota 12, p. 156-58.

[22] EISENBERG, op. cit., nota 5, p. 70-79.

Em segundo lugar, a onda ferroviária possibilitaria a liberação de vultosos capitais e, principalmente, de mão-de-obra escrava alocada no sistema de transporte. Em se tratando de capitais, na verdade, há de se ressaltar que as ferrovias provocaram certa desvalorização das mulas, o que significou uma perda de capital por parte dos tropeiros. Contudo, existem referências à transferência de recursos, por parte de antigos tropeiros que viam o declínio da rentabilidade do negócio, a outras atividades. Quanto à liberação de mão-de-obra, Stanley Stein informa que calculava-se que, no mínimo, 20% da força de trabalho masculina da fazenda era desviada para a função de tropeiro.[23] Se se acreditar em Kidder e Fletcher, segundo os quais umas 200 mil mulas descarregavam, anualmente, em Santos, a produção do interior de São Paulo, sul de Minas e Goiás, pode-se ter uma idéia do potencial da liberação de mão-de-obra e de capital que a substituição das mulas pelos trens-de-ferro proporcionava.[24]

Em terceiro lugar, o surto ferroviário permitiria, ainda que de forma precária e restrita, o desenvolvimento do trabalho assalariado. Com efeito, para a abertura de inúmeras vias, utilizou-se do trabalho livre, em muitos casos de imigrantes, que se fixavam, como colonos, ao longo dos trilhos. Mas em muitos casos, em razão do minguado mercado de força de trabalho, houve que empregar o trabalho de escravos alugados, para possibilitar a sua construção. Seja como for, o manejo desta indústria exigiria o trabalho assalariado, que encontraria, então, um campo positivo

---

[23] Ver: VIOTTI da Costa, op. cit., nota 12, p. 155.

[24] Em geral, um lote de 7 bestas de carga estava dirigido por um toucador. 200 mil bestas significavam, pois, 28,6 mil toucadores (embora cada besta fizesse mais de uma viagem por ano). Isto sem contar o arreiador e o ajudante, assim como os demais membros especializados de cada tropa.
Ver: DORNAS FILHO, João. Tropas e Tropeiros. In: Primeiro Seminário de estudos mineiros. Belo Horizonte, UFMG, 1957. p. 89-127.

para o seu emprego.[25]

Mas a maior importância das ferrovias quanto à transformação das relações de produção reside, talvez, em acicatar a expansão cafeeira, permitindo a abertura de novas terras para o café. Neste sentido, a ferrovia teria efeitos contraditórios. Como lembra muito bem Cardoso de Melo, a ferrovia, por um lado, reforçava a economia mercantil-escravista, ao poupar trabalho escravo, reduzir os custos de transporte e melhorar a qualidade do café. Por outro, se opunha a ela, não só por originar um núcleo importante que emprega trabalho assalariado, mas porque estimulava a acumulação, repondo, a cada momento e de forma mais grave, o "problema da falta de braços".[26]

---

[25] *Wilson Cano salienta, com propriedade, a importância do aparato de construção e reparos mecânicos, próprio da indústria ferroviária, nos primórdios da industrialização, inclusive por promover, entre outras coisas, o treinamento e a habilitação da mão-de-obra. Ver:*
CANO, W. *Complexo cafeeiro paulista e alguns complexos regionais. In: Raízes da concentração industrial em São Paulo, São Paulo e Rio de Janeiro, DIFEL, 1977. p. 17-120.* Referencia p. 53.

[26] MELO, João M. C. de. *Raízes do capitalismo retardatário.* In: *O capitalismo tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 29-83. Referencia p. 8º.

g) Expansão cafeeira e desenvolvimento das forças produtivas: progresso nos metódos de produção das culturas de exportação.

Paralelamente à expansão da agricultura de exportação, à lenta transformação das relações de produção, e ao desenvolvimento da grande indústria de transportes, processava-se a progressiva reformulação dos métodos de produção prevalecentes na economia nacional.

No caso da cafeicultura os progressos foram notáveis durante o IIº Império, principalmente nas novas áreas de expansão, no Oeste Paulista onde se iniciava a penetração da cultura. Já na década de 1860, começou a generalizar-se a adoção de novos métodos na lavoura no Centro-Oeste de São Paulo, com o uso de arados, cultivadores, rodos e grades.[27] No entanto, foi no beneficiamento do produto que se fizeram os maiores progressos. Em meados do século, nas fazendas do Rio de Janeiro, surgiram as estufas, que possibilitavam a secagem rápida do fruto. Apareceram também os despolpadores para café seco. O início dos anos setenta assistiria, contudo, a um grande passo na transformação dos métodos de preparo do café. Incialmente importadas, surgiram, então, máquinas de beneficiamento de invenção e fabricação nacional. Esses mecanismos eram de alta produtividade, permitindo grande economia de mão-de-obra. Um dos novos descascadores, o fabricado por Araújo Delforge, por exemplo, permitia descascar 800 arrobas de café em 100 horas. Já o descascador-ventilador-separador de Lenoir e Filhos preparava 300 arrobas por jornada. Os primeiros despolpadores surgidos, por sua vez, permitiam preparar 1.200 arrobas de café em 10 horas. Ainda na década de setenta, algumas fazendas pau-

---

[27] Em 1866, algumas famílias norte-americanas, que haviam deixado seu país devido à Guerra Civil, divulgaram novos processos produtivos. Op. cit. nota 17, p. 205.

listas beneficiavam o café, em todas as etapas do processo, mecânicamente. Começou a difusão dos terreiros de tijolo ou macadamizado, e o aperfeiçoamento dos métodos de despolpagem e secagem . "Despolpadores, ventiladores, classificadores movidos a vapor multiplicaram-se nas fazendas do Oeste Paulista."[28] A difusão dos métodos mecanismos de beneficiamento propiciava grande economia de mão-de-obra e melhorava, sensivelmente, a qualidade do produto, permitindo que alcançasse melhores preços. Além disso, possibilitava um campo adicional de emprego do trabalho assalariado, além de aumentar a rentabilidade geral da empresa cafeeira.

"A introdução de processos novos na lavoura e beneficiamento só se fazia, entretanto, lentamente. A existência do braço escravo relativamente abundante estorvava esse progresso".[29] Não é sem razão, pois, que no vale do Paraíba, cujo declínio se inicia por volta de 1870, a difusão dos novos métodos de produção ocorresse de forma mais morosa. Na exposição de café de 1881, uma relação das máquinas de beneficiar café empregadas no Rio mostrava qu e 186 fazendeiros ainda preferiam os pilões, enquanto existiam 141 máquinas de diversos tipos, 138 Lidgerwood e uma Bernardes de Matos.[30] Ademais, o estado de endividamento dos fazendeiros da região, e a escassez de capital , inibiam a compra dos novos equipamentos, sempre caros reforçando a estagnação técnica e econômica, a qual, por sua vez, fortalecia a escravidão. Na verdade, a economia cafeeira do Vale do Paraíba entrava num processo de regressão, que não poderia mais escapar: o declínio da produtividade das terras esgotadas, afetava a rentabilidade da exploração cafeeira, impedindo a adoção do trabalho assalariado - somente escravos poderiam continuar produzindo quando o rendimento dos cafeeiros não possibilitava mais o pagamento de salários, mesmo baixos. O reforço da escravidão revigorava os obstáculos ao progresso técnico, con

---

[28] VIOTTI DA COSTA, op. cit., nota 12, p.171.

[29] Ibid., p. 165.

[30] Ver:
VIOTTI DA COSTA, op. cit., nota 11, p.169.

tribuindo para a baixa rentabilidade do negócio, que, por sua vez, voltava a tornar a escravidão imprescindível Esgotamento do solo, trabalho escravo e estagnação técnica formavam os termos de um processo dialético, cuja tendência era a decadência e cujo termo seria, ou a ruína, ou a adoção de novas relações de produção - a parceria.

Mas a par da lenta difusão do progresso técnico na cafeicultura escravista do Vale do Paraíba, processava-se , de forma mais rápida, como se viu, a adoção dos novos métodos de cultivos e beneficiamento nas fazendas do Centro-Oeste paulista. No entanto, ainda aí, pesava o problema das relações de produção. Na verdade, como a parceria não dava os resultados previstos, tolhia-se a expansão cafeeira, por falta de mão-de-obra. Assim, os novos métodos de produção difundiam-se sob o acicate da escassez de força de trabalho, muito embora seu avanço ainda não fosse suficiente para permitir o sucesso das novas relações de produção.

Na verdade, esta tensão entre o desenvolvimento das forças produtivas - potencializadas não só pelo desenvolvimento dos processos mecânicos de beneficiamento do café, mas também pela expansão ferroviária - contribuiria de forma decisiva para a formação da base sobre a qual se ergueria, no futuro, a produção capitalista.

O progresso técnico, porém, não se restringiria à cafeicultura. O segundo produto da pauta de exportação do Brasil - o açúcar - também conheceria a modernização de seus métodos de produção, muito embora o progresso técnico tenha se efetuado de forma lenta e penosa. Assim, tanto na parte agrícola como na industrial, a produção de açúcar experimentaria lento mas firme processo de evolução, no decorrer do IIº Reinado.

No que diz respeito às operações no campo, as principais inovações ocorridas no período resumem-se à introdução de novas espécies de cana, à utilização de arados e das

ferrovias privadas. Em Pernambuco, após 1879, quando uma enfermidade atacou a cana caiana, introduziram-se espécies vindas de Java e das ilhas Maurício. Em 1880, começaram as importações de arados franceses, alemães e norte-americanos. O transporte da cana enfeixada, que antes era feito através de cavalos, mulas e carros-de-boi, já na década dos setenta começou a ser feito através das ferrovias privadas, algumas construídas com subsídios do governo. No mais, contudo, a cultura continuava com os mesmos métodos de antanho.

Quanto ao processo de transformação da cana em açúcar, iniciar-se-ia no IIº Império, embora de forma embrionária, uma verdadeira revolução técnica. Em meados do século apareceram as moendas horizontais e as caldeiras de fundo plano, assim como o uso do bagaço para o aquecimento das caldeiras. Mas as maiores transformações ocorreram principalmente depois de 1870, quando difundiu-se mais rapidamente a utilização da força a vapor, e um pequeno número de senhores de engenho começou a modernizá-los. Ainda na década dos setenta, ou mais especificamente, nos seus últimos anos, começaram a ser instaladas as caldeiras a vácuo (Derosne).

Ainda na década de 1870, tentou-se a experiência dos engenhos centrais, tão bem sucedidos nas Índias Ocidentais Francesas, nas ilhas de Martínica e Guadalupe, e no Egito. Em Pernambuco, a Lei provincial 1.141 de 8 de junho de 1874 autorizou a garantia de juros de 7% sobre o capital aplicado nos engenhos centrais, até 500 contos. Pouco mais de um ano depois, também o Governo Imperial daria garantia de juros, dessa vez sobre 30 mil contos, de acordo com a Lei 2.687 de 6 de novembro de 1875. Com base nesta garantia, supera em inícios da década seguinte, muitos engenhos centrais, a maioria patrocinada por capitais ingleses. No Rio, surgiram os engenhos centrais de Quissaman (1881), Brachui (1881), São Fidélis, Airisés e de Campo Grande (1888). Em São Paulo, emergiam os de Lorena, Piracicaba e Porto Feliz (1881), Tietê (1883) e Taubaté (1884). Em Pernambuco, inauguraram-se os engenhos de Palmares, do Cabo,

Água Preta, Escada e São Lourenço da Mata (1881), Nazaré, Itambé, Ipojuca e Sirinhaém (1882), Nazaré da Mata (1884) e o engenho central instalado pela "The North Brazilian Sugar Factories" (1888).

"O engenho central implica, fundamentalmente, uma divisão do trabalho : os proprietários agrícolas cultivando a cana, em lugar de processá-la eles próprios, remetendo-a para os engenhos centrais próximos."[31] Para cumprir essa função, os engenhos centrais deveriam possuir uma capacidade de processamento da cana muitas vezes superior à dos engenhos tradicionais, o que implicava na mecanização do processo produtivo. Esse aspecto revolucionário dos engenhos centrais transparece em qualquer descrição da época, de uma unidade, como a realizada pelo cônsul da França em Pernambuco, em 1888, do engenho de Bamburral[32]: o transporte de cana era feito por uma pequena estrada de ferro particular; as moendas eram mecânicas, movidas a motor, tendo o moinho uma capacidade de 125 toneladas por dia; o bagaço da cana era queimada para produzir o vapor exigido no processo; o açúcar era turbinado. Os aparelhos desta "fábrica central" podiam, enfim, produzir 140 sacos por dia, ou 10,5 toneladas.

Apesar do começo alvissareiro, a experiência dos engenhos centrais não tardaria a fracassar, muito embora cumprisse sua função de abrir picadas para o futuro. Assim, já em 1885, dos 13 engenhos centrais concedidos em Pernambuco, somente quatro funcionavam. As falências se sucederam, ao par das inaugurações. Já então, o setor açucareiro em Pernambuco

---

[31] EISENBERG, op. cit. nota 5, p. 111.

[32] Ver: PERRUCI, Gadiel. A "revolução tecnológica" do açúcar: os engenhos centrais e as usinas. In: A república das usinas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p.113-27. Referência p.121.

entrara em crise, principalmente após a má colheita de cana em 1884, crise essa que se prolongaria até inícios da República. Somente os engenhos centrais do Sudeste, particularmente os de São Paulo, tiveram maior sucesso.

As causas deste fracasso são várias, destacando-se a inadaptação dos antigos senhores de engenho ao novo processo produtivo; a especulação dos empresários, mais interessados em obter os favores governamentais do que em produzir açúcar; a importação de máquinas velhas e usadas; a escassez de mão-de-obra especializada; as irregularidades no fornecimento de cana-de-açúcar; o excesso de regulamentações legais da atividade,, as dificuldades dos mercados de exportação. Contudo, a sua razão de ser reside, mais uma vez, no descompasso entre as forças produtivas e as relações de produção. Com efeito, embora representassem a primeira ruptura com as bases artesanais pré-existentes, a "fábrica central" não possuía força suficiente para arruinar definitivamente os engenhos tradicionais, como o faria, mais adiante, a usina.

Na verdade, o engenho central representa o sistema de transição entre a manufatura escravista e a grande indústria capitalista, no setor açucareiro nacional. Surgiu num momento em que a escravidão entrava em declínio, sendo substituída pelo trabalho dos pequenos arrendatários, "clientes" dos coronéis do açúcar. Neste sentido, incentivou a ruptura com o escravismo, fornecendo novo campo de aplicação e nova base técnica ao trabalho assalariado. No entanto, apesar deste seu aspecto positivo, foi incapaz de aniquilar, pela concorrência, a produção artesanal. Sua dependência aos subsídios estatais, seus altos custos em relação aos concorrentes no mercado externo, apenas refletiam sua debilidade congênita.

Também nas outras culturas de exportação, notou-se algum progresso técnico, como no caso do algodão. Durante a Guerra Civil norte-americana, importaram-se sementes da variedade herbácea, que se disseminou rapidamente durante a década de 1860. Existem inclusive algumas notícias a respeito da utilização experimental de carpidores mecânicos e arados leves na lavoura algodoeira. Contudo, estas experiências não vingaram, de modo que, além de novos cultivares, o progresso técnico restringiu-se quase que exclusivamente na área de beneficiamento do produto, com o uso de descaroçadores e fardadores. Assim, o Conselho Municipal de Moji das Cruzes, em São Paulo, uma região onde as plantações de algodão se multiplicaram durante a década de 1860, informava em 1864 o seguinte: "o sistema de cultura das terras e ferramentas não têm sofrido modificação sensível: o machado, foice e enxada ainda são os instrumentos predileto porque o filho do lavrador tradicionalmente continua o amanho das terras como o faziam seus antepassados. O fogo é o agente poderoso que entra no sistema e ele vem complementar a obra de destruição encetada pelo machado e foice".[33] De qualquer modo a realidade é que, no conjunto do processo de produção do algodão, os avanços continuaram lentos, condicionados e condicionando, por sua vez, a decadência do escravismo e o desabrochar de novas relações de produção.

---

[33] Ver:
ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. O algodão em São Paulo antes da indústria têxtil. In: ___ Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola. São Paulo, HUCITEC; Brasília, CNPq, 1982. p.55-74. Referência p.45
Este trabalho também demonstra a importância da cultura algodoeira em São Paulo durante a década de 1860 como campo de atividade dos pequenos produtores independentes, que, contudo, eram explorados pelo capital comercial, que os mantinha numa situação de semi-dependência.

h) Supressão do tráfico africano, evolução das relações de produção e liberação das forças produtivas: desenvolvimento comercial e financeiro

A década de 1850 assistiu a um vertiginoso crescimento do valor das exportações brasileiras, inaugurando um período de grande expansão comercial, que caracterizaria o IIº Reinado. O aumento das exportações possibilitaria o crescimento das importações, que também se processou a rítmo acelerado no mesmo período. Contudo, já em 1860, o valor das exportações alcançava o nível das importações, desaparecendo assim, a partir de então, a tendência crônica da balança comercial brasileira ao déficit sistemático. Com isso, uma das marcas do comércio exterior do País seria a presença constante de saldos positivos na balança comercial. Como afirma Graham, "durante os primeiros anos após 1850, o Brasil foi decisivamente arrastado no turbilhão da economia internacional".[34] Esse aumento do comércio de exportação-importação estimularia o desenvolvimento comercial e financeiro, a formação de novos centros urbanos e o surgimento das primeiras unidades industriais no País. Também do ponto de vista institucional haveriam importantes modificaçêos, que marcariam a evolução econômica no período subsequente.

Assim, "entre 1850 e 1860, cresceram, notavelmente, as forças produtivas do país. Dizem os autores do tempo que os capitais impedidos de operar no tráfico africano voltaram-se para

---

[34]GRAHAM, Richard. O início da modernização no Brasil. In: Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1973. p.31-58. Referência p.32.

Para a expansão do comércio externo contribuiria de forma importante o desenvolvimento da navegação a vapor. Em 1851, inaugurou-se a primeira linha Brasil-Inglaterra de um serviço regular de navios a vapor.

QUADRO 3.2.10

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

BRASIL

1850-1890

PERÍODOS	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		SUPERAVIT	
	CONTOS DE REIS	MIL LIBRAS OURO	CONTOS DE REIS	MIL LIBRAS OURO	CONTOS DE REIS	MIL LIBRAS OURO
1850/55	375 615	44 182	428 120	50 453	- 52 505	- 6 271
1855/60	524 919	57 825	588 566	64 827	- 63 647	- 7 002
1860/65	638 675	70 147	590 914	64 901	47 761	5 246
1865/70	898 500	79 286	746 600	66 965	151 900	12 321
1870/75	971 794	99 932	791 549	81 090	180 245	18 842
1875/80	991 924	99 753	829 702	83 839	162 222	15 914
1880/85	1 081 190	96 762	933 145	83 500	148 045	13 262
1885/90 (1)	1 329 816	123 963	1 169 152	108 771	160 664	15 192

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939/45. p. 1358.

Nota 1: Inclui o 2º semestre de 1890.

as aplicações internas. Empresas e mais empresas se fundaram , ferroviárias, de colonização, mineração, de seguros, iluminação e transportes diversos. E, lateralmente, grande especulação que levou o governo a intervir, pela lei de 22 de agosto de 1860, visando coibir as irregularidades surgidas".[35] Na década de 1860, uma vez ultrapassado o surto industrial-comercial anterior, arrefeceu a expansão das forças produtivas fora do campo, embora, não cessasse: continuou o desenvolvimento do sistema de transporte e continuaram a surgir empresas em diversos setores, embora em menor número. A Guerra Civil americana, na primeira metade da década, ensejaria o crescimento da produção algodoeira no Brasil, dando condições mais favoráveis ao estabelecimento da grande indústria textil nacional. A Guerra do Paraguai, por sua vez, ao pressionar a base produtiva do País, teria efeitos contraditórios sobre sua evolução econômica. As emissões de papel-moeda agravariam, em muito, o processo inflacionário, enquanto que o aumento dos direitos aduaneiros daria proteção adicional à produção brasileira, e a demanda de produtos para sustentar o esforço bélico incentivaria a circulação mercantil, apesar de, em muitos casos, destruir as próprias bases da produção, por impor-lhe um peso excessivo. Já na década seguinte, a queda dos preços de alguns produtos agrícolas de exportação liberaria capitais para os outros setores. Por essa época, inclusive, a crise dos países industrializados, que atingiu o Brasil em 1875, a posterior crise cafeeira (1880 e 1886) e a grande de penetração dos artigos industriais estrangeiros no mercado nacional, reforçaram a mentalidade industrialista, que, mais tarde, teria suma importância no desenvolvimento da grande indústria no País. Finalmente, na última década do Império ocorreria novo surto industrial, este de dimensões bem superiores ao dos anos cinqüenta, refletindo o estágio superior de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção do Brasil, no limiar da abolição definitiva da escravatura e da proclamação da República.

---

[35] TAUNAY, Affonso. *Pequena História do café no Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945. 555p. Referência p. 82.

Apesar do aumento das importações implicar no crescimento da arrecadação dos cofres imperiais, a tendência aos déficits do Tesouro Nacional continuaria a se verificar durante todo o II? Império, em decorrência do descompasso entre as responsabilidades crescentes do Estado, num período de grandes transformações da base produtiva da economia brasileira, e suas parcas fontes de recursos, reflexo, em parte, do próprio estágio precário de desenvolvimento das forças produtivas e, em parte, da resistência das classes possuidoras em abrir mão de parte do excedente econômico. Circunstâncias particulares, como a Guerra do Paraguai durante 1864/70, o estancamento do comércio externo global nas últimas duas décadas do Império, fariam com que os déficits do Tesouro experimentassem bruscos e volumosos acréscimos, em períodos definidos.

Na verdade, muitas foram as tentativas encetadas com a finalidade de solucionar o problema fiscal do II? Império, sem que nenhuma alcançasse pleno sucesso, em razão de seu estreito âmbito de ação, restrito, no caso das finanças do governo central, quase que exclusivamente às tarifas de importação. Neste sentido, muitas foram as revisões tarifárias executadas antes do advento da República. Deste modo, em 28 de março de 1857, as tarifas de importação de alimentos e instrumentos agrícolas, elevando, em contraposição, a de matérias-primas. Pelo Decreto n? 2684 de 3 de novembro de 1860, revisava-se, novamente, os direitos das matérias-primas e gêneros alimentícios importados. Uma nova Reforma Tributária foi efetuada a 26 de setembro de 1867, pela Lei n? 1.507, que criou novos impostos (alguns, de curta duração), elevou as tarifas de importação, estabeleceu a cobrança em ouro de parte dos direitos aduaneiros (também de curta vigência) e aumentou os impostos de exportação. Mais uma Reforma Tarifária viria pelo Decreto 5.580, de 31 de março de 1874, e, cinco anos depois, em 22 de novembro de 1879, o Decreto 7.552 estabeleceu novas tarifas, desta vez com efeitos protecionistas, além de fiscais.[36] Pou-

---

[36] *Segundo Guilherme Deveza, "era a primeira tarifa, após a referendada em 1844 por Alves Branco, que poderia ser tida como protecionista". Ver: Política tributária no período imperial. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio; e CAMPOS, Pedro Moacyr (org.) Op. cit. nota 16. p. 60-84. Referência p. 80.*

QUADRO 3.2.11

RECEITA E DESPESA DO GOVERNO IMPERIAL

BRASIL

1850-70

(em contos de réis)

PERÍODOS	RECEITA	DESPESA	DÉFICIT
1850/55	179 014	182 608	3 594
1855/60	228 264	237 698	9 434
1860/65	262 680	302 248	39 568
1865/70	376 891	701 220	324 329
1870/75	516 294	570 865	54 571
1875/80	541 104	745 676	204 572
1880/85	643 085	743 765	100 680
1885/89 (1)	657 212	714 284	57 072

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939-40, p. 1410.

Nota 1: Inclui o 2º semestre de 1889, mas exclui o 1º de 1890.

cos anos se passaram, e novamente, em 31 de dezembro de 1881, o Decreto nº 8.360 efetivou nova revisão tarifária, que vigoraria até a Tarifa Belisário, implantada pelo Decreto 9.746, de 22 de abril de 1887, e que, dando certa proteção à indústria nacional e favorecendo a importação de matérias primas, corrigia os valores oficiais das mercadorias, para efeitos de importação. Finalmente, no último alento do Império, ainda se efetuaria mais uma mudança nas tarifas de importação, pelo Decreto 10.170 de 26 de janeiro de 1889, pelo qual se estabeleceram tarifas móveis.

Embora não se possa retirar o conteúdo protecionista de algumas dessas revisões e reformas das tarifas de importação, seu objetivo determinante sempre foi, em termos globais, de caráter fiscal. Neste sentido, cumpre salientar que não se conseguiu, durante o período imperial, montar um verdadeiro sistema tributário coerente com as condições econômicas existentes, com divisão racional das esferas de governo, e que desse conta de suprimir a situação crônica de déficits do Tesouro Nacional.

Não é sem motivo, pois, que o Governo Imperial tivesse de recorrer, sistematicamente, a outras fontes de financiamento para recompor as finanças públicas. Essas fontes seriam o crédito interno, os empréstimos internacionais, e a emissão de papel moeda. No primeiro caso, a utilização em larga escala da dívida pública interna teria profundas conseqüências sobre o mercado financeiro, em processo de formação, mantendo a taxa de juros em níveis relativamente altos e desviando os poucos capitais disponíveis das aplicações produtivas, com o que inibiu-se, desde cedo, um maior desenvolvimento do mercado de capitais. Quanto ao crédito externo,durante o IIº Império,depois de 1850 seriam contratadas doze grandes operações de empréstimo, sujeitas a juros de 4 a 5% ao ano, com "tipos" variando de um mínimo de 74%,no caso do empréstimo de 12 de setembro de 1865,e um máximo de 100%, para a operação de 23 de fevereiro de 1859.Ao todo, os recursos tomados em empréstimo,durante o período,alcançariam 53 710,75 mil libras,em termos reais,correspondendo a um dívida nominal de 61 192,7 mil libras. A recorrência ao crédito interno e externo, principalmente no ca-

QUADRO 3.2.12

EMPRÉSTIMOS EXTERNOS CONTRAÍDOS PELO GOVERNO IMPERIAL
BRASIL
1850-1889

DATA DOS EMPRÉSTIMOS	TAXA DE JUROS (%)	TIPO (%)	CAPITAL DE EMPRÉSTIMO (mil libras)		PRAZO DE RESGATE (anos)
			NOMINAL	REAL	
27 de julho de 1852	4,5	95	1 040,6	954,25	30
19 de maio de 1858	4,5	95,5	1 526,5	1 525	30
23 de fevereiro de 1859	5,0	100	508	508	20
16 de março de 1860	4,5	90	1 373	1 210	30
07 de outubro de 1863	4,5	88	3 855,3	3 300	30
12 de setembro de 1865 (1) ...	5	74	6 963,6	5 000	37
23 de fevereiro de 1871 (1) ..	5	89	3 459,6	3 000	38
18 de janeiro de 1875 (1)	5	96,5	5 301,2	5 000	38
22 de janeiro de 1883	4,5	89	4 599,6	4 000	(2) 38
26 de fevereiro de 1886 (1) ..	5	95	6 431	6 000	37
28 de junho de 1888	4,5	97	6 297,3	6 000	(2) 37
30 de setembro de 1889	4	90	19 837	17 213,5	(2) 56

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939/40. p. 1423.

Notas (1): Convertidos pelo empréstimo de 1889.

(2): Prazo prorrogado por 13 anos pela "Funding Loan" de 1º de julho de 1891.

QUADRO 3.2.13

EVOLUÇÃO DO PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO

BRASIL

1850-1889

ANOS	VALOR (Contos de Réis)	ANOS	VALOR (Contos de Réis)
1850	48 032	1870	192 527
1851	47 997	1871	(1) 191 806
1852	50 315	1872	188 807
1853	(1) 52 262	1873	185 011
1854	62 224	1874	183 095
1855	67 756	1875	181 869
1856	85 821	1876	179 423
1857	(1) 95 216	1877	179 348
1858	92 569	1878	208 934
1859	95 873	1879	216 913
1860	87 990	1880	215 678
1861	82 012	1881	212 285
1862	79 064	1882	212 240
1863	81 723	1883	210 997
1864	99 544	1884	209 626
1865	100 649	1885	207 861
1866	(1) 112 864	1886	213 583
1867	(1) 117 161	1887	202 292
1868	(1) 124 686	1888	205 288
1869	(1) 183 225	1889	211 011

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939-4, p.1353.

Nota 1: Dados sujeitos a retificação.

so deste último, levaria a um progressivo comprometimento da receita tributária com o pagamento do serviço da dívida, e que complicaria de forma dramática a execução financeira do Tesouro Nacional, isto sem falar no seu reflexo político, colocando o Estado brasileiro sob a dependência do grande capital financeiro internacional, ou, mais especificamente, dos financistas ingleses. A válvula de escape do Tesouro seria, então, as emissões de papel moeda, que seriam utilizadas periodicamente, nas situações mais difíceis apesar de seus reflexos inflacionários e a contundente oposição dos financistas nacionais, interessados em preservar a credibilidade do País frente aos banqueiros britânicos, que encaravam com profunda aversão toda política de emissão, e em manter as condições mais favoráveis de pagamento da dívida externa, numa situação em que o governo, para obter as libras necessárias, tinha de recorrer constantemente à sua compra no mercado livre.

Aliás, o grande aumento da circulação mercantil e o rápido crescimento econômico na segunda década do IIº Império, causaria uma verdadeira "escassez de papel-moeda", forçando, nos seus primeiros anos, a taxa de cambio a manter-se acima de sua paridade. Esta "escassez" contribuiria para o desenvolvimento dos bancos de emissão, que surgiram no período. Em 2 de julho de 1857, foi aprovada a carta-patente do Banco do Brasil, fundado por Mauá, junto com outros acionistas, com capital de 10.000 contos. Em dezembro do ano seguinte, autorizou-se o funcionamento do Banco de Pernambuco, com capital de 1.000 contos. A 31 de agosto de 1853, o Banco do Brasil e o Banco Comercial do Rio de Janeiro fundiram-se, dando origem ao novo Banco do Brasil. A idéia era estabelecer o monopólio de emissão por parte de um novo banco, de caráter oficial. Assim, pela Lei nº 683, de 5 de julho de 1853, as notas do Banco do Brasil foram declaradas moeda legal, conversíveis à vista em ouro ou papel. O novo Banco teve de contratar operações de crédito com o exterior, para obter a moeda metálica necessária para compor suas reservas (3.690 contos). Mas já em março de 1855, o total de notas emitidas havia ultrapassado o dobro do fundo disponível em ouro e notas do Tesouro. O governo cedeu, através do Decreto de 2 de abril de 1855, autorizando-o então a emitir até 3 vezes o fundo disponível pelo menos durante um ano. Autorizou-se também a abertura de agências em diversas províncias. O Banco da

Bahia, o Banco de Pernambuco e o Banco do Pará tornaram-se filiais do Banco do Brasil.

Durante 1855-56, o Banco continuou a importar e a comprar internamente ouro, e obteve a permissão de operar permanentemente com uma razão emissão/fundo disponível, da ordem de 3 a 1. Pelo Decreto nº 1.721, de 5 de fevereiro de 1856, ficou autorizado a incluir prata no fundo disponível. O Banco ainda obteve o depósito das notas resgatadas, que eram substituídas pelas notas do Banco do Brasil, de acordo com autorização dada a 2 de fevereiro do mesmo ano. Aumentavam, assim, o fundo disponível e as emissões.

O aumento do fundo disponível, no entanto, continuou a apresentar dificuldades. Assim, em 1857, o Banco teve de elevar a taxa de desconto de 8 para 9%, para evitar a saída de ouro, sem que se conseguisse resolver o problema das reservas para conversão.

Mas em 1857, o mercado financeiro do Brasil viu-se em difícil situação. A taxa de cambio e a taxa de redesconto flutuavam consideravelmente. Quando chegaram as notícias da contração econômica nos Estados Unidos, em novembro de 1857, seguiu-se o pânico bancário: a taxa de cambio caiu rapidamente, e a 11 de novembro o Banco do Brasil suspendeu a troca de notas por ouro e cambio.

Com o pânico, a taxa de redesconto saiu de 8% para 11% em dezembro, devido à saída de ouro e à redução. No primeiro trimestre de crise, o fundo de reserva caiu 32%, e a emissão 18%. A 1º de dezembro de 1857, o Banco do Brasil solicitou uma ajuda ao Governo de 6.000 contos, para poder manter a taxa de paridade. Foi autorizado então a manter sua emissão a um nível de quatro vezes o de seu fundo disponível, recebendo 100.000 libras para manter o câmbio. Em fevereiro de 1858, o Banco resolver suspender suas operações para sustentação da taxa. O presidente do Banco, Souza Franco, apelou à casa bancária Mauá, MacGregor & Cia[37] a 12 de março, que fixou um cronograma de remeter até 810.000 libras esterlinas a Londres até junho. Em agosto, a taxa cambial já era

---

[37] Essa casa bancária foi fundada em 1854, como sociedade em comandita, com um capital de 20.000 contos.

de 26 dinheiros, com o que a crise foi superada.

Olhando retrospectivamente, as peripécias que se iniciaram nos inícios da década de 1850, com a fundação do Banco do Brasil, por Mauá, e do Banco de Pernambuco, passando pela sua fusão em 1853 e culminando com a crise de 1857-58, que quase liquidou o novo Banco do Brasil, aparecem como momentos de um significativo processo especulativo, gerado a partir da expansão das exportações e do maior engajamento do País nas correntes comerciais e financeiras internacionais.

A 22 de agosto de 1860, para pôr cobro a futuras especulações, aprovou-se a Lei nº 1.083, que restringia drasticamente as emissões dos bancos privados e do Banco do Brasil. Qualquer companhia de responsabilidade limitada tinha de ser autorizada pelo Conselho de Estado, e remeter-lhe relatórios anuais; todos os bancos deveriam ter suas emissões conversíveis em ouro em seis meses; os bancos receberiam inspetores governamentais; as emissões do Banco do Brasil não poderiam exceder o dobro do fundo disponível. As restrições eram tantas que "a lei foi chamada de instrumento para aniquilar o "espírito de associação" e a iniciativa privada".[38]

Com a restrição ao funcionamento dos bancos de emissão e a política de resgate das notas em circulação, tornada possível em parte graças aos empréstimos externos de 1858, 59, 60 e 63, que renderam 6,5 milhões de libras, pôde retrair-se a quantidade de papel moeda em circulação, que caiu de um total de 95 216 contos em 1857 para 81.723 em 1863.

Contudo, em 1864 repetia-se o pânico comercial, demonstrando que não eram as emissões do período 1850-56 as respon-

---

[38] PELAEZ, Carlos Manuel; e SUZIGAN, Wilson. Consolidação do sistema monetário brasileiro - 1849/69. In: História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976. p. 35-133. Referência p. 119.

sáveis pelo debacle de 1857, mas que haviam causas mais profundas que condicionavam as crises. Na verdade, desta feita os Bancos, em lugar de serem responsabilizados pela crise, seriam chamados a debelá-la. O Banco do Brasil foi autorizado a emitir até o dobro do fundo disponível e a supender a conversão das notas em metal, com a sua transformação em moeda legal. Assim, o volume do papel moeda em circulação aumentou substancialmente, atingindo 192.527 contos de réis em 1870, apesar do empréstimo de 1865, de 5,0 milhões de libras, que, por sinal, se revelaria insuficiente para dar conta das pressões sobre o Tesouro Nacional. Na verdade, neste período desenvolveu-se a Guerra do Paraguai, cujos custos foram exorbitantes para o Império: Cerca de 460.718 contos de réis, segundo estimativas do Ministério da Fazenda, ou 614 mil contos, segundo o Tesouro. Diante da insuficiência de recursos, mesmo levando-se em conta o empréstimo externo de 1865, o governo viu-se obrigado a recorrer às emissões, apesar de suas restrições quanto ao seu uso.

Por volta de 1869, iniciou-se novo ciclo do café, com a melhoria dos preços do produto. Logo, as exportações expandiram-se rapidamente, provocando a valorização cambial. Neste período, haviam então, afora o Banco do Brasil,[39] apenas três bancos de emissão dos autorizados durante os anos cinquenta: o Banco da Bahia, o Banco do Maranhão, e o Banco do Rio Grande do Sul. Devido a não conseguirem tornar conversíveis as suas notas, esses bancos viam-se forçados a resgatar suas emissões. Também existiam quatro bancos, autorizados na década dos sessenta, e que não tinham direitos à emissão, (o Banco de Campos, o Rural e Hipotecário, o Comercial do Pará, e o Banco Comercial do Rio de Janeiro), que trabalhavam com o redesconto de títulos comerciais, depósitos, hipotecas e outros empréstimos, e cerca de 7 Associações Bancárias, trabalhando com o redesconto de títulos comerciais. Com o aumento da arrecadação dos cofres públicos, resultante da expansão das

---

[39] O Banco do Brasil foi reformado em 12 de setembro de 1866, pela Lei nº 1.349, que previa a abolição de suas emissões, e autorizava as operações de redesconto, depósitos e hipotecas.

importações, a contratação de mais um empréstimo externo, em 1871, de 3,0 milhões de libras, e a redução do gasto público, devido ao término da Guerra do Paraguai, a política de redução das emissões pôde então ser bem sucedida, mantendo-se estacionados os níveis do "papel moeda em circulação".

Contudo, nova contração observou-se em fins de 1874 e inícios do ano seguinte, obrigando o governo a tomar medidas imediatas para socorrer os bancos. Pela Lei nº 2.565, de 29 de maio de 1875, o Governo Imperial foi autorizado a emitir 25.000 contos em moeda e igual montante em bilhete.[40] Com isso, os bancos puderam salvar-se, saldando suas dívidas em inícios de 1876. Para alguns, contudo, a crise seria fatal, e a ajuda do Império tardia: o Banco Mauá & Cia. faliu, enquanto 2 outros suspenderam seus pagamentos. A obtenção de novo empréstimo externo ainda em 1875 (de 5 milhões de libras), inibiria, neste caso, um aumento maior das emissões. Entretanto, 3 anos depois, devido à seca que assolava o Nordeste, e os déficits orçamentários, o governo ver-se-ia obrigado, mais uma vez, a recorrer às emissões, o que foi feito pelo Decreto nº 6.882, de 15 de abril de 1878.

Na última década do período imperial, apesar da situação de grandes déficits orçamentários, o Tesouro Nacional não precisou recorrer à colocação de papel moeda em circulação. Mais uma vez, os empréstimos externos, além do crédito interno, viriam socorrê-los. Foram efetuadas três grandes operações de crédito externo (em 1883, 1886 e 1889), que representaram recursos da ordem de 29,2 milhões de libras.[41]

---

[40] O Governo não chegou a atingir o limite autorizado das emissões, emitindo apenas 9.149 contos em moeda.

[41] Na verdade, a última operação de empréstimo, contratada em 30 de setembro de 1889, visava conceder recursos aos antigos senhores de escravos, abalados pela Abolição da Escravatura. Deste modo, os recursos que o Tesouro Nacional pôde dispor realmente na última década do Império foi de 12 milhões de libras, em lugar dos 29,2 milhões.

Deste modo, o crédito externo e as emissões de papel moeda permitiram, em última instância, a permanência do descompasso sistemático entre a receita e a despesa do governo imperial, no período do IIº Reinado, gerado pela estreita base fiscal das finanças públicas. A pressão estatal, quer seja através da coibição do desenvolvimento das instituições financeiras, quer pela colocação de títulos no mercado, inibiu a expansão e diversificação do sistema financeiro, que manteve-se atrofiado durante quase todo o IIº Império, apesar das oportunidades criadas, em períodos particulares, pelas emissões de papel-moeda, por parte do Tesouro Nacional.

i) Supressão do tráfico africano, evolução das relações de produção e liberação das forças produtivas: o surgimento das primeiras indústrias.

As primeiras unidades de grande indústria fabril que se estabeleceram no Brasil foram, provavelmente, resultantes da Tarifa Alves Branco, de 1844, que concedeu alguma proteção à indústria nacional, e da suspensão das taxas alfandegarias que incidiam sobre as máquinas e matérias primas, em 1846 e 1847. Essas medidas teriam incentivado a fundação de fábricas de fiação e tecelagem de algodão, "duas das quais - a de Santo Aleixo, no Rio, e a de Todos os Santos, na Bahia, "deram aspecto verdadeiramente industrial" à manufatura de algodão nos anos quarenta".[42] A maioria das 9 fabricas de tecidos de algodão inscritas na Exposição de 1867, foram fundadas neste período, sobretudo na Bahia.

Contudo, seria a extraordinária expansão exportadora, nas décadas seguintes, que daria maior alento à criação de firmas industriais. A supressão do tráfico africano com o consequente surgimento do tráfico interno; concentração dos escravos em áreas delimitadas do território nacional e em atividades específicas, como a lavoura cafeeira; as tentativas de mudança das relações de produção na própria cafeicultura; as transformações dessas mesmas relações nas outras lavouras de exportação; o desenvolvimento ferroviário; os progressos nos métodos de produção agrícola; a expansão comercial e financeira; favoreceram o surgimento das primeiras unidades da grande indústria fabril em terras brasileiras.

Ainda na década de 1850, a onda especulativa seria responsável pelo surgimento de um grande número de empresas, entre as quais algumas indústrias, ou seja, cerca de 62 firmas industriais, 14 bancos, 3 caixas-econômicas, 20 companhias de navegação a

---

[42] STEIN, Stanley J. O Clima econômico do Brasil, 1800-1890. In: Origens e evolução da indústria textil no Brasil - 1850/1950. Rio de Janeiro, Campos, 1979. p. 19-34. Referencia p. 26.

vapor, 3 de transporte urbano, 2 de gás e 8 estradas de ferro".[43] Para este surto, além da especulação, que depois seria considerada como o produto de uma "política monetária expensionista", do crescimento das exportações e da disponibilidade de capitais liberados pelo término do tráfico negreiro, seria importante o Código Comercial de 1850, que uniformizou as leis relativas às falências, contratos, hipotecas, e outros. Apesar das restrições à formação de sociedades por ações, onze delas tiveram permissão para se organizar em 1851, e mais 135 receberam sua carta-patente durante 1852-59, contra apenas 4 entre 1835 e 1850. A maior parte das empresas ligava-se, de uma forma ou de outra, à atividade de exportação e importação, tendo como objetivo dar suporte à economia exportadora, "voltada para fora". "Foram as necessidades múltiplas do comércio exportador que impulsionaram as modificações no seio da sociedade tradicional".[44]

Com a crise de 1857, tentou-se dificultar o estabelecimento de novas empresas, particularmente das sociedades por ações. Depois da série de medidas tomadas contra os bancos de emissão, seguiu-se a lei de 1860, que procurava coibir não só as operações desses bancos, mas a criação de empresas de qualquer natureza. Na verdade, esta lei, ao aumentar a responsabilidade dos empresários frente aos acionistas, e ao subordinar as empresas à supervisão da pesada e ineficiente burocracia estatal, representava vigoroso golpe na especulação e, por via de conseqüência, no desabrochar de novas empresas. Por outro lado, a crise representaria, de acordo com Caio Prado Júnior, o início do processo de concentração de capitais no Brasil, que teria importante papel na última expansão industrial.[45]

---

[43] Ver:
CAIO PRADO JÚNIOR, Síntese da evolução econômica do Império. In: História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 192-204. Referência p. 192.

[44] GRAHAN, Richard. op. cit., nota 33 , p.33-34.

[45] Ver:
CAIO PRADO JÚNIOR, op.cit. nota 43 , p.193. Interessante observar, por outro lado, que, já na origem histórica da indústria no Brasil, especulação, indústria, concentração e centralização de capitais se encontram indissolùvelmente interlaçados.

Como resultado da crise de 1857 e das medidas contra a especulação, o desenvolvimento industrial parece ter arrefecido. Em 1864, nova crise financeira abalaria o País, inibindo ainda mais a expansão industrial. Mesmo assim, prosseguia-se a criação de novas empresas, principalmente ferroviárias, impulsionadas pelo crescimento das exportações. De acordo com Richard Grahan, em 1866, das 69 sociedades por ações brasileiras e estrangeiras existentes excluindo-se os bancos, três eram estabelecimentos fabris (um curtume, uma fábrica de tecidos, e outra de sabão e velas), 27 eram empresas de transporte (fluvial, marítmo, ferroviário e rodoviário), 22 companhias de seguros, 13 companhias de serviço público e 4 empresas de mineração.[46] Neste mesmo ano, Stein identificou a presença de 9 fábricas de tecidos de algodão, possuindo 13.977 fusos, empregando 795 trabalhadores e produzindo, aproximadamente, cerca de quatro milhões de metros de tecidos.

Em fins da década de 1860, no entanto, voltou a reanimar-se a atividade industrial, com a criação de novas empresas: a Guerra Civil americana estimulava a cultura de algodão no Brasil, favorecendo a indústria textil nacional; por outro lado, a Guerra do Paraguai incitava a expansão industrial, pela inflação, pela agravação dos direitos aduaneiros e pelas encomendas à indústria nacional. Também a queda de preços de alguns produtos de exportação liberava capitais do setor agrícola, que se destinavam às novas aplicações na indústria, no comércio e no setor financeiro.

Como resultado, "por volta de 1875, fundições de ferro, fábricas de tecidos, cervejarias, fábricas de sapato e a indústria chapeleira tinham todas alcançado importância significante".[47] Dois anos depois, em 1877, o ministro da agricultura, Coelho de Almeida, citava, perante a Assembléia Geral Legislativa, a existência de fábricas de produtos químicos, de instrumentos óticos e náuticos, de calçados, narroquim, oleados e couros envernizados,

---

[46] Ver:
GRAHAN, op.cit., nota 33, p. 33.

[47] Ibid. p. 41.

de vidro, papel e encadernação, rapé, tabaco, charutos e cigarros; a fundições, que, em conjunto, deveriam empregar 700 operários, a 39 fábricas de chapéus, 30 fábricas de tecidos, de certa importância.[48]

É bem verdade que grande parte das "indústrias" existentes eram apenas modestas oficinas artesanais, não se enquadrando bem no conceito de "grande indústria" Mesmo assim, cumpre notar que já se fazia sentir a presença da grande indústria mecanizada, como no caso das fábricas de têxteis de algodão, além de que muitas das pequenas manufaturas que então se instalaram se transformariam, mais adiante, em grandes unidades fabris.

Mas a nova onda de "industrialização" entraria em colapso a partir de 1875, quando a crise internacional alcançou o Brasil, provocando a falência de muitos bancos, e atingindo duramente as várias empresas, principalmente fábricas de tecidos de algodão, que haviam invertido capitais consideráveis no boom que se seguira à Guerra do Paraguai.

A atividade industrial só voltaria a se animar novamente a partir de 1880, quando, segundo Octávio Ianni, a indústria brasileira teria o seu "primeiro surto apreciável" de Crescimento.[49] Com efeito, se existiam apenas 200 estabelecimentos industriais no País, por volta de 1881, oito anos depois, em 1889, estes já chegavam a 800. O número de fábricas de algodão, de que se tem notícia, se em 1875 era de 30, em 1882 era de 46 e três anos depois, de 48. Neste último ano, esses estabelecimentos industriais possuiam cerca de 66.466 fusos, 2.111 teares e 3.172 trabalhadores, pro

---

[48] *Entre as quais se destacava a fábrica Rheingants, com 20 teares, 2 máquinas de fiar com 1 000 fusos, e 40 a 50 empregados. Ver:* LUZ, Nícia Vilela. *O mercantilismo colonial e sua superação, 1808-1880. In: A luta pela industrialização do Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978. p. 19-48. Referência p. 40.*

[49] *IANNI, Octávio. O progresso econômico e o trabalhador livre. In:* BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio, e CAMPOS, Pedro Moacyr. (org.). *Op. cit. nota 2. p. 297-319. Referência p. 313.*

QUADRO 3.12.14

EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA TEXTIL ALGODOEIRA

BRASIL

1853-1905

ANO	FÁBRICAS	CAPITAL (Contos de réis)	FUSOS	TEARES	TRABALHADORES	PRODUÇÃO (1.000 metros)
1853 (1)..	8	...	4 499	178	424	1 210
1866 (1)..	9	...	13 977	346	795	3 586
1882 (1)..	46	10 000	(2) 42 380	...	3 600	22 000
1885 (1)..	48	(1) 5 005	66 466	2 111	3 172	20 595
1905	110	165 440	734 428	26 420	39 159	242 087

Fonte: STEIN, Stanley, Origens e evolução da indústria textil no Brasil - 1850/1950. Rio de Janeiro, CAMPUS, 1979, p. 191.

Notas 1: Dados incompletos.

2: Estimativa do número de fusos em 8 fábricas.

3: Inclui capital e fusos (20 fábricas), teares (30 fábricas), trabalhadores (23 fábricas), produção (12 fábricas).

duzindo mais de 20 milhões de metros de tecidos de algodão.[50]

Interessante observar que a instalação das unidades industriais no Império processou-se apenas com um mínimo de proteção aduaneira.

A primeira tarifa que concedeu alguma proteção aduaneira foi a Tarifa Alves Branco, instituida pelo Decreto 376 de 12 de de agosto de 1844, que, obedecendo mais a reclames do fisco do que a objetivos protecionistas, estabeleceu uma taxa de 30% sobre a maioria dos produtos importados. Embora insuficiente do ponto de vista da indústria infante, essa taxa representava um grande acréscimo em relação à anterior, e contribuiu, além de sanear as finanças públicas, a dar um mínimo de proteção às novas indústrias que aqui se instalaram depois do fim do tráfico africano. Dois anos depois, tendo em vista a promoção das indústrias de algodão, através do Decreto 386 de 8 de agosto de 1846, dispensou-se de recrutamento, a critério do Governo, um certo número de empregados desse ramo industrial; isentaram-se seus produtos de direitos de transporte e as máquinas e peças importadas dos direitos alfandegários. Dentro do mesmo espírito de promoção industrial, no ano requinte, o Decreto de 28 de julho confirmou a concessão de isenções de direitos aduaneiros às matérias-primas destinadas às fábricas nacionais.

Essas medidas prô-indústria esbarrariam, entretanto, com a oposição dos fazendeiros, inibindo-se, assim, a adoção de uma política francamente protecionista por parte dos dirigentes brasileiros. Acatando reivindicações dos lavradores, em 28 de março de 1857, o Decreto 1.914 sujeitava as matérias primas a uma tarifa de 5%, e diminuia os direitos sobre alimentos e instrumentos e utensílios destinados à lavoura. Também com o objetivo de satisfazer os anseios dos fazendeiros, uma série de decretos saídos entre 1857 e 1860, pro

---

[50] Este último surto industrial do Império foi favorecido pela Lei nº 3.150, de 4 de novembro de 1882, que amenizou a Lei 1.083/60, dando novas garantias aos investidores mas definindo as responsabilidades dos fundadores e administradores; dispensando as companhias de autorização governamental para operarem, exceto as organizações religiosas, de caridade, bancos de poupança e emissão, empresas hipotecárias e imobiliárias, companhias de seguro e empresas dedicadas a alimentos.

vocariam uma paulatina redução dos direitos sobre gêneros de consumo geral.[51]

Contudo, ainda em 1860, a situação deficitária das finanças públicas e a preferência dos proprietários rurais pela tributação sobre as importações, fariam com que fossem estabelecidas taxas adicionais de 2% e 5% sobre as mercadorias importadas, através do Decreto 2.684 de 3 de novembro. Na verdade, marchando entre objetivos e interesses conflitantes, a política alfandegária revelar-se-ia incapaz de dar proteção à indústria nascente, muito embora também não deixasse inteiramente de ser protecionista, dado o nível da taxa aduaneira.

Graças a recuperação da economia nacional, no início da década dos 60, os impostos sobre produtos importáveis mantiveram-se nos mesmos níveis, até 1867, quando, devido à Guerra do Paraguai, a Lei Orçamentária nº 1.507, de 26 de setembro de 1867, autorizou o Governo a elevar em até 20% as taxas alfandegárias sobre artigos de luxo e a cobrar 15% dos direitos em ouro. Essa nova (e moderada) proteção surtiria, então, algum efeito, dentro da conjuntura inflacionária provocada pela Guerrra e do novo surto algodoeiro, favorecendo a instalação de novas indústrias nos fins da década dos sessenta.

O término da Guerra do Paraguai iria provocar nova reviravolta na política tarifária, com os Decretos Nº 2.499 de 02 de abril de 1870 e nº 2.035 de setembro de 1871 que procuraram aliviar os gêneros alimentícios e as matérias primas do peso do imposto de importação. Dentro desse mesmo espírito "liberal", instituiu-se, pelo Decreto 5.580, de 31 de março de 1874, a Tarifa Rio Branco, que, atendendo os interesses do comércio, reduziu os direitos sobre artigos importados. "Redigida num sentido mais liberal, consistia a nova pauta alfandegária numa simplificação dos direitos adicionais, fixando todas as percentagens anteriores

---

[51] Decreto 1.967, de 26 de agosto de 1857; Decreto 2.139 de 27 de março de 1858; Decreto 2.243 de 15 de abril de 1858 e Decreto 2.647 de 19 de setembro de 1860.

numa única de 40 por cento; estendia as taxas fixas a várias mercadorias antes sujeitas as taxas ad valorem; isentava de direitos aduaneiros, mesmo dos 5 por cento de expediente, as máquinas e aparelhamentos destinados à lavoura, às fábricas, oficinas e à navegação; reduzia certas taxas de importação, taxas essas que abrangiam três categorias de mercadorias: às sujeitas às razões de 50 e 40 por cento, como as bebidas alcoólicas, cristais, porcelanas, e que foram reduzidas para 30 por cento; a razão alegada para essas diminuições era o ônus excessivo a que estas categorias ficariam sujeitas, sendo que além da referida taxa estavam obrigadas a pagar também a porcentagem adicional de 40 por cento, sobre os direitos; enfim, satisfazendo os clamores da lavoura cafeeira e da estrutura comercial e ela vinculada, diminuía os direitos sobre os gêneros de primeiras necessidade, mesmo quando produzidos no país, como velas, chitas, algodão cru liso; o mesmo acontecia com os que recaíam sobre os artigos de luxo, mas então com o fito de neutralizar o contrabando."[52]

Com a crise de 1875, iniciou-se o primeiro movimento de indústriais a favor do protecionismo. Esse movimento foi desencadeado pelos produtores de chapéus de couros de coelho, que vinham sofrendo a concorrência dos chapéus de lã fabricados na Alemanha, e chegaria a influenciar a nova reviravolta da política aduaneira nos últimos anos da década, induzida pelas necessidades do fisco. Assim, diante do aumento dos encargos do Tesouro, em 1875, o Decreto nº 6.829 de 26 de janeiro elevava para 50% os adicionais sobre a importação, que estavam em 40%, pela Tarifa Rio Branco. Um ano depois, o Decreto 7.552 de 22 de janeiro elevava os direitos de importação, inclusive sobre os chapéus de feltro.

A nova tarifa de 1879, por sua vez, apesar de acalmar os industriais, provocou a reação dos adversários do protecionismo, que viram suas reinvindicações atendidas pelo Decreto 8.360 de 31 de dezembro de 1881, que, mais uma vez, reduziu os direitos aduaneiros.

---

[52] LUZ, Nícia Vilela. op. cit., nota 48, p. 42-43.

Com a crise do comércio externo, na primeira metade da década de 1880, contudo, o ambiente econômico tornou-se novamente propício ao desenvolvimento das tendências protecionistas e industrialistas. Em 1882, publicou-se o manifesto da Associação Industrial, a favor da industrialização do País. O movimento iria, então, num crescendo, e culminaria com a decisiva política pró-indústria, implementada no alvorecer da República, e que colaboraria para o fenômeno do Encilhamento.

Na verdade, olhando retrospectivamente a política alfandegária do IIº Império, conclui-se que, apesar da manifesta oposição ao protecionismo, as necessidades do fisco impuseram um mínimo de proteção à indústria nacional. As tarifas de importação oscilaram, por outro lado, durante todo o período, entre um liberalismo mais ou menos extremado e um tênue protecionismo. Em geral, a tendência da política econômica era de favorecer a indústria nacional nos períodos de dificuldades na balança comercial do País e liberalizar o comércio de importação, nos momentos de expansão exportadora. Contudo, como mediação desse contraponto, impunham-se as necessidades do Tesouro, que efetivamente chegaram a determinar tarifas de importação que, em termos práticos, concederam um mínimo de proteção à indústria infante do Brasil.

Por outro lado, esse mínimo de proteção foi o suficiente para que se estabelecessem as primeiras unidades da grande indústria no País. No entanto, esse embrião industrial não encontraria as condições indispensáveis ao seu rápido crescimento, uma vez que, por força das relações de produção, mantinha-se acanhada a divisão social do trabalho, com as fazendas conservando o seu caráter autárcito. Assim, apesar da penetração dos manufaturados importados exercer função dissolvedora sobre a pequena indústria rural, esta resistia com vigor, inibindo a criação de um amplo mercado interno para a grande indústria urbana, condição necessária à sua rápida expansão.

j) Expansão cafeeira e o problema da mão-de-obra: a imigração de trabalhadores assalariados

No decorrer do II° Reinado, a reiteração da expansão da agricultura de exportação agravava, de forma crescente, o problema da escassez de força de trabalho. A tensão entre o crescimento da produção e as suas bases escravistas já comprometidas, redundava num complexo processo, que engendrava, de forma simultânea, a lenta transformação das relações de produção, com a concomitante desenvolução das forças produtivas, e o aprofundamento das frestas já presentes nos alicerces da escravatura.

Para a lavoura de café, o crescimento da produção, em condições de ausência do fornecimento externo de escravos, trouxera duas soluções ao problema da mão-de-obra: uma negativa, representada pela concentração dos escravos nas regiões cafeeiras, principalmente no Vale do Paraíba; outra positiva: a adoção da parceria, nas áreas do Centro-Oeste de São Paulo. Essa última alternativa, contudo, esbarrava com a forma dos contratos entre proprietários e parceiros e, principalmente, com o atraso das forças produtivas.

O obstáculo representado pelo baixo nível das forças produtivas ao sucesso das novas relações de produção, no entanto, foi pouco a pouco sendo subvertido pela expansão ferroviária, pelo progresso nos métodos de produção das culturas mercantis, pelo desenvolvimento comercial e financeiro e pelo surgimento das primeiras unidades da grande indústria. Por outro lado, a experiência dos fazendeiros paulistas com o regime de parceria, muito embora levasse muitos à regressão ao trabalho escravo, permitira a gestação dos regimes do salariato e do colonato, ainda que em caráter embrionário. Gestavam-se, pois, condições cada vez mais favoráveis ao florescimento das novas relações de produção, particularmente no âmbito da cafeicultura.

Uma das primeiras dificuldades que foram removidas, possibilitando atrair um maior número de imigrantes estrangeiros, na forma de trabalhadores assalariados, foi o financiamento da imigração pelo Estado, que interviu no processo, subvencionando-o. Até então, o financiamento da vinda de imigrantes europeus era realizado pelos próprios fazendeiros, o que tornava onerosa e arriscada a aquisição de novos braços para a lavoura, ao mesmo tempo que, para os imigrantes, acorrentava-os ao arbítrio dos patrões, através da escravidão da dívida, representada pelo preço das passagens da Europa ao Brasil.

Em 1871, inaugurou-se a fase da imigração subvencionada, promovida pela Província de São Paulo em convênio com o Governo Imperial: "a lei provincial de 30 de março de 1871 que autoriza o Governo de São Paulo a emitir apólices até a quantia de 600 contos para auxiliar com empréstimos os fazendeiros a introduzir colonos, recebendo estes, por sua vez, um auxílio de 20 mil-réis como ajuda de custo para a viagem, marca o início da imigração subvencionada para São Paulo e mostra as características da legislação imigracionista para essa Província".[53] Por um contrato firmado entre os Governos Provincial e Imperial, que se associou à iniciativa, essa verba foi elevada a cem mil-réis por pessoa. Com os incentivos que então se sucederam, ao abrigo dessa lei, formaram-se inúmeras sociedades de colonização e de promoção de imigração, como a Associação Auxiliadora da Colonização, constituída por um Decreto de 8 de agosto de 1871. O financiamento das passagens dos imigrantes passou a contar com o apoio decisivo do aparelho governamental, com as leis concedendo recursos para subvencionar a imigração sucedendo-se umas às outras. Em 1381, a Província de São Paulo passou a financiar 50% do preço das passagens e em 1885, quando os preços de café já começavam a subir, prenunciando a alta posterior e tornando crítica a falta de braços, o Governo desta Província começou a financiar a totalidade dos gastos de imigração. O Império destinou, por sua vez, 1/3 dos recursos de seu fundo de emancipação dos escravos para financiar a entrada de imigrantes. "O

---

[53] SCHORER Petrone, Teresa. *Imigração assalariada*. In: BUARQUE DE Holanda, Sérgio e CAMPOS, Pedro Moacyr. (org.) *op. cit.*, *ficha 2*, p. 274-296. Referência p. 279.

Estado chamava a si, cada vez mais, a responsabilidade por esse financiamento, passando a subvencionar a entrada de pequeno número de imigrantes".[54] Assim, somente o Tesouro da Província de São Paulo gastaria, entre 1881/82 e 1890/91, cerca de 9 244 contos, soma extraordinária para a época. Ao todo, o Governo Central e de São Paulo dispenderiam, durante o período final do Império, de 1885 a 1889, um montante de quase 2,3 milhões de libras esterlinas.

Nesta oportunidade, o sistema de relações de produção seria mais favorável, possibilitando, pela primeira vez, atrair imigrantes estrangeiros. Um dos novos sistemas adotados foi o salariato, segundo o qual o imigrante recebia um salário fixo, variável de região para região mas, em geral, muito baixo. O trabalho de derrubada da mata virgem, as roçadas e os cuidados com o café no terreiro eram remunerados à parte. "Os colonos italianos e portugueses acomodaram-se bem ou mal à baixa remuneração desse período, em que, embora ameaçado, persistia o braço escravo".[55] Outro regime adotado, e que em breve iria generalizar-se, assumindo a posição dominante, era o colonato, que se constituía num sistema misto, através do qual o imigrante recebia casa, pasto e um pedaço de terra de lavoura, para obter o seu sustento, e mais uma quantia fixa para tratar de dada quantidade de pés de café (em geral 1 000 pés por colono adulto), incluídos os serviços de carpa, replantio das falhas, limpeza e varreduras. Além desta remuneração em dinheiro, recebia ainda uma quantia adicional, quando da colheita, por quantidade de café colhido. Esse último sistema, na verdade, só era possível em razão não só da alta produtividade das terras do Oeste Paulista, abertas à ocupação pela expansão ferroviária, mas também devido ao novo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, que ensejara substancial declínio nos custos de produção do café, permitindo uma melhor remuneração, em termos reais, da força de trabalho.

---

[54] VIOTTI DA COSTA, Emília. Op. cit. nota 11, p. 173.

[55] *Ibid.*, p. 186.

Mas simultaneamente à introdução dos mecanismos de subvenção da imigração, por parte do aparelho de estado brasileiro, e da reforma das relações de produção, com o advento do colonato, no exterior também se tornavam mais propícias as condições à imigração para o Brasil, com o estabelecimento, por parte dos Estados Unidos, de restrições à imigração, e a pauperização do campesinato italiano após a unificação.

O primeiro grande grupo de imigrantes italianos chegou à Província de São Paulo em 1877: cerca de 2 mil pessoas. Contudo, somente a partir de 1885 é que seu número entrados nessa Província se eleva, apesar das pretensões de restringir-se a emigração para o Brasil, por parte do governo italiano.[56] Na verdade, na segunda metade da década de 1880, pioraram sensivelmente as condições de vida das massas populacionais na Itália, enquanto que melhorara a rentabilidade da cafeicultura no Brasil, tornando mais fácil a migração dos italianos em direção ao País. No entanto, a 13 de março de 1889, o Decreto Crispi proibia a emigração de italianos para o Brasil, sob a alegação de que as suas condições eram desfavoráveis. Como resultado, o número de migrantes italianos caiu de 104 353 em 1888 para 36 124 em 1889 e 31 275 em 1890, sem que cessasse de todo. Mas já em 1891, a 17 de julho, a proibição seria suspensa pelo novo Ministro do Interior italiano, sucessor de Crispi. A entrada de imigrantes italianos no Brasil voltou, então, a alcançar altos níveis: 132 326 ainda em 1891, e uma média de 65 845 por ano, no período 1892-99.

Em 1886, tem início uma nova fase cíclica do café, com a elevação de seus preços. A partir deste ano, os mercados mundiais do produto expandiram-se extraordinariamente, em particular o dos Estados Unidos. Concomitantemente, do lado da oferta, fizeram sentir-se os efeitos da nova praga do café - o mal de Cantagalo - que assolara as lavouras fluminenses. A safra de 1887/88, por sua vez, foi insuficiente, apresentando uma séria queda da produção. Assim, o crescimento da demanda e a queda da oferta forçaram a elevação dos preços do café, induzindo a uma nova onda de plantio, principalmente nas novas terras do Oeste Paulista, tornadas acessíveis pela expansão ferroviária.

---

[56] *Em 1881, de acordo com Teresa Schorer Petrone, viam-se afixados no Norte da Itália, avisos oficiais ou oficiosos dizendo que a emigração para o Brasil seria proibida.*

QUADRO 3.2.15

IMIGRANTES ITALIANOS ENTRADOS NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

1874-1889

ANO	IMIGRANTES	ANO	IMIGRANTES
1874	5	1882	1 866
1875	126	1883	3 155
1876	-	1884	2 169
1877	2 006	1885	4 176
1878	706	1886	6 094
1879	568	1887	27 323
1880	97	1888	80 749
1881	-	1889	19 025

Fonte: SHORER PETRONE, Tereza. Imigração assalariada. In: BUARQUE DE HOLANDO, Sérgio; e CAMPOS, Pedro Moacyr (org.). O Brasil monárquico. Reações e Transações. História geral da civilização brasileira, vol. 5. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1976, p. 274-296. Referência p. 277.

Esse novo "boom" cafeeiro punha em tensão todo o incipiente mercado de trabalho, ao mesmo tempo que desacreditava o escravismo, visto a impossibilidade objetiva dos fazendeiros paulistas obterem força de trabalho escrava adicional. Estas novas condições propiciaram, então, o acelerado desenvolvimento do novo sistema de relações de produção, isto é, do colonato, assentado na imigração estrangeira. Dadas as particularidades do momento histórico, o fluxo de imigrantes incrementou-se aceleradamente, assumindo a forma de um movimento de massas que só arrefeceria no primeiro quartel do século XX, já em pleno período republicano.[57]

---

[57] Segundo Douglas Graham, "os fluxos de imigração internacional para o Brasil foram significativamente afetados pelas mudanças nas atividades econômicas na Itália e em países concorriam com respeito ao destino dos imigrantes, tais como Estados Unidos, e Argentina, bem como pelo padrão de desenvolvimento no próprio Brasil". Assim, na década de 1890, a crise econômica na Itália induzia à imigração, enquanto que a forte recessão nos EUA e o lento crescimento da Argentina exerciam menor atração sobre os imigrantes estrangeiros. Neste mesmo período, contudo, particularmente até a metade dos anos noventa, a onda de plantios de cafezais no Brasil e o "boom" econômico consequente exerciam forte atração sobre as correntes migratórias. Como diz Graham: "de 1888 até 1906, aproximadamente, as condições econômicas do Brasil estavam provavelmente em posições cíclicas opostas às da Argentina, Estados Unidos e possivelmente Itália. Como resultado, o fluxo particularmente forte de imigrantes europeus para o Brasil durante a década de 1890, época que pode ser bem caracterizada como a de apogeu da imigração para o país, deveu-se em parte ao recesso econômico da Argentina e Estados Unidos, como a fatores comumente citados, tais como o fim da escravidão e o aumento dos preços no cultivo do café no próprio país".
Ver:
GRAHAN, Douglas H. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão de obra no crescimento econômico brasileiro 1880-1930. In: Estudos econômicos, São Paulo, IPE-USP, vol. 3, nº 1, abril 1973. p. 7-64, referências às páginas 8-9 e 19, respectivamente.

QUADRO 3.2.16

IMIGRAÇÃO BRUTA PARA O BRASIL[1]

1874-1889

ANO	IMIGRANTES	ANO	IMIGRANTES
1874	18 938	1882	27 198
1875	12 000	1883	28 663
1876	30 566	1884	23 888
1877	29 033	1885	36 440
1878	22 433	1886	33 486
1879	21 188	1887	55 963
1880	30 725	1888	133 253
1881	11 056	1889	65 946

Fonte: GRAHAM, Douglas H. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro 1880-1930. In: Estudos econômicos. São Paulo, IPE/USP, vol. 3, 1973, nº 1 p.17-18 e 33.

Nota: (1) Números calculados a partir dos dados de GRAHAM.

Assim, durante os últimos anos do Império, no período 1886-89, fase em que os preços do café mantinham-se elevados, e o plantio de novos cafezais se fazia a ritmo acelerado, entraram no País 288.648 imigrantes, praticamente o mesmo número que entrara durante o período 1874-85.

Mas a par da imigração estrangeira, que revolucionaria por completo as relações de produção, com a emergência definitiva do trabalho assalariado, na forma do colonato, teria início, ainda no IIº Império, os movimentos migratórios internos, com o desenvolvimento de um mercado de força de trabalho nacional. Neste caso, o progressivo retraimento da escravidão, com sua concentração setorial e regional, a emergência de novas relações de produção fora da cafeicultura - como a parceria, o pequeno arrendamento e a "troca de serviços" entre agregados e proprietários -, e, finalmente, o desabrochar do salariato e colonato, no caso dos imigrantes estrangeiros alocados na cafeicultura, favoreceriam a formação de um mercado de trabalho de nacionais. Os pequenos posseiros, as massas pauperizadas pelas secas nordestinas, os pequenos proprietários espremidos entre os grandes latifúndios, entrariam, cada vez mais, neste mercado em expansão. O próprio poder público passaria a dedicar recursos à essa migração interna, principalmente em razão de que os trabalhadores nacionais, dada a sua falta de tradição de lutas, e em face à sua situação peculiar de classe em formação, eram mais dóceis e menos exigentes que os imigrantes estrangeiros. Com a abolição da escravatura em 1888, esse movimento pôde expandir-se, pela "dignificação" do trabalho. Por essa época, então, São Paulo já havia se tornado o principal polo de atração, não só das correntes migratórias externas, mas também para os migrantes brasileiros.

1) O movimento abolicionista e a supressão da escravatura

Se a imigração assalariada e a transformação concomitante das relações de produção compuseram o movimento objetivo que permitiu a supressão do escravismo e a emergência do trabalho assalariado, o movimento subjetivo constituiu-se pela modificação da opinião pública de profundamente escravista em contrária à escravidão. A forma mais radical desse movimento subjetivo foi o abolicionismo.

A eclosão do movimento abolicionista não ocorreu de uma vez, mas foi antes o resultado de um processo lento de transformação das condições objetivas de produção, que se refletiram no âmbito da luta ideológica que se travava contra o escravismo. Na verdade, a supressão do tráfico africano e a expansão concomitante da agricultura de exportação - particularmente da cafeicultura - promoveram o tráfico interprovincial e a concentração dos escravos na lavoura e nas províncias cafeeiras. A escassez de mão-de-obra também engendrou as tentativas de modificação das relações de produção, dentre as quais se destaca o ensaio da parceria entre fazendeiros paulistas e imigrantes europeus. Já neste momento, as frestas no bloco escravista aprofundaram-se significativamente, com o aparecimento de regiões e setores onde o trabalho escravo havia sido substituído pelo trabalho de parceiros, arrendatários e agregados. No próprio âmbito da cafeicultura, a parceria com imigrantes estrangeiros, apesar de seu fracasso relativo, deixara plantados os germens do futuro.

O desenvolvimento das forças produtivas, resultante, em parte, das próprias transformações das relações de produção e, em parte, conseqüência da expansão exportadora, por outro lado, foi pouco a pouco gerando as condições mais favoráveis para a substituição do trabalho escravo. A revolução dos meios de transporte, proporcionada pela expansão ferroviária, os progressos na indústria de beneficiamento de café, entre outros produtos, e as

modificações nos métodos de produção da agricultura, deitaram então as bases para a reformulação radical das relações de trabalho. Puderam, então, desenvolver-se o regime do salariato e do colonato, na intimidade mesma da cafeicultura.

Todo este processo objetivo de mudanças nas bases produtivas, levava a um crescente conflito de interesses entre os setores e regiões de concentração da escravatura e os demais, onde desabrochava o trabalho "livre". Esse conflito de interesses logo desbordou em luta ideológica e, finalmente, em confrontação aberta, fazendo, então, estalar o velho e carcomido edifício do escravismo no Brasil.

Data da década de 1860, segundo Conrad, o desabrochar do movimento anti-escravista em terras brasileiras.[58] Por essa época, não somente haviam desenvolvido, até certo ponto, as mudanças na situação objetiva da economia, mas tomara-se consciência, por parte de inúmeros brasileiros da elite dirigente, que a escravatura era uma instituição desacreditada no mundo ocidental. "A libertação dos escravos nos impérios português, francês e dinamarquês, a dos servos russos em 1861 e a Guerra Civil nos Estados Unidos deram à questão da escravatura no Brasil uma urgência que não se verificara desde o final da luta, em 1851, para acabar com o tráfico africano de escravos."[59] A Guerra do Paraguai, por outro lado, também serviu para desacreditar os grupos dirigentes, e trouxe à tona a fragilidade de um exército pertencente a uma nação escravagista. A vitória do Norte na Guerra Americana foi um rude golpe na escravidão no Brasil, despertando até o Imperador, que decidiu-se a agir contra a instituição.

---

[58] Ver:
CONRAD, Robert. op. cit. nota 8, p. 88-111.

[59] Ibid., p. 88-89.

Em 1863, o caso "Christie", envolvendo a questão escravista, levou à ruptura das relações, já abaladas, entre Brasil e Inglaterra. Contudo, já em 1864, pelo Decreto 3.310, de 24 de setembro, concedeu-se a emancipação - embora apenas formal - a todos os africanos livres existentes no Império. Em 1865, dentro do espírito de gradual restrição do âmbito da escravatura, foi abolido o uso do chicote nos escravos condenados a trabalhos forçados. Um ano depois, foi proibido o emprego de mancípios nas obras governamentais. Neste mesmo ano, isto é, em novembro de 1866, decretou-se a libertação dos escravos de propriedade do governo que quisessem servir no exército (ou seja, que se dispusessem a combater no Paraguai). Três anos após, em 1869, a Câmara dos Deputados aprovou, a 25 de agosto, um antigo projeto de lei para proibir o leilão público de escravos e a separação de casais casados e seus filhos de menos de 15 anos. Prosseguiram-se, deste modo, depois de mais de dez anos de inatividade, as ações legais contra o escravismo no País.

Paralelamente, por sua vez, proliferaram os clubes emancipacionistas e teve início o jornalismo e os meetings anti-escravistas.

Essa onda contra a escravatura culminou com a Lei Rio Branco, de 28 de setembro de 1871. Libertaram-se, então, as crianças recem-nascidas das mulheres escravas, obrigando seus senhores a cuidar delas até aos 8 anos de idade. Como indenização deste "inconveniente", os senhores poderiam receber do Estado uma indenização de 600 mil réis em títulos de 30 anos e juros de 6% ao ano ou usarem o trabalho dos ingênuos, até alcançarem 21 anos. Criou-se também um fundo de emancipação para a manumissão de escravos; o escravo conquistou o direito de guardar suas economias e heranças, podendo utilizá-las para comprar sua liberdade; todos os escravos do Estado foram libertados; os mancípios incluídos em heranças não reclamadas ou abandonadas pelos seus donos. Os escravos libertados ficariam sob a supervisão governamental durante 5 anos. Finalmente, todos os escravos deveriam ser cadastrados.

A aprovação dessa "Lei do Ventre Livre" despertou nova oposição dos setores escravistas, que, entre outras coisas, evocavam o sacrossanto direito de propriedade em defesa da instituição, acusaram o Imperador de ditador, e afirmaram os perigos que a reforma apresentava à segurança nacional. Contudo, também contou com apoio de parcela das elites, que fizeram ver, através de seus portavozes, que a nova lei trazia a solução mais favorável e razoável que era possível, favorecendo os proprietários.

Na verdade, os resultados objetivos imediatos da reforma, foram mínimos, adiando, a rigor, a abolição para mais adiante. O governo, ao aplicar a lei, esbarra com a força dos senhores de escravo, sustentáculos da ordem estabelecida. A própria libertação dos escravos do Estado foi realizada de modo a prendê-los ao trabalho, com baixa remuneração. O registro dos mancípios progrediu morosamente. Apesar da acumulação de recursos do Fundo de Emancipação, as libertações foram em pequeno número, em geral escravos estropiados, velhos e doentes. Mesmo escravos mortos foram emancipados. Os preços pagos pelos negros libertados sempre foram muito acima dos de mercado, representando verdadeiras doações aos senhores. A Lei Rio Branco também fracassou em conceder liberdade aos ingênuos: estes continuaram sujeitos aos castigos corporais, continuaram a ser comprados e vendidos abertamente, inclusive através de anúncios de jornais; muitos foram enviados a casas encarregadas de deixá-los morrer de fome, em troca de uma remuneração; pouquíssimos ingênuos foram confiados ao Governo. Contudo, a Lei Rio Branco serviu para fermentar a opinião pública, com efeitos liberalizantes, ao mesmo tempo que levou ao desespero as massas escravas, aumentando a sua revolta positiva. Aumentou também o número de suicídios de negros e os casos criminosos, formas negativas de rebeldia. Assim, a lei "minou sutilmente a escravatura, identificando a emancipação com os melhores interesses da nação."[60]

60/CONRAD, Robert. A Lei Rio Branco. In: op. cit. nota 2, p. 132-146. Referência p. 146.

Depois da Lei Rio Branco, nova onda anti-escravista só viria à tona em fins dos anos setenta e inícios dos oitenta com o desabrochar do movimento abolicionista. Em 1879, renovou-se na Assembléia Geral do Império, a reação contra a escravidão, mas no ano seguinte, começou a organização dos clubes e sociedades abolicionistas, assim como proliferou a imprensa de mesmo teor. Surgiram, a partir de então, as grandes figuras do abolicionismo, que se tornariam famosas, mais adiante. No entanto, essa nova onda cedo esbarrar-se-ia com os proprietários de escravos e seus defensores na Imprensa e no Parlamento. A própria Corôa passou a utilizar a Lei do Ventre Livre para conter o movimento, adotando-a como seu projeto de abolição, o mesmo vindo a ocorrer com os antigos opositores do projeto. Os fazendeiros criaram associações agrícolas pró-escravatura. No campo ideológico, a reação assentou suas baterias, trazendo velhas e novas armas: os escravos não estavam preparados para a liberdade; a abolição significaria a falência das finanças públicas e o fim da agricultura; a libertação sem indenização era ilegal; os negros eram inferiores aos brancos, devendo, pois, servir-lhes; os abolicionistas eram "socialistas", que desrespeitavam a lei e a ordem a favor da subversão do mundo.

Com as eleições de novembro de 1881, quase todos os candidatos abolicionistas foram derrotados, seguindo-se assim o reflexo do movimento abolicionista. No entanto, este fôra suficientemente forte para preocupar os escravocratas das províncias cafeeiras que, alarmados, tornaram medidas contra o tráfico interprovincial, procurando fortalecer a já fraturada unidade do Império a favor da escravidão negra.

O reflexo do recem nato movimento abolicionista, porém, nas províncias cafeeiras coincidiu com nova onda desta vez numa província não cafeeira. Com efeito, na Província do Ceará, em inícios de 1881, depois de três anos de seca que dizimara a população escrava e provocara vendas maciças de gado humano para o Sul, iniciou-se um movimento popular contra a escravidão, [illegible] jangadeiros de Fortaleza recusando-se a embarcar escravos, e a po

lícia negando-se a colaborar com os comerciantes de carne humana. Em agosto, uma massa de seis mil populares evitaram o embarque de escravos, apesar das tentativas da polícia, agora sob a chefia de um escravocrata, de garantí-lo. Assim, a população imiscuía-se, plebeiamente, nos interesses escravistas do Império.

Mas mesmo nas províncias cafeeiras, o abolicionismo voltaria à carga. A escravatura beneficiara-se do apoio das maiores forças constituídas; entretanto, a sua oposição estava aumentando. Era só uma questão de tempo.

Em novembro de 1883, novas cartas seriam jogadas na mesa da luta contra o escravismo. Desta vez, os próprios escravos fizeram-se ouvir, através de uma grande revolta em São Paulo. A imprensa escravocrata pediu proteção policial e armas para os fazendeiros, reclamando a repressão dos abolicionistas. Apesar de reprimidos, os escravos combateram bem, demonstrando uma inesperada compreensão do momento político.

Desde então, o movimento ideológico do abolicionismo e a abolição de fato foram num crescendo,que culminaria com a Lei de 13 de março de 1888. No Ceará, ainda em 1883, um município atrás do outro foi libertando seus escravos restantes; a população da Província engajou-se definitivamente no movimento; um regimento declarou-se sociedade abolicionista. Em 25 de março de 1884, comemorou-se a libertação de todos os escravos do Ceará.Com a transformação de uma Província em área livre da escravidão, o abolicionismo cresceu rapidamente em outras Províncias próximas, como em Pernambuco e Goiás. Os senhores foram obrigados a estabelecer o sistema de "manutenção por contrato", segundo o qual os escravos seriam libertos em dado prazo, desde que os servissem bem neste período. Em muitas cidades de outras províncias do Nordeste, os escravos eram libertados, a exemplo do que ocorrera no Ceará. Uma a uma, nas províncias do Norte/Nordeste, a escravidão ia esfacelando-se, aceleradamente.

Concomitantemente, o movimento abolicionista reavivou-se no Rio de Janeiro, em 1883, chegando a assumir um caráter massivo em inícios do ano seguinte, com grandes manifestações emancipacionistas.

Pressionado pelos acontecimentos, o Governo Imperial fez aprovar a Lei dos Sexagenários, em 28 de setembro de 1885, que libertava os escravos de mais de 60 anos. Esta lei, "complexa e retrógada", serviu para quebrar o ímpeto do movimento abolicionista, durante o final de 1885 e inícios de 1886. Surgiu num momento de grande reação dos proprietários, que pediam a repressão contra o abolicionismo, a volta dos antigos escravos ao trabalho e o estabelecimento de "penitenciárias" para os indigentes e recalcitrantes. Os escravocratas recorriam então ao terror e à violência, contando com o beneplácito das autoridades, que encobriam os terroristas. Nasceram assim as ligas antiabolicionistas, expressão máxima do escravismo ameaçado. Diante desta situação, o Governo Imperial resolveu agir, através do Projeto Dantas, que propunha a libertação dos sexagenários e dos escravos ainda novos que haviam sido registrados com uma idade superior, com a finalidade de escaparem da lei de 1831. Este projeto, reformulado, seria finalmente aprovado, depois de provocar a queda do Gabinete Dantas e do Gabinete Saraiva. Com a nova lei, aprovada no Gabinete conservador do Barão de Cotegipe, eliminou-se a tentativa de libertar os escravos atingidos pela lei de 1831, mas deu-se a liberdade aos de mais de 60 anos.

A trégua na luta antiescravidão, decorrente da libertação dos negros mais velhos, seria de curta duração. Logo, a fermentação abolicionista retornou, através da imprensa, de debates parlamentares e mesmo de manifestações de rua. Mais uma vez a pressão se faria efetiva, com a abolição do castigo corporal, a chave mestra do escravismo, a 16 de outubro de 1886.

Na verdade, este acontecimento seria apenas o prelúdio, em tom menor, das lutas definitivas, em tom maior, que se se-

guiriam, quase de imediato. Diante do malôgro das ações pacíficas e legais em prol da abolição, os abolicionistas mais radicais começaram a agir, incitando os cativos a abandonar as fazendas, enquanto os senhores de escravos passaram a recorrer ao terror, como forma de sufocar o movimento, acobertados pelo governo, que voltou-se para meios ilegais de repressão. Mas o apoio da população urbana fez pender a balança, definitivamente, para o lado abolicionista. A prática de esconder negros fugitivos generalizou-se em alguns centros urbanos, como o de Santos, enquanto registravam-se choques entre a população e as forças policiais, e aumentava o desconforto ideológico das forças escravistas, premidas pela pressão popular. No seio deste movimento, distinguir-se-ia a figura de Antônio Bento, a comandar os "caifazes", que infiltravam-se nas fazendas, e lá disseminavam o terrível germe da liberdade. Cedo, em 1887, a fuga dos mancípios das fazendas de São Paulo transformou-se num movimento de massas. Tentou-se então uma reação mais drástica, convocando-se as forças armadas para deter os fugitivos. Contudo, muitos oficiais e soldados não mais se dispunham ao papel de sabujos, e as fugas continuaram. Finalmente, os fazendeiros paulistas, ante a abolição de fato, cederam, concedendo a liberdade de jure aos seus serviçais. Transformaram-se, então, em verdadeiros emancipacionistas, passando a libertar seus negros com a condição de continuarem a servi-los, temporariamente. Temeram, também, as desordens resultantes dos conflitos crescentes, e passaram a advogar a abolição, como forma de garantir a estabilidade.

Neste ínterim, crescia o número de imigrantes estrangeiros que chegavam ao interior de São Paulo, empregando-se como trabalhadores assalariados na lavoura cafeeira, substituindo, em parte, a força de trabalho escrava, que abandonava as fazendas. Por outro lado, à medida que o movimento de fuga e libertação espontânea dos negros tinha continuidade, começou a observar-se um deslocamento no sentido contrário, com o emprego de muitos recem libertos nas fainas agrícolas, premidos pela necessidade de sobrevivência. Deste modo, enquanto a rebelião negra fornecia o

argumento negativo contra a escravidão, a chegada de imigrantes estrangeiros e o reaproveitamento dos antigos escravos ministravam o argumento positivo a favor da abolição. Como resultado, até mesmo os escravagistas mais intransigentes foram tornando-se partidários da libertação dos escravos. São Paulo convertera-se, finalmente, ao abolicionismo.

A passagem dos fazendeiros paulistas para o lado da abolição fez pender a balança a seu favor, alterando profundamente a correlação de forças, que se tornou favorável aos emancipacionistas. No entanto, a escravatura ainda contava com o sustentáculo dos fazendeiros do Vale do Paraíba, quer da sua parte fluminense, quer mineira, quer paulista. Apoiado nestes elementos, o governo ainda adotou, no Rio de Janeiro, uma campanha de repressão tanto contra os escravos fugitivos quanto contra os abolicionistas. Essa campanha fez sentir seus efeitos principalmente na região de Campos, onde o terrorismo policial desempenharia importante papel no combate ao abolicionismo.

Mas a tensão imposta pelo incontrolável movimento de fuga e libertação dos escravos e pela reação escravagista terminou por tornar a situação insustentável, exigindo uma solução definitiva. Finalmente, esta surgiu, através da Lei Áurea, sancionada a 13 de maio pela Princesa Isabel, que aboliu, definitivamente, a escravidão no Brasil. Assim, pela primeira vez, a ação popular, dirigida pelos liberais radicais, fez sua aparição no monótono desenrolar da vida política brasileira, decidindo uma questão crucial, terminando com o escravismo e reformulando as bases institucionais, tornando-as adequadas ao desabrochar do capitalismo.

3.3. Domínio da grande exploração latifundiária na transição ao trabalho assalariado

Quando se desencadeou o processo de superação do escravismo no Brasil, a partir do término do tráfico negreiro, em 1850-52, o poder dos grandes senhores de terra estava firmemente assentado.[1] Com efeito, a produção dos principais produtos de exportação, como o café e o açúcar, organizava-se, como já se salientou anteriormente, em grandes fazendas de tipo plantation, baseadas no trabalho escravo. Também o algodão, apesar de ser acessível a camponeses e pequenos proprietários de escravos, como em São Paulo, era produzido em grande fazendas, como no Maranhão. Mas os estabelecimentos agrícolas destinados ao café ou ao açúcar eram pequenos, em face dos gigantescos latifúndios de criação de gado, que

[1] A respeito da formação da estrutura fundiária e da evolução da pequena exploração camponesa no Brasil Imperial ver:

DEAN, Warren. Latifundios y política agraria en el Brasil del siglo XIX. In: FLORESCANO, Enrique (Coord.). Haciendas, latifundios y plantaciones en America Latina. Mexico, Siglo Veintiuno, 1975. p. 414-32.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. (Coord.). Antecedentes históricos. In: ___ Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, HUCITEC, 1978. p. 15-35.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. (Coord.); KAGEYAMA, Angela; REYDON, Bastiaan Philip. As transformações na estrutura agrária paulista, 1918-1976. Campinas, UNICAMP, 1981. 94 p. Mimeografado.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 255 p.

OBERACKER JR., Carlos. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio, e CAMPOS, Pedro Moacyr. O Brasil monárquico. Reações e transações. São Paulo-Rio de Janeiro, DIFEL, 1976. p. 220-44

PETRONE, Maria Thereza Schorer. A fazenda de cana-de-açúcar em São Paulo. In: ___ A lavoura canavieira em São Paulo. São Paulo, DIFEL, 1968. p. 54-64.

ROCHE, Jean. A colonização alemã no Espírito Santo. São Paulo, DIFEL/EDUSP, 1968. 367p.

MORAES, Sônia Helena Novaes Guimarães. Notas sobre a legislação fundiária e a legislação do trabalho rural no Brasil. Campinas, UNICAMP, 1982. 122p.

podiam ser encontrados na porção nordeste do País, a partir dos sertões de Minas Gerais. Também no Extremo Sul, apesar da incipiente colonização camponesa, reinavam as grandes estâncias, dedicadas à pecuária extensiva.

Esta situação representava a herança da experiência colonial portuguesa, tão bem caracterizada por Caio Prado Júnior, ao considerá-la como uma empresa comercial, encetada para possibilitar a expansão do comércio exterior lusitano.[2] Com esta finalidade, estruturou-se a economia da Colônia, alicerçada no binômio latifúndio-escravismo.

A ordenação jurídica que inicialmente presidiu à ocupação do solo brasileiro derivou da Lei de D. Fernando, de 26 de maio de 1375, a chamada Lei de Sesmarias. Esta lei foi baixada em Portugal como uma tentativa de deter a decadência da agricultura do Reino, através do constrangimento do cultivo do solo. Segundo ela, as propriedades não cultivadas estariam sujeitas ao confisco, sendo entregues a outros que a lavrassem, mediante o pagamento de um foro. Assim, o princípio fundamental desta legislação vinculava expressamente o direito de propriedade agrária ao uso do solo apropriado.

Tendo como base legal esta ordenação jurídica, D. João II, através da Carta Régia de 20 de novembro de 1530 concedeu ao Capitão-mor D. Martim Afonso de Souza o poder de doar terras brasileiras a quem as merecesse. Contudo, a Carta trazia expressamente o preceito segundo o qual as sesmarias não aproveitadas dentro do prazo de dois anos seriam revertidas à Coroa.

---

[2] Salientando a diferença entre a colonização do Brasil e a dos Estados Unidos, Celso Furtado seguido por Caio Prado Júnior denominam a primeira colônia de colônia de exploração, enquanto que a segunda seria uma colônia de povoamento.

Sob o manto legal deste preceito, iniciou-se então a apropriação das terras brasileiras, até então tidas como um bem livre pelos índios nativos, para os quais o instituto da propriedade privada da terra era inteiramente desconhecido. As primeiras sesmarias foram concedidas ainda muito cedo, ainda nos primórdios da colonização, pois "registra a história que, aqui chegando, Martim Afonso de Souza iniciava as doações, tendo concedido sesmarias na ilha da Guaíba a João Ramalho, em 1531, e a Braz Cubas em Piratininga, a 10 de outubro de 1532".[3] Segundo o preceito das ordenações do Reino, as doações de sesmaria deveriam ser limitadas à capacidade de exploração de cada concessionário, de modo a evitar-se a apropriação não produtiva do solo.

No entanto, desde cedo observou-se o descumprimento sistemático deste princípio fundamental, de modo que, como afirma Alberto Passos Guimarães, "para os poderosos de então, tivesser o prestígio da nobreza ou do dinheiro, as concessões não encontrariam limites, além dos confinados pela força das armas nas lutas pela expropiação dos indígenas".[4] Além disso, também o preceito segundo o qual o direito de propriedade vinculava-se ao uso produtivo das terras concedidas caiu em inteiro desuso, pois entrava em choque com a força real dos poderosos de então.

O descumprimento sistemático das ordenações do reino fez com que se editasse a Carta Régia de 27 de dezembro de 1695, que estipulava que as sesmarias teriam até quatro léguas de extensão por uma de largura. Contudo, dois anos depois nova Carta alterava esse dispositivo. De acordo com ela, as concessões

---

[3] GUIMARÃES, op. cit. nota 1, p. 47

[4] Ibid. p. 52.

deveriam possuir até 3 léguas de comprimento por uma de largura, sendo que, em termos da fazenda típica idealizada, a sesmaria desdobrar-se-ia ao longo de um curso d'água, ocupando meia légua de cada lado. Entre duas fazendas, deveria medear uma légua de terras devolutas, necessárias para permitir o acesso à fonte d'água, a existência de meios de comunicação e evitar conflitos entre os proprietários de duas fazendas vizinhas. Na verdade, a intenção do regime de uso do solo era o de favorecer a sua ocupação pelos colonos portugueses, concedendo-lhes, gratuitamente, grandes extensões de terra. Pressupunha-se, deste modo, a sua exploração senhorial, estando afastada, pelo menos em termos práticos, a economia camponesa familiar. Aliás, seria completamente sem propósito, dada a finalidade última da empresa colonial, que as classes ricas de Portugal demandassem o Brasil por outro motivo que não fosse o desenvolvimento de sua exploração mercantil, o que só poderia ser realizado através da grande propriedade escravista.

Mas as tentativas de disciplinar a utilização do solo brasileiro, em vias de ocupação, não terminaram aí. Assim, a Carta Régia de 4 de novembro de 1693 exigia a "confirmação" das sesmarias; poucos anos depois a Carta Régia de 3 de março de 1704 exigia a "demarcação judicial" das mesmas; o Decreto de 20 de outubro de 1753 proibia a confirmação das sesmarias sem a prévia medição e demarcação.Por outro lado, o Alvará de 5 de outubro de 1795, entre outras coisas, estabelecia que não poderia ser concedida sesmaria a quem já tivesse sido beneficiado anteriormente; a área máxima seria de 3 léguas até 1/2 légua em quadra (estas nas imediações dos grandes povoados); a sesmaria concedida deveria ser medida dentro de um ano e as concessões anteriores deveriam ser demarcadas dentro de dois anos; permaneciam certas obrigações dos concessionários, tais como a de dar caminhos públicos e particulares para fontes, portos, pontes e pedreiras. No entanto, dada a impossibilidade de cumprimento deste último Alvará, o Decreto de 10 de dezembro de 1796 suspendeu a sua execução.

Na verdade, esta extensa legislação foi inteiramente inócua para impedir a apropiação indevida das terras da Coroa, que continuaram a ser doadas obedecendo antes as conveniencias da nobreza portuguesa do que os ditames legais que, a princípio deveriam ordenar a ocupação do solo brasileiro.

De qualquer modo, sob o signo desta ordenação jurídica invariavelmente desrespeitada, desdobrou-se a apropiação das terras da Colônia. Cedo a região da Mata, junto ao litoral nordestino, foi ocupada pelos engenhos de açúcar, centros de plantations de cana, de caráter escravista. Também na área do Rio de Janeiro e, em menor escala, por quase toda a Colônia, desenvolveu-se a mesma organização social, de cunho latifundiário. A grande fazenda de gado começou seu movimento de penetração e dispersão pelo interior principalmente pela Bahia e a partir do agreste nordestino, zona contígua à canavieira. Partindo do litoral baiano, a pecuária alcançou o São Francisco em meados do Século XVII e, ultrapassando-o, invadiu o Piauí, através dos rio Gurgueia e Piauí. Outra corrente subiu o São Francisco, atingindo as regiões de Minas Gerais, onde desenvolveu-se rapidamente quando se assentou a mineração aurífera e diamantina. Outro centro de difusão da criação de gado foi o Extremo Sul, onde se formou uma ampla área de pecuária extensiva, abrangendo os campos de Curitiba, o sertão de Lages e os campos de Vacaria, compondo os chamados "Campos Gerais". Outras áreas criatórias secundárias também chegaram a desenvolver-se, como a região dos Campos dos Goitacazes e a Ilha de

Joanes (hoje Ilha de Marajó). Depois do surgimento da mineração, nasceu outro centro pecuário, no sul de Minas, que teria importância posteriormente no abastecimento do Rio de Janeiro. Já a mineração escapou do latifúndio, por tratar-se de atividade não-agrícola, muito embora não conseguisse livrar-se da escravidão. O algodão, por sua vez, só se desenvolveria na segunda metade do século XVIII, quando se tornou uma mercadoria de grande importância no mercado internacional. Nesta época, transformou-se, também, num produto da grande exploração escravista. O café cujo desabrochar pertence ao próprio século XX, também se organizará nos moldes das grandes plantations escravistas. Somente o tabaco, entre os grandes produtos de exportação do Brasil de meados do século XIX, era produzido em grandes e pequenas fazendas, embora também predominasse na sua exploração o trabalho escravo.[5]

Na verdade, à pequena produção camponesa quase só couberam os produtos de consumo interno, apesar de que também nas grandes fazendas escravistas relativamente especializadas em produtos de exportação existisse quase sempre a sua produção, que objetivava satisfazer às necessidades internas do estabelecimento. A economia camponesa localizava-se, em geral, próxima dos centros urbanos, com exceção dos grandes, ou no litoral, onde a grande lavoura não se instalara, como no caso de Porto Seguro, do Espírito Santo, do litoral paulista, e do litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em princípios do século passado. Aliás, em Santa Catarina desenvolveu-se no litoral a partir de meados do século XVIII, particularmente na ilha de mesmo nome, a ocupação por pequenos estabelecimentos familiares, como resultado da política de Portugal, que objetivava criar uma região densamente povoada que servisse como reserva de população mobilizável, em caso de guerra com as colonias espanholas, ao sul. O mesmo ocorreria com o Rio Grande do Sul, onde, ao lado das grandes estâncias, já então disseminadas, promoveu-se a instalação da pequena produção camponesa, também com finalidades militares.

---

[5] É importante lembrar que em algumas regiões específicas, como em Minas Gerais, já se observava, em meados do século XIX, a presença da grande propriedade voltada para o consumo interno.

Como se salientou anteriormente, com a chegada de D. João em 1808 o governo metropolitano português adotou uma política de colonização baseada na pequena propriedade camponesa, política essa que foi continuada depois da Independência, pelo Governo Imperial, que queria, através de seu intermédio, povoar o País, desenvolver as forças produtivas, contrabalançar o poder dos latifundiários e constituir, na fronteira sulina uma população mobilizável para fins militares. Formaram-se, então, no período que vai de 1808 a 1850, inúmeros núcleos coloniais, patrocinados pelo governo imperial, principalmente no Sul. Essas colônias, que se adicionaram às estabelecidas ainda no período colonial, constituíram o núcleo principal de uma importante economia camponesa, que passou a se desenvolver. Contudo, logo a política em prol da colonização com base na pequena propriedade chocou-se com a oposição dos fazendeiros, principalmente quando, com a expansão da agricultura de exportação e restrição crescente ao tráfico de escravos, surgiu a perspectiva de faltar mão-de-obra. "Afirmava-se que o país necessitava de braços para a lavoura e não de núcleos de povoamento que consumiam verbas governamentais e revelavam-se, o mais das vezes, ineficazes e improdutivos." [6] Já em 1827, o Senador Vergueiro manifestou-se contra a formação de núcleos coloniais patrocinados pelo Estado: "conceder aos colonos terras localizadas perto dos núcleos urbanos, terras férteis e bem situadas, não convinha aos senhores que as pretendiam para si. Aos colonos restavam apenas lugares distantes no sertão ou terras esgotadas e estéreis. Estas não lhes convinham. A colonização estrangeira por conta do Governo parecia-lhe além do mais excessivamente dispendiosa..." [7] No caso dos fazendeiros paulistas, a contraposição entre seus interesses e os da política do governo central manifestou-se em muitas oportunidades. "O Governo do Império visava, sobretudo, a estimular a imigração de povoamento, o tipo de colonização levada a efeito em núcleos coloniais, nos quais o imigrante tinha acesso à propriedade. (...) Entretanto, todas as vezes em que os fazendeiros de café do Oeste Paulista conseguiram fazer prevalecer seus interesses, dominou a política que visava a fornecer braços para a lavoura." [8]

---

[6] VIOTTI DA COSTA, Emília. Da senzala à colônia. São Paulo, Livraria Ciências Humanas, 1982. 501 p. [illegible]

[7] Ibid, p. 50.

[8] Ibid, p. 56.

Em razão da pressão dos grandes fazendeiros, a política em prol da colonização camponesa sofreu rudes golpes na primeira metade do século passado, materializados na lei de 1830, que proibia ao governo realizar despesas com a imigração e colonização estrangeiras, e no Ato Adicional de 1834 que deixava nas mãos das Províncias, sabidamente sem recursos, a resolução da imigração e colonização.

Mas apesar das proibições, continuaram a surgir novas colônias depois de 1830. Neste caso, eram o resultado da própria dinâmica da economia camponesa, cuja expansão exigia a incorporação sistemática de novas terras, e sua exploração pelo sistema de núcleos coloniais. Os fazendeiros passaram, inclusive, a parcelar suas terras e vendê-las aos colonos. Mas além das Províncias do Sul, também surgiram no período colonias de imigrantes no Espírito Santo, interessado em povoar seu território e expandir sua economia.

Mas em que pese a expansão da economia camponesa depois de 1808, no início do IIº reinado, a economia brasileira baseava-se fundamentalmente na grande exploração escravista mercantil, relativamente especializada na produção de alguns produtos de alto valor comercial, destinados à exportação, enquanto que a pequena produção camponesa florescia apenas em áreas restritas e nas franjas dos latifúndios. A pecuária, embora tivesse seus produtos orientados primordialmente para o autoconsumo e o abastecimento interno, também se organizava em bases latifundiárias, muito embora nem sempre sobre o trabalho escravo.

Ora, todo este processo de desenvolvimento da grande propriedade fundiária deu-se, essencialmente, com base no sistema de concessão de sesmarias, fruto do caráter da colonização portuguesa. Na verdade, ao ser intrumento da ocupação pela grande propriedade, o próprio sistema de sesmarias não foi respeitado, e suas regras e limites violados, resultando na simples apropriação, pela força, de amplas parcelas do território colonial, pelos se-

nhores latifundiários. "De acordo com os preceitos que regulavam a concessão de sesmarias, estas eram concedidas sempre a título precário e sob três condições: medição, confirmação e cultura. A primeira dessas condições - a medição - era raramente observada, o que se explica pelo elevado custo dessa operação, assim como pela escassez de técnicos capazes de levá-la à prática; quanto às outras duas, e principalmente a última, não havia como justificar o seu descumprimento". [9] Assim, "a exigência de cultivar as terras doadas era inerente ao próprio instituto sesmeiro que para tal fora criado, pois (...) ele representava uma restrição ao direito de propriedade ao considerar reversível ao patrimônio público a terra que não fora utilizada. Para eliminar quaisquer dúvidas, o conceito foi reafirmado pelo Alvará de 5 de janeiro de 1785, que declarou ser a cultura condição essencialíssima na concessão de sesmarias".[10] Contudo, dada a correlação das forças sociais existentes, dentro das quais destacava-se a hegemonia dos grandes proprietários fundiários, "concediam-se as sesmarias sem método algum, e é provável que a miúde pela corrupção. Costumavam ser meras especulações, nunca cultivadas nem sequer ocupadas. Seus vagos limites às vezes se superpunham, e seus donos costumavam imiscuir-se nas propriedades adjacentes. Os direitos sobre a terra foram por isso causa de animosidades, litígio e violência".[11] Embora uma sesmaria de três léguas, como o previsto pela Ordem Régia de 1695, abrangesse 13.068 hectares[12] , ou 130,68 km^2, esses limites foram raramente respeitados. No caso das explorações pecuárias, tornou-se comum fazendas de "muitas léguas em quadra", e existem notícias do recebimento, por parte de criadores de gado, de até 200 léguas. Por outro lado, apesar da proibição de um colono possuir mais de uma concessão, era igualmente comum a posse de inúmeras sesmarias por parte de um mesmo fazendeiro, que cosumava arrendá-las a seus prepostos. Quando o latifundiário não recebia várias

---

[9] CUIMARÃES, op. cit. nota 1, p. 58

[10] Ibid.

[11] [illegible], op. cit. nota 1, p. 415. A tradução é nossa.

[12] Uma légua comum corresponde a 6 km, mas uma "légua de sesmaria", medida antigamente errada, equivalia a 6,6 km. Daí uma propriedade de 6 x 6 léguas teria 1[illegible] km^2, ou 13.068 hs, ao contrário da medida referida à légua oficial, de 6 x 6 = 36 léguas = 10.800 hs (10[illegible] km^2). A légua de sesmaria foi definitivamente abolida pela [illegible] de 25 de [illegible] de 1[illegible].

concessões sem qualquer simulacro, costumava pedir sesmarias em nome de seus filhos, parentes, agregados e mesmo de pessoas inexistentes. Neste sentido, conta Antonil que, no seu tempo, "sendo o sertão da Bahia tão dilatado (...), quase todo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre de campo Antônio Guedes de Brito. Porque a casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo rio de São Francisco, acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes possuem desde o morro dos Chapéus até a nascença do rio das Velhas, cento e sessenta léguas. E nestas terras, parte os donos delas têm currais próprios, e parte são dos que arrendaram sítios delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, dez mil réis de foro." [13] Finalmente, embora qualquer pretendente a sesmeiro tivesse os 300 ou 400 mil cruzadoa para pagar para cumprir as formalidades e receber uma sesmaria, era freqüente a ocupação pura e simples das terras da Coroa, sem qualquer pedido formal, mesmo por fazendeiros endinheirados. Isto sem contar a apropriação de terras públicas pelos colonos sem recursos que, com o tempo, se transformavam em poderolos latifundiários. Assim, a apropriação do sôlo brasileiro deu-se, enquanto estava em vigor o regime de sesmarias, em meio à maior confusão, dentro da qual o simples uso

---

[13] ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976. 239 p. Referência p.200.

da força - por parte dos fortes, evidentemente - foi recurso regular para garantí-la. A expansão da grande exploração escravista de tipo plantation - como no caso dos latifúndios canavieiros -, em menor grau, e dos latifúndios pecuaristas, em grau maior, implicou, pois, em grande medida, na sistemática apropriação do solo por meios ilegais e, muitas vezes, violentos. Socialmente, significou o nascimento e crescimento de uma sólida classe de latifundiários, enquanto que, politicamente, o fortalecimento de seu poder.

O regime das sesmarias caiu, formalmente, em julho de 1822, quando foi suprimido pelo Conselho de Apelação do Rio de Janeiro, que negou-se a confirmar qualquer uma a mais, até a decisão da Assembléia Constituinte. Contudo, a concessão ilegal de sesmarias continuou depois de 1822, de modo que no final da década de 1840, as posses não legalizadas eram imensas. Mas o mais grave foi a verdadeira ausência de lei agrária, entre a supressão das sesmarias e a lei de terras de 1850. Esta lacuna foi, mais uma vez, aproveitada pela grande exploração, que continuou a expandir-se, às custas das terras da Coroa. [14]

Assim, quando ocorreu a abolição do tráfico internacional de escravos, a grande propriedade fundiária, gerada através principalmente do logro e da violência, havia deitado profundas raízes em território brasileiro. Sua predominância quase universal só era contestada em estreitas faixas de terra, destacando-se o Sul do País (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e a Província do Espírito Santo, onde avançava a pequena produção camponesa, oficialmente incentivada. Mas já então, a questão do ordenamento do uso do solo tornara-se crucial, em razão da verdadeira ausência de qualquer legislação a respeito, conseqüência da

---

[14] A única legislação pertinente ao assunto durante esse 28 anos reside em duas leis, aprovadas na década de 1830; uma das quais proibia os fôros (censos ou tributos) sobre as sesmarias; a outra, abolia o direito de primogenitura.

eliminação do sistema de sesmarias e da sua não substituição por qualquer outro. O governo imperial não podia continuar eludindo a questão, pois a apropriação privada das terras da Coroa minava a autoridade do Estado. Além disso, a ausência de um meio legal propiciava aos sem terra o emprego das armas contra os grandes proprietários, uma vez que, em última instância, na falta de qualquer norma jurídica, somente a linguagem das armas tornava-se universalmente reconhecida. Impunha-se que o Estado defendesse a classe social dominante, isto é, os latifundiários, e isto exigia que a grande propriedade pudesse contar com o concurso do mecanismo exterior e sagrado da lei. Também era preciso por côbro aos conflitos no seio dos próprios fazendeiros, a respeito dos limites entre suas terras, o que trazia a intranqulidade ao meio rural e, no final das contas, ameaçava a própria estabilidade da ordem existente. Finalmente, os plantadores de produtos de exportação, principalmente a emergente classe de cafeicultores, se opunham às pretensões da nova classe de posseiros nas regiões prifé-ricas, que dificultavam a expansão da fronteira agrícola. Queriam, pois, colocar na ilegalidade as pequenas posses, e cercear o seu desenvolvimento e, para isto, precisavam de um instrumento jurídico adequado.

Em 1843, como resposta a essas circunstâncias, surgiu o primeiro projeto de lei de terras do Império. A proposta, além de responder aos anseios dos latifundiários, olhava o futuro, procurando contribuir para a solução do problema da mão-de-obra , que logo se faria sentir. Baseava-se no sistema de colonização de Wakefield. "Segundo esse, daí em diante as terras da Coroa somente poderiam alienar-se pela venda, a preços deliberadamente superiores ao valor de mercado. O objetivo era criar um sistema que se sustentasse por seus próprios recursos mediante a introdução de trabalhadores agrícolas europeus. Os imigrantes não poderiam comprar terras na sua chegada devido ao seu preço elevado. Então não teriam mais remédio que trabalhar nas plantações por certo tempo. As rendas que proporcionasse a venda das terras da Coroa seriam empregadas em subsidiar novas imigrações, e assim se manteria a afluência de trabalhadores ao campo e se asseguraria a exis

tência das plantações."[15] Deste modo, o projeto "estava claramente ideado para evitar que se repetisse a forma de colonização dos Estados Unidos.".[16]

O projeto foi apresentado ante a Câmara dos Deputados, e sua finalidade tornou-se explícita pela justificativa apresentada por Rodrigues Torres:

- "Queremos impedir que os trabalhadores que nos chegam de outras partes do mundo possam vir ao Brasil e, em lugar de trabalhar para os proprietários pelo menos certo tempo... achem terras da Coroa imediatamente."[17]

Suas disposições principais eram as seguintes: os imigrantes não poderiam comprar terra privada de nenhum modo até 3 anos depois de sua chegada; as terras da Coroa seriam vendidas em lotes não menores que um quarto de légua de extensão; requeria-se um exame judicial prévio à revalidação das sesmarias; a validez das posses seria reconhecida até meia légua quadrada, ou três léguas, no caso de criação de gado; todas as terras privadas estariam sujeitas a um imposto de 4 mil réis por légua. O projeto ainda denunciava a intenção do governo em permitir aos especuladores privados que revendessem as terras adquiridas aos colonos imigrantes. Ademais, no ato de revalidação, ou de legitimação das posses, deveria ser pago um imposto de 360 mil réis por légua.

Apesar de idealizado para defender a grande propriedade e garantir o fornecimento de mão-de-obra barata para as plantations, o projeto contou com a viva oposição dos latifundiários, que tinham grandes posses. Na verdade, a necessidade de um exame judicial para a revalidação das sesmarias deixaria claro que a grande maioria das existentes não era mais do que o resultado de

---

15 DEAN, Warren. op.cit. nota 1, p.421. A tradução é nossa.

16 Ibid.

17 Ibid p. 422.

procedimentos ilegais de apropriação, dentre os quais se destacava a simples invasão e ocupação das terras públicas. Embora o dispositivo correspondesse às expectativas dos plantadores que eram herdeiros ou compradores de algumas das sesmarias coloniais melhor definidas, tornando ilegais os pequenos posseiros, feria profundamente outras frações da classe de proprietários, principalmente os pecuaristas. O reconhecimento das pequenas posses, por sua vez, dava guarida aos pequenos posseiros já existentes, enquanto que a fixação de limites, embora extensos, das posses a serem reconhecidas, deixava na ilegalidade os grandes usurpadores das terras do Estado, que tinham enorme poder no Império. Finalmente, a imposição de um tributo à propriedade fundiária ganhava ares de coisa espantosa para os senhores de terras, acostumados a não pagarem qualquer imposto, a não ser os que incidissem diretamente sobre as mercadorias. Os grandes proprietários apresentaram, em decorrência, grandes protestos: a lei era uma calamidade; devia-se respeitar o "direito consuetudinário da nação brasileira"; não reconhecer as posses seria um atentado à propriedade privada! Assim, os grandes ladrões de terras públicas invocavam o "princípio" da propriedade privada para defender os frutos de seu roubo.

Sob a pressão dos interesse atingidos, o projeto de lei foi inteiramente modificado: reconheceu-se as posses mansas e pacíficas ocupadas há mais de 20 anos; suprimiu-se o exame judicial prévio para a revalidação das sesmarias, rebaixou-se em 3/4 partes o imposto sobre a terra não cultivada, eliminou-se a disposição de se confiscar as terras que não houvessem pago o imposto. Finalmente, os intrusos que ocupavam ilegalmente terras públicas ou privadas estariam sujeitos a multa e até 6 meses de cárcere. É claro que, implicitamente, este dispositivo estava destinado contra os pequenos posseiros, não contra os grandes usurpadores.

Apesar de todos esses ordenamentos, que favoreciam extraordinariamente aos grandes "proprietários", contra os pequenos "intrusos", a nova lei não seria aprovada. Não em decorrência de qualquer oposição, mas devido à queda do governo conservador

que o patrocinava. A questão da criação de uma ordem jurídica que desse forma legal ao uso do solo sofreu, deste modo, novo adiamento.

Um novo projeto de lei do uso do solo seria apresentado, finalmente, em 1850. Já então, a conjuntura sócio-política havia mudado, e o País encontrava-se em vias de suprimir do tráfico negreiro. Durante o período 1843-50, a pressão inglesa para a liquidação do tráfico viera num crescendo; o experimento de Wakefield na Austrália falhara na sua tentativa de impedir a usurpação de terras pelos grandes criadores de gado,e a imigração para os Estados Unidos mostrava-se muito bem sucedida. Essas circunstâncias influenciaram profundamente o Governo, que enviou seu novo projeto à Câmara dos Deputados a 30 de agosto, o qual tornou-se lei a 18 de setembro. De acordo com a nova ordenação da utilização do solo nacional, determinou-se que as terras da Coroa somente seriam alienadas pela venda; as sesmarias seriam revalidadas, e as posses legitimadas; as terras públicas seriam subdivididas em lotes de 250 mil braças (uns 120 ha) e rematadas em hasta pública; desaparecia o imposto sobre a terra não cultivada; o imposto de validação se fixou em apenas 180 mil réis por légua; a única limitação das posses seria que estas não poderiam ser maiores do que as últimas sesmarias outorgadas no mesmo distrito.

Como se pode verificar, a nova legislação tentava favorecer a grande propriedade, embora também tivesse disposições a favor das pequenas. Desta forma, a revalidação das sesmarias, os amplos limites permitidos às posses (que, aliás, seriam facilmente contornáveis), a desaparição do imposto sobre as terras não cultivadas e a diminuição do imposto para revalidação, atendiam amplamente às reivindicações dos senhores de terras, principalmente os grandes posseiros. A obrigatoriedade da venda das terras da Coroa favorecia aos grandes plantadores, cerceando a expansão as pequenas posses intrusas e impedindo o acesso ao solo aos imigrantes recém chegados ao Brasil, que ficariam, assim, disponíveis no mercado de força de trabalho até que, aventualmente, amealhasse

os recursos indispensáveis para adquirir um pequeno lote de terra. Por outro lado, a legitimação das posses abria a chance de legalizar a pequena exploração familiar intrusa, o que favorecia também aos camponeses, enquanto que a subdivisão das terras públicas em pequenos lotes lançava as bases para uma possível política agrária de expansão da colonização camponesa. Pelo visto, o governo, ao propor a nova ordenação jurídica, tentava, simultaneamente, favorecer a gregos e troianos e abrir caminho para, daí para diante, executar uma política favorável à colonização em pequenos lotes, conforme o modelo americano. Na verdade, o governo imperial continuava a ver na formação de uma classe média um meio para fortalecer a unidade nacional e o poder central, ameaçados pelo poder dos latifundiários das províncias, e desenvolver as forças produtivas.

A nova lei de terras foi aprovada no ano da supressão do tráfico negreiro, que desencadearia todo o processo de transição ao trabalho assalariado. Os fazendeiros viram-se subitamente, esgotar a sua fonte de mão-de-obra, e tiveram de apelar para novas soluções, principalmente no caso dos cafeicultores, premidos pela necessidade de novos braços, gerada pela rápida expansão cafeeira. A solução positiva do problema encontrada pelos próprios fazendeiros foi inicialmente a importação de trabalhadores estrangeiros, empregados pelo sistema de parceria. Contudo, dentro de poucos anos o sistema mostrava seus defeitos desmoralizando-se no Brasil e no exterior. Logo desenvolveu-se o sistema do salariato e do colonato, enquanto avançava rapidamente a desenvolução das forças produtivas. O Estado foi, então, chamado a apoiar a imigração estrangeira. Diminuiu, também, a antiga resistência à ação do governo no sentido de promover a colonização, pois, desde que o número de núcleos coloniais não fosse suficiente para absorver a totalidade dos imigrantes trazidos pelo poder público, sobrariam trabalhadores que deveriam engajar-se nas fazendas, como trabalhadores assalariados. Ademais, tinha-se a garantia, pela lei de 1850, que as terras públicas não seriam cedidas a título gratuito.

Enquanto isso, prosseguia o processo de desenvolvimento da pequena produção camponesa, o qual passou a contar, durante o IIº Império, com novo impulso do governo central, liberado para promover a imigração e a colonização estrangeiras, além do apoio dos governos locais daquelas províncias já comprometidas com a continuidade da experiência. No Rio Grande do Sul, em fins da década de 1850 o Governo Imperial fundou a colônia de Feliz no curso médio do Rio Caí, quando, apesar de todas as dificuldades, continuava a formação de novos núcleos, principalmente espontâneos, com os fazendeiros vendendo as suas propriedades, parceladas, aos novos colonos. Dentro deste processo, destacava-se a colônia alemã de São Leopoldo, que contava em 1855 com 12 mil habitantes, e que serviria de centro de expansão da colonização parcelária, dando origem a inúmeras outras colônias. Na década de 1870, o governo central voltou a interessar-se novamente pela colonização da Província, projetando, então, 4 novas colônias: Dona Isabel, Conde d'Eu, Caxias e Silveira Martins, que contavam conjuntamente, em 1882, com um total de 20.400 colonos, na grande maioria italianos. O Império viu-se então obrigado a criar novas colônias para abrigar os italianos: a de Alfredo Chaves (1884), Antônio Prado (1885) e São Marcos (1887). Mas além dessas colônias criadas pelo poder central, formou-se, depois de 1850, um grande número de núcleos espontâneos, de modo que, somente de colônias particulares alemãs, surgiram durante o período imperial pelo menos 97. "Os colonos alemães e italianos, em poucos decênios, transformaram as extensas regiões de mata virgem na zona do oeste de São Lourenço e Pelotas e, principalmente nas bordas da Serra Geral, bem como no próprio planalto adjacente, que até a sua chegada não possuíam qualquer valor econômico, em paisagens densamente povoadas e cultivadas. Surgiam milhares de estabelecimento agrícolas interrompidos de povoações nas quais se fixavam empresas de comércio, de artesanato, de indústrias, escolas, igrejas, hospitais etc, formando assim sedes de muitos futuros municípios, de futuras vilas e cidades. Serviriam estas colônias, as assim chamadas colônias antigas como base para a ulterior conquista econômica e cultural do vasto planalto rio-grandense até o arco do Rio Uruguai e da hinterlândia de Santa Catarina e sudoeste do Paraná,

estabelecendo-se destacamentos destas colônias até no Norte do Paraná, do Oeste de São Paulo, em Missiones na Argentina e na República do Paraguai."[18]

A Província de Santa Catarina também experimentaria um processo semelhante, dentro do qual se destacou a colônia de São Pedro de Alcântara, de cuja expansão nasceram diversas colônias filiais. Durante o IIº Império, muitas colônias foram criadas na província, como as de Grão Pará (criada pelo Governo Imperial em 1882), Azambuja (criada por iniciativa do presidente provincial em 1877), Blumenau (1850), Superagui (1852), Itajaí (fundada pelo Governo Provincial, foi mais tarde batizada como Brusque, tendo, em 1863, cerca de 933 habitantes), Príncepe D.Pedro(1867), Nova Trento, Luiz Alves (1877), Dona Francisca (criada em 1851,depois chamada de Joinville), Brudertal (1886), Bananal (Guaramirim) e Jaraguá, e São Bento (1873). Muitos desses núcleos coloniais transformaram-se, mais tarde, em importantes centros urbanos, tais como Blumenau, Brusque, Itajaí e Joinville, atestando a extraordinária vitalidade da colonização baseada na pequena exploração agrícola. Na verdade, Santa Catarina "começou a progredir e tornar-se uma unidade mais importante do Império brasileiro somente em conseqüência dos resultados da colonização com fundamento na pequena propriedade agrícola."[19]

Também a última Província sulina - o Paraná - conheceria o processo de colonização baseado na imigração estrangeira. Antes mesmo da fundação da Província, foram criadas, em seu território, pela atividade governamental, dois núcleos coloniais: Teresa (Teresina), em 1847 e Superagui, em 1852. Depois de 1853, surgiram na nova Província numerosas colônias, algumas das quais resultaram da transferência de colonos alemães, inadaptados ao cli-

---

[18] OBERACKER JR. Op. cit. nota 1, p. 232-3

[19] Ibid. p.233

tropical da baixada do nordeste de Santa Catarina. Em 1860 foi fundada a colônia do Açungui (Cerro Azul) e em 1869, a de Argelina. De acordo com Wilson Martins, de 1868 a 1878 foram formadas mais de 60 núcleos coloniais no Paraná, embora muitos não fossem bem sucedidos. Na década de 70 chegaram à Província poloneses e italianos em maior número, possibilitando a criação de novas colônias, como a de "Tomás Coelho". Como nos casos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, também aqui pôde-se observar um firme desenvolvimento da pequena propriedade familiar, que daria feição própria à economia paranaense.

Mas a experiência da colonização de pequenos produtores imigrantes não ficaria restrita às províncias da região sul. Também em Minas Gerais e Espírito Santo seriam feitos ensaios desta natureza. Na primeira Província, a construção da estrada União e Indústria ensejou a formação de alguns pequenos núcleos coloniais entre 1852 e 1855, perto de Juiz de Fora. Outra empresa, a Companhia de Navegação do Rio Mucuri, fundada em 1851 por Teófilo Otoni, tentou organizar a colonização em larga escala, mas a experiência foi mal sucedida, devido a uma série de dificuldades, entre as quais a ação dos índios hostis, e os problemas políticos em que Teófilo Otoni se envolveu. Contudo, da tentativa restou a Colônia Saxônia, fundada em 1856, e a de Urucu, que havia sido exigida pelo Senador Otoni e construída pelo Governo Imperial, visando garantir o trânsito da estrada que ligava Filadélfia a Santa Clara. Já no Espírito Santo, a colonização estrangeira seria melhor sucedida. Em 1846, o governo provincial criou a colonia de Santa Isabel (Campinho), que em 1865 possuía 801 habitantes. Em 1855, uma sociedade particular criou a Colônia do Rio Novo, seguindo-se, um ano depois, o surgimento de outro núcleo, a colônia de Leopoldina. "As colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina desenvolveram posteriormente surpreendente força expansiva, penetrando os descendentes dos imigrantes cada vez mais na mata virgem, desbravando em poucos decênios todo o planalto entre o rio Jucu e além do Santa Maria, descendo depois na baixada e atravessando mais tarde ainda o rio Doce." [20]

---

20 ODERACKER JR. op. cit. nota 1, p.239.

Enquanto se processava o desenvolvimento da economia camponesa nas províncias do Sul e do Espírito Santo, como resulta do da imigração estrangeira, tinha prosseguimento a transição para o trabalho assalariado e a economia de troca de serviços, nas regiões de predomínio da grande propriedade fundiária. Neste caso, a evolução agrícola processava-se em condições de virtual monopólio da terra por parte dos grandes senhores fundiários, criando uma verdadeira escassez de terras bem localizadas, impedindo, deste modo, o seu acesso aos imigrantes estrangeiros, que começavam a aportar em maior número ao Brasil. Sob o amparo da Lei de Terras, a expansão da cafeicultura em São Paulo e Rio de Janeiro desalojou os pequenos posseiros de longa data, expulsando-os ou incorporando-os como agregados. O Governo defrontou-se com grandes dificuldades em encontrar terras devolutas para localizar núcleos coloniais e, em muitos casos, viu-se obrigado a adquirir glebas a preços acima dos de mercado.[21] Quanto ao cumprimento das disposições contidas na lei de 1850, este propiciou novas usurpações por parte dos grandes latifundiários: poucas foram as sesmarias ou posses legalizadas de modo especificado pela lei, as invasões de terras públicas continuou impunemente, e raramente se vendeu alguma gleba, a não ser às companhias de colonização; até encerrar-se o registro geral de terras, entre 1859 e 1862, muitas declarações falsas anteriores a 1850 foram adicionadas aos livros das paróquias, e, mesmo depois de fecharem-se os livros, espaços em branco foram utilizados e páginas novas costuradas.

Mas, seja qual for o método de apropriação das terras utilizado pelos latifúndios a verdade é que a expansão da agricultura de exportação após 1850 significou a reprodução ampliada da grande exploração, que expandia-se expulsando os pequenos produtores intrusos e incorporando novas terras, garantindo o seu monopólio. Assim, embora as relações de produção fossem sendo subvertidas, no sentido o capitalismo, a grande propriedade pré-capi

---

21 Ou seja, o governo adquiriu, em inúmeros casos, terras que legalmente eram de sua própria propriedade.

talista transformava-se em economia capitalista, baseada no trabalho assalariado, mas sem deixar seu caráter latifundiário.

Em resumo, durante o período de transição ao trabalho assalariado, o Brasil conheceria dois processos bem distintos de evolução agrícola: de um lado, a formação, em áreas restritas (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo), de uma dinâmica economia camponesa, assentada no trabalho familiar, de outro, a transformação, lenta mais sistemática, da grande exploração pré-capitalista em grande economia capitalista, de bases latifundiárias. Na realidade, no seio mesmo do último processo, ocorriam diferenças marcantes, com o surgimento de fazendas baseadas em formas determinadas de trabalho assalariado, como no caso dos estabelecimentos do Oeste Paulista que adotavam o regime do colonato e do salariato, e de exploração alicerçadas na "troca de serviços", como as fazendas de criação de gado e os grandes estabelecimentos que utilizavam o trabalho de agregados, parceiros e pequenos arrendatários. É claro que, não só em termos econômicos, mas políticos, a hegemonia pertencia, indiscutivelmente, ao segundo processo, traduzindo-se pelo amplo domínio que os grandes fazendeiros tiveram durante todo o período do IIº Reinado, e que se estenderia para além da República. Assim, os "três momentos fundamentais que marcaram a transformação capitalista no Brasil, isto é, a institucionalização da mercantilização da terra através da Lei de Terras (1850), a promoção da vinda de imigrantes e a abolição efetiva da escravidão, ocorrem sob o domínio da grande propriedade. O processo de transformação das relações de produção verifica-se sem abalar o poder da grande propriedade".[22]

---

[22] GRAZIANO DA SILVA, KAGEYAMA e REYDON, op. cit. nota 1, p. 18.

3.4 Domínio comercial e financeiro do capital internacional sobre a economia brasileira no estágio de superação do escravismo.

Como já foi salientado anteriormente, a formação do Estado Nacional no Brasil deu-se num momento em que a Inglaterra, nação a liderar o processo da Revolução Industrial, se havia transformado na maior potência comercial da época. Devido à subordinação de Portugal à Grã-Bretanha, tanto do ponto de vista político quanto comercial, e em razão das injunções da luta pela independência, o nascimento do Brasil como nação independente, em 1822, implicou em sua subordinação aos interesses ingleses. Assim, como preço pelo reconhecimento da independência, o Brasil teve de assinar o Tratado de 1827, que concedia tratamento preferencial à importação das mercadorias inglesas, que ficavam sujeitas a uma taxa de 15%, semelhante à que fôra imposta às mercadorias de precedência portuguesa, por ocasião do tratado de paz e aliança firmado entre Portugal e o Brasil, em 1925. Posteriormente, essa taxa seria concedida às importações de outras procedências e, finalmente, em 1928 seria estendida à totalidade das mercadorias importadas, qualquer que fosse a sua origem.[1]

Os resultados desse baixo nível de proteção tarifária foram vários. Em primeiro lugar, estreitou-se a base tri

---

[1] *A respeito do domínio comercial e financeiro do capital internacional durante o Império ver:*

CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil. 1860-1913* Rio de Janeiro, Zahar, 1979, 142 p.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio e Campos, Pedro Moacyr. *Declínio e queda do Império: relações internacionais. In: O Brasil monárquico: declínio e queda do império.* São Paulo, DIFEL, 1971 p. 139-232.

GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. 1850-1914.* São Paulo, Brasiliense, 1973. 380 p.

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 1973 301 p.

MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio.* São Paulo, Brasiliense

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira.* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1976 400 p.

butária das finanças imperiais, que assentavam-se quase que exclusivamente na cobrança dos direitos aduaneiros. Em segundo lugar, inibiu-se o desenvolvimento manufatureiro do País, cujas primeiras tentativas datavam da vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Deste modo, enquanto os países da Europa Ocidental e os Estados Unidos da América transitavam da manufatura à grande indústria, dentro de um esquema de divisão internacional de trabalho, segundo o qual as nações em processo de industrialização forneciam bens manufaturados ao restante do mundo, que se especializava na produção de alimentos e matérias primas industriais, o Brasil perdia a corrida, servindo de mercado para a produção industrial desses países, ao mesmo tempo em que se via impedido de desenvolver suas próprias manufaturas. No entanto, é evidente que não residia na ausência de proteção aduaneira a causa exclusiva do atraso brasileiro no processo de desenvolvimento manufatureiro. Na verdade, como já foi demonstrado, a razão principal do fenômeno foram as relações escravistas de produção, que criavam limites muito estreitos ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desabrochar da grande indústria.

Mas uma outra consequência das relações comerciais que se estabeleceram entre o Brasil e a Inglaterra foi o completo domínio do grande comércio brasileiro por parte desse último país. Com isso, parte importante do excedente econômico gerado pela economia escravista brasileira era canalizada para o exterior, principalmente para a Inglaterra. O mesmo acontecia, por outro lado, devido a outro resultado dos acordos comerciais que o Brasil concertou com os países centrais na década de 1820. Com efeito, ao impor tarifas extremamente baixas à importação de produtos estrangeiros, o País renunciava a importante fonte de recursos, comprometendo a situação das finanças públicas. Como consequência, para dar conta de suas despesas, o Governo Imperial era obrigado a recorrer a frequentes operações de crédito, tanto internas como externas. Neste último caso, a importância dessas operações para a própria sobrevivência do Es

tado nacional colocava-o diretamente na dependência dos credores estrangeiros. Estes, então, tinham a oportunidade efetiva de abocanhar parte importante do excedente econômico do País, através da cobrança de taxas reais extorcivas de juros, e de interferir na condução da política interna, quer econômica, quer não-econômica.

Assim, em síntese, controlando o comércio internacional e as finanças públicas, a Inglaterra colocava o Brasil numa situação de virtual dependência. Essa dependência, contudo, ainda não ultrapassava, pelo menos até o advento da República, a órbita comercial e financeira, apesar de que os investimentos diretos da Grã-Bretanha na própria órbita produtiva terem se iniciado, no Brasil, bem antes da Proclamação da República.

Na realidade, "a preeminência da Grã-Bretanha nos mercados, nos investimentos e na navegação brasileira era já um fato consumado, quando a colônia se tornou um império independente".[2] Essa situação era um corolário não só do poderio comercial britânico, mas também do estado de quase vassalagem que Portugal se encontrava frente à Inglaterra, que seria herdado pelo Brasil, já no seu nascedouro. Assim, antes mesmo da Independência, em 1821, as estatísticas imperiais referiam-se à entrada, no porto do Rio de Janeiro, de cerca de 192 navios de bandeira inglesa, para apenas 124 navios de bandeira portuguesa. Outras nações também tinham alguma importância na navegação para o Brasil;no mesmo ano foram registrados a entrada no Rio de 54 navios de bandeira americana e 31 de bandeira francesa. Depois da Independência, reduziu-se significativamente o número de navios portugueses a aportar no Rio de Janeiro,aumentando paralelamente o total das embarcações britânicas. Também nos outros portos do País, o fenômeno se repetiu. Na verdade,o transporte marítimo que enlaçava o Brasil era francamente dominado

---

[2] MANCHESTER, Alan K. *Op. cit.* nota 1 , p. 265.

pelas embarcações estrangeiras que, em 1939-40, apesar de terem sido responsáveis por apenas 26,2% do número total de navios que entraram nos portos brasileiros, responderam por 55,6% das embarcações aportadas.

Depois da extensão da taxa alfandegária de 15% para as importações de qualquer procedência, a participação britânica no transporte marítimo brasileiro declinou devido ao acirramento da concorrência, embora o mesmo não tenha acontecido com a participação do conjunto dos países centrais que comercializavam com o Brasil. "Devido a essa competição, o número de navios britânicos entrados no Rio em 1837 caiu para 110, enquanto os navios franceses somavam sessenta e oito, e os navios americanos (em 1836) quase igualavam aos britânicos, com 102" [3]. Contudo, havia uma diferença básica entre o comércio exterior do Brasil com a Inglaterra e o efetuado com os Estados Unidos. Com efeito, desde a sua origem, o comércio com a Grã-Bretanha era francamente desfavorável ao Brasil, com as importações sobrepassando em muito o valor das importações. Assim, em 1835, o valor das importações brasileiras de procedência inglesa foi de £ 2.553 mil, enquanto o valor das exportações destinadas à Grã-Bretanha somaram apenas £ 1 480 mil. "Em 1842, enquanto mais de cinquenta e um por cento das importações totais recebidas no porto do Rio provinham da Grã-Bretanha e de suas possessões, somente vinte por cento das exportações eram destinadas aos portoss ingleses". [4] No ano fiscal de 1942-43, o Brasil vendeu à Inglaterra cerca de £ 1.277.736, enquanto comprava um total de £ 2.739.778, o que significava um déficit considerável para o País, em termos de sua balança comercial. Ao contrário, o comércio com os Estados Unidos não estava marcado pelo déficit

---

[3] MANCHESTER, Alan K. *Op. cit. nota* 1 , p. 266.

[4] MANCHESTER, Alan K. *Op. cit. nota* 1 , p. 267.

sistemático e, tão logo se avolumassem as vendas de café brasileiro para este último país, o saldo seria francamente favorável ao Brasil. No mesmo ano de 1942-43, por exemplo, as importações brasileiras de produtos norte-americanos representam £ 665.062, ao mesmo tempo que as exportações atingiam £ 758 778. Já em relação à França, o balanço comercial era deficitário para o Brasil. Assim, entre 1840 e 1845 o País importou 36,6 mil contos de réis de produtos franceses, exportando somente 11,7 mil para a França, o que dá um saldo negativo de 24,9 mil contos em cinco anos de intercâmbio comercial.

Em termos gerais, o Brasil exportava produtos agrícolas - café, açúcar, algodão, cacau, couros e peles - e importava artigos manufaturados. No caso da Inglaterra, "de longe, o maior artigo na lista das exportações britânicas para o Brasil, durante este período, eram as manufaturas de algodão, com as lãs num fraco segundo lugar. Depois se seguiam, por ordem de valor, os linhos, as ferragens, a cutelaria, a manteiga irlandesa, o ferro de todas as qualidades, o sabão grosso, a louça comum, os artigos de cobre, de papelaria, de vidro, de seda, os chapéus de pele de castor, a cerveja, a pólvora, o chumbo, e as balas, tintas para pinturas, os guarda-chuvas, as máquinas a vapor, os instrumentos musicais e os materiais militares".[5] Por outro lado, "das importações recebidas na Inglaterra, em troca desses artigos, o algodão em rama encabeçava a lista, com o café num fraco segundo lugar. Seguiam-se em ordem: açúcar, couros, madeiras e cacau".[6]

Mas o domínio inglês do comércio brasileiro não se restringia na obtenção sistemática de saldos positivos na ba

---

[5] MANCHESTER, Alan K. *Op. cit. nota* 1 p. 267.

[6] MANCHESTER, Alan K. *Op. cit. nota* 1 p. 267.

lança comercial entre a Inglaterra e o Brasil, e no controle quase total do transporte de mercadorias do fluxo comercial internacional que ligava o Brasil ao restante do mundo, mas dizia respeito inclusive ao comércio efetivo de exportaçoes do País. Assim, "quase metade da exportação brasileira de açúcar, metade de café, e mais da metade do algodão estavam sendo exportadas por firmas britânicas na década de 1840".[7] Quanto às importações brasileiras, além da presença de capitais ingleses operando nesse negócio no Brasil, havia um verdadeiro financiamento comercial executado pelas firmas britânicas que vendiam ao Brasil, de modo que parte importante dos créditos que a economia brasileira podia contar originariamente provinha do exterior, particularmente da Grã-Bretanha. Na verdade, o comércio de importação, operando com créditos britânicos, executava verdadeiro financiamento do comércio de exportação do País. Como diz Alan Manchester, as mercadorias inglesas "eram enviadas em consignação ao Brasil, num crédito a longo prazo, a única espécie de crédito com que os compradores brasileiros poriam operar. Depois de vender seus argigos, o comerciante britânico emprestava o lucro de suas vendas a comerciantes estrangeiros não-britânicos, descontando letras de câmbio sobre Londres, em troca. Esses agentes não britânicos usavam o dinheiro assim obtido para comprar artigos brasileiros de navegação, para seus respectivos países, enquanto as compras inglesas igualavam as letras de câmbio emitidas sobre Londres".[8] Esse esquema de financiamento penetrava inclusive no interior do Brasil, uma vez que os exportadores, financiados pelo comércio de importação, costumavam fazer adiantamentos aos fazendeiros, que contavam, assim, com recursos para expandir a sua produção. Está claro que, se esse tipo de esquema facilitava o comércio de exportação do Brasil, ao mesmo tempo que possibilitava o próprio financiamento, ainda que

---

[7] GRAHAM, Richard. *Op. cit.* nota 1 p. 82.

[8] MANCHESTER, Alan K. *Op. cit.* nota 1 p. 267-268.

precário, da produção agrícola exportadora, ele igualmente significava maior dreno dos recursos do País, que iam parar nas mãos dos comerciantes ingleses, na forma de juros e comissões.

Evidentemente, o tipo de relação comercial que o Brasil mantinha com a Inglaterra implicava numa divisão de trabalho claramente desfavorável ao Brasil, cuja produção ficava restrita aos produtos primários de baixo valor mercantil, enquanto se setor manufatureiro tinha seu desenvolvimento tolhido. Não é sem motivo, pois, que, mesmo 6 anos depois da Tarifa Alves Branco, exixtirem no País, segundo Roberto Simonsen, apenas 50 "indústrias".

Outra consequência desse relacionamento comercial era a reduzida arrecadação dos cofres públicos, extremamente dependentes das receitas aduaneiras como fonte de recursos. Assim, entre 1923 e 1944, período em que o País passou pela guerra da independência e por uma série de conflitos intestinos, o Governo Imperial conheceu um déficit no balanço entre suas receitas e despesas da ordem de 76,8 mil contos de réis. Ora, diante de uma insuficiência crônica de recursos, provocada, em grande parte, pelo próprio relacionamento comercial imposto pela Grã-Bretanha, o Governo teve de lançar mão, repetidas vezes, de empréstimos externos, junto aos próprios banqueiros ingleses. Deste modo, entre 1824 e 1843 o Brasil foi obrigado a obter cerca de £ 6 999,2 mil de recursos externos, em termos nominais, junto aos Bancos da Grã-Bretanha. Considerando-se no entanto os "tipos" dos empréstimos, o total realmente conseguido foi de £ 5 735,2 mil. Destes, pelo menos dois milhões se referem à dívida portuguesa que o Brasil assumiu, como parte dos acordos encetados com Portugal para o reconhecimento da sua independência. Na realidade, a história do Brasil Monárquico já se iniciou sob o signo da dependência financeira para com a Inglaterra, dependência essa que seria explorada ao extremo pelos nossos credores. Com efeito, nos empréstimos conseguidos em

1824, equivalentes a £ 3.000.000 em termos reais, e que resulta ram em que o Brasil assumiu compromissos financeiros totais da ordem de £ 3.686.200, deveriam estar liquidados em 1854, mas as amortizações totais tinham somado apenas £ 513.000 até então, obrigando a um prolongamento do prazo de resgate por mais dez anos. Em 1863, mais uma vez, dada a impossibilidade de sua liquidação, o empréstimo foi saldado através de nova operação de crédito, desta vez de 3.355.300 libras o que, dado o tipo de 88, significava um aporte líquido de somente 3 392 mil libras. Mesmo assim, deste empréstimo foi deduzida a parcela de £ 2.357.900, referentes ao resgate dos empréstimos de 1824. E, fi nalmente, esses recursos conseguidos em 1863 só foram pagos em 1890, já em pleno regime republicano, de modo, que em termos e fetivos, os empréstimos de 1924, conseguidos, em parte, para o financiamento da independência do Brasil, levaram 66 anos para serem saldados, o que significa 65 anos pagando juros. Ao todo os pagamentos efetuados pelo Brasil, referentes a esses compro missos, montaram a £ 6.180.195, o que, comparado com a obtenção efetiva de recursos da ordem de £ 3.000.000, dá uma idéia do peso do serviço da dívida externa para o País, que, invariavel- mente, não tinha condições de honrá-la, sendo obrigado a reno var seus compromissos periodicamente, em condições extorsivas, esse submeter aos ditames de seus credores, os banqueiros ingle ses. Aliás, o mesmo se observa em relação a outras operações de crédito encetadas durante o Iº Império e o período regenci al. Assim, a 5 de fevereiro de 1839 o governo brasileiro conse guiu um novo empréstimo no exterior, desta feita para cobrir compromissos assumidos anteriormente. O total do empréstimo foi de £ 411.200, e o líquido uma vez considerado o "tipo", foi de apenas 312.500, sendo que este dinheiro permaneceu em Lon dres, para pagar os atrasos financeiros do País. Outros empré s timos ainda foram encetados como conseqüência das negociações com Portugal, a respeito da independência, tendo sido obtidos dois empréstimos que representavam o reconhecimento de dívidas portuguesas por parte do Brasil. Foram os casos das operações

de 18 de fevereiro de 1843, e de 27 de julho de 1852. De acordo com esses empréstimos, o Brasil assumiu uma dívida de £ 1.773.200, embora, devido ao desconto proporcionado pelo "tipo", os recursos realmente obtidos, e que serviram para cobrir os compromissos portugueses, foram da ordem de £ 1.516.952. Em síntese, como afirma Nelson Werneck Sodré, "a situação criada pelos empréstimos externos perduraria longamente. Tratava-se de uma cadeia de efeitos que denunciava a nossa dependência para com a Grã-Bretanha, o tortuoso processo de acomodação da estrutura colonial brasileira às exigências e normas da burguesia dominante na Europa".[9]

Com a Tarifa Alves Branco, modificou-se parcialmente o quadro da dependência do Brasil em relação à Inglaterra, embora, em essência, essa permancecesse a mesma. Assim,reduziu-se o déficit público, com o aparecimento, inclusive de superávits nos exercícios de 1845/46 e 1846/47. Ao mesmo tempo, criou-se alguma proteção aduaneira, resultando na instalação de algumas empresas industriais, principalmente depois da abolição do tráfico escravo, em 1850. Contudo, o esquema tradicional de inserção do País na divisão internacional do trabalho não sofreu qualquer solução de continuidade e, apesar da notável expansão das forças produtivas a partir de 1850, como conseqüência da expansão cafeeira, a situação de dependência do Brasil, do ponto de vista comercial e financeiro para com a Grã-Bretanha, não se alterou. Na realidade, houve apenas a recolocação do problema em novas bases.[10]

De fato, a partir de 1850 a expansão do setor exportador da economia escravista do Brasil deu um extraordinário impulso à desenvolução das forças produtivas, levando o próprio

---

[9] SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit. nota 1 p. 47-48.

[10] *Na verdade, como salienta Ana Célia Castro, "até 1850 eram relativamente escassas as oportunidades para o capital estrangeiro, uma vez que o Brasil apenas despontava como grande produtor mundial de café". Ver: op. cit. nota 1 , p. 25.*

sistema escravista a estalar. Neste processo, a neeessidade de amplicação do gasto público, aliado à estreiteza da base tributária, levaram novamente à uma crônica situação deficitária no âmbito das finanças imperiais, jogando-as novamente nos braços dos banqueiros ingleses. Simultaneamente, ampliou-se o campo de ação do capital comercial britânico, que, aliado ao capital comercial de outros países situados na vanguarda do processo de industrialização, continuou a ampliar seu domínio sobre as relações mercantis brasileiras. Também surgiram, pela primeira vez, condições extremamente favoráveis aos investimentos diretos no País, abrindo nova brecha de penetração ao capital internacional, particularmente o britânico.

Assim, o controle britânico do transporte dos produtos exportados e importados pelo Brasil continuou incontestável, apesar da concorrência das marinhas de outros países, entre os quais se destacavam os Estados Unidos a França e, mais tarde, a Alemanha. Em 1854-55, por exemplo, a tonelagem dos navios ingleses que aportaram no Brasil alcançou 225.674,enquanto a norte-americana atingiu 145.802. Já a portuguesa,ainda em destaque, alcançou a 82.713, enquanto a francesa foi de 59 780. Ao se aproximar do término do século XIX, a importância dos navios norte-americanos para o comércio brasileiro reduziu-se, enquanto elevava-se, particularmente, a participação alemã. Deste modo, já em 1873 a tonelagem alemã ameaçava a posição norte-americana, que ocupava o terceiro lugar. Doze anos depois, em 1885, a marinha alemã já rivalizava com a francesa, que mantinha a liderança, depois da britânica. Essa preponderância inglesa no transporte marítimo brasileiro, na verdade, inseria-se dentro de um contexto de predomínio absoluto da marinha estrangeira na navegação do País. Ao todo, se se considerar a navegação de longo curso e de cabotagem, a participação estrangeira na entrada de navios nos portos brasileiros em termos de tonelagem, oscilou em torno de 60%, pelo menos entre 1869/70 e 1870/80. Aliás, a respeito do transporte marítimo, um acontecimento insólito mostraria com clareza a situação de fraqueza e depen

QUADRO 3.4.1.
PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NA NAVEGAÇÃO
DE LONGO CURSO E DE CABOTAGEM
BRASIL
1839-1880

ANOS	PARTICIPAÇÃO NA ENTRADA DE EMBARCAÇÕES	
	NÚMERO	TONELAGEM
1839/1840	26,2	55,6
1840/1841	29,6	61,4
1841/1842	26,7	59,3
1843/1844	25,1	53,8
1869/1870	45,7	61,1
1870/1871	37,2	58,5
1871/1872	40,1	59,5
1872/1873	46,0	62,6
1873/1874	45,6	66,1
1879/1880	38,3	63,2

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939/40, p. 1339.

dência do Brasil em relação ao capital internacional. Com efeito, em 1853 ocorreu a introdução do navio a vapor, facilitando em muito as comunicações com uma região brasileira que despontava como uma das mais prósperas, em decorrência da rápida expansão da produção gomífera: a Amazônia. O início da navegação a vapor através do Rio Amazonas, que ligava as principais regiões produtoras ao Atlântico, foi encetada por Mauá, que incorporou a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, contando com o monopólio da navegação nesse grande rio. Inicialmente, a Companhia começou a operar com apenas três embarcações a vapor que faziam o percurso Belém-Manaus, ida e volta, em 22 dias, o que significava um tempo 7 vezes menor que o gasto pelas embarcações tradicionais. O sucesso do empreendimento não se fez esperar, com a receita da Companhia triplicando em três anos, levando-a a ampliar sua frota para dez barcos. No entanto, como a demanda por transporte do Rio Amazonas continuasse a se expandir, o governo autorizou a criação de mais duas companhias. Logo, o extraordinário ciclo da borracha atraiu a atenção das grandes potências da época, sendo que "os Estados Unidos estavam dispostos, como a Inglaterra e a França, a obter a livre navegação no Amazonas, tanto pela suspeita de "riquezas fabulosas" como pela necessidade imediata e crescente de borracha".[11] Como consequência, séria pressão se fêz sobre o governo brasileiro, até que esse cedesse e, em 7 de dezembro de 1866 declarasse aberta à navegação internacional o Rio Amazonas a partir de 7 de setembro do ano seguinte. Como resultado, "em 1872 a Amazon Steam Navigation também penetrou no negócio dos transportes, desbancou a concorrência, incorporou em 1874 as três empresas e tornou-se a única em linha, se bem que a tripulação de suas embarcações fosse exclusivamente brasileira".[12] A nova empresa monopolista logo elevou as tarifas, reduzindo-se a efi-

---

[11] *SANTOS, Roberto.* História econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo, Biblioteca de Ciências Sociais, 1980. Referência p. 54

[12] Ibid. p. 57

ciência dos vapores e, segundo informações, diminuindo até a higiene a bordo dos navios.

Também continuou sem qualquer alteração o domínio estrangeiro do comércio internacional do Brasil, com as grandes casas exportadoras controlando efetivamente o fluxo mercantil, principalmente os negócios vinculados aos principais produtos de exportação do País, como o açúcar, a borracha e o café. Neste último caso, destacavam-se, em meados do século XIX algumas grandes firmas estrangeiras, como a Phipps Brotehers & Co. que exportou 94 mil sacas de café em 1850 e meio milhão em meados de 1870. Outras empresas estrangeiras de grandes dimensões que operavam na exportação de café eram a E. Johnston & Co. de capital britânico e a Maxwell, Wright & Co., de origem americana. Também era grande o número das casas estrangeiras, principalmente britânicas, que operava no comércio importador, embora nesse caso, a presença portuguesa fôsse marcante. O exemplo típico foi a The Dacca Twist Company Ltda, companhia criada em 1877, com um capital de 2,0 milhões de libras. Em oposição ao capital nacional, em geral, estava reservado o comércio interno. No caso do café, funcionavam as casas comissárias, que vendiam os produtos importados, conseguidos a crédito junto às grandes casas importadoras estrangeiras, aos fazendeiros, recebendo, em consignação, o café, que era então vendido aos ensacadores ou diretamente aos exportadores. Um esquema semelhante funcionava no Nordeste, onde os correspondentes exerciam funções imilares aos comissários, só que na comercialização da produção açucareira. Também no extremo Norte a mesma estrutura comercial se reproduzia, com a exportação da borracha ficando nas mãos dos estrangeiros, enquanto os importadores, pelo inicialmente, eram nacionais ou portugueses. Neste caso, os importadores vendiam a crédito às casas aviadoras, que financiavam a produção gomífera, recebendo a borracha em pagamento dos meios de consumo e de produção que eram fornecidos aos seringalistas e seringueiros independentes. De qualquer modo, o Brasil do II Império estruturou

va-se uma rede de comercialização vinculada ao comércio internacional, no topo da qual se colocavam as grandes casas de exportação e importação de propriedade estrangeira, que tinham o controle efetivo de todo o sistema e auferiam a maior parcela dos lucros que eram apropriados na órbita do grande comércio. Dentro deste esquema, como não poderia deixar de ser, o papel mais importante cabia às firmas inglesas.

Estreitamente vinculados ao grande comércio, surgiram, na segunda metade do século XIX, ainda durante o período imperial, muitos bancos estrangeiros, que logo assumiram um papel de vanguarda dentro do complexo comercial-financeiro presente no Brasil. Neste sentido, durante a década de 1860 muitos bancos britânicos começaram a operar no Brasil, como, por exemplo, o London and Brazilian Bank e o English Bank of Rio de Janeiro. O primeiro iniciou suas operações em 1862, logo absorvendo o Anglo-Portuguese Bank, fundado no mesmo ano. Depois da crise do final da década de 1860, estabeleceu agências em Pernambuco, Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul. Em 1881 abriu uma agência em Santos, para se aproveitar os negócios cafeeiros. Também chegou a instalar sucursais em Belém e Manaus, no período áureo da borracha. Sua rentabilidade foi sempre altamente compensadora. O segundo banco foi organizado em 1863 com o nome de Brazilian and Portuguese Bank. Logo abriu uma filial em Santos e outra na cidade de São Paulo, esta em 1886. Este banco operou até o advento da República, sendo comprado em 1891 por um banco brasileiro fundado durante o Encilhamento. Outros bancos estrangeiros que se instalaram no Brasil no IIº Império foram o The London and River Plate Bank, em 1862, o British Bank of South America, no ano seguinte, o London, Brazil and Mana Bank, em 1865, esse resultante da associação com capitais brasileiros; o Banque Bresilienne Francaise, em 1872 e o Banco Alemão-Brasileiro, em 1873. Com sua penetração no sistema financeiro brasileiro, os bancos estrangeiros logo ocuparam uma posição chave, financiando o comércio de exportação e importa

ção e, indiretamente, as casas comissárias. Em geral, os bancos estrangeiros, como no caso dos ingleses, operavam com as casas comerciais também estrangeiras e, em muitas circunstâncias, da mesma nacionalidade. Outro ramo de atuação dos bancos estrangeiros era o mercado de câmbio, no qual eles especulavam, comprando câmbio nos períodos de grande oferta, que geralmente correspondiam às épocas de desova das safras dos principais produtos de exportação, e vendendo nos períodos quando a demanda se elevava, como nas vésperas dos vencimentos dos empréstimos brasileiros no exterior.

Ainda na esteira do desenvolvimento comercial e financeiro, foram instaladas no País cerca de 21 firmas seguradoras de capital estrangeiro entre 1860 e 1875 e mais 14 entre 1876 e 1885. Neste caso, o motivo impulsor estava na expansão comercial, que trazia consigo o desenvolvimento do volume de mercadorias transportadas, exigindo sua cobertura conveniente, em termos de seguros. Ao capital internacional, profundamente enfronhado no complexo exportador-importador brasileiro no período, não poderia escapar essa oportunidade de arrancar mais uma fração do excedente econômico, na esfera da circulação. Daí seu lançamento nesta lucrativa esfera de operações.

Também no que diz respeito à dependência financeira do Estado brasileiro em relação às finanças inglesas, essa situação não se modificou substancialmente depois da Tarifa Alves Branco, em 1844, e o "boom" exportador, a partir de 1850, embora se tenha atenuado, devido à melhoria substancial da arrecadação dos cofres públicos. Com efeito, como já se salientou anteriormente, o Brasil tomou, durante o IIº Império, e após 1850 cerca de 61.192,7 mil libras esterlinas de empréstimos junto aos banqueiros ingleses. Destes, contudo, apenas 53,710,7 mil seriam recursos adicionais, uma vez que os descontos, devido à prática da imposição de "tipos", somaram perto de 7.483,0 mil libras. É evidente que parcela substancial desses recursos

nada mais representaram do que novas dívidas, que foram assumidas para o pagamento de compromissos vencidos não honrados. Na verdade, em termos "teóricos", isto é, considerando-se os prazos de vencimento, e as taxas de juros estipuladas na contratação das diferentes operações de crédito que o Brasil executou durante o período 1850-1889, conclui-se que o serviço total da dívida externa no período somou £ 44.844,7 mil, sendo £ 7.583,9 mil devido aos descontos no ato de obtenção dos empréstimos, £ 19.444,8 mil referentes aos juros devidos e mais £ 17.817,9 mil de amortizações devidas. Como resultado, no entanto, dos compromissos ainda por vencer, somente as operações contratadas depois de 1850 teriam deixado um saldo a pagar de £ 43.922,5 mil, que deveria ser assumido pelo regime republicano. Mas uma decorrência importante dessa dependência das finanças imperiais em relação aos banqueiros ingleses era que ela abria-lhes a porta para intrometerem-se nos negócios do governo, cuja política monetária, voltada para o equilíbrio orçamentário e a valorização cambial, era um reflexo dessa ascendência estrangeira, embora representasse uma política desfavorável do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

Finalmente, o capital internacional, principalmente o britânico, iniciou, na segunda metade do século XIX, sua penetração diretamente no setor produtivo do País. Na realidade, do ponto de vista interno, esse movimento era resultado do notável incremento das possibilidades lucrativas de inversão decorrentes da expansão cafeeira, que abria novos campos ao capital principalmente no segmento de transportes. Do ponto de vista externo, por sua vez, ele decorria do início do processo de transformação do capitalismo competitivo em capitalismo monopolista, com o aumento progressivo das exportações de capitais pelas nações industrializadas, em relação às suas exportações de mercadorias. Ou, nas palavras de Ana Célia Castro: "as caracterísitcas assumidas pelo investimento estrangeiro no país são

o resultado de uma dupla determinação; de um lado a expansão das economias centrais passava, necessariamente, pela exportação de capitais; de outro lado, o crescimento e diversificação da economia brasileira propiciavam oportunidades atraentes, que seriam aproveitadas por investidores alienígenas".[13]

Evidentemente, um dos setores mais diretamente atingidos foi o ferroviário. Na realidade, como afirma Ana Célia Castro, a respeito da penetração do capital internacional no sistema ferroviário brasileiro até 1885, "as estradas de ferro constituem uma síntese das conveniências do capital externo e das necessidades da acumulação interna. Para a Inglaterra, implicam o barateamento de matérias-primas e alimentos, alargam o campo de investimentos internos e externos e ampliam, em particular, o fluxo de exportações de equipamentos e máquinas. Na economia nacional, por outro lado, as ferrovias acarretam a modernização da infra-estrutura com a redução dos custos de transportes e a ampliação (em alguns casos) da fronteira agrícola".[14] Com respeito aos investimentos britânicos efetuados nas ferrovias brasileiras durante os últimos quarenta anos no período imperial, cumpre salientar que, além das inversões diretas, os ingleses atuaram financiando a instalação de muitas companhias nacionais de estradas de ferro. Assim, para a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, constituída em1855, levantou-se um empréstimo em Londres, de 1,5 milhões de libras, com a garantia do governo brasileiro. Já a Estrada de Ferro São Paulo e Rio conseguiu cerca de 600 mil libras em 1874 e mais 164 mil, cinco anos depois. Na década de 1880, a Companhia Mogiana obteve de capitalistas ingleses um total de 483 mil libras, depois da Sorocaba ter conseguido, em 1877, 230 mil libras, num empréstimo efetuado em Londres. Outra empresa que conseguiu recursos

---

[13] *CASTRO, Ana Célia. Op. cit. nota 1 , p. 11.*

[14] Ibid., p. 54

na Inglaterra foi a Estrada de Ferro do Sapucaí que, organizada em 1888, levantou 1,1 milhões de libras. Mas este tipo de operação de empréstimo de recursos ainda ficava na esfera financeira, apesar de significar o financiamento direto de uma atividade produtiva de primeira importância. Contudo, conforme esclarece Richard Grahan, "foi no campo de investimentos diretos, em lugar de empréstimos, que os britânicos exerceram sua maior influência no sistema de transportes do Brasil. Em fins de 1880, havia no Brasil 11 companhias inglesas de estradas de ferro, tendo este número subido dez anos depois, para 25".[15] Ao todo entre 1860 e 1885 as companhias estrangeiras de estradas de ferro autorizadas a funcionar no País corresponderam a um investimento de 20,7 milhões de libras. Assim, em 1858 foi aberta ao tráfego a E. F. Recife - São Francisco, da empresa britânica Recife and São Francisco Railway Co. Em 1860, criou-se a San Paulo Railway Co., que absorveria uma firma de Mauá que estava construindo uma ferrovia entre Santos e Jundiaí. Em 1873,seria a vez da Great Western of Brazil Railway Co., empresa inglesa que também se instalaria no Nordeste, a exemplo da Recife - São Francisco. No período 1876 a 1885 ainda seriam instaladas a D. Thereza Cristina Railway Co, em Santa Catarina; a Brazilian Imperial Railway Ltda., na Bahia; a Cia da Estrada de Ferro do Norte a Nova Cruz, no Nordeste; a The Minas Rio Raylway, em Minas Gerais; a Cie Générale de Chemins de Fer Brésiliens; a Alagoas Railway Co., a Brazilian Exploration Co. Ltda., a Rio Grande do Sul Railway Co. Ltda, a The Sergipe Raylway,a Brazil Great Southern Railway, a Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Co. Ltda, a The Minas Central Railway Co Ltda e a Great Northern Railway Brazil Ltda (que não chegou a ser construída). Outra companhia de estradas de ferro criada por capitais estrangeiros foi a Madeira Mamoré Railway Railway Co., cuja construção se iniciou em 1872, embora tivesse de ser abandonada,depois

---

[15] GRAHAM, Richard. Op. cit. nota 1, p. 61. Observa-se que o autor se refere, com toda certeza, não "em fins de 1880", mas da década de 1880.

de inúmeras tentativas devido aos problemas colocados pelo difícil meio-ambiente da região amazônica. Como se verifica, nesse período foi grande o número de empresas estrangeiras que se aventuraram nos negócios ferroviários no Brasil. Apesar disso, a contribuição do capital externo no desenvolvimento ferroviário nacional não foi uniformemente distribuído nesse período, sendo menor na região cafeeira, especialmente em São Paulo, do que no resto do País. "De fato, em 1886, funcionavam na Província de São Paulo 8 companhias ferroviárias, das quais somente uma fora construída pelos ingleses, mas apenas 2 dentre elas não haviam contraído empréstimos em Londres. A extensão total dos trilhos somava 1.964,141 Km em 1886, dos quais 139 diretamente construídos pelo capital Horâneo e apenas 313 sem nenhum empréstimo tomado de Londres". [16] Desta forma, embora os investimentos externos diretos tivessem pouca relevância, até então, para a montagem da rede ferroviária paulista, sua contribuição indireta teria sido elevadíssima. Também no Rio de Janeiro e Espírito Santo a participação do capital estrangeiro na construção ferroviária foi decisiva. No entanto, o mesmo não se pode dizer quanto ao Nordeste e ao Extremo Sul. Com efeito, "o peso decisivo do capital estrangeiro na construção de ferrovias no Nordeste pode ser comprovado pela quilometragem a seu cargo: 1.022,455 Km, contra 680,850 Km de ferrovias nacionais em 1866". [17] Quanto à Região Sul, além da D. Thereza Cristina Railway Co, de Santa Catarina, existia ainda a Estrada de Ferro D. Pedro I, ligando Santa Catarina ao Rio Grande do Sul, sendo que ambas essas estradas eram de propriedade alienígena. "No Rio Grande do Sul, até 1886, cinco das sete estradas de ferro foram construídas com capital estrangeiro. Duas delas foram construídas por companhias associadas - a Compagrnie Imperiale du Chemin de Fer du Rio Grande do Sul e a Southern Brazilian R. G. S.

---

[16] CASTRO, Ana Célia. *Op. cit.* nota 1 p. 50.

[17] Ibid. p. 53

Railway Company, que se fundem em 1883".[18] Como resultado da ação do capital estrangeiro, ainda em 1886 cerca de 1.953,3 Km dos 2.503,8 Km de ferrovias existentes nos Estados do Sul tinham sido construídos por firmas estrangeiras. Mas a empresa ferroviária inglesa mais bem sucedida foi indubitavelmente a San Paulo Railway Company, que ligou Santos a Jundiaí. A história da construção dessa estrada de ferro é importante, pois demonstra como a influência britânica, nitidamente imperialista, já se fazia sentir no Brasil desde meados do século passado. Com efeito, o empreendimento foi inicialmente concebido por Mauá, que conseguiu a autorização para construí-la em 1856, com o privilégio de 33 anos e a garantia de juros de 5% sobre o capital de £ 2,0 milhões, conseguidos junto ao governo federal, e mais 2%, do governo provincial. Recebeu ainda um auxílio direto de £ 100 mil. Mauá mandou então fazer os estudos técnicos necessários e organizou a empresa, conseguindo o capital imprescindível ao início das obras. Contudo, logo esbarrou em grandes dificuldades, pois os Rothschild que haviam anteriormente concordado em particular apenas nominalmente do empreendimento, passaram a exigir um pagamento de £ 20 mil, tão logo se obtiveram os primeiros fundos junto ao público. Mas as dificuldades tinham apenas começado e, com as obras iniciadas, os construtores, empreiteiros ingleses, viram-se sem os recursos prometidos pelos financiadores ingleses, que, em concordância com eles, cercearam o crédito de Mauá em Londres, depois dos empreiteiros terem negado os pagamentos efetuados por Mauá. Debalde, este ganharia na justiça brasileira, em instância superior, pois a justiça inglesa, embora de instância inferior, daria causa ganha aos empreiteiros. Finalmente, batido Mauá, este teve de ceder o contrato aos ingleses que, assim obtiveram, sem maiores gastos, a linha ferroviária mais importante de todo o Império, que chegaria a deter o monopólio virtual do transporte de todo o café do Oeste Paulista para o Porto de Santos.

---

[18] CASTRO, Ana Célia. *Op. cit.* nota 1 p. 54.

Outra área de penetração do capital estrangeiro foi a produção açucareira. Neste caso, a oportunidade surgiu com a tentativa de modernização da atividade açucareira, encetada pela lei 2.687 de 6 de novembro de 1875, que garantia juros às empresas que instalassem engenhos centrais, e pelo decreto imperial nº 8.357, de 24 de dezembro de 1881, que tinha a mesma finalidade. Como resultado dos incentivos recebidos, em março do mesmo ano a Central Sugar Factories of Brazil, conseguiu a primeira concessão. Essa companhia fracassaria, por diversas razões, entre as quais o fato de trazer maquinaria já gasta do Egito, e a finalidade do empreendimento que, antes de produzir açúcar, destinava-se a conseguir os juros garantidos pelo governo. Outra companhia inglesa que entrou no negócio foi a North Brazilian Sugar Factories, que, embora tivesse comprado duas concessões em 1882, até 1886 não tinha moído qualquer cana. O fracasso também esteve relacionado com a tentativa da empresa de obter financiamentos para a construção dos engenhos centrais projetados com adiantamentos sobre suas próprias garantias, isto é, com recursos do próprio governo brasileiro. Ao todo, cinco companhias britânicas, quase todas organizadas em 1882, receberam concessões para construir 12 engenhos centrais de açúcar, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Os investimentos totais alcançaram 2,1 milhões de libras, correspondendo a 10,6% do total do capital externo aportado ao País entre 1876 e 1885. Ao que tudo indica, a experiência foi um fracasso, com as companhias perdendo as concessões em 1886, por não terem cumprido as disposições contratuais.

Outro ramo industrial onde a penetração do capital estrangeiro foi prematura, no Brasil, foi o de mineração. Com efeito, ainda o Primeiro Império e a Regência, durante as décadas de 1820 e 1830, foram criadas 5 companhias de mineração em Londres, com a finalidade de explorar o ouro de Minas

QUADRO 3.4.2.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS POR SETORES DE DESTINO

BRASIL

1860-1965

SETORES	1860-1875			1876-1885			TOTAL 1860-1885		
	EMPRESAS	CAPITAL TOTAL (1)		EMPRESAS	CAPITAL TOTAL (1)		EMPRESAS	CAPITAL TOTAL (1)	
		LIBRAS	%		LIBRAS	%		LIBRAS	%
nsportes	8	9 473 557	35,8	14	11 755 334	58,4	22	21 733 ...	45,6
Ferrovias	7	8 971 320	33,9	14	11 755 334	58,8	21	20 726 644	44,5
Navegação	1	507 237	1,9	-	-	-	1	507 237	1,1
rtos	-	-	-	1	200 000	1,0	1	200 000	0,4
ércio de Exportação-Importação (2)	-	-	-	2	2 009 466	10,1	2	2 009 466	4,3
icos	7	5 639 157	21,3	1	360 000	1,8	8	5 999 157	12,9
édito e Financiamento	2	2 040 000	7,7	-	-	-	2	2 040 000	4,4
juros	24	3 148 763	11,8	11	146 670	0,7	33	3 295 433	7,1
rviços Públicos	12	5 386 233	20,3	5	2 939 879	14,9	17	8 376 102	18,0
Gás	7	1 735 000	6,6	-	(3) 20 000	0,0	7	1 755 000	3,8
Telégrafos e Telefones	2	1 650 000	6,2	1	400 000	2,0	3	2 050 000	4,4
Transporte Urbano	2	1 519 437	5,7	-	-	-	2	1 519 437	3,3
Obras Públicas	1	481 786	1,8	3	2 088 093	10,5	4	2 569 879	5,5
Iluminação	-	-	-	1	481 786	2,4	1	481 786	1,0
rviços Particulares	1	481 786	1,8	1	218 888	1,1	2	699 786	1,5
dústria	2	365 220	1,3	11	2 332 990	11,6	13	2 698 210	5,8
Mineração	2	365 220	1,3	2	200 000	1,0	4	565 220	1,2
Açúcar	1	-	-	9	2 132 990	10,6	9	2 132 990	4,6

nte: CASTRO, Ana Célia. As empresas estrangeiras no Brasil 1860-1913. Rio de Janeiro, Zahar, 1979 p. 37 e 55.

tas: (1) Capital inicial, modificações no capital inicial e obrigações das empresas.

(2) Apenas as sociedades anônimas.

(3) Apenas modificações no capital inicial.

QUADRO 3.4.3

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM

BRASIL

1860-1885

NACIONALIDADE	1860-1875			1876-1885			TOTAL 1860-1885		
	EMPRESAS	CAPITAL TOTAL (1)		EMPRESAS	CAPITAL TOTAL (1)		EMPRESAS	CAPITAL TOTAL (1)	
		LIBRAS	%		LIBRAS	%		LIBRAS	%
Inglaterra	44	24 852 927	93,6	35	17 510 974	87,5	69	42 363 901	91,0
França	1	387 387	1,5	3	1 998 442	10,0	4	2 387 829	5,1
Alemanha	4	1 255 084	4,7	4	100 948	0,5	8	1 356 032	2,9
Portugal	3	4 308		2	361 055	1,8	5	365 363	0,8
Estados Unidos	-	-	-	1	40 000	0,1	1	40 000	0,1
Argentina	1	40 000		-	-	-	1	40 000	0,1
Suiça	-	-	-	1	920 000	0,0	1	920	0,0
Total	53	26 539 706	100,0	46	20 012 339	100,0	99	46 552 045	100,0

Fonte: CASTRO, Ana Célia. As empresas estrangeiras no Brasil. 1860-1913. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 38 e 57.

Nota: (1) Capital inicial, modificações no capital e obrigações.

Gerais. Contudo, com exceção de uma companhia, da Saint John del Rei Mining Company, todas as outras duraram apenas alguns anos, fracassando completamente. Estes insucessos desencorajaram os investidores britânicos, pelo menos até a década de 1860, quando recomeçaram os investimentos ingleses no setor. Assim, entre 1860 e 1880 mais oito companhias foram formadas na Inglaterra, mas também essas fracassaram, depois de operarem alguns anos. Mas os capitais ingleses não foram os únicos a penetrar na mineração aurífera em Minas Gerais. Também os capitais franceses se interessaram pelo negócio, e um sindicato francês criou a Ouro Preto Gold Mines, em 1883 e, quatro anos depois, fundou-se em Paris, a Societé des Mines d'Or de Faria, com a finalidade de entrar no ramo da mineração aurífera em Minas Gerais.

Finalmente, também foi grande o interesse do capital internacional pelos serviços urbanos, e pela construção de obras públicas. Assim, entre 1860 e 1875 seriam instaladas muitas companhias estrangeiras de fornecimento de gás no País. Assim, instalaram-se no Brasil, em 1861, a Cia de Gaz Bahia; em 1866 seria a vez da The Rio de Janeiro Gaz Co. Ltd e da Gaz Pará Gaz Co. Ltd dois anos depois viria a The Nictheroy Gaz Co. Ltd e em 1873 seria criada a São Paulo Gaz Co. Ltda, todas de capital estrangeiro. No âmbito dos transportes urbanos (ferrocarris), seriam fundadas a Botanical Garden Railroad em 1868 e a Brazilian Street Railway Co. Ltd. Segundo Richard Grahan, em 1876 haviam companhias britânicas de gás operando nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Salvador, Fortalez,Belém e no Estado do Rio Grande do Sul. No caso das obras públicas e abastecimento d'água em 1862 foi contratado o serviço de esgoto e drenagem da cidade do Rio de Janeiro, com a Rio de Janeiro City Improvements Company, de origem inglesa,que, além desses serviços, instalou e operou um sistema de água. Em 1868, organizou-se a Recife Drainage Company, para o abastecimento de água e esgoto de Recife. Em 1880, foi criada a City of Santos Improverents Company, em Londres, objetivando comprar a empresa

que supria o porto de Santos de água e gás. "Em S. Paulo, a Co panhia Cantareira de Águas e Esgotos foi construída por engenheiros britânicos e em sua maior parte com capital conseguido por empréstimos na Inglaterra". [19] Como resultado, segundo Graham, no que diz respeito às companhias de utilidade pública, somente os ingleses, em 1890, no alvorecer da República, estavam ligados diretamente a 12 delas, com um capital de 3,3 milhões de libras.

Em síntese, iniciando seu domínio a partir da esfera comercial e financeira, o capital internacional, especialmente o britânico, iniciou a sua invasão da esfera industrial, a partir de meados do século XIX, penetrando no setor ferroviário, na produção de açúcar, na mineração aurífera e na área de serviços urbanos e de construção civil. Contudo, essa invasão ainda se procedia de forma lenta e pouco sistemática, a não ser na área das estradas de ferro. Isto porque, como já foi esclarecido antes, a própria dinâmica da economia brasileira ainda se encontrava restringida, por força das relações de produção, que entravavam o desenvolvimento das forças produtivas. Como resultado, apesar de toda a expansão econômica pós 1850, o Brasil ainda não era capaz de gerar oportunidades de investimento suficientemente lucrativas que atraíssem, numa escala maior, o interesse do capital internacional. Ademais, do ponto de vista externo, o capitalismo mundial ainda estava a ensair seus primeiros passos rumo ao imperialismo, de modo que não tinha fôlego suficiente, ainda, para penetrar ativamente na esfera produtiva dos países dependentes, como no caso do Brasil. Daí seu domínio, embora exercido de forma incontestável, ter se restringido, essencialmente, à esfera da circulação, ou, mais especificamente, na órbita comercial e financeira.

---

[19] GRAHAM, Richard. *Op. cit.* nota 11 , p. 122.

3.5. A agricultura no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil no estágio inicial de industrialização (1888-1930)

Com a Abolição, culminava o processo de transformação das relações de produção, desencadeado a partir do término do tráfico negreiro. Como resultado da contradição entre a expansão das forças produtivas - consequência do acicate representado pelo acelerado crescimento das exportações de produtos agrícolas, particularmente do café, e da concomitante mudança dos seus métodos de produção, da expansão ferroviária, do desenvolvimento comercial e financeiro e da instalação das primeiras unidades industriais - - e das relações escravistas de produção, revolucionou-se radicalmente o modo de produção: o escravismo cedeu, finalmente, ao trabalho assalariado, em suas diferentes formas, ao pequeno arrendamento e à parceria, estes últimos baseados na obtenção do sobre - trabalho pela troca de serviços entre o proprietário fundiário - - que concede a terra - e o camponês - que cede, em compensação , seus "serviços", sejam dias de trabalho gratuito, sejam porcentagens de sua produção, sejam recursos monetários. Sobre esses novos fundamentos, erguer-se-á, a partir de então, toda a estrutura da economia brasileira.

a) Desenvolvimento das relações de produção

Uma das características fundamentais da nova sociedade, que emergira da superação do escravismo, seria sua profunda diversificação no que diz respeito às relações de produção prevalecentes. No caso da agricultura essa diversidade estaria vinculada aos métodos de produção adotados, que variavam não somente de cultura para cultura, mas também de região para região, refletindo o estágio de desenvolvimento das forças produtivas em cada uma.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

A lavoura cafeeira do Oeste Paulista comportou as relações de produção mais avançadas [1], com a consolidação do colonato, sistema em que o colono recebia, em geral, o cafezal já formado, comprometendo-se a cuidar, com sua família, um número específico de cafeeiros, executando, para tanto, todos os tratos culturais necessários, além do replantio das falhas. O trabalho de derrubada da mata, queima e destoca, preparo do terreno e plantio era, muitas vezes, deixado aos "camaradas" nacionais, em regime de empreitada, em lugar dos colonos imigrantes. O colono, para cuidar do terreno já plantado com o café, recebia, em troca, uma soma de dinheiro por ano, pelo trato de cada lote de mil pés, podendo plantar culturas alimentares entre as leiras do cafezal, quando os pés ainda não tinham atingido a idade adulta. Quando isso ocorria, a sombra dos cafeeiros impedia o desenvolvimento das culturas alimentares entre as suas fileiras, e o colono então cos

---

[1] A respeito das relações de produção na cafeeicultura, ver:

DEAN, Warren. O regime de trabalho assalariado. In: Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820 - 1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 151-182.

HOLLOWAY, Thomas H. Condições do mercado de trabalho e organização do mercado de trabalho nas plantações da economia cafeeira de São Paulo, 1885-1915, - uma análise preliminar. Estudos Econômicos. São Paulo, 2(6):145-80, dez. 1972.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia. história geral da civilização brasileira, tomo III, 8º volume. São Paulo, DIFEL, 1975. p. 193-248.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo São Paulo, DIFEL, 1977. p. 37-42.

VIOTTI DA COSTA, Emília. Da sensazala à colonia. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1982. 491 p.

STEIN, Stanley G.. Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba. São Paulo, Brasiliense, s.d.

tumava receber um lote adicional, fora da área cultivada com o café. A produção de subsistência tocada pelos colonos destinava-se, além do autoconsumo, à venda aos comerciantes itinerantes ou aos fazendeiros, para alimentar seus camaradas, suas famílias e o pessoal da administração da fazenda. O produto dessas vendas era, pelo menos inicialmente, repartido com o proprietário, embora pelo que Holloway afirme, "uma das mudanças que teve lugar na evolução do sistema de contrato foi que o dono da plantação desistiu de seu direito original à metade dos proventos de qualquer venda de alimentos excedentes produzidos pelos colonos", comprando-os aos preços de mercado. [2] O colono recebia também, a título gratuíto, uma casa para morar, que podia usufruir enquanto durasse o contrato, e uma pequena área de pasto, para um número limitado de animais. A colheita do café era remunerada à parte, por tarefa, em geral de 50 litros do produto colhido.

Apesar de que o colonato constituísse o núcleo fundamental da fazenda cafeeira do Oeste Paulista, ele não encerrava o conjunto de todos ostrabalhos efetuados no seio desta. Como se disse anteriormente, a formação do cafezal (derrubada das árvores e queimada) era feita, em regime de empreitada, por grupos de trabalhadores nacionais, ao invés de imigrantes estrangeiros, uma vez que o serviço exigia habilidade especial, e era muito perigoso. Na época escravista, esse serviço era comumente executado por um empreiteiro, que usava turmas de escravos. Em muitos casos, o empreiteiro era um homem livre, que fazia contratos individualmente ou com parentes. Com a superação do escravismo, usou-se o contrato de formação, de acordo com o qual o formador plantava o café e cuidava das plantas por um período de quatro a seis anos. No fim deste, devolvia ao fazendeiro o cafezal já formado. O contrato era vantajoso para o proprietário, pois este, em muitos casos,

---

[2] HOLLOWAY, op. cit. nota 1 . p. 169.

só fornecia as sementes ou as mudas do café; em outros, pagava uma pequena soma por planta adulta. Assim, diminuíam os dispêndios do fazendeiro que recebia o cafezal formado praticamente de graça. Esse regime oferecia vantagens também para o formador, pois permitia acumular uma poupança considerável num curto espaço de tempo. Pelo visto, apesar de tudo, parece que os imigrantes estrangeiros acabavam também por se tornar formadores, devido aos grandes benefícios que podiam obter com o método.

Além da roturação de novas terras e o plantio dos cafeeiros ser em muitos casos efetuada pelos camaradas, a estes também cabiam outras fainas, como a construção de moradias para os colonos. De mais a mais, eram utilizados em turmas, no trato de cafezais mais velhos e decadentes, que não interessavam aos colonos. " Os camaradas não recebiam lotes de subsistência, mas eram sustentados pela fazenda, onde também viviam, nos quadrados [3] porventura subsistentes. Eles não tinham a estabilidade dos colonos, não apenas porque seu contrato era mensal, mas também menos generosos e específico".[4] Este último sistema era um herdeiro direto da escravidão, na medida em que o método de trabalho por "turmas" mantinha-se o mesmo, a não ser pela forma de coação e pela menor duração da jornada de trabalho, além de que os "camaradas" não eram obrigados a executar o "serão", forma de trabalho noturno muito difundida no último estágio da escravidão no Brasil, quando o alto preço dos escravos e seu escasso número impeliram os fazendeiros a intensificar o trabalho e a prolongá-lo noite adentro. Os camaradas viviam nas antigas senzalas, alimentando-se de forma próxima à anteriormente usada pelos escravos, e sujeitos ao arbítrio do patrão, que mantinha muitas de suas práticas do perío

---

[3] O "quadrado" era a forma típica das construções das fazendas cafeeiras do tempo da escravidão, com a sede, a senzala e as demais instalações e dependências formavam um quadrado, no centro do qual ficava o terreiro.

[4] DEAN, op. cit. nota 1, p. 163.

do anterior ao da Abolição. "Abaixo do trabalhador de turma, havia os que eram pagos por dia de trabalho eventual, colheita e secagem dos frutos nos terrerios". [5] Quanto aos antigos agregados, que cultivavam diretamente a terra, plantando suas culturas alimentares e prestando serviços ao fazendeiro, estes "tinham praticamente desaparecido como classe" [6], sendo sucedidos pelos camaradas.

Finalmente, além da cooperação dos colonos, formadores e camaradas, pelo menos "nos emprendimentos agrícolas maiores havia ainda outro pequeno grupo de trabalhadores qualificados que recebiam salários mais altos, os capazes, carpinteiros, pedreiros, carreteiros, podadores e operadores da máquina beneficiadora, aradores e exterminadores de formiga". [7]

Este amálgama de relações de produção presentes no Oeste Paulista correspondia ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas da região onde, embora o sistema de transportes fosse avançado, graças à ferrovia, e fosse sensível o progresso nos métodos de beneficiamento do café, as práticas agrícolas mantinham-se em um estágio rudimentar, alicerçando-se sobre a cooperação familiar, com um grau de mecanização incipiente. Contudo, as relações de trabalho então presentes não mais limitavam a expansão das forças produtivas, antes davam-lhe uma ampla base para o crescimento. Na verdade, a forma central das relações de produção - o colonato - constituía-se em inteligente conjugação entre a economia camponesa e o trabalho assalariado. O colono e sua família tinham direito, embora limitado, ao uso do solo, embora a sua propriedade continuasse com o fazendeiro. Quando tinham que ceder parte do produto da comercialização do seu excedente

---

[5] DEAN, Warren. Op. cit. nota 1, p. 163

[6] Ibid.

[7] Ibid, p. 164.

de alimentos a este último, encontravam-se na situação de pequenos arrendatários, de parceiros do fazendeiro, pagando-lhe renda pelo usufruto da terra. A mesma coisa acontecia do ponto de vista da autonomia relativa que a família do colono contava, como unidade de produção, no trato dos cafezais. Neste caso, a cooperação mantinha-se dentro dos estreitos limites da família, não se efetuando a cooperação capitalista. Inversamente, trabalhando a salário no trato dos cafezais, operavam do mesmo modo que o operário que trabalha por tarefa ou por peça, no caso da grande indústria. Também na época da colheita a forma típica do trabalho assalariado se manifestava, não somente pela presença e forma da remuneração, mas também pela cooperação em larga escala. O próprio direito do uso da terra pelo colono, surge, assim como o direito à moradia gratuíta, como um salário "in natura", que se opõe ao salário monetário apenas pela sua forma natural, por estar constituído de valores de uso específico. Deste modo, não é de se estranhar que o colonato tenha sido identificado como forma singular do trabalho assalariado, e a fazenda cafeeira do Oeste Paulista, como empresa capitalista por excelência. Na verdade o colonato implicavam numa forma superior de transmissão ao capitalismo, onde elementos da economia camponesa arrendatária se encontravam mesclados com o trabalho assalariado, compondo uma unidade sintética dinâmica, capaz de dar suporte ao processo de acumulação de capital em consonância com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas da época.[8]

Mas as relações de produção da cafeicultura de outras regiões do Brasil diferiam radicalmente, das prevalecentes no Oeste Paulista. Assim ocorria com a lavoura cafeeira do Vale

---

[8] Essa mescla de salário e renda da terra, trespassando reciprocamente os limites entre trabalho assalariado e pequeno arrendamento, encontrava-se presente também no regime dos "contratos de formação". Uma forma mais clássica, embora inferior, de trabalho assalariado era o trabalho dos "camaradas", que operavam nas "turmas".

do Paraíba, principalmente na sua porção fluminense e na extensão mineira da Zona da Mata. [9]

A produção de café do Rio de Janeiro dominou a oferta brasileira no mercado nacional até fins da década de 1880, quando se viu suplantada pela de São Paulo, ao mesmo tempo em que entrava em seu período de decadência, resultante do esgotamento do fundo de fertilidade da terra da região. A trajetória da cafeeicultura na Zona da Mata de Minas Gerais seria semelhante, embora sua estagnação e declínio fosse posterior à da região fluminense do Vale do Paraíba.

Em ambos os casos, a relação de produção que sucederam a escravidão foi a parceria. Segundo Stanley Stein, no Rio de Janeiro a abolição causou o abandono em massa das fazendas, pelos ex-escravos, agora libertos. Contudo, cedo observou-se um movimento contrário, de regresso de parte dessa mão-de-obra, que procurava emprego nos estabelecimentos cafeeiros da região. Difundiram-se então as turmas de camaradas, os colonos-parceiros, os colonos-empreiteiros e os pequenos arrendatários. Os "camaradas" eram assalariados que trabalhavam segundo o velho sistema do "eito", herdado da época escravista. Eram pagos em dinheiro, ou "in natura", isto é, os fazendeiros mantinham armazens que vendiam mercadorias aos seus próprios trabalhadores, o que fazia com que os pagamentos em "dinheiro vivo" fossem menores. Normalmente, por esse expediente o proprietário embolsava, além do lucro do empresário propriamente dito, o lucro mercantil e o lucro de monopólio, resultante da situação peculiar de seus fregueses, que eram seus próprios empregados. Isto quando o fazendeiro não roubava

---

[9] Embora o café se difundisse também no Nordeste do Brasil, sua menor importância face às outras atividades da Região fez com que a análise das relações de produção fosse deixada de lado.

no peso das mercadorias vendidas, o que era comum, além da fraude das contas correntes de seus camaradas iletrados. Os colonos-parceiros recebiam um lote de cafeeiros para tratar, tendo o direito de plantar alimentos entre suas fileiras. Recebiam, além disso, parte do lucro final da atividade. Quanto aos empreiteiros, esses recebiam uma área delimitada compreendendo alguns milhares de cafeeiros (em Vassouras o número variava de 3 a 5 mil plantas), que devia ser carpida e cultivada, em troco de uma soma fixa por pé de café. Na colheita, cada arroba de café colhido era paga ao preço prefixado.

Com a consolidação do trabalho "livre", a parceria parece ter se transformado na forma fundamental de trabalho na cafeicultura, tanto do Rio de Janeiro, quanto em Minas Gerais. As suas vantagens, dada a situação concreta da lavoura cafeeira dessas regiões, eram grandes. "O sistema de parceria, aparentemente, satisfazia o desejo do liberto de evitar a constante fiscalização e lhe dava a sensação de possuir um sítio. Em se tratando de contrato a meias em que o café era dividido por metades entre o proprietário e o meeiro, o camarada, ou colono-camarada, se acercava do patrão ou do apontador [10], informando-o de que queria explorar determinada gleba do cafezal. Os fazendeiros geralmente concordavam porque o novo sistema reduzia as necessidades de dinheiro para o custeio, propiciava ao fazendeiro a mão-de-obra das mulheres, ou companheiras dos colonos, que de boa vontade suplementavam o trabalho dos libertos. A meação também contribuía para radicar o liberto. Ao passo que as partes do cafezal menos produtivas podiam ser exploradas a meias os talhões mais novos podiam ocu

---

[10] O "apontador" era o supervisor da turma de trabalhadores, ocupando o lugar dos antigos feitores, quando do período escravista. Sua denominação se deve à tarefa de registrar em cadernos, quatro vezes ao dia, o ponto dos trabalhadores, para fiscalizar a presença dos componentes da turma.

par o colono-parceiro na qualidade de diarista, diversas vezes por semana, quando necessário. Quando o colono-parceiro podia cultivar milho ou cana em quantidades superiores às suas necessidades, os fazendeiros estipulavam que além da "metade" do café, eles deviam entregar-lhes o "terço" das grandes safras subsidiárias".[11] Os melhores métodos de parceria variavam, seja através da divisão das plantações, seja dos montes de café empilhados no terreiro, seja café beneficiado e ensacado. Os parceiros costumavam empregar, temporária e suplementarmente, turmas de camaradas, que forneciam-lhes o "adjutório", pago pelo fazendeiro e descontado da parcela do parceiro. Outra forma do parceiro conseguir mão-de-obra suplementar era através do mutirão: o parceiro reunia seus vizinhos, matava porcos e galinhas e alimentava-os durante o dia, enquanto eles trabalhavam. À noite, dava uma festa, que coroava o dia de trabalho.

Sistemas de produção semelhantes a esses também foram empregados nas outras lavouras, e mesmo na pecuária, dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Sua base era, invariavelmente, a garantia ao trabalhador do acesso ao uso do solo, caracterizando a "troca de serviços" entre os proprietários e trabalhadores.

Na realidade, aqui também se observava a estreita correlação entre o atraso relativo do desenvolvimento do progresso técnico e das relações de produção. No caso da cafeicultura da Zona da Mata de Minas e do Vale do Paraíba, do Rio de Janeiro, o esgotamento do solo, o reduzido grau de progresso técnico e a baixa produtividade dos cafeeiros condicionaram a adoção de formas inferiores de transição ao trabalho assalariado, formas essas que combinavam o pequeno arrendamento com o capitalismo. De mais a mais, à exploração na órbita da produção ajuntava-se a efetuada

---

[11] STEIN, Stanley J.. Op. cit. nota 1. p. 326-327.

através dos "barrações". Nesse caso, não se deve aceitar a tese, tão difundida, de que o essencial do trabalho assalariado manti - nha-se, e que somente a forma do pagamento mudava, de monetária para "in natura". De fato, a forma, nesse caso, faz parte da essencia do sistema, na medida em que aumenta a extração do excedente, deteriorando o "salário real" do trabalhador. Além disso, essa "forma de pagamento" conduzia, invariavelemente, à escravidão por dívida. Assim, combinava-se "troca de serviços", trabalho assalariado e exploração comercial. O fato do arranjo ser muito desfavorável à força de trabalho, que, na verdade, era egressa da escravidão, condicionava o baixo desempenho do sistema, que conservava, em grande parte, suas características de antanho.

Enquanto o colonato e a parceria dominavam, respectivamente, a cafeicultura do Oeste Paulista e do Vale do Paraíba, o sistema de relações de produção adotado no extrativismo da bor - racha, na Amazonia, era completamente diferente.[12] Antes de 1879, o latex era obtido fundamentalmente através do trabalho escravo de indios da região, regime que também sustentava a produção de outros produtos, como o cacau. Contudo, desde os tempos coloniais vinha se desenvolvendo um sistema de créditos informal, segundo o qual "o negociante sediado em Belém supria de mantimentos a empresa coletadora das "drogas do sertão", para receber em pagamento, ao fim da expedição, o produto físico recolhido. Essa modalidade de

---

[12] Ver:

SANTOS, Roberto. Sistema do "aviamento" e formação do excedente na economia gomífera. In: História econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo, T.A. Queiroz, 1980. p. 155-175.

CANO, Wilson. A economia amazônica. In: op. cit. nota 1, p. 87-92.

COELHO PRADO, Maria Lígia e ROLIM CAPELATO, Maria Helena. A borracha na economia brasileira da Primeira República. In: FAUSTO, Boris. (Org.) op. cit. nota 1, p. 285-307.

financiamento ficou conhecida com o nome de aviamento ..." [13] Aviar na Amazônia significa fornecer mercadorias a crédito. O "aviador" de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo "aviador", o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar "juros extras". Esse "aviador" por seu turno, era "aviado" por outro e também pagava "juros extras" apreciavelmente altos". [14]

Compunha-se, assim, uma cadeia de relações de aviamento, no topo da qual se colocavam as grandes casas exportadoras-importadoras, enquanto na base os extrativistas forneciam meios de consumo e de trabalho aos seus trabalhadores, que pagavam em produtos.

Esse sistema, pré existente à economia gomífera, foi amplamente utilizado a partir de fins da década de 1870, quando se efetuou a massiva migração dos flagelados nordestinos, tangidos pela grande seca de 1877-80, em direção à Amazônia. Assim, os grandes comerciantes encarregados dos negócios de exportação e importação forneciam mercadorias a crédito aos varejistas do interior, que aviavam os mesmos produtos aos seringalistas. Estes, por seu turno, arregimentavam os seringueiros e lhes forneciam seus meios de subsistência e de produção que necessitavam. Como o seringalista determinava os preços da borracha e dos produtos fornecidos aos seringueiros, esses caiam inevitavelmente numa situação de verdadeira servidão por dívida, tendo de submeter-se, a partir de então, ao domínio quase absoluto dos patrões. As condições de

---

[13] SANTOS, Roberto. Op. cit. nota 12, p. 156.

[14] Ibid, p. 159.

vida dos seringueiros tornaram-se, por via de consequência, miseráveis. Trabalhavam 16 horas por dia; não podiam plantar nada; grande parte não podia nem mesmo casar-se (daí o comércio de prostitutas, organizado pelos seringalistas e pelas casas de aviamento); muitos sucumbiam a uma série de doenças. Como permaneciam isolados, perdidos na imensidão da floresta, ficavam à mercê dos seringalistas, que mantinham sempre uma força policial privada, capaz de manter a obediência dos seus trabalhadores. A própria polícia estadual, mantida pelo poder público, contribuía para a caça dos seringueiros fugitivos, que se encontravam acorrentados às dívidas que a própria lógica de seu regime de trabalho se encarregava de criar, devido ao esquema contábil utilizado, que reduzia o seringalista a um estado de débito perpétuo e irresgatável. Ademais, os patrões mantinham-se em acordo entre si, de modo que um não aceitava empregados de outros, quando estes ainda possuíam dívidas pendentes. Contando com o concurso de circunstâncias tão favoráveis, os seringalistas podiam dar-se ao luxo de se servirem de procedimentos largamente utilizados no período da escravidão, como a prisão e a tortura dos trabalhadores rebeldes, ou mesmo seu assassinato. A vontade do seringalista era a lei dentro de seus domínios, e as autoridades civil e militares não agiam no interior dos seringais.

Mas o sistema do "aviamento" não se restringiu apenas à extração da borracha. "Com o transcurso do tempo, o *aviamento* ultrapassou os limites iniciais. Fortalecido no extrativismo, reforçou-se também na agricultura e estendeu-se à pesca abastecedora das maiores concentrações humanas da região. Tornou-se como que a *forma* da economia amazônica típica".[15]

---

[15] SANTOS, Roberto. Op. cit. nota 12, p. 158.

O sistema resistiu, inclusive, ao debacle da economia gomífera a partir de 1913, quando houve uma redução das vendas do latex no mercado externo. Na verdade, o mecanismo subjacente ao aviamento - o crédito - funciona como uma verdadeira antecipação das condições de mercado. Quando esse soçobrasse, devido à incapacidade do consumo de absorver a produção aos seus preços correntes, determinados a partir das próprias condições de produção, todas as relações que se estabeleceram sobre seus fundamentos, perdem então qualquer base de sustentação, e o sistema entra em crise. Foi isso que ocorreu com o regime do aviamento: as casas aviadoras, tendo dado crédito a seus fornecedores, não conseguiram realizar a produção a preços compensadores. Com sua insolvência, esta se propagou às demais, e todo o sistema veio abaixo, dado o encadeamento do processo, criado pelo encadeamento solidário de débito-crédito. O desajuste do sistema levou, então, ao abandono de muitos seringais com a conseqüente liberação de muitos trabalhadores de sua semi-escravidão. No entanto, uma vez realizados os reajustes, com a quebra de muitas casas aviadoras, o sistema se manteve, sustentando a economia amazônica, se bem que num nível bem inferior ao de sua fase de esplendor. Assim, "cem anos mais tarde, o aviamento ainda deixaria suas marcas profundas na sociedade regional".[16]

O sistema de relações de produção originado pela extensão da prática do aviamento à órbita da produção impôs, sem dúvida, um estreito limite à desenvolução das forças produtivas. Apesar de permitir o crescimento das exportações da borracha, por mais de 30 anos, o regime mostrou-se incapaz de gerar, durante essa demorada fase de expansão, "um complexo econômico, diversificador de sua estrutura produtiva, que pudesse pelo menos, ate-

16 SANTOS, Roberto. Op. cit. nota 12 , p. 158.

nuar o impacto da crise da borracha".[17] Assim, o colapso da produção gomífera levou à regressão econômica da Amazônia, revelando a inexistência congênita de potencial transformador no sistema do aviamento. E a razão fundamental disso reside em que esse regime leva o trabalhador à miséria mais completa, transformando-o, devido ao endividamento inexorável, em verdadeiro servo do empresário. Com isso, exaure-se a força de trabalho, que labuta em condições sub-humanas; inibe-se o progresso técnico, tolhido pelos baixos salários e pela inabilidade do trabalhador; impede-se a cooperação capitalista, já que o trabalhador opera individualmente, como produtor independente; e criam-se condições muito favoráveis para o domínio do capital comercial, em detrimento da produção. Na verdade, o aviamento só era possível devido ao baixo nível do desenvolvimento das forças produtivas - incluindo a força de trabalho -, de modo que as relações de produção e as forças produtivas se condicionavam reciprocamente, impedindo a evolução da economia amazônica, que embora crescesse, não experimentava transformações na órbita essencial da produção. A lógica interna do sistema manifestava-se externamente, coibindo o surgimento de uma agricultura de alimentos, na medida em que ela cortaria os lucros do capital comercial e daria folga financeira aos seringueiros, o desabrochar da indústria, por razões semelhantes, provocando a hipertrofia do setor mercantil. Formou-se mesmo uma economia tipicamente colonial, com seu fastígio comercial e urbano, onde o predomínio do capital estrangeiro significava a transferência da mais-valia resultante da brutal exploração dos seringueiros para os grandes centros do capitalismo mundial. Deste mo

---

[17] CANO, Wilson. Op. cit. nota 1 ,p. 87.
Cano salienta, com muita propriedade, que a incapacidade transformadora da economia gomífera consistia, exatamente, na forma das relações de produção, assentadas no sistema do aviamento.

do, a espoliação do seringueiro servia de base a toda uma estrutura mercantil, que culminava com as grandes casas ligadas ao mercado externo. Esse comércio cedo viu-se dominado pelo capital estrangeiro, principalmente norte-americano e inglês, que desbancou os tradicionais comerciantes portugueses, que tiveram de abandonar a exportação da goma, radicando-se na atividade de importação dos produtos que a região importava de outras áreas do Brasil. Também o sistema bancário, desenvolvido graças à expansão das exportações de borracha, caiu nas mãos estrangeiras. Até o transporte fluvial foi parar nas mãos da Amazon Steam Navigation, que monopolizou o transporte no rio Amazonas até 1911, quando cedeu seu lugar à Amazon River, outra companhia estrangeira. A mesma coisa ocorreu com a atividade portuária, com a instalação da companhia Port of Pará, a qual, inclusive, organizou também uma empresa de transporte, a Companhia de Navegação do Amazonas. Assim, à manutenção de uma verdadeira escravidão interna da força de trabalho correspondia um sistema dominado pelo capital internacional, que sugava as energias regionais através dos mecanismos do comércio e das finanças. O destino, pois, da Amazônia, não poderia ser outro, quando o desenvolvimento da exploração da borracha em bases racionais no exterior lançasse o extrativismo gomífero por terra, que a completa prostração das forças produtivas.

Mas a extraordinária riqueza das formas das relações de produção prevalecentes no Brasil depois da abolição da escravatura e do avento da República não se esgotavam no colonato e parceria da cafeicultura do Sudeste e no sistema do aviamento, sustentáculo do extrativismo da Região Norte. Ao contrário, uma complexa rede de relações de produção compunha um verdadeiro mosaico, a marcar a mais antiga região do País: o Nordeste. Nessa verdadeira nação dentro do Brasil, demoravam as mais díspares formas de relacionamento entre as classes sociais, dependendo do

produto agrícola e da forma de uso do solo prevalecente, a qual variava acentuadamente em correspondência com as diferenciações do meio natural.

No alvorecer do período republicano, uma das culturas mais importantes da Região era, inquestionavelmente, a cana-de-açúcar. Cultivada em todo o Nordeste, mesmo no Sertão, a cana tinha uma longa tradição, tanto como produto mercantil, quanto de subsistência, servindo como matéria-prima fundamental para a produção do açúcar de exportação, de tipo superior, dos açúcares inferiores, de consumo interno, e da rapadura e aguardente. Invariavelmente, o açúcar de alta qualidade era produzido pelas modernas usinas que se instalaram na Região, utilizando-se do trabalho de fornecedores-rendeiros, foreiros e assalariados (trabalhadores "de fora" e corumbas).

No caso do açúcar de usina, o trabalho escravo foi substituído, como se disse, por um grande número de formas de trabalho "livre". O surgimento das usinas teve como resultado a transformação de muitos dos antigos senhores de engenho em meros fornecedores de cana. Esses fornecedores-proprietários não se constituíam, na verdade, em trabalhadores dos usineiros, mas em produtores independentes de cana-de-açúcar, que, por sua vez, contratavam mão-de-obra para as fainas agrícolas correspondentes. Sua relação com os usineiros era meramente comercial, apesar de que, com o tempo, muitos se tenham tornado inteiramente dependentes das usinas. Aliás, sua luta pela sobrevivência, como classe, tem sido intensa, desde seu aparecimento, e os fornecedores vêm se utilizando amplamente do Estado, a fim de evitar sua decadência. Contudo, sua tendência era, a longo prazo, a perda da propriedade da terra: frequentemente, o antigo bangüezeiro de fornecedor proprietário se transmutava em fornecedor rendeiro, para depois ter de abandonar o cultivo da terra.

Mas fora a cana obtida junto aos fornecedores independentes, as usinas contavam com a labuta de trabalhadores diretamente vinculados a elas. Era o caso dos fornecedores-rendeiros, isto é, dos pequenos plantadores de cana que dispunham do direito ao uso de pequenos lotes de terra da usina, lavrando-os pessoalmente com sua família e o concurso de empregados, tendo de fornecer toda a cana que produziam à usina que estavam vinculados, à qual cediam, além disso, uma renda equivalente a 15 ou 20% da sua produção. Em muitos casos, os fornecedores-rendeiros eram funcionários da usina - maquinistas, mecânicos, etc - que durante a entre-safra lavravam os lotes cedidos pela empresa, que assim mantinha-os vinculados a ela durante todo o ano.

Outro grupo de trabalhadores empregados nas usinas era o dos foreiros.[18] Segundo Manuel Correira de Andrade, "estes surgiram ainda na época da escravidão e eram homens que viviam em áreas mais distantes dos engenhos, cultivando lavouras de subsistência e pagando ao proprietário um pequeno aluguel anual. Nas épocas de maior trabalho nos engenhos - plantio e colheita - costumavam os foreiros dar ao proprietário alguns dias de trabalho por semana, às vezes gratuito, às vezes por ínfimos salários; era a "condição" ou "cambão" que, segundo Lacerda de Melo, assemelhava-se à corveia medieval. Por isso são os foreiros, às vezes, chamados de moradores de condição".[19] Esses trabalhadores seriam, depois da IIª Guerra, expulsos das suas posses, quando se processou a valorização do açúcar, suscitando muitos conflitos no meio rural.

Uma forma muito comum de garantir permanentemente o trabalho dos moradores consistia na sua "compra". O proprietário comumente mantinha um barração, para abastecimento de seus trabalhadores, que forneciam produtos a preços sempre mais eleva

---

[18] Os foreiros também eram chamados de moradores, agregados e cambembes.

[19] CORREIA DE ANDRADE, Manuel. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1980. 278 p. Referência p. 104

dos do que os de mercado. Aproveitando-se então da crônica situação de miséria de seus subordinados, o proprietário facilita-va-lhes pequenos empréstimos, de modo a endividá-los progressivamente. Quando a dívida se tornava grande, o proprietário começava a negar novos adiantamentos, o que induzia o trabalhador a procurar outro proprietário, que saldava sua dívida. O morador transformava-se assim em verdadeiro servo de seu credor, só podendo sair de suas terras quando pagasse a importância devida. As tentativas de fuga eram difíceis, e a polícia prendia os foragidos, obrigando-os a trabalhar para o credor até que saldasse seus débitos. "Às vezes o trabalhador que fugia ficava na propriedade do credor trabalhando durante o dia e permanecendo à noite preso em um quarto sob vigilância dos vigias em verdadeiros cárceres privados". [20]

Fora o trabalho dos fornecedores-rendeiros e dos moradores de condição as usinas contavam com o mourejar dos assalariados, que, ainda de acordo com Manuel Correia de Andrade, se dividiam em trabalhadores "de fora" e corumbas, também chamados de "caatingueiros" ou "curaus". Os primeiros viviam nas cidades, vilas e povoados da região, enquanto os segundos viviam no Agreste e no Sertão, cultivando pequenas parcelas de terra durante o inverno que aí representa a estação chuvosa. Quando chega o período do estio, nos meses de setembro e outubro, descem para a Zona da Mata, onde as usinas começam a colher e esmagar a cana, permanecendo até março ou abril do ano seguinte, quando se inicia o período de chuvas no Agreste. Retornam, então, aos seus lotes de terra, a fim de tocarem roça, mais uma vez. O regime de trabalho não se modificara desde a época da escravidão: "até a década de 30 era paga sempre a diária, iniciando-se a faina agrícola com o nascer e terminando com o por do sol. Os

---

[20] CORREIA DE ANDRADE, Manuel. Op.cit. nota 19, p. 110.

trabalhadores eram reunidos em turmas que trabalhavam juntas, enfileiradas, sob a vigilância do feitor. Era o eito. Às 10 e às 15 horas, os familiares levavam o almoço e o jantar, fazendo-se uma pausa a fim de que eles se alimentassem." [21] Daí o nome de trabalhadores de eito" ou "eiteiros", que pesava sobre os assalariados da lavoura canavieira do Nordeste. Do mesmo modo que os demais trabalhadores das usinas, estavam sujeitos aos preços altos e à qualidade inferior dos produtos vendidos nos "barracões", assim como ao pagamento em "vales", em lugar de dinheiro. Mesmo assim, os "corumbas" tornaram-se famosos por sua frugalidade e pelo hábito de mastigar cana, que lhes permitia reunir uma pequena economia até seu retorno ao Agreste.

Quanto à lavoura algodoeira, as relações de produção prevalecentes durante a República Velha também apresentavam particularidades em relação às outras culturas já consideradas. No caso específico do Nordeste - principal região produtora de algodão - essa lavoura era tocada tanto por pequenos proprietários quanto por foreiros e moradores. A difusão da cotonicultura entre o campesinato nordestino deveu-se, antes de mais nada, às suas possibilidades de consorciamento, aos baixíssimos custos dos investimentos requeridos e ao caráter rudimentar dos métodos de produção, em se tratando de uma lavoura mercantil. Devido a isso, o algodão arbóreo nativo da Região podia ser facilmente cultivado por pequenos lavradores, de forma associada a culturas alimentares, como o milho e o feijão, possibilitando aos camponeses a obtenção de uma pequena renda monetária, sem prejuízos para a sua produção de subsistência. Mas além de ser produzido por lavradores independentes, o algodão era cultivado por foreiros e moradores, que pagavam renda ou forneciam "serviços" aos fazendeiros-proprietários. Uma forma peculiar de foro consistia no sistema do pequeno arrendatário cultivar algodão e alimentos em

---

[21] CORREIA DE ANDRADE, Manuel. Op. cit. nota 19 , p.116-117.

terras dos criadores de gado, em troca dos restolhos de suas lavouras, que serviam para alimentar os animais. Segundo Manuel Correia de Andrade, "compreenderam os proprietários que a "rama" do algodão e a palha do milho poderiam ser ração suplementar para o gado nos meses mais secos - janeiro e fevereiro -. Passaram, então, a ceder "pela palha", terra aos moradores de suas propriedades, das vilas e dos povoados próximos. Em março, com as primeiras chuvas, o proprietário entregava a terra ao agricultor, que semeava o milho, o feijão, a fava e, em maio, o algodão. Durante o ano o agricultor ia colhendo para si o produto do seu roçado, devendo concluir a colheita em dezembro e devolver a terra ao proprietário a fim de que o gado deste, para aí transportado, se alimentasse com o restolho destas culturas no período anterior à chuva. Nenhuma renda era cobrada, uma vez que havia muitas terras e poucos agricultores, e dizia-se, então, que a terra era dada "pela palha".[22]

Mas fora tais relações de produção, é importante salientar que a extração do excedente dos produtores diretos não se dava apenas através da prática do "cambão" dos moradores e da renda da terra, em suas diversas formas, mas também pelos mecanismos da exploração comercial: a necessidade do beneficiamento do algodão e a dispersão da produção em pequena escala permitiram a gênese de um grande número de comerciantes -"maquinistas", que reuniam a produção de muitos camponeses, descaroçavam o produto, enfardavam-no eo enviavam para os centros exportadores. Dada sua posição chave, o capital comercial atuava deprimindo os preços pagos aos produtores - que se mantinham assim numa situação de miséria virtual - ao mesmo tempo que conservavam elevados os preços dos meios de produção e de consumo que eram vendidos aos camponeses.[23]

---

[22] CORREIA DE ANDRADE, Manuel. Op.cit. nota 19 , p. 136.

[23] Muitas vezes, os fazendeiros também se tornaram comerciantes e "maquinistas", aliando a exploração comercial à extração da mais-valia através da renda da terra e do "cambão".

No que diz respeito à pecuária bovina, essa atividade manteve-se durante longo período histórico sobre as bases da "quartiação". Referindo-se à época da escravidão, Manuel Correia de Andrade descreve o sistema adotado: "O vaqueiro, que era responsável pela fazenda, não recebia salário em dinheiro. Sua remuneração correspondia a um quarto da produção da fazenda, pois em cada quatro bezerros que nasciam, um lhe pertencia e os outros três eram do proprietário. Ao apartar, podia o vaqueiro vender os animais de sua propriedade. Às vezes, em grandes fazendas, devido à elevada produção, o vaqueiro terminava também fazendeiro; geralmente havia em cada fazenda, fora o vaqueiro, alguns mestiços forros, chamados ora de "alugados" ora de "fábricas", que faziam serviços auxiliares,recebendo pequena remuneração em espécie, além de casa e comida. Aqueles que tangiam a pé as boiadas para a área úmida, fazendo viagens de muitas léguas, eram chamados de tangedores ou tangerinos."[24] Esse sistema da "quartiação" foi perdendo expressão no Agreste, devido à elevação do preço do gado, sendo substituído pelo pagamento em dinheiro, mas permaneceu no Sertão. Depois da Abolição, o sistema não se alterou. Mas, além dos vaqueiros pagos em gado ou em dinheiro, faziam-se presentes nas fazendas de criação, os moradores de condição, que trabalhavam na roçagem dos cercados, limpeza dos currais, alimentação do gado e outras operações, estando obrigados a fornecer de três a quatro dias por semana, de trabalho gratuito ou muito mal remunerado ao fazendeiro, reservando os outros para cultivar suas roças. Fazia-se presente, pois, o sistema do "cambão". Devido à conjugação da agricultura com a pecuária, pelo aproveitamento dos restolhos pelos animais durante os meses de estio, pôde também desenvolver-se o sistema do pequeno arrendamento em troca da "palha". De acordo com esse esquema, os moradeiros recebiam dos proprietários pequenos cortes de terra que podiam cultivar de março a dezembro (ou alguns meses antes), [illegible]

[24] CORREIA DE ANDRADE, Manuel. Op. cit. nota 19, p. 132-133.

xando os restolhos das lavouras aí desenvolvidas para alimentar o gado dos fazendeiros. Essa conjugação agricultura-pecuária tornou-se típica no caso do algodão, que espalhou-se pelo Nordeste, estando presente na Região durante toda a República Velha. Em muitos casos, os criadores de gado, além de exigirem a "palha", requeriam parte da produção ou mesmo "serviços" de seus rendeiros.

Os outros produtos de alguma importância na agropecuária nordestina durante a Primeira República eram o coco, o arroz, o cacau, o milho, o feijão, a mandioca, o babaçu, o café e a criação de animais de pequeno e médio porte (carneiros, cabritos e aves). Em geral, dentre tais produtos, aqueles que são de subsistência eram produzidos em pequenas parcelas cultivadas por pequenos proprietários, foreiros e trabalhadores de condição. O arroz era cultivado no baixo São Francisco, na jusante de Propriá, aproveitando-se os depósitos de aluvião - a "colha" - deixada pelo grande rio durante suas enchentes, o que propiciava grande produtividade. O sistema de trabalho era o de meação. O milho, o feijão e a mandioca já eram muito mais difundidos, sendo produzidos em consórcio com algodão ou não, muitas vezes de forma articulada com o gado, que se alimentava de seus restolhos. No caso desses três produtos, o acesso à terra dava-se em termos da pequena propriedade, do pequeno arrendamento e das diferentes formas de parceria, isto é, da meação (ou da "terça", etc) e da "troca de serviços", de acordo com a qual o produtor direto se obrigava a fornecer alguns dias de trabalho gratuito ou remunerado de forma insignificante em troca do direito ao uso da terra do proprietário. Em muitos casos, os lavradores podiam plantar suas roças apenas com a condição de deixarem os seus restolhos para a alimentação do gado do proprietário. No que diz respeito à criação de pequenos animais, essa desenvol

veu-se principalmente como atividade subsidiária do campesinato, ou das grandes fazendas, e as relações de produção prevalecentes, fora do trabalho familiar, parece que estiveram na dependência das dominantes na atividade principal do estabelecimento agrícola. Em geral, foram criações dos foreiros e moradores, além dos pequenos proprietários. O cacau e o café, devido a serem culturas de comércio externo, já conheceram mais intensamente o trabalho de assalariados, temporários e permanentes - embora ainda aí dominassem, ao que tudo indica, a labuta dos moradores de condição. Sobre essas relações de exploração e subordinação das massas camponesas às classes proprietárias da região, erguia-se ainda o comércio, exercido não apenas por mercadores independentes, mas principalmente pelos próprios fazendeiros, que mantinham seus "barracões", aliando a exploração comercial à extração direta do excedente.

Na realidade, como se pode concluir, predominava no Nordeste relações de produção atrasadas, onde o trabalho assalariado não somente se combinava com o pequeno arrendamento e as diversas formas de parceria, mas prevalecia certa hibridez das próprias formas de trabalho assalariado e arrendamento, de modo que não se podia separar nitidamente o lucro empresarial da renda da terra. Os pequenos arrendatários, foreiros e parceiros, além de pagarem renda aos proprietários fundiários pelo acesso ao uso do solo, muitas vezes sujeitavam-se ao cambão, isto é, tinham de fornecer trabalho diretamente aos fazendeiros. A ambigüidade da relação decorria do fato de que tanto podiam ser encarados como assalariados dos fazendeiros - e então o acesso à terra seria seu "salário in natura" - quanto arrendatários - e aí a obrigatoriedade da prestação de serviços surgia como forma particular da renda da terra. A prática da escravidão pela dívida confundia ainda mais as coisas, tornando os re

gimes existentes bem próximos ao do sistema medieval de exploração da força de trabalho. Seja como for, a realidade é que na base da constelação das relações de produção predominantes no Nordeste estava a grande concentração da propriedade fundiária, que resultava em altas taxas de renda da terra e baixos salários, além de grande sujeição da massa camponesa ao arbítrio dos fazendeiros. A produção mantinha-se, com exceção da cana-de-açúcar, cacau, café e pecuária,em caráter parcelar, estando sujeita, assim, ao empecilho representado pelo desenvolvimento independente do capital comercial. De mais a mais, os próprios senhores da terra eram, por sua vez, mercadores, aproveitando-se de sua situação para explorar, através do comércio, os camponeses que lhe estavam sujeitos. Em consequência desse conjunto de circunstâncias, a força de trabalho labutava em níveis próximos ao da subsistência, permanecendo em situação de profunda prostração. Em face disto, o desenvolvimento das forças produtivas em geral, e o progresso técnico em particular, encontravam óbices formidáveis, razão pela qual a Região manteve-se num processo de lenta e dolorosa transformação, que nem de longe conheceria seu desfecho durante a República Velha, conservando-se até nossos dias.

b) Abolição da escratura e liberação das forças produtivas: a imigração de trabalhadores assalariados.

A supressão da escratura a 13 de maio de 1888, a subsequente proclamação da República, a 15 de novembro do ano seguinte, e a organização da ordem institucional burguesa, pela Constituição de 1891, eliminaram os limites do escravismo ao desenvolvimento das forças produtivas, que, uma vez liberadas, puderam expandir-se aceleradamente. Com a derrocada das relações escravistas de produção e o término da Monarquia, incrementou-se notavelmente a imigração estrangeira, alimentando com novos braços a expansão cafeeira.[35]

Por volta de 1886, antes mesmo da supressão formal do trabalho escravo, iniciou-se novo ciclo cafeeiro, com a majoração dos preços do produto. Com isto, incrementou-se a demanda de força de trabalho, necessária para dar suporte à realização dos novos plantios. O aumento da demanda de mão-de-obra, coincidiu, a partir de 1890, com a crise da economia européia, que atingiu fortemente a Itália, incentivando a emigração da força-de-trabalho excedente. Por outro lado, a economia americana também entrou em recessão em 1893, enquanto a Argentina passava por um período de crescimento mais lento. Deste modo, enquanto a crise econômica na Europa atuava como um fator de expulsão da mão-de-obra, a recessão norte-americana e o fraco desempenho da economia argentina exerciam menor atração sobre as correntes migratórias que abandonavam a Europa. A conjugação destes fatores de repulsão e atração favoreceram decisivamente a reorientação dessa massa humana em direção ao Brasil, que passava por uma fase de auge econômico e de liberação política, com a visceral reforma das relações de produção e da ordem institucional.

Mas a par desta conjuntura favorável, a ação consciente do aparelho de Estado iria contribuir fortemente para o incremento da imigração para o País, através do aumento substancial dos subsídios à entrada de estrangeiros, principalmente pelo Estado de São Paulo. Assim, enquanto em 1885 seriam concedi-

---

[35] A respeito da imigração estrangeira para o Brasil, ver:
GRAHAM, Douglas F. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro 1880-1930. In: Estudos econômicos. São Paulo, IPE/USP, 1973, vol.3 nº1 p.7-66.
GRAHAM, Douglas F. e MERRICK, Thomas W. População e desenvolvimento econômico no Brasil de 1800 até a atualidade. Rio de Janeiro, Zahar, 1985. 342 p.
HUGON, Paul. A expansão da população brasileira. In: Demografia brasileira. São Paulo, Atlas, 1977 p.25-193.

das pelos Governo Central e de São Paulo, apenas 108,8 mil libras esterlinas como subsídio à imigração, em 1887 já foram destinados, para a mesma finalidade, cerca de mais de meio milhão. Em 1891, apesar da redução dos recursos concedidos pelo Governo Federal, os subsídios alcançaram seu ponto máximo, principalmente devido à ação de São Paulo: 1.281,7 mil libras. Nos anos seguintes, quando do início da fase descendente do ciclo cafeeiro, os subsídios caíram sensivelmente, embora ainda fossem liberadas 2.550,4 mil libras esterlinas no período 1892-96, numa média de mais de meio milhão de libras por ano.

Como resultado da crise européia, menor atratividade dos Estados Unidos e Argentina, auge da economia brasileira, reforma sócio-política e incremento dos subsídios à imigração, o número de imigrantes entrados no País aumentou sensivelmente, passando de uma média de 26,8 mil no período 1876-86 para 121,2 mil, na fase 1887-97, apesar de suas grandes flutuações anuais.

A nova onda imigratória sofreria, contudo, as conseqüências da crise do café de 1897, e do período depressivo subseqüente, que perduraria até 1906, quando se inicia a intervenção governamental no mercado cafeeiro. Desta vez, enquanto os preços do café e a receita cambial devida às exportações do produto declinavam, as economias italiana, argentina e norte-americana se recuperavam. A nova fase da economia italiana atuava reduzindo os fatores de expulsão de sua mão-de-obra excedente que se dirigia ao exterior, enquanto que a recuperação platina e estaduniden se desviavam o fluxo migratório em sua direção, diminuindo o número de migrantes dispostos a demandar o Brasil.[26] Além disto, a situação crítica da produção da cafeicultura nacional refletia na

---

[26] A partir de 31 de janeiro de 1902, o governo italiano passou a cobrar uma taxa de 8 liras por imigrante adulto. Pouco mais de um ano depois, a 26 de março de 1903, o mesmo governo fechou seus portos à emigração para o Brasil.

deterioração das finanças públicas e na disposição governamental em continuar a subsidiar a vinda de imigrantes estrangeiros. Assim, o montante de subsídios concedidos pelos Governo Federal e de São Paulo reduziram-se abruptamente a partir de 1897, caindo, neste ano, para 221,5 mil libras esterlinas, contra quase 855,0 mil, um ano antes. Nos anos seguintes, estes valores caíram ainda mais, atingindo o mínimo de apenas 18,3 mil libras em 1903. Ao todo, no período de crise que vai de 1897 a 1906, foram concedidos pelos governos Central e de São Paulo, somente 545,9 mil libras esterlinas como subsídios à imigração de trabalhadores assalariados, enquanto que na fase de prosperidade do ciclo (1886-96) o seu montante atingiu 6.419,8 mil. De mais a mais, ao contrário do que se verificara durante a fase de baixos preços do café que vai de 1883 a 1886, durante a qual a escassez de mão-de-obra impedira a queda dos salários dos assalariados agrícolas, a partir de 1897 houve uma deterioração desses rendimentos [17], ao que se deve adicionar a dispensa de muitos colonos e a concomitante piora das condições de vida dos trabalhadores rurais. Aliás, em 1902 em protesto às condições de seus imigrantes no Brasil, o governo italiano, através do Decreto Prinetti, proibiu o recrutamento de mão-de-obra para este País. [25]

Em consequência destes fatos, a entrada de imigrantes estrangeiros arrefeceu a partir de 1898, de modo que, se na fase do ciclo de altos preços do café e expansão dos plantios (1886-96) entraram no País cerca de 1.200.624 imigrantes estrangeiros, na fase de vacas magras e cessação dos plantios (1897-1906), entraram apenas 681.103. Por outro lado, ganhou relevo a saída de imigrantes, que, ou retornavam à Europa, após perder as esperanças de melhorar sua sorte neste lado do Atlântico, ou demandavam outros países da América Latina, como a Argentina. Não é sem motivo, pois, que, comparando-se as cifras de entrada e saída de imigrantes em São Paulo, durante 1902-08, verifica-se que, se

---

[17] Wilson Cano, op.cit. nota 1, p.49.

[25] Paul Hugon, op.cit. nota 25 p. 25.

QUADRO 3.5.1

SUBSÍDIOS Ã IMIGRAÇÃO PELO

GOVERNO CENTRAL E DE SÃO PAULO

1885-1913

ANO	SUBSÍDIOS (Em libras esterlinas)	
	GOVERNO CENTRAL(1)	GOVERNO DE SÃO PAULO (2)
1885	80 430	28 343
1886	106 619	88 172
1887	251 734	299 447
1888	405 395	304 383
1889	703 153	17 541
1890	327 322	83 918
1891	1 224 275	37 382
1892	346 375	75 565
1893	301 319	180 554
1894	99 067	51 318
1895	339 878	301 398
1896	679 561	175 406
1897	30 887	190 619
1898	40 485	82 039
1899	7 942	70 607
1900	75 213	44 685
1901	203 601	213 326
1902	6 953	104 444
1903	6 465	11 882
1904	9 616	34 001
1905	12 863	210 056

entraram 254,2 mil, o número dos que se retiraram no mesmo período foi de 282,7 mil, de modo que houve um saldo negativo de 28,5 mil saídas.

Em 1906, teve lugar o Convênio de Taubaté, permitindo, ainda neste ano, o início das aquisições do produto, pelo Estado de São Paulo. Paralelamente, prosseguia o programa de obras públicas, sob a égide do "Reerguimento Econômico", que compreendia obras de saneamento e urbanização do Rio de Janeiro, construção e aparelhamento de portos e construção de ferrovias. Esse programa era encetado pelo Governo Federal e financiado, pelo menos nos seus primeiros anos, por empréstimos externos. A estabilidade cambial, depois da sua valorização de 25% em 1905-1906, foi garantida pelo funcionamento da Caixa de Conversão, que trocava câmbio e ouro monetário por papel moeda, evitando que o câmbio ultrapassasse a casa dos 15 pences por mil réis até 1909 e dos 16 pences de 1910 a agosto de 1914. Assim, evitou-se a perda do poder de compra, em moeda nacional, do café exportado, assim como cerceou-se a concorrência internacional à indústria brasileira. A sustentação da renda interna pelas compras do café excedente e pelo gasto público, a manutenção do câmbio contra suas tendências altistas, a aceleração da circulação monetária provocada pelo funcionamento da Caixa de Conversão e, finalmente, a relativa proteção alfandegária resultante da Tarifa Murtinho - que obrigava o pagamento de parte dos direitos diretamente em moeda estrangeira - forneceram condições propícias à expansão da indústria nacional, da mesma forma que mantinha o nível da atividade agrícola até que, a partir de 1910, os preços do café experimentassem nova e forte tendência altista, iniciando novo ciclo de expansão. A melhoria inicial das condições do mercado interno do café, resultante das medidas encetadas a partir de 1906 e o surto de expansão industrial apoiou o fluxo migratório, fazendo com que houvesse a sua manutenção num nível relativamente alto depois de 1908. Finalmente, com a recuperação cafeeira, o número de imigrantes entrados no Brasil atingiu um período de auge, durante os anos de 1919-1913, durante os quais entraram mais de meio milhão de estrangeiros no País. Para tanto, contribuiria, no plano externo, o agravamento

QUADRO 3.5.2

IMIGRAÇÃO BRUTA PARA O BRASIL

1886-1933

ANO	IMIGRANTES	ANO	IMIGRANTES	ANO	IMIGRANTES
1886	33 486	1902	52 204	1918	19 793
1887	55 963	1903	34 062	1919	36 027
1888	133 253	1904	46 164	1920	69 042
1889	65 946	1905	70 295	1921	58 476
1890	107 474	1906	73 672	1922	65 007
1891	216 760	1907	58 552	1923	84 549
1892	86 203	1908	94 695	1924	96 052
1893	134 805	1909	85 410	1925	82 547
1894	60 984	1910	88 564	1926	118 676
1895	167 618	1911	135 967	1927	97 974
1896	158 132	1912	180 182	1928	78 128
1897	146 362	1913	192 683	1929	96 186
1898	78 109	1914	79 232	1930	62 610
1899	54 629	1915	30 333	1931	27 465
1900	40 300	1916	31 245	1932	31 494
1901	85 306	1917	30 277	1933	46 081

Fonte: 1886-1913: Douglas H. Graham. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro. 1880-1930. Estudos econômicos. 3(1):33, abril, 1973.

1814-1933: Departamento Nacional de Imigração. Apud. Paul Hugon. Demografia brasileira. São Paulo, Atlas, 1977. p. 99-100.

das tensões internacionais, ao se aproximar a Guerra, assim, como, no plano interno, a conceção de maciços subsídios à entrada de imigrantes estrangeiros a partir de 1908.

Na verdade, nem todo esse enorme contingente populacional entrado entre a liquidação da escravatura e a I.ª Guerra Mundial - cerca de 2.648.331 entre 1888 e 1913 segundo Graham [29] - destinaram-se ao trabalho assalariado na lavoura. Fora os que saíram do País no período, entre os quais se destacam os 282.700 imigrantes que se retiraram entre 1902 e 1908, de acordo com Simonsen [30], há de considerar-se aqueles que chegaram ao Brasil com outros propósitos e possuindo condições para escapar ao assalariamento. Mesmo entre os que tiveram que submeter-se ao trabalho assalariado, muitos ficaram nas cidades, trabalhando no comércio, nos serviços urbanos ou mesmo na indústria incipiente. Além desses, um contingente significativo orientou-se em direção às áreas de colonização, principalmente às do Sul. Uma primeira idéia da importância desse movimento pode ser obtida a partir da constatação de que entre 1885 e 1914 entraram no Brasil cerca de 1.358.297 imigrantes a mais do que em São Paulo, no mesmo período. Como fora São Paulo, a principal região que atraía imigrantes estrangeiros era o Extremo Sul supõe-se que a maior parte dessa massa populacional tenha se dirigido para o Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Os dados dos Censos de 1890, 1900 e 1920, apesar dos seus defeitos conhecidos, forneceram indicações adicionais a este respeito. De fato, a população total da Região Sul saltou de 1.431 mil em 1890 para 1.796 mil dez anos depois, alcançando 3.537 mil em 1920. Mesmo levando-se em conta a imigração no período de Guerra e em 1919 (227 mil entre 1914 e 1919, sendo quase 84 mil para São Paulo) é de se esperar que um dos motivos fundamentais do rápido crescimento populacional dos Estados do

---

[29] HUGON, Paul fornece um número bem próximo: 2.626.505. Ver: GRAHAM, op. cit. nota 25 p.33 e HUGON, op, cit. nota 25 p.99.

[30] SIMONSEN, Roberto C. Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo, Cia. Editora Nacional/USP, 1973. 479 p. Referência p. 213. Há de observar-se que os totais de "imigrantes entrados", fornecidos por Simonsen, refere-se aos estrangeiros e nacionais, o que não deve ocorrer com os "imigrantes retirados".

Sul (quase 3,1% no período 1890-1920), em comparação com o relativamente acelerado crescimento do Brasil (2,6% no mesmo período), particularmente após 1900 (3,4% ao ano, contra menos de 2,9%, no caso do Brasil), deva-se ao maior fluxo migratório em direção àquela região. Tais indícios confirmam-se pela expansão vigorosa das colonias estrangeiras do Brasil Meridional, continuamente alimentadas pelos imigrantes que entraram no período anterior à Guerra.

A forte crise do mercado cafeeiro de 1913 e a eclosão da I.ª Guerra interromperam o promissor fluxo migratório, incrementado depois de 1909. Em contraste com os 683 mil imigrantes que ingressaram no quinqüênio imediatamente anterior ao conflito mundial, durante os anos de 1914 a 1919 aportaram ao Brasil apenas 227 mil, sendo que em 1918 chegaram apenas 19.793, o menor número durante toda a República Velha.

O término da Guerra ensejaria a retomada do fluxo migratório para o Brasil. A reiteração dos planos de valorização do café e, finalmente, a adoção de uma política de "defesa permanente" do produto evitariam as crises prolongadas ao mesmo tempo que favoreceriam a expansão dos plantios, principalmente na segunda metade da década de 1920. Com isso, aumentavam os fatores de atração dos imigrantes para o País. Por outro lado, em 26 de maio de 1924, o governo norte-americano impôs o primeiro sistema de quotas restritivas para a imigração para os EUA. Paralelamente, a difícil situação da Europa, em meio a uma dolorosa reconstrução, pontilhada por revoluções intestinas, atuavam no sentido de expulsar população para os países da América. Contudo, "os países europeus acabam de sofrer terríveis perdas humanas e necessitam de mão-de-obra para a reconstrução de suas economias destruídas. Assim, eles abrirão muito pouco suas portas à imigração." Além disso, o Brasil não soube tirar proveito do fluxo de imigrantes disponíveis, e, mesmo depois de 1924, a percentagem dos que entra

---

Paulo Hugon, op.cit. nota 25, p. 52.

ram no País restringiu-se a 8,5% do fluxo migratório mundial, enquanto que no Canadá esta porcentagem elevou-se a 11,4% e na Argentina, a 20,4%.[32] Neste sentido, atuaram o baixo desempenho da indústria brasileira, obstruída pela política econômica principalmente na segunda metade da década de 1920, e fatores estruturais bem definidos, quais sejam, a dificuldade de acesso à terra pela população de pequenos recursos, o baixo nível salarial prevalecente na economia brasileira, principalmente no campo, e a hegemonia político-econômica da grande propriedade latifundiária, egressa do escravismo. Apesar destes fatores, o número de imigrantes entrados no Brasil foi aumentando sistematicamente depois da Guerra, alcançando uma média de 93 mil durante o período 1923-1929. Ao todo, entraram na década dos 20 cerca de 847 mil imigrantes, sendo que quase 50% destinaram-se a São Paulo.

Com o início da crise cafeeira em 1929, que se propagou por toda a economia nacional, os movimentos revolucionários que se sucederam, e a profunda recessão que dura até 1933, caíram sensivelmente as entradas de imigrantes. Também contribuiu para tanto o Decreto 19.482 de 12 de dezembro de 1830, que "limita à imigração aos estrangeiros já domiciliados no Brasil, aqueles cuja entrada é solicitada pelo Ministério do Trabalho e, sob certas condições, aos trabalhadores especializados. Neste mesmo decreto há imposição, a cada empresa, de empregar no mínimo dois terços dos assalariados brasileiros natos."[33] Na realidade, o Decreto 19.482, assim como os dispositivos da Constituição de 1834 e dos Decretos de 9 e 16 de maio do mesmo ano, que procuram restringir a imigração ao Brasil[34], tinham em mente não só o excesso de

---

[32] HUGON, Paul. op. cit. nota 25, p.102.

[33] Ibid. p. 52-53.

[34] De acordo com a Constituição de 1934, a entrada de imigrantes deveria submeter-se às restrições necessárias à "garantia da integração étnica e da capacidade física e cívica dos imigrantes." Sendo assim, a corrente imigrante não poderia exceder, anualmente, o limite de 2% do número total dos imigrantes de cada nacionalidade fixados no Brasil no decurso dos 50 anos anteriores. Os Decretos de maio estabeleceram regimes diferentes de trabalho para a entrada de imigrantes agricultores ou não. Sob certas condições, apenas os primeiros poderiam entrar e viver do fruto de seu trabalho. Ibid. p.53.

oferta de mão-de-obra, resultante da crise econômica, mas principalmente o controle do movimento operário que, a partir da década anterior, ensaiara suas primeiras manifestações contestatórias. Com tais instrumentos, o Poder Público tentava evitar a entrada de trabalhadores estrangeiros mais politizados, e sua influência diretora do movimento operário. Deste modo, o número de imigrantes entrados no Brasil cai para uma média de menos de 43 mil no quinqüênio 1930-34, reduzindo-se progressivamente durante o restante da década dos 30.

Em suma, durante a República Velha (1889-1930), período imediatamente posterior à Abolição, entraram no Brasil cerca de 3,6 milhões de imigrantes estrangeiros, embora uma parcela importante deste contingente tenha se retirado novamente. Do total dos imigrantes grande número se dirigiu a São Paulo: 1,9 milhões entre 1890 e 1930. Apesar da expressividade destas cifras, há de se salientar que o Brasil não foi capaz de competir com os EUA, a Argentina e o Canadá na sua atração. O menor vigor do crescimento econômico, os baixos salários e o padrão de uso do solo foram as razões determinantes da situação secundária do Brasil, principalmente em relação à América do Norte. De qualquer modo, no entanto, o extraordinário afluxo de imigrantes estrangeiros após a extinção da escravatura foi o fator positivo que permitiu a rápida criação de um amplo mercado de força de trabalho no Brasil, adiantando-se e acelerando o processo de lenta transformação dos trabalhadores autóctones em assalariados, consolidando rapidamente o modo de produção capitalista no País.

c) Expansão da agricultura de exportação

A completa revolução das relações de produção, com o desabrochar do trabalho assalariado, e desenvolvimento da parceria, do pequeno arrendamento e das outras formas da "troca de serviços", e a evolução da pequena economia camponesa, proporcionaram os fundamentos para a ulterior expansão econômica do Brasil. Criou-se, como conseqüencia da imigração estrangeira, um amplo mercado de trabalho no Sudeste do País, enquanto que no Nordeste pôde espandir-se pouco a pouco o regime assalariado. Na Região Sul, a base já estabelecida pelas colônias de imigrantes deu condições para o desenvolvimento de uma dinâmica economia camponesa, em acelerado processo de capitalização. Finalmente, no Norte, o aviamento permitiria a expansão do extrativismo vegetal. Assim, contando com terras abundantes - embora inacessíveis à massa trabalhadora - e com alguns capitais acumulados na fase pré-capitalista, a agricultura mercantil pôde expandir-se, principalmente a de produtos de exportação, acicatada pelo aumento da demanda externa.

O valor das exportações brasileiras, em libras, cresceu a uma taxa de 3,6% ao ano durante a República Velha[35], de modo que, contra um total de 117 milhões de libras no período 2º semestre de 1884 - 1889, o Brasil exportou 478 milhões de libras no quinqüênio 1925 - 1929. Na realidade, este desempenho deveu-se basicamente ao café e à borracha, que foram responsáveis por 72,8% do total do valor das vendas brasileiras no mercado externo no período 1890 - 1929. Excluindo-se o período 1915 - 1919, quando a Guerra alterou profundamente o perfil das exportações do País, essa porcentagem sobe para 75,8%, ou seja, mais de três quartos. As exportações de borracha contribuiram

---

[35] Tomou-se como base a média das exportações de 1884 (2º semestre) - 89, e como fim do período o ano de 1929. O coeficiente de determinação da série foi de 0,935.

decisivamente para a expansão exportadora do País até 1910, quando participou com 39% do seu valor total, decaindo sensivelmente a partir de então, tanto em termos absolutos quanto relativos, de forma que depois de 1919 o produto não respondeu por mais de 5% das exportações brasileiras. A evolução favorável das vendas de café no exterior durante a Primeira República deveu-se não somente ao crescimento da demanda internacional, que possibilitou o aumento da produção interna, mas em grande parte aos "planos de valorização" que se ensejaram, graças à situação dominante do Brasil no mercado do produto, permitindo a manutenção de preços favoráveis.

Os outros produtos tiveram importância menor, embora não desprezível. No caso do açúcar, sua decadência como produto de exportação, iniciada na última década do Império, consolidou-se rapidamente, apesar das tentativas de modernização do setor. O produto, que respondia por 13,7% do valor das exportações brasileiras na primeira metade da década de 1880, viu sua participação cair para pouco mais de 7% no período 1984 - 94. O declínio dessa participação continuou ininterruptamente, de forma que na primeira década do século o produto praticamente desapareceu como fonte de divisas: entre 1900 e 1909, foram negociadas apenas 6,3 milhões de libras no mercado externo, enquanto que as exportações globais do País ascenderam a 323,9 milhões. Com o advento da I.ª Guerra, as vendas do açúcar no exterior ganharam novo alento, atingindo 28,6 milhões de libras entre 1915 e 1924, embora, mesmo assim, representassem apenas 4,1% do total das exportações nacionais. Com o término dos efeitos do conflito no mercado internacional do produto, suas vendas voltaram a níveis desprezíveis: 2,9 milhões de esterlinos entre 1925 e 1934. Na verdade, o açúcar brasileiro perdeu praticamente o mercado externo durante o primeiro período republicano, embora mantivesse sua produção, agora destinada ao mercado interno, que atingira maiores proporções. Ao contrário do açúcar, o cacau e o mate tiveram as suas exportações, em libras, sistematicamente aumentadas no mesmo período, crescendo a um ritmo anual de

QUADRO 3.5.3

EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS

BRASIL

1885-1934

(em mil-libras ouro)

(continua)

PERÍODOS	CAFÉ	AÇÚCAR	CACAU	MATE	FUMO
1884/89 (1)	74 152	8 998	1 868	1 484	3 209
1890/94	100 035	10 717	1 701	1 476	2 099
1895/99	86 843	6 846	2 085	2 177	3 434
1900/04	102 229	4 210	4 709	4 344	5 959
1905/09	134 110	2 125	8 015	8 022	5 211
1910/14	181 434	1 583	8 050	10 085	7 211
1915/19	169 648	14 487	15 113	10 545	10 176
1920/24	217 001	14 135	10 237	8 059	7 594
1925/29	343 311	1 650	16 366	14 298	9 363
1930/34	149 230	1 256	7 769	6 303	4 123

(conclusão)

PERÍODOS	ALGODÃO	BORRACHA	COUROS E PELES	TOTAL[2]	TOTAL GERAL
1884/89[1]	4 993	10 774	3 947	109 425	117 085
1890/94	5 391	15 205	3 339	139 963	146 870
1895/99	1 892	24 512	3 589	131 378	137 366
1900/04	4 952	43 374	7 822	177 599	186 535
1905/09	5 348	72 873	11 520	247 224	259 758
1910/14	7 081	73 236	13 455	302 135	316 834
1915/19	3 702	31 704	26 826	282 201	352 000
1920/24	11 089	8 444	16 392	292 951	344 373
1925/29	10 187	14 163	22 574	431 912	478 075
1930/34	7 806	1 899	9 690	188 076	222 950

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1939-40 p.1376-1377 e 1385.

Notas: (1) As informações a respeito de 1884 referem-se apenas ao 2º semestre.
(2) Dos 8 produtos considerados.

QUADRO 3.5.4

PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PRODUTOS
AGRÍCOLAS NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES
BRASIL
1884-1934
(em mil libras)

PERÍODOS	CAFÉ	AÇÚCAR	CACAU	MATE	FUMO	ALGODÃO	BORRACHA	COUROS E PELES	TOTAL
1884/89 (1)	63,3	7,7	1,6	1,3	2,7	4,3	9,2	3,4	117 085
1890/94	68,1	7,3	1,2	1,0	1,4	3,7	10,3	2,3	146 870
1895/99	63,2	5,0	1,5	1,6	2,5	1,4	17,8	2,6	137 366
1900/04	54,8	2,3	2,5	2,3	3,2	2,7	23,3	4,2	186 535
1905/09	51,6	0,8	3,1	3,1	2,0	2,1	28,1	4,4	259 758
1910/14	57,3	0,5	2,5	3,2	2,3	2,2	23,1	4,2	316 834
1915/19	48,2	4,1	4,3	3,0	2,9	1,1	9,0	7,6	352 000
1920/24	63,0	4,1	3,0	2,3	2,2	3,2	2,5	4,8	344 373
1925/29	71,8	0,3	3,4	3,0	2,0	2,1	3,0	4,7	478 075
1930/34	66,9	0,6	3,5	2,8	1,8	3,5	0,9	4,3	222 950

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1939-40, p. 1358, 1376 e 1377.

Nota (1): As informações a respeito de 1884 referem-se apenas ao 2º semestre.

e 6,13 respectivamente[36]. Deste modo, foram vendidas no mercado internacional 16,4 milhões de libras de cacau e 14,3 milhões de libras de mate no período 1925 - 1929, contra 1,9 e 1,5 milhões, respectivamente, no último quinquênio do Império, fazendo com que a participação desses produtos se elevasse de 2,9% neste período, para 6,4% naquele. Já o fumo e o algodão mantiveram sua participação na pauta de exportações em torno de 2-3% para cada um desses produtos, enquanto os couros e peles alcançaram os 4-5% a partir de 1900, embora no quinquênio de 1915 a 1919 suas exportações tivessem atingido altos níveis, ou seja: 26,8 milhões de libras, o correspondente a 7,6% do total das vendas do País no mercado externo, devido à guerra. Aliás, um dos produtos que fez suas exportações alcançarem certa significância em decorrência do conflito foi a carne, o que permitiu inclusive a instalação, no País, de uma rede de modernos frigoríficos.

O café, como principal produto de exportação - responsável por 60,1% das exportações entre 1890 e 1929 - teria importância decisiva na dinâmica econômica da República Velha, dando o ritmo de crescimento da economia brasileira, condicionando a política econômica, induzindo a ampliação das relações capitalistas de produção e carreando, no bojo de seu processo de expansão, a industrialização.

Em 1886 teve início o terceiro ciclo cafeeiro da história do Brasil. Este seria o primeiro dentro da ordem de produção capitalista, pois, embora a abolição definitiva do trabalho escravo só viesse anos mais tarde, já então estavam firmemente estabelecidas as bases do regime assalariado, que floresceia principalmente no Oeste de São Paulo, frente de expansão do café. A partir deste ano, os mercados mundiais do produto reve

---

36 Tomaram-se as mesmas bases que as adotadas para o valor das exportações brasileiras. Os índices de determinação foram, respectivamente, para o cacau e o mate, cerca de 0,832 e 0,779.

laram um crescimento extraordinário, particularmente o dos Estados Unidos, cuja economia passava por uma fase de prosperidade, depois da crise de 1884. O aumento da demanda, mais uma vez, ao encontrar uma dada capacidade de oferta, inexpandível a curto prazo, provocaria uma notável elevação do nível de preços. Para tanto contribuiria a nova praga do cafezal, surgida um ano antes - o "mal de Cantagalo" - que assolou as lavouras fluminenses, reduzindo sua capacidade de produção. Como resultado, os preços externos do café elevar-se-iam em 1886 a um nível superior em 41% aos prevalecentes um ano antes, atingindo 10,7 cents por libra-peso, no caso das importações americanas, embora, devido à valorização da taxa de câmbio, o aumento dos preços internos fosse da ordem de apenas 11%.

No ano seguinte, a elevação de preços se acentuaria fortemente, como conseqüência da quebra da safra brasileira, que foi de apenas 3,1 milhões de sacas exportáveis, contra 6,0 no ano anterior. O baixo nível dos estoques mundiais, resultante da pequena produção nacional, faria com que o preço médio de importação nos Estados Unidos atingisse os 14 cents por libra-peso. Neste caso, a redução da quantidade exportada, dada a sua magnitude, não se viu inteiramente compensada pelo aumento dos preços externos, de modo que o valor das exportações do produto caiu, provocando a desvalorização do câmbio. Como resultado, a elevação dos preços do café não foi amortecida, mas ampliada, provocando um aumento de 58,6% nos preços internos.

Os preços internacionais do café mantiveram-se num patamar elevado, pelo menos até 1891/92, caracterizando a fase ascendente do ciclo. Para tanto, também contribuiria a abolição da escravatura, em 1889 que, embora não afetasse negativamente a lavoura do Oeste Paulista, atingiu a do Vale do Paraíba, principalmente na sua porção fluminense, comprometendo a sua capacidade produtiva. Em 1890, a economia européia já se encontrava em recessão, mas a economia norte americana mantinha sua ritmo de crescimento, devido à proteção da tarifa Mac Kinley. Somente

após 1893 é que, finalmente, os Estados Unidos entram num período de crise econômica. A retração do crescimento da demanda, em razão da crise européia, à qual se somou a americana, fez com que cessasse o movimento altista. Ademais, os cafeeiros plantados a partir de 1886 começaram a frutificar em inícios da década seguinte, contribuindo para a reversão da tendência dos preços do café. Deste modo, por volta de 1892, iniciou-se a fase descendente, com interrupção do ritmo ascensional dos preços do produto, que passam a situar-se numa média mais baixa. Mesmo assim, continuou a rápida expansão dos cafezais, com o plantio de milhões de pés, incentivado pela manutenção de preços remuneradores.

Na verdade, embora os preços internacionais do café caíssem de uns 20 cents por libra-peso (preço médio de importação dos Estados Unidos) em 1891/92, para um nível de 14-16 cents no período 1892/96, os preços internos ainda se elevaram uns 45% entre 1892 e 1894, enquanto caíram apenas 13% entre esse último ano e 1896. A explicação do fato reside na acelerada desvalorização cambial nesta fase, provocada pela onda especulativa e inflacionária que caracterizariam os primeiros anos do período republicano, configurando o fenômeno do "Encilhamento". Sob o influxo, pois, dos preços internos em elevação e/ou estagnados, e de um patamar razoável dos preços internacionais, prosseguiu, ainda no período 1892 - 96, o plantio de novos cafeeiros. Até 1897, ano em que o mercado do café mergulhou numa crise profunda, plantaram-se, somente em São Paulo, 465 milhões de cafeeiros, triplicando o estoque anterior, de 220 milhões de pés. Também Minas Gerais e o Espírito Santo foram tomados pela febre cafeeira, expandindo significativamente suas plantações. Aliás, a própria especulação financeira desse período também daria o seu quinhão para a realização de novas plantações: sob o amparo de um empréstimo externo de 6 milhões de libras, conseguido em condições vantajosas, o Governo Imperial em 1888, emprestou 6 mil contos, sem juros, ao Banco do Brasil, que deveria dobrar o montante, emprestando até 12 mil contos a 6% de juros aos lavra

dores do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. Também as casas comissárias e os bancos particulares forneceram recursos financeiros para a produção e circulação do produto , de modo que a expansão do crédito propiciava a abertura de novas fazendas: "O período da inflação determinara verdadeira course à l'abeme para os terrenos cafeeiros" [37] Não é à toa, pois, que, em 1896, a dívida hipotecária da lavoura paulista somava 400 mil contos.

Apesar do aumento do plantel de cafeeiros, está fora de dúvidas que, a principal região beneficiada com o novo "rush" cafeeiro foi o Oeste Paulista, com o plantio de 465 milhões de pés de café entre 1886 e 1896 na região. Inversamente, no Vale do Paraíba em geral, e na sua porção fluminense, em particular, a cafeicultura continuou a trilhar os caminhos da decadência, que se iniciava por volta de fins da década de 1870.

Com efeito, após atingir sua produção máxima de 2,6 milhões de sacas em 1882, a lavoura de café do Estado do Rio produziria apenas 1,6 milhões na safra 1891 - 1892, e 1,0 nas de 1895 - 1896. Esse declínio da produção era o resultado de um processo de autodissolução engendrado, em grande medida, pela própria lógica interna da economia cafeeira que se estabelecera na região durante a fase escravista. A cafeicultura do Vale do Paraíba assentara-se em métodos primitivos de produção, de acordo com os quais o preparo do solo efetuava-se pela roçada e derrubada das matas, seguida da queimada e posterior abertura das covas, executada à base de enxada. O uso do arado só tornou-se apreciável após a abolição. Os terrenos escolhidos para as plantações eram as encostas dos morros, evitando-se tanto os vales - sujeitos às geadas - como os topos, excessivamente expostos ao vento e ao sol. A adubação era inteiramente desconhecida, e até a casca do café era queimada, perdendo-se seus nutrientes, que não retornavam ao solo. O plantio era feito em fileiras, em geral no sentido perpendicular às curvas de nível.

---

[34] TAUNAY, Afonso de E. Pequena história do café no Brasil. Rio Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945. 558p. Referência p. 257.

Os tratos culturais restringiam-se às capinas, feitas também utilizando-se apenas a enxada. O combate às formigas, através de venenos importados, era deficiente. A única área onde se observava uma maior difusão do progresso técnico era o beneficiamento do produto, com o aparecimento das máquinas de secar, despolpar, classificar e brunir o café. Dentro desse sistema arcaico, a existência de terras de matas virgens era uma condição de sua reprodução, uma vez que a queima da cobertura vegetal anterior, o plantio em fileiras "verticais" nas encostas dos morros e a ausência de adubação, conduziam ao progressivo esgotamento do fundo de fertilidade do solo, principalmente devido à erosão, num espaço de tempo médio de vinte anos [38]. Findo esse prazo, a produtividade dos cafeeiros atingia níveis inferiores, levando os fazendeiros a abandoná-los, a favor de novos cafezais, plantados segundo o mesmo esquema. Evidentemente, tal método de produção não era passível de reformulação independentemente das relações de produção e do nível geral do progresso técnico prevalecentes no conjunto da economia brasileira da época. Como consequência, a cafeicultura do Vale do Paraíba estava destinada a avançar sobre as terras de mata disponíveis. Ora, esse avanço esbarrou nos limites do próprio Vale, depois de que a fronteira da cafeicultura tinha penetrado pelas terras contíguas das regiões mineira, paulista e capixaba. Mas já então as reservas internas de matas na porção fluminense haviam-se esgotado, e a decadência inevitável iniciara-se, sob o signo da queda da produtividade dos cafeeiros antigos. Assim, mesmo a mudança radical das relações promovida pela Abolição, os avanços da mecanização do beneficiamento, e a expansão ferroviária, seriam insuficientes para reverter o sentido mortal da cafeicultura do Vale do Paraíba, que se erguera num período anterior sobre bases que se dissolviam sob o efeito de seus próprios componentes.

Na realidade, o binômio relações de trabalho - métodos de produção que prevalecia antes da derrocada do escravis

---

[38] "Segundo Simonsen, "a vida média produtiva do café, nessas terras, não passava de 20 anos". [...] - SIMONSEN, Roberto [...] op. cit. [...], Edição p. 165.

mo, e o que o sucederia depois da Abolição não possuía aqueles elementos dinâmicos que permitiriam, como muito bem o identificou Wilson Cano, a expansão do café do Oeste Paulista. Quando veio o término do trabalho escravo, a cafeicultura do Vale do Paraíba já se encontrava relativamente condenada, em razão do rápido envelhecimento dos cafezais, que se desvalorizavam rapidamente. A queda da produtividade dos cafeeiros [39], a escassez de terras de matas (cujos preços se elevaram mais de nove vezes entre 1840 - 1880), a falta e a deterioração da mão-de-obra escrava, num momento em que impunha-se a mecanização dos métodos de beneficiamento do produto, retiraram dos fazendeiros fluminenses as condições para realizá-la na amplitude necessária [40], assim como solaparam a situação financeira de muitos que conseguiram adquirir as caras máquinas de beneficiar café. Ainda em 1884, Van Delden Laerne fez um profundo estudo sobre a cafeicultura no Brasil, constatando um rendimento de apenas 22 e 3/4 de arrobas de café por 1.000 pés nas fazendas do Rio de Janeiro, onde um escravo cuidava de 3.644 pés, contra 2.788 árvores nas explorações paulistas. Impressionado pelo mau estado financeiro de grande número de fazendeiros, elaborou um relatório pessimista ao governo holandês sobre as possibilidades de expansão dessa lavoura no território brasileiro. Objetivamente, esse diagnóstico era respaldado pelos 1.029 registros de fazendas hipotecadas junto ao Banco do Brasil, por volta de 1888. Mas com a manutenção do trabalho escravo, a difícil situação da cafeicultura regional podia ser mascarada pelos rendimentos obtidos pela

---

[39] Em 1882 um observador assinalava que a produtividade era, então de 50 arrobas por mil pés, contra 100, 200 e até 300 arrobas, "antigamente" ver:
STEIN, Stanley J. op. cit. nota 1. Referência p. 262-263.
Contudo, essa produtividade parece muito elevada, e Simonsen aceita 20 arrobas por mil pés. Ver:
SIMONSEN, Roberto. Op. cit. nota 30, p. 189

[40] A própria eminência da supressão do trabalho escravo retirava dos cafeicultores as garantias para a obtenção do crédito indispensável para a compra de maquinaria em questão.

extensão e intensificação da jornada de trabalho. Contudo, com a Abolição, essa base de sustentação viu-se abruptamente derrubada. Além disso, os fazendeiros passaram a necessitar de maiores recursos financeiros, num momento em que seus fornecedores tradicionais - as casas comissárias - passavam a enfrentar a mortal concorrência dos exportadores do produto. Deste modo, apesar da mudança das relações de produção - com o advento do regime da parceria e das "turmas de camaradas", a cafeicultura do Vale do Paraíba foi desagregando-se, a começar pela sua porção mais antiga - a da região do Rio de Janeiro. Os efeitos imediatos do término do escravismo foi o abandono em massa das fazendas fluminenses pelos escravos que, no entanto, retornaram, pelo menos parcialmente, pouco depois, embora não para os seus antigos donos, premidos pela ausência de alternativas de sobrevivência. Mas "a abolição veio apressar a seleção, que se teria de processar com o tempo, registrando-se a ruína rápida da maioria da classe agrícola"[41]. No entanto, enquanto os preços do café mantiveram-se elevados, até 1896, a atividade ainda pôde resistir. Contudo, com a crise de 1897 a cafeicultura fluminense teve de ceder lugar ao avanço da criação de gado que, rapidamente, se apossou das terras esgotadas pelo café, substituindo essa cultura pelas pastagens.

Assim, consolidou-se a perda de posição da lavoura cafeeira do Rio de Janeiro, que teve de ceder a primazia a São Paulo em 1889 e o segundo lugar a Minas Gerais em 1896. A decadência contudo, não terminou, e em 1928 o Estado do Espírito Santo passava para o terceiro lugar como produtor da rubiácia, deslocando, mais uma vez, a lavoura fluminense.

O declínio da cafeicultura fluminense propagou-se, mais tarde, à região da Zona da Mata, em Minas Gerais, onde as

---

[41] SIMONSEN, Roberto. *Op. cit.* nota 30, p. 189-190.

condições de produção eram similares. Também ali observou-se o processo de esgotamento das terras e endividamento dos fazendeiros, declínio da produtividade e ruína final, com a substituição do café pela cana-de-açúcar e pela criação de gado. Mas Minas Gerais não perdeu, ao contrário do Rio, sua posição de segundo produtor, alcançada em 1896, graças à expansão dessa lavoura no Sul de Minas e mesmo no Triângulo Mineiro, ambos conectados pela Mogiana, que penetrou em território mineiro em 1889. Na verdade, as exportações mineiras desse produto elevaram-se de uma média de 1,4 milhões de sacas ano no quinqüênio 1889/94 para 2,7 milhões ano nos primeiros cinco anos do século XX, quando se estagnou com um patamar em torno desse total.

As poucas referências que existem sobre o desempenho da cafeicultura mineira na República Velha [42] são unânimes em afirmar a baixa taxa de acumulação de capital no setor, no caso da Zona da Mata, em consequência das condições desfavoráveis da lavoura. Assim como no caso do Rio de Janeiro, a cafeicultura da Zona da Mata erguera-se no período escravista, também se constituindo em lavoura de encosta, que aproveitava perdulariamente a

---

[42] Ver:

LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais. 1870-1920.* Petrópolis, Vozes, 1981. 108 p.

GÕES MONTEIRO, Norma de. *Imigração e colonização em Minas 1889-1930.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1973. 213 p.

WIRTH, John D. *O fiel da balança. Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982 364 p.

WIRTH, John D. *Minas e a nação. Um estudo de poder e dependência regionais 1889-1937* In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia.* São Paulo, DIFEL, 1975. p. 76 - 99.

NOGUEIRA DA COSTA, Fernando. *Bancos em Minas Gerais (1889-1964).* Campinas, UNICAMP, 1978. 332 p. Mimeografado.

SINGER, Paul. *Belo Horizonte.* In: *Desenvolvimento econômico e evolução urbana.* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977 p. 199-269

fertilidade natural da terra, sem contribuir para a sua manutenção, mas antes provocando a erosão acelerada do solo fértil. O sistema latifundiário predominava, chegando a tolher todas as iniciativas de atração de imigrantes estrangeiros com base no acesso à propriedade da terra. Nas vésperas da Abolição, a produção cafeeira já havia alcançado sua maturidade, mas a ausência de fronteira de expansão e o predomínio do trabalho escravo inibiam a continuidade do seu desenvolvimento. A acumulação de capital mantinha-se restringida, com a consequente retração do ritmo de avanço técnico. Com a extinção da escravatura, tornou-se possível a substituição do trabalho escravo pela parceria. No entanto, os entraves à imigração estrangeira continuaram através da oposição dos senhores de terra ao livre acesso à propriedade do solo e das péssimas condições de trabalho e remuneração da mão-de-obra, herança do passado escravista. Assim, não se assistiu à dominância do colonato, tal como em São Paulo.

O mútuo condicionamento das forças produtivas e das relações de produção resultavam numa baixa taxa de acumulação, que comprometia, por sua vez, o desenvolvimento da atividade. O processo de decadência acompanhou, pois, embora com certa defasagem, a experiência fluminense. A produtividade dos cafezais decaiu rapidamente com o aumento da idade média dos pés. Em conseqüência, elevaram-se os custos e caiu a rentabilidade do negócio. Segundo o "Relatório Carlos Prates", de 1906, a produtividade dos cafeeiros era em 1905 de 36 arrobas por mil pés, enquanto em São Paulo cafezais de 8 a 16 anos produziam 100 arrobas por mil pés, os de 20 a 30 anos, cerca de 50 arrobas, e os de 35 a 50 anos, uma média de 20 a 30 arrobas. A diferença entre as duas regiões era ainda mais marcante devido ao fato de que os cafezais da Zona da Mata, segundo Junqueira, tinham uma vida útil de 20 anos. O próprio sistema da parceria - segundo o qual o parceiro dividia ao meio com o proprietário o lucro da venda do café, recebendo, além disso, um salário por tarefas realizadas com a formação do cafezal - comprimia o excedente

te econômico obtido pelo fazendeiro. O dilema residia, pois, no fato de que as precárias condições da cafeicultura da região quando do término da escravatura haviam condicionado a adoção da parceria, forma inferior em relação ao colonato. Contudo a própria parceria - imposta pelo estágio insuficiente de desenvolvimento das forças produtivas - inibia a acumulação de capital, isto é, a desenvolução das forças produtivas.

O declínio inevitável da cafeicultura da Zona da Mata, com a conseqüente substituição pela pecuária, seria,no entanto, compensado pela expansão da lavoura no Sul de Minas, penetrado pela Mogiana, de modo que as exportações estaduais mantiveram-se em altos níveis, apesar do relativamente estagnados, durante as três primeiras décadas do século XX.

Paralelamente à decadência da cafeicultura do Vale do Paraíba e da Zona da Mata, essa atividade consolidava-se no Oeste Paulista. De fato, devido ao grande plantio efetuado até 1897, em princípios do século XX haviam em São Paulo cerca de 526 milhões de cafeeiros em produção. Nesta região, a rusticidade dos métodos de cultivo da rubiácia era contrabalançada pela extraordinária fertilidade natural do solo e pela topografia suave que garantia uma longevidade maior para os cafeeiros.Ademais, a difusão do colonato dava grande fôlego à atividade, garantindo, em termos favoráveis, a reprodução da força de trabalho e uma rápida acumulação de capital. Como resultado, a cafeicultura paulista constituiu-se no núcleo central do dinâmico "complexo econômico" que permitiria o formidável rítmo de desenvolvimento das forças produtivas, que culminaria com a instalação da grande indústria em São Paulo.

Na verdade, ao sistema do colonato difundido no Oeste Paulista adaptou-se magnificamente a mão-de-obra imigrante, pelo menos nas fases favoráveis do ciclo cafeeiro. Com efeito, a possibilidade de produzir alimentos entre as fileiras do cafezal, enquanto os pés não tinham se desenvolvido suficiente

mente, brindava aos colonos a oportunidade de, com um pequeno acréscimo de trabalho, conseguir um rendimento relativamente elevado, com a venda dos produtos obtidos, além de servir para o abastecimento de suas famílias. Mesmo quando os cafeeiros cresciam e os colonos eram obrigados a manter suas roças fora do cafezal, ainda assim conseguiam, se bem com um sacrifício mais elevado, um complemento importante de sua renda familiar. Com o tempo, muitos colonos acumulavam uma quantia suficiente de recursos, podendo tentar a sorte como pequenos proprietários nas áreas decadentes do café, ou mesmo em regiões onde não se processava a penetração dessa cultura. Muitas famílias de imigrantes, após conseguir recursos trabalhando nas fazendas, dirigiram-se às cidades, integrando-se ao comércio ou à pequena indústria. De acordo com Holloway, o interesse dos colonos pelas novas plantações que permitiam o plantio intercalado do café e de alimentos era tão grande que o próprio processo de expansão cafeeira "estava relacionado de perto com as condições do mercado de trabalho e com o sistema de organização do trabalho, de tal modo que a demanda por parte dos colonos de áreas para suas culturas alimentícias, "artificialmente" estimulava a abertura de novas lavouras de café" [43]. Assim, a concorrência por colonos estimulava - da mesma forma que a renda diferencial decorrente das plantações novas - a expansão da fronteira agrícola, independentemente das condições do mercado do café. Por outro lado, a forma dos contratos ligava o aumento do plantio dos cafeeiros à produção alimentar, contribuindo para o aumento da oferta de produtos básicos de alimentação.

Na verdade, o novo sistema de trabalho possibilitado pelo colonato está na raiz do crescimento da lavoura cafeeira a partir de 1886, que resultaria nas grandes safras da virada do século XIX ao XX, que deram origem à profunda crise do setor naquele período. A presença de um mecanismo "autonomo" de

---

[43] HOLLOWAY, Thomas H.. *Op. cit.* nota 1, p. 170.

expansão cafeeira - que poderia ser a contribuição da pressão dos colonos pelos nossos cafezais - parece ter sido bem identificado na época, sendo uma das motivações da lei de 1902, que proibia os novos plantios. Por outro lado, a crise pertubou profundamente o mercado de trabalho, forçando a queda dos salários monetários e provocando a agitação dos colonos, que abandonaram, em grande número, as fazendas, dirigindo-se aos centros urbanos ou mesmo saindo do País. Contudo, tão logo o mercado se restabeleceu, as condições de trabalho do café voltaram à normalidade, e o sistema do colonato preservou-se, dando condições para a expansão da cultura até o final da República Velha. Então, o colonato havia cumprido seu destino, permitindo, além do crescimento da lavoura de exportação, que uma grande massa de colonos acumulasse uma soma razoável de recursos, conseguindo condições para dirigirem-se aos centros urbanos como comerciantes ou pequenos industriais, ou tornarem-se pequenos proprietários rurais. Deste modo, já em 1905 cerca de 13% das propriedades agrícolas de São Paulo estavam em mãos de estrangeiros, num total de 7.336 unidades. Quinze anos depois, este número havia se elevado para 20.381 fazendas, correspondendo a 27% das existentes, enquanto que em 1934- em plena crise cafeeira - haviam 73.746 propriedades de estrangeiros no Estado. A diferença entre a participação dos não nacionais no número de propriedades e na área total, demonstra que os estabelecimentos dos estrangeiros eram, em média, bem menores do que os dos brasileiros, enquanto que a diferença entre a porcentagem da área total e do valor das propriedades, mostra que, em geral, as explorações em poder dos emigrantes estrangeiros eram mais intensivas do que as dos brasileiros (quadro 3.5.5). Mesmo no caso do café, os imigrantes conseguiram importante lugar como produtores. Segundo Holloway [44], em 37 dos 97 municípios da zona cafeeira de Santos, os imigrantes eram donos de pe-

---

[44] Ver:
GRAHAM, Douglas H. e MERRICK, Thomas W. Op. cit. nota 25 referência p. 147-148.

QUADRO 3.5.5

DADOS ESCOLHIDOS SOBRE PROPRIEDADES RURAIS
DE ESTRANGEIROS
SÃO PAULO
1905-1934

ANOS DO CENSO	PROPRIEDADES		ÁREA		VALOR	
	NÚMERO	% DO TOTAL	MILHARES DE HA	% DO TOTAL	MILHÕES DE MIL-RÉIS	% DO TOTAL
1905	7 336	13	804	7	84	8
1920	20 381	27	1 562	13	437	19
1934	73 746	27	4 270	20	1 586	28

Fontes: SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Estatística agrícola e zootécnica, 1904-5, 4 vols. (São Paulo, 1906-10) passin: Diretoria Geral da Estatística, Recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920, vol. 3 parte 2 (Rio de Janeiro, 1924) p. XXXV:
SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Recenseamento agrícola-zootécnico realizado em 1934 (São Paulo, 1936), p. 29. Apud.
GRAHAM, Douglas H. & MERRICK, Thomas W. População e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Zanar, 1981. p. 147.

lo menos 30% das propriedades rurais em 1905. É bem possível que grande parcela dessas propriedades fosse resultante da fragmentação das fazendas cafeeiras antigas e decadentes, ou então fossem pequenos estabelecimentos não-cafeeiros, colocados nas áreas de terras inaptas para essa cultura, entre as fazendas de café. Contudo, mesmo assim, dados para 1923 mostram que 31,5% dos cafeeiros existentes naquela data eram de propriedade de estrangeiros. Mesmo considerando-se apenas os cafezais em poder dos italianos - que, reconhecidamente, chegaram ao Brasil, em sua esmagadora maioria, como mão-de-obra agrícola - ainda assim representavam 18,3% do total. Em 1932, quando o abandono das fazendas de café e a sua venda parcelada já se havia iniciado, em decorrência da crise, quase 40% dos cafeeiros se encontravam nas mãos de estrangeiros em São Paulo, sendo que 22% de italianos. Também aqui confirma-se a tese de que os estabelecimentos dos estrangeiros eram menores do que os nacionais, uma vez que o número de cafeeiros por fazenda era bem menos no caso das explorações dos imigrantes, principalmente dos italianos (Quadro 3.5.6). Como se vê, a mobilidade sócio-econômica no sentido ascendente dos imigrantes estrangeiros era bastante acentuada. Ou seja, as características do colonato "contribuíram para o êxito dos imigrantes em superar sua pobreza inicial e tornar-se, com o tempo, pequenos e médios proprietários no próprio ambiente rural que sem dúvida havia começado por explorá-los como substituto conveniente para o trabalho escravo"[45].

O gigantesco incremento da capacidade de produção dos cafezais brasileiros, ocorrido a partir de 1886, só se faria sentir na grande safra de 1896-97, quando foram produzidas 9,3 milhões de sacas, contra uma média de 6,3 milhões no período 1891-96. Desta feita, os preços internacionais viriam abaixo, de forma abrupta, comprometendo seriamente a receita cambial do País. Pela primeira vez, o aumento da quantidade exportada

---

[45] GRAHAM, Douglas H. & MERRICK, Thomas W. Op. cit. nota 43, p. 151.

QUADRO 3.5.6

DADOS ESCOLHIDOS POR NACIONALIDADE
SOBRE PROPRIEDADE DE CAFEZAIS
OESTE DE SÃO PAULO
1923-1932

INFORMAÇÕES	1923	1932
Porcentagem dos cafezais produzindo	100,0	100,0
Brasileiros	69,5	60,5
Total de estrangeiros	31,5	39,1
Italianos	18,3	22,0
Portugueses	3,7	4,6
Espanhóis	2,7	6,1
Outros	6,8	6,4
Número de cafezais por fazenda (milhares)	25	18
Brasileiros	31	22
Italianos	15	14
Portugueses	22	16
Espanhóis	18	13

Fontes: SÃO PAULO. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho (São Paulo) nº 50-51 (1º e 2º trimestres de 1924; e
SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Lavoura cafeeira paulista e sua distribuição por nacionalidade 1932-33 (São Paulo, s.d.), pp. 8-23.
Apud. GRAHAM, Douglas H. & MERRICK, Thomas W. População e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Azhar, 1981. p. 148.

não foi suficiente para compensar a deterioração dos preços do produto, de forma que o valor das vendas de café no exterior atingiu apenas 36,2 milhões de libras no biênio 1896-97 quando em 1895-96 a receita tinha sido de 43,3 milhões.

A depressão no mercado do café continou até 1910, quando sobreveio nova elevação dos preços da rubiácia. Durante este período, praticamente cessaram os novos plantios, não só em decorrência dos preços baixos, mas também devido às medidas deflacionistas adotadas nos governos de Campos Salles (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906), ao imposto sobre novos plantios, instituídos em São Paulo em 1902, às restrições estabelecidas pelo Convênio de Taubaté, em 1906, e à própria escassez de recursos financeiros, decorrentes da crise. Também foi neste período que o Estado, pela primeira vez, adotou uma política intervencionista no mercado do café, ensaiando os primeiros passos em direção ao planejamento do setor. Essa intervenção, consagrada no Convênio de Taubaté, se, no plano objetivo, representava a resposta à crise do setor, subjetivamente, era o resultado do movimento intervencionista, gestado na fase descendente do ciclo, a partir de 1892, no seio da burguesia cafeeira. Com efeito, ainda no ano crítico de 1896, reuniram-se em Petrópolis representantes dos principais estados cafeicultores, para organizar a propaganda do café. A 3 de março, foi firmado um acordo entre Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Bahia, para organizar a propaganda no exterior. Este acordo seria aprovado por decreto, a 11 de novembro. Por outro lado, também em 1896, reuniu-se, em São Paulo, em setembro/outubro, um congresso de fazendeiros, para debater os problemas da cafeicultura. Três anos depois, quando o Brasil já negociara o Funding Loan de 1898, e subira ao poder Campos Salles, a política econômica de Murtinho, alicerçada no corte do gasto público, austeridade financeira e elevação cambial provocaria a reação dos cafeicultores, que passaram, progressivamente, a defender a intervenção estatal no mercado, através, inclusive, do compra e excedentes de café, a concessão de crédito aos fazendeiros

queda da taxa de câmbio, com repúdio da solução de Murtinho, baseada no "livre jogo das forças de mercado", que implicava na quebra dos cafeicultores em piores condições, ou, segundo o darwinismo social, na redução da produção por "seleção natural". Com a continuação da crise, prosseguiu a fermentação no seio da burguesia cafeeira, que passou a elaborar vários projetos para a "valorização" do café. Também sucederam-se os congressos da classe produtora, com a realização, em 1903, de dois grandes encontros: o Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais, e do Congresso dos Lavradores de São Paulo. Em 1905, a pressão exercida pela opinião pública sobre os governos estaduais, principalmente o de São Paulo, era cada vez mais forte. Finalmente, diante da crise objetiva do setor e da pressão subjetiva dos cafeicultores, e ante à passividade do governo federal, comprometido com sua política restritiva, os governos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro viram-se obrigados a agir, firmando o Convênio de Taubaté, a 25 de fevereiro de 1906, que pedia, entre outras coisas a criação de um aparelho que permitisse a manutenção de uma dada taxa de câmbio, evitando a sua elevação; um preço mínimo para o café (entre 55 e 65 francos por saca), o desestímulo à exportação dos tipos inferiores e a compra, para armazenamento, dos excedentes do produto. Para viabilizar a proposta, foi estabelecida uma sobretaxa de 3 francos por saca exportada, que garantiria um empréstimo externo de 15 milhões de libras esterlinas, a ser contratados por São Paulo para retirar o café do mercado. O plantio do produto seria dificultado[*]. Assim, sem compromisso ideológico com o "laissez-faire", a burguesia cafeeira, ainda nos seus primeiros passos, pas-

---

[*] A 4 de julho de 1906, efetuaram-se, em Belo Horizonte, algumas modificações e aditamentos ao Convênio de Taubaté. Acordou-se em estabelecer um preço de garantia em moeda nacional, de 32$000 por saca, que poderia ser elevado até 40$000. A sobretaxa de 3 francos poderia ser cobrada pelos estados, em lugar da União. A sanção definitiva ao Convênio veio a 31 de julho do mesmo ano, através da aprovação do projeto pelo Senado Federal. Finalmente, a 22 de dezembro deste ano, a comissão do Congresso Nacional, composta a pedido da Caixa de Conversão, que deveria cuidar do mercado de câmbio, aprovava a taxa cambial, conforme a estipulado no Convênio de Taubaté.

sava a valer-se da intervenção do Estado, através de suas organizações regionais, para viabilizar a manutenção da lucratividade da cafeicultura. Acordados entre si, os governos dos estados contratantes impuseram sua política a Rodrigues Alves, o presidente que sucedera a Campos Sales.

Uma vez estabelecidas as bases institucionais para a intervenção no mercado cafeeiro, restava obter-se os recursos para a sua implementação. Em agosto de 1906, o Governo de São Paulo conseguiu do Brasilianische Bank fur Deutschland um milhão de libras, reembolsável em um ano, a 01 de agosto de 1907. Por outro lado, um grupo de comerciantes de Nova York decidiu-se a fornecer 80% dos fundos necessários à aquisição de 2 milhões de sacas, a 7 cents por libra-peso. Ainda em 1906, em dezembro, negociaram-se mais dois empréstimos, sendo um de 2 milhões de libras, obtidas junto à Casa J.H Schroeder & Co. de Londres, e o outro de um milhão de libras, com o National City Bank, de Nova York. Conseguiu-se também a cobertura do primeiro empréstimo, obtido junto ao Brasilianische, por outro, também conseguido com a Schroeder.

Com tais recursos, começaram as compras de café. Contudo, apesar dos milhões de sacas retiradas do mercado, os preços continuaram a cair. Em junho de 1909, o Estado de São Paulo suspendeu as compras do produto, depois de ter adquirido 8 milhões de sacas, devido ao esgotamento de seus fundos. Fizeram-se, então, novos esforços para a obtenção de mais recursos, conseguindo-se, através do arrendamento, pelo Estado de São Paulo, da Sorocabana Railway Co. Ltda, mais dois milhões de libras esterlinas. Também foram obtidos mais 3 milhões de libras, desta vez através da Casa Rothschild, que foi autorizada pelo Senado, em outubro, a entregar tais recursos ao governo de São Paulo.

Em inícios de 1908, o Estado de São Paulo começou a vender seus estoques, dispondo, contudo, de apenas 1.200 mil

sacas, depois do que suspendeu suas vendas. Diante da existência de novos excedentes, e ante à manutenção dos preços de exportação em níveis desfavoráveis, o governo de São Paulo viu-se obrigado a instituir um imposto ad valorem de 20% sobre as exportações que excedessem a 9 milhões de sacas na safra de 1908-09; 9,5 milhões na de 1909-10 e 10 milhões na safra do 1910-11. A sobretaxa foi elevada para 5 francos e conseguiu-se, junto à Casa J. H. Schroeder & Co. e à Societé Génèrale de Paris, mais 15 milhões de libras esterlinas.

Finalmente, em 1909, os preços internacionais do café começaram a se elevar, como resultado da continuidade do aumento da demanda mundial, numa situação em que a oferta mantinha-se mais ou menos estável, pois, muito embora os plantios não tivessem cessado de todo, depois de 1896, tinham se mantido num nível bem modesto. Mas foi em 1910 que fez-se sentir uma significativa elevação nos preços do café, com o valor médio da saca exportada saltando de £1,98 um ano antes para £2,74. Desta feita, a queda da safra brasileira, fôra suficiente para perturbar o equilíbrio então existente no mercado, que favorecia os compradores. Com a elevação dos preços, aumentou, então, a receita cambial, desafogando a situação das finanças públicas da nação e permitindo, inclusive, o pagamento, em junho de 1913, dos compromissos financeiros assumidos pelo governo de São Paulo para tocar o plano de valorização.

Mas o fôlego da nova retomada dos preços altos do café seria curto, e, em 1913 a crise internacional, ao provocar a redução abrupta da demanda dos produtos de exportação, levaria de roldão os preços de café, revertendo as alvissareiras expectativas anteriores. Com o início da I.ª Guerra, a situação se agravou, com a fuga de capitais do País, o fechamento da Caixa de Conversão, que mantinha-se inativa desde 1910, e a negociação de um novo Funding Loan, por parte do Governo Federal. Os preços do café, tanto internos quanto externos, continuaram sua trajetória baixista, atingindo seu ponto mais baixo em 1917.

quando o valor médio por saca exportada chegou a apenas 1,88 libras, ou 36,4 mil réis. A situação se agravou ainda mais em 1917, em função da diminuição do quantum exportado, em consequência da suspensão das importações por parte dos ingleses, por falta de recursos de embarque, e da entrada dos Estados Unidos na Guerra, o que provocou uma diminuição radical em suas importações. Simultaneamente, a presença de grandes estoques, formados em safras anteriores[47], e a perspectiva de uma grande safra para 1917-18 anunciada pela floração dos cafeeiros paulistas[48], tornavam ainda mais sombrias as condições futuras do mercado.

Diante deste quadro, novamente o Estado seria chamado, a fim de intervir na economia, salvando a oligarquia cafeeira da bancarrota. Assim, o Congresso Nacional autorizou o presidente da República[49] a emitir até 300 mil contos, em papel moeda, que seriam destinados a inúmeros fins, inclusive ao desenvolvimento da indústria de bens de produção, imprescindível em situações similares àquela do momento, onde o mercado externo estava fechado, tanto para exportação quanto para importação, e o País em guerra. Para realizar a "defesa" do café, São Paulo recebeu, entre 29 de agosto de 1917 e 28 de junho do ano seguinte, cerca de 110 mil contos. Com estes recursos, pôde então adquirir mais de 3 milhões de sacas de café, até 30 de julho de 1918.

Mais uma vez, o plano de valorização do café seria bem sucedido, desta vez devido às fortes geadas que atingiram as plantações, de 24 a 26 de junho de 1918, afetando 300 dos 800 milhões de cafeeiros de São Paulo, e ao fim da guerra, que levou ao restabelecimento do comércio externo e à elevação dos

---

[47] *Em julho, existiam, apenas em Santos, cerca de 6 milhões de sacas disponíveis.*

[48] *Esperava-se um excesso de 4 milhões de sacas*

[49] *Decreto nº 3.316 de 16 de agosto de 1917.*

preços do produto. A nova conjuntura permitiu a venda vantajosa dos estoques existentes, dando um lucro de 129 mil contos aos governos federal e paulista. Também a balança de pagamentos do País experimentou grande desafogo, em razão da extraordinária receita advinda das exportações de café em 1919, que atingiu os 66,1 milhões de libras esterlinas, para uma quantidade exportada de quase 13 milhões de sacas.

Em 1920, nova crise atingiu o mercado de café. Os prenúncios de uma nova grande safra, presentes na floração dos cafeeiros paulistas, e na recessão da economia americana, que levou os bancos norte-americanos e ingleses a retraírem seus créditos, tirando dos operadores norte-americanos as condições de manter grandes estoques de café, levaram à queda das cotações do produto em Nova York, que caíram de 23,5 centavos de dólar por libra-peso, em junho deste ano, para 9,5 centavos no início de 1921.

Novamente, o governo paulista reagiu, começando a retirar, imediatamente, café do mercado, tomando um empréstimo internacional para financiar maiores retiradas. Também o Governo Federal interviu e, em fins de 1921, já havia retirado 1,5 milhões de sacas. Em maio de 1922 assinou-se um empréstimo de 9 milhões de libra com as casas Rothschild, conseguindo-se os recursos para financiar a defesa do produto. Ao todo, foram retiradas, no período crítico, aproximadamente 4,5 milhões de sacas, através dos recursos da recém-criada Carteira de Redesconto do Banco do Brasil. Também realizou-se a primeira tentativa de regular as entradas de café nos pontos, de modo a se evitar não somente os inúmeros problemas financeiros e de transportes que causavam, mas também a retração dos preços, resultante da chegada de grandes partidas para a exportação.

Mais uma vez, as circunstâncias engendraram o êxito da valorização: as safras recordes de 1921-22 e de 1922-23 e a recuperação da economia mundial provocaram a redução

estoques existentes, induzindo, pois, à elevação dos preços. Desse modo, ainda em 1924 todo o café armazenado durante a operação havia sido vendido a preços compensadores, permitindo a liquidação antecipada do empréstimo de 9 milhões de libras, cujo prazo era de 30 anos, e a auferição de lucros apreciáveis.

Mas nem bem se liquidava a operação e uma outra se fazia necessária. Com efeito, as floradas da safra 1923-24 mostravam que esta poderia atingir até 20 milhões de sacas, o que geraria um excedente apreciável, comprometendo os preços do produto. Ora, já então, devido às experiências anteriores, o Estado brasileiro estava se armando para encetar a política de "defesa permanente" do café, substituindo seus esquemas provisórios, construídos no calor das crises cafeeiras, por um mecanismo que operasse continuamente. Assim, em outubro de 1921, o Presidente Epitácio Pessoa enviou ao Congresso Nacional uma mensagem, sugerindo a instituição da defesa permanente do café. Como resultado, o Congresso aprovou um projeto mais amplo, criando, em junho de 1922, o Instituto da Defesa Permanente da Produção Nacional, que previa, entre outras medidas, um sistema de empréstimos para produtos de fácil armazenagem e a compra de café para a sua retirada transitória do mercado. Contudo, o novo governo empossado em novembro de 1922 não colocou o Instituto em funcionamento, restringindo-se a construir armazéns reguladores junto aos entroncamentos de estradas de ferro nas regiões cafeeiras. O funcionamento deste armazéns criou inclusive, muitas dificuldades, em razão da inadequação do esquema de financiamento dos estoques armazenados, das irregularidades no seu envio dos postos, do aumento da quantidade de cafés inferiores nos portos, criando problemas à exportação, e aos interesses feridos das grandes casas comissárias. Em 1924, o Governo Federal passou os encargos da defesa do café ao Estado de São Paulo, transferindo-lhe, também, os armazens reguladores. Ainda neste ano, em dezembro, nasceu o Instituto Paulista da Defesa do Café [52], que objetivava regularizar as entradas do produto no por-

---

[52] Lei Estadual nº 2.035 de 19 de dezembro de 1924.

to exportador de Santos; o empréstimo, a juros módicos, de recursos financeiros aos cafeicultores, com a garantia do café depositado nos reguladores; e a compra do produto, quando necessário. Para financiar suas operações, previa-se uma taxa de viação de mil-réis-ouro sobre cada saca de café que tramitasse no estado; a celebração de acordos com outros estados cafeeiros, para que também recolhessem este tributo; e a obtenção de empréstimos externos. Previa-se também a criação do Banco Paulista de Crédito Agrícola.

Finalmente, contando com os instrumentos adequados, o Estado de São Paulo pôde agir. Para tanto, o Instituto [51] contratou um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas, em janeiro de 1926, junto a Lazard Brothers Co. [52]. Contudo, já então o mercado cafeeiro se mostrava em relativo equilíbrio, tendo a quase crise de 1924 sido enfrentada pela retenção do café pelos armazéns reguladores. O novo mecanismo, previa a emissão de warrants sobre os quais o Banco do Estado de São Paulo adiantava 60 mil réis por saca depositada nos armazéns [53]. Este novo plano de valorização trazia, então, uma grande novidade, ao forçar a estocagem do café no interior do País. Com isso, quebrava-se o poder do oligopsônio dos importadores estrangeiros - principalmente norte-americano - que mantinha um grande diferencial entre os preços ao consumidor estrangeiro e os preços ao exportador do Brasil. Os importadores viram restringir-se seus estoques, e obrigados a aceitar preços mais elevados do café brasileiro. Em consequência, gerou-se um processo de manutenção sistemática de altos preços do produto no mercado externo. Esta tendência altista reforçou-se com o fortalecimento do controle das exportações do café, como o Segundo Convênio Cafeeiro, celebrado em 1927 por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que

---

[51] *Em 1925 seu nome foi alterado para Instituto do Café de São Paulo.*

[52] *Posteriormente, a mesma casa bancária londrina forneceu 5 milhões de libras, aproximadamente, ao Banco do São Paulo, para financiamentos aos cafeicultores.*

[53] *O preço no porto de Santos era, então, de 170 mil réis por saca.*

acordaram controlar conjuntamente as entradas de café e os estoques máximos em todos os portos. Finalmente, em fins de 1927 foi permitida a substituição dos cafés finos nos armazéns reguladores pelos cafés ordinários, o que provocou a elevação dos preços destes últimos. Por outro lado, em dezembro de 1926, criou-se a Caixa de Estabilização que, a exemplo da extinta Caixa de Conversão, deveria assegurar a estabilidade cambial, o que, na prática, equivalia a impedir a elevação do câmbio induzida pelo aumento da receita de exportação do País devida aos altos preços internacionais do café. Com isto, garantia-se a manutenção de preços internos do produto ainda mais favoráveis.

A política de defesa permanente levaria ao extraordinário aumento da capacidade de oferta de café, ao induzir a elevação sistemática dos preços do produto. Na verdade, desde 1917 que se reiniciaram, em escala apreciável, o plantio de novos cafezais no Brasil. Três anos depois, nos quatro maiores estados produtores (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo) haviam 1.582,2 milhões de pés de café. Já em 1926, o Ministério da Agricultura avaliava a existência de 2.011,2 milhões de cafeeiros, com 415,6 milhões de novas árvores, de grande produtividade. O rush cafeeiro extravasava, inclusive, as áreas mais propícias, penetrando em quase todas as unidades da Federação. Mas além de incentivar a abertura de novas frentes de produção, o sistema induzia à manutenção das lavouras já envelhecidas, de menor rentabilidade, mas que, aos preços vigentes, ainda eram lucrativas. Em 1927, já eram 2.253,2 milhões de pés de café no território nacional, dos quais 544,3 milhões eram plantas novas.

A manutenção de altos preços no mercado internacional, e a expansão exacerbada da produção nacional faziam com que todos, então, augurassem um brilhante futuro à cafeicultura brasileira. Entretanto, a partir de 1926, as colheitas foram abundantes, e as pequenas safras tornaram-se excepcionais. Na safra de 1929-30, a situação agravou-se e, depois da Colheita

mente pequena safra de 1928-29, as floraçÕes anunciavam uma gigantesca colheita, em torno de 30 milhÕes de sacas, para 1929-30. Surgiu, então, em meados de 1929, a crise, agora de terrí veis proporçÕes. A princípio, o Governo de São Paulo tentou reagir, contraindo novo empréstimo, de 2 milhÕes de libras esterlinas, mas os recursos mostraram-se insuficientes. A situação complicou-se rapidamente, pois os fazendeiros haviam recebido adiantamentos por conta das safras de 1928 e 1929, que se encontravam em grande parte retidas, enquanto os preços caíam aceleradamente. Também a reação do governo federal tornou-se desastrosa, pois o Presidente Washington Luís tentou aumentar a quantidade exportada, sustentando a taxa cambial e deixando os preços caírem. Contudo, a queda dos preços foi de tal ordem que mais que compensou o pequeno aumento das exportações. Simultaneamente, o mecanismo da Caixa de Estabilização, imaginado para impedir a elevação do câmbio, atuou impedindo temporariamente a sua queda, enquanto provocava grande sangria de divisas, através da saída de capitais do País, via troca de notas de Caixa de Conversão por câmbio, a preços favoráveis aos compradores. Finalmente, a redução das receitas advindas das vendas de café no exterior refletiu-se na taxa de câmbio, induzindo ao seu declínio. Em meio à rápida deterioração das circunstâncias, São Paulo conseguiu mais um empréstimo, desta vez de 20 milhÕes de libras, mas também esta quantia não foi suficiente para reequilibrar o mercado cafeeiro. A expansão da produção, incentivada pela manutenção de altos preços e pela disponibilidade de crédito, ultrapassava os estreitos limites da capacidade de consumo do produto, levando a economia cafeeira a uma crise decisiva, que leveria consigo, durante algum tempo, toda a economia brasileira.

Na verdade, a crise que se seguiu representou o ponto de ruptura com o antigo padrão de crescimento da economia nacional, alicerçado no aumento das exportações de café. Representou também o término da revolução agrícola, propiciada pela expansão da lavoura cafeeira, iniciada em meados do século XIX, e que permitiria, no seu desenrolar, a superação da [illegible] vista de produção e a emergência do capitalismo.

Depois do café, o principal artigo de exportação do Brasil durante a República Velha foi a borracha. Produto natural da Amazônia, o látex era extraído da seringueira nativa em quantidades relativamente pequenas, embora em contínuo aumento, antes da década de 1870, quando a sua produção atingiu as mil toneladas/ano, estagnando-se, apesar da manutenção de preços relativamente altos, em torno de £182 por tonelada. Essa situação derivava da escassez de força de trabalho, uma vez que a ampla utilização de escravos índios era insuficiente para dar conta das necessidades presentes,[54] pois, além da borracha, produzia-se na região o cacau e uma série de produtos alimentares, resultado da expansão da fronteira agrícola no Pará. A pequena população local, totalizando 333 mil habitantes para toda a Região Norte em 1872, não possuía um contigente ativo suficiente para tocar todas as atividades econômicas. Ademais, havia o problema dos baixos rendimentos do trabalho nos seringais, calculados por Roberto Santos entre 120 a 200 Kg de borracha seca por seringueiro por ano no período de 1850 a 1870, e entre 20 e 210 Kg de 1870 a 1890, durante a chamada "fase de adestramento do nordestino". A pequena produtividade em látex/homem/ano tornava necessário um grande volume de mão-de-obra para dar conta de qualquer acréscimo de produção induzido pela elevação dos pre

---

[54] ..."*Os escravos negros não participavam da produção de borracha, sendo reservados para trabalhos mais "nobres", domésticos, etc.*"
SANTOS, *Roberto*. Op. cit. nota 12. Referência p. 63

Para o exame da economia gomífera da Amazônia, em todos os seus aspectos, ver, fora o excelente trabalho de Roberto Santos, as seguintes obras:
FURTADO, Celso. O problema da mão-de-obra. Transumância amazônica. In: Formação econômica do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1975 p. 129-135.
CANO, Wilson. Op. cit. nota , p. 87-92
COELHO PRADO, Maria Lígia e ROLIM CAPELATO, Maria Helena. A borracha na economia brasileira da Primeira República. In FAUSTO, Boris. Op. cit. nota , p. 235-307.

ços internacionais do produto. Segundo as estimativas de Roberto Santos, as necessidades de força de trabalho, em termos médios, para a atividade extrativa da borracha, seriam de 12,3 mil em 1860, 24,7 mil em 1870, 37,7 mil em 1880 e 65,8 mil dez anos depois. O máximo teria sido atingido em 1912, quando seriam necessários 151,7 mil trabalhadores [55]. Estes totais incluem apenas a força de trabalho dos seringueiros, excluindo o pessoal administrativo dos estabelecimentos produtores de borracha, assim como a mão-de-obra necessária pelas atividades de transporte e comércio do produto.

Preocupados com o problema da escassez de mão-de-obra, da insuficiente oferta de produtos agrícolas e da falta de ocupação das terras da Amazônia, os governos provinciais da Região tentaram introduzir imigrantes. Também alguns particulares fizeram o mesmo, objetivando desenvolver a exploração agrícola. Antes mesmo da década de 1870, houveram algumas tentativas, como o estabelecimento a partir de 1854, das Colônias de Mauá, 9 milhas abaixo de Manaus, e Itacoatiara, no município de Serpa, pela Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, de Mauá, cumprindo disposição do contrato celebrado com o Governo, quando da concessão da linha de navegação. Foram introduzidos 1.061 portugueses e 30 chineses, mas os resultados parece que foram nulos ou negativos. Entre 1866 e 1867 criou-se a Colônia Bom Gosto, fundada com imigrantes vindos dos EUA, depois da Guerra da Secessão. Essa experiência também fracassou. Na década de 1870, fez-se nova tentativa, com a instalação da Colônia de Benevides, perto de Manaus, em 1875, com 180 estrangeiros, mas ainda desta vez o fracasso coroou a aventura. Na realidade, a agressividade do meio natural em face da experiência anterior dos imigrantes, a sua própria qualificação insuficiente, o pequeno número de colônias fundadas e dos colonos introduzidos, a sua localização

---

[55] *Esses valores foram obtidos retirando-se a média das estimativas máxima e mínima de Roberto Santos para o pessoal ocupado diretamente na extração do látex. Ver-se:*
SANTOS, Roberto. Op. cit. nota 12, p. 65-69.

inapropriada, a inépcia administrativa dos órgãos encarregados, a própria política do Império de atrair imigrantes para o Sul e Sudeste do País, foram os fatores que predeterminaram o insucesso das tentativas, fazendo com que o Governo local desistisse de repeti-las. Não é de se estranhar, pois, que em 1890 o Censo registrasse apenas 7.316 estrangeiros na Amazônia, representando uma proporção insignificante da população regional: 1,5%.

A solução do problema da mão-de-obra só viria em fins da década de 1870, quando este tinha assumido feições mais agudas, e de uma forma inesperada. Em 1877 inicia-se uma seca de extraordinárias proporções no Nordeste, prolongando-se até 1880, dizimando o rebanho bovino da região e matando de cem a duzentas mil pessoas. Formou-se então um significativo fluxo migratório para a Amazônia, transformando em rio caudaloso o tímido fluxo de imigração tipicamente nordestina, que havia se iniciado a partir da seca de 1808-1809, e que vinha aumentando lentamente desde então. A decadência da economia nordestina, o término da prosperidade cearense após o fim do "boom" algodoeiro pela Guerra Civil nos Estados Unidos e a continuação do aumento demográfico, dentro de uma estrutura social sufocante, de domínio por parte dos grandes latifundiários, vinham criando as condições para o desencadeamento do processo migratório. Com a seca, rompeu-se o dique, e as amarras que prendiam o nordestino, particularmente o sertanejo, à sua terra arrebentaram-se, dando origem à "transumância amazonica", segundo a expressão de Celso Furtado. "O movimento de ajuda às populações vitimadas logo foi habilmente orientado no sentido de promover sua emigração para outras regiões do país, particularmente a região amazônica. A concentração de gente nas cidades litorâneas facilitou o recrutamento. Por outro lado, as condições de miséria prevalecentes dificultaram, pelo menos durante algum tempo, a reação dos grupos dominantes da economia da região, os quais viam na saída da mão-de-obra a perda de sua principal fonte de riqueza".

---

[48] FURTADO, Celso. *Op. cit.* nota 38, p. 135.

Com efeito, organizou-se um sistema de aliciamento, por iniciativa de particulares que procuravam arregimentar trabalhadores no Nordeste, aproveitando-se das condições propícias. A ilusão de que pudessem operar como seringueiros autônomos; de que conseguissem enriquecer-se rapidamente; a propaganda e arregimentação realizada pelos prepostos dos seringalistas; os próprios subsídios que os governos do Pará e Amazonas passaram a conceder ao transporte de imigrantes para a colonização agrícola; a proximidade e as facilidades de transporte; e a própria ruptura da resistência dos senhores de terra, devido à seca, fizeram com que os nordestinos empobrecidos demandassem a Amazônia, na crença de que suas condições de vida iriam passar por uma melhoria radical.[57]

O vulto da migração nordestina para a Amazônia foi grande. Celso Furtado calcula em 260 mil, aproximadamente, o seu total entre 1892 e 1900, elevando-se a 500 mil até 1910; Graham e Buarque de Holanda estimam 117 mil entre 1872 e 1900; Benchimol arrola para o período 1872 - 1900, cerca de 160 mil.[58] Tomando-se, grosso modo, a taxa de crescimento vegetativo do Brasil no período entre os dois primeiros Censos (1872 e 1890) como parâmetro (o que equivale a desprezar as diferenças regionais nas taxas de mortalidade e natalidade), tem-se que teriam saído do Nordeste entre os recenseamentos cerca de 365 mil migrantes, o que equivale a uma taxa de migração negativa de 7,9% para 18 anos.[59] Contudo, o mesmo procedimento indicaria que a Região Norte teria recebido, no mesmo período apenas 21 mil imigrantes (taxa de migração de 6,3%). Na verdade, a metodologia adotada distorce completamente os resultados, pois, em razão da seca de

---

[57] *Ver* SANTOS, Roberto. *Op. cit.* nota 12 p. 107-108.

[58] *Informações fornecidas por:* SANTOS, Roberto. *Op. cit.* nota 12, p. 99-100.

[59] *As taxas de migração expressam a porcentagem do número de migrantes entre os Censos, dividido pela população do início do período. Adotou-se as correções propostas por* Mortara, segundo o qual *havia uma contagem para menos de 5,1% e 4,3% nos Censos de 1890 e 1900, e para mais de 12% no Censo de 1920.*

1877-80, a taxa de crescimento vegetativo do Nordeste teria sido bem inferior à do País, o que significa que, se se aceita o número de 100 mil mortes causadas por aquele estio, tem-se um número de 465 mil retirantes da Região. Também para o Norte, a taxa de crescimento vegetativo adotada, de 1,76% ao ano, parece exagerada, de forma que, acertando-se a sugestão de Furtado de um valor em torno 1% ao ano, tem-se uma entrada de 93 mil no período inter censitário. Repetindo-se o processo, tem-se uma saída líquida do Nordeste, durante a última década do século passado de 103 mil migrantes, enquanto que uma entrada na Amazônia de 158 mil pessoas, mesmo aceitando-se uma taxa de crescimento vegetativo regional em torno da média nacional, de 1,43% ao ano. Aceitando-se uma taxa de 1%, ter-se-ia então uma entrada de 182 mil, correspondendo a uma taxa de migração positiva de 32,2% para 10 anos. Da mesma forma, ter-se-ia para os primeiros vinte anos do século XX uma saída de quase 86 mil nordestinos da sua Região, para uma entrada líquida na Amazônia de 233 mil, adotando-se a mesma taxa de crescimento vegetativo nacional, ou 390 mil, caso se aceite uma taxa de 1%, conforme propõe Furtado. Como se pode verificar, existe grande falta de sincronização entre os totais de saídas do Nordeste e entradas na Região Norte. Tais discrepâncias, quando a emigração da primeira área supera a imigração para a segunda, deve-se inquestionavelmente à migração para o Sudeste, encetada pelos nordestinos. Quando, contudo, ocorre o contrário, muito provavelmente a causa deve ser a alta taxa de crescimento vegetativo suposta para o Nordeste, o que faz subestimar o número de retirantes no período. De qualquer forma, no entanto, as estimativas da chegada de imigrantes brasileiros ao Norte entre 1872 e 1920 são muito volumosas, atingindo, de acordo com a metodologia adotada, entre 412 a 665 mil pessoas.[60]

---

[60] *Na realidade, devem ser retirados desses totais uns 29 mil imigrantes estrangeiros, entrados entre 1900 e 1920, e que não tinham retornado ao seu país de origem neste último ano.*

Assim, não é de se estranhar que a população regional tenha crescido de 333 mil, em 1872 para 1.274 mil, trinta e oito anos depois, perfazendo uma taxa anual de crescimento de 3,59% ao ano, bem superior à brasileira, de 2,70%, com o que a participação da Amazônia na população do País tenha passado de 3,4 para 4,7%.

Mas o aporte de população à região Norte não deveu-se exclusivamente ao "boom" da borracha. Pelo menos dois outros fatores influiram no processo: a construção da estrada de ferro Madeira - Mamoré, e a colonização da região de Bragantina. Outro fator de importância foi, pelo visto, o avanço da frente pecuária do Tocantins - Araguaia, o qual, pelos fins do século XIX, já havia dado origem a agrupamentos diversos no Pará, inclusive o que originou Conceição do Araguaia. A ferrovia Madeira - Mamoré objetivava ligar a navegação desses dois rios, superando os trechos encachoeirados. A sua construação iniciou-se em 1872, pela firma inglesa Public Works Construction Company que, no entanto, um ano depois pedia recisão do contrato. Em 1879, a empresa norte-americana P. & T. Collins reiniciou os trabalhos, mas faliu um ano depois, abandonando os trabalhos. Em 1881, o Governo cancelou a concessão, quando apenas 7 Km estavam prontos. Contudo, a sua construção seria retomada depois que, pelo Tratado de Petrópolis de 1903, que deu ao Brasil o controle do Acre, o governo brasileiro comprometeu-se a terminá-la. Em 1907 os trabalhos foram reiniciados pela firma norte-americana May, Jekyll & Randolph, que contratou, até o fim das obras, em 1912, cerca de 21.833 pessoas, a grande maioria dos quais estrangeiros, muitos dos quais, devido à crise da borracha de 1911 - 1914, ao término da ferrovia e às terríveis condições da região, saíram do país logo em seguida.

A colonização da Zona Bragantina iniciou-se em 1858, quando promoveu-se o levantamento das terras da região. O objetivo era criar uma região agrícola, que abastecesse Belém e evitasse, ou reduzisse, a importação de alimentos. Em 1875 tentou-se a experiência francesa de Benevides, que redundaria em fracasso.

enquanto que ia tomando corpo a chegada de "cearenses" que, no entanto, abandonavam a área em direção aos seringais. O grande problema era o custo de transportes, de forma que deu-se início à construção de uma estrada de ferro, com a finalidade de contorná-lo. Essa estrada já tinha alcançado Bragança em 1914, atravessando a área de colonização, que se expandiu, com a fundação da Colônia de Apeu em 1883, da Araripe em 1888, do Núcleo Maropanin e da Colônia de Castanhol em 1893, dos Núcleos de "Bejamim Constant" (1894), Jambu-Açu e Santa Rita do Caranã (1895), Granja Américo (1897), Santa Rosa, Iaretama, Ferreira Pena, Anita Garibaldi e José de Alencar (1898), e dos Núcleos Anhanga, São Luís, Maracanã e Capanema, e do Instituto do Prata, em data posterior. Apesar dessa proliferação de núcleos coloniais, o recenseamento procedido em 1901 em 15 deles constatou a presença de apenas 16.456 indivíduos, dos quais uns 2.500 a 3000 seriam estrangeiros, e uns 12.200 provinham de estados não-amazônicos. Toda essa política de instalação de colônias, dentro da qual ganha relevo a construção da estrada de ferro de Bragança, foi encetada com o patrocínio direto do governo do Pará, com finalidades agrícolas, e contou com a introdução de colonos a partir de financiamentos estaduais, pelo menos até 1901, quando esse procedimento foi suspenso. Apesar dos esforços estaduais, o número de imigrantes que realmente se fixou na Bragantina foi relativamente pequeno, pois muitos aportavam nas colônias para deixá-las posteriormente, em direção à economia da borracha.

Deste modo, retirando-se os contingentes relativamente reduzidos que foram utilizados na construção da Madeira - Mamoré e na colonização da Zona Bragantina, o grosso dos imigrantes dirigiram-se ao complexo da borracha. No caso dos estrangeiros, a maioria fixou-se nas atividades de comércio, transporte e serviços urbanos, embora parte dos nacionais também tenha se empregado nestas atividades, mas no caso dos brasileiros a maioria esmagadora manteve-se no setor primário, que absorvia cerca de 80,5% da força de trabalho da Região em 1900

de 78,3% em 1910. Nessa data, seriam necessários, de acordo com as estimativas de Roberto Santos, cerca de 176 mil pessoas na extração da borracha, o que significaria 45,0% da mão-de-obra ocupada no setor primário e 35,2% do total da força de trabalho existente.

Resolvida a questão quantitativa da mão-de-obra, faltava solucionar a qualitativa, isto é, gerar as relações de produção que tornariam aproveitáveis - pelos seringalistas- os imigrantes nordestinos. Não bastava atrair o imigrante, tinha-se de fazê-lo trabalhar, não para si mesmo, mas para os proprietários dos seringais. O recurso à escravidão aberta dos novos imigrantes, estava fora de cogitação.[1] Aproveitou-se então, do regime de crédito informal que se esboçara ainda no período colonial, e que consistia na cessão, por parte de um comerciante, de mantimentos para uma empresa coletora de produtos naturais da região, que, ao fim da expedição, pagava o adiantamento, com juros, com os produtos coletados. O sistema, denominado de aviamento, estruturou-se então numa ordem hierarquizada, no topo da qual se encontravam as grandes casas de exportação e importação, que adiantavam mercadorias aos comerciantes menores, que faziam o mesmo aos seringalistas. Este adiantava ao seringueiro a sua subsistência e alguns instrumentos de trabalho, cobrando uma margem de lucro e juros pelo que tinha fornecido. O seringueiro, recebendo um determinado valor por quantidade de borracha entregue ao seringalista, devia então saldar suas dívidas com o fruto de seu trabalho. Na prática, contudo, o regime adotado levou a uma verdadeira escravidão por dívida, mantendo o seringueiro em situação miserável, enquanto os seringalistas e as "casas aviadoras" se enriqueciam. Como os seringais eram distantes e isolados, cercados pela mata hostil, e os seringalistas contavam com forte aparelho repressivo - que era au

---

[1] A escravidão dos índios continuou na Amazônia, mesmo depois de 1850, e persistiu no século XX, com a conivência das autoridades locais.

xiliado pela polícia estadual -, os seringueiros não conseguiam evadir-se e regressar à sua terra de origem.

Na verdade, o atraso das relações de produção sintonizava com o caráter primitivo dos métodos de produção. Para extrair a borracha, tendo sido já escolhida uma área de alta "densidade" de seringueiras em condições de produzir por hectare de mata, a floresta era devassada, abrindo-se "estradas" que davam acesso a de 100 a 200 pés. Cada seringueiro tinha a seu cargo 3 estradas, trabalhando uma em cada dia. A tarefa de extração do latex era feita no verão (maio-novembro) e consistia em ferir a árvore no sentido longitudinal, fazendo então incisões obliquas cuja ponta inferior atingia o corte longitudinal. A base desse corte colocava-se uma cuia, que recebia a goma. Esta, depois deveria ser defumada, formando grandes bolas que eram então encaminhadas para a exportação. O trabalho era inteiramente manual e de baixíssima produtividade em termos de borracha/hectare/ano de mata explorada e de borracha/homem/ano.[64]

Com a chegada maciça de imigrantes nordestinos, e com a consolidação do sistema do aviamento, pôde então expandir-se a exportação da borracha, que saltou de 5,2 milhões de libras no período 1880 - 1885 para 12,4 milhões no quinqüênio seguinte, respondendo à elevação dos preços do produto, que saíram de uma média de £136,5/ton para £172,7/ton nos mesmos períodos. A elevação dos preços a partir de 1890 seria violenta, como conseqüência da invenção do pneumático nesta data, e o desenvolvimento da indústria automobilística, que passaria a ser o principal fator de dinamismo das economias dos países industrializados até a segunda década do século XX. O rápido crescimento da demanda de borracha induziria a acelerada expansão da

---

[64] *Roberto Santos admite uma densidade média de 1,5 seringueiras/ha de mata, 123 árvores por "estrada" 1,33 estradas por seringueiro e um rendimento de 1,5 kg por árvore, o que dá uma produtividade de 250 kg. por homem.*
Ver:
SANTOS, Roberto. Op. cit. nota 12, p. 77-86.

QUADRO 3.5.7

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE BORRACHA

BRASIL

1884-1934

PERÍODOS	QUANTIDADE (TON.)	VALOR (MIL LIBRAS)	PREÇO MÉDIO (LIBRAS/TON.)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES (%)
1884/89 (1)	64 388	10 774	167,3	9,2
1890/94	89 015	15 205	170,8	10,3
1895/99	115 793	24 512	211,7	17,8
1900/04	146 758	43 374	295,5	23,3
1905/09	184 076	72 873	395,9	28,1
1910/14	187 143	73 236	391,3	23,1
1915/19	156 572	31 704	202,5	9,0
1920/24	100 443	8 444	84,1	2,5
1925/29	111 649	14 163	126,9	3,0
1930/34	53 588	1 899	35,4	0,9

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1939-40, p. 1376-77.

Nota: (1) As informações a respeito de 1884 referem-se apenas ao 2º semestre.

produção amazônica. No entanto, o caráter pré-industrial da atividade extrativa impediria que o aumento da oferta acompanhasse o ritmo da demanda, resultando numa extraordinária alta dos preços ao produtor, que pularam para £211,7/ton. no último quinquênio do século passado, atingindo a sua média mais elevada no período 1905 - 1909, quando chegou a £395,9 por tonelada. Mas apesar de não acompanhar o dinamismo da demanda, a quantidade exportada do látex cresceu a uma taxa de 4,3% ao ano entre 1889 e 1912, quando atingiu seu ponto culminante. O efeito conjugado do aumento da quantidade vendida no mercado externo com a valorização do produto fez com que a participação da borracha no valor total das exportações brasileiras aumentasse de 9,2% no último quinquênio do período imperial para 23,1% durante 1905 - 1909. Mas o máximo foi alcançado em 1912, quando o látex respondeu por quase 40% do valor das exportações do País.

Mas esse "boom" exportador estava condenado, pois as condições de produção da borracha no Brasil não guardavam correspondência com as necessidades da grande indústria, que a utilizava como insumo. Enquanto persistiam, na Amazônia, métodos de produção artesanais, assentados sobre a super-exploração do trabalhador, que operava oprimido por um regime de semi-escravidão, na Europa a indústria alicerçada no trabalho assalariado, lançava mão da mecanização do processo de trabalho, com sua maciça capacidade de produção, sua elevada produtividade e seus baixos custos. Havia pois uma descontinuidade entre o caráter da produção brasileira de borracha e o da grande indústria que precisava do latex. Urgia, assim, suprimir a lacuna, fazendo avançar os métodos de produção dessa matéria prima de grande importância. Isso, contudo, não poderia ser executado na Amazônia, pois as relações de produção existentes, cristalizadas no sistema de aviamento, representavam um virtual limite à expansão das forças produtivas.

Ainda na década de 1870, os britânicos iniciaram seus experimentos, através do India Office, do Jardim Botânico de Kew e do Royal Botanic Gardens, visando desenvolver a cultura da borracha. Em 1876 Wickham coletou 70 mil sementes da Hevea brasiliensis e enviou-as a Kew. Como então se constatou, a seringueira é planta delicada, de lento crescimento e exige cuidados especiais. Embora comece a produzir depois de cinco ou seis anos, somente a partir do 12º que seus rendimentos se tornam significativos. Sua cultura em larga escala exigia, assim, grandes capitais, em razão do longo período de maturação das plantas e altos custos de produção. Com base nas experiências iniciais, foram sendo realizados grandes plantios no Oriente, de modo que em 1905 já haviam 53 mil hectares plantados naquela porção do Globo, e dez anos depois a área plantada atingia mais de mil hectares. Desde logo, as plantações em larga escala, com densidade média de 200 pés por hectare, desenvolvidas racionalmente, mostraram-se altamente lucrativas, principalmente levando-se em conta que o preço era determinado pelas onerosas condições de produção do Brasil, onde a densidade era de 1,5 seringueiras em exploração por hectare, com cada seringueiro operando umas 164 árvores, [43] produzindo, em 1910, perto de 230 Kg de borracha seca por ano. Além disso, nas plantações do Oriente também se contava com mão-de-obra farta e barata, mais barata mesmo do que a dos trabalhadores brasileiros dos seringais, uma vez que a sua cesta de consumo, destes últimos, por menor que fosse era importada, e os produtos pagavam altas tarifas de transporte e largas margens de comercialização até chegar ao seringalista, que fornecia aos seringueiros. Na verdade, a extração da borracha desenvolvera-se na Amazônia justamente sobre o suposto do baixo nível de desenvolução das forças produtivas, assentando-se mais na exploração pelas vias comerciais do que pelo estabelecimento de condições propícias do lado da produção. Daí sua incapacidade em enfrentar a concorrência oriental.

---

[43] SANTOS, Roberto. Op. cit. vol. II, p. 77-86.

Mas os lucros extraordinários das primeiras empresas que passaram a explorar as plantações de borracha em larga escala no Oriente logo atraíram novos capitais e, apesar das barreiras à entrada causadas pelos oligopólios existentes, a área plantada com a seringueira continuou a expandir-se aceleradamente, atingindo 1,7 milhões de hectares em 1920, 2,1 milhões cinco anos depois e 3,6 milhões em 1940. Simultaneamente ao desenvolvimento das plantações de borracha, os altos preços do produto fomentaram pesquisas na área de suscedâneos e do aproveitamento das escórias. Logo em 1909, Holfman registrou a primeira patente do mundo sobre borracha sintética.[64] No ano seguinte, o consumo de borracha regenerada alcançava 23 mil toneladas nos Estados Unidos, prometendo continuar em aumento. Mas o mais importante mesmo era a produção barata das plantações asiáticas, que cresceu de apenas 3 toneladas em 1900 para 8.753 em 1910, 47.618 ton. em 1913 e 381.860 em 1919, igualando-se praticamente, neste ano, ao consumo mundial, que chegou a 381.497 toneladas. O grande acréscimo da produção mundial inverteu, assim, os termos anteriores da interação entre oferta e procura, fazendo com que aquela crescesse mais rapidamente do que essa. Daí, os preços passaram a declinar, e após alcançarem seu pináculo em 1910, quando em Londres pagava-se £964,5/ton., declinaram para £227,4/ton. em 1919.

Em 1910 os preços do produto alcançaram seu ponto mais alto no mercado internacional, com o látex brasileiro sendo vendido a £639,4 a tonelada. No ano seguinte, no entanto, houve uma queda de 36%, com o produto sendo vendido a £412,0. Com o declínio dos preços, os comerciantes da borracha tentaram reagir da mesma forma que os fazendeiros paulistas, organizando a "valorização do produto", através do Sindicato dos Aviadores, que se organizou em janeiro de 1911, contando com empréstimos

---

[64] *Somente na década dos 30 é que a borracha sintética passou a ser produzida em larga escala.*

do Banco do Brasil. Mas o descenso dos preços continuou, e os estoques de borracha formados para "valorizar" o produto tiveram de ser liquidados a preços baixos, em 1912. E a baixa continou, provocando falências em cadeia na Amazônia, e o colapso total da prosperidade do extrativismo da borracha. Vendo minada a base econômica da região, os governos do Pará e Amazonas firmaram um Convênio a 31 de março de 1911, objetivando a criação de dois bancos de crédito agrícola e hipotecário, a melhoria do preparo e a unificação do tipo da borracha exportada, a autorização de um empréstimo externo [65] e a isenção fiscal para duas fábricas de refino do produto. Contudo, devido à negativa, por parte da União, do endosso ao empréstimo, e à resistência local à taxa de exportação, o Convênio foi abandonado. Paralelamente, realizava-se o Congresso da Borracha, que aprovou um ambicioso plano de defesa do produto, o qual tornou-se a Lei Federal 2.543-A de 5 de janeiro de 1912, regulada pelo Decreto 9.521 de 17 de abril do mesmo ano. O Plano abrangia as áreas da haveicultura e extração da borracha, industrialização, imigração, saúde, transportes, produção alimentar e pesca e para a sua execução, criava a Superintendência da Defesa da Borracha. Como se era de esperar, careceu de implementação, face às suas grandes dimensões em relação aos recursos disponíveis nas mãos da União. Aliás, a decadência das exportações da borracha foi tão acentuada que retirou qualquer incentivo para a execução do Plano que supunha-se reergueria a economia da borracha.

E com efeito, o valor das exportações do látex caiu de 73, 2 milhões de libras no período 1910 - 1914 para 31,7 milhões no quinquênio seguinte. Ainda neste caso, poder-se-ia dizer que as restrições do governo dos Estados Unidos, em face do alastramento da 1ª Guerra, às importações de borracha seriam um dos fatores da queda das exportações brasileiras do produto.

---

[65] Tal como no Convênio de Taubaté, o serviço do empréstimo seria coberto por uma nova taxa sobre as exportações da borracha.

Entretanto, mesmo depois do término dos efeitos da Guerra, as vendas no mercado externo não recobraram seus níveis anteriores. A outrora exuberante economia da borracha fôra ferida de morte, e jamais se ergueria novamente.

Depois do café e da borracha, o terceiro produto por ordem de importância, da pauta de exportações do Brasil era o açúcar. Produto de larga tradição no País, o açúcar vinha perdendo importância relativa durante todo o período imperial, pois, depois de responder por 37,3% do valor das suas vendas no mercado externo durante o quinquênio de 1826 - 1830, respondia por apenas 7,0% no período 1885 - 1890, já no caso do II? Império. Mesmo sua contribuição absoluta como fonte de divisas obliterou-se, com o total declinando de um máximo 16,5 milhões de libras no período 1846 - 1850 para 8,7 milhões na segunda meta de da década de 1880, apesar de que esse declínio não se tivesse realizado de forma contínua, entre esses dois períodos mas antes houvesse experimentado flutuações acentuadas. Na verdade, ao se iniciar a República, já estavam postas as condições para o debacle do açúcar como produto de exportação.

De fato, a fase republicana da agroindústria açucareira iniciou-se sob o signo da usina, uma vez que a experiência dos engenhos centrais revelara-se claramente como um fiasco. Mas então se havia perdido um tempo precioso, e a concorrência

expulsaria o produto brasileiro do cenário internacional.[66] Na verdade, a modernização da atividade açucareira iniciara-se na década de 1850. Contudo, com a elevação dos preços de algodão no decênio seguinte, juntamente com a menor remuneração do açúcar, a produção desse último foi sendo abandonada progressivamente, a favor daquele. As plantações do algodão do Nordeste, além de serem efetuadas nas áreas favoráveis do Sertão, difundiu-se no Agreste e invadiu a Mata, disputando à cana a utilização dos solos agrícolas da área. Cultura de menores custos, envolvendo também imobilização mais reduzida o algodão atraiu os senhores de engenho, que passaram a cultivá-lo em detrimento da cana-de-açúcar. Esse surto algodoeiro inibiu, então, a modernização da indústria açucareira do Nordeste, que, embora prosseguisse, passou a fazê-lo a ritmo menos acelerado. Com o término da Guerra Civil Americana, os Estados Unidos voltaram ao mercado de algodão, e seus preços começaram a cair. De 1872 em diante, as exportações brasileiras do produto iniciaram a queda, enquanto as vendas do açúcar no mercado internacional voltaram a

---

[66] *Essa é a explicação de Paul Singer para o fenômeno. Para o estudo da agroindústria do açúcar durante a I.ª República, ver:*
SINGER, Paul. Recife. In: Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Ed. Nacional, 1977. p. 271-357.
GNACCARINI, José C. A economia do açúcar. Processo de trabalho e processo de acumulação. In: FAUSTO, Boris Op. Cit. nota 3, p. 309-344.
LEVINE, Robert. Pernambuco e a federação brasileira, 1889-1937. In: FAUSTO, Boris. Op. Cit. nota 3 , p. 122-151.
EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910. Rio de Janeiro, Paz e Terra/ UNICAMP, 1977. 294 p.
PERRUCI, Gadiel. A república das usinas. Um estudo de história social e econômica do Nordeste: 1889-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 246 p.
CANO, Wilson. O complexo nordestino. In: Op. Cit. nota 1 ,p. 92-105.
CASTRO, Antônio Barros de. A região nordestina. Auto-sustentação através de sucessivos reveses. In: 7 ensaios sobre a economia brasileira. Volume II. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1975 p. 15-25.
CORREIA DE ANDRADE, Manual. Op. cit. nota 19.

FURTADO, Celso. Op. cit. nota 53.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

ascender, criando renovados estímulos à modernização do setor, através dos engenhos centrais, que tinham mostrado suas vantagens em outros países. Contudo, de acordo com Singer, "este atraso na Revolução Industrial do açúcar no Nordeste, provocado pela alta do algodão, vai representar um "handicap" quando o Brasil tentar recuperar seu lugar no mercado mundial, a partir do último quartel do séc. XIX."[67]

A experiência dos engenhos centrais remonta, assim à decadência de 1870, quando tentou-se, embora com trinta anos de atraso, repetir o sucesso obtido em outras regiões açucareiras do mundo, como o Egito. O propósito do engenho central consistia em separar a atividade agrícola de cultivo da cana da atividade industrial de esmagamento dessa matéria prima, extração do caldo e produção de açúcar. A parte industrial foi mecanizada, introduzindo-se maquinaria de grande capacidade produtiva em relação aos clássicos engenhos de antanho. A parte agrícola seria tocada por fonecodores independentes, - os antigos senhores de engenho -, que poderiam então especializar-se nas fainas agrícolas, aumentando a produtividade. Deste modo,as funções dos engenhos centrais "não ultrapassavam o papel de mero auxiliar da produção agrária tradicional," representando "o meio encontrado para socorrer os senhores de engenho, já em crise há bastante tempo."[68] Como não poderia deixar de ocorrer, o sistema fracassou, e seu insucesso já era notório em fins da década de 1880, convidando os fabricantes de açúcar e as autoridades brasileiras a procurar novas formas de modernização da atividade, com vistas a enfrentar a concorrência externa. A usina de açúcar, ao contrário do engenho central, não previa qualquer divisão de trabalho entre os lavradores de cana e os usineiros[69]

---

[67] SINGER, Paul. Op. cit. nota 65 , p. 293.

[68] PERRUCI, Gadiel. Op. cit. nota 65 , p. 119-120.

[69] De acordo com Eisenberg, "a usina diferia do engenho especialmente no tocante à questão da divisão." Op. cit. nota - , p. 124. Essa opinião também, é seguida por outros autores.

"Assim, a usina combina o projeto dos engenhos centrais - instalação de grandes fábricas modernas - com a propriedade das plantações de cana que asseguram a matéria prima necessária. Com a posse da terra e com a cultura de suas próprias canas, o usineiro tende a se tornar inteiramente independente dos fornecedores, eliminando, assim, a contradição que existia no sistema dos engenhos centrais".[70]

Em 1890, em Pernambuco, principal estado açucareiro do País, uma lei estadual de 15 de outubro revogava as Leis Provinciais nºs 1.860 e 1972 que concediam empréstimos para a instalação de engenhos centrais, oferecendo, em contrapartida, recursos de 2.000 contos, em títulos estatais a 7% para a construção de "pequenas usinas" de 900 toneladas de açúcar por safra. A lei ainda procurava evitar os conflitos entre usineiros e fornecedores, relacionando os preços da cana aos do açúcar, e estabelecia o princípio de zoneamento, como forma de evitar a escassez de matéria prima provocada pela proximidade de duas ou mais usinas. O Estado ficaria com a primeira hipoteca das terras e das fábricas, e o dinheiro seria liberado à medida em que a usina fosse sendo instalada e começasse a operar. Com isso, tentava-se coibir a especulação com os recursos públicos, garantindo a execução dos projetos.[71] Quase cinco anos depois, a Lei Estadual 113, de 22 de junho de 1895, elevava o teto dos empréstimos às usinas para 500 contos, assim como estipulava que para cada 375 toneladas adicionais de açúcar produzido além das 900 previstas, a usina receberia mais 100 contos, e 8 contos por cada Km de ferrovia particular que ela construísse acíma de uma dezena. Finalmente, também relacionava os empréstimos à taxa

---

[70] PERRUCI, Gadiel. Op. cit. nota 65, p. 123-124.

[71] Posteriormente, os subsídios foram aumentados a 250 contos, para compensar a depreciação cambial, assim como passou-se a exigir que as próprias concessionárias suprissem pelo menos 50% da cana necessária, com o que se incentivava a concentração e a centralização do capital.

de câmbio, como forma de evitar a deterioração do poder de compra da moeda.

Instigada pela necessidade de adequar seus métodos de produção aos níveis internacionais, e contando com esse generoso esquema de financiamentos, a agroindústria açucareira de Pernambuco trilhou rapidamente o caminho em direção à grande indústria, via instalação das usinas de açúcar. Sob o patrocínio das leis de 1890 e 1895, foram realizadas 14 concessões nas duas primeiras gestões da administração estadual, totalizando 3.400 contos, sendo que 3 delas auxiliaram engenhos já operantes, e o resto levou à construção de pelo menos 6 usinas até mais ou menos 1896. Na gestão seguinte foram efetuados mais 23 empréstimos, totalizando 11.450 contos. "Sete empréstimos ajudaram a iniciar novas usinas; outros 16 ajudaram usineiros estabelecidos a completar ou ampliar usinas já começadas. Somente três concessões foram canceladas e dois empréstimos nunca foram usados."[72] Ao todo, 62 engenhos centrais e usinas foram instalados em Pernambuco e pelo menos 43 receberam alguma forma de subsídio. Aliás, o sucesso em fazer instalar usinas não era de se estranhar, pois, como diz PERRUCI, "em certos momentos, a participação do empresário não passa do terreno, a fábrica, portanto, nada lhe custando."[73] Ademais, os usineiros não se deram ao trabalho de saldar suas dívidas para com o Estado, com o que "o fracasso da cobrança da dívida transformou os empréstimos em verdadeira doação."[74] Assim, até 1911 apenas 4 usinas tinham cumprido plenamente suas obrigações financeiras para com o governo estadual, embora mais de 90% dos 2.029 contos pagos até então (representando menos de 10% das obrigações pendentes, que orçavam então os 20.426 contos) tinham sido realizados em títulos sem valor, cujo preço de mercado alcançava apenas 25% do

---

[72] EISENBERG, Peter L. *Op. cit. nota* 65 , *p. 130.*

[73] PERRUCI, Gadiel. *Op. cit. nota* 65 , *p. 125.*

[74] EISENBERG, Peter L. *Op. cit. nota* 65 , *p. 131.*

seu valor nominal. Todas as tentativas do Estado de reaver seus recursos foram debalde.[75]

Mas também no resto do Brasil, as usinas foram sendo instaladas, obedecendo às necessidades de transformação do setor açucareiro. Assim, em 1907 existiam 199 estabelecimentos distribuidos pelo território nacional, sendo 62 em Sergipe, 46 em Pernambuco, 31 no Rio de Janeiro, 12 em São Paulo e 12 em Goiás. Treze anos depois, o número de usinas havia crescido para 233, sendo 70 em Sergipe, 54 em Pernambuco, 42 no Rio de Janeiro, 20 na Bahia, 15 em Alagoas e 12 em São Paulo. Aí então, 34,5% do total da produção brasileira de açúcar devia-se às usinas.

As usinas vieram revolucionar, pelas bases, a produção açucareira. Com efeito, em primeiro lugar, a usina era uma fábrica, assentada na maquinaria acionada mecanicamente, ao contrário dos antigos engenhos, baseados em grande medida na habilidade dos trabalhadores e na força animal. A cana era esmagada em moendas de rolos de ferro, movidas a vapor. O caldo,assim obtido, era cozido em caldeiras a vácuo, alimentadas pelo bagaço de cana, que servirá como fonte básica de energia, atendendo plenamente às necessidades da usina. A massa cozida era então centrifugada, obtendo-se o melaço e o açúcar cristal, que era secado e ensacado, estando pronto para ser comercializado. O melaço ainda poderia ser aproveitado na fabricação de aguardente ou de álcool, tendo, pois,de sofrer os processos de fermentação e destilação. Nos antigos engenhos, a cana era moída por grandes rolos de madeira, cobertos ou não de arcos ou placas de metal, dispostos horizontalmente nos maiores engenhos, quando se dispunhã de força hidráulica, ou verticalmente, quando se dispunha apenas da força de tração animal. O suco obtido era fervi

---

[75] *Apenas em 1905, com a Lei Estadual 736 que autorizou o Estado a vender seus créditos contra as usinas em atraso, o governo tomou uma medida mais drástica, resultando na mudança de dono de 11 usinas.*

QUADRO 3.5.8

USINAS DE AÇÚCAR
BRASIL
1907-1920

ESTADOS	NÚMERO DE USINAS DE AÇÚCAR		CAPITAL (CONTOS DE RÉIS)		NÚMERO DE TRABALHADORES		VALOR DA PRODUÇÃO (CONTOS DE RÉIS)	
	1907	1920	1907	1920	1907	1920	1907	1920
Alagoas	6	15	3 150	12 064	828	941	3 237	13 028
Bahia	7	20	3 714	23 112	1 011	1 914	2 364	18 853
Ceará	-	1	-	1 000	-	15	-	71
Espírito Santo	-	2	-	3 950	-	104	-	676
Goiás	12	-	385	-	176	-	600	-
Maranhão	3	1	1 682	81	743	32	1 875	57
Mato Grosso	5	6	2 500	2 958	300	277	700	1 347
Minas Gerais	3	5	1 000	5 260	248	326	550	6 746
Paraíba	5	2	1 813	2 194	270	260	1 040	2 996
Pernambuco	46	54	18 783	74 096	4 887	6 487	27 918	81 245
Piauí	1	1	200	1 200	60	25	154	153
Rio de Janeiro	31	42	21 450	57 753	1 316	3 920	9 846	52 785
Rio Grande do Norte.	4	-	630	-	147	-	700	-
Santa Catarina	2	2	500	631	34	70	345	437
São Paulo	12	12	9 356	21 992	1 831	1 468	7 332	22 962
Sergipe	62	70	8 943	10 833	1 285	2 322	10 596	10 138
	199	233	74 061	217 124	13 136	18 161	67 257	211 494

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil 1920. V (1ª parte) ix. Rio de Janeiro, 1927
Apud. NORMANO, J.F. Evolução econômica do Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939 p. 33

do em taxas de cobre, aquecidas por fornalhas alimentares geralmente a lenha, até que o mel açucarado desse "ponto", o que era determinado empiricamente. Depois, o mel era colocado para purgar em recipientes de madeira. A purga era realizada borrifando-se água e barro em cima do pão de açúcar. O mel que escorria pelos furos existentes na parte inferior dos recipientes de purgar o açúcar era então utilizado na fabricação de aguardente. Uma vez purgado, os pães de açúcar eram deixados secar ao sol ou em celeiros aquecidos. Assim, pois, a discrepância dos sistemas produtivos entre a usina, com suas máquinas modernas, e o engenho, com seus métodos artesanais, era radical o resultado era um descompasso enorme em termos de escala de produção, pois, no início do século XX, enquanto um engenho médio produzia de 1 a 1,5 toneladas de açúcar, predominantemente mascavo, por dia (150 toneladas por safra), as usinas "pequenas" produziam acima de 10 toneladas/dia, de açúcar branco (quase 1.000 toneladas/safra).[76] Também os custos de produção das usinas era menor, o que tornava precária a posição dos engenhos, que não tinham condições de resistir durante muito tempo à sua concorrência.

Em segundo lugar, devido à própria escala de produção, as usinas necessitavam de grandes plantações de cana. Mesmo conseguindo bons rendimentos - 69,4% de caldo de cana e 7,5% de açúcar/cana[77] - ainda assim, para uma empresa de mil toneladas por ano, seria necessária uma área colhida - supondo uma produtividade de 40 toneladas de cana por hectare colhido - de 330 ha de cana. Como a área colhida de cana-de-açúcar deve corresponder a apenas a 3/4 da área plantada, devido às necessidades de replantio, tem-se então que uma usina "pequena" deveria possuir, pelo menos, uns 440 ha destinados à lavoura canavieira.

---

[76] *As usinas brasileiras produziam, por volta de 1910, 1.056 toneladas de açúcar por safra.*

[77] *Rendimento das usinas brasileiras por volta de 1910.*

Como não se usava adubar a terra, uma área igual deveria ficar em alqueive, o que dá um total de 880 ha por usina. Isto contrastava com os requerimentos dos engenhos de 150/ton/ano, que deveriam atingir uns 200 ha, embora também tivessem necessidade, ao contrário das usinas, de uma área de matas e de uma área de pastos.[78] Na verdade, de acordo com Eisenberg, no município de Escada, a sudoeste de Recife, 15% dos 84 engenhos existentes no decênio de 1850 tinham mais de 3 mil hectares, embora o tamanho mediano fosse de 995 ha.[79] Apesar dessas grandes dimensões, parece que havia grande número de estabelecimentos menores, pois, "na realidade, as antigas sesmarias, de dimensões descomunais, foram sendo desmembradas pelos primitivos proprietários à proporção que os filhos se tornavam adultos ou que as filhas casavam, a fim de que novos engenhos fossem fundados para uns e outros (...) Por isto os grandes latifúndios primitivo foram se dividindo até formar propriedades médias, digamos assim, capazes de manter um engenho banguê, propriedades que, conforme a área em que se localizavam tinham geralmente de 200 a 1.000 hectares."[80] Além disso, muitas usinas de capacidade de produção superior às mil toneladas/ano foram sendo instaladas. Em 1920, por exemplo, a produção média por usina em Pernambuco foi de 1.692 ton/usina, o que implica num requerimento médio de quase 1.500 ha de área para a cana-de-açúcar. Desta forma, mesmo os grandes engenhos de 1.000 ha eram insuficientes para comportar a produção de uma usina "média". "A usina era, assim, um autêntico D. João de terras, estando sempre disposta a estender seus trilhos, como verdadeiros tentáculos, pelas áreas onde pudesse obter cada vez mais canas".[81] Essa tendência a devorar ter

---

[78] *Os coeficientes técnicos adotados foram: 5% de rendimento açúcar/cana e 40 toneladas de cana por hectare colhido. Em 1854, os engenhos de Ipojuca, em Pernambuco, produziram uma média de 63,7 toneladas de açúcar por engenho, o que dava uma necessidade de terras com cana ou em alqueire, de uns 85 ha por engenho.*

[79] EISENBERG, Peter L. *Op. cit.* nota 65 , p. 151.

[80] CORREIA DE ANDRADE, Manuel. *Op. cit.* nota 19 , p. 96-97.

[81] Ibid, p. 96.

ras foi particularmente forte no Nordeste, onde o desenvolvimento das usinas concentrou-se ainda mais a propriedade da terra na zona da Mata, deixando um legado de problemas e tensões para o futuro.

Em terceiro lugar, a usina, ao necessitar de grandes quantidades de matéria-prima, teve de melhorar os métodos de produção da cana-de-açúcar, utilizando as novas espécies vindas de Java e das ilhas Maurício depois que, em 1879, um enfermidade atacou a cana Caiana.[82] Em Pernambuco, os usineiros passaram a importar arados franceses, alemães e norte-americanos, substituindo os toscos arados de madeira então em uso. Também o transporte de cana enfeixada em cavalos, mulas e carros-de-boi, foi substituído pelas ferrovias privadas. No entanto, a colheita manual - à foice e facão - foi conservada, assim como a prática do alqueive, recusando-se a adubação, mesmo orgânica.

Em quarto lugar, a usina seccionou a produção açucareira, introduzindo a grande indústria onde imperava a manufatura. A antiga separação entre engenhos e engenhocas, cedeu lugar à diferenciação entre usinas e bangüês. Estes, incapazes de competir com aquelas, foram sendo liquidados, um a um, embora resistissem durante um longo período. Na verdade, no período anterior ao surgimento dos engenhos centrais, a produção dos derivados da cana-de-açúcar organizara-se sobre fundamentos artesanais no Brasil. Em um grande número de fazendas, disseminadas por todo o território nacional, mas principalmente no Nordeste, desdobrava-se a produção doméstica do açúcar da rapadura e da cachaça, e as engenhocas ajudavam os fazendeiros a manter sua autosuficiência alimentar. "Todo o grande fazendeiro do interior fazia o açúcar para o seu consumo e vendia localmente o excedente," dizia Diamanti[83] ainda em 1898. Quanto aos enge

---

[82] *Em 1892 um proprietário de engenho teve sucesso na reprodução sexuada da cana, eliminando a necessidade de importação de toletes e tornando possível a hibridização seletiva.*

[83] DIAMANTI, Henri. *Nota sobre a indústria açucareira no [illegible]*. In: PERRUCI, Gadiel. *Op. cit.* nota [illegible], p. 219-246.

nhos, eram mais raros e dispendiosos, tendo finalidade primordialmente comercial, produzindo açúcar de melhor qualidade, utilizando mecanismos mais complexos. Também existiam as engenhocas independentes, tocadas por um pequeno número de trabalhadores, que produziam cachaça mercantil. Com o advento dos engenhos centrais, e depois, das usinas, à produção doméstica e manufatureira do açúcar somou-se a produção industrial.[54] "A grande indústria constitui-se, pois, no tratamento da cana por estes engenhos centrais, munidos de todos os aperfeiçoamentos e situados em terras favoráveis à cultura".[55] Iniciou-se então o lento processo de desagregação da produção doméstica, das engenhocas independentes e dos grandes engenhos bangüês, pela penetração dos produtos da grande indústria - de qualidade superior e menor preço - nos seus mercados. Inicialmente, as usinas expulsaram os bangüês do mercado externo, forçando-os a procurar o mercado interno e, asssim, entrar em concorrência com as engenhocas e a produção doméstica. Depois, a produção das usinas penetrou, pouco a pouco, nos mercados interiores, solapando as bases da produção artesanal. No Nordeste, por exemplo, o açúcar cristal foi deslocando progressivamente o açúcar mascavo dos bangüês, e reduzindo o consumo de rapadura. A lentidão do processo, na verdade, foi grande, não só em razão da pequena eficiência das usinas nordestinas, que, em muitos casos, eram pequenos "engenhos centrais" de 1.000 toneladas/dia, que tinham adquirido terras e passado a cultivar a cana, mas também devido à própria dificuldade da expansão e modernização dos sistemas de transporte na região. Também a produção para auto abastecimento, apesar de custar muito trabalho aos produtores, não lhes

---

[54] Diamanti *classifica os métodos de produção do açúcar em: 1º) fabricação doméstica; 2º) fabricação média; e 3º) grande fabricação. Essa classificação adequa-se perfeitamente à distinção aqui adotada, entre a produção doméstica, à manufatura dos engenhos, e à produção industrial.* Diamanti *só não faz referência explícita às engenhocas independentes, forma de artesanato autônomo, mais dedicado à produção de aguardente.*

[55] DIAMANTI, Henri. *Op. cit.* nota 3, p. 226.

custava muito, em termos monetários, o que explica a resistência da produção doméstica. De mais a mais, o produtor de açúcar bangüê aumentava sua jornada de trabalho e reduzia seu consumo, como forma de agüentar os baixos preços de seus produtos. Para isso, o baixo nível salarial e o trabalho gratuito dos foreiros, juntamente com a produção de cana dos parceiros, ajudavam-no a sustentar sua produção miserável. Finalmente, a lenta transformação da própria agricultura e pecuária, no caso nordestino, com o arrastar-se da expansão da divisão social do trabalho no meio rural, contribuíram para a manutenção dos bangüês. Na verdade, "a reação do bangüê fez-se com tal energia que, apesar de sua fraqueza econômica e das vantagens conseguidas pelos usineiros perante as instituições governamentais, só no fim da década de 1951-60, veio praticamente a extinguir-se. Assim, o bangüê reagiu por mais de 70 anos à investida das usinas, para só baquear realmente depois de 1970".[86] Desta forma, em Pernambuco, mesmo depois da introdução das usinas, o número de bangüês manteve-se elevado. Se em 1890, existiam 1.975 engenhos e usinas, o seu total caiu para 1.530 em 1900 e subiu para 2.296 em 1914 (inclusive 646 engenhos do sertão, provavelmente engenhocas). Destes, 329 eram hidráulicos, 1.182 de tração animal e 785 a vapor. Evidentemente, nem todos os estabelecimentos movidos a vapor eram usinas, pois seu número era apenas de 49, no mesmo ano. Mas essa situação era geral, não exclusiva do Nordeste, como demonstrou o Censo de 1920: existiam então, no Brasil, cerca de 58.536 estabelecimentos rurais que produziam açúcar, tendo produzido, naquele ano, 455 523 toneladas do produto, representando 65,5% da produção nacional. As diferenças regionais eram marcantes, pois, enquanto o açúcar de usina respondia por 64,6% da produção em Pernambuco, 55,6% na Bahia, 35,1% em Sergipe, 56,1% no Rio de Janeiro, 45,7% em São Paulo e 37,1% no Mato Grosso, em outros estados, como Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba e Piauí, a sua contribuição era muito pequena. Isto não quer dizer, no entanto, que a incorporação de velhos bangüês não se tivesse processado duran

---

[86] CORREIA DE ANDRADE, Manuel. Op. cit. nota 19, p. 98.

te a República Velha. Somente em Pernambuco, em 1914 cerca de 490 engenhos estavam de "fogo morto", dominados pelas 49 usinas existentes. Em Alagoas, em 1931, uns 410 banguês já tinham deixado de funcionar, e os que existiam só produziam 31% do açúcar estadual, enquanto que onze anos antes eles eram responsáveis por quase 80%. Mas o importante desse processo de substituição do açúcar de banguê pelo de usina, por mais lento que ele tenha sido, foi que ele contribuiu para minar as bases da indústria rural, proletarizando grandes parcelas da população do campo, dando uma contribuição não desprezível para a formação de um exército de trabalhadores disponíveis, que procuravam os centros urbanos para garantir sua sobrevivência, além de ter incentivado uma maior especialização dos sertanistas na produção estritamente agrícola.

Mas os efeitos das usinas não se restringiram a estes. Em quinto lugar, a usina provocou uma radical transformação da tecitura das classes sociais, principalmente no Nordeste. Impossibilitados de concorrer com elas, a grande maioria dos senhores de engenho de antanho viu-se obrigada a fechar seus estabelecimentos industriais, especializando-se apenas na produção agrícola. Nesse processo, muitos arruinaram-se, vendendo suas terras aos usineiros, enquanto outros tornaram-se meros fornecedores de cana para as usinas. Assim, substituíram os antigos fornecedores obrigados ou independentes, que, na fase anterior à grande indústria do açúcar, constituíam uma classe inferior à dos próprios senhores de engenho. Assim, "a usina deu margem ao aparecimento de uma nova figura na paisagem açucareira do Nordeste, a do fornecedor de cana, sucessor do banguêzeiro. O antigo senhor-de-engenho, ao desmontar seu velho banguê, de buero quadrado e baixo, sempre localizado na meia encosta, transforma-se em fornecedor proprietário".[92] Ao tornar-se planta

---

[92] CORREIA DE ANDRADE, Manuel. Op. cit. nota 19, p. 102. Esses fornecedores demonstraram grande espírito de luta, e conseguiram sobreviver graças ao amparo do Estado. No entanto, "a tendência é o banguêzeiro tornar-se fornecedor proprietário, depois fornecedor rendeiro e, finalmente, ter de deixar a terra que possuiu e lavrou durante toda a vida". Ibid p. 104.

dora de cana, a antiga aristocracia latifundiária, ainda presa ao passado, perdeu seu poderio econômico e sua posicão social, cedendo-os à nova burguesia açucareira, muito mais progressista. Simultaneamente, os pequenos fornecedores de antigamente que ainda sobreviviam perderam à sua razão dentro da estrutura de produção em larga escala, transformando-se em fornecedores rendeiros e lavradores dos novos usineiros.

Finalmente, a usina consolidou a transformação das relações de produção, isto é, o regime de trabalho livre, que sucedeu o escravismo. Com efeito, passou a utilizar-se do trabalho dos fornecedores - rendeiros, lavradores, foreiros e assalariados (trabalhadores "de fora" e corumbas[56]). Os fornecedores rendeiros eram arrendatários que cultivavam a cana para as usinas, pagando uma renda de 15 ou 20% de sua produção. Os lavradores eram pequenos plantadores de cana, que cultivavam com a colaboração de seus familiares e empregados. Em alguns casos eram trabalhadores semi-qualificados que trabalhavam na sua especialização na safra e como lavradores na entre safra. Os foreiros eram pequenos arrendatários, que plantavam culturas alimentares em pequenos lotes, em troca da obrigação de prestarem "serviços" durante alguns dias por semana nas épocas de maior necessidade de trabalho na usina - nos períodos de plantio e colheita da cana. Esses "serviços" eram gratuitos ou remunerados bem abaixo aos já ínfimos salários da região. Devido à "sujeição" de labutarem para os proprietários durante alguns dias por semana, esses trabalhadores também eram chamados de "moradores de condição".[57] Tanto os trabalhadores "de fora" como os corumbas eram assalariados temporários. A diferença reside que os primeiros viviam nas cidades e vilas e povoações da própria região açucareira, engajando-se na atividade açucareira nos seus períodos de pique de traba

---

[56] *Também chamados de cantigueiros ou curraus.*

[57] *A "condição" era também chamada de "cambão".*

lho, enquanto que os corumbas eram habitantes do Agreste e do Sertão, que chegado o verão - período de estio, nos meses de setembro e outubro-, desciam para a Mata, vindo participar da colheita da cana. Em março ou abril do ano seguinte, quando caem as primeiras chuvas no Agreste, anunciando a chegada do inverno, regressavam a seus lares para fazer as suas roças. O regime de trabalho, que prevaleceu até a década dos 30, era o seguinte: "os trabalhadores eram reunidos em turmas que trabalhavam juntas, enfileiradas, sob a vigilância do feitor. Era o eito. As 10 e às 15 horas, os familiares levavam o almoço e o jantar, fazendo-se uma pausa a fim de que eles se alimentassem". As fainas agrícolas iniciavam-se com o nascer e terminavam com o por do sol, e o pagamento era sempre à diária. Devido às semelhanças com o regime prevalecente durante a escravidão, os assalariados eram chamados de "trabalhadores de eito", ou "eiteiros".[50]

Em suma, as usinas, ao consolidar a grande indústria do açúcar, provocaram uma transformação radical da atividade, causando um notável impulso ao desenvolvimento das forças produtivas e à consolidação das novas relações de produção. Mas o surto inicial das usinas, nas duas últimas décadas do século XIX, contou com o concurso dos altos preços do produto tanto no final da década de 1880 e início da seguinte, quando a partir de 1898, até 1900. Após atingir apenas 5,6 libras-ouro em 1886-87, a tonelada exportadora de açúcar pelo Brasil mais do que dobrou de valor em 1888, quando alcançou as 1,4 libras. O preço externo não cansou de subir, atingindo em 1893 o seu ápice, quando o valor médio da tonelada exportada foi de 18,7 libras. Nos anos a seguir voltou a cair, até a média de £9,7 no biênio 1896-97, voltando a reagir nos três anos seguintes, alcançando novamente 15,5 libras em 1900.

---

[50] CORREIA DE ANDRADE, Manuel. Op. cit. nota 19, p. 113.

[51] Também eram denominados por "cassacos".

Essas flutuações nos preços do açúcar refletiam, com algum atraso, a demarche das economias industrializadora. Assim, o bom desempenho da economia mundial na segunda metade da década de 1880 explica a elevação correspondente dos preços do açúcar. Em 1890 a Europa foi abalada por uma crise econômica, que perduraria até 1894, mas a economia norte-americana continuou sua expansão até 1893, depois do que também entrou em recessão. Em 1894 a economia européia voltou a crescer, sendo, depois, seguida pela norte-americana. Desta vez, a expansão européia se prolongaria até 1900, promovendo nova onda de aumento do consumo, inclusive do açúcar. O Brasil aproveitou a oportunidade, expandindo a sua produção, ao mesmo tempo que promovia a remodelação de seu parque açucareiro, através da implantação das usinas. No entanto, essa modernização não seria suficiente para garantir a participação do País no mercado internacional. Com a crise de 1900 da economia mundial, os preços do produto voltaram a cair, e a tonelada exportada pelo Brasil passou a £8,3 em 1901 e a £6,8 um ano depois. Desta feita, o País perderia, para não mais recuperar até a Revolução Cubana, 60 anos depois, seus mercados externos do açúcar. De acordo com Singer, o Brasil se atrasara na corrida da indústria açucareira mundial.

Com efeito, nas últimas décadas do século passado e primeiras do atual, o mercado mundial do açúcar atravessou grandes transformações, resultantes da expansão da indústria de açúcar de beterraba e da concomitante modernização da indústria correspondente da cana-de-açúcar. Após um período inicial de ensaios e fracassos, em princípios do século passado, a fabricação do açúcar de beterraba ganhou grande impulso na Alemanha a partir de meados daquele século, com sua produção saltando de 53.394 toneladas em 1850 para 573.030 t. em 1880. Nos outros países da Europa Central e Oriental, a mesma indústria se expandiu também a ritmos acelerados, contando com forte barreira alfandegária e grandes subsídios à exportação. A modernização do setor e os generosos subsídios fizeram com que o açúcar de beterraba aumentasse [illegible] sua participação no mercado

QUADRO 3.5.9

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR

BRASIL

1884-1934

PERÍODOS	QUANTIDADE (TON.)	VALOR (MIL LIBRAS)	PREÇO MÉDIO (LIBRAS/TON.)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES (%)
1884/89 (1)	971 429	8 998	9,3	7,7
1890/94	737 042	10 717	14,5	7,3
1895/99	640 880	6 846	10,7	5,0
1900/04	445 861	4 210	9,4	2,3
1905/09	235 613	2 125	9,0	0,8
1910/14	137 050	1 583	11,6	0,5
1915/19	436 830	14 487	33,2	4,1
1920/24	720 996	14 135	19,6	4,1
1925/29	113 728	1 650	14,5	0,3
1930/34	185 379	1 256	6,8	0,6

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro. 1939-40, p. 1.375.

Nota: (1) As informações a respeito de 1884 referem-se apenas ao 2º semestre.

mundial de açúcar. Conseqüentemente, a Grã Bretanha e os Estados Unidos, nossos grandes compradores, passaram a importar quantidades crescentes do açúcar de beterraba. No caso do Reino Unido, suas importações desse último produto começaram em 1858, e em 1865 apenas 16% de todo o açúcar importado pelo país eram de beterraba, correspondendo a 80.027 toneladas. Vinte anos depois, contudo, o produto já representava 50% das importações de açúcar, num total de 562 mil toneladas, e em 1900 respondia por 90%, correspondendo a 1.362 mil t. No mesmo ano, as compras inglesas de açúcar de cana tinham se restringido a apenas 150 mil t. Quanto aos Estados Unidos, suas importações de açúcar europeu cresceram de 5 941 t. (menos de 1% do total das compras externas do produto) em 1881 para 289.241 t. em 1890, o equivalente a 24% do açúcar importado pelo país nesse ano. No caso da América do Norte, ao crescimento da participação do açúcar de beterraba adicionou-se a crescente reserva de mercado ao produto dos países em que a agroindústria do açúcar de cana se encontrava ligada aos interesses norte-americanos, como das colônias espanholas de Cuba, Porto Rico e das Filipinas. Aliás, os laços entre essas colônias e os Estados Unidos eram tão fortes que originaram a Guerra Hispano - Americana de 1898, a primeira guerra imperialista, nos dizeres de Lenin, que terminou com a ocupação militar dessas colônias. Mas já então, Cuba e as Antilhas Inglesas eram importantes fornecedora para os Estados Unidos: em 1881 Cuba vendera 421 371 t. de açúcar àquela nação, enquanto as Antilhas Inglesas colocavam mais 20 290, perfazendo, conjuntamente, 59% das importações norte-americanas do produto. Em 1890, Cuba exportou 476 584 t. e as Antilhas Inglesas 122 881 t. Ao todo, responderam por 51% das compras de açúcar dos Estados Unidos. Neste interim, as exportações de açúcar do Brasil para aquele país tinham caído de 107 901 t. para 35 440. Com a aquisição das novas colônias pela América do Norte, através da guerra com a Espanha, a situação complicou-se ainda mais para o brasil. Os Estados Unidos passaram a investir pesadamente na

sua nova neo-colônia de Cuba [42], de modo que, se em 1896 o total das suas inversões na ilha ascendiam a 50 milhões de dólares, em 1906 já eram 160 milhões, 205 milhões em 1911 e 1 200 milhões em 1923, quando incluíam a propriedade de três quartos da indústria açucareira. Com isso, as suas usinas de açúcar modernizaram-se ainda mais, e passaram a gozar de privilégios no mercado norte-americano.

Como se pode concluir, o açúcar brasileiro viu-se praticamente expulso do mercado norte-americano e do Reino Unido, muito embora, enquanto durasse os períodos de expansão econômica de fins do século XIX, a precária situação brasileira não se tornasse clara. Na verdade, na década de 1890 o Brasil já se tornara um produtor marginal no mercado mundial do açúcar, e suas grandes exportações no período apenas refletiam a elevação temporária da demanda, assim como resultaria das perturbações da produção antilhana, desorganizada pela Revolução de 1895 em Cuba e posterior intervenção americana, em 1898. Bastou o início da recessão européia e norte-americana em 1901 para que a realidade fôsse conhecida, com as exportações brasileiras declinando de 2 982 mil libras no biênio 1900-1901 para 1 162 no seguinte, não se recuperando mais até 1916, em plena Guerra Mundial. Neste ínterim, realizou-se o Convênio de Bruxelas, em 1902, destinado a suprimir os subsídios à produção de açúcar e a excluir do mercado europeu o produto dos países que os mantivessem. O Brasil acabou por aderir ao Convênio, apesar da oposição dos usineiros, que viam seu produto tornar-se gravoso, com a queda dos preços de exportação.

Mas as desventuras dos produtores de açúcar do País não terminaram aí. A tendência à superprodução mundial a

---

[42] *Cuba não pôde ser incorporada ao território americano devido às negativas da Espanha de vendê-la aos Estados Unidos e da forte oposição dos revolucionários cubanos. Apesar disso, Cuba teve de aceitar, depois de sua independência em 1902, bases norte-americanas em seu território e o vexatório convênio que concedia aos E.U.A o direito de intervenção em seu território.*

longo prazo e a transformação do capitalismo concorrencial em capitalismo monopolista de Estado, nas últimas décadas do século passado criaram as condições para o ressurgimento das barreiras alfandegárias, que, para o caso do açúcar, haviam sido abolidas há poucos anos.[93] Também possibilitaram o renascimento das preferências coloniais, que tinham desaparecido na primeira metade do século XIX. Neste caso é que se enquadra, inclusive, a ação norte americana a favor da produção antilhana e filipina, em detrimento do Brasil.

Deste modo, a expansão do açúcar de beterraba, a modernização da agroindústria canavieira em outras partes do mundo, e o regime de preferências coloniais, induziram à marginalização definitiva das exportações brasileiras. De 1900 a 1914, o País vendeu apenas 7 918 mil libras de açúcar no mercado exterior, pouco mais do que havia colocado no último quinquênio do século passado, equivalente a somente 1,4% do total das exportações brasileiras naqueles quinze anos. Esse declínio da colocação do açúcar nacional no mercado externo teve profundas repercussões internas, arrefecendo o ritmo de instalações de novas usinas. Mesmo muitas empresas que haviam investido pesadamente em novos equipamentos na fase anterior tiveram de fechar suas portas, e muitas usinas mudaram de donos, dando início, ainda que timidamente, ao processo de centralização de capitais na grande indústria do açúcar no Brasil, o qual teria grande importância em períodos posteriores. Em Pernambuco, o principal estado açucareiro do País, nem todas as 49 usinas montadas entre 1885 e 1900 mantiveram-se funcionando, pois o Censo de 1907 detectou apenas 46 estabelecimentos em operação neste ano. Mas mesmo assim a instalação de novas unidades não cessou, principalmente noutros estados.

---

[93] *A Inglaterra aboliu os direitos que gravavam o açúcar em 1874, e os E.U.A. somente em 1890.*

Na realidade, a crise do mercado externo não foi mais dramática em razão das dimensões do mercado interno, que por volta da virada do século já absorvia 70% da produção açucareira do Brasil. Esse mercado ampliara-se de forma notável com o "boom" cafeeiro do Estado de São Paulo, onde imperava uma relativa especialização da produção agrícola. Apesar de existirem 12 usinas naquele Estado em 1907 e muitas outras nos estados vizinhos, a produção da Região Sudeste não era suficiente para atender seu próprio consumo. Assim, o Nordeste começou a abastecê-la, apesar de que suas usinas fossem pior localizadas e com um período de safra posterior (a safra de São Paulo e Rio de Janeiro começava três meses antes), o que diminuía seu poder de concorrência. Apesar disso, o desinteresse do Sudeste, principalmente de São Paulo, em desenvolver a sua agroindústria canavieira, proporcionou um mercado suficiente para a expansão das usinas nordestinas. Ademais, essas empresas podiam conquistar os mercados dos bangüêzeiros e aniquilar a concorrência da produção doméstica, o que lhe garantia uma linha de desenvolvimento ulterior. Entretanto, essa alternativa implicaria uma luta tenaz e demorada, que lhe exigiria uma modernização ainda maior, que não era possível no momento.

Apesar dos Planos consecutivos de "defesa do açúcar" tentados pelos usineiros pernabucanos, em 1906, através da Coligação Açucareira, e em 1911, via Cooperativa Açucareira, as exportações brasileiras de açúcar só voltaram a crescer em 1915, quando, devido à Guerra, com sua conseqüente desorganização da fabricação do açúcar de beterraba, as vendas do produto brasileiro duplicaram, passando de 373 mil libras em 1914 para 756 mil. O novo "boom" exportador duraria até 1923, quando a reoperação da agroindústria européia e os avanços da produção cubana retiraram, uma vez mais, o Brasil do pâreo. No período 1915-1923 seriam vendidas mais de 1,0 milhão de toneladas do produto brasileiro, num valor total de 27,2 milhões de libras. Mais uma vez, o comportamento favorável das exportações induziriam a instalação de novas usinas, fazendo seu número elevar-se a 235 em

em 1920, contra 199 em 1907. Também os bangüêzeiros se veriam favorecidos pela suavização da concorrência interna, da mesma forma que a produção doméstica que, ao que tudo indica, cresceu muito devido às dificuldades oriundas da Guerra.

Passado o surto exportador, a produção nacional continuaria a assentar-se no mercado interno, protegido por forte barreira alfandegária, até que a crise de 1929 recolocasse o problema da sobrevivência das usinas do Nordeste, agora ameaçadas pela forte tendência expansionista da congênere paulista. Depois de quase quatro séculos como tradicional exportador de açúcar, o Brasil fôra alijado do mercado mundial do produto.

Outro produto de importância na pauta de exportações do Brasil, quando do advento da República, era o algodão. Apesar do declínio iniciado por volta de 1875 - ano em que o Brasil mantinha-se como o 3º exportador mundial do produto -, em decorrência da recuperação da produção norte-americana, que voltou a ocupar seu lugar no mercado internacional, esse produto ainda respondia por uns 4% do total das vendas do País no exterior no início do período republicano. Contudo, dez anos depois - em princípios do século XX - o Brasil já se tornara o 6º exportador mundial, comercializando apenas uma pequena fração do total exportado pelos países que ocupavam os primeiros lugares. Em compensação, o consumo interno crescera extraordinariamente, em razão da instalação da grande indústria de tecidos, cujo número de fábricas crescera de umas 9, em 1866 para 48 em 1885 e 110 em 1905, com a produção aumentando de 1,2 milhões de metros de tecido para 3,6 milhões e 22,0 milhões, respectivamente. Somente entre 1872 e 1903, o consumo de algodão se expandiu 4 vezes, passando de 7 856 para 27 216 toneladas, o que significa que a sua participação na produção total do País passou de

11,3 naquele ano para 41,1% neste.[94] Na realidade, segundo Stein, o próprio "boom" algodoeiro durante as décadas de 1860 e 1870 facilitou a instalação das fábricas de tecidos no Brasil, embora esse processo resultasse da dinâmica econômica que a expansão cafeeira de fins do século passado criou a favor da industrialização.

As exportações brasileiras de algodão voltaram, no entanto, a experimentar outro surto de expansão, em conseqüência da elevação dos preços do produto a partir da eclosão da I.ª Guerra.[95] Em meados da década dos anos vinte, contudo, os preços voltaram a declinar, fazendo com que, apesar do maior volume comercializado no quinqüênio 1925-1929 em relação ao anterior, o valor total das transações com o produto caísse de 11,1 milhões de libras para 10,2 milhões. Com a crise de 1929, os preços do algodão no mercado mundial caíram violentamente, o que reduziu drasticamente o valor das exportações brasileiras do produto. Mas aí então o mercado interno já assimilava 90,6% da produção nacional, em razão principalmente do desenvolvimento da indústria textil algodoeira nas primeiras décadas do século: em 1929 existiam 359 fábricas no País, produzindo 478 milhões de metros de tecido, num valor de 685 mil contos.

Na realidade, o comportamento das exportações brasileiras de algodão durante a segunda metade do século passado demonstra que o Brasil já se tornara, do mesmo modo como ocorreu com o açúcar, um produtor marginal do mercado internacional.

---

[94] Ver:
STEIN, Stanley. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil-1850/1950. Rio de Janeiro, CNRGE, 1979. 272p. Referência p. 61.
A quantidade produzida apresentada por esse autor para 1872 não confere com a soma das quantidades consumidas com as exportadas, quer para 1871-72 quer para 1872-73; o mesmo ocorrendo para 1893. Tomou-se pois a soma da média das exportações de algodão em 1871-72 e 1872-73 com o consumo para 1872, apresentado por Stein. Quanto a 1893, somou-se o consumo ao total exportado.

[95] A respeito da crise da produção algodoeira em fins do século durante o período bélico, ver:
ALBUQUERQUE, Rui B.P.L. de. O surto algodoeiro da Primeira Guerra Mundial. In: *Cadernos econômicos*. Indústria têxtil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, CNIq, 1957. p. 3.

5656 | BC

QUADRO 3.5.10

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE ALGODÃO

BRASIL

1884-1934

PERÍODOS	QUANTIDADE (TON.)	VALOR (MIL LIBRAS)	PREÇO MÉDIO (LIBRAS/TON.)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES (%)
1884/89[1]	114 155	4 993	43,7	4,3
1890/94	110 993	5 391	48,6	3,7
1895/99	40 027	1 892	47,3	1,4
1900/04	106 122	4 952	46,7	2,7
1905/09	97 319	5 348	55,0	2,1
1910/14	110 439	7 081	64,1	2,2
1915/19	26 987	3 702	137,1	1,1
1920/24	103 884	11 089	106,7	3,2
1925/29	117 977	10 187	86,3	2,1
1930/34	189 951	7 806	41,1	3,5

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro. 1939-40, p.1.375.

Nota: (1) As informações a respeito de 1884 referem-se apenas ao 2º semestre.

QUADRO 3.5.11

EVOLUÇÃO DA CULTURA E DO
CONSUMO DO ALGODÃO
BRASIL
1910-1929

PERÍODOS (1)	ÁREA PLANTADA (HA)	PRODUÇÃO (TON.)	CONSUMO (TON.)	CONSUMO/PRODUÇÃO (%)
1910/11	...	77 343	(2) 66 243	85,6
1915/16	...	100 780	70 346	69,8
1925/26	534 357	130 421	99 786	76,5
1928/29	500 000	113 881	103 201	90,6

Fonte: O Brasil Atual, p. 19. Apud.
NORMANO, J.F. Evolução Econômica do Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939 p. 46

Notas: (1) Certamente, devem referir-se aos anos agrícolas.
(2) Produção menos exportações no ano.

Essa posição seria conservada durante toda a fase da República Velha. Por outro lado, a analogia com o açúcar também se verifica quanto à crescente importância do mercado interno - fortemente protegido por barreiras que impediam a importação de similar estrangeiro - na sustentação da atividade. Finalmente, também o Nordeste era a principal região fornecedora: "no quinqüênio 1926/30, das 109 737 t. anuais médias de algodão produzidas no Brasil, 20.980 (19,1%) provinham da Paraíba, 17 401 (15,8%) de Pernambuco, 13 285 (12,1%) do Rio Grande do Norte, porém apenas 8 700 (7,9%) de São Paulo. A cotonicultura dos estados nordestinos dominava o mercado nacional."[96] Apesar disso, também Minas Gerais se destacava na produção de algodão, chegando a exportar pequenas quantidades durante e depois da I.ª Guerra, uma vez que o grosso da sua produção abastecia o grande número de pequenas fábricas espalhadas pelo Estado.[97]

Assim como no caso do açúcar, também quanto ao algodão, a perda dos mercados forâneos resultava do atraso dos métodos e das relações de produção. Com efeito, o plantio do produto era feito à base da enxada, dispensando-se maiores cuidados além da capina, necessária à limpeza das ervas daninhas; também a colheita era realizada de modo empírico e, no caso do algodão arbóreo do Nordeste, costumava ser demorada, o que "sujava" o produto, devido à poeira e ao orvalho. Essa facilidade e rusticidade do cultivo, a possibilidade de consórcio[98], e o aproveitamento de suas ramas para a alimentação do gado, tornaram o algodão acessível até aos pequenos produtores: daí o produto ser considerado mais "democrático" do que a "aristocrática" ca

---

[96] SINGER, Paul. Op. cit. nota 42, p. 326.

[97] Durante o período 1916-1925, Minas exportou 4 343 t. de algodão. Em 1923, esse estado produziu mais de 28 mil toneladas de algodão, o equivalente a um quarto da produção nacional.

[98] O algodão arbóreo nativo do Nordeste, que produzia por um período de dois a quatro anos, era tradicionalmente cultivado em associação com o milho ou com o feijão.

na-de-açúcar. Na verdade, o produto era plantado tanto por pequenos quanto por médios e grandes produtores. No caso desses últimos, os menores investimentos incentivavam o plantio do algodão em detrimento da cana, particularmente nos períodos em que os preços do açúcar declinavam e/ou os do algodão estavam em alta. Como disse Manuel Correia Andrade, "desde 1750 até 1940 o algodão foi um dos principais produtos nordestinos e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito, na disputa às terras e aos braços".[99] Quanto aos pequenos proprietários, esses se interessavam pelo algodão devido ao seu caráter mercantil, que possibilitava a obtenção de uma renda monetária, indispensável para o produtor obter alguns meios de produção e consumo que não tinha condições de produzir. Assim, os pequenos produtores mantinham suas roças de milho, feijão e mandioca, entremeadas com plantações de algodão, para o que contribuiu a sua capacidade de desenvolver-se em associação com outras culturas. Esse caráter da produção algodoeira permitiu aos grandes proprietários, por sua vez, ceder pequenos lotes de terra a foreiros, conseguindo uma parcela da sua colheita, a título de renda. Ademais, "após a colheita, feita no período mais seco do ano, podiam a "rama" do algodoeiro e a palha do milho servir de alimento ao gado que era posto a pastar por dois ou três meses na área em que fora cultivado; justamente nos meses mais secos do ano, quando o gado não dispunha de pastagens no campo. Esta vantagem iria animar os grandes proprietários da região, sempre criadores de gado, uma vez que aumentariam seus lucros sem abandonar, ao contrário, melhorando ainda mais a sua atividade econômica tradicional".[100] Ou seja, os grandes latifundiaristas do gado cediam a terra a foreiros, em troca do direito de apascentar seu gado com o restolho do cultivo do algodão e do milho consorciado. O proprietário entregava a terra ao pequeno produ

---

[99] CORREIA DE ANDRADE, Manuel. Op. cit. nota 19, p. 132

[100] Ibid. p. 133.

tor no início do período das chuvas, em março, e esse último tratava logo de plantar o milho, o feijão, a fava e o algodão. Em dezembro, a colheita desses produtos devia ser encerrada, e o terreno devolvido ao proprietário, para alimento do gado durante os meses secos, que antecediam as chuvas de março. A terra era, assim, dada apenas "pela palha". A conjugação da pecuária com a lavoura algodoeira incentivou em grande medida, a penetração dessa cultura no interior do Nordeste, atravessando o Agreste e penetrando no Sertão. Mas além de dar suporte à exploração do campesinato com pouca ou nenhuma terra, o algodão, devido à dispersão de seu cultivo por uma multidão de pequenos produtores, criava as condições para o florescimento da exploração comercial. De fato, essa lavoura deu origem a um grande número de "maquinistas", isto é, de beneficiadores do produto que, além de descaroçarem o algodão com seus descaroçadores de serra, atuavam como comerciantes, concentrando a produção dispersa de grande número de pequenos produtores e remetendo-a aos portos de exportação regionais, principalmente Recife.[61] A estrutura de mercado prevalecente atuava deprimindo o preço do algodão a nível do produtor, o que garantia uma larga margem de apropriação do excedente aos comerciantes interioranos. Em muitos casos, o proprietário fundiário que cedia a terra aos foreiros era o mesmo comerciante que lhes comprava a produção, de modo que à exploração rentilista somava-se a mercantil, o que garantia ganhos certos aos fazendeiros e miséria permanente aos produtores diretos. Esse caráter da produção e sua comercialização está, inclusive, na raíz das tendências urbanas do algodão, identificadas por muitos historiadores do produto.

---

[61] *O descaroçador de serra substituiu as de rolos "cherka" durante o surto algodoeiro de 1860-1880, de modo que a "cherka" já era rara na década dos oitenta do século passado. Os descaroçadores de serra, apesar de dilacerar as fibras do algodão, eram muito mais produtivos do que os manuais, do tipo "cherka".* Ver: STEIN, Stanley. *Op. cit.* nota 33, p. 60-61.

Devido a tais características da lavoura algodoeira do Nordeste - dispersão da produção por um grande número de pequenos camponeses, dominados pelo capital comercial e pela grande exploração latifundiária - esta não pôde desenvolver-se de forma a superar a concorrência externa. O progresso técnico restringiu-se basicamente ao beneficiamento do produto, com a substituição dos descaroçadores "cheka" e de serra por maquinaria moderna, o mesmo ocorrendo com o processo de enfardamento. A força de trabalho continuou esmagada pela pressão patronal-mercantil, incapaz de desenvolver suas potencialidades próprias. O processo de trabalho manteve-se, em grande medida, avesso à cooperação capitalista. Os custos de produção, portanto, continuaram altos, apesar da situação deplorável dos produtores diretos. Tais fatores, adicionados aos elevados custos e dificuldades de transporte da Região[102], transformaram o algodão nordestino em produto incapaz de sustentar sua participação no mercado internacional, apesar de suas fibras longas, de qualidade superior às do algodão herbáceo norte-americano. A produção nordestina teve, pois, de desviar-se para o mercado do Sul do Brasil, procurando abastecer a sua indústria textil. Mesmo assim, isto só seria possível em decorrência da concentração de capitais na lavoura cafeeira no Sudeste, o que inibiu sua aplicação na cultura do algodão.[103] Isso ficaria claro na década de 30, quando São Paulo tornou-se o grande produtor nacional.

Os derivados da pecuária - principalmente os couros e as peles - constituíam outro grupo de produtos de relevância no comércio externo da República Velha. Atividade de larga tradição no Brasil, a criação de animais, particularmente de bo

---

[102] *Tais problemas derivavam, dialeticamente, da própria incapacidade do algodão de revolucionar as condições de transporte, como o fizeram o café, no Sudeste, e o açúcar, em menor escala, na Mata nordestina.*

[103] *No caso da Região Sul, as suas condições climáticas eram desfavoráveis à lavoura algodoeira, o que tornou-a uma grande importadora do produto.*

vinos, difundira-se por praticamente a totalidade do território nacional economicamente ocupado no despontar da República, com a execução da zona gomífera da Amazônia, totalizando uns 24 milhões de cabeças de gado bovino, o que representava um dos maiores rebanhos do mundo.[104] Apesar disso, seus centros principais eram o Sertão nordestino, as áreas de criação de Minas Gerais e o Rio Grande do Sul, na sua porção meridional. Outra região de importância, embora menor, era o Centro-Oeste, isto é, Goiás e Mato Grosso. Tais regiões guardavam grandes diferenças, no que diz respeito ao grau de progresso técnico, métodos de produção e formas de utilização do trabalho.

No Nordeste, a pecuária bovina foi, desde os primórdios da colonização, uma atividade subsidiária da cana-de-açúcar, que constituíra-se no seu principal mercado. Com efeito, a especialização relativa dos antigos engenhos, o volume de população envolvida na produção do açúcar, e a vida urbana originada por essa atividade, geraram um mercado relativamente grande de produtos alimentares, entre os quais se destacava a carne. Por outro lado, os engenhos também necessitavam do gado como força motriz (no caso das moendas movidas por juntas de boi) e como meio de transporte, tanto da cana até as "moitas" quanto do açúcar até os rios e portos da região. A necessidade de gado fez com que, inicialmente, os engenhos mantivessem áreas de pasto e fazendas de gado na própria região açucareira da Zona da Mata. Contudo, com a expansão das plantações de cana, a criação de gado foi transferida ao Agreste, penetrando profundamente no Sertão, onde se tornou o sustentáculo principal da

---

[104] *Para o cálculo desse número considerou-se a taxa de crescimento do rebanho nacional entre 1912 e 1938, aplicando-a ao período 1890-1912. Evidentemente, a estimativa é frágil pois, entre outras coisas,* desconsidera *o "ciclo do gado". Apesar disso, dá uma idéia da ordem de grandeza do rebanho bovino do País.*

economia. Com isto, estabeleceu-se um complexo sistema de relações da pecuária com a agricultura mercantil e de subsistência, do Sertão com o Agreste e a Mata, e destas duas áreas entre si. Ademais, nasceu um sistema econômico extraordinariamente adaptado às difíceis condições naturais da região, do qual resultaria esse verdadeiro Brasil dentro do Brasil: o Nordeste.[105]

Com a especialização da Mata na agroindústria açucareira, estabeleceu-se um sistema de transmigrações sazonais do rebanho bovino entre essa Zona e o Agreste. Assim, em setembro, com o início da colheita da cana, o gado ia para a Mata, trabalhar nos engenhos e aproveitar-se da palha disponível, num período em que as pastagens do Agreste iam ficando secas. Em março, com as primeiras chuvas, o gado retornava ao Agreste, onde os pastos verdejavam. Contudo, no próprio Agreste era necessário arraçoar o gado que permanecia na região nos meses de dezembro a fevereiro, quando as pastagens estavam secas. Isto teve conseqüências importantes sobre o uso do solo e reagiu sobre as relações de produção: os fazendeiros do Agreste passaram a dividir suas terras em pequenos lotes, arrendando-as a camponeses, que plantavam o algodão e os produtos alimentares (feijão e milho), a partir das primeiras chuvas de março. Em dezembro, as terras eram devolvidas aos proprietários, que deixavam seu gado alimentar-se dos restolhos das lavouras de subsistência e do algodão. Deste modo, estabeleceu-se uma agricultura complementar à criação de gado, assentada sobre o trabalho de pequenos produtores, parceiros ou arrendatários. Em alguns casos, era comum a simples cessão das terras aos lavradores em troca apenas da "palha" do algodão e das culturas alimentares associa

---

[105] *A substituição dos engenhos pelas usinas reduziria em muito a necessidade de gado na atividade açucareira, pois induziria à decadência dos engenhos movidos à força animal e permitiria o transporte da cana através das ferrovias. Contudo, isto não seria suficiente para causar o declínio da pecuária bovina na região.*

das. Mas tanto a transferência sazonal do gado entre as duas regiões do Nordeste quanto a sua alimentação com os restolhos da agricultura não eram suficientes para garantir o sustento dos rebanhos. Estabeleceu-se também outro movimento entre as áreas da caatinga agrestina e os "brejos" de altitude.[16] Através desse sistema, o gado migrava para as áreas agrícolas das porções altas e úmidas das "serras" da região, depois da colheita do feijão, do milho e do algodão. Além disso, os proprietários que não possuíam fazendas nas áreas capazes de sustentar o gado durante o "verão", costumavam arraçoá-los com as bromeliáceas e cactáceas locais, como a macambira, que era cozinhada e picada, e o facheiro e o mandacaru, que eram queimados para perder seus espinhos. Neste caso, o trabalho recaía sobre os vaqueiros, pagos pela "quartiação", isto é, pela quarta parte das crias obtidas dos animais sob seus cuidados, e pelos agregados (moradores de condição).

Quanto à pecuária sertaneja, seus vínculos com a economia do açúcar eram menores, embora não menos profundos. Nesse caso, não haviam as transmigrações periódicas em direção à Zona da Mata, a qual, no entanto, sempre continuou como o principal mercado para o Sertão, mesmo depois do estabelecimento de vínculos com a economia de outras regiões do País. Mas também no Sertão, gerou-se um complexo organismo, englobando os sistemas produtivos e as relações de produção numa totalidade rica e adaptada ao difícil meio natural. O gado era criado de forma extensiva, solto, em grandes latifundios - bem maiores do que as fazendas agrestinas. A agricultura, levada a cabo por vaqueiros e agregados, desenvolvia-se nos leitos secos dos rios

---

[16] *O "brejo" é uma expressão nordestina típica, cujo significado pode ser esclarecido por Manuel Correia de Andrade: ... "no Nordeste chamamos "brejo" as áreas úmidas ilhadas, quase ilhadas ou marginais à caatinga semi-árida. Assim o "brejo" é aquela região onde não há seca, onde há água durante todo o ano..."* Ver:
CORREIA DE ANDRADE, Manuel. *op. cit.* nota 10, p. 24 (nota 1).

e lagoas, aproveitando a umidade do solo: é a chamada "lavoura de vazante", que acompanha a descida do nível das águas. Também nos brejos, a cultura do milho, feijão, mandioca, algodão e cana-de-açúcar (para a fabricação de aguardente e rapadura) eram levadas em frente por foreiros, agricultores e rendeiros. O gado era abastecido d'água, nos períodos secos, pelas "cacimbas", isto é, poços abertos nos leitos dos rios em processo de secamento, para a retenção da água, ou então por açudes que colhiam a água das chuvas, reservando-as para os períodos de estio. A alimentação nos meses secos era proporcionada pelas cactáceas e macambeiras, devidamente preparadas.[12] Havia ainda a presença de movimentos sazonais do gado, que se dirigiam aos brejos, alimentando-se tanto nos pastos existentes quanto das "palhas" das lavouras, após a colheita. Também aí prevalecia a quartiação, como forma de garantir o trabalho dos vaqueiros, e o pequeno arrendamento e a "troca de serviços", seja para possibilitar a produção de forragens (os restolhos das lavouras dos brejos), seja para garantir o fornecimento de trabalho temporário.

Como se pode concluir, as dificuldades de obtenção da água e dos alimentos, em estreita correspondência com o atraso técnico e das relações de produção, garantiam uma pecuária de baixíssimos rendimentos, que só se sustentava devido à grande extensão das terras utilizadas e ao caráter de semi-autoabastecimento do complexo agropecuário regional. Isto era particularmente verdadeiro no caso do Sertão, onde as condições de existência da população eram muito mais duras, embora a pecuária agrestina não se avantajasse tanto sobre ela a ponto de implicar num salto de qualidade. Apesar disso, a economia pecuária do Nordeste experimentou sempre um sistemático, embora lento, desenvolvimento das forças produtivas. Um grande avanço foi o plantio da palma e a formação de capineiras. O surgimento da

---

[12] *O sal era obtido nos depósitos aluviais do São Francisco e de alguns dos seus afluentes.*

cultura da palma fez com que os fazendeiros estendessem a prática do arrendamento, através da cessão de áreas prontas para o cultivo e das "raquetes" aos rendeiros, que se incumbiam de plantar e cuidar do palmal até sua maturidade, quando devolviam-no aos proprietários, que então mantinham-no através do trabalho de moradores e condição ou de assalariados. Durante o período de 3 a 4 anos que a palma leva para atingir seu ponto de corte, os pequenos lavradores possuíam o direito de uso do solo, utilizando-o com culturas intercaladas, como o milho, o algodão, e a fava. Quanto às capineiras, estas eram formadas por moradores de condição e assalariados.

Embora esses novos produtos permitissem uma melhor alimentação do gado durante o período de secas, não foram suficientes para proporcionar uma melhoria substancial dos rendimentos de pecuária regional. Assim, esses continuaram ínfimos, fazendo com que a atividade carecesse de poder de concorrência em relação às outras regiões criatórias do Brasil e do mundo e não se constituísse em elemento dinamizador da economia regional, capaz de alavancar o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

Em situação bem diversa se encontrava a pecuária mineira. Atividade tradicional, a criação de gado bovino em Minas se encontrava difundida por todo o Estado quando da Proclamação da República, embora se concentrasse na sua porção setentrional (Noroeste, Vale do São Francisco e Vale do Jequitinho - nha) e meridional (Sul de Minas). O Triângulo Mineiro também já se iniciara como zona criatória, apesar de que seu apogeu se daria bem mais tarde. Também na Zona da Mata se transformaria em área de pecuária, como resultado da diversificação da atividade econômica com a decadência da cafeicultura local. No caso do Sul de Minas - e depois da Zona da Mata - a pecuária atingira níveis bem mais elevados do que os da sua congênere nordestina. A terra era usada de forma mais intensiva e os pastos melhor cuidados; as condições de saúde animal eram bem melhores;

benfeitorias das fazendas muito mais numerosas e dispendiosas. A conseqüência era um rebanho melhor, com maior taxa de desfrute. Além disso, não existia a relativa especialização presente nos estabelecimentos do Nordeste, uma vez que as fazendas do Sul de Minas diversificavam o uso do solo, plantando o milho, o feijão, o arroz, a batata, a mandioca e a cana-de-açúcar. Com esses produtos, encetava-se a indústria rural da farinha de mandioca e do polvilho, da farinha de trigo e do fubá, da cachaça e da rapadura. Também desenvolviam a criação de aves e suínos, o que permitia a obtenção de ovos, da carne, do toucinho e da banha. De mais a mais, do gado não se aproveitava apenas a carne e os couros, mas o leite dava origem à indústria rural de laticínios, onde se destacava a manteiga e os "queijos de Minas". A maior parte destes produtos servia tanto para o autoabastecimento como para a venda no mercado interno, possibilitando que o Estado exportasse quantidade significativas de todos eles durante o período republicano, principalmente na sua última década.

O nível superior de desenvolvimento das forças produtivas permitiu que as relações de produção, embora conservassem seu atraso em relação às existentes na cafeicultura paulista, fossem mais evoluídas do que as da pecuária nordestina. No Sul de Minas e na Zona da Mata o trabalho assalariado era mais difundido, apesar de que a parceria parece ter-se constituído na forma fundamental. Contudo, o complexo econômico resultante da conjugação das forças produtivas com as relações de produção não permitiu que a pecuária mineira, mesmo do Sul de Minas, se constituísse em setor dinâmico capaz de puxar a expansão econômica. Voltada para o mercado interno, contando com a concorrência do Rio Grande do Sul e do Nordeste e sujeito à intermediação do capital comercial do Rio de Janeiro, a pecuária mineira revelaria um lento crescimento que, embora permitisse a acumulação de alguns capitais - que inclusive transmigrariam para a indústria e o setor bancário regional - mostrar-se-ia incapaz em dar suporte [illegible] de acumulação de capitais.

Finalmente, a terceira região de maior importância em termos de pecuária, era a porção meridional do Rio Grande do Sul. Exportador de charque de longa data, este Estado mantinha-se como fornecedor desse produto para os centros de consumo do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, além de vender couros, e carne. Assim como no caso de Minas, a atividade criatória possuia um nível mais elevado do que a nordestina. No entanto, mostrava-se incapaz de condicionar a expansão econômica do Estado, seja devido à concorrência de Minas e do Nordeste, seja em razão de seu atraso relativo. Na realidade, a criação de gado modernizou-se no Rio Grande do Sul, nos dois últimos decênios do Império, devido às inovações tecnológicas, investimentos estrangeiros e imigração, que atingiram a região. Na década de 1870 introduziram-se as cercas de arame, e na seguinte, as de arame farpado, ao mesmo tempo em que novas raças começavam a entrar na Província e esta beneficiava-se com o surgimento dos navios a vapor e da estrada de ferro. Com a melhoria do sistema de transportes, reforçaram-se os laços que prendiam a pecuária rio-grandense aos seus mercados nacionais. Um de seus produtos típicos era o charque que, apesar de ter de enfrentar a concorrência platina, continuava a abastecer as outras regiões do Brasil.[168] De acordo com Joseph Love, "a produção de charque continuou a ser a principal atividade derivada da pecuária no Rio Grande do Sul durante toda a República Velha; e, no fim do período, o Estado era responsável por cerca de 80% da produção nacional. Os melhores fregueses do charque do Rio Grande eram as classes inferior e média das cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife".[169] Outro produto de importância na pauta de exportações do Estado, depois da instalação da República, era o couro, que era comercializado salgado ou limpo. Em 1910, enquan

---

[168] *Na última década do período imperial, só em Pelotas eram abatidas 300 mil cabeças, para a produção de charque.*

[169] *Ver:*
LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: - FAUSTO, Boris (org.). Op. cit. nota 3 citação p. 104.

to as vendas de charque do Rio Grande do Sul atingiram 24,4 mil contos, as vendas de couros salgados alcançaram 10,9 mil contos, e as de couros limpos cerca de 2,8 mil, o que dá uma idéia da importância do produto. Um terreno onde a concorrência platina era mais séria era na produção de carne. "As indústrias de carne da Argentina e do Uruguai tinham-se avantajado sensivelmente às operações rio-grandeses. No começo de 1906, o grosso da carne argentina destinada à exportação era congelada ou enlatada. A Argentina adquiriu o seu primeiro frigorífico em 1883, num ano em que o charque ainda competia com o couro como a exportação mais importante do Rio Grande do Sul. Só em 1917, quando as companhias norte-americanas começaram a trabalhar ali, se empreenderam operações significativas de frigoríficos no Estado brasileiro".[110] Na realidade, a forte concorrência platina no mercado brasileiro de charque e carne congelada ou enlatada não pôde ser suplantada pela produção rio-grandese, pois esta não tinha condições de satisfazer à demanda nacional, aos preços vigentes. Durante a Guerra e nos primeiros anos da década de 1920, os frigoríficos estrangeiros estabelecidos no Rio Grande exportaram grande quantidade de carne. Contudo, em meados desse mesmo decênio a sua produção caiu, pois, "por causa dos pastos mais fracos e do transporte menos eficaz (o que se devia sobretudo aos acidentes geográficos), o Rio Grande não poderia competir, em pé de igualdade, com o Uruguai e a Argentina."[111]

Seja como for, a pecuária rio-grandese, apesar de não poder enfrentar com sucesso a produção platina, pelo menos pôde sustentar sua participação no mercado nacional. Seus índices técnicos eram francamente superiores aos da nordestina e,

---

[110] Ver:
LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: - FAUSTO, Boris (org.). Op.cit. nota 1, citação p. 104.

[111] Ibid, p. 105.

com a implantação dos frigoríficos estrangeiros, pôde contar com um segmento moderno de grande significado, ainda que parcial. O rebanho estadual expandiu-se favoravelmente durante a República Velha, de 7,2 milhões de cabeças em 1912 (23,6% do total do País) para 10,7 milhões em 1930.

Apesar da precariedade da pecuária brasileira, as exportações do País de couros e peles mantiveram-se em níveis relativamente elevados durante toda a República Velha, em especial nas suas duas últimas décadas, em razão da Guerra. A Guerra contribuiu para o início das vendas de carne no mercado externo, as quais foram grandes durante o período em que o conflito fêz sentir seus efeitos. Para tanto, contribuiu a instalação de empresas estrangeiras processadoras de carne, que vieram para o Brasil atraídas pelas suas amplas possibilidades de produção, num momento em que o consumo do produto se expandia vigorosamente nos Estados Unidos, que de grande exportador de gado, vendendo 287 mil cabeças em 1893, tornou-se importador, comprando, em 1915, cerca de 538 mil cabeças. Aproveitando-se da mudança da direção do comércio internacional de produtos pecuários, a Armour , a Swift e a Wilson instalaram-se no País, com a finalidade de exportar carne congelada, permitindo que se exportassem no período 1914-1917, cerca de 108,6 mil toneladas, o equivalente a 24,2 milhões de dólares. Mas como se disse, a Guerra também incentivou a comercialização de couros e peles brasileiros, fazendo com que o valor de suas vendas no comércio internacional duplicassem no quinqüênio 1915-1919 em relação ao anterior. Depois do conflito, os preços desses produtos decaíram sensivelmente e, apesar da manutenção da quantidade exportada em altos níveis, o valor total das vendas no mercado externo caiu sensivelmente, mas sem voltar, contudo, aos seus níveis de antes do conflito. O motivo fundamental do fenômeno parece ter sido a necessidade crescente de matérias primas para alimentar a indústria de calçados e bolsas dos países centrais. Com a crise de 1929, contudo, os preços caíram ainda mais, fazendo com que as receitas do Brasil com as exportações de couros e peles [illegible]

QUADRO 3.5.12

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE COUROS E PELES

BRASIL

1884-1934

PERÍODOS	QUANTIDADE (TON.)	VALOR (MIL LIBRAS)	PREÇO MÉDIO (LIBRAS/TON.)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES (%)
1884/89 (1)	94 392	3 947	41,8	3,4
1890/94	107 742	3 339	31,0	2,3
1895/99	134 009	3 589	26,8	2,6
1900/04	145 714	7 822	53,7	4,2
1905/09	172 154	11 520	66,9	4,4
1910/14	192 711	13 455	69,8	4,2
1915/19	257 767	26 826	104,1	7,6
1920/24	256 976	16 392	63,8	7,8
1925/29	297 243	22 574	75,9	4,7
1930/34	253 276	9 690	38,3	4,3

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1939-40, Rio de Janeiro. p. 1376-1377.

Nota: (1) As informações a respeito de 1884 referem-se apenas ao 2º semestre .

QUADRO 3.5.13

EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO

BRASIL

1912-1938

(milhares de cabeças)

REGIÕES	1912	1916	1920	1938
NORTE	790	725	869	1 108
NORDESTE	8 301	6 891	7 365	8 136
CENTRO-OESTE	4 423	4 652	5 852	5 759
SUDESTE	8 880	8 885	10 541	15 831
São Paulo	1 322	1 793	2 442	3 485
Minas Gerais	6 861	6 342	7 333	11 147
SUL	8 311	7 808	9 643	9 242
Rio Grande do Sul	7 249	6 658	8 489	7 942
TOTAL	30 705	28 962	34 271	40 076

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939/40. p. 1315.

nassem de 22,6 milhões de libras no período 1924-1929 para apenas 9,7 milhões no período 1930-1934, apesar de que a quantidade exportada cair apenas 14,8%.

Paralelamente a estas oscilações do comércio externo de produtos pecuários, o consumo interno não deixou de crescer durante o período republicano, devido ao crescimento econômico e à industrialização. Assim, a expansão da indústria de calçados, artefatos de couro e laticínios, induziu o contínuo aumento da demanda de produtos animais, incentivando a atividade criatória. Segundo os dados das firmas registradas para o pagamento do imposto de consumo, os estabelecimentos fabris que produziam calçados cresceram de 4 542 unidades em 1911 para 8 284 em 1929, com a produção total passando de 12,6 milhões de pares naquele ano para 34,2 milhões nesse último. O número de fábricas de manteiga e sucedâneos, por sua vez, cresceu de 1 757 estabelecimentos em 1917 para 2 129 em 1929. Nesse ano, existiam no País cerca de 3 061 fábricas de queijos e requeijões e 3 424 de artefatos de couro e outros materiais. A produção de carne nos matadouros municipais e estabelecimentos fiscalizados pelo governo alcançava as 677 mil toneladas, enquanto que a produção de couros nos mesmos lugares atingia 31 mil toneladas.

Assim, o dinamismo da pecuária bovina acentuou, durante a Primeira República, suas vinculações ao mercado interno. As taxas de crescimento do rebanho, contudo, assim como seu rendimento e tecnificação, continuaram baixos, de forma que todo "boom" da atividade implicava numa redução do número de cabeças, como ocorreu durante a Guerra, quando os abates induzidos pelo aumento das exportações de carne e de couros e peles provocou uma grande sangria no rebanho brasileiro. Na verdade, a atividade manteve-se em lenta expansão, refletindo as suas estreitas bases de sustentação, compostas pelos pilares do atraso das forças produtivas e do arcaísmo das relações de produção.

Os outros produtos de alguma expressão na pauta de exportações do Brasil em princípios do período republicano eram o cacau, o mate e o fumo. O primeiro era produzido na Mata do Sul da Bahia, com base no trabalho de agregados e assalariados temporários. Para o plantio usava-se apenas a enxada, e a colheita era feita com paus com ganchos de metal na ponta, que seccionavam a haste de sustentação do produto, lançando-o ao solo. Uma vez reunido uma grande quantidade do produto, os frutos eram partidos a facão, obtendo-se as amêndoas, que sofriam o processo de beneficiamento, que retirava-lhe a polpa, da qual se obtinha o chocolate. O cacau tornou-se famoso pela cristalização de uma classe de grandes fazendeiros ricos, que controlavam rigidamente a política e a vida social da região, imprimindo-lhes um caráter claramente refratário ao progresso. Graças ao crescimento contínuo da demanda externa, as exportações do produto puderam incrementar-se sem interrupções significativas durante toda a República Velha, saindo de uma média de 8,4 mil toneladas no período 1888/90 para 68,9 mil no período 1928/30, ou seja, um total 8 vezes superior. Esse aumento viu-se correspondido pelo crescimento do valor das exportações do produto, que atingiram 2,8 milhões de libras por ano nos três últimos anos da Primeira República, contra apenas 345 mil no período 1888/90, de modo que não se observou qualquer deterioração dos preços internacionais do cacau durante aquela fase republicana. Como conseqüência dessa elevação, o cacau passou a responder por mais de 3% das exportações brasileiras durante os últimos anos da República Velha, enquanto no seu início o produto representava apenas pouco mais de 1%.

No caso do mate, este produto era cultivado no Sul do País, principalmente no Paraná, onde constituía um dos principais suportes da economia estadual.[112] Seus métodos de produção eram extremamente arcaicos, consistindo em podar a árvore nativa, retirando-lhes os seus ramos mais tenros e viçosos, que eram então depositados em recipientes, sob os quais se atava fogo baixo, de forma que as folhas do chá eram gradativamente torradas, sem queimar. Depois de torradas, as folhas eram muídas em pilões, resultando no pó de mate, que era então ensacado. Esse processo, extremamente tôsco, era empregado de longa data no Paraná, tendo sido descrito por Sebastião Ferreira Soares, ainda em 1860, e era um dos principais responsáveis pelo gosto e cheiro desagradáveis que tinham o mate paranaense, pois a fumaça do fogo que era utilizado para torrar as folhas do mate impregnava o produto. Mas a qualidade do mate paranaense, que se destinava à exportação, não era ruim apenas devido ao método de preparo, mas também à fraude, que consistia em adicionar às folhas de mate outras ervas e mesmo gravetos. Contudo, perto do advento da República, começou a generalizar a substituição dos engenhos hidráulicos, que moíam o produto através de pilões a água, por engenhos de vapor, de forma a melhorar a aparência e tornar o produto mais homogêneo. Por outro lado, em 1885 Curitiba passou a estar ligada ao porto de Paranaguá, facilitando extraordinariamente o escoamento da produção paranaense de mate, que então não precisava mais enfrentar as grandes dificuldades de outrora, na área de transportes. Contudo, as exportações de mate caíram sensivelmente entre 1890 e 1897, em decorrência da guerra civil que abalou o Uruguai, um dos nossos principais mercados, e da crise européia. Tentando enfrentar a queda das vendas do produto no mercado externo, o governo paranaense baixa a Lei 270, em janeiro de 1897, impondo normas rígidas ao fabrico do produto, controlando a produção e determinando a destruição

---

[112] Ver: PADIS, Pedro Calil. A vida econômica: da emancipação à crise de 1929 - o mate. In: ___ *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo, HUCITEC; Curitiba, Secretaria da Cultura e Esporte do Estado do Paraná, 1981. p.47-56.

de todo o produto que fosse encontrado falsificado. Sob o amparo dessa lei, e contando com uma situação internacional mais favorável, as exportações do mate irão se recobrar, até que em 1902 se inicia uma nova fase que declínio das exportações paranaenses, numa conjuntura onde a antiga proteção às exportações do produto beneficiado tinha caído por terra, por efeito de uma lei de 1902 que praticamente a aboliu. Contudo, entre 197 e 1913/14 há uma nova recuperação das exportações do produto, ao que sucede nova crise, desta feita resultante da eclosão da Primeira Guerra Mundial e do início, pela Argentina, uma das nações importadoras do produto nacional, do cultivo do ilex em seu território. Com o término do conflito, as exportações brasileiras vão mais uma vez se recuperar, desta vez como consequência do aumento das exportações de carnes, cereais e salitre da Argentina, do Uruguai e do Chile, que, incentivados pelo aumento da demanda européia por esses produtos, passaram a concentrar seus meios de produção nessas atividades, deixando de lado a produção erveteira e passando a consumir o mate paranaense. Em resumo, apesar de todas essas flutuações nas vendas do mate no mercado exterior, o fato é que sua participação no total das exportações brasileiras conseguiu aumentar durante o período da República Velha, de modo que, se essa era de apenas 1,0% no início do período republicado, tinha se elevado para uns 3,0% no ocaso da Primeira República. Assim, no quinquênio 1925/29 o Brasil colocou uma média de 88,9 mil toneladas de mate no mercado internacional, num valor de 3,2 mil libras.

Já o fumo manteve sua participação no total das exportações brasileiras em torno de 2 - 3% durante quase toda a fase

da Primeira República. Ao seu término, o País exportava umas 31 mil toneladas por ano, correspondentes a umas 1,9 mil libras esterlinas, ou 2% do conjunto de todas as suas exportações.

Em síntese, a República Velha presenciou uma grande expansão de sua "agricultura de mercado externo," embora se verificassem algumas transformações no papel das exportações agrícolas e na importância de cada um dos produtos. Assentada no colonato de imigrantes estrangeiros e na parceria de nacionais, a cafeicultura pôde expandir-se de forma acelerada principalmente no Oeste Paulista, onde prevaleciam as relações de produção mais avançadas, apesar dos seus ciclos de expansão e contração. A partir de 1906, o Estado interviu diretamente no setor, montando os esquemas de valorização, que funcionariam com sucesso até o desastre de 1929, que solaparia as bases do primeiro regime republicano. Durante todo este período, o Brasil conservou-se como o principal fornecedor de café nos mercados internacionais, exercendo uma política monopolista de manutenção de altos preços do produto, o que favoreceu o desabrochar da concorrência estrangeira e induziu a ocorrência do excesso estrutural de oferta e fins da Primeira República, embora também favorecesse a apropriação, pelo País, de grandes rendas de monopólio. O segundo grande produto de exportação do setor primário brasileiro, na alvorada do período republicano, era a borracha, resultado da atividade extrativa amazonense, levada a efeito com base no sistema do aviamento. As exportações dessa mercadoria avolumaram-se nos vinte primeiros anos da República em decorrência do extraordinário crescimento da demanda externa, resultante principalmente da emergência da indústria automobilística nos países centrais. Do ponto de vista interno, atuou a deterioração das condições de vida e de trabalho no Nordeste, onde a grande seca de 1877-1880 cristalizou um forte processo migratório, que vinha gestando-se pelo término da prosperidade algodoeira e a manutenção do crescimento demográfico, no seio de uma estrutura social sufocante, dominada pela grande propriedade fundiária. Criou-se então uma verdadeira "transumância" de nordesti-

nos em direção à Amazônia, onde eram aproveitados na economia extrativa do látex. O ritmo acelerado de expansão das exportações de borracha continuou até 1912, quando o produto respondeu por quase 40% do total das vendas do Brasil no mercado mundial. Contudo, a partir de então deu-se o débâcle: o extrativismo amazonense, baseado na superexploração da força de trabalho, infenso ao progresso técnico, não podia competir com as grandes plantações asiáticas, fundamentadas no trabalho assalariado, que se haviam desenvolvido a partir de sementes contrabandeadas do País. A partir de então, o Brasil tornou-se um produtor marginal, perdendo o virtual monopólio que desfrutara até então. Também como produtor marginal, o Brasil terminaria a República Velha, no caso do açúcar. A razão desse fato reside em que o País atrasou a modernização deste setor, pois o trânsito para o regime das usinas somente se iniciou na década de 1890, depois do fracasso dos engenhos centrais. Mas mesmo assim, a modernização foi presidida pela aristocracia agrária, e alicerçou-se sobre o trabalho de rendeiros e foreiros, isto é, trabalhadores de "sujeição", com o que o baixo nível de vida das massas trabalhadoras serviu como contrapartida da lentidão das transformações técnicas. A baixíssima produtividade da agroindústria açucareira, particularmente a do Nordeste, onde se concentrava, eliminou o Brasil dos mercados externos, exceto nos momentos de conturbações ou picos de demanda. Com isso, a produção açucareira nacional teve de voltar-se para o mercado interno, aumentado graças ao crescimento econômico geral do País. Também o algodão teria destinação semelhante, com o aumento do consumo interno e sua participação na absorção da produção nacional e a participação marginal do Brasil no mercado mundial. Ainda mais uma vez, o arcaismo técnico e das relações de produção seria a razão determinante deste destino inglório. Quanto à exportação de derivados da pecuária, cumpre salientar que a produção brasileira de carnes e laticínios voltava-se integralmente, no início da República, para o mercado interior e apenas os couros e peles eram exportados, devido aos ínfimos índices técnicos desa atividade, fundamentada no grande latifúndio criatório, onde

imperavam a parceria e a "troca de serviços". Somente durante a 1ª Guerra é que a instalação de modernos frigoríficos estrangeiros no País que, inclusive, chegaram a invadir a esfera da criação de gado, permitiu a exportação de carne congelada, enquanto perduraram os efeitos do conflito. Mas ainda assim, a taxa de desfrute do rebanho nacional chocou contra seus baixos índices de produtividade, deixando claro que sem uma modernização profunda da criação de bovinos era impossível a manutenção de altos níveis de exportação, sob pena de dizimar o rebanho. Passada a Guerra, a atividade manteve sua lenta expansão, refletindo as suas estreitas bases de sustentação, e consolidou suas vinculações ao mercado interno. Finalmente, os outros produtos agrícolas de exportação do Brasil, isto é, o cacau, o mate e o fumo, mantiveram estreita fatia das vendas do País no mercado internacional.

Enfim, um balanço da "lavoura de exportação" durante a República Velha demonstra a incapacidade congênita da agricultura nacional de concorrer com êxito no mercado mundial, com a honrosa exceção do café. A razão disso reside no baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, em estreita correlação das relações de produção. Na verdade, a reforma dessas relações, cujo momento culminante foi a Abolição, ao ser encetada no seio da própria grande propriedade fundiária, e sob seu patrocínio, revelava suas contradições íntimas, ou seja, sua fragilidade em promover um processo dinâmico de expansão das exportações de produtos primários. Somente na lavoura cafeeira as relações de produção eram adiantadas o suficiente a fim de propiciar, com sucesso, um rápido ritmo de crescimento.

d) Expansão da agricultura de mercado interno e da economia camponesa. A agricultura como base do processo regional de industrialização.

As novas condições da economia brasileira criadas pela superação do escravismo não se fizeram sentir apenas no seu "setor exportador", mas também no "setor de subsistência" e no "setor de mercado interno", dando novo fôlego à sua expansão. Na verdade, como se demonstrou anteriormente, parte importante das "lavouras de exportação" do período imperial consolidou-se como "lavouras de mercado interno" no desdobrar se da República Velha. Foi o caso da agroindústria açucareira e da cultura algodoeira, que passaram a abastecer, primordialmente, o mercado interno, dado a perda de seu poder de concorrência no mercado externo. No caso específico do extrativismo gomífero amazonense, esta atividade entrou em colapso depois de 1912, regredindo a níveis medíocres de produção, sem perder, contudo, sua ligação com o mercado internacional. Quanto à pecuária bovina, acentuou-se também a importância do mercado interior na absorção da produção setorial, apesar do aumento das exportações de couros e peles durante a primeira fase republicana e do "boom" temporário de colocação de carnes no mercado mundial, em decorrência da Ia. Guerra. Os outros produtos agrícolas de exportação (particularmente o cacau, o fumo e o mate) conservaram uma pequena porcentagem do total das exportações do País, apesar do acréscimo de suas vendas totais. Somente o café manteve-se como grande produto de exportação, pois a produção cresceu acima da demanda interna no período da República Velha, ampliando, de forma significativa, o quantum destinado ao exterior.

Excetuando-se as atividades que passaram do "setor externo" para o "interno" no decorrer da Primeira República, as principais regiões produtoras de polos de subsistência no início do período republicano, ou que se desenvolveram como tais durante o seu desenrolar, foram o Extremo Sul, particularmente a região montanhosa do Rio Grande do Sul, o Esco-

de São Paulo, que se transformou, além de grande produtor de café, em importante fornecedor de alimentos, o Estado de Minas Gerais, tradicional fornecedor de meios de subsistência principalmente do Rio de Janeiro, e o interior nordestino, onde, em longa data, havia-se assentado a pequena produção alimentar, ao lado ou de forma conjugada com a criação de gado bovino e com as culturas mercantis. Na realidade, a "agricultura de subsistência" disseminava-se por todo o País, exceto nas áreas altamente especializadas, como na região cafeeira de São Paulo (nas últimas décadas do Século XIX), na Zona da Mata nordestina, onde se concentrava a produção açucareira, na área cacaueira da Bahia e na Amazônia da borracha. Contudo, seus excedentes não eram suficientes para caracterizar uma "agricultura de mercado interno", a não ser nas regiões já assinaladas. No próprio sertão nordestino não se fazia presente um "setor de mercado interno" suficientemente forte para abastecer outras regiões do país, fora da Zona da Mata do Nordeste.

A economia agrícola do Extremo Sul - englobando Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná - havia experimentado durante o IIº Império um afluxo relativamente grande de imigrantes estrangeiros, principalmente de alemães e italianos.[113]

[113] Para o estudo da dinâmica do Extremo Sul, ver:

CANO, Wilson. A economia do extremo sul. In: - Op. cit. nota 1, p.105-120.

CASTRO, Antônio Barros de. A herança regional no desenvolvimento brasileiro. In: - 7 ensaios sobre a economia brasileira. São Paulo, Forense-Universitária, 1975. 2º vol. p. 7-85.

CASTRO, Antônio Barros de. A industrialização descentralizada no Brasil. In: - Ibid, p. 84-142.

REICHEL, Heloísa Jochims. A indústria textil no Rio Grande do Sul 1910/1930. Porto Alegre, IEL/Mercado Aberto, 1978. 102p.

LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: - FAUSTO, Boris. Op. cit. - nota 1 p. 99-122.

NICHOLLS, William H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, 24(4): 33/91. out./dez. 1970.

SINGER, Paul. Blumenau. In: - Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977. p.81-140.

SINGER, Paul. Porto Alegre: [illegible]

PADIS, Pedro Calil. [illegible]

Como resultado, o Censo de 1890 identificou a presença de 46 mil estrangeiros na Região Sul, sendo que destes, quase 35 mil se localizavam no Rio Grande. No mesmo ano, existiam em São Paulo cerca de 75 mil estrangeiros, e no Brasil, uns 352 mil.Na realidade, esses números refletem apenas de modo imperfeito o total de imigrantes existentes no País, pois somente no período 1874-1889 entraram cerca de 580.776. Possivelmente, parte dos imigrantes já estabelecidos no ano do Censo declararam-se brasileiros, pois de outro modo não se explica, mesmo levando-se em conta os erros do recenseamento e as saídas de imigrantes, a enorme discrepância entre os entrados no País e os estrangeiros presentes naquela década. Seja como for, esses números dão uma idéia da posição relativa de cada Estado frente à imigração estrangeira, um ano depois da Proclamação da República. No caso do Extremo Sul, esse movimento migratório, ao contrário do que se dirigiu a São Paulo, não era formado de trabalhadores para as fazendas da região, mas de colonos que procuravam se estabelecer como pequenos proprietários. Sob o impulso da chegada de imigrantes - oficialmente incentivados, quer pelo governo imperial, quer pelos provinciais - havia se instalado um grande número de núcleos coloniais que, quando do advento da República, passavam por um processo de expansão e consolidação. O esquema traçado por Paul Singer para explicar a evolução da colônia de São Leopoldo talvez se aplique ao conjunto desses núcleos. A primeira fase do desenvolvimento da colônia corresponde ao desmatamento e surgimento da agricultura de subsistência(que visa o autoabastecimento), quando nada se exporta e muito se importa, o que requer subsídios do governo e/ou recursos de outras fontes. A segunda etapa significa a expansão das culturas e a exportação de excedentes de uma agricultura que, essencialmente, ainda é de subsistência. Finalmente, a terceira fase se caracteriza por uma agricultura mercantil especializada. Na época da Proclamação da República, os núcleos coloniais mais antigos já haviam atingido o estágio derradeiro, enquanto os mais recentes ou transitavam pelo segundo ou ainda não tinham deixado o primeiro. Na essa dinâmica "interna" das colônias quadra

va ligações com a "externa", isto é, na medida em que havia a evolução para a última etapa, o núcleo passava a compor o chamado "setor do mercado interno" ligando-se ao mercado regional (principalmente urbano) e ao nacional. O aumento da produção mercantil criava mercado para a produção industrial urbana - quer regional, quer nacional, quer internacional - ao mesmo tempo que fornecia uma fonte de abastecimento para as cidades locais e para os centros de consumo alimentar do País. Evidentemente, o desfecho desse processo passaria então a depender do fôlego da expansão da economia camponesa regional e da amplitude de seus mercados, com esses dois determinantes entrando num mecanismo de encadeamento recíproco.

Esse mecanismo encontrou sua expressão clássica no caso do desenvolvimento da pequena agricultura do Rio Grande do Sul, assentada na imigração estrangeira, principalmente alemã (a princípio) e, depois, italiana. Em 1890, este Estado tinha uma população de 925 mil habitantes, o que, comparado com 1872 (447 mil), dá uma taxa anual de crescimento de 4,1%, bem superior à média nacional (2,1%) e mesmo à de São Paulo (3,0%).[17] Este desempenho resultou do efeito combinado da expansão vegetativa com a entrada líquida de grande número de imigrantes na então Província, como consequência da instalação de núcleos coloniais. Assim, somente entre 1875 e 1889, ano do advento da República, entraram no Rio Grande cerca de 51 340 imigrantes, a maioria italiana. A entrada de estrangeiros provocou a formação de nova zona econômica, bem diferenciada em relação à antiga região de grandes latifúndios de criação de gado, localizada na porção meridional do Estado, a Campanha. Nessa área desenvolvera-se a in-

---

[17] *De acordo com Mortara, os dados dos Censos demográficos de 1890 apresentam uma subestimativa de 3,1%, e os de 1900 uma de 1,8%. Corrigiu-se de acordo com tais estimativas, a taxa da população para cada Estado nesses anos, assim como para o Brasil. O mesmo procedimento foi adotado em todo o decorrer desse estudo. Para referências dessas notas, ver:* GRAHAM, Douglas H. & HERRICK, Thomas W. *Op. cit.*, nota 25, p. 6

dústria do charque, cujo maior centro era a cidade de Pelotas. As colônias de imigrantes foram sendo assentadas na região setentrional, Campos de Cima da Serra, onde se iniciava uma economia camponesa, que se destacava pela agricultura diversificada e pela criação de animais de pequeno e médio porte. Assim, criou-se uma clivagem no seio da economia rio-grandense, que seria fundamental em seu futuro sócio-econômico e político.

Quando ocorreu a Proclamação da República, o Rio Grande do Sul já despontava como fornecedor de produtos agrícolas para o mercado nacional, além do charque, produto tradicional em seu intercâmbio com o restante do País. Assim, em 1894, o Estado já exportava 3 419 contos de farinha de mandioca e 2 886 contos de feijão, além de 6 183 contos de banha. No mesmo ano, as exportações de charque atingiam 11 663 contos, e as de couros mais 5 552. Como se verifica, dos produtos citados, os oriundos da pequena produção camponesa (produtos agrícolas e derivados da criação de animais de pequeno e médio porte) somavam 12 468 mil contos, contra 17 215 contos dos produtos da grande produção latifundiária, dedicada à pecuária bovina. Nas palavras de Antônio Barros de Castro, "a consolidação da pecuária (inclusive preparo de carnes) e da agricultura diversificada dos colonos alemães e italianos atribuía ao Rio Grande do Sul crescente importância na agricultura brasileira. O Brasil Meridional conseguia progressivamente inserir-se num nascente esquema nacional de divisão do trabalho".[15] Com efeito, como o Rio Grande do Sul era grande importador de manufaturados e mesmo de máquinas, equipamentos e matérias primas do exterior, estabeleceu-se uma triangulação interessante: o Estado vendia produtos alimentares para as regiões exportadoras do País (São Paulo, Nordeste açucareiro e Amazônia gomífera), recebendo divisas que gastava importando mercadorias do estrangeiro. Esta destinação reforçou-se durante as primeiras décadas do período

---

[15] CASTRO, Antônio Barros de. Op. cit. nota 14, p. 48.

republicano, apesar da manutenção de um regime de livre importação de produtos alimentares até 1905. Deste modo, em 1910 o Rio Grande do Sul exportava 7 819 contos de banha, 2 674 contos de farinha de mandioca e 2 295 contos de feijão, enquanto as vendas de charque atingiam 24 387 contos, e as de couros (limpos e salgados) somavam 13 615 contos. Aparentemente, esses números indicavam um aumento das exportações estaduais de derivados da pecuária e uma retração da colocação dos produtos da pequena produção camponesa. No entanto, o que ocorreu no período entre 1894 e 1910 foi uma maior diversificação da sua pauta de produção mercantil, de modo que nesse último ano o Rio Grande ainda exportou 2 622 contos de fumo (contra apenas 736 em 1894) e 2 393 contos de lã. Ademais, a indústria doméstica rural já começara seu declínio, como resultado do surgimento da grande indústria urbana de processamento de alimentos e do desenvolvimento do sistema de transportes, que suprimia as barreiras protetoras da produção artesanal. Na realidade, na altura de 1910 o Estado já se engajara na exportação de produtos industriais, contando com muitas indústrias que tiveram sua origem na dinâmica de desenvolvimento da pequena produção camponesa da zona colonial. Como consequência do regime de livre importação de alimentos, parte importante da demanda de gêneros alimentícios gerada a partir do "boom" cafeeiro de São Paulo, da expansão populacional do Rio de Janeiro, do aumento do consumo da região açucareira do Nordeste e do crescimento da economia gomífera do Extremo Norte se transferiu ao exterior, resultando num acréscimo das importações do País, em lugar de incentivar a produção interna. Não é, pois, sem razão, que nos primeiros anos do século atual, ou mais especificamente, no quinquênio 1901-1905, o Brasil importou uma média anual de 9,1 milhões de libras em gêneros alimentícios, o que significava uma fração de 36,5% do total das compras do País no mercado externo. Mesmo depois do advento da proteção à "indústria rural" (agricultura interna), as importações de alimentos continuaram em nível elevado, pois no quadriênio 1906-1909 o Brasil comprou em gêneros [illegible] média de 20,3 milhões de libras esterlinas por ano, o que [illegible]

respondia a 35,3% das importações totais. Somente no período seguinte é que essa porcentagem experimentou um descenso significativo, pois, apesar do Brasil haver importado pouco menos de 13,2 milhões de libras por ano de alimentos, esse valor representava apenas 24,7% das importações anuais do País. Mas aí a produção paulista de alimentos já havia se desenvolvido muito, razão pela qual a produção riograndense não pôde aproveitar todas as vantagens dessa substituição de importações de gêneros alimentícios. No caso específico do charque, a expansão cafeeira parece ter beneficiado mais a Argentina e o Uruguai do que o Rio Grande do Sul, cuja atividade encontrava-se atrasada em relação à daqueles países, além de contar com maiores dificuldades de transporte. Mesmo assim, o Estado continuou a exportar grandes quantidades desse produto para o restante das unidades da federação, especialmente para o Nordeste e a Amazônia.

O desenvolvimento da região colonial foi notável durante a República Velha. Apesar do grosso da imigração estrangeira haver se orientado para São Paulo, em parte devido ao caráter da política oficial de importação de "braços" para a cafeicultura capitalista[11], em parte em decorrência do próprio "boom" cafeeiro - que fazia com que os salários agrícolas se mantivessem em níveis favoráveis -, em parte como resultado do próprio sistema do colonato adotado na cafeicultura paulista - que assegurava ao colono o acesso à produção alimentar -, um número significativo de imigrantes continuou a fluir em direção aos Estados do Sul, especialmente para o Rio Grande. O Censo de 1900 acusou a presença de quase 140 mil estrangeiros nessa unidade da Federação, enquanto que em São Paulo o total foi de 529 mil. Esta diferença é importante não somente devido à sua magnitude absoluta, mas em razão do fato de que dez anos antes o número de estrangeiros presentes no Rio Grande do Sul ainda representava 46,3% dos existentes em São Paulo, enquanto que nesse

---

[11] *Não se deve esquecer os grandes gastos efetuados pelo Governo do Estado de São Paulo para atrair imigrantes estrangeiros no seu território. O governo riograndense não contava, nem de longe, com recursos da mesma ordem de grandeza.*

ano de 1900 a proporção havia caído para 26,3%. Contudo, mesmo assim o aumento do número registrado de estrangeiros pelos recenseamentos de 1900 em relação ao de 1890 é notável no Rio Grande do Sul, correspondendo a uma taxa de crescimento anual de 15%. Este aporte de imigrantes foi um dos grandes responsáveis pela manutenção de uma taxa de crescimento populacional de 2,7% ao ano durante o período intercensitário, taxa esta que, a pesar de ser bem inferior à de São Paulo (5,3%) era superior à média nacional (2,1%). Nos vinte anos subsequentes [11] o Rio Grande do Sul manteve um ritmo de aumento populacional um pouco menor (2,4% ao ano), mas permanecendo nessa posição intermediário entre o ritmo mais elevado de expansão da população paulista (2,7%) e o mais lento de crescimento populacional do País (2,1%). Neste período, a entrada de imigrantes não-nacionais no Estado parece que decaiu sensivelmente, pois o Censo de 1920 registrou a presença de apenas 154 mil estrangeiros no Rio Grande do Sul.

A importância da zona colonial para a dinâmica da população riograndense entre 1890 e 1920 pode ser percebida pelo aumento de sua participação, durante o período. De fato, enquanto em 1890 a Serra abrigava umas 387 mil pessoas, sendo responsável por 41,8% da população gaúcha, em 1920 a população presente na região alcançava os 972 mil, correspondendo a 49,9% do Estado. Esse aumento populacional significou a expansão da economia camponesa ali existente, com sua mercantilização crescente. Mas ao produzir excedentes alimentares, a região colonial transformava-se, simultaneamente, em zona consumidora de produtos industriais. Esse processo era reforçado pelo nível de renda relativamente elevado dos colonos, que tinham acesso a lotes de terra relativamente bem dimensionados, dadas as necessidades familiares médias. Inicialmente, o dinamismo das colônias fêz

---

[11] *Ainda de acordo com Montoro, o Censo de 1920 apresenta um erro para mais da ordem de 12%. Com base nesta porcentagem corrigiu-se as estimativas populacionais aqui adotadas.*

surgir uma forte indústria doméstica rural, com bases artesanais. Contudo, à medida que desenvolveu-se o sistema ferroviário e as estradas complementares, o artesanato rural teve de ceder lugar à grande indústria urbana, cujos produtos passaram a invadir os mercados criados pela produção camponesa, obrigando a sua especialização produtiva. Mas isto não significou a morte da indústria rural vinculada à produção agrícola, pois ela se manteve nos ramos que significavam o processamento de produtos agrícolas. O desenvolvimento da pequena economia camponesa em processo de capitalização na Serra também serviu como suporte ao estabelecimento de indústrias nas principais cidades da região norte do Rio Grande do Sul. Inicialmente, a expansão das colônias de imigrantes fêz ressurgir a função comercial de Porto Alegre, assim como deu grande dinamismo ao conjunto do capital comercial da região. Por volta da década de 1890, o grau de mercantilização da economia camponesa estadual já era relativamente elevado, de modo que a circulação de mercadorias encontrava-se em expansão, ensejando o desenvolvimento do capital comercial. Porto Alegre havia então se tornado o principal porto de exportação estadual, à frente do Rio Grande e Pelotas. Em 1889, por exemplo, foram exportados, através de Porto Alegre um total de 21 584 contos contra 14 533 contos através do porto de Rio Grande e 15 081 contos via Pelotas. Nos primeiros anos do século XX a diferença a favor de Porto Alegre tinha desaparecido, uma vez que em alguns anos, como em 1903, o valor das exportações efetuadas através do seu intermédio haviam-se igualado ao dos portos da região meridional. Assim, neste ano a soma do valor das exportações efetuadas por aquele porto atingiu 15 264 contos de réis, contra 15 854 contos comercializados via Rio Grande. Contudo, já em 1907 Porto Alegre adiantava-se novamente, exportando 23 469 contos, enquanto o Rio Grande dava vazão a 16 739 contos, e Pelotas a 18 815. A acumulação de capitais na órbita mercantil, o desenvolvimento do artesanato colonial, com bases no aproveitamento dos produtos agropecuários da região, e crescimento do mercado rural, impulsionado pela expansão da economia camponesa, levaram à industrialização de Por

to Alegre. Deste modo, "o desenvolvimento de uma economia industrial em Porto Alegre se acha condicionado, em boa medida, ao estabelecimento de um mercado de produtos manufaturados no hinterland da cidade. O surgimento deste mercado, por sua vez, é resultado da evolução (...): colonização das zonas do centro e norte do Estado, principalmente por alemães e italianos, estabelecimento de uma economia de subsistência, inicialmente deficitária e depois capaz de proporcionar excedentes comercializáveis, e, finalmente a expansão de uma agricultura comercial especializada na produção de gêneros alimentícios e dirigida ao mercado nacional". [115] A indústria de Porto Alegre cresceu, pois, inicialmente, apoiada no mercado das colônias; somente depois é que ela se lançou ao mercado nacional, mas ainda aí contava com base regional.

Logo, Porto Alegre se adiantou em relação às grandes cidades do Sul do Estado, no que diz respeito à industrialização. Com efeito, a indústria das cidades da região meridional, cujo hinterland era constituído pela grande economia criatória, com fundamentos latifundiários, nasceu sem grandes ligações com esta economia, mas tendo em vista outros mercados, como o nacional. Daí seu menor dinamismo, e sua situação mais concentrada, pois não se vinculava com uma economia atomizada, como no caso da indústria portoalegrense. Na realidade, depois da integração estadual, promovida pelo desenvolvimento da rede ferroviária, completado em 1910, a indústria da sua porção meridional conseguiu se apoiar na totalidade do mercado estadual, passando a ter menor importância as diferenças entre as duas regiões econômicas que dividiam o Estado - a Serra e a Campanha - do ponto de vista do mercado para as indústrias nelas localizadas. Mas então Porto Alegre tinha conseguido uma grande superioridade sobre Pelotas e Rio Grande, de modo que a situação era irreversível.

---

[115] SINGER, Paul. Op. cit. nota 11 p. 167.

A formação industrial do Rio Grande do Sul é, assim, em grande parte, o resultado de seu desenvolvimento agrícola, baseado numa dinâmica economia camponesa, em processo de expansão e capitalização. Este caráter implicou que, inicialmente, a indústria riograndense tivesse destinação regional, embora desde cedo muitas empresas sulinas, especialmente as estabelecidas nas cidades cujo hinterland era a região criatória, se vinculassem ao mercado nacional. É dentro deste contexto que o Rio Grande do Sul surgiu como o terceiro centro industrial do Brasil, quando se realizou o Censo de 1907, participando com 23,9% do valor da produção, logo depois do Distrito Federal, que respondia por 33,1%, e de São Paulo, que participava com 16,5%. Neste ano, existiam no Rio Grande do Sul cerca de 314 estabelecimentos industriais, com um capital de 49 mil contos e empregando 15 426 operários, numa produção total de 100 mil contos. Contudo, como salienta Wilson Cano, a indústria local encontrava-se, em grande parte, ligada ao processamento de produtos agrícolas, com uma grande diversificação produtiva e a pulverização de recursos em diversos setores e em pequenas e médias empresas. Desse modo, a indústria gaúcha, apesar de se situar na terceira posição no cenário nacional quanto ao valor da produção e ao número de empregados, colocava-se em quinto lugar quanto ao capital imobilizado, atrás dos Estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco. Também no que diz respeito ao volume de capital e da produção e ao número de trabalhadores por estabelecimento, a situação riograndense era desfavorável aos estados brasileiros mais industrializados, com a exceção de Minas Gerais, onde a dispersão e o número de pequenas empresas com baixos coeficientes por estabelecimento era ainda maior. Na verdade, estas características apenas denunciavam a origem da indústria gaúcha e sua pequena idade.

Mas a posição da indústria do Rio Grande do Sul no cenário nacional iria sofrer grandes modificações no período posterior a 1907. Neste processo, o desenvolvimento agrícola do Estado também teria um papel fundamental. Na realidade, aos

sar de que em 1905 se estabelecem tarifas protecionistas à produção nacional de alimentos, já então se vinha desenvolvendo a diversificação da agricultura paulista, como consequência da crise cafeeira e da lei estadual de 1902, que proibia novos plantios da rubiácia. A ligação férrea do Rio Grande do Sul aos centros do Rio de Janeiro e São Paulo completou-se em 1910, colocando a indústria gaúcha diante da concorrência de suas congêneres destes estados. Por outro lado, durante a Primeira Guerra, a substituição de importações no mercado do próprio Rio Grande do Sul efetuou-se em grande parte por produtos do Rio e de São Paulo, em lugar dos produtos da indústria local, que ainda não se encontrava preparada para tanto. O próprio dinamismo da indústria paulista, mais concentrada, contando com um hinterland muito mais próspero e rico como base de sustentação e não tendo os problemas de escoamento de sua produção como no caso da indústria do Rio Grande do Sul fêz com que ela iniciasse o processo de polarização do restante da economia nacional, através da penetração de seus produtos nos mercados regionais. Assim, a indústria gaúcha, embora se expandisse a taxas elevadas, mesmo depois de 1907, não conseguiu acompanhar o ritmo do conjunto da indústria nacional, muito menos da paulista: enquanto o produto real da indústria brasileira multiplicou-se por 3,17 no período 1907-1919 (o que significa uma taxa anual de crescimento de 10,1%), o da indústria gaúcha multiplicou-se por apenas 2,25 (o que corresponde a uma taxa anual de 7,0%).

No que diz respeito ao papel da agricultura estadual no processo de expansão da indústria gaúcha depois de 1907, tudo indica que a colonização arrefeceu seu ritmo, com a redução da entrada líquida de imigrantes, principalmente durante o período bélico. O dinamismo da zona colonial ficou adstrito, pois, à reprodução ampliada da pequena economia camponesa. O próprio crescimento urbano diminuiu seu ritmo acelerado, com a população de Porto Alegre se expandindo a uma taxa de apenas 3,3% ao ano da década de 1910, contra um ritmo anual de 5,7%

no decênio anterior. Isto tudo numa fase em que o mercado regional seria penetrado pela concorrência paulista e que a indústria gaúcha teria de conquistar os mercados nacionais. Assim, a retração da expansão colonial parece ter refletido no âmbito da indústria regional num momento histórico decisivo, coibindo seu desenvolvimento. Apesar disto, a indústria gaúcha manteve-se forte justamente nos setores de processamento de produtos agrícolas e pecuários, ressaltando suas bases na região colonial e criatória. Na verdade, a indústria do Rio Grande do Sul atingiu o mercado nacional mantendo sua base regional.

Mas a desaceleração do ritmo de expansão da agricultura do Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do Século XX não significou a sua estagnação, mas apenas que o setor teria de contar com suas forças acumuladas nos períodos anteriores, pois o afluxo de imigrantes diminuiu de intensidade. Aliás, parece que neste período é que formou-se uma nova região econômica do Estado: o litoral. Nesta zona, compreendendo a faixa litorânea e as áreas de aluvião banhadas pela Lagoa Mirim, estendendo-se de Torres até Santa Vitória do Palmar, desenvolveu-se uma rizicultura irrigada e mecanizada, cujo sistema produtivo ter-se-ia, desde cedo, apoiado no arrendamento capitalista ou camponês da terra, que manteve-se como propriedade dos grandes fazendeiros da área.[119] O desenvolvimento desta área parece ter sido relativamente vigoroso, pois sua expansão demográfica (taxa anual de 2,2%) deu-se entre 1890 e 1920 num ritmo bem superior ao da Campanha, (1,8% ao ano) embora ainda menor do que o da Serra (3,1% ao ano), onde se localizava a zona colonial. Mas além da formação da rizicultura litorânea, a partir da Guerra desenvolveram-se na região de colonização italiana a vini

---

[119] *Paul Singer afirma (op. cit. nota 110, p. 184) que essa atividade teria se desenvolvido nos anos 30. No entanto, no próprio Censo realizado em 1920 o Rio Grande do Sul desponta com um grande produtor de arroz, o que parece indicar que a implantação da rizicultura litorânea seja anterior.*

cultura e a triticultura, enquanto na região meridional instala vam-se alguns modernos frigoríficos, entre os quais se destaca vam o Swift e o Armour, permitindo o melhor aproveitamento dos produtos pecuários. Finalmente, tomaram vulto a criação de ovelhas e a produção de lã. Deste modo, em 1919 o Rio Grande do Sul despontava como um dos grandes produtores de alimentos da Federação, sendo um dos maiores fornecedores de arroz, batata-ingleza, feijão, mandioca, milho e trigo. No caso deste último produto, o Estado respondia, sozinho, por 96,1% da produção nacional. Além destes produtos agrícolas, ainda era responsável por 91,4% da oferta nacional de vinho, com uma produção total de 439 mil hectolitros. Mas o Rio Grande do Sul também se destacava pela criação animal. No caso das aves, sua importância - expressa num rebanho de 8,8 milhões de cabeças, representando 16,7% do total existente no País, o que lhe proporcionava o 3º lugar no cenário nacional, logo depois de Minas Gerais e São Paulo - derivava em grande parte da economia camponesa da Serra, o mesmo ocorrendo com os suínos - em 1920 o Estado detinha o maior rebanho da Federação, num total de 3,4 milhões de cabeças, ou 20,8% dos animais existentes no País. Quanto ao gado bovino, sua grande importância - o Rio Grande do Sul possuía o maior rebanho, com 8,5 milhões de cabeças, ou 24,8% do total brasileiro - devia-se à contribuição da Campanha, que mantinha-se como região criatória por excelência. No caso dos ovinos, o grande rebanho estadual (4,5 milhões de animais, ou 56,5% do total do rebanho brasileiro) destinava-se à produção de lã, tanto através do artesanato familiar quanto da grande indústria de tecidos de lã. Os outros animais tinham uma importância menor tanto na economia rio-grandense quanto na economia nacional, como no caso dos eqüinos e dos asininos e muares, que perderam seu grande papel de outrora como meio de transporte, depois do desenvolvimento ferroviário. Mas mesmo assim o Rio Grande do Sul ainda possuía, em 1920, cerca de 26,8% dos eqüinos e 11,6% dos asininos e muares do País, retratando sua antiga tradição como criador de bestas de carga e transporte de passageiros. Na

realidade, a perda de posição do Estado no conjunto da pecuária nacional é posterior a 1920. Finalmente, o Rio Grande do Sul ainda tinha um lugar de destaque quanto ao fornecimento de derivados da pecuária, não só no que diz respeito à carne salgada e aos couros mas também quanto ao leite (16,5% do leite vendido no Brasil em 1919), queijos (9,0% da produção nacional), manteiga (44,8% da oferta brasileira) e lã (72,9%).

Refletindo o grande peso do setor agropecuário estadual, a indústria gaúcha existente em 1920 conservava um perfil onde se destacavam os ramos diretamente vinculados ao aproveitamento de matérias primas provenientes deste setor. Assim, fora a indústria de tecidos de algodão e de outros ramos de menor importância, tinha relevância o ramo de alimentos (carne, laticínios, conservas), bebidas (vinho), tecidos de lã, calçados e fumo. Esta característica marcante no setor industrial do Estado seria conservada durante muitos anos depois de seu delineamento.

Como resultado do menor dinamismo da indústria gaúcha depois de 1907, a sua participação no valor da produção industrial do País declinou para 11,0% em 1920, enquanto que a porcentagem de São Paulo saltou para 31,5%. Mas uma vez ultrapassado este período de estancamento relativo, a indústria rio-grandense pôde expandir-se a taxas mais favoráveis, de modo que entre 1919 e 1939 ela conservou sua participação no produto real industrial praticamente inalterável, embora perdesse posição para Minas Gerais. Esse fato assume certa importância devido ao grande aumento da porcentagem do produto industrial paulista no brasileiro durante o mesmo período, quando ele saltou de 31,5% para 43,2%. Assim, apesar de São Paulo haver conseguido aumentar a sua contribuição à produção da indústria nacional, o crescimento da indústria gaúcha se fêz a um ritmo suficientemente vigoroso (cerca de 6,8% ao ano) para que não perdesse sua participação no conjunto da indústria brasileira. A fim de [illegible]

QUADRO 3.5.14

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA ALIMENTAR

RIO GRANDE DO SUL

1919-1939

PRODUTOS	1929		1939	
	TONELADAS	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO PAÍS (%)	TONELADAS	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO PAÍS (%)
Arroz	112 727	13,6	293 518	24,5
Batata inglesa	62 707	43,0	101 840	44,8
Feijão	121 114	16,7	116 583	17,1
Mandioca	402 837	13,9	(1) 822 108	(1) 13,1
Milho	1 148 634	23,0	950 128	17,7
Trigo	83 748	96,1	75 874	69,9

Fontes: IBGE. Recenseamento do Brasil. Vol.III(2ª parte). Agricultura. Rio de Janeiro, Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. 1924. p. 4-5 e 10. Recenseamento do Brasil (1940), volume III Rio de Janeiro, IBGE, 1950. p. 66-77.

Nota 1: Exclui aipim, do mesmo modo que em 1920. Em 1940, o Rio Grande do Sul produziu 235 584 t. de aipim (32,5% da produção nacional).

QUADRO 3.5.15

EVOLUÇÃO DA CRIAÇÃO DE GADO
RIO GRANDE DO SUL
1912-1938

REBANHOS	1912		1916		1920		1938	
	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS
Bovinos	7 249	23,6	6 658	23,0	8 489	24,8	7 942	19,8
Eqüinos	1 422	19,5	1 056	17,4	1 407	26,8	991	16,0
Asininos e Muares	201	6,3	264	8,2	215	11,6	142	3,7
Suínos	2 204	12,0	2 266	13,1	3 367	20,8	4 231	18,8
Caprinos	87	0,9	76	1,1	94	1,8	31	0,6
Ovinos	3 745	35,5	2 623	36,4	4 486	56,5	6 015	56,7

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939-40. Rio de Janeiro p. 1315-1318.

QUADRO 3.5.16

POSIÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL
NA PRODUÇÃO NACIONAL DE
ALGUNS PRODUTOS SELECIONADOS
1940 (1)

PRODUTOS	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO NACIONAL (%)	POSIÇÃO HIERÁRQUICA NA PRODUÇÃO NACIONAL
Carne	24%	1º
Vinho	80%	1º
Manteiga	18%	2º
Tecidos de lã	27%	2º
Calçados	20%	2º
Vidro	10%	2º
Fumo	15%	3º
Produtos químicos	7%	3º

Fonte: SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Editora Nacional, 1977, p. 182.

Nota 1: Na verdade, "no fim da década dos 30", possivelmente em 1938.

da indústria rio-grandense: "os ramos industriais, em que o Rio Grande do Sul mantém posição expressiva no plano nacional, em sua grande maioria dependem de matérias primas em cuja produção a agricultura do Estado se destaca. Carne, manteiga, tecidos de lã e calçados dependem da criação; vinho e fumo dependem de culturas de que o Estado detém a liderança do Brasil. Somente vidro e produtos químicos são ramos em que a indústria gaúcha se afirma, sem possuir condições favoráveis a partir de sua agricultura." [120]

Em síntese, o crescimento econômico do Rio Grande do Sul durante a República Velha esteve estreitamente vinculado ao desenvolvimento de sua zona colonial, onde se verificava a expansão da pequena produção camponesa. Muito cedo, o Estado destacou-se como um dos principais fornecedores de produtos alimentares para o restante do País, embora tivesse que enfrentar a concorrência de outras regiões produtoras. O dinamismo da economia camponesa estadual, enquanto pôde contar com um afluxo suficiente de imigrantes estrangeiros, foi um dos principais responsáveis pela posição de destaque da indústria gaúcha em 1907, uma vez que a expansão desta indústria deveu-se, em grande parte, ao empuxo e suporte fornecidos pela expansão da região colonial. De inícios do Século XX até 1920, no entanto, o desenvolvimento da economia camponesa estadual se fêz a ritmo mais lento, o que não deixou de influir na menor expansão da indústria estadual, que passou a partir de 1910 a contar com a concorrência de suas congêneres de São Paulo e do Rio de Janeiro. Mas mesmo neste período, a indústria gaúcha conservou o seu perfil, no qual se destacavam, além do ramo têxtil, os setores vinculados ao processamento de produtos da agropecuária regional. Depois de 1920, a indústria rio-grandense retomou seu ritmo de crescimento, conservando, porém, suas vinculações com a agropecuária estadual.

---

[120] Pagnoncelli, D. [illegible] p. 100

A evolução econômica de Santa Catarina guarda algumas similitudes com relação à do Rio Grande do Sul, durante a República Velha. Também naquele Estado desenvolveu-se a pequena agricultura camponesa, baseada na entrada de imigrantes estrangeiros. "As zonas de colonização alemã em Santa Catarina se formaram a partir de meados do século XIX. O imigrante chegava e com sua família passava a viver numa pequena propriedade onde desenvolvia uma intensa e diversificada atividade econômica. Dada a abundância de boas terras, a colônia gozava desde o início de uma relativa fartura. Seu problema fundamental era o escoamento do excedente."[121] Tal como no vizinho do sul, as colônias catarinenses inseriram-se no processo de desenvolvimento caracterizado por suas três fases: desbastamento e agricultura de subsistência; produção de subsistência com comercialização dos excedentes; economia mercantil. Também do mesmo modo, a pequena agricultura de Santa Catarina passou pelos mesmos problemas enfrentados pela sua irmã gaúcha: dificuldades de escoamento da produção, concorrência das outras regiões produtoras de alimentos, etc. Como diz Wilson Cano: "Se excluída a formação histórica da pecuária gaúcha, a colonização catarinense guarda traços semelhantes com a gaúcha: estrutura fundiária de pequena e média propriedade, produção primária bastante similar, com excedentes de alimentos à procura de mercados "exteriores", dificuldades de transportes com o resto do país (o único meio era o de cabotagem, até 1910), etc".[122] E, além disso, também a economia da zona colonial fêz brotar o artesanato em larga escala, forneceu mercados para a indústria incipiente e deu sua cota de industriais.

No entanto, já neste nível se notam diferenças marcantes entre as economias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Com efeito, o movimento imigratório para aquele Esta-

---

[121] CASTRO, Antônio Barros de. Op. cit. nota 43, p. 117.

[122] CANO, Wilson. Op. cit. nota [illegible], p. 197.

do foi muito mais restrito do que se observou para esse, de modo que, enquanto o Censo de 1890 apontava a presença de apenas 6 mil estrangeiros em Santa Catarina (correspondendo a 2,2% da população estadual), o total de estrangeiros no Rio Grande do Sul era de 35 mil. Por mais falha que seja esta informação para indicar as dimensões da imigração estrangeira para aquela unidade da Federação durante o Império, (somente em Blumenau aportaram 5 886 imigrantes estrangeiros entre 1870 e 1883, apesar de que muitos saíram - não mais do que 1335; por outro lado, o Censo de 1872 indicou a presença de 16 mil estrangeiros e, como não houveram grandes saídas no período intercensitário, é de se supor que muitos dos imigrantes estrangeiros que tinham chegado a Santa Catarina antes do Censo de 1872 tenham sido considerados como brasileiros pelo Recenseamento de 1890), verifica-se a grande diferença entre os dois Estados, no que diz respeito à contribuição estrangeira. Na década derradeira do século passado, esta diferença acentuou-se, a ponto do Censo de 1900 apontar um total de 141 mil estrangeiros no Rio Grande, e apenas 32 mil em Santa Catarina. Assim, embora se evidencie a grande entrada de imigrantes não nacionais em ambos os Estados durante o período, fica claro que o Rio Grande do Sul manteve-se na frente, recebendo um contingente muito maior. A menor entrada de imigrantes em Santa Catarina contribuiu para que este Estado conservasse uma população menor do que o seu vizinho meridional. Assim, a população catarinense em 1890 era de apenas 293 mil habitantes, representando 31,7% da gaúcha; durante a última década do século passado, enquanto o aumento populacional do Rio Grande do Sul se fêz a uma taxa anual de 2,7%, o de Santa Catarina ocorreu a uma taxa de 1,4%, de forma que em 1900 a população desse Estado era de apenas 335 mil pessoas. Apesar da redução da entrada de imigrantes estrangeiros durante a Guerra, a população catarinense pôde expandir-se a uma taxa substancialmente mais elevada até 1920 (cerca de 2,9% ao ano), não somente devido à chegada de imigrantes nacionais ao Estado, mas essencialmente graças às altas taxas de crescimento vegetativo, possibilitadas pela [illegible]

da e reprodução da população camponesa que lá se fixara. Mas mesmo assim, a população catarinense devia alcançar os 597 mil habitantes em 1920, o que significava apenas 2,2% da população brasileira, e uma densidade demográfica de 6,3 habitantes por Km^2. Esta menor base populacional, para a qual contribuiu o menor aporte de imigrantes estrangeiros, faria com que o impulso industrializador da economia camponesa local, em processo de capitalização, se fizesse sentir com menor ímpeto do que no caso do Rio Grande do Sul. A produção agrícola manteve-se em níveis bem inferiores aos gaúchos; a formação de excedentes comercializáveis obedeceu ao mesmo esquema; a ampliação do mercado regional foi bem menor; de forma que a agricultura estadual não pôde sustentar, com o mesmo vigor, a formação de uma indústria de processamento de produtos agrícolas e de fornecimento de produtos manufaturados à zona colonial. Desta forma, o caminho seguido pela indústria gaúcha, de trânsito sucessivo da indústria doméstica rural ao artesanato e finalmente, à grande indústria, não pôde ser trilhado nas mesmas dimensões. "Dada a desarticulação e a rarefação de Santa Catarina, o artesanato da zona de colonização alemã não tinha praticamente possibilidades de evoluir para a formação de um complexo de indústrias "regionais" [12] tal como ocorrera no Rio Grande do Sul.

Apesar disto, o fôlego da economia estadual foi suficiente para a formação de um pequeno setor industrial, com a industrialização de algumas cidades, como Blumenau. Segundo Singer, "em Blumenau, e em toda área colonial na qual ela se insere, que abrange regiões do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, estava-se desenvolvendo uma economia de subsistência, em alto grau independente da economia de exportação do país. Na medida em que a população se ia adensando e que crescia o excedente de produção comercializável, iam amadurecendo as condições para o salto da industrialização. Em Blu

---

[12] CASTRO, Antônio Barros de. Op. cit. nota 10, p. 120.

menau ele se deu a partir de 1880."[124] Com efeito, ainda em 1879 Hering montou seu primeiro tear em Joinvile, dando origem ao que seria futuramente uma grande empresa têxtil. Três anos depois, fundou-se a tecelagem Kartsen, e em 94 fundou-se mais uma tecelagem, que daria origem à Empresa Industrial Garcia. Um levantamento industrial efetuado em 1897 anotaria a existência, em Blumenau, de 262 engenhos de açúcar, 48 de milho, 50 de farinha de mandioca, 46 serrarias 29 olarias, 13 cervejarias, 6 tecelagens, 2 fábricas de sabão, 2 de água mineral, 9 de charutos, 3 de vinho de laranja, 2 de licor, 4 de meias, 3 gráficas, etc. Como se verifica, a grande maioria dessas "indústrias" eram, na verdade, pequenos estabelecimentos artesanais, que processavam os produtos da agropecuária local. Estas características fizeram com que Singer classificasse o período em que prevaleceram, isto é, entre 1880 e 1914, no caso de Blumenau, da fase da pequena indústria, em contraposição à anterior, (1850-1880) denominada de período do artesanato, e da posterior, pós 1914, que seria o estágio da grande indústria. Evidentemente, esta periodização tem suas inconveniências, decorrentes do fato de que a base da chamada "pequena indústria" estava formada pelo artesanato. Talvez a melhor classificação das fases fosse indústria doméstica rural, artesanato e grande indústria, dentro da qual o "artesanato" distinguir-se-ia da indústria doméstica rural pelo seu caráter independente, e não por sua base técnica. Pelo visto, é esse o sentido dado por Singer aos conceitos que alicerçaram a sua periodização.

Contudo, uma vez passada a "onda industrializante" da década de 1880, o rápido crescimento da indústria ligeira ligada ao setor agropecuário cessou, justamente no momento em que surgia a grande indústria urbana em Blumenau. Assim, a expansão industrial no período 1890-1910 fêz-se a um ritmo mais lento, em consonância com o decréscimo da imigração alemã entre 1892 e 1907, ao esgotamento das possibilidades imediatas

---

[124] SINGER, Paul. *Op. cit.* nota 83, p. 114.

existentes, e à insuficiência de infra-estrutura econômica (estradas e energia elétrica). Os dados do Censo de 1907 revelam o estágio embrionário da indústria catarinense, ainda ligada, umbilicalmente, ao setor rural da economia. Neste ano, a produção de banha respondia por 12,1% da produção industrial estadual; a produção de manteiga por 7,4%; o beneficiamento da erva mate por 26,6%, a moagem de farinha por 6,5%, ou seja, a indústria de processamento de produtos agropecuários - na qual se incluíam muitas oficinas artesanais - respondia por pelo menos 47% da produção industrial catarinense.

As dificuldades da industrialização catarinense em geral, e de Blumenau em particular, seriam superadas entre 1907 e 1909, quando assistiu-se à conclusão da instalação de uma estrada de ferro e uma usina hidrelétrica. A partir de então, e mais particularmente depois de 1914, com a Guerra, desdobrou-se a integração da economia catarinense ao mercado nacional, ao mesmo tempo em que se instalava a grande indústria urbana. Mas mesmo então, a indústria de Santa Catarina mostraria a ausência de um suporte regional mais adequado, dada a pequenas dimensões da economia agrícola estadual. De fato, em 1920 existiam no Estado apenas 33 744 estabelecimentos agropecuários (o Rio Grande do Sul, na mesma data, contava com quase 125 mil) de pequenas dimensões (a área média por estabelecimento em Santa Catarina era de 106 hectares, enquanto que a de fazendas paulistas era de 172 hectares, e a média nacional de 270 hectares), que produziam uma parcela insignificante de produção nacional de alimentos, ou seja, 1,8% do arroz, 6,4% da batata inglesa, 2,1% do feijão, 6,4% da mandioca, 2,8% do milho e 1,7% do trigo. Como se pode verificar, somente quanto à batata inglesa e à mandioca a contribuição catarinense era significativa. O mesmo ocorria no caso da criação de animais: Santa Catarina possuía apenas 1,8% do rebanho bovino nacional, 2,5% do equino, 2,2% dos asininos e muares, 3,8% dos suinos, 4,8% das aves, e porcentagens insignificantes de caprinos e ovinos. Desta forma, somente no que diz respeito aos suínos e aves a pro-

ticipação do Estado nos rebanhos do País ultrapassava em muito a sua contribuição em termos populacionais. Finalmente, nos laticínios a participação catarinense na oferta brasileira era significativa: 4,2% do leite vendido, 14,1% da manteiga e 5,0% dos queijos. Mas mesmo aí as quantidades envolvidas eram mínimas: 9,3 milhões de litros de leite, 469 toneladas de manteiga e 633 toneladas de queijo. O caráter semi-artesanal da indústria então presente, e suas bases agrícolas e extrativas foram registradas pelo Censo de 1920, que demonstrou a predominância do conjunto dos ramos ligados a essas atividades, ou seja, o beneficiamento da erva mate, a produção de banha e de manteiga, a moagem de farinha e o falquejamento e serraria de madeira representavam, conjuntamente, 52% da produção industrial. Apesar disso, já tinham surgido empresas dedicadas à produção de artigos industriais mais elaborados, algumas das quais se localizando em Blumenau. Esbarrando nos limites impostos pela entrajeteza de sua base agrícola, contando com uma localização deficiente, longe dos mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo, as indústrias de Blumenau, refletindo a tônica catarinense, buscariam, de acordo com Castro, ramos onde pudessem produzir artigos sem similar nacional, ou seja, artigos finos de qualidade superior. Depois de 1920, a economia agrícola de Santa Catarina manteve seu alto dinamismo, apesar das limitações impostas por suas pequenas dimensões. Desta forma, o número de estabelecimentos rurais aumentaria a uma taxa anual de 4,9% nas duas décadas seguintes (o que, na verdade, apenas retrata o forte processo de retalhamento das pequenas explorações, uma vez que a área ocupada pelos estabelecimentos cresceu apenas a um ritmo anual de 3,3%, o que induziu a uma queda da área média por fazenda de 106 hectares em 1920 para 55 hectares em 1940), enquanto a contribuição estadual para a oferta nacional de produtos alimentares se expandia, de modo que em 1934 o Estado responderia por 2,8% da produção brasileira de arroz, 5,6% de batata ingleza, 3,5% de feijão, 9,6% de mandioca e aipim, 5,4% do milho, 11,3% do trigo e 8,0% do vinho. Também no que diz respeito à atividade de criação de animais, Santa Catarina

aumentaria suas porcentagens em relação ao rebanho nacional, muito embora elas continuassem pequenas: em 1938 o Estado detinha 2,3% do rebanho bovino do País, cerca de 4,8% dos equinos, 1,7% dos asininos e muares e 5,7% dos suínos. Neste último caso, o aumento da participação estadual é sintomático, pois a criação de porcos tornou-se, desde cedo, uma atividade típica da economia camponesa da região. Mas o aumento da contribuição catarinense na produção agrícola no período resultou das altas taxas de crescimento da produção estadual, ou seja, a quantidade produzida cresceu anualmente num ritmo de 4,0% no caso do arroz, 1,6% no caso da batata, 3,7% da mandioca, 3,7% do milho, 2,3% do feijão e 10,6% no caso do trigo. Este dinamismo do setor agrícola estadual, num momento em que Santa Catarina integrava-se mais ao mercado nacional iria se refletir na sua expansão industrial. Assim, na década de 1920, quando a expansão cafeeira nacional transmite forte impulso às exportações blumenauenses, as linhas da E.F. Santa Catarina são prolongadas por todo o Vale do Itajaí e intensifica-se a construção rodoviária, ensejando um maior aprofundamento da divisão do trabalho entre o campo e a cidade, ocorre um acelerado processo de industrialização de Blumenau, refletindo a situação estadual, onde surge um setor industrial restrito, porém significativo.

Também o Paraná guarda suas semelhanças e diferenciações em relação à evolução agrícola e ao início do processo de industrialização dos outros estados do Brasil Meridional. No alvorecer do período republicano, o Paraná tinha uma pequena população, totalizando 257 mil pessoas. O número de estrangeiros assinalados pelo Censo de 1890 foi de apenas 5 mil, o que representa uma fração pequena do total de estrangeiros identificados na Região Sul (cerca de 46 mil). Evidentemente, o número de imigrantes estrangeiros até então aportados no Paraná era bem superior, mas [illegible], fica patente que o Estado não tinha atraído, até então, [illegible] imigrantes, como ocorrera com o Rio Grande do Sul. Na verdade,

mesmo esta última unidade da Federação não atraíra um contingente de imigrantes tão volumoso como tinha ocorrido com São Paulo, o principal centro de expansão da cafeicultura. Mas da mesma forma que os demais estados do Sul do País, a entrada de imigrantes estrangeiros no Paraná se dera, até então, sob a égide da colonização com base na pequena propriedade rural. E esta imigração foi um dos principais fatores que fizeram com que a população estadual pudesse crescer a uma taxa de 4,0% ao ano entre 1872 e 1890. Depois deste último ano, ou mais especificamente, na década derradeira do século passado, a entrada de grandes levas de imigrantes estrangeiros no Brasil favoreceu o Paraná que, embora pudesse contar somente uma reduzida fração do número de estrangeiros que entraram no País no decênio, mesmo assim foi capaz de absorver pelo menos uns 40 mil imigrantes, pois o Censo de 1900 informou a existência de mais de 45 mil estrangeiros no Estado. No entanto, ao que tudo indica, o processo de imigração estrangeira para o Paraná arrefeceu nas duas décadas iniciais do século atual, uma vez que de acordo com o Censo de 1920 só existiam 63 mil estrangeiros nesta data, o que daria uma entrada de 18 mil imigrantes em vinte anos. Na realidade, parte do declínio observado na chegada de imigrantes estrangeiros explica-se pela I Guerra Mundial, que fez cessar completamente, durante alguns anos, a entrada de estrangeiros no País, como no caso dos alemães. Mas também encontra explicação na redução geral da imigração dirigida ao Brasil, e no aumento das saídas de estrangeiros, em decorrência da crise cafeeira e das políticas contracionaistas de princípios do século.

Seja como for, o fato é que a imigração total para o Paraná somou, entre 1829 e 1934, apenas 116 mil imigrantes, o que, embora tenha sido decisivo em termos de formação econômica estadual e da dinâmica de sua população, representa muito pouco dentro da imigração total para o Brasil. Mesmo em relação ao Rio Grande do Sul, a entrada de imigrantes estrangeiros foi bem menor do que o que alimentou este Estado, de

do que aqui reside uma das particularidades da economia paranaense na República Velha, que a distingue da economia gaúcha e que a aproxima da catarinense. Assim, também no caso do Paraná, embora assentasse sua formação econômica sobre a colonização baseada na imigração estrangeira, o aporte total de colonos nos estágios iniciais da economia capitalista do Brasil não seria suficiente para inprimir-lhe um maior dinamismo econômico, tal como ocorrera no Rio Grande do Sul.

Mas apesar desta falta de combustível, a pequena economia camponesa paranaense demonstraria que não estava, do mesmo modo como ocorria com a zona colonial de Santa Catarina, isenta de grande dinamismo interno. Neste sentido, a lógica do desenvolvimento paranaense antes da década de vinte se assemelha à dos outros estados sulinos: rápida expansão da pequena economia camponesa; formação de uma dispersa mas onipresente indústria doméstica rural; mercantilização crescente da produção, com expansão do mercado "interior" para produtos industriais; formação de um núcleo industrial pequeno, porém sólido e orgânicamente vinculado ao setor agropecuário. Na realidade, de forma mais determinada do que ocorrera em Santa Catarina, o último estágio de coroamento desse processo de desenvolvimento, isto é, a industrialização, ficaria truncada,em decorrência da concorrência da indústria de outras regiões do País, principalmente da paulista e das próprias dimensões diminutas da economia camponesa estadual. Mas também os problemas da economia paranaense na primeira fase da República são semelhantes aos presentes nos outros estados do Sul, destacando-se a questão dos transportes e escoamento dos excedentes agrícolas.

Entre 1890 e 1920, a população paranaense passou de 257 mil para 612 mil habitantes, o que corresponde a uma taxa de crescimento anual de 2,9% ao ano, bem superior à média brasileira no período, de 1,8%. Como resultado, a participação do Paraná na população do país aumentou de 1,7% para 2,...

Esse crescimento populacional refletia o processo de expansão da fronteira agrícola com base na pequena propriedade, processo este que resultava num sistemático aumento da oferta de produtos alimentares. Inicialmente, a expansão agrícola teve que vencer grandes dificuldades, decorrentes da ausência de uma rede de transportes e comunicações que permitisse o rápido escoamento da produção do meio rural. Contudo, o desenvolvimento ferroviário complementado pelo rodoviário, permitiria contornar o problema. Em 1885 Curitiba já se encontrava ligada ao porto de Paranaguá. A construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul ligou Sorocaba a Ponta Grossa em 1899 e a União da Vitória poucos anos depois. Em 1908, a Estrada de Ferro Sorocabana chegava a Orinhos, ligando o norte do Paraná a São Paulo. Como consequência dessa expansão ferroviária, que se viu complementada pela abertura de estradas de rodagem, já em princípios da década de 1920 a região oriental do Estado estava interconectada a uma rede de comunicações mais ampla. Com a superação, pelo menos parcial, do problema dos transportes, e com a chegada de imigrantes, ainda que em pequeno número, a produção agropecuária pôde expandir-se, ao lado do extrativismo da madeira - atividade essa vinculada à expansão da fronteira agrícola - e da extração da erva mate - tradicional na região. Com isto, o Estado tornou-se, em 1924, uma região que respondia, no caso de alguns produtos agrícolas, por uma porcentagem da produção nacional bem superior à sua participação na população do País. Assim, neste ano, o Paraná produzia 9,6% da batata ingleza, 3,3% do feijão e 7,3% do milho produzido no Brasil. Também quanto aos suínos e aves - criações típicas de pequenos produtores - o rebanho estadual era avantajado, representando 4,9% e 4,3% do total do Brasil, respectivamente. Na verdade, a contribuição do Paraná para a produção nacional de arroz e mandioca - sem falar no trigo - era menor do que a sua participação no contingente populacional do País, mas isto em parte decorria dos hábitos alimentares da população estrangeira imigrante. Em o caso da batata, que, como alimento básico de alemães e, principalmente, dos poloneses, substituía

alguns produtos tradicionais de consumo da população brasileira [125]. Mas afora os alimentos, o Estado ainda era um grande produtor de madeiras (7% da produção brasileira) e de mate (74,5%), um produto tradicional de exportação.

Contando assim com uma agricultura de pequenas dimensões, mas relativamente dinâmica, o Paraná pôde ensaiar seus primeiros passos na direção da indústria, apesar de que, neste sentido, seu destino durante a República Velha tenha se assemelhado ao de Santa Catarina, pelo menos no que diz respeito ao caráter de sua indústria, onde despontava o simples processamento dos produtos agrícolas e extrativistas. Assim, embora em 1907 o Estado respondesse por 4,5% do valor da produção industrial do Brasil, o beneficiamento do mate, as serrarias e as fábricas de fósforos respondiam por 83% da sua produção, estrutura essa que se manteria em 1919, quando a participação estadual na produção da indústria brasileira havia declinado para 3,4%.

Na verdade, o grande deslanche da expansão econômica baseada na pequena produção camponesa, em franco processo de capitalização, do Paraná, parece ser posterior a 1920. Com efeito, nesta década, ao que tudo indica, havia certo descontentamento por parte dos colonos com a política oficial de colonização, que mostrava-se incapaz de sustentar o crescimento das colônias de forma compatível com suas próprias necessidades imanentes. Sendo assim, o Governo estadual fêz uma série de concessões a empresas colonizadoras privadas entre 1922 e 1932, procurando dar novo alento ao processo de expansão da pequena produção camponesa e da ocupação do solo paranaense, até então praticamente inaproveitado. Em 1925 fundou-se a Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da Paraná Plantation

---

[125] *47% dos imigrantes entrados no Paraná, entre 1889 e 1934 eram poloneses, e 13% alemães, de outras procedências predominavam os russos (1%) e os italianos (0,5%).*

Ltd of London, que adquiriu 1 389 mil hectares de terras para vendê-los parcelados a agricultores. Esta companhia seria um marco dentro do processo de colonização do Paraná. De fato, ela passou a vender lotes de 20,6 hectares aos colonos, adotando um sistema de uso do solo que reservava as partes altas para o café, enquanto as terras baixas eram deixadas a pastagens e culturas de subsistência, sobrando ainda uma pequena área para jardins e pomares. Inicialmente, a primeira atividade que era enceta da era a extração da madeira, o que propiciava a conjugação do preparo do terreno à uma atividade lucrativa. Em seguida, vinha o café, a cana-de-açúcar, os cereais e as outras culturas, assim como a criação de suínos e aves. Na realidade, a introdução do café era possível graças ao fato de que havia a conexão ferroviária com São Paulo, de modo que, a rigor, a região setentrional do Paraná constituía-se em verdadeira extensão da cafeicultura paulista, embora em bases diferentes. Também isto ocorreria num período posterior, uma vez que durante a década de 1930 a crise cafeeira interrompeu a expansão da fronteira do produto. Por outro lado, a produção da região podia contar com a infraestrutura de comercialização e de transportes existentes em São Paulo, o que significava, em outros termos, que as trocas entre o campo e a cidade seriam feitas mais na direção paulista do que paranaense, resultando em que os estímulos industrializantes gerados pela expansão agrícola eram sentidos mais pela indústria paulista do que pela paranaense. A rigor, a região iria ser polarizada por São Paulo, o que deixaria a indústria do Paraná com um mercado regional menor, invadido pela concorrência paulista.

Seja como for, o desenvolvimento da pequena produção camponesa do norte do Paraná experimentaria forte impulso depois da criação da Companhia de Terras, o que, conjugado à imigração espontânea de nacionais para o Estado, fora do âmbito da referida Companhia, implicaria num dinâmico processo de desenvolvimento da pequena produção camponesa. Isto, em 1944, quando ocorreu a liquidação dos ativos britânicos no Bra

sil, e a Companhia passou para as mãos brasileiras, já tinham sido repartidos mais de 220 mil hectares de terras agrícolas e 12 mil lotes urbanos. A produção estadual de produtos agrícolas expandira-se então extraordinariamente, pois, de acordo com o Censo de 1940, o Paraná respondia por 16,5% da produção nacional de batatas, 7,6% de feijão, 11,3% do milho e 9,2% do trigo, enquanto possuía 8,8% do rebanho suíno do País e 4,0% das galinhas. A própria população estadual - principalmente a rural - crescera muito, atingindo os 1 236 mil em 1940, o que significa uma taxa de 3,6% ao ano de crescimento durante o período interconsitário. Mas o impulso industrializante deste dinamismo, pelo visto, transmitiu-se a São Paulo: em 1939 a produção industrial do Paraná representava apenas 2,1% da produção brasileira, e os principais setores (alimentos, madeiras, beneficiamento do chá, extrativa vegetal, e bebidas, responsáveis por 72,6% do valor da produção industrial do Estado) estavam vinculados ao processamento de matérias primas agrícolas. Na realidade, como salienta Wilson Cano, o Paraná atrasou-se no processo de industrialização. Assim, quando se criavam as condições para a instalação da grande indústria urbana, a indústria paulista já polarizava o Estado, aproveitando, a seu favor, o impulso industrializador gerado a partir da expansão agrícola estadual.

Olhando retrospectivamente e deixando de lado as diferenciações presentes no seio da economia do Brasil Meridional, durante a República Velha, verifica-se o grande dinamismo do processo de desenvolvimento calcado na pequena produção familiar, a partir da colonização estrangeira. Na realidade, esse processo conseguiu-se afirmar apenas de forma parcial nos Estados do Sul do País, uma vez que, durante todo o período republicano a imigração estrangeira para São Paulo foi sempre muito maior do que a endereçada [illegible] unidades da Federação. Mesmo durante o Império, apesar de todo o empenho do Governo Imperial [illegible] em atrair um grande número de imigrantes estrangeiros para o Sul do Pra

sil, ainda assim a entrada de imigrantes para São Paulo foi muito maior. Deste modo, o Censo de 1890 registrou cerca de 75 mil estrangeiros presentes em São Paulo naquela data, enquanto que em toda a Região Sul só foram computados 46 mil. Com o extraordinário incremento do fluxo imigratório durante a última década do Século XIX, esta diferença ampliou-se decisivamente, pois a grande maioria dos 1,2 milhões de imigrantes que entraram no período fixou-se em São Paulo, conforme registrou o Censo de 1900, ao apontar a presença neste Estado de 529 mil dos 1 279 mil estrangeiros então no País, ou seja, uma porcentagem de 41,4%.[124] Se se tomar a diferença entre o número regis

---

[124] *As informações a respeito da entrada de imigrantes estrangeiros no Brasil não são concordantes com o número de estrangeiros registrado nos Censos Demográficos. Assim, embora tivessem chegado ao País cerca de 871 616 imigrantes até 1889 (978 445 se for levado em conta o total apontado em 1890), o Recenseamento de 1890 apontou apenas 351 545. Entre 1890 e 1899 entraram mais 1 198 331, o que somado ao número de estrangeiros existente em 1890 dá um total de 1 549 876. Mesmo abandonando-se os chegados em 1890 e considerando-se os entrados em 1900 (o que significa que teriam chegado antes do Censo de 1890 cerca de 978 485 imigrantes), ainda assim o número total de estrangeiros em 1900 deveria ser de 1 480 864 (correspondente à soma da imigração bruta entre os Censos de 1890 e 1900 e o total de estrangeiros presentes no Brasil quando da realização do Recenseamento de 1890). Contudo, o Censo de 1900 indicou somente 1 279 063 estrangeiros, o que significa que o período entre os recenseamentos teriam apontado ao País 927 518 imigrantes, e não 978 445 (ou 1 198 331). Do mesmo modo, apesar de terem chegado no Brasil 1 489 095 imigrantes estrangeiros no período 1901-1921, o que somado aos 1 279 063, dá um total de 2 768 158, o Censo de 1920 apenas registrou 1 590 379. Na realidade, nesse período houveram muitas saídas de imigrantes estrangeiros, que demandavam a Argentina ou regressavam aos seus países de origem, devido à deterioração dos salários e das condições de vida em decorrência da crise cafeeira e das políticas contracionistas de fins do século passado e inícios do atual. Assim, de acordo com Simonsen, as saídas de imigrantes durante o período 1902-1908 totalizaram 282 700 pessoas. Isto significa que a imigração líquida nas duas primeiras décadas do século XX alcançou no máximo, 1 206 395. Como se vê mesmo levando-se em conta as saídas computadas por Simonsen, ainda assim o total de estrangeiros apontado pelo Recenseamento de 1920 parece muito baixo, pois, segundo ele, teriam ingressado no Brasil apenas 311 315 imigrantes forâneos entre 1900 e 1920, o que representa somente 25,8% do total que efetivamente entrou no País no referido lapso de tempo, retirando-se as "saídas" apontadas por Simonsen. As que não indica, as outras duas fontes de discrepâncias são as seguintes: grande parte das "saídas" não computadas, principalmente no primeiro decênio deste século; naturalização dos imigrantes; aclimatação dos imigrantes mais antigos, que, ao se considerarem "brasileiros", passam declarar aos recenseadores seus endereços.*

trado de estrangeiros em 1890 e 1900 como representando o acréscimo líquido de imigrantes no período, ter-se-ia que para os Estados da Região Sul encaminharam-se apenas 172 mil imigrantes, representando 18,5% do total aportado no Brasil, enquanto em São Paulo teriam entrado cerca de 454 mil, ou 49%. Para o período intercensitário seguinte, uma comparação baseada nesta metodologia torna-se problemática, em razão das enormes diferenças apontadas entre o número de imigrantes chegados ao Brasil durante as duas primeiras décadas do século atual e o número registrado de estrangeiros em 1920. Apesar disso, os dados do Censo de 1920 servem para apontar o sentido das diferenças entre os fluxos migratórios para as diversas áreas do País. Desta forma, de acordo com esse recenseamento, São Paulo abrigava 52% de todos os estrangeiros existentes em território nacional, enquanto na Região Sul estavam reunidos somente 15,7%. Esta enorme diferença no que diz respeito ao total de imigrantes entrados em cada região do País explica-se principalmente pela política oficial de imigração, que preferia trabalhadores assalariados para a grande lavoura de exportação do que colonos que viessem ocupar o solo pela pequena propriedade, e pelas condições favoráveis criadas pela expansão cafeeira, que tornou possível pagar salários satisfatórios e adotar um regime de uso do solo que favorecia ao colono imigrante, garantindo-lhe o acesso à produção de alimentos. Graças aos recursos gerados pelo café, o Estado de São Paulo pôde investir vultosas somas no subsídio à imigração estrangeira, o que assegurou, de antemão, um grande número de entradas, ao contrário do que o ocorria no Sul, onde as administrações não contavam com os recursos suficientes. Neste caso, a grande maioria de imigrantes era de espontâneos, que podiam arcar com os custos do deslocamento para o Brasil e manter-se, enquanto não organizavam convenientemente suas explorações. É claro que isto não significa que os governos locais não fizessem gastos substanciais para a organização de colônias agrícolas, mas que, guardadas as devidas dimensões e particularidades, o imigrante estrangeiro que se dirigia para a Região Sul [illegible] contar com recursos muito maiores do que aquele que se dirigia

QUADRO 3.5.17

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA SEGUNDO
OS RECENSEAMENTOS
BRASIL
1890-1920

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1890 (1)		1900 (1)		1920	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
São Paulo	75 030	5,4	529 187	23,2	833 709	18,2
Paraná	5 153	2,1	45 134	13,8	63 110	9,2
Santa Catarina	6 198	2,2	32 146	10,0	32 138	4,8
Rio Grande do Sul	34 765	3,9	140 853	12,3	154 623	7,1
Região Sul	46 107	3,2	218 133	12,1	249 871	7,1
Brasil	351 545	2,5	1 279 063	7,3	1 590 378	5,2

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939-40 p. 1302

Nota 1: De acordo com Mortavia, os dados dos Censos de 1890 e 1900 apresentam uma subestimativa de 3,1 e 4,8%, respectivamente. Ver GRAHAM. D. e MERRICK, T. População e desenvolvimento econômico do Brasil de 1800 até a atualidade. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. 442 p.

a São Paulo, o que significava um grande entrave para a entrada massiva de imigrantes naquela área.

A menor capacidade sulina de atração de imigrantes tolheu a desenvolução da pequena agricultura camponesa, assentada no trabalho familiar, que servia como suporte ao crescimento agrícola regional. A lógica deste processo de desenvolvimento era a seguinte: a chegada de imigrantes permitia a expansão da fronteira agrícola a partir de seus centros de irradiação - os núcleos coloniais. Cedo, depois do desmatamento, desdobrava-se uma agricultura alimentar, conjugada com a criação de pequenos animais, como aves e suínos. Inicialmente, as explorações camponesas eram deficitárias, exigindo investimentos líquidos por parte dos colonos e subsídios governamentais, no caso das colônias mantidas pelo poder público. O fundamento de toda a exploração era o trabalho familiar, apesar do uso do trabalho assalariado de forma esporádica. O acesso à terra, em regiões onde o clima e o solo eram extremamente favoráveis à agricultura, garantia o sucesso do empreendimento, e a produção alimentar se expandia rapidamente, com o surgimento de excedentes comercializáveis. A existência de excedentes tornava possível aos camponeses comercializar com as cidades da região ou mesmo vender seus produtos aos comerciantes que cuidavam de sua distribuição ao mercado nacional. Isto significava a geração dos primeiros laços entre o campo e a cidade, favorecendo o aparecimento do artesanato urbano independente. O desenvolvimento dos núcleos urbanos via-se favorecido, pois, pela ampliação do comércio, necessário ao abastecimento da zona colonial e à comercialização dos seus excedentes alimentares, e pelo impulso ao artesanato independente. Neste caso, a experiência dos imigrantes europeus favorecia o desenlace do processo, pois muitos chegavam ao Brasil com experiência nas indústrias e manufaturas da Europa. Mas simultaneamente, entravava a indústria doméstica rural, com o beneficiamento imediato dos produtos agrícolas, a produção [illegible], da [illegible] e consumo. [illegible]

da chegada de imigrantes, atraídos pela possibilidade de acesso à propriedade do solo, fazia com que os excedentes agrícolas e as necessidades de produtos industriais da região colonial tomassem vulto rapidamente. Surgia então a possibilidade do estabelecimento de oficinas artesanais na própria zona rural, ou nos núcleos urbanos adjacentes. Esta possibilidade, no entanto, nem sempre podia se realizar, pois a penetração de produtos industriais importados, provenientes da grande indústria européia, inibia a evolução do artesanato local. Mesmo assim, muitas oficinas se abriam. Com a consolidação dos estabelecimentos agropecuários dos pequenos produtores, estes iam aprofundando o seu caráter mercantil, aumentando o excedente comercializável. Com isso, crescia o mercado de produtos industriais, e ampliavam-se as relações campo-cidade. Logo, estavam postas as condições para o estabelecimento das primeiras unidades da grande indústria urbana, que podia atuar fornecendo produtos industriais para a zona colonial, substituindo as importações forâneas. Também a indústria de beneficiamento e processamento de produtos agrícolas encontrava condições favoráveis ao seu florescimento, substituindo a indústria doméstica rural. O início da industrialização urbana ampliava os mercados para a produção camponesa, retirando-a da dependência exclusiva dos mercados longíquos. O prosseguimento deste processo de industrialização dependia, assim, do poderio do impulso da expansão da agricultura camponesa, o qual, na situação particular do Extremo Sul do País, estava na dependência da política nacional, da correlação de forças entre as classes sociais interessadas na exploração do solo, no sucesso da cafeicultura paulista, etc.

Durante as últimas décadas do século passado, e inícios do século atual, a grande entrada de imigrantes da Região Sul (apesar de sua insuficiência, se se considerar os contingentes que se dirigiram para São Paulo) permitiu que esse processo de evolução agrícola resultante em formação industrial tivesse um fôlego relativamente profundo. A população cresceu a ritmo acelerado, saltando de 732 mil habitantes em 1872 para

1 475 em 1890 e 1 883 mil em 1900, enquanto a produção agrícola se avolumava e nascia a pequena indústria, de bases artesanais, e a grande indústria mecanizada. Assim, em 1907 a indústria sulina respondia por quase 20% da produção nacional, destacando-se, contudo, os ramos ligados ao processamento de produtos agrícolas, embora já existissem algumas grandes empresas vinculadas a setores mais modernos, como a têxtil.

Mas muito cedo o processo de desenvolvimento da pequena produção camponesa encontrou seus limites, no caso do Brasil Meridional. Com efeito, como se viu, o afluxo de imigrantes foi sempre menor do que o que se dirigiu a outras regiões do País, o que implicou numa redução do combustível de sustentação de todo o processo. Em segundo lugar, a produção agrícola sulina teve de enfrentar, logo no seu início, a concorrência das importações de alimentos e da produção de outras regiões do País, no que diz respeito ao fornecimento dos mercados nacionais. Em terceiro lugar, também a indústria regional teve de arrostar a concorrência da sua congênere brasileira, que se estava instalando no restante do território nacional. Na verdade, esta última causa do atrofiamento parcial do impulso industrializante da Região Sul é por sua vez, consequência da própria limitação da entrada de imigrantes na área. De fato, na medida em que a expansão da fronteira agrícola resultante do processo de colonização estrangeira esbarrava no reduzido número de imigrantes, comprometia-se a expansão do mercado rural que servia de sustentação à instalação da indústria leve regional. Esta tinha, pois, de procurar outros mercados para a sua indústria, sendo obrigada, deste modo, a enfrentar a concorrência da indústria nacional nos mercados extra-regionais. A insuficiência, pois do desenvolvimento da pequena produção camponesa estiolava parcialmente a industrialização regional, seu corolário necessário. Essa ausência de força do impulso industrializante sulino - que é a marca registrada da formação industrial da região, em seus primeiros estágios - seria, depois, fatal, pois, quando a grande indústria nacional se instalou em São Paulo, e o desenvolvimento

to do sistema de transportes permite a integração do mercado nacional, a força deste próprio impulso deixa de agir sobre a indústria regional, passando a contribuir para o próprio parque industrial paulista, transformado em polarizador - pelo menos parcial - da economia regional. Assim, depois de 1900 o ritmo de crescimento populacional da Região Sul debilitou-se, em parte como resultado da redução da entrada de imigrantes, caindo para uma taxa anual de 2,6% entre este ano e 1920, contra uma taxa de 3,4% no período 1872-1900. A redução do ritmo de crescimento populacional implicou numa diminuição da velocidade da expansão da fronteira agrícola e do crescimento da pequena economia camponesa, debilitando o surto industrial que se iniciara no Século XIX. A indústria sulina perdeu, então, lugar no contexto nacional, não conseguindo acompanhar o ritmo do desenvolvimento do setor industrial de São Paulo: enquanto a participação paulista na produção industrial nacional saltou de 15,9% em 1907 para 31,5% em 1920, a contribuição sulina declinou para 16,4%. Mas isto não significou uma estagnação da indústria da Região Sul, que cresceu a uma taxa média anual de 7,3% entre 1907 e 1920, mas apenas um ritmo de expansão inferior ao do conjunto do setor industrial do País, que cresceu 9,3% ao ano no mesmo período.

Mesmo apesar da perda relativa de dinamismo da economia sulina, esta conservou-se como grande fornecedora de produtos agrícolas ao mercado nacional. Em 1920, contando com uma população de 3,2 milhões de pessoas, representando 11,6% do número total de habitantes do País, o Extremo Sul era um dos maiores produtores de alimentos, particularmente daqueles que derivavam da economia camponesa regional. No que diz respeito aos produtos agrícolas alimentares, a Região Sul respondia por 16,7% da produção brasileira de arroz, 59% de batata, 23,1% de feijão, 21,7% de mandioca, 33,1% de milho e 99,6% de trigo. Quanto aos produtos de exportação, o Sul contribuia com 39,6% da oferta brasileira de fumo e 37,4% de erva-mate, além de ser [illegible] de rebanho nacional de bovinos, o qual somava, então, [illegible]

QUADRO 3.5.18

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS
REGIÃO SUL
1919-1939

PRODUTOS	1919		1939	
	TONELADAS	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO PAÍS (%)	TONELADAS	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO PAÍS (%)
Alimentos Básicos				
Arroz	138 333	16,1	334 031	28,8
Batata Inglesa	86 031	59,0	152 191	66,9
Feijão	160 118	22,1	191 944	28,2
Mandioca (1)	630 415	21,7	1 251 407	17,9
Milho	1 653 600	33,1	1 842 944	34,4
Trigo	86 752	96,6	95 666	90,4
Indústria Rural				
Açúcar	23 593	5,2	25 680	10,7
Aguardente	(2) 110 037	7,9	(2) 138 234	14,4
Farinha de mandioca	146 614	21,7	85 994	8,6
Vinho de uva	(2) 455 863	94,9	(2) 325 248	91,1
Produtos de Exportação				
Fumo	17 346	23,6	(3) 27 507	(3) 52,4
Mate	68 593	96,4	65 917	82,1

Fontes: Recenseamento do Brasil, Vol. III (2ª parte) Agricultura. Rio de Janeiro, Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1924. p. 4 a 10. Recenseamento Geral do Brasil (1940) Vol. III, Rio de Janeiro, IBGE, 1950 p. 66 a 77.

Notas 1: Exclui aipim. Em 1940 a produção de aipim foi de 550 668 t (75,9% da produção nacional).
2: Em hectolitros.
3: Somente fumo em folha.

QUADRO 3.5.19

EVOLUÇÃO DA CRIAÇÃO DE GADO

REGIÃO SUL

1912-1938

REBANHOS	1912		1916		1920		1938	
	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS
Bovinos	8 311	27,1	7 808	27,0	9 643	28,1	9 242	23,1
Eqüinos	1 781	24,4	1 413	23,3	1 730	32,9	1 502	24,3
Asininos e Muares	350	10,9	443	13,7	300	16,1	283	7,4
Suínos	3 263	17,7	3 515	20,3	4 759	29,4	6 894	30,6
Caprinos	135	1,3	163	2,4	155	3,7	128	2,2
Ovinos	3 849	36,5	2 732	37,9	4 591	57,9	6 154	58,0

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939-40. Rio de Janeiro. p.1315-1318.

dos para o abastecimento do mercado interno, produtos destinados ao exterior. Também em relação à indústria-rural umbilicalmente ligada à agropecuária-, a Região destacava-se, produzindo 7,9% da produção de aguardente dos estabelecimentos agropecuários do País, 21,7% da farinha de mandioca e 94,9% da produção vinícola. Devido à presença de uma forte indústria de artigos de lã, a Região era responsável por 97,2% da produção brasileira dessa matéria prima. Finalmente, a criação de animais de pequeno e médio porte nas explorações camponesas fazia com que o Sul possuísse 26,1% do rebanho nacional de galinhas e 17,7% dos suínos, o que garantia uma grande produção de ovos e de banha.

Depois de 1920, continuou o processo de perda de posição da indústria sulina dentro do País, principalmente com o término da I.ª República, quando se intensificou a penetração dos artigos paulistas no mercado nacional. Mas também teve prosseguimento a expansão demográfica e agrícola da Região, o mesmo de seu crescimento industrial, embora a taxas inferiores à média nacional. Deste modo, em 1940 a indústria da Região respondia por apenas 13,7% da produção do País, embora reunisse 24,7% dos estabelecimentos industriais existentes. Sua concentração, continuava nos setores mais diretamente vinculados à agropecuária estadual, que mantinha-se em destaque no cenário nacional. Com efeito, este ano, o Sul respondeu por 28,8% da produção brasileira de arroz, 66,9% de batata, 28,2% de feijão, 17,9% de mandioca, 34,4% de milho, 90,4% de trigo, 52,4% de fumo e 10,4% da cana-de-açúcar. Além disso, manteve-se como grande produtor de produtos da indústria rural (açúcar de engenho, rapadura, aguardente, farinha de mandioca, vinho), e conservou-se como Região de destaque na criação de animais de pequeno e médio porte. Somente no caso da grande criação, observou-se certo declínio em relação ao restante do País. Na verdade, a perda de posição neste terreno deveu-se, sobretudo, à relativa estagnação da grande exploração criatória da porção meridional do Rio Grande do Sul, num contexto de avanço da pequena produção, principalmente do norte do Paraná.

Como se verifica, mesmo contando com dificuldades em deslanchar o setor industrial, a Região Sul tornou-se uma grande produtora de alimentos, contribuindo para a produção interna em níveis bem superiores à sua participação da população nacional. Na realidade, apesar do crescimento da indústria sulina, a Região soube montar um setor agrícola extremamente forte, que fornecia uma base, ainda que não muito grande, à indústria regional, além de sustentar uma contínua expansão de seus próprios fundamentos, isto é, da pequena propriedade camponesa em processo de capitalização. O resultado foi que, apesar do perder posição no cenário industrial interno, o Brasil Meridional gerou condições favoráveis para a atração de população do restante do País e para a reprodução ampliada de suas bases agrícolas. A população camponesa pôde crescer, contando com níveis de vida muito superiores aos existentes na maior parte do território nacional. Apesar de suas deficiências, gerou-se um processo favorável de desenvolução das forças produtivas, num contexto de predomínio do trabalho familiar e da melhoria das condições de vida das massas fundamentais da população.

Além da Região Sul, outra área de concentração da produção alimentar, no alvorecer da República, era constituída pelo Estado de Minas Gerais.[139] Com efeito, a agricultura de sub

---

[139] Ver:

LIMA, João Heraldo. Op. cit. nota 42.

GOES MONTEIRO, Norma de. Op. cit. nota 42.

MARTINS FILHO. Amilcar Vianna. A economia política do café com leite. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981. 145 p.

CAMPOLINA Diniz, Clélio. A economia mineira no final dos anos 30: crise, gênese da tecnologia e perda do projeto siderúrgico. In: Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981. p.25-52.

WIRTH, John. Minas e a nação. Um estudo de poder e dependência regional. 1889-1937. O fiel da balança. Op. cit. nota 42.

SINGER, Paul. Belo Horizonte. In: Op. cit. nota 42, p. 199-269.

JACOB, Rodolfo. Minas Gerais no XXº Século. Rio de Janeiro, s. ref. 1910. 665p.

NOGUEIRA DA COSTA, Fernando. Op. cit. nota 42.

ALVIM, Sócrates. (org.). Minas e o bicentenário do cafeeiro no Brasil. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929.

KEHDY, Mitiko Okazaki. Plano de desenvolvimento regional da área de influência da CVRD, vol. 2 Análise da evolução histórica. Belo Horizonte, FJP, 1979. 130p.

CASTRO, Antônio Barros de. A industrialização descentralizada no Brasil. Op. cit. nota 110.

sistência e de mercado interno gestara-se em Minas da decadência da mineração, que provocou um movimento de dispersão populacional e de sua transferência para a agricultura. Formou-se então um amplo setor agrícola, principalmente no Sul de Minas e na Zona da Mata. Este setor beneficiou-se da transmigração da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1908, sendo chamado a atender às suas necessidades de abastecimento. A partir de então, contando com um mercado seguro, a agricultura e a pecuária mineiras puderam expandir-se, oferecendo gêneros alimentares ao Rio de Janeiro. Contudo, ao término do estatuto colonial do País, e com a Independência, a cafeicultura invadiu a Zona da Mata, a partir de suas bases no Vale do Paraíba, fazendo com que a agricultura mineira se diferenciasse, passando a apresentar, além da produção tradicional de alimentos, um setor de mercado externo, representado pela cultura do café. Durante o decorrer do IIº Império, no entanto, a diminuição constante da força de trabalho escrava e a manutenção de preços favoráveis para o café induziram ao recuo a produção alimentar, enquanto se expandiram os cafezais. Assim, as exportações mineiras de produtos da agricultura de mercado interno (arroz, feijão e milho), da indústria rural (açúcar, aguardente, rapadura, farinha de milho e fubá, farinha de mandioca e polvilho, laticínios, couros, banha e toucinho), de animais em pé (aves, suinos e bovino) e mesmo de outros produtos de exportação que não o café (algodão e fumo), mantiveram-se estagnadas durante as últimas décadas do período imperial, enquanto as exportações de café aumentavam sistematicamente: de uma exportação de 5,2 mil toneladas por ano no período 1842-47, Minas passou a vender 17,2 mil toneladas anuais no período 1860-65, saltando para 74,9 mil toneladas-ano durante o quadriênio 1884-87, que antecedeu ao término da escravidão. Neste último período, as exportações mineiras deste produto equivaleram, então, a 22,5% da quantidade vendida pelo Brasil no mercado exterior. Apesar deste crescimento exponencial da cafeicultura mineira durante o Império e da estagnação da produção de alimentos, nem por isto a agropecuária de Minas Gerais perdeu a sua [illegible]

produtiva. Assim, as exportações de gêneros alimentícios continua, embora sua participação no valor total das exportações minerais tenha declinado acentuadamente. Na verdade, ao que tudo indica, a cafeicultura só se tornou atividade exclusiva na Zona da Mata, sendo que as outras regiões a agricultura não perdeu sua diversidade. [IV] Nos primeiros anos do período republicano, Minas Gerais, além de grande exportador de café e fumo, ainda remetia quantidades significativas de alguns gêneros alimentícios para o abastecimento de outras regiões do Brasil: em 1891, por exemplo, o Estado exportou, além de uma infinidade de outros produtos, em pequenas quantidades, cerca de 1 340 toneladas de queijo, 2 108 de toucinho, 1 076 de batatas, 115 mil cabeças de bovinos e 21 340 cabeças de suínos.

Quando se iniciou o processo de desagregação do escravismo, o governo provincial, preocupado com a liquidação desta instituição, e ante à necessidade de desenvolver as forças produtivas locais, através da ocupação efetiva do solo agricultável, tentou incentivar a vinda de imigrantes estrangeiros para Minas, contando, para tanto, com o apoio do governo imperial. Neste sentido, tentou-se conectar o desenvolvimento do sistema de transportes (ferrovias e estradas de rodagem) com o assentamento de colonos. Assim, os trabalhadores assalariados engajados na construção dos caminhos de ferro tornavam-se, à medida que a sua instalação progredia, pequenos proprietários agrícolas. Por outro lado, tentou-se organizar, de forma independente em relação à montagem do sistema regional de transportes, algumas colônias agrícolas, seguindo-se o exemplo sulino. Tentou-se também atrair imigrantes para trabalharem como assalariados nas fazendas cafeeiras, procurando-se resguardar a economia mineira contra os possíveis efeitos da supressão do escravismo.

[IV] *Ainda não foi elaborado um estudo mais profundo a respeito das diversidades regionais da agricultura de Minas Gerais durante a República Velha. De forma que suscitamos esta questão a título de hipótese de trabalho.*

QUADRO 3.5.19-A

PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NA PAUTA
DE EXPORTAÇÃO DE MINAS GERAIS
1818-1888

ANO	PRODUTOS DA LAVOURA	PRODUTOS DA PECUÁRIA	MINERAIS
1818/19	24% (algodão 17%)	35% (toucinho 14%) (gado vacum 12%)	21%
1844/5	34% (café 25%) (fumo 9%)	43% (gado vacum 16%) (toucinho 15%)	...
1854/5	60% (café 54%)	22% (gado vacum 12%) (toucinho 7%)	...
1868/9	70% (café 65%)	23% (gado vacum 12%) (toucinho 8%)	...
1878/9	77% (café 72%)	18% (gado vacum 12%) (toucinho 4%)	...
1888	81% (café 79%)	12% (gado vacum 7%)	...

Fonte: JACOB, R. Minas no XXº Século, p. 411-412 Apud
SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana
São Paulo, Editora Nacional, 1977 p. 227.

Contudo, todas estas experiências, ainda encetadas no período escravista, fracassaram por completo, de modo que quando ocorreu a Proclamação da República, no ano seguinte ao da Abolição, o total de estrangeiros presentes no novo Estado de Minas Gerais era muito reduzido. Conforme o Censo de 1890 informa, estavam presentes no Estado neste ano, cerca de 46,8 mil estrangeiros, o que correspondia a 13,3% do total existente no País. Aparentemente, esse número significava um contigente razoável, haja visto que, na mesma data, existiam apenas 75 mil em São Paulo e 46 mil em toda a Região Sul. No entanto, a maioria desse contingente era composta, ao que tudo indica, de portugueses, que teriam vindo para a região para comercializar ou engajar-se em outras atividades não agrícolas. Ademais, este número representava apenas uma fração insignificante da população estadual (1,5%), enquanto que em São Paulo, a porcentagem, embora pequena, era maior (5,7%).[129]

As razões do insucesso das tentativas de introdução de imigrantes em Minas Gerais, durante o Império, foram várias. O próprio ambiente sócio-político era adverso ao imigrante estrangeiro, devido à predominância latifundiária na estrutura agrícola mineira; os fazendeiros reagiram negativamente à introdução do trabalho livre, na forma do colono não nacional. De fato, como a cafeicultura regional pôde expandir-se sem grandes obstáculos graças ao trabalho escravo (Minas ainda possuía 301 mil escravos em 1884), não existia a escassez de mão-de-obra que impelira os fazendeiros paulistas a fazerem tentativas sucessivas de renovar as relações de produção, introduzindo o trabalho assalariado dos imigrantes. Além disso, a apropriação do solo de Minas, bem ou mal, já se fizera, ao contrário do que prevalecia nos Estados do Sul. A existência de grandes latifúndios pouco explorados era a condição objetiva do domínio dos fazendeiros sobre a economia, a vida social e a política mineira, de modo que o desenvolvimento de uma classe de pequenos produtu-

---

129 *No Rio Grande do Sul a porcentagem era de 4,0%.*

res independentes que minasse essa estrutura encontrava sérios impedimentos. Deste modo, apesar de todos os esforços do poder público no sentido de canalizar grandes contingentes de imigrantes estrangeiros para Minas Gerais, as tentativas não contaram com possibidades de êxito, de forma que quando houve o advento da República, o pequeno movimento migratório em direção ao Estado tinha praticamente cessado por completo.

A oposição das classes dominantes e a própria estrutura econômica mineira impediram, pois, que se efetivasse um grande movimento migratório para a região, antes do término da escravidão e do nascimento da República. Deste modo, quando estes últimos eventos se concretizaram, não existia em Minas nem uma agricultura capitalista assentada no trabalho de imigrantes, veiculado através do regime do colonato, como em São Paulo, nem muito menos uma agricultura camponesa de colonos estrangeiros, como estava a formar-se no Brasil Meridional. A produção alimentar realizava-se em Minas não sobre os fundamentos da pequena propriedade camponesa resultante da colonização estrangeira, mas da grande fazenda não especializada, alicerçada sobre o trabalho de parceiros e agregados, que haviam substituído os escravos. Mesmo as lavouras de exportação, como no caso do fumo e do café, passaram a ser tocadas nos mesmos moldes, isto é, tomando-se o concurso de parceiros e camaradas (agregados), numa economia que não tinha a mesma especialização produtiva encontrada em outras regiões do País. Isto não significa, está claro, que a pequena produção não tivesse peso dentro da estrutura produtiva da agropecuária estadual. Antes pelo contrário, o número de pequenos produtores parece ter sido sempre muito elevado em Minas, desde o período da formação do seu setor agrícola. No entanto, enquanto no Sul a pequena propriedade poderia moldar a economia regional, pelo menos das zonas coloniais, definindo-lhe o perfil e subordinando a política estadual às suas necessidades de expansão, em Minas a pequena propriedade inseria-se dentro de uma estrutura fundiária concentrada, dominada pelo latifúndio. Assim, os pequenos produtores encontravam-se, [illegible]

velmente, subordinados aos grandes fazendeiros, compondo uma "clientela" cativa ao seu poder.

Esta agricultura diversificada, em cujo centro se encontrava a grande propriedade tradicional, baseada em formas de transição ao trabalho assalariado, e em cuja periferia se encontrava a pequena exploração camponesa, arrendatária ou livre, abrigava, então, o maior contingente populacional do Brasil: de 2,2 milhões de habitantes, ou 20,8% do total do País.

Quando ocorreu a Abolição, a cafeicultura da Zona da Mata ainda não se encontrava, ao que parece, em seu estágio de decadência, que viria depois de 1896, com a crise cafeeira, embora estivesse inserida no mesmo processo de dissolução que operava no Vale do Paraíba. O término da escravidão perturbou as condições locais da lavoura, levando-a a reorganizar seu regime de trabalho, agora sob a égide de parceria. Esse regime, conforme me mostra João Heraldo Lima, pelo menos nas condições da Zona da Mata de Minas, era menos lucrativo do que o colonato em São Paulo. Como resultado da sua adoção - imposta, na verdade, pela própria situação da cafeicultura regional - e do próprio processo de esgotamento do fundo de fertilidade do solo e da fronteira agrícola interna, a produção de café da Zona da Mata não pôde enfrentar com sucesso a crise cafeeira de 1896, começando a regredir, sendo progressivamente substituída, tal como vinha ocorrendo com a porção fluminense do Vale do Paraíba, pela pecuária.[130] Assim, à medida em que progredia a decadência cafeeira da Zona da Mata, formava-se nova área de produção de gêneros alimentícios. No entanto, antes que este processo se consumasse, o Estado teve de importar alimentos, devido à desorganização

---

[130] *As exportações mineiras de café não declinaram durante a República Velha não somente devido a que a queda da produção cafeeira da Zona da Mata foi mais lenta do que a do Vale do Paraíba, mas principalmente devido ao desenvolvimento desta lavoura no Sul de Minas e no Triângulo Mineiro, onde penetraram os trilhos da Estrada de Ferro Mogiana.*

da sua produção nas regiões centrais do território mineiro, como consequência da fuga em massa dos escravos libertos, que afluíram para as zonas cafeeiras mais prósperas, onde os salários, pelo menos na época da colheita, eram mais elevados.

Com o término do escravismo e o nascimento da República, o movimento imigratório ganhou novo e poderoso impulso no Brasil. "Imigração e colonização estarão presentes na pauta de trabalhos do novo regime. Reconhecia o Governo Provisório que o desenvolvimento da imigração era fundamental para fomentar a expansão das forças produtivas da República, como ocorrera nos Estados Unidos".[1] Dentro deste espírito, o novo governo federal baixou uma série de leis, tentando garantir o fluxo sistemático de imigrantes estrangeiros para o País. Também os Estados se engajaram neste esforço, e Minas, em particular, reformulou por completo seu aparato institucional destinado a este fim. Assim, assistiu-se logo nos primeiros anos do período republicano, a uma enxurrada de dispositivos legais, promanados dos poderes públicos mineiros, com a finalidade de secundar a ação federal no sentido de atrair e alocar grandes massas de imigrantes estrangeiros. Contudo, logo a União seria cerceada em sua liberdade de manobra no sentido de orientar e dar o caráter ao movimento migratório para o País. Pela Constituição de 1891, os Estados receberam as terras devolutas, exceto as faixas indispensáveis à segurança nacional. Também a política de imigração foi transferida para as suas mãos. Com tais dispositivos constitucionais, a elite dominante, constituída pelos fazendeiros, retirava do governo federal as armas que dele necessitava para encetar sua estratégia imigratória, que procura vincular o processo de atração de estrangeiros à distribuição de terras devolutas e ao desenvolvimento da pequena propriedade. Dentro desse novo marco legal, a legislação mineira especificamente a imigração foi mais uma vez alterada. O sentido desta legislação foi, de acordo com Horta de Góes Monteiro, garantir, na

---

[1] HORTA BARBOSA, Mensagem de Góes. Op. cit. nota 42, p. 34.

medida do possível, a vinda apenas de trabalhadores rurais para o Estado, excluindo-se as outras categorias sociais. Com base em todos os dispositivos legais instituídos após a Proclamação da República, foram então celebrados vários contratos para a introdução de imigrantes em Minas Gerais. Assim, celebraram-se contratos com a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, para localização de 2 mil colonos, com José de Souza Ferreira (5 mil colonos), com João Leôncio da Costa (2 mil), com a Companhia Estrada de Ferro Muzambinho (2mil) e com Alberto Bressane Lopes (50 famílias). Quando esses contratos foram firmados, a União ainda cuidava do processo de imigração. Depois da sua transferência para os Estados, foram firmados outros contratos para a entrada de imigrantes estrangeiros em Minas Gerais: inicialmente, com J.N de Vincenzi e Filhos, para 2 mil famílias européias e 3 mil asiáticas; com Camilo Cresta (10 mil imigrantes), Silva Sanchez e Carenzi Callesi (30 mil). A construção de Belo Horizonte, iniciada em 1895 com o início dos trabalhos para a instalação do ramal ferroviário que a ligaria à rede da Central do Brasil, ensejou que alguns núcleos fossem instalados no seu perímetro, tais como os núcleos Francisco Sales, Carlos Prates, Córrego da Mata, Afonso Pena, Dias Fortes e Adalberto Ferraz. Em 1900, o número de núcleos coloniais mantidos pelo Estado, fora os já emancipados, chegava a oito.

Apesar de todos os esforços do governo mineiro durante a década de 1890, as tentativas oficiais de atrair imigrantes e desenvolver núcleos coloniais foi um fracasso. Muitos dos contratos efetuados para a instalação de colonos foram cancelados, por não terem sido cumpridos. O êxito de alguns núcleos coloniais viu-se contrabalançado pelo insucesso de outros, de forma que a experiência continuou restrita, sem pesar sobre a situação econômica do Estado. O setor privado manteve-se retraído, apesar de todos os incentivos oferecidos pelo governo estadual, no sentido de formar colônias agrícolas e núcleos co-

---

Em 1907 apenas 2.601 imigrantes estavam localizados pelo Estado, sendo 1.556 italianos, 131 portugueses, 36 alemães, 45 austríacos, 15 russos, 215 franceses e 1 suíço. Nos núcleos coloniais oficiais ainda existiam 767 colonos brasileiros.

loniais. A imigração espontânea de trabalhadores agrícolas e pequenos produtores foi muito restrita, pois Minas não oferecia os atrativos de outras unidades da Federação. "Oferecendo melhores condições de trabalho, a lavoura paulista de café constituía fonte de atração para o imigrante entrado em Minas."[130] Também o Sul do País exercia maior poder de atração sobre os estrangeiros, em razão da possibilidade destes tornarem-se pequenos proprietários. "Em síntese, o regime de propriedade da terra e o sistema de trabalho rural constituíam as duas forças de oposição à permanência do imigrante no território mineiro".[131] Apesar de todos estes fatores, o número de estrangeiros registrados no Estado aumentou substancialmente entre 1890 e 1900, pois o Censo realizado neste último ano indicou a presença de 141,6 mil estrangeiros no Estado, o que, se comparado com os 46,8 mil registrados em 1890, dá uma entrada líquida em Minas, durante a década, de 94,7 mil imigrantes. Ainda que este local seja menor do que o número de imigrantes (calculado segundo a mesma metodologia) entrados em São Paulo no período (454,2 mil) e mesmo na Região Sul (172 mil), ainda assim constituiu-se num contingente razoável, demonstrando que, por mais que as condições de vida e trabalho dos estrangeiros recém chegados a Minas fossem desfavoráveis, ainda assim o Estado conseguia atrair um contingente significativo de imigrantes. Na verdade, Minas participava da euforia imigracionista que ocorreu logo após o advento da República e da Abolição, quando as condições internacionais e internas eram favoráveis à imigração para o Brasil. Contudo, se Minas possuía capacidade de atrair imigrantes, o mesmo não ocorria quanto à suas possibilidades de fixá-los. Com efeito, muitos dos chegados a Minas durante o último decênio do século passado

---

130 MONTEIRO, Norma de Góes. Op. cit. nota 42, p. 78.

131 MONTEIRO, Norma de Góes. Op. cit. nota 42, p. 78.

saíram do Estado, em direção às outras unidades da Federação nas duas primeiras décadas do século atual, de modo que o Censo de 1920 acusou apenas 88,0 mil estrangeiros no Estado, o que significa uma saída líquida (a bruta seguramente foi maior) de 53,6 mil imigrantes estrangeiros, entre 1900 e 1920. Assim, muitos aportavam a Minas apenas para descobrir que deviam prosseguir viagem em direção aos outros Estados, ou mesmo sair do País.

Nos primeiros anos do período republicano, a fuga dos libertos das fazendas e o aprofundamento da especialização produtiva na cafeicultura, como resultado dos altos preços do café, inibiram a expansão das lavouras de subsistência e de mercado interno. Contudo, em Minas Gerais, depois de 1896, com a crise cafeeira, iniciou-se a retomada do crescimento da produção alimentar. Além disto, a progressiva deterioração das condições de produção da cafeicultura da Zona da Mata, incentivada pela crise, começou a minar a lavoura do café na região, tornando os fazendeiros cada vez mais acessíveis à substituição das plantações da rubiácia por pastagens. A retomada da expansão da produção alimentar refletiu sobre as exportações estaduais, que passaram a apresentar quantidades crescentes de gêneros de subsistência. Esta tendência manteve-se até a década de 1920, reforçando-se com a estagnação da quantidade exportada do café, que manteve-se mais ou menos sem qualquer tendência expansionista digna de nota a partir da primeira década do século atual, até os anos vinte, sofrendo apenas grandes flutuações anuais, em decorrência dos azares próprios do clima, do ciclo biológico da planta e da própria alteração entre as áreas de decadência da atividade (Zona da Mata), e as áreas mais novas (Sul de Minas e Triângulo Mineiro).[135] Durante a I.ª Guerra Mundial, e no período imediatamente subseqüente, as exportações de

---

[135] Em 1920 a participação da Zona da Mata na produção mineira de café saltou para 42%, enquanto que a do Sul de Minas [illegible] 33%.

alguns produtos da agropecuária estadual aumentaram-se acentuadamente, e Minas pôdepreencher, embora temporariamente, parte da lacuna deixada pela queda geral das importações do País, entre as quais continuava figurando grande quantidade de gêneros alimentícios, apesar das medidas restritivas adotadas em 1905. Aliás, na concorrência pelo mercado nacional é que se encontrava um dos principais obstáculos a um maior dinamismo da economia mineira. Com efeito, cedo a produção alimentar estadual esbarrou na concorrência dos produtos importados e na de outras regiões do País, como no caso dos Estados sulinos. Depois de 1905, embora tivesse sido reduzido o poder concorrencial da produção importada, São Paulo já tinha iniciado a sua diversificação produtiva, devido à crise cafeeira, de modo que diminuíam aceleradamente as suas importações de outros Estados. A decadência da cafeicultura do Vale do Paraíba, por sua vez, ao ensejar o desenvolvimento da pecuária na região, trazia ao cenário nacional um outro concorrente à produção mineira e, neste caso, contando com os benefícios de sua situação geográfica, em termos do abastecimento do Distrito Federal. Assim, o Estado de Minas teve de enfrentar outras unidades da Federação - algumas das quais bem melhor armadas do que ele - no abastecimento do mercado nacional de gêneros alimentícios.

Mas apesar do acirramento da concorrência, as exportações mineiras de produtos alimentares cresceu exponencialmente durante a República Velha, de modo que em meados da década dos vinte, Minas era um grande exportador de arroz, batata, feijão, derivados da mandioca, leite, manteiga, queijo, carne, toucinho, banha, ovos, e animais em pé (bovinos, suínos e aves). Mas além destes produtos, o Estado também era produtor de café, de fumo e de algodão, produtos considerados "de exportação". A grande diversidade da agropecuária mineira refletia-se na sua pauta de exportações, que incluía "produtos do mercado interno" e "do mercado externo". No primeiro grupo, além dos produtos citados acima, Minas colocava no mercado brasileiro nacional [illegible] (uma média anual de 32,6 mil toneladas em meados da década dos

vinte) e animais de transporte (10 663 cabeças de equinos e muares por ano durante o período 1925-1927).[436] No caso do açúcar e do algodão, estes produtos, embora tradicionalmente "de exportação", já se destinavam, durante o último decênio da I.ª República, ao abastecimento do mercado interno. Minas, apesar de não ser grande produtor, vendia pequenas quantidades para outros Estados: 3,0 mil toneladas de açúcar e 1,0 mil toneladas de algodão por ano em meados da década de 1920.

Tendo como base o aumento das exportações, tanto de produtos alimentares, destinados ao mercado interno, quanto de produtos de exportação, e o crescimento populacional no período - o qual, embora realizado a ritmo bem mais lento do que o do conjunto do País, representou um grande acréscimo, em termos absolutos - a agropecuária mineira aprofundou seu caráter diversificado, enquanto se expandia, mantendo Minas Gerais como um dos principais estados da Federação, em termos agrícolas. Assim, em 1919 Minas respondia por 20,0% da produção brasileira de arroz, 7,9% da batata inglesa, 21,4% de feijão, 6,5% da produção nacional de mandioca e 25,4% de milho. Em termos da indústria rural, o Estado tinha posição de destaque, respondendo por 27,6% do açúcar de bangüê e 25,3% do aguardente produzido nos próprios estabelecimentos agrícolas. Minas ainda era responsável por grande percentagem da produção brasileira de alguns produtos de exportação (15,6% do fumo e 32,1% do café), possuindo, além disso, o maior rebanho do País (21,9% dos bovinos, 24,8% dos equinos, 25,8% dos asininos e muares, 32,8% dos suínos e 19,6% das aves em 1920), o que implicava em volumosa produção de carnes, couros, laticínios, banha e ovos.

---

[436] *Ao todo, a pecuária participou com uns 25,0% do total das exportações mineiras entre 1925 e 1927. O interessante da economia mineira de então é que a diversidade de sua pauta produtiva era de tal ordem que a pecuária detinha "uma grande participação no total das exportações essenciais". Assim, no mesmo período, a comercialização dessa atividade no valor das exportações mineiras atingiu um total de 9,2%.*

QUADRO 3.5.20

EVOLUÇÃO DA EXPORTAÇÃO MÉDIA ANUAL
DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS
MINAS GERAIS
1891-1927

Em t.

PERÍODOS	PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO			PRODUTOS ALIMENTIARES			
	ALGODÃO	CAFÉ	FUMO	ARROZ	BATATAS	FEIJÃO	MILHO
1891/94	0	90 121	3 539	13	0	2 497	1 286
1895/99	0	125 989	3 296	45	195	573	4 843
1900/04	0	157 481	3 312	578	1 159	2 506	15 933
1905/09	3	161 871	2 283	6 283	4 442	6 890	21 056
1910/14	94	131 629	4 134	8 649	3 606	9 503	24 597
1915/19	101	156 186	4 133	12 747	4 895	19 261	23 236
1920/24	700	187 793	3 824	12 548	4 859	11 252	27 930
1925/27	...	190 686	...	15 799	5 157	7 902	20 898

Fontes: Anuário Estatístico. Belo Horizonte, Secretaria da Agricultura, Vol. 2, 1922, 1925.
CARVALHO, Afrânio. Atualidade Mineira. Belo Horizonte, Secretaria da Agricultura, 1929.

QUADRO 3.5.21

EVOLUÇÃO DA EXPORTAÇÃO MÉDIA ANUAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA INDÚSTRIA RURAL(1)

MINAS GERAIS

1891-1927

Em t.

PERÍODOS	DERIVADOS DA CANA-DE-AÇÚCAR			DERIVADOS DO MILHO		DERIVADOS DA MANDIOCA	
	AÇÚCAR	AGUARDENTE	RAPADURA	FARINHA	FUBÁ	FARINHA	POLVILHO
1891/94	98	203	119	14	3	24	0
1895/99	0	163	249	0	0	0	0
1900/04	76	50	583	0	0	130	4
1905/09	595	656	582	0	22	108	123
1910/14	1 678	1 880	904	215	64	224	318
1915/19	3 729	842	672	165	152	2 545	2 084
1920/24	9 065	645	972	191	147	634	1 724
1925/27	2 962	...	...	...	...	2 073	...

Fontes: Minas Gerais, Secretaria da Agricultura, Serviço de Estatística Geral. Anuário estatístico v.2. 1922-1925. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.
CARVALHO, Afrânio. Atualidade Mineira. Belo Horizonte. Serviço de Estatística Geral da Secretaria de Agricultura, 1929.

Nota 1: Inclui açúcar, que, além de ser produzido em engenhos bangüês, era também produzido em usinas.

QUADRO 3.5.22

EVOLUÇÃO DA EXPORTAÇÃO MÉDIA
ANUAL DE ANIMAIS VIVOS
MINAS GERAIS
1891-1927

Em cabecas

PERÍODOS	BOVINOS	SUÍNOS	EQUINOS E MUARES	OVINOS E CAPRINOS	AVES (toneladas)
1891/94	110 603	27 257	3 792	4 147	345
1895/99	149 368	17 684	2 936	2 007	515
1900/04	224 882	32 502	3 209	2 174	1 100
1905/09	272 507	52 389	6 114	4 100	2 224
1910/14	340 031	88 712	10 738	14 029	3 569
1915/19	459 815	131 701	9 552	20 349	4 190
1920/25	401 628	80 544	14 749	15 024	5 400
1925/27	425 210	52 934	10 663	14 543	5 874

Fontes: Minas Gerais, Secretaria da Agricultura, Serviço de Estatística Geral. Anuário Estatístico, vol.2, 1922-1925. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.
CARVALHO, Afrânio. Atualidade Mineira. Belo Horizonte, Secretaria da Agricultura, 1929.

QUADRO 3.5.23

EVOLUÇÃO DA EXPORTAÇÃO ANUAL MÉDIA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA PECUÁRIA

MINAS GERAIS

1890-1927

PERÍODOS	SOLAS E COUROS	CARNE	LEITE	MANTEIGA	QUEIJOS	BANHA	TOUCINHO	OVOS
1891/94	0	0	0	0	1 236	0	2 877	0
1895/99	0	0	0	0	2 860	0	2 173	0
1900/04	734	0	2 459	421	3 940	0	4 269	0
1905/09	765	339	5 246	1 464	4 483	30	4 246	279
1910/14	907	963	12 346	2 894	5 900	116	3 493	940
1915/19	3 208	8 729	15 945	3 954	6 300	1 013	3 150	1 892
1920/24	2 381	9 097	16 744	4 700	6 760	290	2 081	1 762
1925/27	3 477	7 336	24 792	6 418	7 409	303	885	1 861

Fontes: Minas Gerais, Secretaria da Agricultura, Serviço de Estatística Geral. Anuário Estatístico. vol.2, 1922-1925. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.
CARVALHO, Afrânio. Atualidade Mineira. Belo Horizonte. Secretaria da Agricultura, 1929.

Mas o crescimento da produção estadual de gêneros alimentícios não foi capaz de dar um suporte à manutenção da entrada de imigrantes no Estado depois do início da crise cafeeira de 1896, pois, como se viu, a saída líquida de imigrantes estrangeiros de Minas Gerais somou 53,6 mil entre 1900 e 1920. Este movimento desdobrou-se apesar dos esforços do governo estadual, apoiado pelo federal, no sentido de atrair e fixar imigrantes no Estado. Com efeito, além de montar alguns escritórios na Europa ainda em fins do século XIX, com a finalidade de atrair diretamente colonos estrangeiros para Minas, o Governo Mineiro reforçou sua política de criação de núcleos coloniais. Em 1906, o governo contratou com a E.F. Leopoldina a construção de colonias em suas margens, o que possibilitou a fundação de vários núcleos coloniais nos anos vindouros: Contança, Santa Maria e Barão de Ayuruoca, em 1910, Major Vieira e Rio Doce em 1911 e Pedro Toledo em 1912. No ano seguinte ao contrato com a Leopoldina, criou-se a colônia de Vargem Grande, perto de Belo Horizonte, e instalou-se a colônia Itajubá, no município do mesmo nome. Até 1915 outros núcleos coloniais foram instalados no Estado (colônias de Guidoval, Vaz de Melo e Joaquim Delfino). O próprio governo federal engajou-se na obra colonizadora mineira, patrocinando-a em grande parte.[137] No ano de 1915, contudo, a imigração estrangeira sob o patrocínio dos poderes públicos sofreu rude golpe, pois todos os auxílios anteriormente exclusivos aos imigrantes não nacionais passaram a ser entensivos aos brasileiros, em núcleos destinados a estrangeiros, a cargo da União e dos Estados.

No entanto, todos os esforços realizados no sentido de atrair estrangeiros para Minas, na forma de colonos agrícolas, no período anterior à Guerra, isto é, entre 1900 e 1915 foram embalde. Neste sentido, os dados existentes não permitem uma avaliação da entrada e saída de imigrantes durante esta

---

[137] Em fins de 1915 o governo federal custeava 16 colônias estabelecidas em Minas Gerais, as quais agrupavam 7 789 colonos.

fase. Em termos da entrada bruta de imigrantes, Norma de Góes Monteiro afirma que chegaram apenas 6 646 entre 1908 e 1915, o que constitui-se num número bem reduzido (durante o intervalo entre 1910 e 1914, entraram em São Paulo 362 898 imigrantes) talvez bem inferior ao total dos estrangeiros que teriam deixado o Estado durante o mesmo espaço de tempo.

Com a Guerra, formou-se um tímido movimento espontâneo de entrada de imigrantes em Minas Gerais, que procuravam a região fugindo do conflito mundial. Mas mesmo assim, os contingentes entrados foram muito reduzidos: em 1917, por exemplo, aportaram ao Estado apenas 576 imigrantes estrangeiros, um número incapaz de reverter a tendência estadual no sentido de perder o seu contingente de colonos estrangeiros.

Ao se estudar as razões do insucesso da imigração estrangeira para Minas Gerais durante as duas primeiras décadas do século atual, percebe-se claramente que, como foi salientado antes, as razões fundamentais do fenômeno residem na estrutura fundiária concentrada, que impedia o acesso do colono à propriedade do solo, e nas precárias condições de trabalho e remuneração da mão-de-obra rural. Na verdade, apesar da expansão da produção cafeeira ainda na década de 1900, e desenvolvimento paralelo da produção de alimentos, a agropecuária estadual já havia se tornado uma atividade expulsora de população. Com efeito, ao que tudo indica, ainda na década de 1890 iniciou-se um processo de fuga da população mineira em direção às outras regiões do Brasil: segundo os dados de Douglas H. Graham e Sérgio Buarque de Holanda, teriam deixado o Estado, neste período, nada menos de que 92 mil pessoas. Este movimento migratório avolumou-se então à medida que avançava o século XX, de forma que entre 1900 e 1920 teriam abandonado o território mineiro mais 230 mil pessoas.[13] Como resultado, surgiu uma "crise de mão-de-obra", sen

---

[13] Ver:
GRAHAM, Douglas H. e HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Regional and urban growth and development in Brazil: a history of internal migration*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.

tida pelos fazendeiros mineiros, que viam seus trabalhadores, insatisfeitos, demandar outras regiões mais prósperas, como São Paulo. Assim, os inícios da década dos vinte, "clamores se erguiam por toda parte contra o êxodo dos trabalhadores rurais. O aliciamento para as lavouras paulistas continuava a se fazer intensivamente através do tipo bizarro do "camelot". São Paulo não só oferecia melhores salários (...), mas cercava o trabalhador de garantias, através de contratos de locação de serviços, de empreitada ou mesmo de parceria, além de, a partir de 1915, oferecer também garantia de indenização pelos acidentes de trabalho. Em Minas, ainda nada se fizera"[139]. Assim, o setor agropecuário estadual, além de atrair poucos imigrantes estrangeiros e de se mostrar absolutamente incapaz de fixá-los, ainda perdia grandes contingentes de trabalhadores nacionais para outros Estados do País.

Depois do término da I.ª Guerra, o governo mineiro reiterou seus esforços no sentido de atrair novos contingentes de imigrantes estrangeiros, esperando, além disso, conter a imigração da população rural para fora do Estado ou, pelo menos, contrabalançá-la. Novos núcleos coloniais foram criados (os de Álvaro da Silveira, David Campista, Júlio Bueno Brandão, Francisco de Sá, Padre José Bento e Urucutu antes da Lei 6 699 de 24 de setembro de 1925, que reorganizou, mais uma vez, o serviço de imigração no Estado, e os núcleos de Raul Soares e Nacuri, depois desta Lei), e esboçou-se nova política de atração dos imigrantes e defesa dos interesses dos pequenos proprietários. Contudo, mais uma vez, tudo se fez em vão. O movimento de saída de imigrantes estrangeiros permaneceu inalterado e apesar de continuar como grande produtor de gêneros alimentícios e mesmo de alguns produtos de exportação no cenário nacional, Minas manteve seu setor agropecuário relativamente estagnado durante o restante do período da Primeira República, vendo aumentar, de modo crescente, a emigração de seu fator de trabalho rural, que [illegible]

---

[139] MONTEIRO, Norma de Góes. Op. cit. nota 42, p. 138.

sava a procurar melhores condições de vida e trabalho noutros rincões do território nacional. Assim, apesar da participação do Estado na produção de alimentos continuar em altos níveis, em relação ao conjunto do País, ela foi reduzindo-se continuamente. Somente no caso da pecuária, principalmente na criação de bovinos, é que Minas aumentou sua participação em termos nacionais. Enfim, Minas se transformou num grande exportador de mineiros, chegando a perder, entre 1920 e 1940, um total estimado de 608 mil pessoas para outras unidades da Federação.

Na verdade, a economia agrícola de Minas Gerais inseriu-se num processo de desenvolvimento singular, que implicava num dinamismo reduzido, incapaz de sustentar a força de trabalho rural, ansiosa por melhorar suas condições de vida e trabalho. De fato, ao desabrochar a República, o setor agropecuário estadual encontrava-se relativamente constituído, estruturando-se em torno da grande propriedade latifundiária, alicerçada na parceria e noutras formas de "troca de serviços". O colonato difundira-se muito pouco, de modo que pesava sobre os trabalhadores rurais relações de produção que implicavam em grande sujeição para com os fazendeiros. Mas além das grandes propriedades, existia grande número de pequenos produtores rurais, formando uma espécie de campesinato, que confundia-se com os agregados e parceiros que, embora trabalhassem diretamente para os proprietários, também tinham acesso à terra, pagando-a na forma de "serviços" ou mesmo com parte de sua produção. Mas diferentemente do que ocorria nos Estados do Sul do País, essa "classe média rural" encontrava-se prensada pelos grandes fazendeiros que, além de deterem o grosso do fundo de terras de Minas, ainda controlavam a política estadual. Como consequência da concentração fundiária, que criava uma "escassez" artificial de terras, das formas assumidas pelas relações de produção, e do domínio político dos grandes fazendeiros, não somente os salários agrícolas viam-se reduzidos, mas a pequena propriedade com poucas exceções tolhida [illegible] dificilmente expandia. Assim o desenvolvimento agrícola mineiro passou a oferecer à sua cada

QUADRO 3.5.24

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

MINAS GERAIS

1919-1939

PRODUTOS	1919		1939	
	TONELADAS	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO PAÍS (%)	TONELADAS	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO PAÍS (%)
Alimentos Básicos				
Arroz	173 123	20,8	229 333	19,2
Batata Inglesa	11 540	7,9	9 799	4,3
Feijão	154 856	21,4	121 191	17,8
Mandioca (1)	139 716	6,5	287 064	4,6
Milho	1 271 656	25,4	1 291 668	24,1
Indústria Rural				
Açúcar	122 981	27,0	25 699	10,7
Aguardente	(2) 350 982	25,3	(2) 170 202	17,7
Farinha de Mandioca	34 742	5,3	33 685	3,4
Produtos de Exportação				
Fumo	11 473	15,6	(3) 774	1,5
Café	252 750	32,1	218 829	18,2
Matérias Primas Industriais				
Algodão	8 667	2,6	26 727	2,1

Fontes: IBGE. Recenseamento do Brasil, v.III (2ª parte) Agricultura. Rio de Janeiro, Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. 1924. p. 4 a 10. Recenseamento Geral do Brasil (1940) Vol. III. Rio de Janeiro, IBGE, 1950 p. 66 a 77.

Notas 1: Exclui aipins. Em 1940 a produção de aipins foi de 4 731 t. (0,7% da produção nacional)
2: Em hectolitros.
3: Em toneladas de folha

QUADRO 3.5.25

EVOLUÇÃO DA CRIAÇÃO DE GADO

MINAS GERAIS

1912-1938

REBANHOS	1912		1916		1920		1938	
	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS
Bovinos	6 861	22,3	6 342	21,9	7 333	21,4	11 147	27,8
Equinos	1 744	24,3	1 506	24,8	1 146	21,8	1 448	23,4
Asininos e Muares	779	24,2	832	25,8	385	20,6	837	21,7
Suínos	6 716	36,5	5 686	32,8	4 871	30,1	6 048	26,7
Caprinos	517	5,1	426	6,2	203	4,0	398	6,9
Ovinos	447	4,2	460	6,4	311	3,9	575	5,4

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, Rio de Janeiro, 1939-40, p. 1315-1318.

QUADRO 3.5.26

PERDA LÍQUIDA DE BRASILEIROS NATOS

MINAS GERAIS

1890-1940

PERÍODOS	PERDA ESTIMADA
1890/1900	93 185
1900/1920	230 097
1920/1940	608 455

Fonte: GRAHAM, Douglas e BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Migration regional and urban growth and development in Brazil: a seletive analisys of the historical record, 1872 - 1890. Sao Paulo, IPE, 1971 p. 98.

ca completamente diferente da prevalecente no Sul do País. Com a Abolição, criaram-se em Minas condições mais favoráveis à expansão das forças produtivas. As grandes fazendas substituíram os escravos por parceiros e camaradas, com o que elevou-se notavelmente o nível de vida da classe trabalhadora. Os métodos de produção agrícola puderam ser alterados, acelerando-se o progresso técnico e elevando-se a produtividade do trabalho. A produção alimentar pôde expandir-se mais livremente, uma vez que tornara-se uma das condições da manutenção da mão-de-obra nas fazendas. Contudo, embora atenuada, manteve-se a sujeição da força de trabalho à dominação dos latifundiários. Também a pequena produção independente viu-se tolhida, como se afirmou anteriormente, pela ação da grande propriedade. Como resultado, conservaram-se baixos os salários agrícolas e a qualidade de vida da população rural. O progresso técnico, embora se efetuasse a um ritmo incomparavelmente mais rápido do que no período escravista, mesmo assim experimentava grande lentidão. O baixo poder aquisitivo da imensa maioria da população do campo e o retardamento de modernização dos trabalhos agrários restringia a especialização produtiva dos estabelecimentos agropecuários e tolhia a expansão do mercado rural de produtos industriais, o que debilitava os liames entre o campo e a cidade e inibia a industrialização. A indústria doméstica e o artesanato rural ganhavam, pois, grande significado, fazendo com que o campo resistisse mais firmemente à penetração dos produtos da grande indústria urbana. Sofrendo a pressão da grandes propriedades e incapazes de se expandirem, as pequenas explorações entraram num processo de autêntica fragmentação e diferenciação, dentro do qual, embora um pequeno número de pequenos estabelecimentos trilhasse os caminhos da capitalização, a grande maioria ia debilitando-se, forçando seus proprietários à proletarização. Desta forma, a "classe média rural" iniciava seu processo de desagregação, no seio do qual os aspectos negativos preponderavam sobre os positivos. Essa diferenciação do campesinato aliada à permanência de baixos salários e péssimas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais terminavam

por gerar um movimento de migração em direção às outras regiões do País, onde o acesso à terra ou a remuneração da mão-de-obra fossem mais favoráveis.

Este padrão de desenvolvimento agrícola, dominado pela lenta modernização da grande propriedade, refletiu-se na industrialização do Estado. Com efeito, tendo como suporte a existência de um mercado interno de dimensões relativamente grandes, devido ao peso da população estadual, que quase alcançava os 3,3 milhões de habitantes em 1890, e à existência de um patamar mínimo alcançado pela divisão social do trabalho e pela produção agrícola mercantil, a grande indústria mecanizada começou a se instalar em Minas ainda durante a fase escravista, protegida pelos altos custos de transporte. Contudo, foi durante o Encilhamento que o processo de industrialização do Estado, seguindo o que ocorria no resto do País, ganhou maiores dimensões, ocorrendo uma verdadeira onda de formação de novas empresas. Segundo John Wirth, "uma combinação de tarifas, desvalorizações cambiais e altas taxas de fretes ferroviários para o litoral produziram o primeiro "boom" industrial da década de 1890. Os tecidos estrangeiros foram mantidos de fora e, conquanto as taxas de frete nas exportações agrícolas tivessem baixado devido à insistência de Minas, os bens manufaturados do Rio e São Paulo não foram tão favorecidos. De fato, os produtos alimentícios e têxteis mineiros tiveram uma situação competitiva favorável até que as rodovias começaram a unir a zona rural da década de 1930, deixando os produtos paulistas fluírem para a zona da Mata e o Sul".[49] Assim, contando com um mercado cativo, a indústria mineira pôde instalar-se, aproveitando as condições criadas pelo Encilhamento. No entanto, o seu caráter refletia de muito perto as características do meio econômico onde se instalara: a dispersão espacial, a dimensão reduzida dos estabelecimentos e o peso dos ramos de bebidas e alimentos e artefatos de couro. Mesmo a dominância da indústria têxtil, era conse-

[49] WIRTH, John D. Op. cit. nota 42 p. 95.

quência da destinação rural das indústrias mineiras. Neste caso, a grande indústria urbana viera ocupar o espaço deixado vago pelo artesanato rural que, em Minas, chegara a assumir certa importância em períodos anteriores, e que tinha sido desestruturado pela penetração dos tecidos importados. Depois da fase expansiva da primeira metade da década de 1890, a indústria mineira passou a sofrer, a exemplo do que ocorria no restante do País, os efeitos da política contracionista de Campos Sales-Rodrigues Alves, com o que reduziu-se drasticamente, seu ritmo de desenvolvimento. De qualquer modo, em 1907, o Censo revelou as dimensões da indústria mineira: 531 estabelecimentos fabris, com um capital de 28 mil contos de réis, ocupando 9 555 operários e produzindo 33 mil contos por ano. Aparentemente, estes dados revelam que Minas Gerais ocupava o 2º lugar entre as unidades da Federação mais industrializadas, situando-se logo atrás do Distrito Federal, com 670 fábricas. Entretanto, pelo capital imobilizado e pelo valor da produção, a indústria mineira se colocava somente em 6º lugar depois do Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco. Isto porque, dentre os principais Estados brasileiros, Minas possuía os menores estabelecimentos industriais, quer em termos de capital por unidade produtiva, quer pelo valor da produção por estabelecimento, ou mesmo pelo número de operários por fábrica. Seus principais setores eram, então, o têxtil, responsável por 40,2% do valor da produção industrial do Estado, o de alimentos e bebidas e fumo (34,7%), o de artefatos de couro (6,9%), o de metalurgia e máquinas (6,0%) e o de materiais de construção (6,0%). Durante o período 1907-1929, estas características da indústria mineira - dispersão, pequenos estabelecimentos e grande peso dos setores diretamente dependentes da agropecuária (como alimentos, bebidas e fumo e artefatos de couro) - seriam mantidas apesar da alta taxa de crescimento do setor, que se expandiu a um ritmo anual de 12,3% ao ano, em termos reais, fazendo com que a participação do Estado na produção industrial brasileira crescesse de 7,3 em 1907 para 8,6% em 1920, atingindo [illegible] último ano Minas ainda contribuía com mais [illegible]

tal e valor da produção por estabelecimento entre os 7 Estados mais industrializados do País, embora sua posição relativa tivesse passado para o 5º lugar quanto ao valor da produção, tendo superado Pernambuco. Também sua estrutura industrial tinha se alterado, com os ramos vinculados ao setor agrícola aumentando a sua participação: o setor de alimentos, bebidas e fumo passou a contribuir com 51,6% do valor da produção industrial do Estado, o que, somado à participação do setor de artefatos de couro (que tinha visto declinar sua participação para 3,8%), dá um total de 55,4%, bem superior ao observado treze anos antes (41,6%). Em contrapartida, a contribuição da indústria têxtil para o valor da produção industrial do Estado tinha caído para 29,7%).

Depois de 1920, o ritmo de crescimento dos setores "tradicionais" da indústria mineira, isto é, alimentos, bebidas e fumo, e têxteis, reduziu-se, devido ao debilitamento da expansão agropecuária. Contudo, a queda da taxa de crescimento destes setores foi contrabalanceada pelo desenvolvimento da incipiente indústria metalúrgica estadual, que ganhara novos contornos, depois da liquidação do artesanato de fabricação do ferro a partir da redução direta, com a instalação da Usina Esperança, em 1889 e a fundação da Companhia Siderúrgica Mineira, em Sabará, em 1917. Em 1921, criou-se da Cia Siderúrgica Belgo-Mineira, a qual incorporou a Cia Siderúrgica Mineira, como consequência da associação entre esta última empresa e a Acieries Reunies de Burbach-Eich-Dudelange. Ainda na década de 1920, foram fundadas outras companhias siderúrgicas em Minas Gerais (Alto Forno Pedro Gianetti, em 1922, transformado em Metalúrgica Santo Antônio em 1931; Hime & Cia, em 1925, transformada depois na Cia Brasileira de Usinas Metalúrgicas; J.S Brandão & Cia, também fundada em 1925 e incorporada em 1931 pela Cia [illegible] Brasileira). Como resultado, do novo "boom industrial" Minas transformou-se em grande produtor de artigos siderúrgicos, aumentando a sua participação na produção manufatureira nacional [illegible]

6,7% em 1939, quando o ramo de metalurgia e máquinas respondia por 23,7% do valor da produção industrial mineira, enquanto o setor de alimentos, bebidas e fumo havia caído para 41,8%, e o de têxteis para 17,1%. Na realidade, depois de 1930, com o desenvolvimento das estradas de rodagem em Minas, sua indústria tradicional, principalmente o ramo têxtil, passou a enfrentar a concorrência paulista, o que representava uma dificuldade adicional à sua desenvolução. "Mas o maior obstáculo à expansão foi o fraturamento do mercado interno que originalmente modelou esta indústria. Um número excessivo de fábricas, muitas com equipamento obsoleto eram pequenas e ineficientes".[41] Assim, se as grandes dimensões absolutas da agropecuária mineira e seu grau relativamente alto de mercantilização favoreceram, inicialmente a instalação da indústria estadual- particularmente nos setores textil e de processamento de alimentos - a fragilidade do desenvolvimento do próprio setor agrícola estadual, tolhido pela estrutura fundiária e pelo arcaísmo das relações de produção, inibiu o prosseguimento da industrialização. Assim, ainda em 1940 a indústria "tradicional" do Estado apresentava suas marcas de origem: pequenas e ineficientes empresas, dispersas no território mineiro e vinculadas a um mercado estagnado.

Uma outra região do País que se tornou grande produtora de alimentos durante a República Velha, embora não o fosse nos seus primórdios, foi o Estado de São Paulo.[42] Com efeito,

---

[41] WIRTH, John D. *Op. cit. nota* 42 *p. 95.*

[42] *Veja-se:*
CANO, Wilson. *A diversificação da agricultura paulista. In: Op. cit. nota 1, p. 57-69.*
VILLELA, Annibal Villanova e SUZIGAN, Wilson. *A produção agrícola e a política do café. In: - Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, p. 42-98.*
LOVE, Joseph. *Autonomia e interdependência: São Paulo e a federação brasileira, 1889-1937. In: - FAUSTO, Boris.(org.) op. cit. nota 1. p.13-76.*
SINGER, - Proc. São Paulo. In: op. cit. nota 18, p. 13-79.
SIMONSEN, Roberto. Agricultura. In: - Op. cit. nota 30, p. 161-227.

no início do período republicano, São Paulo era um grande importador de gêneros alimentícios, devido à sua profunda especialização na lavoura cafeeira, embora o próprio sistema de produção do café, alicerçado no colonato, implicasse na produção concomitante de alimentos.

Com a Proclamação da República, ocorrida durante a fase expansiva do ciclo cafeeiro iniciado em 1886, São Paulo pôde contar com um grande afluxo de imigrantes estrangeiros, em razão da situação favorável dos preços do café, o que permitia o pagamento de salários relativamente favoráveis à mão-de-obra rural, do desafogo político geral, causado pela instalação do regime republicano, da crise da economia norte-americana, da menor capacidade de atração da Argentina, também envolvida numa fase descendente do ciclo econômico, e da própria política de subsídios à imigração estrangeira, que contou com vultosos recursos alocados pelo governo paulista. Assim, entre 1890 e 1899 entraram no Estado cerca de 608 mil imigrantes estrangeiros, sendo a metade durante o primeiro quinquênio do período, correspondente à fase ainda favorável do ciclo do café, e a metade restante durante o segundo quinquênio, quando ocorreria a crise cafeeira, que faria cair as entradas de imigrantes em São Paulo e aumentar as saídas. De acordo com os Censos demográficos, o número de estrangeiros presentes no Estado seria de 75 mil em 1890 e 529 mil em 1900, o que significa um acréscimo líquido de 454 mil. Este total, comparado com a entrada de imigrantes estrangeiros no período 1890-1899 implica uma taxa de permanência de 74%, o que equivale dizer que pelo menos três quartos dos imigrantes não-nacionais aportados em São Paulo na última década do século passado devem ter permanecido no Estado.

Mas a entrada de estrangeiros não esgotava o fluxo imigratório que se dirigia para São Paulo no período. Devido às melhores condições de vida, trabalho e remuneração da força de trabalho engajada na agricultura estadual, em relação às ou-

tras unidades da Federação, pertencentes às outras Regiões do País, fora a Região Sul, engendrou-se um movimento de fuga de trabalhadores de outros estados em direção à São Paulo. Foi o que ocorreu com muitos libertos ou mesmo parceiros e agregados mineiros, que demandavam aquele Estado em busca de um futuro melhor. Assim, além de um grande número de imigrantes estrangeiros, entraram em São Paulo entre 1890 e 1900 cerca de 71 mil nacionais, se se aceitar as estimativas elaboradas por Douglas Graham e Sérgio Buarque de Holanda.

Este extraordinário afluxo de imigrantes permitiu que o plantio de novos cafezais prosseguisse a ritmo acelerado, pelo menos antes de 1898 quando, devido à crise cafeeira, ele cessou por completo. Esta expansão cafeeira trazia em seu bojo o próprio desenvolvimento da produção alimentar. Isto porque,por um lado, como já foi salientado anteriormente, o regime do colonato significava o acesso, ainda que a título precário, do colono à terra, devido ao seu direito em produzir gêneros alimentícios. Deste modo, desdobrou-se a lavoura alimentar entre as leiras dos cafeeiros, o que permitia ao colono abastecer a sua família e comercializar os excedentes. Por outro lado, a tendência à urbanização da economia do café induzia ao surgimento de uma agricultura alimentar independente, que vinha atender ao mercado dos núcleos urbanos em criação ou expansão. Aliás, neste sentido também atuava a dinâmica da cafeicultura, que avançava esgotando os solos depois de um período mais ou menos longo de cultivo, tornando-os imprestáveis para a rubiácia, mas disponíveis para outras lavouras, ou mesmo para a implantação de pastagens. Na realidade, esta última dimensão do processo de desenvolvimento da cafeicultura não parece ter ocorrido no Oeste Paulista no período em questão, dada a pequena idade dos cafezais e a longa vida útil dos pés de café da região, estimada em 50 anos. Apesar destes mecanismos endógenos de expansão da produção alimentar a partir da dinâmica da economia cafeeira de São Paulo, esta não se fez a ritmo suficientemente rápido para

da crise do café, de modo que as necessidades de importação de produtos de subsistência continuaram muito elevadas até então.

Com a grande safra de café de 1896/97 e a redução inevitável dos preços do produto do mercado internacional, desencadeou-se a crise cafeeira. Esta logo fêz-se sentir na lavoura, com o têrmino dos plantios, a queda dos salários agrícolas e a dispensa de mão-de-obra. Surgiu, pois, um excedente de força de trabalho, num momento em que a rentabilidade da cafeicultura se encontrava comprometida. Como resultado, aumentaram as saídas de imigrantes estrangeiros que tinham aportado em São Paulo, ao mesmo tempo em que se criavam condições mais favoráveis à expansão da agricultura alimentar. Não apenas os grandes fazendeiros passaram a dedicar mais atenção ao plantio de culturas de subsistência, mas muitos colonos que já haviam amealhado alguns recursos trabalhando na cafeicultura compraram alguns lotes e começaram a tocar suas roças, por conta própria. Iniciou-se, pois, um processo de substituição de importações de produtos alimentares em São Paulo, [193] acentuando a sua tendência à diversificação da agricultura estadual. Com a proibição de plantio de novos pés de café em 1902 e as medidas de crescente restrição à importação de produtos agrícolas adotadas a partir dos últimos anos do século passado, e que culminaram com as tarifas alfandegárias de 1905, este processo pôde consolidar-se com o aumento contínuo da produção paulista de gêneros alimentares e de outros produtos agrícolas, destinados ao abastecimento da sempre crescente indústria estadual.

---

[193] *Na verdade, este processo assumiu caráter nacional, participando do mesmo o Extremo Sul, Minas Gerais e o próprio Estado do Rio de Janeiro, onde a cafeicultura foi sendo substituída pela criação de animais. Villela e Suzigan mostram como houve uma grande queda das importações brasileiras de produtos agrícolas entre o início deste século e a 1ª Grande Guerra.*

O aprofundamento da diversificação da agricultura paulista e o consequente aumento da oferta estadual de produtos de subsistência ocorreu, pois, num momento em que arrefecia a entrada de imigrantes estrangeiros no Brasil em geral, e em São Paulo em particular, e avolumavam-se as saídas para outras regiões ou países. Assim, na primeira década do século atual chegaram a São Paulo apenas 356 mil imigrantes estrangeiros, contra 608 mil no decênio anterior. Simultaneamente, saíram cerca de quase 278 mil imigrantes somente entre 1903 e 1910, o que implica num saldo negativo no mesmo período, de 8 mil.[144] Com a recuperação da cafeicultura, como consequência do Acordo de Taubaté e a posterior elevação dos preços do produto no mercado internacional, o poder de atração de São Paulo elevou-se nos últimos anos da primeira década deste século e inícios da outra. Ademais, a proximidade da Guerra fez crescer a procura, por parte dos europeus, de novos países que estivessem longe das áreas de conflito. Como resultado, a entrada de imigrantes estrangeiros em São Paulo, voltou a crescer na primeira metade da década de 1910, quando aportaram no Estado cerca de 363 mil imigrantes. Contudo, com a crise de 1913 e, em seguida, a Guerra, o fluxo interrompeu-se, fazendo com que o total de entradas atingisse apenas os 84 mil no quinquênio 1915/19. Apesar da elevação do número de entradas durante a década de 1910, mesmo assim, as saídas perduraram em níveis elevados: ao que tudo indica, perto de 114 mil estrangeiros deixaram São Paulo entre 1911 e 1920, de modo que, como resultado líquido de duas décadas de movimento imigratório para este Estado, o acréscimo de estrangeiros em São Paulo deve ter somado entre os Censos de 1900 e 1920 cerca de 305 mil pessoas, o que equivale a uma taxa de permanência, para

---

144 *De acordo com Villela e Suzigan (op. cit. nota [illegible], p. 254), teriam entrado em São Paulo entre 1903 e 1910 cerca de 269 578 imigrantes, enquanto as saídas totalizaram 277 549 imigrantes.*

o mesmo período, de 38%.[115]

Também o ritmo do afluxo de nacionais arrefeceu sensivelmente, em se aceitando os cálculos realizados por Douglas Graham e Sérgio Buarque de Holanda. Deste modo, contra quase 71 mil entradas entre 1890 e 1900, teriam chegado apenas 19 mil no período que vai do Censo de 1900 ao de 1920, o que significa um total desprezível, face o vulto da população estadual da época; que montou 2,4 milhões de pessoas em 1900 e 4,1 milhões vinte anos depois. Assim, como consequência da retração da imigração interna e externa com destino a São Paulo, a população desse Estado passou a crescer a uma taxa menor: 2,7% ao ano no período assinalado, contra 5,3% no último decênio do século passado.

Apesar da diminuição da entrada líquida de imigrantes, o impulso diversificador da produção agrícola, promanado da cultura cafeeira, fêz-se sentir fortemente nas duas primeiras décadas do século atual. Neste sentido, a produção estadual de açúcar saltou de 13,1 mil toneladas no triênio 1901-1903 para 31,8 mil entre 1919 e 1921; a de algodão em pluma, produto largamente consumido pela indústria têxtil local, saiu de 1,8 mil toneladas para 30,7 mil no mesmo período; os produtos alimentares básicos também tiveram desempenho semelhante, com a produção de feijão aumentando de 41,6 mil toneladas no pe

---

[115] *O número de saídas entre 1911 e 1919 foi obtido da seguinte maneira: Estimou-se a saída bruta de imigrantes durante 1900 e 1901 em 35,5 mil pessoas por ano, uma vez que este é o total dos imigrantes que se retiraram de São Paulo em 1902, segundo Roberto Simonsen. Para as saídas entre 1903 e 1910 adotou-se o número registrado por Annibal V. Villela e Wilson Suzigan, de 278 mil. Como estavam presentes quase 554 mil estrangeiros em 1920 contra 529 mil em 1900, aceitou-se a diferença como a imigração líquida para São Paulo no período intercensitário; o que equivale a menos de 305 mil. Como a imigração bruta para o Estado somou 803 mil pessoas entre 1900 e 1920, tem-se uma saída total no período de uns 498 mil imigrantes. Retirando-se as saídas estimadas entre 1900 e 1910 (278 mil + 35,5 mil), obtêm-se 220 mil. Subtraindo-se 106 mil, que deve corresponder, mais ou menos, ao total das saídas entre 1911 e 1920.*

QUADRO 3.5.27

IMIGRANTES ESTRANGEIROS
ENTRADOS EM SÃO PAULO
1890-1934

PERÍODOS	IMIGRANTES
1890/94	304 877
1895/99	303 575
1900/04	159 602
1905/09	196 539
1910/14	362 898
1915/19	83 684
1920/24	197 312
1925/29	289 941
1930/34	128 997
1935/39	69 125

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V, 1939-40 p. 1307

ríodo 1901-1903, para 212,5 mil apenas no biênio 1919-1920; a de arroz de 28,8 para 275,0 mil e a de milho de 422,6 para 1 009,3 mil toneladas, considerando os mesmos espaços de tempo. Como resultado, a pauta de importações de alimentos por parte de São Paulo sofreu mudança substancial, de modo que, no período 1916-1920 a produção de arroz, feijão, milho, charque e batata praticamente cobriram as necessidades internas. Somente no caso deste último produto é que as importações ainda respondiam por 4,7% da produção paulista, pois nos demais casos as importações tinham desaparecido quase que completamente. Esta situação contrasta com a prevalecente nos primeiros anos do século, quando, no caso do arroz, São Paulo ainda importava o equivalente a 50% de sua produção interna. Também a participação do Estado no total das importações brasileiras de alimentos básicos declinou fortemente durante 1900-1920, pois, se no quinquênio 1901-1905 São Paulo ainda respondia por 26,4% das importações brasileiras de arroz, 5,5% das de feijão, 9,0% do milho importado, 0,8% do charque e 16,8% da batata importados, no período 1916-1920 essas porcentagens haviam caído para, respectivamente, 0,0%, 0,0%, 1,8%, 0,0% e 14,7%. Em síntese, enquanto em 1906 a produção de açúcar, alfafa, algodão em pluma, arroz, batata, farinha de mandioca, feijão, milho e vinho representava 13% da produção primária paulista, essa participação cresceu para 15-20% na década dos vinte, sendo que as flutuações dentro deste intervalo resultaram das variações do preço do café.

O grau de diversificação alcançado pela agropecuária paulista em 1919 pode ser dimensionado tomando-se como base a participação dos diferentes produtos no valor total da produção primária do Estado. Assim, neste ano, a agricultura, estrito senso, contribuia com 95,4% da produção total do setor primário estadual, enquanto a exploração florestal era [illegible] por apenas 0,5% e a criação de animais por 4,1%. De todos os produtos agrícolas, destacava-se, como era de se esperar, o café, cuja participação era de 35%, seguindo-se o milho, [illegible]

QUADRO 3.5.27-A

EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGRO INDUSTRIAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO
1901 - 1945
Em mil toneladas

MÉDIAS ANUAIS	AÇÚCAR	ALFAFA	ALGODÃO PLUMA	ARROZ COM CASCA	BATATA INGLESA	FARINHA DE MANDIOCA	FEIJÃO	MILHO	VINHO (1 000 000 L)
19[illegible] a 1903	13,8	...	1,8	28,8	...	...	41,6	422,6	0,5
19[illegible] a 1906	15,9	...	2,8	60,2	...	...	83,1	473,2	1,3
1907 a 1909	...	...	4,3	...	...	...	...	...	...
19[illegible] a 1912 (a)	24,9	...	5,8	107,1	...	...	97,5	619,6	1,5
19[illegible] a 1915 (b)	27,8	...	6,2	72,3	33,1	...	112,8	595,8	1,7
19[illegible] a 1918	29,4	...	10,8	152,1	...	...	177,1	733,4	...
1919 a 1921 (c)	31,8	...	30,7	275,0	40,7	...	212,5	1 009,3	1,6
19[illegible] a 1924 (d)	33,8	...	17,4	173,3	...	...	78,9	788,0	2,3
19[illegible] a 1927 (e)	30,6	17,3	17,3	267,3	66,1	41,5	194,7	981,8	2,8
19[illegible] a 1930	69,8	15,0	6,1	345,9	65,8	60,1	217,7	950,6	3,3
19[illegible] a 1933	114,4	9,8	22,0	537,1	160,2	79,8	229,8	1 419,2	3,8
19[illegible] a 1936	138,8	14,3	128,6	547,3	114,5	69,9	189,0	1 208,6	4,4
19[illegible] a 1939 (f)	158,8	14,5	241,4	400,5	90,2	84,0	177,7	1 298,9	6,0
19[illegible] a 1942	172,0	7,6	323,7	400,3	49,4	...	109,8	741,2	...
19[illegible] a 1945 (g)	221,3	11,8	362,3	600,8	175,0	...	154,1	1 026,7	7,3

Fontes: Anuário Estatístico do Brasil (vários anos); Anuário Estatístico do Estado de São Paulo (vários anos); Boletim da Diretoria de Ind. e Comércio de São Paulo (vários anos); Relatório do Ministro do Agric. e Comércio (vários anos); p/ algodão: Stanley J. Stein; The Brazilian Cotton Manufacture, pág. 197. Apud.
CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, 1977 p. 63.

Notas: (a) feijão, milho, e vinho: anos de 1911 e 1912;
(b) batata: 1913 e 1914; vinho: 1913 e 1915;
(c) arroz, feijão e milho: 1919 e 1920; vinho: 1921
(d) arroz, feijão e milho: 1922 e 1924; vinho: 1923 e 1924;
(e) alfafa, batata e farinha de mandioca: 1926 e 1927;
(f) vinho e farinha de mandioca: 1937;
(g) vinho: 1944 e 1945.

o algodão (16,8%), o arroz (14,0%), o feijão (6,0%) e o açúcar (3,1%, incluindo o de usina). Ao todo, estes produtos, fora o café, representavam 58,8% do valor da produção da agropecuária estadual, o que dá uma idéia do seu grau de diversificação, uma vez que estes produtos destinavam-se essencialmente ao mercado interno. Em termos da posição do Estado no cenário nacional, São Paulo já se tornara responsável por 41,9% da produção nacional de arroz, 27,9% da batata inglesa, 29,4% do feijão, 23,8% do milho e 31,5% da produção brasileira de algodão, apesar de se manter como o principal produtor de café, participando com 42,4% da oferta do produto no País. No que diz respeito à pecuária, o Estado participava com 7,1% do rebanho de bovinos do País, possuindo 2,4 milhões de cabeças, com 9,3% dos equinos (490 mil animais), 17,5% dos asininos e muares (326 mil cabeças) e 18,1% dos suinos (2,9 milhões de animais). Em outras palavras, por volta de 1920 havia-se formado em São Paulo um forte "setor agrícola de mercado interno", ao lado do "setor de mercado externo", representado pelo café, o qual, embora ainda conservasse sua hegemonia dentro do contexto da atividade agrícola estadual, quer pela sua posição nucleadora do setor, quer pela grande participação na formação do valor da produção setorial, não mais respondia pelo grosso da produção estadual, que deslocara-se para a área de produtos de subsistência e de mercado interno.

Após a 1ª Guerra Mundial, no decorrer da década de 1920, esta tendência à diversificação da agropecuária paulista, ao que tudo indica, viu-se obstaculizada pelo grande "boom" da cafeicultura estadual, incentivada pela política de "valorização" do café, que garantiu, até 1929, preços remuneradores para o produto, fazendo com que os plantios de novos cafezais fossem retomados em altos níveis: entre 1921 e 1929 foram plantados 610 milhões de pés. Esta nova onda expansiva da cafeicultura estadual, apesar de trazer embutida, dentro de si mesma, o crescimento da produção alimentar, quer pelo plantio de gêneros alimentícios entre os cafeeiros, quer pela indução ao desenvolvi-

mento da agricultura alimentar independente, fez com que a maior parte dos recursos fôssem canalizados para a lavoura de café, em detrimento das outras culturas. Deste modo, não apenas as lavouras de subsistência, mas também as culturas industriais, foram deixadas de lado e, na margem, a expansão agrícola estadual se fêz muito mais com base na cafeicultura do que no aprofundamento da diversificação produtiva, com o que aumentou, em lugar de reduzir-se, a especialização regional na lavoura do café. Quatro culturas que sentiram particularmente o novo padrão de crescimento do setor agropecuário paulista foram o algodão, o feijão, o milho e o arroz. No caso do algodão, a produção estadual, depois de alcançar altos níveis, decorrentes dos efeitos da Guerra sobre a indústria têxtil, que aumentara significativamente sua produção, atingindo as 30,7 mil toneladas no período 1919-1921, sofreu uma acentuada queda, chegando a alcançar o volume de apenas 6,1 mil toneladas entre 1928 e 1930. Este patamar mínimo não se deveu exclusivamente à crise econômica nacional desencadeada em 1929, mas também à estagnação da indústria têxtil algodoeira na segunda metade dos anos vinte e ao surto cafeeiro, que tornou menos rentável a aplicação de capitais na cotonicultura, face aos altos lucros obtidos da exploração do café. Também quanto ao feijão e ao milho, depois de terem atingido seus pontos máximos de produção no período 1919-1921, em torno de 106,2 e 504,7 mil toneladas por ano, respectivamente, viram sua produção decrescer até atingir apenas 72,7 mil toneladas por ano, no caso do feijão, e 316,9 mil toneladas anuais, no caso do milho. Finalmente, o mesmo destino estava reservado ao arroz, cuja quantidade produzida caiu de 137,5 mil toneladas por ano no biênio 1919-1920 para apenas 115,3 mil toneladas/ano no período 1928-1930, ou seja, uma redução de 16,1%. Somente o açúcar aumentou a sua produção de 10,4 mil toneladas anuais entre 1919 e 1921 para 23,3 mil toneladas por ano no triênio 1928-1930, apesar da sua produção ter se mantido estagnada até 1927 a níveis próximos aos prevalecentes no imediato pós guerra. Enquanto isso, o número de cafeeiros em produção no Estado subi-

va de 844 milhões em 1921 para 1 153 milhões em 1929, atingindo 1 561 milhões em 1935, quando grande parte dos pés plantados nos últimos anos do "boom" cafeeiro alcançaram sua maturidade.

A nova onda cafeeira serviu, mais uma vez, como poderoso fator de atração de imigrantes para São Paulo. Contudo, desta vez, embora entrassem no Estado cerca de 487 mil imigrantes estrangeiros entre 1920 e 1929, o número total de imigrantes estrangeiros e trabalhadores nacionais, subsidiados ou espontâneos, que chegaram a São Paulo, de acordo com o Serviço de Imigração e Colonização, atingiu 712 mil, o que significa que pelo menos 225 mil trabalhadores brasileiros aportaram ao Estado como imigrantes. Ou seja, já se fazia sentir, a partir da década dos vinte, um vigoroso movimento de imigração interna em direção a São Paulo. Na verdade, foi neste período em que a migração interna se tornou mais volumosa do que a externa, permitindo a substituição da mão-de-obra dos colonos estrangeiros pela dos trabalhadores nacionais, mais barata e mais fácil de manejar.

Com o advento da crise de 1929, que penetrou na década de trinta adentro, a tendência à especialização da agricultura paulista mais uma vez foi revertida, no sentido de uma maior diversificação. No entanto, ao contrário do que ocorrera durante as duas primeiras décadas do século, quando se observou uma grande expansão do conjunto da produção de alimentos e de matérias primas industriais, desta vez isto ocorreria na primeira metade da década de 1930, pois na segunda o vigoroso desenvolvimento das culturas industriais (cana-de-açúcar e algodão) induziu à estagnação ou mesmo à queda da produção de alguns gêneros alimentícios. Com efeito, num primeiro momento, o colapso da capacidade de importar do Brasil em geral, e de São Paulo em particular, como conseqüência da queda brutal das exportações de café provocada pela crise econômica mundial, aliado à rentabilidade negativa da cafeicultura, fizeram com que mui-

fazendeiros se voltassem para as lavouras de mercado externo, quer de subsistência, quer para o atendimento das necessidades da indústria estadual. Mesmo o processo de fracionamento da grande propriedade e de dispensa de mão-de-obra favoreceu a diversificação da agricultura estadual, com a expansão das outras culturas, que não o café. Deste modo, entre o triênio 1928 e 1936 a produção de açúcar aumentou de 69,8 mil toneladas para 138,8 mil; a de algodão passou de 6,1 mil toneladas para 128,6 mil; a de arroz saltou de 345,9 mil para 547,3 mil; a de batata também cresceu, aumentando de 65,8 para 114,5 mil toneladas; o feijão, embora tenha visto sua produção decrescer no período 1934-1936, em relação ao anterior, havia sofrido um acréscimo de 5,6% na sua quantidade produzida no triênio 1931-1933; finalmente, a produção de milho cresceu de 950,6 mil para 1 208,6 mil toneladas entre os períodos de 1929-1931 e 1934-1936. Num segundo momento, a recuperação da produção industrial, liderada pelo setor têxtil, e o desencadeamento do processo de industrialização por substituição de importações, tornaram mais rentáveis as culturas ligadas ao fornecimento de matérias primas para a indústria. Assim, a cotonicultura, favorecida pela descoberta de novas variedades pelo Instituto Agronômico de Campinas, expandiu-se exponencialmente. O aumento da produção das lavouras ligadas ao setor industrial, particularmente do algodão, tornou comparativamente menos rentável as outras culturas, que passaram a ser substituídas pela cotonicultura. Assim, enquanto a produção de algodão se expandia rapidamente na segunda metade da década dos trinta, sendo seguida, com grande defasagem, pela lavoura canavieira [14], a produção de arroz, batata inglesa, feijão e milho reduziam-se significativamente. So

---

[14] *O crescimento da produção açucareira em São Paulo foi interditada pela reserva de mercado criada pela política nacional de defesa da agroindústria nordestina. Caso contrário, o aumento da produção de açúcar e da área cultivada com cana em São Paulo teria sido ainda mais rápido do que o verificado.*

mente a lavoura da mandioca se expandiria no período, mesmo assim sem alterar o quadro geral, de declínio das culturas de subsistência e crescimento das lavouras industriais. Neste contexto, fora o caso da mandioca, e de outros produtos marginais dentro da pauta de produção do setor primário estadual, também a pecuária experimentaria uma tendência expansiva, embora tênue, de forma que a criação de bovinos em São Paulo conservou sua posição dentro do contexto nacional. A razão deste fenômeno reside no contínuo aumento da demanda estadual de carne e produtos lácteos, consequência do crescimento econômico sustentado pela expansão industrial e da aceleração do processo de urbanização. Finalmente, a crise cafeeira e o desenvolvimento das outras lavouras reduziram a importância do café do setor agropecuário do Estado. Depois de muitas tentativas noutras direções o Governo Federal deu início ao esquema de queima dos excedentes e a erradicação dos cafezais mais velhos, com o que o plantel de cafeeiros do Estado reduziu-se de 1 561 milhões de pés em produção em 1935 para 1 073 milhões em 1940. Mas apesar disso, São Paulo ainda se conservou como o maior produtor nacional, aumentando mesmo sua contribuição à produção nacional, em razão da menor idade de seus cafezais, sua maior participação no total dos plantios efetuados na segunda metade da década de 1920 e que alcançaram sua maturidade durante os anos trinta, e sua produtividade superior, que tornava economicamente mais fácil sustentar os cafezais locais, face às dificuldades de manutenção das plantações de outros Estados, de menor produtividade, em face à crise cafeeira. Como resultado das mudanças estruturais da agricultura paulista durante a segunda metade da década de 1930, a participação do Estado na oferta nacional de produtos alimentares básicos (arroz, batata, feijão e milho) declinou acentuadamente, de modo que sua contribuição em termos nacionais apresentaria grande redução em 1939, em relação a vinte anos antes. Em compensação, a produção de algodão, matéria prima fundamental para a indústria têxtil, cresceria exponencialmente, fazendo com que a parcela da produção nacional devida

QUADRO 3.5.28

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
SÃO PAULO
1919-1939

PRODUTOS	1919		1939	
	TONELADAS	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO PAÍS (%)	TONELADAS	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO PAÍS (%)
Alimentos Básicos				
Arroz	348 020	41,9	269 949	22,6
Batata Inglesa	40 723	27,9	57 165	25,2
Feijão	213 507	29,4	115 159	16,9
Mandioca (1)	113 752	3,9	287 489	4,5
Milho	1 192 251	23,8	1 229 354	22,9
Indústria Rural				
Açúcar	30 614	6,7	36 936	15,4
Aguardente	(2) 269 383		(2) 337 763	35,1
Farinha de Mandioca	24 994	3,8	21 689	2,1
Vinho	(2) 13 050	2,7	(2) 15 288	4,3
Produtos de Exportação				
Algodão	104 584	31,5	840 597	65,4
Café	334 189	42,4	724 949	60,4
Fumo	3 669	5,0	(3) 501	(3) 1,0

Fontes: IBGE. Recenseamento do Brasil. vol. III (2ª parte) Agricultura. Rio de Janeiro, Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1924. p. 4 a 10.
Recenseamento Geral do Brasil (1940). Volume III. Rio de Janeiro, IBGE. 1950, p. 66 a 77.

Notas 1: Exclui aipim. Em 1940 a produção de aipim foi de 30 423 t (4,2% da produção brasileira.
2: Em hectolitros.
3: Somente fumo em folha.

QUADRO 3.5.29

EVOLUÇÃO DA CRIAÇÃO DE GADO
SÃO PAULO
1912-1938

REBANHOS	1912		1916		1920		1938	
	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS
Bovinos	1 322	4,3	1 793	6,1	2 442	7,1	3 485	8,7
Eqüinos	509	6,9	498	8,2	490	9,3	516	8,3
Asininos e Muares	417	13,0	372	11,5	326	17,5	431	11,2
Suínos	1 934	10,5	2 744	15,8	2 934	18,1	3 416	15,2
Caprinos	297	2,9	347	5,0	253	5,0	171	3,0
Ovinos	182	1,7	149	2,1	97	1,2	74	0,7

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, Ano V. 1939-40, p. 1315-1318.

a São Paulo alcançasse 65,4% naquele ano. Também no caso do café, apesar da crise, a contribuição paulista se avolumaria, atingindo 60,4% da produção nacional.

Também com a crise de 1929, retraiu-se a entrada de imigrantes estrangeiros no País, refletindo-se em São Paulo, de modo que no período de 1930 e 1934 somente aportaram no Estado 129 mil imigrantes não-nacionais, contra 290 mil no qüinquênio imediatamente anterior. Para tanto, também contribuíram as medidas de restrição adotadas pelo governo brasileiro, engajado numa política de impedir a propagação do movimento reinvindicatório da classe trabalhadora, alimentado pela contínua chegada de operários estrangeiros de alta politização, e interessado em resolver o problema do excesso de mão-de-obra, numa conjuntura recessiva, em meio ao ambiente mundial de progressiva restrição aos movimentos migratórios. Mas este arrefecimento da chegada de imigrantes estrangeiros viu-se contrabalançado pela entrada massiva de trabalhadores nacionais. Assim, segundo os dados do Serviço de Imigração e Colonização de São Paulo, aportaram ao Estado um total de 568 mil imigrantes entre 1931 e 1939, o que, comparado com o total de estrangeiros entrados no período (198 mil pessoas), implica num total de 370 mil nacionais que teriam entrado em São Paulo durante a década de trinta. Ao todo, de acordo com Douglas Graham e Sérgio Buarque de Holanda, a migração interna líquida a favor de São Paulo teria atingindo 433 mil imigrantes nacionais durante o período 1920-1940. Como consequência deste fluxo migratório, aliado à alta taxa de crescimento vegetativo, a população paulista pôde expandir-se a um ritmo de 2,8% ao ano, taxa essa bem mais elevada do que a de crescimento da população brasileira.

Indubitavelmente, o padrão de desenvolvimento agrícola de São Paulo foi determinante em relação ao processo de instalação e desenvolvimento da grande indústria do Estado, pelo menos em sua fase inicial. De fato, a expansão cafeeira, assen

QUADRO 3.5.30

ENTRADA LÍQUIDA DE IMIGRANTES
BRASILEIROS
SÃO PAULO
1890-1940

PERÍODOS	IMIGRANTES
1890/1900	70 997
1900/1920	18 924
1920/1940	432 862

Fonte: GRAHAM, Douglas e BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Migration, Regional and Urban Growth and development in Brazil: a Selective Analisys of the historical record, 1872-1970. São Paulo, IPE, 1971 p. 90.

tada no trabalho dos colonos, revolucionou completamente as condições de produção da agricultura paulista, abrindo espaço para o progresso técnico e favorecendo a acumulação de capital. A alta rentabilidade do negócio cafeeiro permitia a acumulação de grandes recursos financeiros, quer nas mãos dos fazendeiros, quer nas mãos dos comerciantes de exportação ou importação, ou mesmo no setor bancário. Até o sistema de transportes contou com uma sólida base para a sua desenvolução, devido aos grandes volumes de café transportados e as vultosas receitas que este transporte permitia auferir. O dinamismo do desenvolvimento da cafeicultura induzia, então, à expansão urbana, à desenvolução do sistema de transportes, ao surgimento de uma rede de comerciantes e à instalação de um sistema bancário de dimensões relativamente grandes, ao mesmo tempo que ampliava o mercado de bens de luxo (importados pelos fazendeiros) e de meios de produção (necessários para o plantio, trato e colheita dos cafezais e beneficiamento do produto). Também o mercado de bens de consumo popular e de gêneros alimentícios se expandia, devido ao crescimento do número de trabalhadores assalariados envolvidos na produção cafeeira. Finalmente, o sistema do colonato permitia níveis de vida relativamente altos aos imigrantes estrangeiros, o que significava a formação de um mercado de dimensões não desprezíveis de bens de consumo popular. Além disto, devido ao acesso dos colonos à terra, criava-se um poder de compra adicional, por parte da população do campo, em relação aos produtos da grande indústria urbana, representado pelo excedente de sua produção alimentar, que funcionava como equivalente da produção industrial dos centros urbanos. Enfim, a expansão cafeeira funcionava gestando todo um complexo de atividades, segundo a feliz conceituação de Wilson Cano, que desenbocaria, necessariamente, na industrialização. Inicialmente, parte do impulso industrializante do complexo cafeeiro paulista se transmitia do exterior. Contudo, estavam postas as condições para o nascimento da indústria local que, na primeira oportunidade, penetraria na brecha e criaria raízes. Com efeito, já em 1907 o Censo

dustrial revelou a existência de 326 estabelecimentos industriais em São Paulo, produzindo 118 mil contos, absorvendo 24 186 operários e imobilizando um capital de 128 mil contos. Isto colocava a indústria paulista em 2º lugar quanto ao valor da produção (16,5% da produção industrial do País), o número de empregados e o capital imobilizado, logo atrás do Distrito Federal, que produzia 224 mil contos (33,1% da produção industrial brasileira), com um capital de 170 mil contos e um total de operários de 35 243. Contudo, São Paulo possuía em relação ao Distrito Federal, um grau de concentração industrial mais elevado, representado por um maior volume de capital e mão-de-obra por estabelecimento. Esta indústria nascera no período 1881-1894, aproveitando-se dos mecanismos da expansão cafeeira após a crise de 1883 a 1885, e do Encilhamento. Depois deste período, a crise cafeeira tornou o ambiente desfavorável para novas inversões, pelo menos durante o intervalo de tempo que vai de 1895 a 1897. A partir de 1898 os investimentos voltam a níveis mais elevados, mas caíram novamente em 1902, conservando-se baixos até a realização do Censo de 1907. Certamente, as inversões realizadas na virada do século devem ter sido influenciadas pelo ressurgimento da proteção tarifária em 1899, quando se institui a quota-ouro de 10%, do mesmo modo que a redução que se seguiu dos investimentos industriais deve ter sido, pelo menos em parte consequência do prolongamento da política de estabilização do câmbio e de contração econômica, que se esboçara depois da negociação do Funding Loan em 1898.

Com o aumento do protecionismo alfandegário à indústria nacional em 1905, a instituição da "Lei dos Similares" em 1911, a par da manutenção de baixa capacidade de importar, a produção industrial e a formação de capital na indústria paulista pôde crescer aceleradamente a partir de 1907, até que em 1913 a recessão generalizada tolheu sua trajetória ascendente. No entanto, esta seria retomada com a eclosão da Guerra, pelo menos no que diz respeito à produção e ao nascimento de novos

estabelecimentos industriais, uma vez que a expansão dos equipamentos viu-se prejudicada pelas dificuldades de importação decorrentes do conflito. Do ponto de vista do papel desempenhado pela agricultura estadual, fica evidente a sua participação, quer "substituindo importações" durante os anos da Guerra quer, no período anterior, de 1907 a 1913, contribuindo para a ampliação do mercado interno. De fato, neste último período tem lugar a primeira "valorização" do produto, instituída pelo Convênio de Taubaté (1906) e a retomada dos plantios a partir de 1911, depois do sucesso da operação: entre este ano e o de 1913, quando sobreveio a crise, foram plantados perto de 100 milhões de pés de café em São Paulo. Com a Guerra, a obtrução das vendas de café no exterior foram parcialmente compensadas pelo crescimento das culturas de mercado interno, particularmente do algodão. Como resultado da dinâmica agrícola, das medidas de proteção à indústria nacional - que apenas tornavam possível o atendimento de um mercado já existente, criado pelo complexo cafeeiro - e das ocorrências no cenário internacional, a indústria paulista conseguiu crescer a uma taxa anual de 16,2% no período de 1907 a 1919, de modo que nesse último ano São Paulo já respondia por 31,5% da produção industrial brasileira, ocupando o primeiro lugar dentro do contexto nacional, tendo desbancado o Distrito Federal, que passara para o 2º lugar, com 20,8% do valor da produção da indústria do País. Existiam, então, em São Paulo, cerca de 4 145 estabelecimentos industriais, produzindo 936 mil contos de réis, com um capital imobizado de 538 mil contos e um total de 83 988 mil operários. Em compensação, o Rio de Janeiro abrigava apenas 1 541 fábricas, com uma produção de 666 mil contos, capital de 442 mil contos e uma mão-de-obra de 56 229 trabalhadores. Mas o perfil da estrutura industrial paulista não sofreu no período grandes transformações, continuando a concentração nos ramos de alimentos, bebidas e fumo, têxteis e vestuário e calçados, que participavam com 74,5% do valor da produção setorial em 1920, contra 70,6% em 1907.

Em síntese, olhando retrospectivamente, a ascensão industrial de São Paulo entre 1881 e 1920 aparece como um produto da revolução agrícola patrocinada pelo café. Assim, a expansão cafeeira, ao chocar-se com os estreitos limites do escravismo, fêz com que essa última instituição estalasse, abrindo as portas para o trabalho assalariado. Com o novo regime do colonato, São Paulo tornou-se capaz de atrair grandes massas de imigrantes estrangeiros, que permitiram o notável ciclo expansivo da cafeicultura durante os primeiros anos da República. A onda de café trouxe, então, no seu bojo, a própria industrialização, processo culminante do dinamismo do "complexo cafeeiro". Ocorreu, então, o primeiro surto industrial do Estado, aproveitando as condições favoráveis criadas pelo Encilhamento. Com a crise da cafeicultura em fins do século passado, reduziu-se drasticamente o número de imigrantes estrangeiros dispostos a permanecer em São Paulo, enquanto a produção alimentar, já presente no interior da própria organização produtiva da cafeicultura, ganhava nova dimensão. A retração da entrada líquida de imigrantes e a crise cafeeira cercearam então o crescimento industrial, que foi retomado, no entanto, com a primeira "valorização" do café e o novo surto de plantios que antecedeu à crise de 1913. Com o advento da Guerra, um ano depois, continuou interrompida a expansão cafeeira. Desta vez, contudo, a própria produção agrícola alimentar e de produtos industriais já havia se expandido de tal forma que as "lavouras de mercado interno" substituíram, temporariamente, a cafeicultura como o setor dinâmico da agricultura estadual. Também a própria indústria já alcançara uma maturidade tal que passava a depender, cada vez menos, dos sucessos da cafeicultura, enquanto aumentava sua dependência da existência ou não de barreiras à penetração de produtos da indústria estrangeira no mercado paulista, já criado pelo "complexo cafeeiro". Daí o inusitado crescimento industrial de São Paulo durante o período do conflito.

[illegible] grandes [illegible] pela indústria paulista [illegible] da [illegible]

decorrente da extraordinária recuperação das exportações de café entre 1918 e 1919 permitiu que se fizessem vultosas encomendas de máquinas e equipamentos industriais no imediato pós-guerra. Contudo, logo se fez sentir a concorrência estrangeira, principalmente depois que a eficácia do esquema de "defesa permanente", do café passou a desestimular quaisquer esforços no sentido de proteger o mercado nacional. A própria diversificação da agricultura paulista foi interrompida e verificou-se uma nova concentração de recursos no setor cafeeiro, durante a segunda metade da década dos vinte. Reduziu-se, então, fortemente, o ritmo da acumulação do capital industrial no Estado, assistindo-se, assim, a um movimento oposto ao que se verificara nos primórdios da República: a expansão cafeeira negava o prosseguimento da industrialização. Assim, entre 1919 e 1928 o valor da produção industrial paulista cresceu apenas 51,8%, de acordo com Roberto Simonsen, o que significa um ritmo de somente 4,7% ao ano. Entretanto, ao mesmo tempo, aprofundava-se a divisão do trabalho e ampliava-se o mercado interno, alargando uma das condições fundamentais de existência da grande indústria urbana. Bastou, pois, que a crise internacional iniciada em 1929 fraturasse a capacidade de importar do País, para que a indústria paulista voltasse a crescer exponencialmente, ocupando os espaços vazios deixados pela produção estrangeira. Neste sentido, o setor industrial de São Paulo passou a valer-se, de forma crescente, de suas bases mais sólidas e extensas, em relação à indústria do restante do País. Incentivada pelo crescimento do mercado interno do próprio Estado, resultante da diversificação da produção, com o declínio da dominância do café e a ascensão da lavoura do algodão e da entrada de grandes levas de imigrantes nacionais, e pela retração das importações de produtos industriais de consumo corrente, a indústria paulista passou a invadir os mercados regionais do País, travando luta com as indústrias locais, tecnologicamente mais atrasadas e menos concentradas. Como consequência, uma vez passada a fase [illegible] de 1929-1933 e retomado o ritmo ascendente, o setor [illegible]

al de São Paulo voltou a experimentar taxas mais elevadas de crescimento (8,8% ao ano entre 1933 e 1938, ainda segundo Roberto Simonsen), de forma que em 1939 a participação estadual no valor da produção industrial do Brasil tinha alcançado 43,2%, o que representou a consolidação definitiva de sua hegemonia dentro do território nacional.

Finalmente, outra região produtora de alimentos, durante a Primeira República, dentro do território nacional, era a do Nordeste.[197] Na realidade, embora se caracterizasse por possuir, no início do período republicano, uma agricultura de exportação de grande importância, dentro do contexto brasileiro, comercializando algodão, cacau, fumo, açúcar, couros e peles no mercado internacional, mesmo assim a Região encerrava uma agricultura de subsistência de relevância, uma vez que essa atividade garantia grande parte do fornecimento de gêneros alimentícios à sua grande população - estimada em 6,2 milhões de habitantes em 1890 - apesar de não ser capaz de evitar a importação de alimentos. Em termos de organização espacial, a agricultura alimentar desenvolvia-se principalmente no Agreste e nos brejos do Sertão, uma vez que a Zona da Mata estava reservada, em grande medida, à agricultura de exportação. Também nos leitos dos rios sertanejos, quando seu nível ia baixando, durante o período de estio, desdobrava-se uma agricultura alimentar, denominada "de vazante". A agricultura de subsistência, considerada atividade subsisdiária da grande lavoura, dava o suporte objetivo à pequena produção camponesa, que se comprimia nos interstícios dos latifúndios da Região. Além disso era tocada

---

[197] Ver:
ANDRADE, Manuel Correia de. Op. cit. nota 65.
CANO, Wilson. Op. cit. nota 65.
PERRUCI, Gadiel. O nordeste durante a primeira república. In: Op. cit. nota 65, p. 89-137.
EISENBERG, Peter L. Op. cit. nota 65.
SINGER, Paul. Op. cit. nota 65, p. 329-370.
LEVINE, Robert. Pernambuco e a federação brasileira, 1889-1937. In: - FAUSTO, Boris (organ.) op. cit. nota , p. 122-151.

dentro das próprias grandes fazendas, como forma de garantir a mão-de-obra necessária e ajudar no seu abastecimento.

Com efeito, quando ocorreu a Proclamação da República, o Nordeste já possuía uma estrutura agrária polarizada, dentro da qual um pequeno número de latifúndios - quer dedicados à produção açucareira, quer ao cacau, quer à pecuária, ou mesmo a outras atividades - monopolizava o grosso do fundo de terras economicamente aproveitáveis. As pequenas propriedades, disseminadas entre as grandes explorações, encontravam-se numa situação de subordinação econômica e política em relação a estas últimas. Em muitos casos, inclusive, os bolsões de pequenas propriedades funcionavam como verdadeiros reservatórios de mão-de-obra temporária para os grandes estabelecimentos. Em outras circunstâncias, os próprios latifúndios compunham-se de muitas roças de pequenos produtores arrendatários, que entregavam aos proprietários, além de parte de sua produção, dias de serviço, a título de renda da terra, ou seja, pela cessão do direito ao uso do solo. A presença de uma grande massa camponesa em precárias condições de vida, dominada pelos latifúndios, constituiu-se na base objetiva que permitiu o trânsito da grande exploração agropecuária nordestina ao trabalho "livre". Com a supressão do escravismo e a transição ao trabalho "livre", iniciou-se então um lento processo de transformação da grande lavoura da Região, com a aceleração do progresso técnico e a mudança das relações de produção.

No entanto, já então se havia iniciado o movimento migratório de nordestinos em busca de outras regiões do País. Este movimento originara-se das secas que afligiam o Nordeste, entre as quais se destacara a de 1877-1880, que dizimou de cem a duzentas mil pessoas. Mas além disso, o fluxo populacional demandando outras regiões brasileiras também tinha sua origem nas condições de vida desfavoráveis da população rural da Região, onde a pressão dos grandes proprietários se fazia sentir com

toda a sua força. Asssim, as secas funcionaram - como no caso particular de 1877-1880 - como um catalizador do processo, que brando a resistência dos grandes proprietários à fuga da população trabalhadora. Como resultado das secas e dos próprios efeitos da pressão latifundiária, formou-se então, a partir de fins da década de 1870, um amplo movimento de emigração de nordestinos em busca de outras regiões do Brasil, entre as quais se destacava a Amazônia, onde se expandia a produção da borracha. Assim, entre 1872 e 1890, se se aceitar as estimativas de Douglas Graham e Sérgio Buarque de Holanda baseadas na taxa de sobrevivência global, teriam deixado a Região cerca de 346 mil pessoas, o equivalente a 7,3% da sua população total em 1872. Este movimento imigratório desdobrou-se paralelamente ao processo de desarticulação definitiva do escravismo e emergência da economia de "troca de serviços",[149] numa conjuntura em que declinavam as exportações de algodão, em decorrência da volta dos Estados Unidos ao mercado mundial e a consequente queda dos preços do produto, e aumentavam as vendas de açúcar no exterior, induzindo à modernização da agroindústria açucareira regional, através da experiência dos engenhos centrais.

Com o advento da República, encerraram-se no Nordeste as tentativas de modernização do parque açucareiro através dos engenhos centrais, inaugurando-se o período das usinas. Como se viu anteriormente, as principais diferenças entre ambos residem na escala de produção e na divisão do trabalho. Em geral, as usinas eram maiores do que os engenhos centrais, embora no caso específico do Nordeste isto não se tenha verificado como nas outras regiões do País. Além disso, apesar de se dedicarem à parte industrial da produção de açúcar, como ocorria com os engenhos centrais, as usinas também produziam grande parte

---

[149] *Na verdade, o próprio movimento imigratório favoreceu o trânsito ao trabalho "livre", não só arruinando os senhores de escravos e induzindo-os a se desfazerem do seu plantel, mas também através do lançamento no mercado de trabalho de grandes levas de camponeses arruinados.*

de sua própria matéria-prima, a cana-de-açúcar. Ao todo, entre engenhos centrais que posteriormente se transformaram em usinas e essas últimas, foram instaladas, somente em Pernambuco, entre 1885 e 1900 cerca de 49 estabelecimentos. Depois deste último ano, com a crise do mercado internacional do açúcar, arrefeceu o processo de fundação de novas unidades. Segundo o Censo de 1907, haviam em Pernambuco, cerca de 46 usinas em funcionamento, o que significa que alguns dos estabelecimentos açucareiros criados durante a fase do "boom" das usinas teriam deixado de funcionar. Em conjunto, o Nordeste possuía neste ano 133 usinas de açúcar entre as 199 existentes no País, produzindo 47,9 mil contos de réis, o equivalente a 71,2% do valor da produção de todas as usinas de açúcar do Brasil, destacando-se Pernambuco, o maior produtor nacional, responsável por 41,5%.

Paralelamente à modernização da agroindústria canavieira, o setor agropecuário do Nordeste assistiu à perda progressiva da participação do seu algodão nos mercados externos, embora na primeira metade da década de 1890 ainda se registrassem grandes exportações do produto. Do mesmo modo, caíram as exportações de couros e peles, enquanto aumentavam as vendas de cacau no mercado internacional.

Apesar da estagnação das exportações de alguns produtos da grande lavoura regional, cujos efeitos se viram parcialmente contrabalançados pela expansão e modernização do setor açucareiro, não se observou um grande movimento de fuga da população durante a década de 1890. Antes pelo contrário, parece que houve até uma pequena absorção líquida de imigrantes nacionais pelo Nordeste, embora o seu volume estimado (10 mil pessoas) possa ser o resultado de erros de cálculo, dado as suas dimensões reduzidas. Isto não significa, entretanto, um comportamento homogêneo dentro da Região. Na verdade, tudo indica a existência de alguns movimentos populacionais significativos na Região, com alguns Estados perdendo grande número de imigrantes

nacionais - como no caso do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, que perderam umas 124,5 mil pessoas -, e outros atraindo população - como Alagoas, Sergipe e Bahia, que receberam uns 115,1 mil imigrantes brasileiros de outras unidades da Federação. Aliás, no caso deste último Estado, a chegada de novos contingentes de mão-de-obra coincidiu com a expansão da lavoura cacaueira, que permitiu o aumento das exportações do produto na segunda metade da década. A este resultado favorável em termos de certo equilíbrio regional global entre a entrada e a saída de imigrantes nacionais se deve acrescentar a entrada de pelo menos 33,7 mil imigrantes estrangeiros, que aportaram na Região no período, talvez atraídos pela onda modernizante que atingia o setor açucareiro e à melhoria geral da situação e política provocada pela Abolição e pela Proclamação da República. Também pode ter influído neste aporte, embora pequeno, de imigrantes estrangeiros, a onda de industrialização que atingiu o Nordeste no decênio, especialmente o seu principal centro econômico, Recife.[64] Na verdade, ocorreram inclusive tentativas dos governos locais no sentido de introduzir imigrantes estrangeiros na Região, como forma de secundar o movimento de modernização da economia. Contudo, a experiência fracassou completamente, mesmo no caso de Pernambuco, o Estado mais próspero da Região. " O clima, a escassez de terras e a relativa prosperidade explicam porque os imigrantes não iam para Pernambuco e sim para as zonas do Centro-Sul".[65] Inversamente, "bem mais do que o clima e a escassez de terras, as perspectivas relativamente pobres da economia pernambucana desestimulavam a imigração".[66] Além disso, o próprio atraso das relações de produção no campo atuava da mesma maneira, enquanto que, do ponto de vista dos fazendeiros, estes não precisavam de imigrantes, pois contavam com abundante

---

[64] *A entrada líquida de imigrantes estrangeiros em Pernambuco durante o período atingiu, pelo menos, 6 mil pessoas.*

[65] EISENBERG, *Peter L. Op. cit. nota* 65 , *p. 218.*

[66] Ibid, *p. 222.*

força de trabalho. "Os proprietários rurais em geral podiam estar mais do que satisfeitos com a oferta existente de mão-de-obra livre. Os parceiros, rendeiros e moradores exigiam poucos gastos e podiam, normalmente, ser compensados com as abundantes terras ociosas dos engenhos. Os trabalhadores assalariados exigiam dinheiro, porêm após 1870 o nível salarial caía. Todos os três tipos de trabalhadores livres podiam ser despedidos arbitrariamente, sem as complicações de contratos e indenizações".[1] Em suma, era muito melhor para os fazendeiros, simplesmente manterem o "status quo", em lugar de pertubá-lo com a introdução de mão-de-obra estrangeira, cara, de difícil trato e com outro nível de exigências.

O processo de modernização da indústria açucareira regional, com o advento das usinas, teve profundas repercussões no conjunto da agropecuária nordestina, provocando uma maior concentração da propriedade da terra, uma aceleração da proletarização do campesinato independente e mesmo uma redução do volume de emprego por quantidade produzida de açúcar. Além disto, parece ter favorecido o aprofundamento da especialização das áreas tradicionais de cultivo da cana-de-açúcar, através da expulsão das outras culturas subsidiárias. Também a expansão do cacau atuou no mesmo sentido, fazendo aumentar o peso da grande lavoura de exportação, de cunho latifundiário, no conjunto da agricultura regional. Assim, tudo indica que durante a última década do século passado aumentou a dependência do Nordeste em relação às importações de alimentos, reduzindo, proporcionalmente, a importância relativa da produção de subsistência.

Com a crise açucareira dos primeiros anos do século, interrompeu-se o processo de instalação de novas usinas, ao mesmo tempo em que as exportações de cacau e couros e peles

---

[1] EISENBERG, Peter L. *Op. cit.* nota 65, p. 294-295.

ganhavam novo impulso. Felizmente, embora houvesse estagnação, não ocorreu o debacle da agroindústria açucareira nordestina com a brutal redução das exportações de açúcar, uma vez que o mercado do centro-sul do País havia alcançado dimensões relativamente grandes. Contudo, ao vincular-se ao mercado nacional o setor açucareiro nordestino perdeu dinamismo, ficando na dependência da expansão de um mercado bem menor do que o internacional e com alta potencialidade de ser abastecido pela produção interna de seus próprios Estados componentes, tão logo houvessem condições favoráveis para tal. Por outro lado, renasceu o movimento de fuga em massa da população do Nordeste em busca de melhores condições de vida e trabalho, denunciando as precárias condições prevalecentes na Região. Na verdade, a própria modernização do setor açucareiro regional deu-se de forma parcial, não abarcando a totalidade do setor, que continuou, em grande parte, dependente dos velhos banguês. A modernização restringiu-se também, mais à área industrial de que a agrícola, que conservou as arcaicas relações de produção e os baixos níveis salariais que predominavam nas outras atividades. Assim, consagrou-se o emprego, na lavoura canavieira local, dos agregados, parceiros e foreiros, presos aos patrões pelo sistema de "troca de serviços" e pelo endividamento progressivo, que os transformavam em quase servos. Do mesmo modo, tais relações consolidaram seu domínio nas outras lavouras de exportação, que se conjugavam, como já se verificou anteriormente, com as culturas de subsistência, as quais permitiam que os proprietários, em troca da cessão da terra aos produtores diretos para que as cultivassem, obtinham a mão-de-obra necessária para as lavouras de mercado externo. À pressão econômica oriunda da falta de acesso à terra e dos baixos salários, que reduziam os trabalhadores rurais à miséria mais abjeta, somava-se a pressão política, nascida do poderio dos "coronéis" da Região. Espremidos, pois, num sistema espoliativo, os pequenos camponeses e os trabalhadores rurais, semi-arrendatários, semi-assalariados, buscavam na emigração uma das saídas para a sua difícil situação. Como resulta

do, incrementou-se a saída da força de trabalho regional em direção às outras áreas do Brasil. Deste modo, no período 1900-1920, a perda líquida de população do Nordeste atingiu 178,4 mil pessoas, sendo que os principais Estados que participaram deste movimento foram exatamente aqueles que teriam recebido maiores contingentes durante a década de 1890, isto é, Alagoas, Sergipe e Bahia, que perderam, conjuntamente, umas 277,4 mil pessoas. Outro Estado nordestino que também perdeu um grande número foi o Ceará, que, mantendo sua tendência anterior, viu evadir-se um total estimado de 71,2 mil imigrantes nacionais. Em compensação, alguns Estados receberam população, como no caso de Pernambuco, onde a entrada líquida de brasileiros natos atingiu quase 68,9 mil pessoas nesses vinte anos. Este movimento migratório de fuga do Nordeste não cessou depois de 1920 e, antes pelo contrário, intensificou-se. Assim, durante o período que vai desse ano a 1940, a Região perdeu quase 335,0 mil pessoas pela imigração. Também no caso dos estrangeiros que haviam ingressado no Nordeste durante o último decênio do século passado, tudo indica que houve uma reversão de tendência: de um total de 67,2 mil estrangeiros presentes em 1900, o seu número baixou para apenas 33,5 mil em 1920 e 17,3 mil vinte anos depois. Ainda que as mortes não possam ser desconsideradas - uma vez que as naturalizações foram em número extremamente reduzido -, ainda assim a redução do total de estrangeiros durante o período mostra que certamente ocorreu um significativo fluxo de saída da Região. Como resultado desta perda constante de população, a Região foi perdendo participação no País, apesar de que, em números absolutos, seu contingente populacional continuasse a ser muito grande. Assim, enquanto o Nordeste possuía 4,7 milhões de habitantes em 1872, o que significava uma participação de 46,6% no conjunto da população brasileira deste ano, em 1920 viviam na Região cerca de 10,0 milhões de pessoas, o equivalia a apenas 36,7% do total do Brasil. Vinte anos depois, embora o Nordeste possuísse 14,4 milhões de habitantes, este contingente representava somente 35,0% da população brasileira. Como se

verifica, mesmo antes do advento da República, isto é, ainda na década de 1870, gestou-se um amplo movimento de fuga da força de trabalho regional, demandando outras áreas do País. Este movimento, apesar de seus altos e baixos, manteve-se durante toda a República Velha, pondo a nú as precárias condições de vida da população trabalhadora local, que tinha de lutar contra a extraordinária opressão da oligarquia local, além de ter de enfrentar as dificuldades próprias do regime hídrico e do clima da Região.

Durante a Primeira Guerra Mundial a agricultura de mercado externo do Nordeste ganhou novo e poderoso alento, com a multiplicação do valor das exportações regionais de algodão, açúcar, cacau, couros , peles e fumo. O mesmo,contudo, parece não ter ocorrido com a agricultura de mercado interno, uma vez que para a Região se aplicava, então, de forma quase perfeita, o contraponto entre a expansão da grande lavoura e a retração das culturas de subsistência, que Caio Prado Júnior salienta reiteradamente. Com efeito, os dados do Censo de 1920, realizado num ano em que ainda perduravam alguns dos efeitos do conflito, revelam os reduzidos níveis da produção alimentar per cápita. Assim, enquanto a produção brasileira de grãos atingia a 242,8 quilos por habitantes, a do Nordeste alcançava apenas 58,0 Kg. Mesmo no caso da mandioca, que constituía, de longe, o principal produto de subsistência da Região, sua produção per capita, embora superior à média nacional, mesmo assim situava-se num patamar relativamente baixo, de uns 113,4 Kg por pessoa, enquanto a média brasileira era de 105,9 Kg. Coisa semelhante ocorria quanto à atividade pecuária, uma vez que o número de cabeças de gado em relação à população era baixo. Isto não quer dizer que o volume absoluto de produção alimentar do Nordeste fosse reduzido. Antes pelo contrário: a Região era responsável por 8% da produção brasileira de arroz, 15,7% do feijão, 46,3% da mandioca e 8,1% do milho. Além disso, possuia 21,5% do rebanho bovino nacional, 22,9% dos eqüinos, 36,5% dos asini

QUADRO 3.5.31

PERDA LÍQUIDA DE BRASILEIROS NATOS
REGIÃO NORDESTE
1872-1940

ANOS	PERNAMBUCO	BAHIA	NORDESTE
1872/1890	74 274	7 157	346 207
1890/1900	(-133)	(-40 552)	(-10 109)
1900/1920	(-68 885)	153 815	178 346
1920/1940	74 649	233 130	334 973

Fonte: GRAHAM, Douglas. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Migration regional and urban growth and development in Brazil: selective analisys of the historical record, 1872-1940. São Paulo, IPE, 1971 p. 98.

QUADRO 3.5.32

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA
SEGUNDO OS RECENSEAMENTOS
REGIÃO NORDESTE
1890-1920

ANOS	ESTRANGEIROS	% DO PAÍS
1890	31 710	9,0
1900	67 175	5,3
1920	33 477	2,1
1940	17 338	1,4

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939-40 p.1302

nos e muares, 11,4% dos suínos, 85,4% dos caprinos, 34,7% dos ovinos e 21,8% das aves. Contudo, como a população regional representava 36,7% do total do País, pode-se verificar que apenas no caso da mandioca e dos rebanhos de asininos e muares, caprinos e ovinos, é que a participação do Nordeste era aproximadamente igual ou mesmo superior ao seu peso populacional. Aliás, a composição do rebanho animal da Região refletia, em grande medida, a própria estrutura da agropecuária e as condições do meio ambiente local. Assim, enquanto o rebanho bovino servia de suporte à grande fazenda criatória, constituindo seu núcleo fundamental, os equinos, asininos e muares eram empregados como os principais meios de transporte no Sertão e mesmo no Agreste, principalmente nas áreas não servidas por ferrovias. Já os caprinos e ovinos preenchiam o lugar ocupado pelos suínos nas demais regiões do País, como animal de criação de pequenos e médios produtores ou para alimentação da mão-de-obra empregada nas grandes explorações. No caso dos primeiros, estes eram preferidos pela sua rusticidade e facilidade de alimentação, o que garantia sua sobrevivência e proliferação nas difíceis condições do Nordeste. Quanto aos ovinos, estes não se destinavam à produção lanífera, mas antes, ao que tudo indica, eram criados com vistas ao aproveitamento de sua carne, a qual, sumariamente tratada, era consumida pelos próprios produtores ou mesmo comercializada como "carne de sol". Também tinha grande importância a indústria rural, quer a doméstica, responsável pela grande produção de farinha de mandioca da Região, e mesmo por parte de sua produção de açúcar, aguardente e rapadura, e mesmo carne salgada, e a manufatura independente, representada pelo grande número de engenhos bangüê que ainda perduraram mesmo depois do surgimento das usinas, que não tiveram força suficiente para liquidá-los rapidamente, embora houvessem abalado definitivamente suas bases de existência, que viu-se comprometida a longo prazo. A este respeito cabe lembrar que ainda em 1920 a produção artesanal (produção doméstica e através de bangüês) correspondia a 58,9% da produção total de açúcar do Nordeste, o que dá uma

QUADRO 3.5.33

PRODUÇÃO PER CAPITA[1] DE ALGUNS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS BÁSICOS

BRASIL

1919

	REGIÃO SUL	MINAS GERAIS	SÃO PAULO	REGIÃO NORDESTE	BRASIL
Grãos	644,6	304,3	428,2	58,9	242,6
Arroz	43,7	32,9	84,9	6,6	30,4
Feijão	50,6	29,5	52,1	11,3	26,5
Milho	522,9	241,9	290,8	0,0	182,7
Trigo	27,4	0,0	0,4	40,1	3,2
Batata Inglesa	27,2	2,2	9,9	0,1	5,3
Mandioca	199,2	35,7	27,7	113,4	105,9
Farinha de Mandioca ..	45,1	6,6	6,1	30,8	24,1

Fontes: Recenseamento do Brasil, Volume III (2ª parte). Agricultura. Rio de Janeiro, Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1924 p. 4 a 10.
Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939-40, p. 1.304.

Nota 1: População de 1920, corrigida tomando-se com base a suposição de um erro para mais de 12%. A produção refere-se ao ano de 1919.

idéia da incipiente penetração da grande indústria mecanizada neste setor decisivo da economia regional. Mas além da agricultura de subsistência, e da criação de animais de médio e pequeno porte para a alimentação da população regional, e da pequena indústria rural, que constituíam atividades secundárias, embora essenciais, dentro do perfil da agropecuária nordestina, destacavam-se algumas lavouras de exportação, que tinha sido amplamente beneficiadas pela Guerra. Desta maneira, ainda em 1920 o Nordeste respondia por 63,4% do algodão, 89,2% do cacau, 49,2% do fumo e 61,9% do açúcar de usina produzidos no Brasil. Na verdade, o "setor de mercado externo" nucleava toda a agropecuária nordestina, dando condições à dominação da aristocracia latifundiária, enquanto que o "setor de subsistência" não somente permitia - pelo menos de forma parcial - a reprodução da força de trabalho rural, mas também servia como sustentáculo das próprias relações de produção que fundamentavam a grande exploração voltada para a exportação. De fato, era através da cessão temporária do solo aos trabalhadores rurais que os fazendeiros obtinham o seu concurso para as fainas da fazenda, dentro do esquema da "troca de serviços", tão bem caracterizada na prática do cambão, sua forma mais radical.

Com a progressiva superação dos efeitos da Guerra, encerrou-se o período das vacas gordas para a atividade exportadora do Nordeste, reiniciando-se nova fase de vacas magras. As exportações de algodão, cacau, couros, peles e fumo, que haviam atingido elevados patamares no período 1915-1919 caíram acentuadamente no quinquênio seguinte. No caso do açúcar, suas exportações mantiveram-se elevadas até 1923. No ano seguinte, ocorreu uma queda brutal, manifestando a perda dos mercados externos pelo açúcar brasileiro, perda essa que só seria recuperada decorridos trinta e sete anos. Felizmente para o Nordeste, o mercado nacional havia se expandido muito, o que permitiu o redirecionamento da produção sucareira regional para os mercados dos Estados do centro-sul do País. De forma semelhante, a produção algodoeira nordestina, apesar da redução das vend[illegible]

ra o mercado internacional depois da Guerra, pôde reorientar - se no sentido do mercado nacional. Contudo, esta desvinculação do algodão e do açúcar nordestinos do mercado mundial e redirecionamento para o doméstico implicou, sem sombra de dúvidas, uma perda de dinamismo dessas atividades, uma vez que elas passavam a vincular-se a um mercado muito mais restrito, e mais sujeito à penetração de concorrentes. Entretanto, durante a segunda metade da década de 1920, isto não ocorreu, em face da nova onda de exportação do café, que induziu à manutenção por parte dos Estados do Sudeste, principalmente São Paulo, de um alto grau de especialização produtiva, com o que conservou-se a divisão regional do trabalho, dentro da qual o Nordeste inseria-se como fornecedor de alguns produtos primários, nomeadamente açúcar e algodão, aos Estados produtores de café e que possuíam uma indústria têxtil de certa importância. Mas este esquema seria profundamente alterado pela crise de 1929 e depressão subsequente, que provocaram uma queda generalizada das exportações primárias do País, entre as quais se colocavam o algodão, o cacau, o fumo e os couros e peles comercializados pelo Nordeste. Além disso, a crise desencadearia um processo de substituição de importações no interior da própria economia dos Estados do Centro-Sul, particularmente em São Paulo, onde expandiu-se aceleradamente a produção algodoeira e açucareira, criando uma ameça mortal, principalmente no caso desta última atividade, ao setores correspondentes do Nordeste. Diante desta perspectiva, as classes dominantes da Região, particularmente os oligarcas da agroindústria açucareira, reagiram, exigindo proteção do Governo Federal, a exemplo do que vinha ocorrendo no Sudeste, onde o Governo Provisório instituíra um plano de sustentação da renda do setor cafeeiro. Finalmente, em 1933 Vargas criou o Instituto do Açúcar e do Álcool que deveria, através de um sistema de cotas, preservar a indústria açucareira do Nordeste, protegendo-a através da reserva de parte substancial do mercado interno. Como resultado, a produção nordestina, apesar da estagnada, não continuou na sua tendência decrescente, causada pe

lo aumento da produção dos seus tradicionais importadores, principalmente São Paulo. No caso do algodão, a produção nordestina experimentou nova fase expansiva em meados da década dos trinta, como consequência da retomada das exportações brasileiras do produto. Contudo, isto se faria num contexto de progressiva perda de participação na produção nacional do algodão, uma vez que, neste caso, não foram adotadas medidas coercitivas para preservar a posição nordestina, em grande parte devido a que, ao contrário do que ocorria com o açúcar, o mercado global do produto (interno e externo) estava absorvendo quantidades crescentes do mesmo. Assim, a cotonicultura da Região pôde expandir-se na década de 1930, apesar de seu ritmo inferior ao observado em São Paulo, de forma que, em 1940, embora o Nordeste produzisse 392 mil toneladas de algodão (contra menos de 210 mil em 1920), sua participação na produção total do País havia caído para apenas 30,5%, (vinte anos antes era de 63,4%). Quanto aos outros produtos de exportação do Nordeste - cacau, fumo, couros e peles - todos experimentariam os efeitos da tendência baixista dos preços do mercado internacional durante a década dos trinta, que fez com que o valor total das vendas destes produtos caísse acentuadamente no período. Em compensação, enquanto a grande lavoura de exportação mantinha-se estagnada no Nordeste, com a única exceção da cultura do algodão - que, por sinal, era um produto relativamente "democrático" face aos outros, sendo cultivado por pequenos, médios e grandes produtores - a agricultura de subsistência ganhava novo fôlego, alimentada pela depressão da primeira. Observou-se, pois, o movimento inverso entre o setor de mercado externo e setor de mercado interno, que Caio Prado Júnior analisa em repetidas oportunidades, tratando dos dilemas da agropecuária nacional. [19] Como consequência, aumentou a participação da Região na produção brasileira de al

---

[19] *Na realidade, no caso específico do Nordeste naquele período, o "setor externo", isto é, a "grande lavoura de exportação" já orientava sua produção, como no caso clássico do açúcar, para o mercado nacional extra-regional.*

QUADRO 3.5.34

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

REGIÃO NORDESTE

1919-1939

(continua)

PRODUTOS	1919					
	TONELADAS			PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO PAÍS (%)		
	PE	BA	NE	PE	BA	NE
Alimentos Básicos						
Arroz	979	12 747	66 272	0,1	1,5	8,0
Feijão	17 649	45 770	113 775	2,4	6,3	15,7
Mandioca	274 790	498 478	1 339 731	9,5	17,2	46,2
Milho	106 702	144 518	402 834	2,1	2,9	8,1
Indústria Rural						
Açúcar	50 125	23 949	209 384	11,0	5,3	46,0
Aguardente	(2) 88 297	(2) 43 512	(2) 362 064	6,4	3,1	26,1
Farinha de Mandioca (1)	63 515	112 934	309 739	9,7	17,2	47,1
Produtos de Exportação e Matérias Primas industriais						
Algodão	61 978	15 910	210 613	18,6	4,8	63,4
Cacau	79	59 377	59 664	0,1	88,8	89,2
Café	15 266	25 329	47 626	1,9	3,2	6,0
Fumo	2 278	28 758	36 206	3,1	39,0	49,2

(conclusão)

PRODUTOS	1939					
	TONELADAS			PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO PAÍS (%)		
	PE	BA	NE	PE	BA	NE
Alimentos Básicos						
Arroz	579	11 475	200 955	0	1,0	16,8
Feijão	50 701	48 935	205 585	7,4	7,2	30,2
Mandioca	683 806	1 148 210	3 340 030	10,9	18,2	53,0
Milho	96 329	70 930	483 748	1,8	1,3	9,0
Indústria Rural						
Açúcar	67 643	7 907	131 198	28,3	3,3	54,7
Aguardente	(2) 38 606	(2) 36 725	(2) 181 032	16,1	4,0	18,8
Farinha de Mandioca (1).	137 940	238 278	675 136	13,8	23,6	67,4
Produtos de Exportação e Matérias Primas Industriais						
Algodão	63 134	10 299	392 061	4,9	8,0	30,5
Cacau	24	103 269	103 303	0,0	95,6	95,6
Café	25 843	23 407	55 243	2,2	1,9	4,6
Fumo	(3) 403	(3) 18 989	(3) 21 354	(3) 0,8	(3) 36,2	(3) 40,7

Fontes: Recenseamento do Brasil, Volume III (2ª parte). Agricultura. Rio de Janeiro, Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1924 p. 4 a 10.
Recenseamento Geral do Brasil (1940) Volume III. Rio de Janeiro, IBGE, 1950 p. 66 a 77.

Notas: (1) Especial alguns. Em 1940 a produção de alguns de Pernambuco foi de 9 987 t. (1,4% de produção nacional; da Bahia foi de 10 361 t (2,5%) e do total do Nordeste foi de 49 323 t (6,8%).
(2) Em hectolitros
(3) Somente fumo em folha.

QUADRO 3.5.35

EVOLUÇÃO DA CRIAÇÃO DE GADO

REGIÃO NORDESTE

1912-1938

REBANHOS	1912		1916		1920		1938	
	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS	NÚMERO (milhares)	% DO PAÍS
Bovinos	8 301	27,0	7 191	24,8	7 365	21,5	8 136	20,3
Eqüinos	2 395	32,9	1 949	32,1	1 203	22,9	1 790	28,9
Asininos e Muares	1 339	41,8	1 227	38,1	690	36,5	1 986	49,5
Suínos	4 195	22,8	2 856	16,5	1 842	11,4	3 656	16,3
Caprinos	8 807	87,6	5 715	82,6	4 342	85,4	4 802	83,5
Ovinos	5 798	55,0	3 586	49,8	2 757	34,7	3 514	33,1

Fontes: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939-40, p.1315-138.

guns produtos alimentares básicos (arroz, feijão, mandioca e milho), reduzindo o "gap" entre a produção per cápita do Nordeste e das outras áreas do Brasil.

Com a perda dos mercados externos do algodão e do açúcar durante a década de vinte, a estagnação da agroindústria açucareira e a queda brutal do valor das exportações regionais de cacau, fumo, couros e peles durante o decênio seguinte, quando a expansão da colocação de algodão no mercado externo não foi suficiente para contrarrestar a tendência geral à estagnação e declínio da "grande lavoura", agravaram-se as condições de vida da população nordestina. De fato, a redução das oportunidades de emprego nas grandes fazendas; a manutenção de opressivas relações de produção, onde o trabalho assalariado se misturava com o pequeno arrendamento e a exploração comercial, gerando um contexto dentro do qual era difícil a distinção entre trabalho "livre" e servil; a lenta desagregação da indústria rural, diante de concorrência da grande indústria urbana; a pressão demográfica, numa região onde as condições edafo-climáticas são, em sua maior parte, desfavoráveis à agropecuária, e a estrutura da propriedade da terra se encontrava extremamente concentrada nas mãos de uma oligarquia violenta de"coronéis" que uniam a enxada, a pistola e o voto; tudo isso contribuiu para a gestação de um intenso movimento migratório, que fez desaguar seus fluxos sobre as outras regiões do País, onde a opressão era menor. Deste modo, entre 1920 e 1940 o Nordeste perdeu um contingente de aproximadamente 335 mil pessoas, que emigraram para outras áreas do Brasil.

Indubitavelmente, estas transformações da economia agrícola do Nordeste durante a República Velha repercutiram profundamente no processo de industrialização regional, a exemplo do que ocorria nas outras regiões do Brasil, dentro de uma dinâmica em que a "revolução agrícola" propiciada pela reformulação das relações de produção induzia à instalação da indústria ligeira. Neste contexto, a indústria nasce vinculada a

uma região definida, que constitui seu "hinterland" e que delineia seu perfil estrutural e seu ritmo de crescimento, como demonstraram sobejamente Paul Singer e Wilson Cano, entre outros autores que trataram a questão da gênese da indústria no Brasil.

Quando ocorreu a Proclamação da República, o Nordeste já havia perdido sua primazia industrial, precocemente conquistada em meados do século XIX, em pleno período escravista. O exemplo deste acontecimento era a indústria têxtil regional. Com efeito, uma das primeiras unidades da grande indústria fabril a se instalar no País, a fábrica de fiação e tecelagem de algodão de Todos os Santos foi fundada na Bahia, ainda na década de 1840. Vinte anos depois, a Exposição de 1867 revelou a presença de 9 fábricas de tecidos de algodão no Brasil, sendo que 5 delas estavam localizadas na Bahia e uma em Alagoas. Contudo, em 1885, dos 48 estabelecimentos registrados, apenas 14 estavam no Nordeste (12 na Bahia), e os 33 restantes estavam distribuídos entre o Rio de Janeiro (incluindo o Distrito Federal, que contavam, em conjunto, com 11 estabelecimentos), São Paulo (9 unidades) e Minas Gerais (13 fábricas). "O crescimento mais acelerado das fábricas de algodão no centro-sul do país, e especialmente, dentro e nos arredores da cidade do Rio de Janeiro refletia a crescente importância política e econômica dessa região após 1850". [67] Inversamente, a perda relativa do Nordeste revelava a sua menor importância, derivada do estancamento da agroindústria açucareira, ainda em seu estágio manufatureiro, caracterizado pela presença exclusiva dos engenhos bangüezeiros, e dos altos e baixos das exportações do algodão, num contexto onde o café - principal produto da grande lavoura do centro-sul - conhecia uma expansão sistemática e notável. Com a Abolição e a República, o Nordeste engajou-se no movimento geral de modernização da economia nacional, com o início da fase das usinas, em substituição aos engenhos centrais, e o primeiro

---

[67] SILIN, Stanley J. *Op. cit.* nota , p. 36.

grande surto industrial da Região, ocorrido na primeira meta de da década de 1890, no mesmo período em que o País passava pela experiência do Encilhamento. O protecionismo do primeiro governo republicano e a sua política monetária expansionista favoreceram a instalação de grande número de estabelecimentos fabris no Nordeste, e particularmente em Recife, onde a onda da modernização da atividade açucareira era muito intensa. Também o aparecimento das modernas usinas de açúcar, principalmente em Pernambuco, repercutiu na industrialização da Região, em especial de Recife, centro urbano destinado a polarizar extensa área do Nordeste, que passaria a funcionar como seu "hinterland", condicionando a sua dinâmica industrial. "A industrialização do açúcar contribuiu para o aparecimento de indústrias em Recife ao:

a) criar mercado para certos bens de produção, como cal, sacaria, veículos, etc.;

b) ampliar o mercado de bens de consumo, ao provocar mudanças profundas nas relações de produção na zona rural, com a consequente expansão da economia de mercado em detrimento do Setor de Subsistência, e

c) expulsar do campo levas de trabalhadores que iriam constituir, em Recife, verdadeiro Exército Industrial de Reserva"[65]

Como resultado, grande número de estabelecimentos industriais foram instalados no Nordeste, particularmente em Recife, em fins do século passado. Deste modo, somente em Pernambuco foram fundadas 5 fábricas de tecido, sendo que 3 em Recife. De acordo com o Censo de 1940, cerca de 113 dos 1854 estabelecimentos industriais existentes em Pernambuco neste ano tinham sido fundados antes de 1900, a maioria dos quais, certamente, entre 1890 e 1900. Estes empregam respondiam, então, por 37,6% de to

---

[65] SINGER, Paul. Op. cit. nota 65, p. 307-308.

do o capital investido no setor industrial pernambucano até 1940, o que dá uma idéia da importância do período imediatamente anterior a 1900 para a formação da indústria de Pernambuco, pois muitas das empresas que foram instaladas nesta fase ainda existiam mais de quarenta anos depois, e tinham mesmo aumentado substancialmente suas dimensões, pois sua participação no capital total da indústria do Estado era 6 vezes superior à sua contribuição numérica, o que denuncia seu superior grau de concentração, uma vez decorrido tanto tempo. Também o setor comercial e bancário expandiu-se no último decênio do século passado, na onda de desenvolvimento e modernização que experimentava a economia nordestina, particularmente a pernambucana. Assim, em Recife - a principal cidade que sofreu o impacto das transformações do período - foram fundados 4 bancos e uma caixa econômica entre 1889 e 1893, os quais, somados aos 4 existentes no último ano do período imperial, significava a presença de 8 estabelecimentos financeiros em 1893, um número significativo para uma cidade como Recife.[13]

Na segunda metade da década de 1890, a crise do mercado externo e a manutenção de uma política contracionista inibiram o prosseguimento da industrialização. No caso do Nordeste, além destes fatores, o debacle das exportações do açúcar nos primeiros anos do Século XX e a consequente interrupção da instalação das modernas usinas, em substituição aos bangües, fizeram com que arrefecesse sensivelmente a fundação de novas unidades industriais. Em consequência, a produção nordestina teve de reorientar-se, em grande medida, para o mercado nacional, cujo dinamismo era, seguramente, menor do que o internacional. De mais a mais, começaram a aparecer os obstáculos que o caráter da modernização do setor agropecuário regional impunha à industrialização. Assim, a "revolução agrícola" pro

---

[13] *Na realidade, vários destes estabelecimentos encerraram suas atividades a partir do fim do Encilhamento e a adoção, pelo governo republicano, de uma política deflacionista. Assim, em 1895 parece que só existiam 6 estabelecimentos financeiros em Recife, dois a menos do que o número observado dois anos antes.*

movida pelo surgimento das usinas de açúcar provocou, segundo Paul Singer, um aumento da regressividade da repartição da renda e a redução do número de empregos por saca de açúcar produzido, criando um excedente de mão-de-obra que, apesar de servir como condição favorável ao surgimento da grande indústria urbana, atuava comprimindo os salários para baixo e reduzindo o mercado interno para essa mesma indústria. Ademais, a "modernização" dos outros setores da atividade agropecuária regional manteve-se ainda mais restrita, conservando relações de produção arcaicas, um alto grau de concentração da propriedade da terra e o domínio completo dos "coronéis", isto é, da classe latifundiária nordestina. Como afirma Wilson Cano:"parece-me claro que, pelo menos até a primeira década do século vinte, o complexo nordestino não conseguiria superar sua conformação estrutural, que se reflete basicamente no problema do excedente e no problema do mercado. Com efeito, a rígida estrutura da propriedade, tornando a oferta de terra, praticamente inelástica, faz com que o regime de salários se torne de fato, de "fachada". Com isto, as mudanças nas relações de produção pouco se alteram qualitativamente, perpetuando, portanto, a baixa eficiência, a baixa produtividade e os reduzidíssimos salários, rigidificando-se, assim, não somente a estrutura, mas também a própria dinâmica da demanda de bens de consumo simples, de bens de luxo e, principalmente, de bens de produção".[67] Com isso, restringiu-se o mercado rural para a produção industrial urbana e inibiu-se o progresso técnico. A produtividade do trabalho continuou baixa e os métodos de produção primitivos, tolhendo-se a expansão da divisão social do trabalho, com a indústria rural resistindo, pelo menos parcialmente, à concorrência da grande indústria mecanizada. Embora em grau menor do que ocorria no Norte, a força de trabalho viu-se prostrada, e a iniciativa das massas tolhida, de modo que o progresso econômico fêz-se de forma lenta e dolorosa, com a industrialização andando a passo de tartaruga. Não é à toa, pois, que se [illegible]

---

[67] CANO, Wilson. Op. cit. [illegible] p. 97.

um movimento de fuga da população nordestina em busca de melhores condições de vida e trabalho em outras áreas do País, o que, simultaneamente, significa uma condenação histórica das condições sócio-econômicas locais e uma perda adicional para a economia da Região, que via reduzir-se seu mercado interno e perdia seu elemento de sustentação vital: a força de trabalho.

Apesar disto, em 1907 o Nordeste possuía um setor industrial com alguma importância dentro do cenário nacional, com Pernambuco e Bahia destacando-se como suas unidades mais industrializadas, possuindo, conjuntamente, cerca de 19% estabelecimentos industriais, com um capital de 87 mil contos de réis, uma força de trabalho de 22 mil operários e uma produção de 80 mil contos, representando 5,8% do total do País. Pernambuco despontava então em 5º lugar dentro do setor industrial brasileiro, possuindo a indústria mais concentrada, em termos de capital e produção por estabelecimentos, enquanto a Bahia possuía o maior número de operários por fábrica em todo o Brasil. Em conjunto, o complexo nordestino tinha uma indústria cujo valor da produção era próximo ao de São Paulo, e o seu setor têxtil, em especial, produzia aproximadamente 80%, em termos de valor, da indústria paulista correspondente. Contudo, como salienta Wilson Cano, "descontado o valor da produção da agroindústria açucareira, a relação nordeste/São Paulo se reduziria a pouco mais de 65%, e se deduzindo também o fumo, essa cifra cai para menos de 56%".[58] Por outro lado, no caso da indústria têxtil, esta tinha uma escala menor do que a paulista, estando mais dispersa e possuindo tecnologia mais primitiva devido à sua antiguidade. Além disso, "a estrutura da demanda regional certamente teria condicionado a estrutura de sua oferta, calcada basicamente em tecidos grosseiros, de baixa produtividade econômica". Desse modo, fora o setor têxtil,

---

[58] CANO, Wilson, *Op. cit.* nota , p. 93.

[59] *Ibid.*

com fábricas menores e mais atrasadas, a indústria nordestina apresentava, em 1907, um perfil onde se destacavam os ramos ligados à agricultura, como no caso clássico das usinas açucareiras: a Região possuía, neste ano, 134 estabelecimentos (dos 199 existentes no País), com um capital de 38,9 mil contos de réis (52,5% do Brasil), empregando 9.231 trabalhadores (70,3% do total ocupado com a grande indústria açucareira do País) e produzindo 48 mil contos de réis (71,2% do valor da produção brasileira do setor). Somente Pernambuco, o principal Estado da União quanto à agroindústria açucareira, possuía 46 usinas, que eram responsáveis pelo emprego de 4.887 trabalhadorese contribuíam com 41,5% do valor da produção brasileira do setor.

A Primeira Guerra Mundial deu novo fôlego à indústria nordestina, a exemplo do que ocorreu no restante do País, apenas com a especificidade de que, no caso do Nordeste, este beneficiou-se do novo "boom" nas exportações de açúcar, o que permitiu uma extraordinária expansão da sua agroindústria açucareira. Assim, as exportações do produto, que haviam descido a um nível médio anual de apenas 61 mil libras-ouro durante o biênio 1912-1913, correspondendo a seu ponto mínimo, saltaram para 373 mil libras em 1914, 756 mil em 1915 e atingiram seu ponto máximo de 5.459 mil libras em 1918, quando foram colocadas no mercado internacional quase 116 mil toneladas de açúcar brasileiro. Depois deste ano, o valor das vendas do produto no mercado externo foi caindo ano a ano, mas ainda se manteve elevado até 1923, de modo que em 1924 já se observou uma queda brusca. Como consequência do dinamismo das exportações de açúcar durante o período bélico, aumentou a participação de alguns Estados nordestinos produtores de açúcar, como Pernambuco, no valor da produção industrial do Brasil. Também a Bahia viu-se favorecida, em parte devido ao grande crescimento de sua produção de tecidos, aproveitando-se a capacidade ociosa de suas fábricas, muitas das quais eram então, bem antigas. Em resumo, em 1919 estes dois Estados possuíam 993 esta-

belecimentos industriais, com um capital de 140 mil contos, uma força de trabalho de 30.545 operários (11,1% do total da indústria brasileira), e uma produção de 208 mil contos, [44] o que representava 7,0% do total da produção industrial do País, uma participação superior à observada em 1907, que foi de 5,6%.

O encerramento do período bélico e o retorno à normalidade das transações internacionais do Brasil, como se viu anteriormente, trouxeram grandes transtornos à economia nordestina. A produção de algodão e açúcar teve de reorientar-se, uma vez mais, para o mercado doméstico, enquanto que as exportações regionais de cacau, fumo e couros e peles caíram drasticamente, pelo menos na primeira metade da década dos vinte. Deste modo, um dos setores dinâmicos da indústria do Nordeste - o açúcar - perdeu dinamismo, comprometendo o desenvolvimento ulterior da Região. Isto porque, além do grande peso da agroindústria açucareira do setor industrial do Nordeste (29,4% do valor da produção da indústria regional era devido às usinas de açúcar, em 1919), este ramo atuava como verdadeiro carro-chefe do processo de industrialização regional, seja devido aos impactos da penetração das usinas no setor agropecuário nordestino, o que implicava num aprofundamento da concentração fundiária, proletarização de grande número de semi-camponeses e sua expulsão do campo, aceleração da eliminação da pequena indústria rural de bases artesanais, expansão da divisão social do trabalho e aumento da demanda de meios de produção, seja em razão de seus efeitos sobre a indústria urbana de meios de consumo, incentivada pela expansão da economia de mercado. Este papel decisivo da indústria açucareira derivava dos

---

[44] *Destes 993 estabelecimentos industriais, 74 eram usinas de açúcar, que possuíam um capital de 97 mil contos (69,3% do total do capital industrial dos dois Estados), ocupando 8.401 trabalhadores (27,5% do operariado) e produzindo 97 mil contos (46,6% do valor da produção industrial dos dois Estados).*

próprios limites estruturais à industrialização, impostos pelo alto grau de concentração da propriedade da terra, ausência de um campesinato próspero, domínio da aristocracia latifundiária e baixo nível de vida e dos salários da massa fundamental da população do campo. Assim, quando o setor açucareiro do Nordeste entrou em estagnação relativa, como consequência do sua própria incapacidade orgânica de concorrer nos mercados internacionais, o processo de industrialização nordestino perdeu fôlego, tornando-se incapaz de acompanhar o ritmo de expansão do conjunto da indústria nacional, especialmente da paulista. Em consequência, pioraram ainda mais as condições de vida da população trabalhadora do Nordeste que se, por um lado, era obrigada a abandonar o meio rural, não encontrava emprego, mesmo com os baixíssimos salários prevalecentes, nos centros urbanos regionais. O excesso estrutural de força de trabalho, já existente em períodos anteriores, ganhou maiores dimensões, com a "inchação" das cidades da Zona da Mata com um grande contingente de subempregados e mendigos miseráveis, e o encorpamento do caldal migratório.

A fraqueza congênita da indústria nordestina, cujo desenvolvimento se encontrava condicionado pelas disfuncionalidades da estrutura agrária regional, foi posta a nú com o deslanche da crise de 1929 . Com efeito, a queda das exportações dos produtos do Nordeste e a expansão da indústria açucareira em São Paulo levaram a economia regional à profunda depressão nos primeiros anos da década de trinta, depressão que prometia agravar-se, diante da promessa da perda do mercado nacional do açúcar, que seguramente seria dominado pela agroindústria paulista em futuro bem próximo. Ante tal perspectiva os coronéis nordestinos passaram a pressionar o governo da União, no sentido de resguardar a indústria açucareira do nordeste, e, desta forma, conservar sua fonte de riqueza e poderio político. "Os seus continuados apelos de socorro federal para a indústria do açúcar levaram finalmente à criação, atra-

nada por Vargas, do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) em 1933 ..." [1] Com a criação do IAA, estabeleceu-se um sistema de quotas, segundo o qual cada unidade da Federação poderia produzir determinada quantidade limitada de açúcar, independentemente da iniciativa privada no sentido de estabelecer novas unidades produtivas. Através deste mecanismo reservou-se generosa fatia do mercado nacional à indústria açucareira do Nordeste que pôde, então, conservar a sua posição hegemônica dentro do cenário nacional. Desta maneira, em 1939 ainda se localizavam, na Região, cerca de 227 das 345 usinas existentes no País, sendo que somente em Pernambuco estavam instaladas 69 estabelecimentos. Deste total de usinas existentes no Nordeste, 184 operaram na safra de 1938/1939, produzindo 481,9 mil toneladas, o que representava 63,2% da produção de açúcar de usina do Brasil. Apesar disso, contudo, o restante do setor industrial da Região não conseguiu manter sua posição anterior. De fato, o setor têxtil, que tivera certo destaque na indústria nacional em períodos de antanho, estava reduzido, em 1938, a 239 estabelecimentos (incluindo tecidos e seus artefatos, fiação e tecelagem, tinturaria, estamparia, etc), que respondiam por 12,8% do valor da produção brasileira do setor. Neste mesmo ano São Paulo produziu o correspondente a 4,7 vezes a produção nordestina de tecidos. Nos outros setores, a situação do Nordeste era bem pior, de modo que o Censo de 1940 indicaria que a indústria regional correspondia, em termos de valor da produção, a apenas 23,3% da indústria paulista, e com o agravante de não contar com setores dinâmicos que pudessem comandar seu crescimento. Na verdade, o Nordeste transformara-se em verdadeira "periferia" da indústria do Sudeste, vendo seus mercados invadidos pelos produtos paulistas que passaram a dominar, completamente, a produção regional.

---

[1] LEVINE, Robert. Op. cit. nota [illegible], p. 128.

QUADRO 3.5.1

SUBSÍDIOS À IMIGRAÇÃO PELO

GOVERNO CENTRAL E DE SÃO PAULO

1885-1913

ANO	SUBSÍDIOS (Em libras esterlinas)		
	GOVERNO CENTRAL (1)	GOVERNO DE SÃO PAULO (2)	TOTAL (3)
1885	80 430	28 343	108 774
1886	106 619	88 172	194 791
1887	251 734	299 447	551 181
1888	405 395	304 383	709 779
1889	703 153	17 541	720 694
1890	327 322	83 918	411 240
1891	1 224 275	37 382	1 281 657
1892	346 375	75 565	421 940
1893	301 319	180 554	481 874
1894	99 067	51 318	150 385
1895	339 878	301 398	641 276
1896	679 561	175 406	854 967
1897	30 887	190 619	221 506
1898	40 485	82 039	122 525
1899	7 942	70 607	78 549
1900	75 213	44 685	119 899
1901	203 601	213 326	416 927
1902	6 953	104 444	111 398
1903	6 465	11 882	18 347
1904	9 616	34 001	43 617
1905	12 863	210 056	222 920
1906	14 144	176 027	190 171
1907	90 363	105 180	195 543
1908	644 364	126 363	770 727
1909	1 000 350	164 787	1 165 137
1910	-	290 943	-
1911	-	240 512	-
1912	-	400 489	-
1913	-	441 129	-

Fonte: GRAHAM, Douglas H. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro 1880-1930. In: Estudos econômicos, São Paulo, 2(1):5, abril, 1972.

Notas: 1 - Governo Imperial até 1889 e Federal [illegible] então.

2 - Governo Provincial até 1889 e [illegible] então.

3 - Esta soma não significa a totalidade dos recursos gastos pelo aparelho de estado com a [illegible] imigração, pois não [illegible] os gastos de outras [illegible].

3.6. Expansão das forças produtivas não agrícolas no estágio inicial da industrialização (1889-1930)

Como foi visto anteriormente, a supressão do escravismo e o advento de novas relações de produção liberaram as forças produtivas, inaugurando nova fase da economia brasileira. A imigração estrangeira experimentou um notável movimento ascencional, fornecendo a força de trabalho necessária à expansão da agricultura de exportação, dentro da qual se destacava a lavoura cafeeira, que comandava o processo de acumulação de capital no País. Paralelamente, expandiu-se a economia camponesa e a agricultura de mercado interno, calcada na pequena produção mercantil e na grande economia latifundiária. Sob o impulso do desenvolvimento da agricultura de exportação, que irradiava seus efeitos sobre o restante da economia, gerou-se um dinâmico complexo econômico, que culminaria nos primeiros esboços de um processo de industrialização, essencialmente calcado na expansão agrícola. Finalmente, deslanchara-se o processo de aprofundamento da divisão social do trabalho, com a crescente liquidação da indústria doméstica rural e do artesanato independente, com a separação da indústria da agricultura e a progressiva supressão do caráter autárcito da unidade de produção agrícola. Estavam postas, pois, as condições indispensáveis ao florescimento do modo de produção capitalista.

a) Desenvolvimento do sistema de transportes

Dentro deste contexto, um dos mecanismos essenciais era a desenvolução do sistema de transportes, basicamente calcado nas estradas de ferro e nos portos. Isto porque o "modelo" de desenvolvimento resultante, tradicionalmente denominado por "modelo

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

prim ário-exportador" - embora nessa expressão falte o qualificativo "capitalista" -, tinha a sua lógica assentada na dualidade "exportação de alimentos e matérias primas industriais - importação de manufaturados e de capitais", o que implicava a presença de um eficiente sistema de transportes que permitisse a veiculação desses fluxos opostos mais complementares de comércio.[1]

---

1 Ver:

CANO, Wilson. A expansão ferroviária em São Paulo. In: ___ Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo e Rio de Janeiro, DIFEL, 197". p.30-3

ALMEIDA, Júlio Gores de.(org.) Construção, café e o início da indústria no Brasil. In: ___ Estudos sobre a construção pesada no Brasil. Rio de Janeiro, [illegible], 1983. p.2-11

SAES, Flávio Azevedo Marques de. As ferrovias de São Paulo 1870-1940. São Paulo, HUCITEC/[illegible], 19[illegible]. 198p

SILVA, Sérgio. Estradas de ferro. In: ___. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. p. 56-60

VILLELA, Annibal Villanova, e SUZIGAN, Wilson. Transportes. In: ___. Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA / INPES, 1975. p. 369-396.

Assim, em 1885, um ano antes de se iniciar o primeiro "boom" cafeeiro já baseado no trabalho assalariado, o Brasil possuía uma rede ferroviária de 6.930 Km de extensão, resultante de trinta e um anos de construções ferroviárias, depois que foi inaugurado o primeiro trecho de 14,5 Km da primeira seção da Estrada de Mauá. Trinta e um anos depois, em 1916, o País caminhava sobre 27.014 Km de ferrovias, o que significa um ritmo de construções de quase três vezes superior num igual período de tempo. Este ritmo resultou do dinamismo de nova ordem econômica inaugurada com o capitalismo, num "modelo" de crescimento em que o transporte ferroviário era uma das peças-chave.

Na realidade, como se verificou mais atrás, a expansão ferroviária foi um dos elementos do processo de dissolução das condições de existência do regime escravista, de modo que ela antecedeu, em muito, o dia da Abolição. Contudo, inquestionavelmente, a mudança das relações de produção propiciou a continuidade do desenvolvimento da cafeicultura, que seria uma das causas do próprio prosseguimento da expansão das ferrovias brasileiras, na medida em que garantiu-lhes os recursos necessários à sua implantação e a rentabilidade indispensável à sua continuidade.

Em 1885, como se disse, existiam no Brasil cerca de 6 930 Km de estradas de ferro, e se instalavam novos trilhos a uma média de uns 750 Km por ano. Este processo de expansão se fazia ao abrigo das Leis Imperiais de números 641/52 e 2.450/73, que concederam diversos favores às companhias ferroviárias, tais como garantia mínima de remuneração do capital investido, privilégio de zona e isenção de impostos para a importação de equipamentos. Esta legislação era complementada por leis provinciais correspondentes, e pela garantia de remessa de lucro das empresas estrangeiras à taxa oficial de paridade. Com o novo ciclo de expansão da produção cafeeira em 1866, continuou-se a construção de novas estradas de ferro no País,

assim como a ampliação das já existentes, obedecendo a um ritmo extremamente elevado. No biênio 1889-1890, com o advento da República, as complicações políticas, financeiras e administrativas decorrentes da instalação do novo regime fizeram com que o assentamento de novos caminhos-de-ferro sofresse solução de continuidade, de modo que a colocação de trilhos, que havia atingido os 921 Km em 1888, caiu para apenas 326 Km por ano durante este período. No entanto, logo o ritmo de expansão da malha ferroviária seria retomado e, apesar de algumas flutuações na instalação de novos trilhos [2], durante o período que antecedeu o Fundig Loan, negociado em 1898, foram assentados uns 618 Km por ano.

Com a crise cafeeira de 1896, caiu a rentabilidade da atividade ferroviária, que tinha no café a sua principal razão de existência, com o aumento das despesas das Estradas de Ferro, obrigadas a importar equipamentos numa conjuntura de depreciação de câmbio. Na realidade, a crise pôs a nú as deficiências estruturais do sistema ferroviário brasileiro, orientado para a exportação de alimentos e matérias primas para a indústria dos países centrais. Assim, em primeiro lugar, ficou claro a grande dependência da rede de ferrovias em relação à cafeicultura, atividade eivada de altos e baixos periódicos. Com efeito, as ferrovias que se haviam instalado nas regiões mais prósperas, em termos da lavoura cafeeira, mostraram-se altamente rentáveis, como no caso das estradas de ferro de São Paulo, que participavam da onda expansiva da cafeicultura. Em contraposição, as ferrovias vinculadas às zonas onde a atividade cafeeira entrava em sua fase de decadência, como no caso do Vale do Paraíba, não conseguiam auferir os lucros mínimos estipulados pelos contratos de garantia de juros, dando, em muitos casos, prejuízos.

---

[2] *Em 1893, talvez devido à rebelião do Rio Grande do Sul, com o apoio da armada, arrefeceu a construção ferroviária, com a colocação de apenas 169 Km de trilhos.*

O mesmo ocorria, só que de forma mais grave, com as estradas de ferro que serviam a regiões não-cafeeiras, como as de Pernambuco, dependentes da atividade açucareira. Nestes casos, as ferrovias revelavam uma tendência francamente deficitária, manifestação do pouco dinamismo das outras atividades de exportação, fora do café[3], e da insuficiência da "agricultura de mercado interno", pelo menos nas regiões de predominância latifundiária, para sustentar um parque ferroviário moderno. Em segundo lugar, evidenciou-se a contradição de interesses entre as companhias ferroviárias e a agricultura de exportação em geral, e os fazendeiros de café, em particular. De fato, "a partir da década dos 90, a violenta queda da taxa cambial, o processo inflacionário desde os primeiros anos da República, repercutem intensamente sobre as ferrovias, ao mesmo tempo em que se tornam mais vulneráveis ao caráter cíclico do mercado cafeeiro. Estabelece-se, deste modo, nos anos 90, nítida contradição entre os interesses dos produtores de café, que se favoreciam com o aumento do preço do produto no mercado interno, provocado pela desvalorização da moeda, e os interesses das empresas ferroviárias, pesadamente oneradas pelo maior custo do material importado, indispensável à sua atividade, pelo serviço de dívida no exterior, com a elevação dos salários sob a pressão inflacionária"[4]. Em terceiro lugar, o sistema orientador das ferrovias brasileiras, constituindo verdadeiros "corredores de exportação", mostrou-se portador de um desequilíbrio crônico entre as receitas obtidas com o transporte de mercadorias do interior do País para os portos de exportação e as receitas advindas do transporte inverso. Ou seja: a orientação exportadora-importadora do sistema gerava um desequilíbrio, na medida em que os produtos importados que atingiam as zonas de exporta

---

[3] *A borracha - o outro produto de exportação de grande dinamismo do País - não necessitava do sistema ferroviário, por contar com uma rede de canais fluviais naturais mais do que suficiente para o escoamento de sua produção.*

[4] CANABRAVA, Alice Piffer. Prefácio. In: AZEVEDO MARQUES DE SAES, Flávio. Op. cit. nota 1 , p. 9.

ção, no interior, não proporcionavam o frete equivalente ao conseguido através do movimento inverso, criando uma ociosidade forçada nos equipamentos ferroviários, dimensionados, a princípio, para escoar a produção das regiões de exportação. Em quarto lugar, o próprio regime de garantia de juros revelou-se, pelo menos parcialmente, gerador de ineficiência. Com efeito, inicialmente, como a garantia estendia-se sobre o custo total da construção, quanto maior fosse este, maiores seriam os juros obtidos, junto ao governo, na hipóteses de negócio não mostrar, de per si, a rentabilidade mínima estipulada nos contratos. Assim, havia, por parte dos construtores dos caminhos de ferro, total despreocupação em relação aos custos efetivos de implantação das ferrovias, pois a própria ineficiência neste mister era recompensada devidamente. Este problema foi parcialmente contornado a partir de 1878, quando a garantia passou a basear-se nas estimativas de custo previamente examinadas e aprovadas. Contudo, persistiu o outro aspecto da questão - as estradas de ferro poderiam ser construídas em regiões onde as condições de mercado não mostravam ser vantajosas, pois mesmo assim, do ponto de vista privado, o investimento seria rentável, dada a garantia governamental. Finalmente, à medida que a rede ferroviária crescia e se interligava, começava a aparecer o problema da completa falta de planejamento deste setor estratégico, pois, deixado inteiramente à livre iniciativa, não havia qualquer integração compreensiva do sistema que, além disso, contava com o grave problema da diversidade das bitolas. Como resultado de todos estes problemas, grande parte das ferrovias manifestou-se deficitária desde o início, onerando os cofres públicos, chamados a remunerar convenientemente os capitais nelas investidos.

Em 1898, em plena crise cafeeira, o governo do Brasil negociava o Funding Loan, consolidando sua dívida externa e conseguindo certo desafogo nos seus compromissos assumidos frente à comunidade financeira internacional. No bojo das negociações que foram encetadas, foi imposta uma política de

corte do gasto público, restrição creditícia e valorização cambial, que seriam colocadas em prática pelo governo de Campos Sales, empossado em 15 de novembro do mesmo ano. As novas condições da política econômica, vieram então sobrepor-se à difícil situação da economia nacional, abalada pela crise brasileira, contribuindo para a queda do ritmo de instalação de novos trilhos. Assim, entre 1899 e 1902 seriam colocados apenas 254 Km por ano de novos trilhos, o que representa apenas 40% do total anualmente colocado no período anterior. Além do arrefecimento do ritmo de construções ferroviárias, um outro fato importante deste período foi a encampação de algumas estradas de ferro pelo governo federal, com recursos de um empréstimo externo de 16 milhões de libras obtido em 1901, com esta finalidade. Na verdade, esta medida havia sido negociada ainda em 1898, dentro das imposições do Funding e representou, segundo comentaristas da época, um rude golpe adicional nas finanças públicas, uma vez que muitas ferrovias estavam com seus prazos de monopólio praticamente terminados, e as despesas com o novo empréstimo praticamente se equivaliam às necessárias para cobrir a garantia de juros concedida às ferrovias.

Com a nova política recessionista levada a efeito sob o controle dos banqueiros internacionais, que haviam negociado o Funding Loan de 1898 com o governo brasileiro, e devido à redução temporária dos compromissos financeiros do País, também resultante do funding, melhoraram sensivelmente as condições das finanças públicas durante o Governo de Campos Sales, assim como criou-se uma folga no Balanço de Pagamentos do País. Sob estas premissas, o novo governo de Rodrigues Alves, empossado em fins de 1902, pôde dar início a um grande programa de obras públicas, dentro do "Reerguimento Econômico", iniciado em 1903, e que se prolongaria até 1914. Obtendo vultosos recursos externos, o governo realizou pesados investimentos no setor ferroviário, que expandiu-se aceleradamente. Assim, em 1903 foi conseguido um empréstimo externo de 100 milhões de francos, para a construção da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá

QUADRO 3.6.1

DESENVOLVIMENTO DA REDE FERROVIÁRIA

BRASIL

1885-1934

ANOS	EXTENSÃO (Km)	ANOS	EXTENSÃO (Km)	ANOS	EXTENSÃO (Km)
1885	6 930,3	1903	16 009,9	1921	28 827,7
1886	7 586,7	1904	16 305,9	1922	29 341,2
1887	8 399,7	1905	16 780,8	1923	29 325,4
1888	9 320,9	1906	17 242,5	1924	30 305,7
1889	9 583,1	1907	17 605,2	1925	30 731,5
1890	9 973,1	1908	18 632,7	1926	31 332,8
1891	10 590,1	1909	19 241,0	1927	31 549,0
1892	11 315,9	1910	21 325,5	1928	31 851,2
1893	11 485,2	1911	22 286,9	1929	31 967,4
1894	12 260,4	1912	23 491,4	1930	32 478,0
1895	12 967,1	1913	24 614,0	1931	32 764,3
1896	13 576,7	1914	26 062,3	1932	32 972,7
1897	14 014,6	1915	26 647,0	1933	33 073,5
1898	14 664,3	1916	27 014,5	1934	33 106,4
1899	14 915,5	1917	27 452,7		
1900	15 316,4	1918	27 706,0		
1901	15 506,4	1919	28 127,3		
1902	15 680,4	1920	28 534,9		

Fonte: IBGE Anuário Estatístico do Brasil. Ano V. 1939-1940, p. 1336.

em 1910 obteve-se um montante igual (100 milhões de francos-ouro) para outra ferrovia, a Estrada de Ferro Goiás; dois anos depois, dois empréstimos - um de 2,4 milhões de libras e outro de 60 milhões de francos - foram conseguidos, desta vez para a instalação da Viação Cearense e da Viação Baiana. Mas para o novo "boom" ferroviário também contribuiu o plano de valorização do café, levado a cabo a partir de 1906, com o Convênio de Taubaté, que ensejou a recuperação da rentabilidade cafeeira, até o retorno da nova fase ascendente do ciclo do produto, trazendo benefícios indiretos para a rede de ferrovias. Como consequência dos maciços investimentos realizados no período, e da recuperação cafeeira, foram construídos 10.082 Km de estradas de ferro entre 1903 e 1914, o que significou um ritmo anual de construções de 840 Km de linhas.*

Mas o "Reerguimento Econômico" também teve grandes impactos na extremidade dos "corredores de exportação" representados pelas ferrovias brasileiras, ou seja, nos portos. Quando se iniciou o século XX, a situação portuária do País era extremamente precária, como consequência de um relativo descaso dos poderes públicos. Com efeito, os primeiros estudos para melhorar os portos brasileiros datam de 1851-52, quando se criaram as primeiras linhas regulares de navegação entre o Brasil e a Inglaterra, com base em navios a vapor. Com isto, e com o aumento posterior do movimento portuário, resultado da expansão exportadora, e da tonelagem média dos navios, consequência da revolução dos transportes devido à navegação à vapor, tornou-se necessário reformular o sistema portuário nacional, colocado entre dois extremos modernos: o sistema ferroviário em implantação, e a navegação mecanizada, pelo vapor. Sentindo, então, a necessidade da modernização dos portos brasileiros, o Governo Imperial baixou a Lei 1 746, de 13 de outubro de 1869,

---

* *A fase de auge da construção ferroviária no Brasil ocorreu no período 1903-1914, quando se assentaram 8 437 Km de trilhos, num ritmo anual de 1 202 Km.*

que criou um regime em que as obras portuárias seriam financiadas através da cobrança de uma tarifa adicional sobre o movimento comercial respectivo. Contudo, apesar das concessões realizadas, o sistema fracassou, obrigando o governo, através da Lei Orçamentária nº 3 314, de 16 de outubro de 1886, a conceder garantia de juros e de amortização aos capitais que se imobilizassem nas obras portuárias. Para financiar o dispositivo, foram criadas taxas especiais ad valorem sobre as exportações e importações. Com base nesta legislação, foram então realizadas obras em Santos e Manaus, cujos primeiros trechos de cais foram inaugurados em 1892 e 1903, respectivamente. Contudo, como se conclui, os efeitos dos incentivos concedidos pelas Leis 1 746 e 3 314 foram insuficientes para promover, a ritmo compatível com o crescimento do complexo exportador-importador do País, a adequação do sistema portuário brasileiro. Apenas dois portos, colocados na extremidade de dois núcleos exportadores fundamentais - do café paulista, no caso de Santos, e da borracha amazonense, no caso de Manaus - haviam sido redimensionados, pelo menos parcialmente, até inícios do século atual. Diante, pois, deste virtual "ponto de estrangulamento" dentro do "modelo primário exportador", e contando com renovada credibilidade no exterior e situação financeira interna equilibrada, o Governo Rodrigues Alves pôde desencadear um ambicioso projeto de reconstrução dos principais portos do País. Para tanto, a Lei Orçamentária nº 957 de 30 de dezembro de 1902, deu ao Governo a autorização necessária para a realização das operações de crédito previstas, abrindo o caminho para a realização do empréstimo externo de £ 8,5 milhões, negociado em 1903, para as obras do Porto do Rio de Janeiro. Depois deste primeiro empréstimo, outros foram realizados, procurando obter os recursos necessários para as obras de diversos outros portos. Assim, em 1909 foram conseguidos 40 milhões de francos-ouro para as obras do Porto de Recife; mais £ 4,5 milhões foram obtidos em 1911 para continuar a reforma do Porto do Rio; em 1913 foi realizado um outro empréstimo de £ 11,0 milhões, desta vez objetivando continuar as obras do Porto do Recife, interrompidas

por falta de recursos, e iniciar as obras dos Portos de Paranaguá e Corumbá [6] Em síntese, entre 1903 e 1914 foram contratados vultosos empréstimos externos, permitindo a remodelação de inúmeros portos brasileiros, o que resolveria, pelo menos em parte, o ponto de estrangulamento herdado do século anterior, permitindo conformar mais adequadamente o sistema de exportação-importação, vital dentro de um processo de desenvolvimento calcado na vinculação ao mercado internacional.

Mas a desenvolução do sistema de transportes do País em decorrência da "Recuperação Econômica" não ficaria restrito à expansão ferroviária e remodelação dos portos, se estendendo inclusive ao transporte de cabotagem, que se constituía no único sistema que realmente permitia a interligação das diferentes regiões brasileiras, cada uma das quais contando com um sistema ferroviário próprio (com a exceção da Região Norte, onde o papel fundamental cabia ao transporte fluvial). Deste modo, em 1910 a União contratou um empréstimo de £ 1,0 milhão, para a Companhia Lloyd Brasileiro. Neste ano, por sinal, existiam no País cerca de 196 embarcações das empresas nacionais de navegação fiscalizadas pelo governo federal, e que se dedicavam ao comércio interno e internacional, num deslocamento total de 184 mil toneladas. Quatro anos mais tarde, o número de navios já havia crescido para 255, com uma tonelagem de 223 mil. Ao todo, considerando-se o período 1903-1914, o número de entradas de embarcações nos portos brasileiros (comércio internacional e de cabotagem) saltara de 16 213 para 23 096 com a respectiva tonelagem crescendo de 11 422 mil para 23 804 mil no mesmo período. Dentro deste fluxo de embarcações, os navios nacionais predominavam amplamente em termos numéricos, mas perdiam na tonelagem bruta. Assim, enquanto as embarcações

---

Parte dos recursos deste empréstimo também foi destinado à construção da Estrada de Ferro B.H. Minas Railway.

QUADRO 3.6.2

OBRAS PORTUÁRIAS TERMINADAS

BRASIL

1892-1934

ANOS	PORTOS	REGIME DE EXPLORAÇÃO
1892	Santos	Concessão a particular
1903	Manaus	Concessão a particular
1908	Belém	Administração federal (autarquia)
1910	Rio de Janeiro	Administração federal (autarquia)
1914	Salvador	Concessão a particular
1918	Recife	Concessão ao Estado de Pernambuco
1919	Rio Grande	Concessão ao Estado do Rio Grande do Sul
1921	Porto Alegre	Concessão ao Estado do Rio Grande do Sul
1925	Ilhéus	Concessão a particular
1930	Niteroi	Concessão ao Estado do Rio de Janeiro
1932	Natal	Administração federal
1934	Angra dos Reis	Concessão ao Estado do Rio de Janeiro

Fonte: VILLELA, Annibal Villanova. SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira 1884-1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. p. 373.

brasileiros foram responsáveis por 76,3% do total de entradas efetuadas em 1903 e por 77,4% em 1914, a sua participação na tonelagem dos navios aportados era de apenas 39,2 e 37,7%, respectivamente.

Em 1913 ocorreu a crise internacional, repercutindo imediatamente no Brasil. Caíram os preços do café no mercado mundial, seguindo a queda dos preços da borracha, iniciada dois anos antes, e brotou um grande déficit na balança comercial do País. Contudo, continuou o afluxo de capital externo, o que permitiu cobrir o déficit e ainda o pagamento do serviço da dívida externa, aumentada extraordinariamente depois de 1903, com o "Reerguimento Econômico". Mas as nuvens escuras anunciavam a tempestade, e em 1914 a fuga de capitais externos, como conseqüência da proximidade da Guerra, levou o governo brasileiro a negociar novo Funding Loan, em setembro do mesmo ano. Já então havia estourado o conflito europeu. Com resultado da nova situação, cessaram, quase que inteiramente, a construção de novas estradas através da obtenção de empréstimos externos. Assim, somente em 1916 a União conseguiu 25 milhões de francos para a Estrada de Ferro de Goiás, não se verificando novos créditos com finalidade semelhante (desenvolvimento ferroviário) antes de 1922. No entanto, continuaram as obras iniciadas anteriormente, e o próprio governo teve de recorrer ao déficit público, através das emissões de papel moeda para bancar seus gastos durante o período bélico, dada a grande queda da sua receita, decorrente da redução do valor das importações. As conseqüências da nova situação sobre a expansão ferroviária foram profundas. O término quase que completo dos empréstimos externos e as dificuldades de caixa da União comprometeram a continuidade da colocação de novos trilhos. No mesmo sentido voltaram os constrangimentos quanto à importação de material ferroviário. Entretanto, os investimentos, apesar de reduzidos, não cessaram completamente. Deste modo, contra um ritmo anual de instalação de 1.200 km de novas linhas de estrada de ferro, durante o período 1903-1914, foram instalados apenas 412 km por ano [illegible]

QUADRO 3.6.3

EMBARCAÇÕES DAS EMPRESAS NACIONAIS DE NAVEGAÇÃO
FISCALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL
BRASIL
1908-1934

ANOS	EMBARCAÇÕES	TONELAGEM (Milhares)	ANOS	EMBARCAÇÕES	TONELAGEM (Milhares)
1908	141	128	1922	180	337
1909	156	145	1923	176	320
1910	196	184	1924	177	313
1911	171	177	1925	180	342
1912	213	202	1926	199	387
1913	245	219	1927	199	399
1914	235	223	1928	193	410
1915	230	203	1929	206	418
1916	213	196	1930	196	400
1917	239	260	1931	191	412
1918	202	254	1932	167	341
1919	188	235	1933	183	373
1920	239	258	1934	172	357
1921	189	339			

Fonte: IBGE Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939-40. p.1338.

QUADRO 3.6.4

MÉDIAS ANUAIS DE ENTRADAS DE EMBARCAÇÕES NOS PORTOS
(Navegação de longo curso e cabotagem)
BRASIL
1883/84-1939

PERÍODOS	EMBARCAÇÕES			TONELAGEM (milhares)		
	NACIONAIS	ESTRANGEIRAS	TOTAL	NACIONAIS	ESTRANGEIRAS	TOTAL
1883/84 (1) ...	...	...	7 601	...	...	4 404
1903/04	11 162	3 732	14 894	4 347	6 711	11 058
1908/09	14 288	4 628	18 916	6 078	10 337	16 415
1913/14	18 432	5 931	24 363	9 113	15 675	24 788
1918/19	18 770	3 445	22 215	9 158	7 577	16 735
1923/24	20 419	5 210	25 629	11 102	16 919	28 021
1928/29	23 830	7 104	30 934	16 120	24 269	40 389
1933/34	24 319	6 950	31 269	19 633	25 644	45 277

Fontes: I.B.G.E. Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939-40, p.1339-1340.

Notas: (1) Refere-se apenas ao ano fiscal 1883/84.

1915 e 1920. Este arrefecimento no processo de desenvolução ferroviária desenrolou-se paralelamente à queda das receitas operacionais do sistema, em razão do declínio das exportações de produtos agrícolas, evidenciando, mais uma vez, a deficiência estrutural da rede de caminhos de ferro do Brasil, cujo desempenho estava estreitamente vinculado à performance do complexo exportador-importador do País.

Também o transporte marítimo sofreu muito com o advento da Guerra, principalmente no âmbito da navegação de longo curso, de caráter internacional. Antes do conflito, o transporte internacional era executado essencialmente por navios estrangeiros, que responderam, no período 1910-1913, por 63,3% do total da tonelagem das embarcações que deixaram os portos brasileiros, incluindo aqueles que faziam a navegação de cabotagem. Mas o transporte por navios estrangeiros encontrava-se inteiramente monopolizado pelos ingleses e alemães, que responderam, em 1912, por 46,4% das toneladas carregadas sendo que os alemães, sozinhos, foram responsáveis por 13,3%. Assim, quando explodiu a Guerra, houve de imediato, uma grande redução do número e da tonelagem dos navios que faziam o transporte internacional das mercadorias exportadas e importadas pelo Brasil, como consequência do afastamento da marinha mercante alemã do Atlântico. Em seguida, o próprio tráfego sob bandeira inglesa de produtos oriundos ou destinados ao Brasil sofreu sérias restrições, não somente devido à ação dos submarinos, mas também em decorrência da retração geral das importações dos países europeus das mercadorias brasileiras e das necessidades da Inglaterra e das outras nações da Entende de concentrar sua frota mercante na rota essencial que tinha sua extremidade na América do Norte. Deste modo, as entradas de navios britânicos nos portos brasileiros caíram de 3 089 em 1913 para apenas 702 em 1917, com a redução da tonelagem correspondente de 9 867 mil para 2 215 mil, no mesmo período, enquanto que as entradas de embarcações alemãs, que chegaram a 1 352 em 1913, com um total de 4 255 mil toneladas, passaram a serem

mente em fins de 1914. Nem mesmo o aumento da entradas de navios norte-americanos (13 em 1913, com 40 mil toneladas, para 266 em 1917, com 661 mil toneladas) foi suficiente para compensar esse declínio, de modo que, ao todo, a entrada de navios estrangeiros caiu de 6 877 em 1913, num total de 18 826 mil toneladas, para apenas 2 757 em 1917, correspondendo a 5 522 mil toneladas. Também reduziram-se as entradas de navios brasileiros, que passaram a enfrentar dificuldades oriundas aos impedimentos de importação de motores e equipamentos e de combustíveis. Apesar disto, a navegação nacional pôde sustentar um ritmo relativamente alto de atividade, pois, apesar da queda da tonelagem das embarcações nacionais que entraram nos portos brasileiros depois de 1913, quando havia atingido as 10 344 mil toneladas, para 8 928 mil em 1914, a média no período 1915-1919 seria de 9 158 mil toneladas por ano, ou seja, um patamar inferior em somente 11,5% do seu ponto máximo de pico, alcançado em 1913. Na realidade, a frota nacional, depois de experimentar uma tendência declinante em sua tonelagem total, entre 1914 e 1916, quando esta baixou de 223 mil para 196 mil toneladas, voltou a se expandir, passando para 254 mil toneladas em 1918. A explicação do fenômeno parece residir na defasagem do processo de substituição de importações que se verificou no período: inicialmente, a dependência das importações de equipamentos, numa conjuntura onde as próprias necessidades de transporte parecem declinar, concomitantemente à redução real das possibilidades de importação, fazem com que a frota não seja capaz de repor suas unidades depreciadas. Posteriormente, quando a economia nacional já passou pela sua fase de adaptação às restrições da Guerra, a navegação nacional passa a ser mais exigida, em parte para ocupar o espaço deixado pelos navios de outras nações, ao mesmo tempo em que já se desenvolveu a produção artesanal de embarcações, e as oficinas de reparo dos motores desgastados. Este mecanismo é similar ao que se verificou no setor ferroviário, onde as oficinas de reparo tiveram de transformar-se em verdadeiras fábricas improvisadas de material rodante, com vistas a substituir a importação.

A Primeira Guerra Mundial, a exemplo do que ocorrera com a crise de fins do século passado, também serviu para desnudar os problemas estruturais do sistema de transportes do País. Desta feita tornou-se cristalina a alta vulnerabilidade do transporte marítimo de longo curso, quase que completamente em mãos de estrangeiros, o que o colocava sujeito à conjuntura política em que as nações industrializadas se envolviam, de forma que quaisquer perturbações refletiam no comércio brasileiro de exportação-importação, independentemente das condições de oferta e demanda dos produtos do País vinculados ao mercado internacional. A Guerra também pôs a nú, mais uma vez, a desarticulação do sistema ferroviário nacional, cristalizado em diferentes sistemas regionais quase estanques. Assim, com o conflito, as exigências do processo de substituição de importações esbarraram com a incapacidade do sistema brasileiro em articular o mercado nacional, sua condição de sucesso. A integração caiu então sobre a navegação de cabotagem, cujas embarcações também estavam sendo chamadas a substituir os navios estrangeiros na navegação de longo curso. Com consequência, houve uma escassez física efetiva de transportes durante o período bélico, tanto do ponto de vista das relações externas do Brasil, quanto do prisma de suas relações mercantis internas.

Depois da Primeira Guerra Mundial, alteraram-se profundamente as linhas do desenvolvimento do sistema de transportes do Brasil. Assim, até 1923 mantiveram-se os déficits do orçamento federal, cobertos via emissão de papel moeda, enquanto que, a partir deste ano tentou-se uma política de contenção do gasto público e do crédito, com a execução da reforma monetária neste mesmo ano. Ambas orientações da política econômica apenas refletiam o desequilíbrio estrutural entre a receita e a despesa da União, já presente no início do século, e que havia sido mascarada pela obtenção de vultosos empréstimos externos. A primeira, representava a resposta que via na inflação o mecanismo de reajuste, enquanto que a segunda via optava

la compressão de despesa e tentativa de retorno à prática do endividamento externo. Uma e outra, contudo, não tinham grande raio de manobra e, na prática, redundavam numa política de meio termo, onde a expansão monetária e a redução relativa do gasto público conviviam indefinidamente. Na verdade, em termos do gasto público voltado para o sistema de transportes, não era mais factível a obtenção de grandes empréstimos externos, tal como tinha sido feito durante o governo Rodrigues Alves, pois a dívida externa, como resultado daquela estratégia de montagem da infra-estrutura de transportes, havia atingido níveis comprometedores que a dificultavam. Além disto, o sistema portuário brasileiro havia superado, em grande medida, sua precária situação anterior, ao mesmo tempo que as regiões de agricultura de exportação estavam relativamente cobertas pela rede ferroviária. O que caberia fazer, dentro da lógica do complexo exportação-importação, já estava relativamente pronto, e a integração do sistema nacional de transportes, com vistas à unificação do mercado interno, não representava apelo para o aparelho de Estado, comprometido com o padrão de acumulação centrado nas exportações de produtos primários. Ademais, na segunda metade da década de 1920, o "modelo capitalista primário-exportador" funcionou esplendidamente, aproveitando-se do novo "boom" da economia norte americana e da instituição do esquema de "defesa permanente" do café.

Como consequência, arrefeceu o ritmo de reestruturação do sistema de transportes do País. A construção de ferrovias caiu para uma média anual de 381 Km entre 1921 e 1929, em lugar dos 412 Km de trilhos instalados durante os anos em que se fizeram sentir, de forma mais aguda, os efeitos da Guerra. Também as obras portuárias, que não haviam cessado de todo durante o conflito, não foram inteiramente paralisadas, com a reforma de portos de menores dimensões, como os de Porto Alegre, Ilhéus, Niterói e Natal. Para tanto, o esquema de financiamento externo foi praticamente abandonado, pois durante toda a década dos vinte o Governo Federal somente obteve dois empréstimos

destinados ao setor de transportes: um em 1922, para a eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil e outros melhoramentos ferroviários, num total de US$ 25,0 milhões, e outro neste mesmo ano, destinado ao encampamento do ramal "Curralinho a Diamantina" na Estrada de Ferro Vitória a Minas, correspondendo a um montante de 15 milhões de francos-ouro. As outras construções, tanto ferroviárias quanto portuárias, fora as financiadas com recursos particulares ou estaduais, foram construídas com recursos normais da União, obtidos pela sua receita tributária ou operações internas de crédito.

Por outro lado, ainda na década de 1920 iniciou-se a importação de grande escala de automóveis pelo Brasil, tornando-se indispensável a reconstrução da malha rodoviária, relativamente deixada de lado pela expansão ferroviária. Assim, entre 1920 e 1929 foram adquiridos no exterior cerca de 256,4 mil veículos, contra 19,4 mil entre 1907 e 1920, o que não poderia deixar de significar um grande aumento da demanda por estradas de rodagem em condições de suportar o tráfego de veículos automotores, mesmo levando-se em conta que a maior parte destes veículos eram de carros de passeio que manter-se-iam dentro dos limites urbanos das cidades da época. Na verdade, o advento do automóvel nos países centrais representava a geração de uma nova indústria dinâmica, que seria capaz de gerar um novo padrão de crescimento, a nível mundial. Deste modo, o desenvolvimento da indústria automobilística em inícios do século XX iria impor novas funções aos países periféricos que deveriam absorver parte importante de sua produção. Dentro deste esquema, os países coloniais, semicoloniais e dependentes se veriam na contingência de criar uma rede correspondente de estradas de rodagem. Este seria o caso do Brasil, que inicia, na década de 1920, os seus primeiros ensaios na era rodoviária, ao mesmo tempo em que se delineava o término do período ferroviário. Deste modo "é realmente na década de 1920 que se pode considerar iniciada a era rodoviária brasileira. [illegible] foi inaugurada a primeira estrada Rio-Petrópolis, e pouco [illegible]

já se cogitava da construção da Rio-Bahia. No final dos anos vinte, a extensão total das rodovias brasileiras (...) já chegava a quatro vezes a extensão total da rede ferroviária" [7] ou seja, 121 784 Km de rodovias contra 32 478 de ferrovias (em 1930).

Finalmente, a frota nacional se expandiria muito durante a década dos vinte, aproveitando-se do reatamento do Brasil aos grandes fluxos do comércio internacional. Assim, apesar da redução do número de embarcações das empresas nacionais de navegação fiscalizadas pelo Governo Federal, de 239 unidades em 1920 para 206 em 1929, houve um grande aumento da sua tonelagem média, de modo que, enquanto em 1920 a frota nacional deslocava 258 mil toneladas, em 1929 o deslocamento total alcançava as 418 mil toneladas, o que significa um acréscimo de 62% em 9 anos. Também a eficiência da frota parece ter aumentado, pois o número de entradas em portos brasileiros por embarcação cresceu de 82 para 125 no mesmo espaço de tempo, o mesmo ocorrendo com a tonelagem das embarcações aportadas que saltou de 40,1 para 94,5 toneladas por navio. Apesar disto, a participação da bandeira nacional no total da tonelagem das embarcações aportadas no País manteve-se reduzida, em torno de 39,9% durante o quinquênio 1925-1929, refletindo o fato de que a deficiência estrutural do sistema de transportes brasileiros, amplamente dependente das disponibilidades de carga nos navios estrangeiros, não sofreu qualquer alteração no período, refletindo a própria lógica do padrão de acumulação prevalecente.

Na realidade, uma avaliação do sistema brasileiro de transportes e da herança da sua expansão durante a República Velha só se tornou possível com a crise de 1929 e Revolução de 1930, que alteraram radicalmente as condições políticas e

---

[7] VILLELA, Annibal [illegible] & SUZIGAN, Wilson. Op. cit. nota [illegible], p. 371.

econômicas que presidiam as transformações da sociedade brasileira. Com efeito, mais uma vez a crise iluminou, de forma inequívoca, os contornos do sistema de transportes do País, salientando seus defeitos e qualidades. Em primeiro lugar, reiterou-se a questão da orientação externa da rede ferroviária, incapaz de articular, de forma coerente, o todo nacional, permitindo a unificação do mercado interno. "A natureza migratória das culturas de exportação fez com que se formassem pequenos sistemas ferroviários regionais sem conexão; cada porto tinha sua rede ferroviária independente, destinada a dar saída aos produtos de exportação. O declínio da produção acarretava a redução do transporte e crescentes dificuldades às empresas". Em segundo lugar, a falta de planejamento setorial tornou-se uma herança de mazelas, na medida em que, deixada à livre iniciativa empresarial, pelo menos no período inicial de implantação da rede ferroviária, esta se comporia de um emaranhado de linhas sem qualquer suporte econômico, com bitolas diferentes e equipamentos de procedência diversa. Em terceiro lugar, o sistema só se mostraria rentável nas áreas de grande densidade econômica, isto é, nas regiões onde a atividade econômica compunha uma base sobre a qual se podia edificar, sem problemas, a rede ferroviária correspondente. Invariavelmente, as Estradas de Ferro do País não tinha uma orientação de longa distância, servindo como escoadouro da pequena produção de uma infinidade de lugares, onde não existia uma atividade que justificasse a ramificação da rede ferroviária. Na verdade, reside nestes fatores a ação estatal no sentido de encampar as Companhias deficitárias, o que, evidentemente, só ocorreu devido à existência de déficits, dentro da estratégia de absorção, por parte do governo, das atividades não rentáveis, deixando as lucrativas em mãos do setor privado. No entanto, apesar de todas estas deficiências, a República Velha assistiu à consolidação da revolução no sistema de transportes, iniciada ainda no Império, com o advento do barco a vapor e da locomotiva. Durante o seu desen

---

* VILLELA e SUZIGAN, *op. cit.* nota 1, p. 382.

rolar, o transporte tornou-se uma atividade mecanizada, domina da pela ferrovia - um setor da grande indústria - contando com um sistema portuário moderno, que viu-se quase que inteiramen te reformulado. Apesar de todos os seus defeitos estruturais, originados pela sua orientação exportadora, o sistema de trans portes do País abandonara, definitivamente, sua base artesanal de antanho, assumindo seu papel de destaque, dentro da forma ção do capitalismo no Brasil.

b) Política econômica, finanças públicas e o desenvolvimento comercial e financeiro.

O notável afluxo de imigrantes estrangeiros, que se fez sentir como resultado da extinção do trabalho escravo, a consolidação das novas relações de produção, e o desenvolvimento da agricultura de exportação e da produção alimentar, com o início do processo de industrialização e montagem de um moderno sistema de transporte, provocaram, indiscutivelmente, uma grande expansão do intercâmbio comercial e da circulação financeira, peças fundamentais de uma economia capitalista em crescimento. No caso singular do Brasil, a evolução da intermediação financeira se deu casada aos dissabores das finanças públicas, amarradas desde o berço ao estigma do déficit. Na verdade, política fiscal e monetária, finanças públicas, comércio e sistema financeiro sempre se condicionaram intimamente no Brasil, dentro da política econômica e do padrão de acumulação mais gerais, de modo que a evolução das relações mercantis e creditícias se fez sofrendo as influências e, inversamente, atuando sobre a situação das finanças públicas, da balança comercial e do conjunto da economia brasileira e da política econômica nacional, seus condicionantes mais abrangentes.

---

9 A este respeito, ver:

CANO, Wilson. Formação e expansão do complexo cafeeiro: breves considerações sobre os outros componentes. In: ___. Op. cit. nota 1. p.69-87.

VILLELA, Annibal Villanova, e SUZIGAN, Wilson. Política econômica e crescimento da economia brasileira 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976. 455p.

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. 150 p.

TAUNAY, Affonso de E. Pequena história do café no Brasil. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945. 550 p.

NETTO, Delfim. O problema do café no Brasil. Rio de Janeiro, FGV/MINAGRI/GEPLAN, 1979. 158 p.

PERRUCI, Gadiel. Comércio exterior, finanças e capital estrangeiro. In: ___. A República [illegible]. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p.63-7.

EISENBERG, Peter L. Mobilização de capital através das bolsas brasileiras. In: ___. Modernização sem mudança. Rio de Janeiro, Paz e Terra/UNICAMP, 1977. p. [illegible].

Seja como for, o fundamento objetivo do processo de desenvolvimento comercial e financeiro no Brasil, durante a República Velha foi, sem dúvida, alguma, a expansão das exportações, que propiciou não somente a base de sustentação da nova ordem de produção instalada com a Abolição e do "modelo de desenvolvimento" adotado, mas também a condição necessária e suficiente para o crescimento do setor comercial, envolvido num fluxo crescente de transações, e para o concomitante desenvolvimento do sistema financeiro, gêmeo siamês do setor mercantil. Assim, o crescimento das exportações trouxe consigo o das importações, propiciando o desenvolvimento do comércio de exportação e de importação. Este último, por sua vez, forneceu o sustentáculo das finanças públicas da

---

...

PELAEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. História monetária do Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976. 487p.

NEVHAUS, Paulo. História Monetária do Brasil, 1900-1945. Rio de Janeiro, IBMEC, 1975. 198 p.

SANTOS, Roberto. A oferta de capital. In: História econômica da Amazônia (1800-1920) São Paulo, Biblioteca Básica de Ciências Sociais, 1980. p.132-154.

FAUSTO, Boris. Dos governos militares a Campos Sales: In: O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia. São Paulo, DIFEL, 1975. p.13-50

LOVE, Joseph, WIRTH, John, e LEVINE, Robert. O poder dos estados. Análise regional. In: - FAUSTO, Boris (org.) Id. p51-152.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da burguesia brasileira. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1976. 406p.

TANNURI, Luís Antônio. O encilhamento. São Paulo, Hucitec, 1981. 140p.

LEVY, Maria Bárbara. O encilhamento. In: - NEVHAUS, Paulo (org.) Economia brasileira; uma visão histórica. Rio de Janeiro, Campus, 1980. p.191-255.

FRITSCH, Winstron. Aspectos da política econômica no Brasil, 1906-1914. In: - NEVHAUS, Paulo (org.) id. p.257-315.

NORMANO, J.F. Um século de finança pública. In: Evolução econômica do Brasil. São Paulo, Cia. Brasileira Nacional [illegible] p.121-[illegible]

União, através do imposto de importação, enquanto o primeiro serviu de suporte aos Estado, através do imposto de exportação, dentro da divisão das áreas tributárias entre as diferentes esferas de Governo, segundo o esquema que seria estabelecido pelo Constituição de 1891, que forneceu o arcabouço institucional básico para a Primeira República. Os saldos da balança comercial, por sua vez, serviram para propiciar as condições indispensáveis ao afluxo de capitais de risco e de empréstimos, que buscaram o Brasil durante a primeira fase republicana, como conseqüência dos mecanismos de exportação de capitais das grandes potências capitalistas, que envolveram o Brasil na sua lógica expansiva. E, como se verificou anteriormente, o crescimento das exportações brasileiras de produtos primários, notadamente café e borracha (deste último, até 1910) foi realmente notável durante a Primeira República, apesar de seus avanços e recuos. Assim, as vendas dos 8 principais produtos agropecuários do País saltou de 109,4 milhões de libras no quinqüênio 1884-1889 para 431,9 milhões entre 1925 e 1929, representando um acréscimo de 294,7% entre os dois períodos. Ao todo, as exportações brasileiras passaram de 117,1 milhões de libras no primeiro quinqüênio para 478,1 milhões no último. Apesar do grande aumento das importações durante a República Velha, este não se fez a um ritmo superior ao da expansão das exportações, de modo a permitir a presença de significativos superavits na balança comercial, dando respaldo à atração de capitais para o País.

Ao se iniciar o período republicano, o financiamento da agricultura de exportação, era efetuado, em todo o País, fundamentalmente através dos comerciantes, que adiantavam recursos à lavoura através da venda a prazo aos fazendeiros. Estes, por sua vez, saldavam as suas dívidas colocando sua produção, em consignação, nas mãos dos primeiros, que vendiam-na cobrando uma taxa de corretagem. Em muitos casos, os comerciantes descontavam as duplicatas de suas vendas a crédito aos fazendeiros nos bancos comerciais existentes, que funcionavam, desta forma, como financiadores indiretos da produção agrícola. No caso das regiões cafeeiras

QUADRO 3.6.5.

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO

BRASIL

1885 - 1934

(em mil libras-ouro)

PERÍODOS	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
1885/89 (1)	97 581	84 752	12 739
1890/94	146 870	129 246	17 624
1895/99	137 366	126 181	11 185
1900/04	186 535	116 188	70 347
1905/09	259 758	176 192	83 566
1910/14	316 834	266 758	50 076
1915/19	352 000	239 651	112 349
1920/24	344 373	287 954	56 419
1925/29	478 075	421 275	56 800
1930/34	222 950	157 718	65 232

Fonte: IBGE: Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939-1940, p.1358-1359.

Nota 1: inclui apenas o 2º semestre de 1985.

do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista, a figura central que operava no intercâmbio comercial e financeiro era o comissário do café. Como diz Wilson Cano, "a estrutura do comércio de exportação do café, em São Paulo, era semelhante à que se formara no Rio de Janeiro: A) fazendeiro; B) comissionário; C) ensacador; D) corretor e E) exportador, atividade em que predominava o capital forâneo, principalmente o norte-americano.(...) Até fins do século XIX, o fluxo de exportações do café obedecia ao trânsito "normal" de A a E, passando pela intermediação de B, C e D. O fazendeiro enviava seu café ao comissário, que, mediante o recebimento de uma comissão de 3%, encarregava-se de efetuar a venda aos ensacadores, ou diretamente aos exportadores. O papel dos ensacadores era o de comprar (pagando ao comissário, no prazo de 31 dias), e misturar os diferentes tipos de café, obtendo assim as chamadas "ligas", ou seja, os tipos específicos procurados pelos exportadores; reensacado o café em sacaria nova, vendiam-no aos exportadores (com pagamento feito em 20 dias). As vendas diretas dos comissários aos exportadores ou as do ensacador ao exportador, eram também intermediadas pela figura do corretor de café." Invariavelmente, os comissários de café, além de operar diretamente como mercados, colocando a produção dos fazendeiros, também atuavam como seus financistas e contabilistas. Assim, costumavam adiantar grande parte dos recursos monetários necessários ao custeio do café e, em muitos casos, financiavam a própria formação de novos cafezais através da renovação periódica dos créditos concedidos aos fazendeiros. Para desempenhar esta função, os comissários contavam com uma posição privilegiada que lhes permitia alocar os saldos ociosos que resultavam de sua ação como verdadeiros gerentes centrais da compensação dos negócios de muitos fazendeiros. Além disso, recebiam crédito das firmas importadoras e operavam descontando títulos junto aos bancos nacionais existentes, aos quais recorriam com freqüência. No caso de região açucareira do Nordeste, também o mesmo fenômeno se repetia, com a ação decisiva

---

CANO, Wilson. op. cit. nota . p. 70-71.

dos comissários. Com efeito, referindo-se a Pernambuco, Peter Einsenberg garante que "tradicionalmente, o agricultor de cana-de-açúcar levantava capital de uma só fonte, um agente comercial de Recife conhecido como correspondente ou comissário. No início da época do plantio o correspondente adiantava dinheiro ao plantador, que pagava até 6% ao mês de juros por empréstimos de curto prazo. Por sua vez, o correspondente tomava seu dinheiro emprestado nos bancos comerciais (...)." [41] O correspondente ainda atuava como comprador do açúcar e do rum do produtor, como agente vendidos, como agente de compras, cobrando comissões (3%) e juros (10%) sobre o dinheiro adiantado. Como se verifica, existia quase que a mesma estrutura de financiamento da produção agrícola de exportação, tanto na zona cafeeira, como no Nordeste açucareiro. Finalmente, um esquema similar se fazia presente, ao que tudo indica, na região gomífera da Amazônia. Com efeito, as grandes casas de exportação (de capital estrangeiro) compravam a borracha às "casas aviadoras", e emitiam letras de câmbio, que eram descontadas nos bancos ingleses de Belém ou Manaus. Os grandes importadores, por sua vez, vendiam a crédito às "casas aviadoras", que forneciam mercadorias a crédito aos seringalistas, os quais, por sua vez, "aviavam" aos seringueiros. Deste modo, havia todo um sistema mercantil que atuava financiando a produção gomífera.

Em geral, os bancos que operavam com o desconto de títulos de crédito dos comissários eram as instituições financeiras nacionais, uma vez que os bancos estrangeiros que operavam no Brasil concentravam sua atuação nas operações cambiais, que conferiam-lhes grandes lucros, e no financiamento e compensação dos pagamentos das outras empresas estrangeiras que também efetuavam negócios no País. Na verdade, além de operar no financiamento das importações - que cada vez mais eram de máquinas e equipamentos - e nas transações das exportações, os bancos estrangeiros, notadamente os ingleses, também especulavam com as flutuações cambiais, comprando câmbio nos períodos em que haviam grandes retiradas de divisas no País - nas épocas de colheita, quando as safras

---

[41] EISENBERG, Peter. In: op.cit. nota [ ], p.89.

dos produtos agrícolas eram embarcadas -, e vendendo nas fases em que haviam vultosas remessas - nos períodos de vencimento dos empréstimos públicos, quando o governo necessitava de adquirir grandes volumes de divisas, para remetê-las ao exterior. Em termos gerais, os bancos estrangeiros evitavam financiar os fazendeiros e comissários.

Mas além de financiarem as casas comissárias, os bancos nacionais aplicavam seus recursos no desconto de letras comerciais para a indústria e o comércio em geral, e na aquisição de ações e em títulos do Tesouro. Neste caso, seguia-se uma tradição de longa data, uma vez que a presença inalterável do déficit público tornava a dívida interna sempre crescente, contribuindo para a manutenção de altas taxas de juros, que atraiam os capitais sobrantes na economia, particularmente os que se reuniam pela ação do sistema bancário.

Em suma, havia um estreito entrelaçamento entre o comércio e a intermediação financeira, num esquema de clara divisão do trabalho, no centro do qual se colocavam os bancos estrangeiros, que operavam com o câmbio, e as casas exportadoras, também de predominância não-nacional. Os bancos nacionais já se situavam num nível intermediário, trabalhando, entre outras coisas, com o desconto de títulos emitidos pelos comissários, que financiavam a lavoura tanto com recursos próprios quanto com os obtidos junto às instituições financeiras.

Quando ocorreu a Proclamação da República, em 1889, a economia brasileira encontrava-se em meio a novo ciclo de expansão, principiado em 1886, quando se iniciou a elevação dos preços do café, provocando nova onda expansiva de plantios e induzindo

---

Como se conclui, faltava, entre outras coisas, o crédito hipotecário, tão reclamado pelos fazendeiros, cujos investimentos era de largo período de maturação. Na verdade, o crédito [illegible] hipotecário [illegible] emissão, mas muito [illegible] necessidades prementes [illegible] 1906 a dívida hipotecária da lavoura paulista, segundo Taunay, alcançava os 400 mil contos.

o conjunto do sistema econômico ao crescimento acelerado. A fase de prosperidade da economia nacional alcançou inclusive o sistema comercial e financeiro, com o aumento do número de casas comerciais e do capital imobilizado no setor mercantil, e o surgimento de um grande número de bancos e a expansão dos antigos. No bojo deste processo, o Governo Imperial obteve em Londres a 28 de junho de 1889 um empréstimo de £ 6,0 milhões, com a finalidade de repassá-los aos fazendeiros do País, ressentidos pela extinção da escravatura. Montou-se então um esquema de repasse dos recursos, segundo o qual o Tesouro forneceria-os aos bancos, a custo zero, por prazos entre 7 a 22 anos, e os bancos deveriam emprestar o dobro da quantia recebida, a juros de 6% e prazos de 1 a 15 anos. Devido à certeza dos lucros a serem obtidos através de semelhantes operações, iniciou-se então intenso processo de especulação, que contagiou todo o mercado de capitais do País, com o surgimento de grande número de empresas, entre as quais muitos bancos, e frenética negociação de títulos de renda na Bolsa de Valores. Com a nova ordenação institucional, oriunda do nascimento da República, acirrou-se o processo especulativo, conhecido como "Encilhamento", devido à política liberal de bancos emissores, instituída ainda no período imperial através do Decreto nº 3.403 de 24 de novembro de 1888 e mantida pelo regime republicano, através do Decreto nº 165 de 17 de janeiro de 1890, e à manutenção dos dispositivos liberais da lei 3.150 de 4 de novembro de 1882, que favorecia a criação de novas empresas, através do Decreto nº 164 também de 17 de janeiro de 1890. O "Encilhamento" ensejou a fundação de grande número de empresas no âmbito financeiro, comercial, industrial e de transportes, apesar do caráter eminentemente especulativo do processo, que resultou na criação de muitas firmas fictícias, ou sem qualquer chance de sucesso. Na verdade, durante o seu desenrolar, o sistema bancário nacional, alicerçado nos novos bancos emissores, ganhou outras dimensões, muito maiores. Assim, os depósitos a vista e a prazo do sistema bancário do País aumentaram 369,9% entre dezembro de 1888 e março de 1891, saltando de 157,2 mil contos para 581,3 mil, respectivamente. Essa expansão permitiu, em que pese todo o efeito especulativo do processo, canalizar vultosos recursos para os setores produtivos, entre os

quais a cafeicultura. Isto apesar de que os verdadeiros beneficiários dos recursos do empréstimo externo de 28 de junho de 1889 tenham sido as casas comissárias, com as quais muitos fazendeiros se encontravam endividados até o pescoço.

A onda especulativa manteve-se até o crack de fevereiro de 1891, depois da famosa greve dos corretores da Bolsa de Valores que queriam derrubar o Decreto 1.362, que tentava por cobro à especulação. Devido ao crack, o mercado de capitais entrou em prolongado período depressivo, com a queda do valor das ações e a falência de inúmeras empresas, inclusive de instituições bancárias. A partir de 1892, iniciou-se então uma verdadeira "contra-reforma" do sistema financeiro nacional, através da inibição das emissões bancárias. Como resultado, o total dos depósitos à vista e a prazo declinou acentuadamente depois de atingir seu máximo no terceiro trimestre de 1891. Deste modo, segundo Pelaez e Suzigan, em cruzeiros, a soma dos depósitos nos bancos existentes no País caiu de 699,2 mil naquela data para 483,7 mil em fins de 1892, sem que a tendência declinante se revertesse, pelo menos até o terceiro trimestre de 1893, quando atingiu seu ponto mínimo, de 420,6 mil. A partir de então, o montante dos depósitos bancários passou a experimentar uma lenta recuperação, embora, em termos reais, não tenha havido qualquer movimento ascensional de maior folego: a soma total dos depósitos a vista e a prazo aumentou até o terceiro trimestre de 1897, atingindo 526,6 mil cruzeiros, quando passou a declinar novamente, em razão do recrudecimento da política monetária contracionista em 1896. Contudo, o próprio Tesouro foi obrigado a executar volumosas emissões, não só tentando sustentar as empresas em dificuldades, devido ao seu envolvimento com a especulação anterior, mas também para dar respaldo aos gastos do governo com a guerra civil, nascida a 6 de setembro de 1893, com a revolta da esquadra, e que duraria até meados de 1894, levando ao agravamento da situação das finanças públicas. A nova política financeira contribuiu para o arrefecimento da onda industrializante que se esboçou no ocaso do Império e alvorecer da República, com a redução do ritmo de criação de novas empresas e de importação de máquinas e equipamentos. Para tanto contribuiu também a [illegible]

oração da taxa de câmbio, como resultado da diminuição do afluxo de capitais externos no período da queda dos saldos da balança comercial e da inflação. A partir de 1894, a política monetária contracionista foi intensificada, desembocando na supressão do privilégio de emissão bancária, em 1896. Mas já então o mercado cafeeiro submergia em meio a grave recessão, com a queda dos preços do produto.

A crise cafeeira atingiu fortemente a economia brasileira, agravando o problema cambial e afetando drasticamente as finanças públicas e a capacidade brasileira de saldar sua dívida externa. Internamente, reduziu-se o mercado doméstico e o ritmo de acumulação de capital, terminando de vez com os restos da onda industrializante que alcançara seu auge durante o Encilhamento. Com a deterioração da capacidade do Estado brasileiro de honrar seus compromissos externos, o governo negociou o Funding-Loan de 1898, colocando a política econômica nacional em acordo com os reclames da comunidade financeira internacional, que via com maus olhos a industrialização do País e sua política monetária expansionista. Desencadeou-se, pois, uma política econômica nitidamente anti-industrializante e anti-bancária, com a abolição do direito de emissão do Banco do Brasil e de outros bancos comerciais, a incineração das cédulas bancárias, a valorização cambial, a procura do equilíbrio orçamentário, via redução das despesas e a supressão de qualquer incentivo ao setor industrial, dentro da perspectiva de que a indústria brasileira era "artificial", e que o País tinha uma manifesta "vocação agrícola". As conseqüências do aprofundamento da política contracionista de Joaquim Murtinho, então ministro da Fazenda, que atuava estreitamente aconselhado pelo economista inglês J.P. Wileman, foi o aprofundamento da recessão industrial e o agravamento da já difícil situação do sistema bancário nacional, o que o levaria ao pânico de 1900, que quase o destruiu completamente, culminando com a suspensão dos paga-

---

Pelo Funding Loan o serviço de parte da dívida externa brasileira foi suspenso durante 13 anos. Em termos nominais, o Governo Federal recebeu £ 8,6 milhões.

mentos pelo Banco do Brasil, e a quebra de 17 bancos nacionais. Assim, o total da soma dos depósitos no sistema bancário do País, que havia alcançado 519,9 mil contos no primeiro trimestre de 1898, segundo Pelaez e Suzigan, declinou para 319,4 mil em fins de 1900, sem que a tendência declinante arrefecesse.

Mas a fase depressiva do ciclo cafeeiro, iniciada em 1896, não atingiria somente o sistema financeiro, mas levaria a profundas alterações na estrutura mercantil prevalecente. Assim, a redução do valor das sacas exportadas pressionou as casas exportadoras, que se lançaram ao interior do País, passando a negociar diretamente com os fazendeiros, tornando desnecessária a figura do comissário. Na verdade, tratava-se duma reação à crise, que exigia, entre outros ajustes, uma redução do lucro mercantil, de modo a adequá-lo à nova taxa média de lucro, que passaria a reger o mercado cafeeiro. Mas além de sofrer a concorrência das casas exportadoras, numa conjuntura de retração econômica geral, e do mercado do café, em particular, os comissários perderam um de seus apoios, representado pelos bancos brasileiros, que cobriam parte de suas necessidades de capital, e que se viram premidos pela política contracionista. E isto num momento em que seu capital próprio se encontrava totalmente comprometido, dado os adiantamentos que as casas comissárias tinham feito aos fazendeiros, para possibilitar a expansão dos plantios de café durante a fase de prosperidade. Como resultado, a figura do comissário foi desaparecendo, ao mesmo tempo em que desapareciam o corretor e o ensacador, com o crescimento da influência das casas exportadoras estrangeiras, que contavam com o respaldo dos bancos não-nacionais que se viam fortalecidos pelo baque sofrido pelo sistema bancário brasileiro.

Em conjunto, as medidas ensejadas pela adoção do programa imposto pelas finanças internacionais, quando da negociação do Funding Loan de 1898, traduziram-se na redução radical do gasto público; na reintrodução, em 1899, da cobrança em "ouro" dos

direitos alfandegários [1], e na reforma do aparelho fiscal com a ampliação do imposto de consumo, para contrabalançar a queda da receita dos impostos de importação; na abolição do poder de emissão de moeda por parte do governo e a criação do Fundo de Resgate de Papel-Moeda, que objetivavam reduzir o total do meio circulante [2] e na instituição do Fundo de Garantia do Papel-Moeda, para acumular ouro e divisas até que o papel-moeda se tornasse conversível. Apesar da verdadeira regressão experimentada pelo sistema financeiro nacional, e da interrupção do processo de industrialização, essa política econômica seria bem sucedida em suprimir o déficit público, diminuir o meio circulante e valorizar o câmbio. Assim, o déficit do Tesouro, que atingira 344 mil contos em 1898, cedeu lugar a um superávit de 46 mil contos em 1902, enquanto o total do "papel moeda em circulação" reduzia-se de quase 780 mil contos para menos de 676 mil no mesmo período, e o câmbio subira de £ 0,030 por mil réis para £ 0,050. Com isto, já estavam criadas, em 1902, as premissas para que os representantes dos fazendeiros montassem o seu projeto de desenvolvimento, que guardava correspondência com seus interesses de classe: primazia à exportação de produtos agrícolas, liberalismo mercantil, equilíbrio orçamentário e contração monetária para supressão da inflação e manutenção de alta taxa de câmbio, utilização desbragada dos empréstimos externos para financiar o gasto público, orientado para a mon

---

[1] Essa medida, além de aumentar de fato a receita tributária do governo federal, evitava que esse tivesse de recorrer ao mercado de câmbio e, portanto, sujeitar-se às manobras dos bancos estrangeiros, cujas ações resultavam em grandes prejuízos para o Tesouro, obrigado a comprar cambiais a preços elevados, devido às manipulações existentes.
A cobrança em ouro foi elevada para 25% pelo Decreto nº 3.617 de 19 de março de 1900.

[2] Pelo acordo, o governo se obrigou a retirar de circulação uma soma de papel-moeda equivalente ao valor do empréstimo, ao câmbio de 18 dinheiros por mil réis.

tagem de um eficiente sistema de transportes que facilitasse e barateasse a exportação de produtos primários e a importação de manufaturas. Neste projeto, o sistema bancário brasileiro se encontrava alijado, uma vez que a ênfase estava nas relações com o exterior, onde a primazia cabia aos bancos estrangeiros que operavam no País. Também não cabia grande papel ao capital comercial do País, que se encontrava dominado pelas grandes casas de exportação estrangeiras, apesar de sua importância no setor importador.

Neste sentido, a política econômica republicana engatou sua estratégia de endividamento externo progressivo, como instrumento de financiamento do gasto público, especialmente no caso dos investimentos na infra-estrutura de transporte, cuja lubrificação era condição sine qua non para o funcionamento do "modelo de crescimento para fora", assentado na exportação de produtos agrícolas. Essa linha de ação seria mantida durante todo o restante da República Velha, apesar de ter sofrido os efeitos das drásticas mudanças da conjuntura e da política econômica que ocorreram no período. Assim, com o deslanche do "Reerguimento Econômico" a partir de 1903, pelo Presidente Rodrigues Alves, o Governo Federal obteve dois empréstimos, totalizando £ 8.500 mil, entre 1903 e 1905, objetivando reconstruir o Porto do Rio de Janeiro. Os tipos foram de 90 e 97%, com o que os recursos realmente conseguidos alçaram apenas £ 7.860 mil, à taxa de juros de 5% e prazo de resgate de 35 anos. Em 1907 foi realizado outra operação de crédito, desta vez de £ 3,0 milhões (tipo de 95% de modo que os recursos que entraram atingiram somente £ 2.850 mil), para financiar o plano de valorização cafeeira instituído pelo Acordo de Taubaté, no ano anterior. Em 1908, no ano da crise internacional, foram realizados dois novos empréstimos, sendo o primeiro de £ 4,0 milhões (tipo de 96%), e o segundo de 100 mil francos (tipo de 100%), este último objetivando angariar recursos para a Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá. Até 1914, ano em que se negociou novo Funding Loan, foram realizados ainda 6 empréstimos externos com a finalidade de construir ferrovias e portos, mais uma operação de crédito para o Banco Brasileiro (100 mil francos, ao tipo 78,83, em 1910) e, finalmente, outro empréstimo de £ 10 mi-

lhões, também em 1910, que financiava a Caixa de Conversão. No todo, foram obtidos 56,2 milhões de libras esterlinas entre 1909 e 1913. Em 1913 teve lugar uma profunda crise internacional, que logo refletiria no Brasil, provocando dramática redução no valor de suas exportações, com a balança comercial apresentando saldo negativo, fuga de capitais e tendência à deterioração da taxa de câmbio. O déficit orçamentário, que voltara a existir a partir de 1908, devido à grande elevação dos gastos do Estado, engajado num ambicioso programa de obras públicas, enquanto perdurava uma estreita base fiscal, alcançara grandes dimensões, como conseqüência da queda da capacidade financeira do Estado, num momento de crise no balanço de pagamentos, e o governo viu-se em meio a grandes dificuldades para honrar seus compromissos externos. Como conseqüência, negociou-se novo Funding-Loan em 1914, que implicou na obtenção de mais £ 14,5 milhões de libras, desafogando-se a precária situação financeira do governo. Uma vez tendo conseguido resolver a questão da dívida pública externa, pôde prosseguir a política de contratação de novos empréstimos. Assim, em 1916 foram obtidos 25 mil francos (tipo 90), para a Estrada de Ferro de Goiás; 5 anos depois, foi realizada nova geração de crédito, desta vez para permitir cobrir compromissos do Tesouro Nacional. No restante da década de vinte, ainda foram conseguidos 5 grandes empréstimos, sendo que o primeiro, em 1922, objetivava financiar a eletrificação de parte da Estrada de Ferro Central do Brasil e de outros melhoramentos na ferrovia; o segundo, no mesmo ano, destinava-se a dar respaldo à terceira operação de "defesa do café", encetada a partir da queda das estações do produto no mercado externo; o terceiro, ainda em 1922, fornecia os recursos para a encampação de um ramal Curralinho a Diamantina e E.F. Vitória a Minas; finalmente, os dois últimos, realizados em 1926 e 1927, drenavam recursos para o resgate da dívida flutuante do Governo Federal. Depois de sua contratação, a União só voltaria ao mercado financeiro internacional em 1931, para negociar novo Funding Loan, necessário devido à profunda crise econômica desencadeada a partir de 1929, que cerceou bruscamente a capacidade brasileira de obter saldos na balança comercial e a receita do Estado, que se viu imerso em déficits irremediáveis, numa conjuntura de verdadeiro

colapso da taxa de câmbio. Ao todo, o Brasil obteve cerca de £ 363.231 mil de empréstimos externos entre 1889 e 1931, incluindo as somas recebidas pelos governos estaduais, enquanto a sua dívida externa saltava de £ 31.104 mil para £ 267.173 mil no mesmo período. Do total de créditos contratados, cerca de 83,3% foram obtidos depois de 1903, data em que se iniciou o Programa de Reerguimento Econômico que representou a consagração da política econômica e inteiramente voltada à promoção do "modelo de crescimento" assentado no mercado externo. Também a dívida interna seria amplamente utilizada como fonte de recursos para o Tesouro, talvez neste caso muito mais como um instrumento para cobrir os déficits do setor público do que como meio de financiar obras de infra-estrutura. Ao iniciar-se o período republicano, a dívida interna da União tinha dimensões bem superiores à sua dívida externa [5] em decorrência da herança imperial, que, ao que tudo indica, ainda conservava, em suas finanças, os vestígios da Guerra do Paraguai, que multiplicava várias vezes a sua dívida mobiliária interna. Durante a Primeira República, no entanto, a dívida interna da União parece ter crescido muito menos do que a externa, pelo menos depois da primeira década do século XX, denunciando a clara preferência do Governo Federal pela obtenção de empréstimos em libras, que permitia a contratação de obras das empresas construtoras estrangeiras e o pagamento das importações necessárias à sua implementação.

---

[5] A dívida externa do Governo Central era de 30.352 mil libras em 1889, enquanto que a dívida interna somava 534.388 contos de réis, o que, a 9$078 a libra, representava 58.933 mil libras.

QUADRO 3.6.6

EMPRÉSTIMOS EXTERNOS CONTRAÍDOS PELO GOVERNO FEDERAL

BRASIL

1889-1931

DENOMINAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS	TAXA DE JUROS (%)	TIPO (%)	CAPITAL DE EMPRÉSTIMO (mil libras)		PRAZO DE RESGATE (ANOS)
			NOMINAL	REAL	
[illegible], Oeste de Minas	5	80	3 710	2 968	30
[illegible], julho de 1895	5	85	7 442	6 325	(1) 40
[illegible], Funding Loan	5	100	8 634	8 634	63
[illegible], Prescission Bonds	4	100	16 619	16 619	60
[illegible]1905, Obras do Porto do Rio de Janeiro	5	90 e 97	8 500	7 860	35
[illegible], Estado de São Paulo	5	95	3 000	2 850	17
[illegible] de julho de 1908	5	96	4 000	3 840	10
[illegible]1909, Estrada de Ferro Itapura a Corumbá	5	100	(2) 100 000	(2) 100 000	54
[illegible], Obras do Porto de Recife	5	92,25	(3) 40 000	(3) 38 100	55
[illegible], Conversão	4	87,5	10 000	8 750	57
[illegible], Ioide Brasileiro	4	90	1 000	900	...
[illegible], Estrada de Ferro Goiás	4	78,83	(2) 100 000	(2) 78 831	52
[illegible]1, Obras do Porto do Rio de Janeiro	4	92	4 500	4 140	32
[illegible]1, Viação Cearense	4	83	2 400	1 992	61
[illegible]1, Viação Baiana	4	83	(3) 60 000	(3) 49 800	61
[illegible]13, Portos do Recife, Paranaguá e Corumbá e construção da B.W. Minas Railway	5	97	11 000	10 670	...
[illegible]14, Funding Loan	5	100	14 502	14 502	62
[illegible], Estrada de Ferro de Goiás	5	90	(2) 25 000	(2) 22 500	63
[illegible]21, Compromissos do Tesouro	8	90	(4) 50 000	(4) 45 000	20
[illegible]22, Eletrificação da E.F. Central do Brasil e outros melhoramentos ferroviários	7	91	(4) 25 000	(4) 22 750	30
1922, Valorização do café	7,5	92,5	9 000	8 325	10
[illegible]22, Encampação do ramal "Curralinho a Diamantina e E. F. Vitória a Minas	5	...	(3) 15 000	(3) 15 000	77
[illegible]26, Resgate da Dívida Flutuante	6,5	84	(4) 60 000	(4) 50 400	31
[illegible]27, Resgate da Dívida Flutuante	6,5	88	(4) 8 750	(4) 7 700	
	6,5	88	(4) 41 500	(4) 36 520	
[illegible]31, Funding Loan					
a) títulos de 20 anos	5	100	2 649	2 649	20
	5	100	(4) 29 885	(4) 29 885	20
	5	100	(2) 65 555	(2) 65 555	20
b) títulos de 40 anos	5	100	7 892	7 892	40
	5	100	(2)135 000	(2)135 000	40

FONTE: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, volume V, 1939-40, p. 1424.

(1) Prazo prorrogado por 13 anos em virtude do "Funding-Loan" de 19 de julho de 1891.

(2) Em francos

(3) Em francos-ouro

(4) Em dólares.

QUADRO 3.6.7

DÍVIDA EXTERNA CONSOLIDADA DA UNIÃO

BRASIL

1889-1934

ANOS	DÍVIDA (mil libras)	ANOS	DÍVIDA (mil libras)	ANOS	DÍVIDA (mil libras)
1889	30 352	1905	69 847	1921	126 095
1890	30 224	1906	69 821	1922	121 250
1891	30 049	1907	72 133	1923	122 696
1892	29 454	1908	77 926	1924	120 609
1893	29 061	1909	80 602	1925	118 277
1894	28 657	1910	86 847	1926	129 834
1895	35 707	1911	94 798	1927	144 173
1896	35 262	1912	93 334	1928	148 328
1897	34 697	1913	103 773	1929	144 793
1898	35 731	1914	104 482	1930	140 840
1899	38 639	1915	108 629	1931	141 630
1900	41 009	1916	112 333	1932	157 636
1901	57 029	1917	115 448	1933	159 268
1902	57 029	1918	116 432	1934	160 840
1903	65 752	1919	116 282	-	-
1904	65 364	1920	115 926	-	-

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939-40, p. 1424.

QUADRO 3.6.8

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA INTERNA FUNDADA FEDERAL

BRASIL

1886-1934
(Em mil contos)

ANO	DÍVIDA	ANO	DÍVIDA	ANO	DÍVIDA
1886	453	1903	564	1920	1 113
1887	440	1904	581	1921	1 344
1888	437	1905	569	1922	1 550
1889	435	1906	558	1923	1 778
1890	539	1907	553	1924	2 032
1891	537	1908	547	1925	2 138
1892	542	1909	559	1926	2 096
1893	537	1910	592	1927	2 162
1894	535	1911	620	1928	2 162
1895	535	1912	685	1929	2 203
1896	534	1913	726	1930	2 534
1897	636	1914	758	1931	2 231
1898	637	1915	781	1932	2 231
1899	637	1916	864	1933	2 250
1900	511	1917	938	1934	3 000
1901	571	1918	1 012	-	
1902	570	1919	1 042	-	

Fonte: FERREIRA, Edésio Fernandes. Administração da dívida pública e a política monetária no Brasil. Rio de Janeiro, IBMEC, s.d. p.

Mas apesar da recorrência aos empréstimos externos, o fantasma dos déficits orçamentários não abandonou a jovem República, mesmo depois do "saneamento" das finanças públicas, efetuada durante o governo Campos Sales, com seus profundos cortes nas despesas do Tesouro e aumento da carga fiscal, através do alargamento da base tributária. Com efeito, com exceção dos anos de 1891, 1899, 1902, 1903, 1905, 1906, 1907 e 1927, em todos os outros os saldos entre as receitas e despesas do Governo Federal foram negativos, chegando, mesmo, a alcançar proporções assustadoras. Na realidade, o único período em que houve relativo equilíbrio orçamentário, com a alternância entre pequenos déficits e superavits foi o de 1900 a 1909, dentro do qual se destaca o subperíodo de 1902-1907, quando a austeridade provocou superavits sistemáticos, com exceção do ano de 1904, que apresentou um pequeno saldo negativo de 20.696 contos de réis na execução orçamentária, o equivalente a 4,7% das receitas da União no ano. Contudo, após 1908, o ambicioso programa de obras ferroviárias e portuárias do Governo Federal, ao não contar com uma base de financiamento adequada, em termos do Orçamento, induziu ao aparecimento de déficits, inicialmente reduzidos, mas depois cada vez maiores, comprometendo progressivamente o ideal "republicano" do orçamento equilibrado. Como conseqüência, a relação entre o déficit da União e o total de suas receitas cresceu de uns 4,1% na primeira década do século para 30,3% no quinqüênio 1910-1914. Já então, a política monetária tinha perdido, por força das circunstâncias, seu caráter contracionista, e o déficit orçamentário era encarado com mais tolerância. Com a crise de 1913 e, posteriormente, a Guerra, aumentaram as obrigações do Estado, num momento de declínio das suas receitas tributárias. A grande dependência da União em face do imposto de importação revelou claramente sua fragilidade, uma vez que a Guerra causou a drástica redução das importações do País, diminuindo, pois, de modo radical, os rendimentos dos impostos que incidiam sobre elas. O Governo Federal foi levado deste modo, a voltar sua atenção para as outras fontes de receita, notadamente sobre o imposto de consumo, que já despontava como a segunda, em ordem de importância. Contudo, a estratégia chocou-se

com a inexistência de uma base adequada, uma vez que as indústrias nacionais - fundamento do imposto de consumo - não tinham as dimensões suficientes para possibilitar a substituição efetiva das duas fontes de receita tributária, apesar do seu grande dinamismo na segunda metade do período bíblico. Neste sentido, as finanças públicas esbarravam nos próprios limites impostos pelo "modelo de desenvolvimento" preconizado pelas classes dominantes, que deixavam em segundo plano os interesses da indústria nacional. Assim, a grande queda dos rendimentos do imposto de importação, que, tendo atingido 1.596.089 contos no período 1910-1914 (correspondendo a 57,4% do total das receitas da União), caíram para 943.486 contos entre 1915 e 1919 (35,5% das receitas do Governo Federal), não foi contrabalançada pelo aumento dos rendimentos do imposto de consumo, que saltaram de 294.380 contos em 1910-14 para 521.083 contos no quinquênio seguinte, significando uma elevação de sua participação no total das receitas da União de 10,6% para 19,6%, respectivamente. Assim, não houve como se contrapor à redução das receitas públicas numa conjuntura de ascenso das despesas, de forma que o déficit da União se elevou brutalmente, atingindo 49,5% das receitas durante o período de 1915 a 1919.

Uma vez terminado o conflito, houve a rápida recuperação dos rendimentos do imposto de importação, permitindo a recomposição, das finanças públicas em bora de modo lento. Assim, embora ainda crescesse em termos nominais, o déficit do Tesouro reduziu-se, em termos reais, durante a primeira metade da década de vinte, embora ainda representasse 25,1% do total das receitas da União. Na segunda metade dos anos vinte, o extraordinário "boom" exportador, oriundo da manutenção de altos preços do café, em conseqüência da instalação da "defesa permanente", permitiu o rápido aumento das receitas da União, centradas ainda no imposto de importação, apesar do aumento da importância relativa do imposto de consumo. Como resultado, o déficit público reduziu-se sensivelmente para apenas 5,9% do total das receitas orçamentárias. No entanto, com a crise de 1929 e a depressão subsequente, novamente despontaria a questão da estreiteza da base tributária e a excessiva dependência do Governo Federal das receitas do imposto de importação, drasticamente reduzidas devido à brutal queda do valor das importações do País. Mais uma vez, portanto, o déficit público voltaria a altos níveis, alcançando os 3 milhões de contos, o equivalente a 31,5% das receitas da União, no período 1930-1934, primeiro quinqüênio da segunda República.

Na verdade, as finanças públicas debateram-se, durante todo o período da República Velha, com deficiências estruturais do sistema tributário, com a estratégia de ação da política econômica e com a própria fragilidade da economia, base última de sustentação de qualquer estrutura fiscal. Com efeito, a ampla dominância dos fazendeiros impedia que a propriedade fundiária fosse efetivamente tributada, o que se encontrava em desacordo com o caráter eminente agrícola da economia brasileira de então. Neste sentido, o imposto territorial tinha sido deliberadamente relegado à órbita estadual pelos constituintes de 1891, cientes do controle efetivo das oligarquias latifundiárias sobre o aparelho governamental dos Estados, e do intuito reformista do primeiro governo republicano, inclinado a tributar pesadamente a grande propriedade agrária. A pouca expressividade dos impostos diretos, e

QUADRO 3.6.9

RECEITA E DESPESA DO GOVERNO FEDERAL

BRASIL

1885-1934

(em contos de réis)

PERÍODOS	RECEITA	DESPESA	DÉFICIT	DÉFICIT/RECEITA %
1885/89 (1)	657 212	714 284	57 072	8,7
1890/94	1 176 714	1 393 901	217 187	18,5
1895/99	1 602 269	2 056 500	454 231	28,3
1900/04	1 814 386	1 892 439	78 053	4,3
1905/09	2 259 936	2 349 796	89 860	4,0
1910/14	2 781 372	3 624 336	842 964	30,3
1915/19	2 659 144	3 975 268	1 316 124	49,5
1920/24	5 632 011	7 043 265	1 411 254	25,1
1925/29	9 846 988	10 426 434	579 446	5,9
1930/34	9 779 413	12 858 833	3 079 420	31,5

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939-40 p.1410.

(1) 2º semestre de 1885 a 1889.

a ausência do imposto sobre a renda até 1924, eram outras deficiências claras do sistema tributário brasileiro, refletindo a pouca vontade das classes dominantes em arcar com qualquer carga fiscal. Por outro lado, a base agrícola e mercantil da economia do País também colocava estreitos limites à expansão da receita tributária do Estado, cujo aparelhamento exigia enormes recursos. Neste sentido, a política econômica, ao inibir a desenvolução industrial, colaborava para manter o próprio Estado numa situação crônica de insuficiência de recursos, pois impedia a expansão da base econômica necessária à sua sustentação. Finalmente, a mesma estratégia de endividamento progressivo, tanto externa quanto internamente, impedia uma melhor performance das finanças públicas, que ficavam comprometidas com o pagamento do serviço da dívida. Na realidade, a este respeito as finanças públicas se encontravam inseridas num verdadeiro dilema: a escassez de recursos do Tesouro levava o governo a endividar-se, procurando financiamento para as suas despesas, principalmente em investimentos; no entanto, o serviço da dívida logo tornava-se pesado, reduzindo ainda mais as disponibilidades financeiras do Tesouro, que se via obrigado a endividar-se ainda mais, o que agravava ainda mais a situação. Não é sem razão, pois, que o serviço da dúvida representou , ao todo, cerca de 26,9% de todas as despesas do Governo Federal entre 1890 e 1929, o que dá uma idéia do nível de comprometimento das finanças da União com a política de endividamento, principalmente externo.

Este estigma do déficit também acompanhou os Estados da Federação durante a República Velha, tal como ocorreu com o Governo Federal, pelo menos depois de 1897, quando se passa a ter dados disponíveis para comparar as receitas e despesas dos governos estaduais. Assim, somente em dois anos do primeiro período republicano -- em 1904 e 1919 -- os Estados apresentaram superavits nos seus balanços conjuntos, sendo que nos outros a situação apresentou-se sempre desfavorável, com a presença de déficits sistemáticos, muitos de grandes dimensões. Na verdade, assim como ocorria na esfera da União, os aparelhos da administração estadual não contavam com uma base tributária compatível com o desem

QUADRO 3.6.10

PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS FONTES NAS RECEITAS DA UNIÃO

BRASIL

1890-1934

(em %)

PERÍODOS	IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	IMPOSTO DE CONSUMO (1)	TOTAL TRIBUTAÇÃO INDIRETA	TOTAL TRIBUTAÇÃO DIRETA
1890/94	50,0	0,2	75,0	5,4
1895/99	66,8	2,7	79,7	1,1
1900/04	52,8	9,5	70,4	1,4
1905/09	58,3	9,6	75,0	1,1
1910/14	57,4	10,6	75,4	0,7
1915/19	35,5	19,6	65,5	3,0
1920/24	38,5	18,7	69,2	2,2
1925/29	42,8	19,8	76,5	2,8
1930/34	34,8	21,2	73,2	5,8

Fonte: VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. p.404-407. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, ANO V, 1939-40. p.1410-1411.

Nota: (1) Inclui cota de "ouro" sobre os direitos de importação, prevalecente de 1900 a 1931.

QUADRO 3.6.11

PARTICIPAÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

PÚBLICA NAS DESPESAS DA UNIÃO

BRASIL

1890-1934

PERÍODOS	DÍVIDA EXTERNA (contos de réis)	% DA DESPESA	DÍVIDA INTERNA (contos de réis)	% DA DESPESA	OUTROS (1) (contos de réis)	% DA DESPESA	TOTAL (contos de réis)	% DA DESPESA
1890/94	134 263	9,6	114 537	8,2	15 653	1,1	264 453	19,0
1895/99	132 561	6,4	451 641	22,0	22 518	1,1	606 720	29,5
1900/04	223 229	11,8	300 639	15,9	32 359	1,7	556 227	29,4
1905/09	320 794	13,7	179 453	7,6	43 751	1,9	543 998	23,2
1910/14	508 431	14,0	201 484	5,6	50 100	1,4	760 015	21,0
1915/19	845 386	21,3	328 718	8,3	-	-	1 174 104	29,5
1920/24	1 273 859	18,1	492 857	7,0	12 739	0,2	1 779 455	25,3
1925/29	2 015 726	19,3	838 950	8,0	-	-	2 854 676	27,4
1930/34	2 118 587	16,5	1 426 260	11,1	-	-	3 544 847	27,6

Fonte: VILLELA, Annibal Villanova e SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889 - 1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. p.408.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939-40, p. 1410, 1425-26.

penho das suas funções, principalmente levando-se em conta a estrutura da República, onde cada Estado desfrutava de grande autonomia, contando inclusive com força pública própria, capaz de opor-se, com sucesso, ao exercito federal. Pela constituição de 1891, que dividira o bolo tributário entre as diferentes esferas de Governo, os principais tributos que couberam aos Estados foram o Imposto de Exportação e o Imposto Territorial. No caso desse último, o objetivo dos constituintes foi esvaziar a proposta de seu uso, por parte da União, como um instrumento de reforma agrária, conforme pretendiam os membros da primeira administração federal. Ora, o primeiro tributo onerava claramente os produtores, inibia o desenvolvimento do comércio interestadual e era vulnerável às oscilações do mercado mundial, apesar do seu alto rendimento. Além disso, seu sucesso como fonte de recursos para um Estado particular estava na dependência da presença de um forte "setor de mercado externo" na sua economia. O segundo, por sua vez, era politicamente pouco rentável, pois implicava numa tributação efetiva da principal base de sustentação da classe dominante; a terra. Assim, ele só seria efetivamente cobrado nas unidades da Federação onde a correlação de forças favorecesse o campesinato e/ou as classes urbanas. De qualquer modo, os dois impostos não eram capazes de fornecer os recursos indispensáveis ao bom funcionamento das máquinas estaduais, amplamente utilizadas pelas classes dominantes para defender seus interesses específicos. Como conseqüência destes fatores, o conjunto das finanças estaduais apresentou-se inabalavelmente deficitário, obrigando as unidades da Federação a recorrer de forma sistemática, às operações de crédito, quer externas, quer internas. Além disso, os principais estados exportadores do País concentravam a maior parcela da receita desta esfera de governo, em razão dos rendimentos do imposto de exportação. Assim, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco responderam por 58,5% de todas as receitas do conjunto dos Estados entre 1897 e 1930, e, considerando-se o Pará e o Amazonas, que até 1910 foram grandes exportadores de borracha, essa porcentagem se eleva a 65,0%. O único estado cuja economia não se [illegible]

1/ de 1897 a 1910 o Amazonas e o Pará geraram 21,0% das receitas públicas estaduais do Brasil. Depois dessa data, as receitas fiscais dessas unidades da Federação caíram [illegible] como conseqüência da queda das exportações de borracha.

tava em termos de agricultura de exportação, e que participou significativamente no total das receitas estaduais durante a Primeira República foi o Rio Grande do Sul, com 12,0%. Mas neste caso, há de se destacar não somente a sua função de "celeiro nacional", através do abastecimento do mercado interno de alimentos, mas também a importância do imposto territorial na sua pauta tributária, conseqüência do peso da pequena propriedade em sua estrutura agrícola.[18] De mais a mais, a escassez de recursos forçou as administrações estaduais a recorrer sistematicamente aos empréstimos externos e internos. São Paulo, por exemplo, por volta de 1906 já contraíra uma dívida externa de £9,2 milhões, enquanto os outros estados deviam outros £8,5 milhões. A mesma unidade da Federação ainda contratou outros empréstimos externos durante a República Velha, destacando-se o de 1808 de £15 milhões, o de 1926 de £10 milhões e, finalmente, no ocaso da primeira fase republicana, outro grande empréstimo de £20 milhões, em 1930. Estes empréstimos destinaram-se às operações de valorização do café, que o Estado encetou repetidas vezes. No caso de Minas Gerais, também essa unidade da Federação recorreu reptidas vezes ao crédito externo, não sendo sem razão o fato de que o serviço da sua dívida pública tinha absorvido 21,4%, em média, do seu orçamento entre 1897 e 1923. Apesar disso, é fato notório que os mineiros recorriam pouco, em relação aos outros Estados de maior importância no cenário nacional, aos empréstimos externos. Ao todo, em 1930, a dívida externa de todos os estados brasileiros reunidos somava 50,6 milhões de libras, 157,5 milhões de dólares, 227,5 milhões de francos e 10,7 milhões de florins. Os maiores devedores eram, então, os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Uma das conseqüências do *gap* permanente entre as despesas e as receitas do Governo Federal, durante a República Velha, a favor das primeiras, era, indiscutivelmente, a constante colocação do papel moeda em circulação, por parte do Tesouro. Este fenômeno fez-se sentir mesmo depois do governo de Rodrigues

---

[18] Entre 1915 e 1916 o imposto territorial foi o principal item de renda do Rio Grande do Sul.

QUADRO 3.6.12

RECEITA E DESPESA DOS ESTADOS

BRASIL

1897-1934

(Em mil contos de réis)

ANOS	RECEITA	DESPESAS	DÉFICIT	DÉFICIT/RECEITA(1)
1897/99	502 807	568 046	65 239	13,0
1900/04	741 235	809 069	67 834	9,2
1905/09	865 439	996 205	130 766	15,1
1910/14	1 063 322	1 372 245	308 923	29,1
1915/19	1 406 935	1 438 304	31 369	2,2
1920/24	2 702 724	2 828 383	125 659	4,6
1925/29	5 235 607	6 230 243	994 636	19,0
1930/34	5 695 581	7 187 341	1 491 760	26,2

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939-1940. p. 1412-1413.

Nota 1: Em %.

Alves, durante o qual, dando prossegimento à política inaugurada no governo de Campos Sales, acordada durante as negociações do Funding Loan de 1898, encetou-se a retirada das notas do Tesouro em circulação, ao mesmo tempo que suprimiam-se as notas bancárias que haviam se disseminado na primeira metade da década de 1890. A intenção da política monetária da Campos Sales - Rodrigues Alves era a de valorizar o câmbio, facilitando o pagamento do serviço da dívida externa por parte da União, e instaurar a conversibilidade plena do papel-moeda em ouro. Como resultado, o total do "meio circulante" caiu de quase 780 mil contos de réis em 1898 para um mínimo de pouco mais de 669 mil contos em 1905, enquanto a taxa de câmbio se elevava de £0,030 por mil réis para £0,060 no mesmo período. Contudo, essa política começou a afetar os interesses dos fazendeiros, principalmente dos cafeicultores, que viam os preços em cruzeiros da saca de café reduzirem-se, não somente como conseqüência da queda dos preços internacionais, em libras, mas também da valorização da própria taxa de câmbio. Simultaneamente, os cafeicultores passaram a defender a intervenção do governo no mercado do café, o que, ao exigir recursos financeiros, também contrariava a orientação da política econômica da União. A 25 de fevereiro de 1906 iniciou-se o Convênio de Taubaté, que preconizava o primeiro plano para "valorizar" a produção cafeeira nacional, através da retirada do produto do mercado. Para tanto, previa-se a obtenção de um vultoso empréstimo externo de 15 milhões de libras e, como forma de evitar a valorização cambial correspondente, a criação da Caixa de Conversão. A essa instituição caberia, pois, impedir que a elevação do preço internacional do café fosse contrabalançada por um aumento da taxa de câmbio. Ora, esse programa de ação contrariava frontalmente a política econômica preconizada pelo Governo da União. Assim, "o maior obstáculo à aprovação do Convênio de Taubaté, no âmbito federal, residia no Presidente Rodrigues Alves, que mantivera a política de contenção de emissões, equilíbrio orçamentário e valorização da moeda. Ao mesmo tempo, como é sabido, a Casa Rothschild - principal credor do governo federal - opôs-se abertamente a financiar o plano de defesa, temendo que uma empresa arriscada viesse a produzir nova bancarrota financeira, inexecutado no retomada de pagamen-

da dívida."[1] Contudo, os interesses da classe dominante prevaleceram, com a aprovação do Convênio de Taubaté pelo Congresso e a eleição de Afonso Pena, o candidato que defendia a participação da União no programa de valorização do café, que tomou posse a 15 de novembro de 1906. Como resultado da mudança de orientação política, o Governo Federal, além de engajar-se num ambicioso programa de obras públicas, dando prosseguimento à política iniciada pela administração anterior, adotou uma política monetária mais folgada, embora o funcionamento da Caixa de Conversão garantisse, a princípio, a estabilidade monetária pelo menos a curto prazo. Na verdade, a Caixa de Conversão funcionava segundo um mecanismo que implicava na atração da moeda estrangeira que entrava no País, estabelecendo, simultaneamente, um limite às flutuações à taxa de câmbio. Com efeito, a Caixa trocava cruzeiros por divisas, livremente, à taxa de 15 dinheiros por mil-réis, taxa essa um pouco acima da vigorante no mercado cambial. Com isto, haviam pequenos ganhos para quem trocasse câmbio por mil-réis, enquanto que a operação inversa era deixada ao mercado livre, onde se trocavam mil-réis por divisas. Como conseqüência do funcionamento da Caixa de Conversão, num momento de entrada de recursos externos, o montante do papel moeda em circulação, voltou a crescer significativamente em 1907, com a emissão de mais de 41 mil contos de réis. Além disso, o Banco do Brasil, recriado em 1905, foi autorizado a fornecer recursos a São Paulo para a aquisição de cafés de tipos inferiores, contribuindo, com sua expansão de crédito, para pressionar no sentido da colocação de moeda em circulação. O relaxamento da política monetária restricionista e as emissões fizeram com que o sistema bancário voltasse a expandir as suas operações passivas e ativas. Assim, o total dos depósitos do sistema (a vista e a prazo), aumentaram, segundo Pelaez e Suzigan, para 332,9 mil contos em dezembro de 1907, contra 242,4 mil, um ano antes. Contudo, em 1908, a crise que se iniciara nos Estados Unidos em fins do ano anterior chegou ao Brasil, com a queda das exportações e a retração da entrada de capitais de risco, pressionando a

---

[1] FAUSTO, Boris. op.cit. nota , p.237.

Caixa de Conversão, com grande perda de suas reservas e consequente queda do volume do papel moeda em circulação. Contudo, a situação pôde ser contornada, devido à volumosa entrada de capital de empréstimo [20], que proporcionou grandes recursos à Caixa de Conversão, evitando o esvaimento total de suas reservas. Contudo, isto não foi suficiente para impedir a contração do crédito no País, com o surgimento da crise bancária de março de 1908 no Rio de Janeiro, logo após a falência do tradicional Banco União do Comércio. A recessão econômica seria, no entanto, de curta duração, e em 1909 a normalização do comércio externo permitiria a recomposição e mesmo elevação das reservas em divisas da Caixa de Conversão, que atingiriam, em maio do ano seguinte, o seu limite legal de 320 mil contos. Paralelamente, continuou a retomada do crescimento do sistema bancário, com a sistemática elevação do total de seus depósitos, incentivada pela grande colocação de papel moeda em circulação, decorrente dos grandes saldos da balança comercial e da obtenção de novos empréstimos externos em libras, que se transformavam em mil-réis pela Caixa de Conversão, e do reaparecimento dos déficits do Tesouro.

Em 1913 a economia nacional foi sacudida por nova e profunda crise, com a queda abrupta dos preços do café no mercado externo e o aparecimento, pela primeira vez na história da República, de déficit na balança comercial. A recessão fêz-se sentir sobre a Caixa de Conversão, que perdeu grandes recursos em divisas, sobre as finanças públicas, retraindo a arrecadação do imposto de importação e sobre o sistema bancário, com a queda dos depó

---

[20] Em outubro de 1907 o Governo Federal obteve um empréstimo de três milhões de libras, para ajudar São Paulo no plano de valorização: em 22 de julho do ano seguinte ainda se obteve mais um empréstimo de 4 milhões de libras, e mais um foi conseguido pelo Governo Federal, de 100 mil francos, para seu programa ferroviário. Ao todo, ingressaram no País, em 1908, cerca de £23.750 mil. Como o serviço da dívida externa somou £14.168, pode-se verificar o grande saldo de recursos líquidos que entraram, e que serviu para impedir o colapso da Caixa de Conversão.

sitos. Apesar do declínio, a entrada de capitais externos ainda foi suficiente para impedir o colapso da Caixa de Conversão. Contudo, no anos seguinte, a Guerra trouxe o término do fluxo de capitais forâneos, e a remessa de fundos pelos bancos estrangeiros para a Europa, desestabilizando completamente a situação. Assim, com o início do conflito mundial, em julho de 1914, paralizou-se a entrada de capitais estrangeiros, ao mesmo tempo em que o país se via obrigado a remeter 10 milhões de libras esterlinas para atender a compromissos da dívida externa. Em agosto, a taxa cambial, no mercado livre, caiu abaixo da taxa da estabilização, provocando uma corrida nos depósitos da Caixa de Conversão e o seu fechamento.[1] Dois meses depois, o Brasil se encaminharia para um segundo Funding Loan, suspendendo-se por 13 anos os pagamentos de todos os empréstimos, à exceção do próprio Funding.[2] Também o sistema bancário sofreu, com a suspensão durante duas semanas a partir de 3 de agosto, das atividades bancárias. O advento da Guerra provocou grande redução nos rendimentos tributários, num momento em que aumentava a responsabilidade do Estado. Ante à falência da conversibilidade e ao descompasso entre as despesas e as receitas da União, o Governo Federal voltou a recorrer às emissões de papel-moeda. Assim, a 24 de agosto de 1914, o Congresso autorizou o reinício das emissões, limitadas a 250 mil contos. Contudo, um ano depois, a 28 de agosto de 1915 o Decreto nº 2.986 autorizou o Presidente da República a emitir até 350 mil contos de réis, para diversas finalidades. Novo Decreto, (nº 3.316), datado de 16 de agosto de 1917, autorizou nova emissão, desta vez de 300 mil contos, com uma faixa de destinação bastante extensa, inclusive a de fornecer recursos para a segunda operação de "valorização" do café, encetada por São Paulo em fins de 1917 e início de 1918, como resposta à superprodução cafeeira do momento. Ao todo, as emissões de papel moeda totalizaram 803 mil contos entre dezembro de 1913 e dezembro de 1918. Esse quadro de expansão monetária se

---

[1] A Caixa de Conversão voltou a funcionar, intermitantemente, até 1926, quando o resto de suas reservas foi transferido para o Tesouro.

[2] FAUSTO, Boris. Op.cit. acima , p.227.

ria, inclusive, reforçado pela recuperação econômica, iniciada em meados do período bélico, quando a indústria nacional, diante do espaço vazio deixado pela radical diminuição das importações de manufaturados, expandiu aceleradamente a sua produção. O volume crescente de moeda pôde, assim, encontrar uma circulação em crescimento, de modo que, apesar da aceleração da desvalorização cambial e do aumento do nível de preços internos, parte das emissões foi absorvida pela expansão da circulação mercantil. Neste contexto, o aumento dos depósitos bancários se deu a ritmo acelerado, ao mesmo tempo em que expandiam-se as suas operações atuais: entre dezembro de 1914 e dezembro de 1918, enquanto os depósitos nos bancos cresceram de 654,8 mil contos de réis para 1.555,6 mil, os empréstimos aumentaram de 653 mil para 1.367 mil.

Com o término na 1ª Guerra Mundial, ocorreu grande expansão das exportações brasileiras, acicatadas pela política de reestabelecimento dos estoques de matérias primas e alimentos pelos países capitalistas avançados, trazendo a euforia aos negociantes brasileiros e contribuindo para a elevação da taxa de câmbio. Contudo, já no segundo semestre de 1920 a recessão mundial chegou ao Brasil, através da abrupta queda do valor de suas exportações, levando, pela segunda vez durante o período republicano, aos saldos negativos da balança de pagamentos. Apesar do corte dos gastos públicos, o Tesouro Nacional apresentou, por sua vez, uma grande tendência ao déficit, levando o governo, mais uma vez, a recorrer ao expediente das emissões. No entanto, desta vez, a tentativa do então Presidente da República, Epitácio Pessoa, de conseguir recursos para o Tesouro na colocação de papel moeda em circulação foi aproveitada pelos cafeicultores, transformando-se no terceiro programa de valorização do café. Deste modo, pelo Decreto nº 4.182 de 13 de novembro de 1920 criou-se a Carteira de Emissão e Redesconto do Banco do Brasil, autorizada a emitir até 100 mil contos, que seria acionada, pela Lei 14.585 de 18 de outubro de 1922, como instrumento de financiamento da valorização, através da autorização da abertura de créditos para as operações de café. Mas já então o teto das emissões da Carteira de Redescontos havia sofrido aumentos sucessivos, passando para 200 mil con-

tos de réis em junho de 1927 e para 300 mil em outubro de 1922. Esse processo teria prosseguimento ainda em 1922, com nova elevação do teto de emissão da Carteira, desta feita para 400 mil contos em novembro. Como conseqüência dos grandes déficits da União entre 1919 e 1923, que somaram quase 1,7 milhões de contos de réis, e do funcionamento da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil (que, inclusive, servia para cobrir os déficits), foram emitidos 948,8 mil contos durante o mesmo período, facilitando a expansão do sistema bancário brasileiro, cujos depósitos cresceram 113,2% entre dezembro de 1919 e dezembro de 1923, alcançando os 3,3 milhões de contos, apesar dos distúrbios oriundos da crise de 1920.

A existência de grandes déficits na execução orçamentária do Tesouro Nacional, principalmente a partir de 1914, quando eclodiu a Guerra, e a política de emissões sucessivas de papel moeda tinham provocado, apesar de seus efeitos positivos sobre a atividade econômica interna, inclusive sobre o setor cafeeiro, sustentáculo principal das classes dominantes, uma crescente onda inflacionária e um processo acelerado de desvalorização cambial. A inflação, apesar de originar-se numa política de apoio aos fazendeiros, não era vista com bons olhos por eles mesmos, dado o crescimento constante de seus custos de produção. Ademais, a desvalorização do câmbio agravava a situação financeira da União, comprometida seriamente com o serviço da dívida externa. Apesar de amparadas no gasto público, as classes dominantes diagnosticavam o fenômeno, como sempre, do ponto de vista da despesa pública, tida como a responsável pelos grandes déficits do Estado. Dentro desta perspectiva, tomou posse em novembro de 1922 o Presidente Arthur Bernardes, cuja bandeira, do ponto de vista financeiro, era a redução dos gastos públicos e a ortodoxia monetária. Com efeito, apesar da permanência de um saldo negativo orçamentário de 211 mil contos em 1923, representando 24,7% das receitas do Tesouro, no biênio seguinte o déficit cairia para apenas 1,8% das receitas públicas, voltando a crescer para 12,3% no ano seguinte. Na órbita monetária, Arthur Bernardes tentou, mais uma vez, vincular a moeda a qualquer lastro metálico, baixando o De-

creto 4.635-A de 8 de janeiro de 1923 que transformou o Banco do Brasil num verdadeiro "Banco Central", dotando-o do monopólio da emissão do papel-moeda, com a retirada do poder correspondente do Tesouro. De acordo com a nova legislação, as emissões deveriam ser realizadas sobre o lastro de 1/3 em ouro e 2/3 em títulos de crédito, fixada uma paridade do ouro de 20 mil-réis por libra esterlina. A moeda emitida pelo Banco do Brasil seria livremente conversível em ouro à taxa de 12 dinheiros por mil-réis, desde que essa taxa fosse atingida no mercado livre e sustentada por mais de três anos. As notas do Banco iriam gradualmente substituir o papel-moeda do Tesouro, caído em descrédito. Apesar dessas medidas, em 1924 a volta da recessão, agravada pela revolta armada que abalou São Paulo e outros Estados, fizeram com que, diante da nova situação, o Banco do Brasil fosse acionado, de modo que em outubro de 1924 as suas emissões tinham atingido o máximo. Contudo, uma vez debelada a revolta, iniciou-se nova política deflacionária, que se traduziria pela redução do papel moeda em circulação, ao mesmo tempo em que se suspendiam a maior parte das obras públicas, de modo a se reduzir o déficit do Tesouro. Apesar dessa medida e da suspensão do redesconto via Banco do Brasil de julho a outubro de 1926, os gastos militares impediram o equilíbrio fiscal, pressionando o papel moeda em circulação. No entanto, já então São Paulo havia se engajado na política de Defesa Permanente do Café, com a contratação de um empréstimo inicial de 10 milhões de libras esterlinas junto à casa Lazard Brothers Co. Diante das expectativas de melhoria da situação no balanço de pagamentos, como resultado do empréstimo externo e da elevação esperada dos preços do café, o Governo resolveu atuar, de modo a evitar grande aumento da taxa de câmbio. Assim, liquidou-se, em termos práticos, com a Reforma de 1923, criando-se a Caixa de Estabilização e determinando-se o retorno, agora absoluto, ao padrão-ouro com a plena conversibilidade de toda a moeda em circulação. Com o funcionamento da Caixa de Conversão, a grande entrada de recursos externos e a existência de saldos na balança comercial [2], o Banco

[1] Decreto 5.108 de 18 de dezembro de 1926 e Decreto 17.618 de 5 de janeiro de 1927.

[2] Em 1927 e 1928 o Brasil recebeu £51.915 mil em empréstimos externos. Como o saldo da balança comercial somou £15.[illegible] e o total do serviço [illegible] aumentou [illegible] isto significa, [illegible] descontado [illegible] outros [illegible]

do papel moeda emitido aumentou em 1927 e 1928, dando suporte à expansão das operações ativas e passivas do sistema bancário, cujos depósitos saltaram de 3.715 mil contos em dezembro de 1926 para quase 5.339 mil dois anos depois, enquanto os empréstimos aumentavam de 3.765 mil para 6.009 mil contos, no mesmo período.

A instituição do Plano de Defesa Permanente ensejou uma profunda reformulação das relações comerciais e financeiras envolvidas no complexo cafeeiro. Com efeito, com essa operação de valorização do produto, consolidou-se uma nova estrutura, cuja montagem se vinha processando há muito, em que o Estado assumia o papel de primeiro intermediário, através de sua rede de armazenamento, ao mesmo tempo que financiava os cafeicultores, que descontavam no sistema bancário warrants sobre o café depositado nos armazéns. Na verdade, o novo esquema originou-se nas tentativas, encetadas quando da realização da terceira valorização (1921-1924), de regular a entrada de cafés nos portos brasileiros, de modo a evitar-se a drástica queda de seus preços durante o período de safra. Se se dispusesse de uma adequada rede de armazenamento, o produto poderia ficar estocado durante o período crítico, evitando-se, desse modo, as flutuações sazonais de seus preços, favorecendo os cafeicultores. Mas, além disso, a estratégia da defesa permanente previa a estocagem do café no Brasil, em lugar de nos países importadores, conforme o efetivado nas operações anteriores. O objetivo era evitar que grande parte dos lucros da operação fosse apropriada pelos importadores estrangeiros, como ocorrera até então. Para tanto, também seria indispensável a posse de uma estrutura de armazenamento adequada, quer nos portos, quer nos entroncamentos ferroviários de maior importância. Inicialmente, em princípios da década de 1920, o Governo Federal construiu armazéns reguladores, objetivando apenas controlar a chegada do café nos portos de embarque. Contudo, com a subida de Artur Bernardes ao poder e a adoção de uma política de corte dos gastos da União, esses armazéns foram vendidos ao Estado de São Paulo, pelo seu preço de custo, através do Decreto nº 4.868 de 7 de novembro de 1924. Esses armazéns seriam amplamente utilizados no esquema paulista da defesa permanente, juntamente com o Banco do Estado de São Paulo, que, criado em novembro de 1926, por sua

realizar as operações financeiras do esquema, adiantando recursos aos cafeicultores, com base nos seus depósitos nos armazéns. Como é fácil concluir, esse sistema fortalecia a posição dos fazendeiros, que podiam aguardar o momento mais adequado para vender definitivamente a sua safra, retirando-a do mecanismo de especulação montado pelos exportadores. Simultaneamente, do ponto de vista externo, impedia-se o movimento especulativo dos importadores estrangeiros, que não podiam mais formar grandes estoques nas conjunturas de queda dos preços do produto e evitar as compras nos momentos de sua elevação.

Em fins de 1928 a economia brasileira dava seus primeiros sinais de recessão, com o aumento do número de falências, entre as quais se destacavam muitas empresas industriais, combalidas pela forte concorrência estrangeira, propiciada pela deterioração das barreiras alfandegárias na segunda metade dos anos vinte. Com a onda de falências, os bancos restringiram seu crédito, embora isso não fosse suficiente para resguardá-los dos efeitos nocivos do fenômeno. Apesar da recessão seletiva, a atividade econômica prosseguiu sem grandes abalos, alimentada pela onda expansiva da cafeicultura, sustentada pelo Plano de Defesa Permanente do café, finalmente encampado pelo Governo Federal em dezembro de 1927, quando um decreto autorizou-o a regular o comércio do produto.

Em meados de 1929 delineou-se nova crise cafeeira, desta feita em plena vigência de um esquema de valorização do produto. Na verdade, a crise denunciava a contradição imanente contida na relação creditícia, que servia de suporte à "defesa" do café. De fato, os fazendeiros recebiam adiantamentos sobre sua produção efetivada, antes mesmo da venda do produto no mercado. Havia, pois, o suposto implícito que o mercado reconheceria, efetivamente, os preços de produção do produto, uma vez decorrido todo lapso de tempo. No entanto, essa antecipação das condições da

Não foi por acaso, pois, que a política da defesa permanente irritou os interesses estrangeiros e, inclusive, o governo norte-americano, provocando uma grande campanha contra o café brasileiro nos Estados Unidos.

demanda, traduzida, em termos práticos, na garantia da aquisição da produção a preços compensadores, exercia forte incentivo sobre os produtores, levando-os a ampliar a sua produção. Contudo, o aumento da oferta resultante solapava as condições de mercado, embora isto não se revelasse, pois os adiantamentos continuavam a fluir aos cafeicultores, financiando efetivamente a formação de volumosos estoques. Esse processo continuou até quando, em meados de 1929, esgotaram-se as fontes de crédito, no mesmo momento em que grande parte da safra de 1928 continuava sem colocação, aumentando os grandes estoques já disponíveis. Reagindo de forma tradicional, o Estado de São Paulo, principal sustentáculo do Plano de Defesa Permanente, contraiu dois novos empréstimos, o primeiro de 2 milhões de libras e o segundo de 22 milhões. Contudo, já era tarde, e o advento do crack da Bolsa de Nova York, precipitou a crise mundial arrastando para o fosso os preços do café e solapando as expectativas sem qualquer chance de recuperação. "Os bancos restringiram a concessão de crédito e reduziam as suas operações sobre café, procuraram elevar a sua liquidez."[32] Contudo, já era tarde, pois os bancos haviam emprestado recursos em excesso à cafeicultura, sem que essa tivesse condições, como ficaria claro mais adiante, para repor o capital emprestado. Por outro lado, o então Presidente da República, Washington Luiz, respaldado na ortodoxia financeira, tentou, depois de retirar o apoio federal ao programa de valorização, sustentar a taxa de câmbio, deixando com que os preços do café caíssem. No entanto, "a sustentação da taxa cambial facilitou a saída de capitais do país, através da troca de notas da Caixa de Estabilização, provocando seu colapso. Por sua vez, a diminuição da receita de divisas acabou por se refletir na taxa cambial que entrou em declínio."[33] Assim, o valor das exportações em libras caiu de 94,8 milhões de libras em 1929 para 65,7 milhões no ano seguinte, enquanto a taxa de câmbio

---

[32] DELFIM NETTO, Antônio. op.cit. nota 166 , p.96.

[33] FAUSTO, Boris. op.cit. nota 166, p.247.

baixava de 0,025 libras por mil réis para 0,020, no mesmo período. Todo o sistema monetário montado em fins de 1926 e inícios de 1927 entou, pois, em colapso, ao mesmo tempo em que se agigantava o déficit fiscal, que atingiu 833 mil contos em 1930, correspondendo a 52,6% das receitas da União, como resultado da violenta retração das importações e, portanto, do rendimento do imposto de importação, principal base tributária do Governo Federal. Contudo, os saldos negativos da execução orçamentária viram-se contrabalançados pela fuga de capitais do País, que, pelo mecanismo da Caixa de Estabilização, até quando esta funcionou, implicava em redução do meio circulante. Deste modo, o volume do papel-moeda em circulação, apesar das emissões maciças para sustentar o aparelho público, reduziu-se entre 1929 e 1930. O sistema bancário, por sua vez, viu-se seriamente comprometido, com uma carteira de títulos sem qualquer valor, de cafeicultores semi-arruinados, exigindo, pois, decisiva ação do Governo, no sentido de garantir sua sobrevivência. A rigor, como ficaria demonstrado anos depois, todo o sistema econômico sofria forte abalo, impulsionando o aparelho Estado, solicitado para sustentá-lo naquele momento de crise profunda, a intervir decisivamente na órbita econômica.

QUADRO 3.6.13

EVOLUÇÃO DO PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO (1)

BRASIL

1886-1934

ANOS	VALOR (contos de réis)	ANOS	VALOR (contos de réis)	ANOS	VALOR (contos de réis)
1886	213 583	1903	674 979	1926	1 848 297
1887	202 292	1904	673 740	1921	2 098 254
1888	205 288	1905	669 493	1922	2 366 454
1889	211 011	1906	702 075	1923	2 648 927
1890	279 730	1907	743 564	1924	2 963 997
1891	448 454	1908	724 070	1925	2 706 977
1892	523 925	1909	853 732	1926	2 589 304
1893	631 861	1910	924 995	1927	3 004 885
1894	712 359	1911	981 665	1928	3 379 026
1895	678 066	1912	1 003 731	1929	3 394 347
1896	712 355	1913	896 835	1930	2 842 151
1897	780 329	1914	980 283	1931	2 941 970
1898	779 965	1915	1 076 650	1932	3 238 463
1899	733 819	1916	1 217 120	1933	3 036 830
1900	699 632	1917	1 483 975	1934	3 157 374
1901	680 451	1918	1 700 087	-	-
1902	675 537	1919	1 748 391	-	-

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Ano V, 1339-40, p.1353.

NOTA 1: Inclui notas de bancos particulares.

QUADRO 3.6.14

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS NOS BANCOS COMERCIAIS[1]

BRASIL

1866-1934

ANOS	DEPÓSITOS A VISTA	DEPÓSITOS A PRAZO	TOTAL	ANOS	DEPÓSITOS A VISTA	DEPÓSITOS A PRAZO	TOTAL
1886	60,0	86,1	146,1	1911	490,5	192,1	682,6
1887	61,2	78,4	139,6	1912	480,5	217,0	697,5
1888	78,3	78,9	157,2	1913	445,4	247,8	693,2
1889	121,6	98,2	319,8	1914	394,4	260,4	654,8
1890	323,9	178,2	502,1	1915	432,6	276,2	708,8
1891	476,6	210,2	686,8	1916	546,2	324,8	871,0
1892	306,1	177,6	483,1	1917	756,6	356,8	1 113,4
1893	257,7	164,0	421,7	1918	1 046,6	509,0	1 555,6
1894	298,0	191,5	489,5	1919	1 183,8	730,4	1 914,6
1895	311,5	192,9	504,4	1920	1 414,4	920,8	2 335,2
1896	330,0	190,3	520,3	1921	1 884,0	894,2	2 778,2
1897	363,3	191,7	555,0	1922	2 370,0	756,2	3 126,2
1898	354,6	190,0	544,6	1923	2 554,2	762,6	3 316,8
1899	325,7	185,0	510,7	1924	2 738,6	821,0	3 559,6
1900	202,5	116,9	319,4	1925	2 681,6	914,2	3 595,8
1901	163,7	64,8	228,5	1926	2 719,0	996,4	3 715,4
1902	169,8	40,8	210,6	1927	3 102,0	1 431,2	4 533,2
1903	160,7	40,5	201,2	1928	3 542,4	1 796,2	5 338,6
1904	206,5	44,1	250,6	1929	3 296,4	2 099,4	5 395,8
1905	218,9	47,7	266,6	1930	3 027,4	2 302,8	5 330,2
1906	187,6	54,8	242,4	1931	3 530,6	1 983,6	5 514,2
1907	265,0	67,9	332,9	1932	4 349,8	1 639,8	5 989,6
1908	303,2	81,3	384,5	1933	4 637,4	1 512,4	6 149,8
1909	307,2	130,5	437,7	1934	4 829,4	1 725,4	6 554,8
1910	375,5	156,3	532,8	-	-	-	-

Fonte: PELAEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976. p.448-455.

QUADRO 3.6.15

EVOLUÇÃO DA TAXA MÉDIA DE

CÂMBIO NA PRAÇA DO RIO DE JANEIRO

1886-1934

(Em mil-réis por libra esterlina)

ANOS	CÂMBIO	ANOS	CÂMBIO	ANOS	CÂMBIO
1886	12$843	1903	20$000	1920	16$463
1887	10$696	1904	19$642	1921	28$710
1888	9$505	1905	15$103	1922	33$175
1889	9$078	1906	14$826	1923	44$265
1890	10$637	1907	15$770	1924	40$000
1891	16$101	1908	15$835	1925	38$985
1892	19$948	1909	15$835	1926	33$319
1893	20$701	1910	14$783	1927	40$635
1894	23$707	1911	14$898	1928	40$315
1895	24$151	1912	14$855	1929	40$581
1896	26$483	1913	14$898	1930	49$389
1897	31$093	1914	16$220	1931	62$439
1898	33$391	1915	19$104	1932	48$075
1899	32$269	1916	19$896	1933	52$603
1900	25$263	1917	18$709	1934	59$703
1901	21$099	1918	18$462	-	-
1902	20$052	1919	16$516	-	-

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, Ano V. 1939-40 p.1358-1354.

c) Gênese da grande indústria

Como se viu anteriormente, a reformulação das relações de produção, com a superação do escravismo e a emergência do trabalho assalariado e das diversas formas de parceria e de "troca de serviços", permitiu a liberação das forças produtivas, que passaram a expandir-se vigorosamente. Reverteu-se, assim, o sentido da causalidade anterior, segundo a qual a desenvolução das forças produtivas, ao entrar em choque com as relações de produção, levaram o sistema escravista a estalar, arrastando consigo a Monarquia. Com a nova ordenação das relações de produção e o advento da República, incrementou-se a entrada de imigrantes no País, dando suporte à expansão da grande lavoura de exportação, particularmente da cafeicultura. Paralelamente, desenvolveu-se a pequena produção camponesa, que encontrou terreno fértil ao seu desabrochar nos Estados do Sul. O desenvolvimento da cafeicultura e das outras lavouras de exportação induziu a instalação de um moderno sistema de transportes, articulado em verdeiros "corredores de exportação", calcados no binômio ferrovias-portos. Paralelamente, a expansão exportadora incrementou o desenvolvimento comercial e financeiro, ao mesmo tempo em que dava nova base tributária ao aparelho de Estado, em suas diversas esferas, permitindo a ampliação de suas funções, de molde a atender os reclames das classes dominantes. Como coroamento de todo esse processo de expansão das forças produtivas, proporcionado pelo dinamismo das culturas de exportação, nomeadamente da cafeicultura, assentada no trabalho assalariado, desencadeou-se a industrialização no Brasil, dando prosseguimento à instalação da grande indústria mecanizada no País, cujas primeiras unidades se instalaram em meados do século XIX.

Neste sentido, Sérgio Silva considera a industrialização como a última fase do período de transição ao capitalismo, na qual há a adequação definitiva das forças produtivas às relações capitalistas de produção.

A respeito do desenvolvimento industrial do Brasil durante a República Velha, ver:

...

BAER, Werner. Esforços de industrialização anteriores à II Guerra Mundial. In: A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 1979. p.9-28.

___. Evolução histórica: do período colonial aos dias atuais. In: Siderurgia e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. p.71-111.

BAETA, Nilton. A indústria siderúrgica em Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial/FJP, 1973. 309p.

BAER, Werner, e VILLELA, Anníbal V. Alguns comentários à "Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil" de Albert Fishlow. Estudos econômicos. São Paulo. 3(1):129-134, abril 1973.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, e Rio de Janeiro, DIFEL, 1977.317 p.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo. São Paulo, DIFEL, 3ª Edição. 269p.

___. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris. (org.) op. cit. nota 1, p.249-283.

FISHLOW, Albert. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. In: Estudos econômicos. São Paulo, 2(6):7-75, dez. 1972.

FRITSCH, Winston. Aspectos da política econômica no Brasil 1906-1914. In: NEUHAUS, Paulo. Economia Brasileira: uma visão histórica. Rio de Janeiro, CAMPUS, 1980. p.257-315.

GOMES, Francisco Magalhães. História da siderurgia no Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1983. 409p.

GRAHAN, Richard. A Grã-Bretanha e a industrialização do Brasil. In: Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. 1850-1914. São Paulo, Brasiliense, 1973. 380p.

LIMA, João Heraldo. Café e indústria em Minas Gerais., 1870-1920 Petrópolis, Vozes, 1981. 188 p.

LIMA, Heitor Ferreira. A república do café. In: História político-econômica e industrial do Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976. p.287-339.

LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização do Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975. 224 p.

MELLO, João Manuel. O capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense.

NORMANO, J. F. Evolução econômica do Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939. 313p.

PERRUCI, Gadiel. A cidade do Recife: concentração comercial e industrial. In: A república das usinas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 129-147

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha gaúcha. Porto Alegre, Movimento/IEL, 1980. 205p.

...

Na realidade, todo esse processo de expansão das forças produtivas, resultante da reforma das relações de produção, com o término do escravismo e a emergência do trabalho assalariado e da economia de "troca de serviços", representou o avanço crescente da divisão social do trabalho. Com efeito, uma vez rompido o escravismo, estavam eliminados definitivamente os principais limites impostos à especialização dos agentes da produção. Assim, simultaneamente, criavam-se as condições mais favoráveis à generalização da produção mercantil. Como resultado, acelerou-se extraordinariamente a decadência da indústria doméstica rural e do artesanato independente, com o aumento do ritmo da separação entre a indústria e a agricultura, e, inclusive, com o aprofundamento da cisão desta última atividade em diversos ramos especializados.

Evidentemente, este processo não ocorreu de forma acelerada, uma vez que havia uma correspondência entre o seu ritmo e o de desenvolvimento das forças produtivas. Deste modo, a própria restrição à expansão das forças produtivas, que a herança escravista e latifundiária iria impor, repercutiria cerceando a expansão da divisão social do trabalho. Inversamente, a lentidão do aprofundamento da especialização, restringiria a generalização

---

...

PRADO JÚNIOR, Caio. A industrialização. In: História econômica do Brasil. São Paulo. Brasiliense, 1981. p.257-69.

REICHEL, Heloísa Jochims. A indústria têxtil do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, IEL/Mercado Aberto, 1978. 102p.

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-ômega, 1976. 120p.

SIMONSEN, Roberto. Indústria. In: _____. Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1973. p.3-151.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977. 376 p.

SOBRÉ, Nelson Werneck. Op. cit. nota 9.

STEIN, Stanley J. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil. Rio de Janeiro, Fundo [illegible], 1979. [illegible]p.

VILLELA, Annibal Villanova, e SUZIGAN, Wilson. Op. cit. nota 9.

SUZIGAN, Wilson. Uma nota sobre "origens e consequências do processo de substituição de importações no Brasil" de Albert Fishlow. [illegible] econômica, São Paulo, [illegible]:[illegible]-[illegible], dez. 1972.

da produção mercantil, tolhendo a evolução das forças produtivas.

Seja como for, o fato é que, apesar de todas as dificuldades encontradas ao avanço da divisão social do trabalho, o caráter autárcico da unidade produtiva, como prevalecia durante o período escravista, estava radicalmente comprometido, sendo apenas uma questão de tempo a sua supressão definitiva, que se encontraria na dependência do maior ou menor avanço das relações de produção.[29] Estavam rompidas as barreiras, pois, que inibiam o nascimento da grande indústria capitalista no País.

Dentro do processo de instalação da grande indústria mecanizada no País, o papel de centro motor coube indiscutivelmente à lavoura cafeeira, que se tornou o elemento nucleador de um verdadeiro "complexo econômico", na conceituação de Wilson Cano, ou seja, de um conjunto econômico integrado em processo dinâmico de crescimento. Neste sentido, as vicissitudes do mercado do café passaram a responder pelo conjunto da economia brasileira, determinando seus períodos de prosperidade, auge, crise, depressão e recuperação. Além disso, a própria montagem dos outros elementos do "complexo econômico" do café, vale dizer, o sistema de transportes, o setor comercial e financeiro, a produção agrícola alimentar, etc, passou a depender da expansão da cafeicultura, de tal modo que Sérgio Silva chega, inclusive, a considerar todos esses elementos como diversos "aspectos da uma mesma forma de capital, do "capital cafeeiro". Sem entrar no mérito da questão do caráter dessa forma, o fato é que também a implantação da grande indústria no Brasil estava dependente, nesta fase de desenvolvimento da economia brasileira, dos sucessos e insucessos do café, principal produto de exportação do País. Assim, a implantação da indústria assumia um caráter subordinado face à dinâmica da economia cafeeira, que determinava o perfil da acumulação de capital no período.

---

[29] Quem expôs com mais clareza e brilhantismo a importância fundamental da divisão do trabalho para o desenvolvimento da indústria brasileira foi:

PAIM, Gilberto. Industrialização e economia brasileira. Rio de Janeiro, [illegible], 1967. [illegible] p.

Isto não quer dizer, é verdade, que as outras culturas de exportação e mesmo as lavouras de mercado interno, ou, se se quiser a grande exploração agrícola não cafeeira e a pequena economia camponesa, não tivessem qualquer papel no processo de industrialização do Brasil durante a República Velha. Antes, pelo contrário, como já se demonstrou anteriormente, e como salienta Paul Singer, [1] a industrialização brasileira durante a primeira fase republicana assumia um caráter nitidamente regional, refletindo justamente as diferenças regionais da base agrícola, que, ao funcionar como o hinterland da grande indústria urbana, condicionava a instalação da indústria e o crescimento urbano, conferindo às diferentes regiões do País particularidades próprias em relação ao ritmo de instalação e à estrutura da indústria emergente. Por outro lado, não pode ser negligenciado, como demonstrou Roberto Santos, [2] o papel da borracha na ampliação do mercado interno para a produção das outras regiões do Brasil fora da Amazônia e na geração de divisas para o País, permitindo-lhe aumentar a sua capacidade de importar e, desta forma, ampliar a sua importação de máquinas e equipamentos para a indústria.

---

[1] Ver:
SINGER, Paul. op. cit. nota . Também Sérgio Silva e Wilson Cano reconhecem explicitamente a proposição. Assim, o primeiro afirma que "um estudo sobre as origens da industrialização em todo o Brasil implicaria uma série de análises regionais" (op. cit. nota p.17), enquanto que o segundo realiza um exaustivo estudo a respeito, demonstrando as raízesda concentração industrial em São Paulo e a sua estreita vinculação com a cafeicultura estadual, assim como as relações entre a indústria das outras regiões do Brasil (Nordeste, Rio de Janeiro e Região Sul) e sua base agrícola. Finalmente, Antônio Barros de Castro, parece aceitar, de forma implícita, a mesma posição. Ver: "A herança regional no desenvolvimento econômico" e "A industrialização descentralizada no Brasil", 7 ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Jan., Forense-Univ. 1975, v.

[2] Segundo Roberto Santos, as contribuições da economia gomífera amazonense para o processo de industrialização brasileira foram basicamente duas: geração de vultosos saldos líquidos em divisas, que foram transferidos para o restante do Brasil; e de grandes recursos fiscais, transferidos para a União. Além desses, não deveria ser negligenciado o seu papel de mercado para a produção de outras regiões do País.
Ver:
SANTOS, Roberto. Um balanço histórico. In.: op. cit. nota p.283-312.

Contudo, "o café, como atividade nuclear do complexo cafeeiro, possibilitou efetivamente o processo de acumulação de capital durante todo o período anterior à crise de 1930. Isto se deveu, não só ao alto nível da renda por ele gerado, mas, principalmente, por ser o elemento diretor e indutor da dinâmica da acumulação do complexo, determinando inclusive grande parte da capacidade para importar da economia brasileira".[2] Além disso, o café conformou o *hinterland* do principal pólo brasileiro de industrialização, representado pelo núcleo centrado na cidade de São Paulo, onde se concentraria o grosso da grande indústria do País durante a Primeira República, principalmente de seus setores mais dinâmicos, como o ramo têxtil algodoeiro. Deste modo, o futuro "centro" da economia brasileira que imporia às outras regiões do Brasil um sistema de relações do tipo "centro-periferia", seria o resultado da dinâmica do "complexo cafeeiro" paulista, salientando a sua importância nos rumos da industrialização brasileira.

Em 1886, como já se salientou inúmeras vezes, a economia brasileira entrou em novo período de expansão, impulsionada pela elevação dos preços do café. Desta feita, contudo, o "boom" cafeeiro se daria dentro das relações capitalistas de produção, no caso do Oeste Paulista, onde a abolição de fato da escravidão ocorreu em 1887, com o sucesso do movimento de fuga em massa dos escravos das fazendas, provocando a concessão da liberdade por parte dos plantadores. A extraordinária onda expansiva, que resultaria no plantio de 465 milhões de pés de café entre 1886 e 1897, provocou substancial aumento do valor das exportações brasileiras, possibilitando a manutenção da taxa de câmbio a nível mais elevado, com sua valorização entre 1886 e 1889, ao mesmo tempo em que aumentava o ingresso de capital estrangeiro no País. O forte impulso nascido do setor exportador da economia, logo irradiaria efeitos benéficos sobre o conjunto do sistema econômico, aumentando a demanda de meios de consumo e de meios de produção, num momento em que se formava o mercado de trabalho, sob o influxo dos

---

[2] CANO, Wilson. op. cit. nota , p.172.

imigrantes. Neste contexto, a incipiente indústria nacional, cujas primeiras instalações tinham sido assentadas durante o II9 Império, viram-se favorecidas, principlamente devido ao fato de que a melhoria das relações de intercâmbio e a folga da situação cambial decorrentes da expansão cafeeira deram-se depois da última revisão tarifária importante levada a efeito ainda no período monárquico, encetada no próprio ano de 1886. Segundo Stanley Stein, essa modificação das tarifas favoreceu de forma particular a indústria têxtil algodoeira, através do aumento das taxas que gravavam os tecidos importados. "A revisão consolidou as sobretaxas sobrepostas à tarifa anterior, adotou a taxa de câmbio de 24d por mil-réis para os preços oficiais e estabeleceu a taxa de 48% *ad valorem*, preparando o terreno para "novas adições ao adicional'". Assim, ao mesmo tempo em que o câmbio alto possibilitava a importação de máquinas, equipamentos e matérias primas e preços favoráveis, em termos de mil-réis, a tarifa elevada garantia parcela do mercado doméstico para a indústria nacional. Ademais, ainda em 1886 foram concedidos outros favores governamentais à indústria brasileira, que pôde contar com isenção de direitos para a importação de máquinas destinadas à instalação inicial de qualquer indústria. Como conseqüência, contando com um mercado em expansão, representado pela demanda derivada do setor cafeeiro, com mão-de-obra adicional, resultante do afluxo de imigrantes e do impulso abolicionista, com proteção tarifária e com grandes facilidades para a importação de máquinas e equipamentos, a indústria brasileira conseguiu engajar-se numa nova onda industrializante. A importância desse novo impulso na formação industrial do País ficou, inclusive, registrado nas poucas estatísticas básicas que possuem informações sobre o período, como no caso do Censo de 1920. Assim, esse recenseamento demonstrou que entre 1885 e 1889 foram fundados 248 estabelecimentos industriais que ainda sobreviviam em 1920, correspondendo a um capital, neste último ano, de 203,4 mil contos, ou 11,2% do total do capital empregado na indústria brasileira nesse último ano. A existência do impulso industrializante pode ser constatada pelo fato de que o número de estabeleci

---

STEIN, Stanley, op. cit. nota , p.94.

mentos fabris que tinham sido criados entre 1880 e 1894 e que ainda persistiam em 1920 era de 150 unidades, correspondendo a um capital de apenas 58,4 mil contos, ou 3,2% do total imobilizado.

Com a reforma bancária de 1888, o novo reajuste das tarifas alfandegárias dos tecidos de algodão em 1889, ainda no período imperial, com o advento da República e a instituição da tarifa-ouro em 1890, esse processo de industrialização ganhou novo empuxo, conhecendo o seu período de auge durante a fase do "Encilhamento." Com efeito, ainda em 1889, o gabinete de Ouro Preto efetuou a famosa reforma do sistema bancário, criando os bancos de emissão, que deveriam ser aproveitados pelo Governo Provisório, que lhes daria um cunho regionalista, dentro da concepção bancária de Rui Barbosa, formalizada em janeiro de 1890. Em 1889, por outro lado, o Governo Imperial conseguiu um empréstimo de 6,0 milhões de libras, que deveria ser repassado à agricultura pelo sistema bancário. Finalmente, em 1890 baixou-se o Decreto nº 164, que, mantendo os dispositivos da lei de 1882, favorecia amplamente a criação de novas empresas, além do Decreto nº 836 de 11 de outubro, que resultou em ligeira elevação dos direitos aduaneiros e do Decreto nº 804 de 4 de outubro, que instituiu a cobrança de parte desses dinheiros em ouro (a quota-ouro). Como resultado dessas medidas, e do ambiente de euforia causado pela expansão exportadora e pelo discurso industrializante dos novos governantes, deslanchou-se o processo especulativo conhecido como "Encilhamento", que redundaria na formação de centenas de empresas e instituições bancárias, muitas das quais sem quaisquer perspectivas de sucesso. Assim, segundo Rui Barbosa, no seu Relatório do Ministro da Fazenda, de 1891, o capital das empresas organizadas entre 13 de maio de 1888 e 15 de novembro de 1890 alcançou 403 mil contos de réis, e o capital das empresas fundadas entre essa última data e 20 de outubro de 1890 atingiu 1.169,4 mil contos. Em compensação, nos 64 anos anteriores à Abolição, o total do capital das empresas organizadas teria alcançado apenas 411 mil contos. Como consequência, em fins de 1890 o capital nominal das sociedades por ações que tinham sido registradas na Junta Comercial do Rio de Janeiro superava a dívida federal interna e externa. Mesmo na anos

do crack, isto é, nas primeiras semanas de fevereiro de 1891, ainda foram fundadas muitas empresas, com um capital próximo aos 700 mil contos de réis. Ao todo, segundo Taunay, no biênio do auge do processo especulativo, ou seja, em 1890-1891, foram arquivados na Junta Comercial do Rio de Janeiro os estatutos correspondentes a 89 bancos e 549 companhias, totalizando 2.720.500 contos de réis. É claro que nem todas essas empresas que foram criadas durante o Encilhamento eram unidades fabris, mas mesmo assim o número e o capital nominal das indústrias que foram fundadas no período não foram pequenos. Deste modo, somente entre 15 de novembro de 1889 e outubro de 1900 o capital nominal dos novos empreendimentos industriais somou 47.540 contos de réis, um montante superior em quase um terço à toda a capitalização realizada no setor anteriormente. No caso das indústrias têxteis de algodão registradas na Bolsa do Rio de Janeiro, seu capital social aumentou de 13.500 contos de maio de 1889 para 72.550 contos em agosto de 1891, atingindo 84.210 contos em janeiro de 1892, quase um ano depois do término desastroso da especulação, com o crack de fevereiro de 1891. Evidentemente, esse enorme volume de capital não correspondia à existência de capital efetivo, representado por máquinas, equipamentos, instalações, estoques de matérias primas e fundos de dinheiro em espécie, não propriamente devido ao caráter fictício do capital investido em ações,[4] mas em razão do fato de que grande parte deste montante nunca ter sido integralizado, além de que, mesmo parcela do total integralizado representar capital de empresas realmente fictícias, ou sem quaisquer perspectivas de rentabilidade positiva. Assim, em outubro de 1889, em meio ao Encilhamento, mais ainda distante dos meses de loucura total, o capital nominal dos 38 bancos registrados na junta comercial do Rio de Janeiro havia alcançado 464,0 mil contos, enquanto que

[4] A ação representa apenas um direito à renda auferida pela empresa, não constituindo, pois, como qualquer título de renda, capital efetivamente imobilizado na forma de meios de produção, força de trabalho em atividade, mercadorias e recursos monetários, que se encontram à disposição da empresa. Sua valorização se dá em função da renda esperada da empresa, capitalizada à taxa de juros de mercado, resguardadas as diferenças relativas a risco, prazo e liquidez em relação a outros títulos de renda. Daí seu caráter fictício. Ver:
GONTIJO, Cláudio. O capital financeiro. Belo Horizonte, UFMG, 1983. 56p. mimeografado.

o capital realizado não ultrapassava os 150,6 mil, ou seja, apenas 32,5%. Em dezembro do mesmo ano, as estradas de ferro nacionais possuíam um capital nominal de 176,1 mil contos, contra um capital realizado de 110,8 mil, ou 62,9%. No caso das companhias de tecidos de algodão registradas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, seu capital social em agosto de 1891, seis meses depois do crack, elevava-se a 72,6 mil contos, enquanto seu capital integralizado era de 48,1 mil, ou 66,3%. Mas mesmo assim esses dados não revelam a correspondência real entre o capital realizado e aquele efetivamente empregado na aquisição de meios de produção, e muito menos a porcentagem desses recursos que se tinha perdido por empregar-se em empreendimentos sem qualquer futuro.

O crack de fevereiro de 1891 fez arrefecer o movimento especulativo, terminando com o Encilhamento propriamente dito, embora seus efeitos ainda se fizessem sentir por um largo período de tempo. Grande número de subscritores começaram a interromper o pagamento de suas ações, com o início das falências. Além disso, a redução dos saldos da balança comercial do País, o acirramento do processo inflacionário como resultado das emissões bancárias e a supressão da entrada de capitais externos, fizeram com que a taxa de câmbio viesse abaixo, corroendo o protecionismo das tarifas de 1890. Ademais, devido às pressões contrárias, a tarifa-ouro foi abolida pela da lei de 30 de dezembro de 1891, que substituiu a quota-ouro por um acréscimo de 15% das taxas adicionais. Assim, as empresas criadas durante a fase especulativa viram-se diante de uma situação difícil, com o término das subscrições de suas ações lançadas em bolsa, sem a integralização total de seu capital nominal, numa conjuntura de câmbio elevado, o que encarecia sobremodo as máquinas, equipamentos e matérias primas importadas, e numa situação de ausência de proteção aduaneira, devido à própria queda do câmbio e à supressão da quota ouro. Além disso, em 1892 iniciou-se a política de contenção monetária, através da compressão das emissões bancárias, com o conseqüente corte no crédito, afetando, mais uma vez, a indústria nacional. Com conseqüência destes fatores, reduziu-se drasticamente as encomendas de máquinas e equipamentos industriais do exterior, ao mesmo tempo

em que agravava-se a situação financeira das empresas. Gerou-se então um novo movimento dos empresários industriais, que passaram a pressionar o governo no sentido de que esse amparasse as firmas em dificuldades. Apesar da aberta oposição dos comerciantes, dos banqueiros estrangeiros, que enviaram telegramas contra a proposição, de alguns representantes da cafeicultura e da lavoura canavieira nordestina, a medida de amparo à indústria foi aprovada, transformando-se em lei a 17 de dezembro de 1892, tendo o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil sido autorizado a emitir bilhetes ao portador, até o teto de 100 mil contos de réis. "Aceitas pelo público somente abaixo do par, grande quantidade de cédulas ficou empilhada no Banco da República ou no tesouro. Mesmo assim, muitas fábricas salvaram-se com essa medida." Ao todo, até dezembro de 1895 cerca de 80 mil contos do total emitido tinham entrado em circulação, possibilitando socorrer um grande número de empresas industriais. Na verdade, no período de 1892 a 1895 a indústria, apesar de enfrentar uma situação difícil do ponto de vista da taxa cambial, pôde contar com o aumento das tarifas aduaneiras efetivado pela lei orçamentária de 1892, assim como da redução da tarifa oficial de câmbio de 24d para 12d por mil-réis, o que representou uma elevação efetiva da proteção à produção nacional, embora em nível não muito elevado.

Um balanço da fase do Encilhamento e do período imediatamente posterior revela que, apesar da ausência de relação entre o montante de capital fictício envolvido no processo especulativo e o capital efetivo que se imobilizou nas empresas criadas no período e mesmo da fundação de inúmeras firmas fantasmas, ou sem quaisquer perspectivas de rentabilidade, o volume de capital que sobrou da especulação e que efetivamente se transformou em capital real não foi pequeno, assim como também o número e o capital das empresas que foram fundadas e que seriam bem sucedidas no futuro imediato. Deste modo, entre 1890 e 1895, foram instaladas no País cerca de 452 fábricas que sobreviveram até 1920, quando

---

STEIN, Stanley, op. cit. nota , p. 164.

possuíam um capital de 213,7 mil contos, representando 11,8% do total do capital imobilizado no setor industrial neste ano. Destas, cerca de 21 localizam-se em São Paulo, correspondendo a 21,3% do capital imobilizado na indústria paulista em 1920, ou 6,3% do total do capital do conjunto da indústria brasileira nesse mesmo ano. E é importante notar, como salienta Albert Fishlow, que as importações de bens de capital da Inglaterra, principal fornecedor do Brasil, aumentaram cerca de 70% entre 1885-1889 e 1890-1894. No que diz respeito aos efeitos do Encilhamento sobre a indústria têxtil brasileira, setor de ponta do perfil industrial do País, Stanley Stein garante que "a despeito da euforia especulativa, as fábricas têxteis sobreviveram, novas fábricas foram fundadas e a indústria de tecidos de algodão assegurou para si um futuro promissor. Ao tornar mais liberais os critérios para a formação de sociedades por ações, ao ampliar o campo de atuação econômica dos bancos e ao intensificar a emissão de papel-moeda, o governo republicano acelerou o processo de formação de capital. A inflação de papel-moeda proporcionou à indústria têxtil um volume de capital líquido que, em outras circunstâncias, exigiria um período de tempo mais longo para ser acumulado."

Na realidade, os efeitos do Encilhamento foram profundamente diferenciados em relação às circunstâncias em que se encontravam as empresas que foram criadas ou ampliadas no seu desenrolar. De fato, conforme demonstrou Stanley Stein, muitas empresas que encomendaram e receberam equipamentos do exterior durante o período especulativo tiraram vantagem com a posterior deterioração da taxa de câmbio e do nível mais alto dos preços internos, decorrente do processo inflacionário. Essas firmas puderam então encarar com otimismo o seu futuro imediato, onde se fêz sentir certa proteção tarifária, ou mesmo o período crítico que viria mais adiante, com a contração monetária, o liberalismo cam

---

Ver: FISHLOW, Albert. op. cit. nota . p.13.
STEIN, Stanley. op. cit. nota , p.105.

bial e as outras medidas de política econômica encetadas logo após a negociação do Funding Loan de 1898. Inversamente, muitas empresas que tinham encomendado equipamentos durante o Encilhamento, mas que ainda não os tinham pago quando o câmbio caiu, encontraram-se numa situação extremamente difícil, tendo de desembolsar uma vultosa quantia adicional, num momento em que as facilidades creditícias tinham se esgotado. No entanto, ao que tudo indica, muitas empresas que se enquadraram nesse perfil também puderam safar-se satisfatoriamente, neste caso devido ao auxílio pecuniário prestado pelo Estado, através da lei de 17 de dezembro de 1982.

A partir de 1895 agravou-se a fase depressiva do ciclo cafeeiro, cujos primeiros sintomas se fizeram sentir em 1902, com a queda dos preços do café no mercado internacional. Simultaneamente, o novo governo empossado, com a subida ao poder de Prudente de Morais a 15 de novembro de 1884, inaugurou sua política de maior atenção aos "problemas da lavoura", em detrimento da indústria, tida como "artificial", e cujo desenvolvimento estaria prejudicando a agricultura. Intensificou-se então a política de contração do crédito, que resultaria na cassação da faculdade emissora dos bancos comerciais, em 1896. Apesar dessas medidas antiindustrializantes, neste mesmo ano foi realizada nova reforma tarifária, através do Decreto nº 2.261 de 20 de abril de 1896, que revelou propósitos protecionistas mais acentuados, dentro do princípio orientador de proteger as indústrias já instaladas no País. Neste sentido, tentou-se suprimir a diferença entre a razão da taxa estabelecida e a realmente cobrada, que tinha decaído em termos reais, devido à desvalorização cambial, com o que conseguiu-se, segundo informações da época, uma elevação geral de 25% nas tarifas aduaneiras. Contudo, a nova pauta tarifária seria de curta duração, e o aprofundamento da crise, com o agravamento da situação financeira da União, cujas receitas do imposto de importação caíram vertiginosamente, favoreceu os críticos do protecionismo industrial, avolumando-se a corrente de repúdio às indústrias "artificiais". Como consequência, já em 12 de dezembro de 1897 o Decreto nº 2.743 instituiu mais uma mudança de certa profundidade à pauta tarifária existente, com a redução média, ao

gundo Homero Batista, citado por Nícia Vilela Luz, da ordem de 27%. Na realidade, alguns produtos sofreram reduções bem maiores, como no caso das bebidas, roupas feitas, tecidos, ferramentas, querosene, sebo, tintas e papel, cujos gravames caíram de 75 a 85%. A indústria brasileira infante viu-se, pois, inteiramente desamparada, num momento em que caía a taxa de câmbio, elevando o preço das máquinas, equipamentos e matérias primas importadas, enquanto o mercado interno perdia dinamismo, com o aprofundamento da crise cafeeira. No entanto, as desventuras da indústria ainda não tinham terminado. De fato, devido à deterioração das finanças públicas e da capacidade do País de gerar recursos em câmbio, o governo foi obrigado a negociar o Funding Loan de junho de 1898 com os banqueiros internacionais, adversários declarados da indústria nacional e das políticas econômicas expansionistas. Deste modo, Campos Sales, o novo Presidente da República, empossado em novembro de 1898, "a fim de dar cumprimento às cláusulas do Funding Loan teve de praticar uma política deflacionista, impopular, resgatando e incinerando papel-moeda, ampliando a órbita e majorando as incidências tributárias, elevando as tarifas alfandegárias, enfim, uma política restritiva em todos os setores de atividade, que provocou falências generalizadas." No caso da contenção monetária, essa política levaria à crise bancária de 1900, quando 17 bancos faliram. Quanto à indústria, esta praticamente interrompeu a instalação de novas unidades, ao mesmo tempo em que se envolvia numa situação financeira difícil, devido à pouca disponibilidade de recursos monetários, resultado da política contencionista, e do pouco dinamismo do mercado interno, duplamente afetado, tanto pela retração do mercado internacional do café quanto pela própria política econômica de corte do gasto público e resgate do meio circulante, que, inclusive, piorou a situação financeira dos fazendeiros, levando à suspensão dos plantios dos cafeeiros, à dispensa de mão-de-obra e mesmo à falência de muitos plantadores. Como conseqüência da crise econômica geral, provocada pela fase depressiva do ciclo cafeeiro, das políticas contencionistas e da deterioração das barreiras alfandegárias na segunda metade da década de 1890, foram instalados 47% estabelecimentos industriais

---

FERREIRA LIMA, Heitor, op. cit., nota , p.312.

que sobreviveriam até 1920, correspondendo a um capital de 91 mil contos, ou 5% do total imobilizado no setor industrial neste último ano. Como se verifica, apesar do número relativamente grande de fábricas que se instalaram no período - um número superior ao dos estabelecimentos fundados no quinqüênio anterior, que foi de 452 -, tratavam-se de unidades de menores dimensões, uma vez que o capital por estabelecimento registrado no Censo de 1920 foi de apenas 190 contos, enquanto que a média alcançada pelas fábricas criadas entre 1890 e 1895 foi de 470 contos por estabelecimento.

Depois da crise bancária de 1900, a situação da indústria nacional se agravou ainda mais, devido à valorização da taxa cambial, que barateava o preço dos produtos manufaturados concorrentes. Contudo, a reforma tarifária baixada pelo Decreto nº 3.617 de 19 de março de 1900, (chamada Tarifa Murtinho) com finalidade exclusivamente tributária, proporciona alguma proteção efetiva à indústria brasileira. Essa reforma consistiu fundamentalmente numa reorganização geral dos processos de arrecadação e numa simplificação das classes de agrupamento dos artigos, ao mesmo tempo em que se retomou à cobrança em ouro dos direitos alfandegários, estipulada em 25%, e se elevaram as alíquotas, cuja razão predominante passou a 50%, havendo muitas de 60% e algumas de 80%. Como conseqüência, segundo Albert Fishlow, "a revalorização dos preços oficiais, acompanhada pela posterior valorização do mil-réis, criou taxas ad-valorem entre 75 e 100 por cento, para os produtos têxteis" [1], o que deve ter acontecido com os outros produtos importados, com uma forte elevação de seus preços finais, decorrente do efeito conjugado da correção dos seus valores oficiais com o aumento das tarifas e a introdução da quota-ouro. De mais a mais, ainda segundo Fishlow, no caso específico da importante indústria têxtil, parece ter havido melhorias significativas na sua produtividade, ou pelo menos uma substancial redução

---

[1] FISHLOW, Albert. op. cit. nota , p. 17

de seus custos correntes, uma vez que a produção nacional pôde enfrentar com sucesso os congêneres importados do estrangeiro, devido à contínua queda dos seus preços de produção.[*] Assim, apesar do grande aumento das importações de tecidos de algodão, a indústria nacional conseguiu conservar sua fatia no mercado, que, depois dos primeiros anos da década de 1900, voltou a se expandir vigorosamente.

Seja como for, o fato é que a Tarifa Murtinho contribuiu para minorar os problemas inegáveis decorrentes da valorização cambial, que efetivamente corroía a proteção à indústria brasileira, aumentando o poder de concorrência dos produtos importados, nos primeiros anos do Século XX. Na realidade, pelo menos até 1905, a indústria nacional em geral, e a indústria têxtil em particular, parece ter enfrentado uma conjuntura difícil, mesmo contando com a proteção da Tarifa Murtinho, que parece ter sido insuficiente para contrabalançar os efeitos da valorização cambial no período. Assim, ao que tudo indica, somente depois de 1905 é que se fizeram sentir os efeitos anunciados por Fishlow, de aumento da produtividade e queda dos custos no caso da produção de tecidos de algodão. Os dados a respeito do número e do capital dos estabelecimentos industriais criados no período de 1900 a 1904 e que ainda existiam em 1920 mostram que o desempenho da formação de capital na indústria brasileira no período não foi dos melhores, com a instalação de 1.080 fábricas de pequeno porte (101 contos de réis por unidade fabril em 1920), de modo que sua participação no total do capital imobilizado na indústria brasileira de 1920 seria de apenas 6,0% nessa data.

A relativa depressão da indústria nacional durante a segunda metade da década de 1890 e durante os primeiros anos da seguinte, numa conjuntura de crise cafeeira, corte dos gastos públicos e contenção creditícia, iria germinar no seio dos empresá-

[*] Não se deve esquecer que a inflação que perdurava ao início da década de 1900 causou uma substancial queda nos salários nominais, reduzindo, efetivamente, os custos industriais.

rios do setor novo movimento de defesa de seus interesses. Depois de perder e sua representatividade no governo federal, com o aborto de seu projeto "industrialista" levado adiante nos primeiros anos da República, e a ascensão dos representantes dos fazendeiros do café, como Prudente de Morais, Campos Sales e Rodrigues Alves, a burguesia industrial, ainda na sua infância, passou a procurar novas formas de luta, principalmente depois do agravamento da situação objetiva da indústria nacional. Os industriais passaram então a reivindicar, de forma crescente, proteção ao mercado nacional, uma vez que a obtenção de auxílios pecuniários, como tinha ocorrido em 1892, tornara-se impossível, dada a manifesta posição contrária do governo federal, cujo ponto de honra consistia na "austeridade financeira". Desta feita, contudo, os industriais puderam aliar-se aos próprios cafeicultores, insatisfeitos com o aprofundamento da crise cafeeira e com a "solução Murtinho" para o problema. Assim, a fermentação em prol da intervenção do Estado na economia, no seio dos fazendeiros, veio ao encontro dos anseios dos industriais, que lutavam por proteção tarifária. Ambas as classes passaram então a clamar pela "defesa da produção nacional". Em 1901, reuniu-se o Congresso de Engenharia, no Rio de Janeiro, defendendo a industrialização do País. Dois anos depois, ocorreu em Belo Horizonte o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, que pleiteou abertamente a "defesa da produção nacional", isto é, a proteção tarifária à produção industrial brasileira e a intervenção no mercado dos produtos agrícola. Também em 1903 realizou-se o Congresso dos Lavradores de São Paulo, com reivindicações semelhantes. Paralelamente, iniciou-se, ainda em 1903, uma ampla campanha em prol da revisão tarifária, com a efetivação de várias tentativas neste sentido no decorrer de 1903 e 1904. Diante da pressão da opinião pública, que se tinha tornado bastante forte, e da necessidade de recursos adicionais para bancar o "Reerguimento Econômico", o governo finalmente cedeu, através da Lei Orçamentária nº 1.452 de 30 de dezembro de 1905, que decretou a cobrança de 50% dos impostos aduaneiros em ouro para certas mercadorias e 35% para o [illegible]

te. * O interessante da nova pauta é que ela continha um engenhoso mecanismo desenhado com a finalidade de evitar os transtornos decorrentes das flutuações cambiais, de modo que enquanto o câmbio se mantivesse acima de sua paridade oficial, de 15d por mil-réis, por mais de 30 dias consecutivos, a quota-ouro seria de 50%; quando o câmbio se mantivesse, durante o mesmo período, abaixo dessa paridade, a quota seria menor, de 35%.

O início do programa de "Reerguimento Econômico", encetado por Rodrigues Alves a partir de 1903, com seu ambicioso plano de obras públicas, a revisão tarifária de 1905, com a elevação da quota-ouro, o deslanche da "defesa do café", como resultado do Convênio de Taubaté de 1906, a criação da Caixa de Conversão, nesse mesmo ano, e o relaxamento da contenção monetária, com a retomada das emissões de papel moeda para financiar o déficit público a partir de 1908, propiciaram nova fase de prosperidade industrial, com o processo de industrialização ganhando novo fôlego. Nesta nova conjuntura, mais uma vez a indústria infante do Brasil pôde contar com condições favoráveis à sua expansão: câmbio alto, que favorecia a importação de máquinas, equipamentos e matérias primas, e relativa proteção tarifária, que reservava mercado da concorrência estrangeira. A manutenção de uma alta taxa de câmbio era garantida pela obtenção de sucessivos empréstimos externos (entre 1903 e 1912 o País obteve 93,7 milhões de libras em capital de empréstimo do exterior), grandes saldos na balança comercial a partir de 1909, com a recuperação dos preços do café no mercado externo (entre 1909 e 1912, apesar do crescimento exponencial das importações brasileiras, o País obteve um superávit comercial de 66,8 milhões de libras) e pelo funcionamento da Caixa de Conversão, que servia para atrair capital de risco, que se trocava com vantagem por mil-réis. Por outro lado, a intervenção no mercado cafeeiro e, em seguida, a nova expansão das exportações do produto, criavam demanda interna por produtos industriais,

* Os produtos sujeitos a 50% em ouro foram os seguintes: gêneros alimentícios, matérias primas nacionais, produtos semi-manufaturados (como o fio de algodão, ferro fundido, pasta preparadas, palitos para fósforos) e artigos já manufaturados no País (tecidos de algodão e de lã, rendas, meias, cerâmicas, aniagem, pregos, parafusos e outros).

do mesmo modo que o gasto público, comprometido com o "Reerguimento Econômico". Como existia certa proteção tarifária, apesar do grande aumento das importações de manufaturados estrangeiros, parte substancial dessa demanda era canalizada para a indústria nacional, que, por sua vez, podia contar com o desconto de títulos aos bancos comerciais, dado o relaxamento da política monetária republicana, depois do término da gestão de Rodrigues Alves e a subida de Afonso Pena à presidência da República, a 15 de novembro de 1906. Deste modo, apesar da importação de artigos manufaturados ter se expandido de 11,1 milhões de libras em 1903 para 35,5 milhões em 1912, ainda assim a produção industrial do País conseguiu se expandir no período, pelo menos no que diz respeito à indústria de tecidos de algodão, cuja produção saltou de 242 milhões de metros em 1905 para quase 400 milhões em 1912. A evolução da produção industrial brasileira depois de 1903 pode ser avaliada indiretamente através da importação de matérias primas industriais. Assim, entre 1903 e 1912, o índice e quantidade de importação de materias primas para a indústria metálica, tomando-se como base de ponderação o ano de 1901, cresceu de 289,9%, enquanto que o índice de matérias primas para a indústria não metálica aumentou de 60,6%. Ao todo, em termos de valor, a importação total de matérias primas, tanto industriais quanto agrícolas, saltou de 4,4 milhões para 12,7 milhões de libras no mesmo período. Assim, embora a expansão das importações de produtos manufaturados tenha sido bem maior do que a de matérias primas (219,4% contra 189,2%, respectivamente), ainda assim essa última foi significativa, demonstrando o vigor do crescimento da produção industrial brasileira. No caso específico da indústria têxtil - setor de ponta dentro da estrutura industrial nacional da época - houve uma verdadeira estagnação da quantidade importada de tecidos entre 1903 e 1912, entremeada de uma forte queda no biênio 1908-1909, devido à crise internacional que atingiu o Brasil, forçando o corte nas suas importações. Desta forma, considerando a média das importações entre 1911 e 1912, [illegible] 12,5 milhões de quilos, enquanto que no período 1902-1904, [illegible] isto é, de 12,5 milhões de quilos por ano, aproximadamente. Em

compensação, no mesmo período a produção nacional cresceu fortemente, pelo menos depois de 1905, conforme demonstram os dados existentes, de forma que a participação da indústria brasileira no abastecimento domercado interno de tecidos deve ter aumentado substancialmente no período.

Mas não foi somente a produção industrial que cresceu em decorrência das novas condições econômicas presentes depois de 1903. Também aumentou fortemente a formação bruta de capital fixo do setor industrial, assim como a criação de estabelecimentos fabris. Com efeito, o consumo aparente de laminados de aço cresceu de uma média de 62,9 mil toneladas por ano entre 1902 e 1904 para 179,1 mil durante o período 1910-1912 e a importação de bens de capital para a indústria expandiu-se 330,3% entre os mesmos triênios. Quanto à fundação de novos estabelecimentos industriais, durante o período 1905-1914 foram instalados mais 4.942, que possuíam um capital de 560,8 mil contos em 1920, correspondendo a 30,9% do total do capital imobilizado no setor industrial nesse último ano. No caso específico da indústria têxtil, o número de fábricas dobrou entre 1905 e 1915, passando de 110 estabelecimentos para 240, com o número de fusos aumentando de 735 mil para mais de 1,5 milhões, e o de teares de 26,4 mil para 51,1 mil. Na realidade, segundo Stanley Stein, nesse período iniciaram-se os "anos dourados" da indústria de tecidos de algodão no Brasil, que durariam, apesar de seus altos e baixos, até meados da década de 1920.

A profunda crise de 1913-1914 e a eclosão da I? Guerra neste último ano interromperam o "boom" do processo de industrialização brasileira, com a retração das importações de máquinas e equipamentos e a queda do nível de produção corrente. A recessão interna foi provocada pela queda dos preços do café no mercado externo, e pelo colapso das nossas exportações de borracha que levaram a balança comercial do País a uma situação deficitária. No ano seguinte, a I? Guerra agravou o problema, pois provocou a fuga em massa de capitais do Brasil, desestabilizando a

tuação financeira do País. O volume do meio circulante, que somara 1.004 mil contos de réis em 1912, caiu para 897 mil em 1913, devido à conversão de mil-réis em câmbio, através da Caixa de Conversão, continuando a baixar em 1914, até que em agosto, o Congresso autorizou novas emissões, ao mesmo tempo em que, paralelamente, fechava-se a Caixa de Conversão, depois de praticamente esgotarem-se suas reservas em ouro. O crédito dos bancos comerciais viu-se também afetado, com a queda, em termos reais, dos seus depósitos, e o aumento de seus encaixes, resultando em forte contração dos seus empréstimos. Mas além de provocar a fuga de capitais, o início do conflito fez reduzir ainda mais radicalmente as exportações brasileiras, no mesmo momento em que induzia a forte elevação nos preços dos produtos importados pelo País, deteriorando os termos de intercâmbio. Com isso, comprimiu-se o mercado interno, ao mesmo tempo em que se encareciam as matérias primas e bens de capital importados. Como resultado, em relação a 1912, a quantidade importada de bens de capital caiu 25,7% em 1913 e 69,1% em 1914, enquanto que a quantidade importada de matérias primas, depois de experimentar um aumento de 12,1% em 1913, caiu 29,5% no ano seguinte. A produção industrial interna, ao que tudo indica, também experimentou forte queda, e, embora seu montante não seja conhecido, o comportamento da indústria têxtil serve como parâmetro para auferir as dimensões dessa redução: enquanto em 1912 o Brasil produziu quase 400 milhões de metros de tecidos de algodão, a produção no ano seguinte foi de apenas 385 milhões, caindo ainda para 314 milhões em 1914, ou seja, uma queda de 21,4% em dois anos.

A partir de 1915 a indústria nacional tomou os caminhos da recuperação econômica, desta feita contando com uma situação de quase monopólio do mercado interno como principal acicate ao seu crescimento. De fato, com a crise de 1913 e a eclosão da Guerra em 1914 houve uma súbita interrupção dos fluxos comerciais dentro dos quais o Brasil se encontrava inserido. O valor total do comércio exterior do Brasil, depois de atingir 138,1 milhões de libras-ouro em 1912, caiu para 132,6 milhões no ano seguinte, atin

gindo seu ponto mais baixo em 1914, com apenas 82,3 milhões. Apesar da recuperação observada nos anos seguintes, em 1918 o comércio exterior do País ainda não tinha atingido os níveis de 1913, chegando a somar somente 114,0 milhões de libras, de modo que durante os anos da Guerra, isto é, entre 1914 e 1918, a média das transações brasileiras no mercado internacional seria de apenas 96,9 milhões por ano, contra 120,4 milhões de libras no quinqüênio imediatamente anterior ao do conflito. As importações decaíram fortemente, de forma que, em termos médios, o volume importado durante o período bélico somou apenas 2,4 milhões de toneladas anuais, contra 4,4 milhões no quinqüênio precedente. Os produtos importados que experimentaram uma queda maior foram os manufaturados (incluindo bens de capital), cuja quantidade importada, em toneladas, declinou 54,8%, enquanto o valor caía apenas 40,0%, devido à elevação dos seus preços. As importações de matérias primas caíram menos, em termos de quantidade (47,3%), embora se elevassem, ligeiramente, em valor (4,0%). Finalmente, as importações de gêneros alimentícios também caíram, embora em menores proporções do que nos casos anteriores no que diz respeito à quantidade, pois a queda foi de apenas 23,6% em termos de toneladas importadas. A redução do valor dos gêneros alimentícios adquiridos no exterior foi, por sua vez, de 10,2%. Um setor particularmente afetado pela redução das importações foi o de tecidos de algodão, pois as compras brasileiras desses produtos no exterior , depois de atingirem 12,5 milhões de quilos no período 1910-1913, caíram para 4,6 milhões, nos três últimos anos de Guerra, significando, pois, uma queda da ordem de 63,2%. A radical diminuição da quantidade importada de produtos manufaturados ofereceu excelente oportunidade para a indústria nacional, num momento em que a política econômica, devido à circunstâncias excepcionais do momento histórico, se tornava francamente favorável à expansão da produção interna. Com efeito, em decorrência da Guerra, o governo entrou numa política monetária expansionista, emitindo papel moeda para cobrir seu próprio déficit financeiro e socorrer a atividade [illegible] ameaçada. A nova orientação [illegible] inaugurada pela [illegible] de 24 de agosto de 1914, que autorizou o governo a emitir até 250 mil contos, sendo 150 mil para atender ao Tesouro e 100 mil [illegible]

empréstimos aos bancos. Três anos depois, em agosto de 1917, o Decreto 3.316 autorizava novamente o governo a realizar novas emissões, para dar suporte às suas operações de crédito, projetadas para amparar e fomentar a produção em geral. O limite da nova emissão foi estipulado em 300 mil contos de réis, sendo que, desses recursos, 50 mil seriam destinados ao Banco do Brasil, para suas operações de redesconto. São Paulo também recebeu cerca de 110 mil contos para realizar a "defesa do café", o que seria, inclusive, de suma importância para sustentar o nível da atividade interna, diante do agravamento da situação do mercado cafeeiro no momento. Ao todo, o volume do papel-moeda em circulação saltou de 897 mil contos em 1913 para 1.700 mil em fins de 1918, permitindo uma expansão correspondente dos empréstimos bancários, que saíram de 731 mil contos para 1.367 mil, no mesmo período. Paralelamente, o Estado tentava intervir, incentivando a siderurgia nacional e a produção doméstica de combustíveis. Finalmente, alguns ramos específicos da indústria brasileira, como no caso das usinas de açúcar, das fábricas de tecidos e da indústria congelamento da carne, puderam lançar-se ao mercado externo. Assim, as exportações brasileiras de açúcar, que praticamente tinham desaparecido durante a primeira década do Século XX, voltaram a se expandir, atingindo 79,8 mil toneladas por ano, o equivalente a 2,3 milhões de libras anuais (durante a década de 1900-1909 o Brasil exportou apenas 636 mil libras estelinas de açúcar por ano). Quanto às vendas de tecidos brasileiros no exterior, estas cresceram exponencialmente no período de conflito, pois contra a insignificância de 314 quilos de tecidos colocados no mercado internacional durante os anos de 1912 e 1913, o Brasil chegaria em 1918 exportando cerca de 113 toneladas. No caso das indústrias de processamento de carne, a primeira tonelada de carne congelada foi exportada em fins de 1914, ainda a título experimental, pela Companhia Frigorífica e Pastoril, de Barretos, São Paulo, que tinha sido fundada antes da guerra, em 1913. Contudo, já em 1918 o Brasil exportava cerca de 60 508 toneladas, possuindo, então, pelo menos um total de 7 frigoríficos; um em Cabo Frio, de propriedade da Wilson, um perto do Rio de Janeiro, da British and Argentine Meat Company Limited, outro em Mendes (um Rio de Janeiro), da Union Cold Storage Company,

mais um em Santos - a Companhia Frigorífica de Santos -, e dois outros no Rio Grande do Sul, de propriedade da Armour e da Swift, e, finalmente, o de Barretos. Ainda havia a Companhia Frigorífica Rio Grande, mas, de capital gaúcho, mas que não funcionou até o fim do período bélico. Como se vê, neste último caso, a expansão exportadora permitiu o próprio surgimento do setor, inteiramente dominado pelo capital estrangeiro.

Como conseqüência dessa conjugação de fatores favoráveis, a produção industrial brasileira voltou a crescer com mais vigor do que nunca, a partir de 1915, de modo que, segundo Simonsen, já nesse ano a produção da indústria nacional se expandiu em 18%, apesar da queda da quantidade importada de matérias primas, que declinou cerca de 26,6%. No biênio seguinte o movimento ascendente da produção industrial do País continuou, fazendo com que em 1917 o nível da produção brasileira fosse superior em 97% do seu nível de 1914. No ano do término da Guerra houve uma recessão passageira, com a produção caindo 13,2%, mas no ano seguinte a indústria voltou a crescer, aumentando sua produção em 22,2%. Em contraste com a notável expansão da produção da indústria, a importação de matérias primas decaiu fortemente, atingindo apenas 815 mil toneladas em 1918, contra 2.154 mil quatro anos antes. Desta forma, o crescimento industrial do período fêz-se apesar da grande queda das importações de matérias primas, demonstrando a presença de um vigoroso processo de substituição de importações desses produtos.

Dentro do processo de crescimento industrial desencadeado durante os primeiros anos da 1ª Guerra Mundial, um dos setores que mais se beneficiou foi o têxtil algodoeiro. Com efeito, a significativa redução das importações durante o período do conflito induziu a indústria de tecidos a aumentar a sua produção, de modo a satisfazer o mercado interno. Apesar da grande redução das importações de máquinas e equipamentos para o setor, a produção cresceu extraordinariamente, saltando de 314 milhões de metros em 1914 para 548 milhões em 1917, ou seja, um aumento de 74,5%, fen-

mo considerando-se o nível da produção têxtil de 1913 - equivalente a 385 milhões de metros, ainda assim o ritmo da expansão foi notável; cerca de 42,4% em quatro anos. E a esse aumento da produção setorial adicionou-se a melhoria dos preços dos tecidos, em relação aos custos industriais, de modo que a lucratividade média do setor elevou-se sensivelmente. Para tanto também contribuiu o aumento da jornada de trabalho, com as fábricas trabalhando vinte e quatro horas por dia, com o que reduziu-se substancialmente a participação dos custos fixos no preço de custo do produto. Finalmente, com a Guerra consolidou-se a tendência da indústria têxtil nacional no sentido de penetrar na produção de tecidos de qualidade média, iniciada em meados da primeira década do século XX. Como afirma Stanley Stein, "ao fim da Primeira Guerra, a indústria têxtil nacional fornecia de 75 a 85% dos tecidos de algodão consumidos no país. Em 1920, ao contrário do que ocorria em outros países latino-americanos, os tecidos importados de consumo corrente já haviam sido praticamente excluídos do mercado brasileiro, e "só os produtos de melhor qualidade" podiam competir com os tecidos de fabricação nacional."

O vigoroso aumento da produção industrial brasileira, como conseqüência da Guerra, induziu o surgimento de grande número de empresas, voltadas para os mais distintos ramos de especialização. Diante das dificuldades de importação, apareceram um sem número de pequenas oficinas semi-artesanais, muitas das quais ligadas apenas ao reparo dos bens duráveis de consumo e dos bens de capital cuja importação se tornara proibitiva. Mesmo na área dos tecidos de algodão, segundo Stanley Stein, apareceram algumas pequenas fábricas, operando um número reduzido de teares, comprando pequenas quantidades de fios das empresas maiores, comercializando a sua produção em áreas restritas do interior do País, "protegidas" pelos altos custos de transporte. Mas também alguns grandes estabelecimentos fabris foram instalados, embora em pequeno número, devido às dificuldades de obtenção de maquinários de grau

---

STEIN, Stanley. op. cit. nota [illegible], p.109.

des dimensões. Como conseqüência, o Censo de 1920 registraria a fundação de 5.936 novos estabelecimentos fabris entre 1915 e 1919, representando um capital, no ano de 1920, da ordem de 439,2 mil contos, o equivalente a 24,2% do total do capital então imobilizado no setor industrial. Mas uma das circunstâncias mais interessantes deste período reside em que, apesar do notável "boom" na instalação de novos estabelecimentos fabris, a formação de capital fixo do setor industrial parece ter declinado sensivelmente, em decorrência da redução radical das importações de máquinas e equipamentos, e da ausência de uma indústria nacional correspondente, que pudesse suprir as necessidades do mercado interno. Assim, as importações de bens de capital para a indústria, em termos de quantum, decaíram, segundo Villela e Suzigan, cerca de 58,5% em 1914, em relação ao ano anterior, voltando novamente a cair em 1915, quando atingiu seu ponto mais baixo durante toda a Guerra, o equivalente a apenas 16,5% do seu nível de 1913, que já era inferior em 25,7% ao do ano anterior, devido à crise internacional. Durante os três últimos anos de conflito, as importações de bens de capital para a indústria brasileira continuou extremamente baixa, flutuando entre 21,0 e 24,2% do quantum importado em 1913, ou entre 15,6 e 18,0% considerando-se o ano de 1912, que representou o ponto máximo alcançado pelas importações brasileiras de máquinas e equipamentos industriais, pelo menos durante as duas primeiras décadas do Século XX e, ao que tudo indica durante toda a República Velha. Aliás, a mesma coisa se pôde observar no que diz respeito à indústria de tecidos, pois, em termos físicos, o peso das máquinas têxteis importadas pelo Brasil reduziu-se de 13.345 toneladas em 1913 para uma média de 2.394 toneladas anuais entre 1915 e 1918.

Em síntese, a Primeira Guerra Mundial proporcionou forte impulso ao processo de industrialização do Brasil. Contando com o monopólio do mercado interno, garantido pela rápida deterioração da taxa de câmbio e pela supressão temporária de suas fontes de abastecimento de produtos manufaturados, o País teve de dispender enorme esforço no sentido de suprir as demandas de seu mercado interno. Apesar da redução das inversões em máquinas

QUADRO 3.6.16

ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS SEGUNDO O PERÍODO DE FUNDAÇÃO

BRASIL

1920

PERÍODOS DE FUNDAÇÃO	ESTABELECIMENTOS	%	CAPITAL (1.000 constos de réis)	%
Até 1889	636	4,8	377,5	20,8
1890 a 1894	452	3,4	214,2	11,8
1895 a 1899	472	3,5	90,8	5,0
1900 a 1904	1 080	8,1	108,9	6,0
1905 a 1909	1 358	10,2	225,1	12,4
1910 a 1914	3 135	23,5	335,8	18,5
1915 a 1919	5 936	44,5	439,2	24,2
Desconhecido	267	2,0	23,6	1,3
TOTAL	13 336	100,0	1 815	100,0

Fonte: Censo de 1920.

equipamentos, e da queda das importações de matérias primas industriais, a produção corrente expandiu-se aceleradamente, proporcionando o incentivo para a criação de grande número de pequenas empresas. Assim, ao término do conflito, apesar do desgaste da maquinaria existente, os empresários tinham acumulado volumosas massas de lucro, que tão somente precisavam de um curto período de normalidade no comércio internacional para se traduzirem em maciças importações de bens de capital.

Atualmente, alguns autores tentam minimizar os impactos favoráveis da Primeira Guerra sobre o processo de industrialização do Brasil, salientando os seus aspectos negativos. Dentro desta orientação, talvez a argumentação mais desenvolvida seja de Warren Dean. Segundo ele, o comportamento da indústria brasileira durante a República Velha estaria umbilicalmente ligado ao sucesso das exportações brasileiras, de modo que os períodos de expansão das exportações teriam representado fases de crescimento industrial, enquanto que nos períodos de contração da atividade exportadora teria arrefecido o ímpeto de desenvolvimento da indústria nacional. Nesta perspectiva, a Guerra, ao causar grande retração no volume do comércio exterior do País, teria induzido à redução do ritmo de industrialização, particularmente de São Paulo, que já se estava destacando como o principal centro industrial do Brasil. De acordo com o raciocínio desenvolvido por Warren Dean, seus principais argumentos são os seguintes. Em primeiro lugar, a deterioração dos termos de intercâmbio, a escassez de recursos de embarque e as outras dificuldades da Guerra fizeram que as importações brasileiras diminuíssem radicalmente. Contudo, "a importação de bens de capital e de matérias primas foi muito mais drasticamente reduzida do que a importação de bens de consumo, que consistiam principalmente em gêneros de consumo". Assim, não houve propriamente uma grande expansão dos mercados, e

---

Ver:
DEAN, Warren. Os efeitos da guerra mundial. In: op. cit., nota , p.91-114.

Ibid., p. 99.

"o desafio lançado à indústria pela Primeira Guerra Mundial, por conseguinte, parece haver consistido muito mais na manutenção do equipamento e da produção e muito menos na expansão dos mercados compradores." [1] Em segundo lugar, seria despropositado acreditar que houve significativo aumento da produção industrial durante o período bélico, uma vez que essa conclusão baseia-se, na quase totalidade dos autores que a sustentam, nas estatísticas fornecidas por Roberto Simonsen, que não são confiáveis, devido à utilização do ano de 1914 com base, em lugar de 1913; à ausência de dados a respeito do valor adicionado pela indústria, uma vez que os usados por Simonsen são sobre o valor bruto da produção do setor; e ao emprego feito de informações a respeito do custo de vida para deflacionar os valores da produção industrial, o que teria subestimado o grau de inflação dos preços dos produtos manufaturados. Em terceiro lugar, não houve acréscimo da capacidade instalada; "quase nenhuma usina elétrica se instalou e poucíssimas fábricas novas se construíram; por conseguinte, os aumentos verificados, sejam eles quais forem, foram obtidos, principalmente pelo funcionamento, durante maior número de horas, da maquinaria existente ou pela produção manual." [2] Em quarto lugar, "a fabricação nacional não se aparelhou para satisfazer a um mercado interno faminto; ao invés disso, quase toda a nova capacidade de produção e a maior parte da produção aumentada ocorreram em setores da indústria que estavam desviando seu produto para exportação." [3] Como conseqüência desses fatores, conclui Dean que "a Primeira Guerra Mundial não foi, por si mesma, particularmente estimulante para a indústria paulista" [4] e, deste modo, não o teria sido para o conjunto do setor industrial brasileiro.

---

[1] DEAN, Warren. Op. cit. nota 1, p. 104.
[2] Ibid., p. 104.
[3] Ibid.
[4] Ibid., p. 107.

Evidentemente, essa posição entra em choque com uma larga tradição da historiografia econômica brasileira, iniciada pelos próprios observadores contemporâneos da Guerra, que assistiram o crescimento industrial do País no período. A explicação de Dean para este fenômeno reside em que "a produção nacional era patriótica", levando os jornais, documentos oficiais e associações comerciais a mencionarem, ufanistas, a capacidade de resposta do Brasil aos desafios da Guerra. Finalmente, "quanto à tendência de observadores mais recentes para aceitar os relatos contemporâneos pelo seu valor nominal", continua Dean, "pode-se sugerir que uma teoria que associa o crescimento ao colapso do comércio agrada aos sentimentos nacionalistas, pois implica que as fontes estrangeiras de suprimentos não são merecedoras de confiança e que a produção nacional é capaz de aceitar qualquer desafio."

Não é propósito desse estudo realizar uma crítica exaustiva das colocações de Warren Dean, pois esta tarefa já foi executada com brilhantismo por Wilson Cano. [1] No entanto, seria importante reprisar alguns pontos, que aqui possuem maior relevância. Assim, cabe salientar, de antemão, a natureza estreitamente analítica da abordagem de Dean, que deixa de lado os aspectos sintéticos da questão da industrialização brasileira no período, que se encontrava inserida num complexo processo de causações mutuamente condicionadas, que não podem ser dissociadas uma das outras, como o faz este último autor em inúmeros momentos de sua análise. Ao separar aspectos intimamente relacionados do processo de industrialização durante a Primeira República, Dean não consegue verificar a importância da Guerra como um momento deste processo, momento este dentro do qual até alguns obstáculos ao próprio crescimento industrial colocados pela emergência do conflito surgem como condicionantes positivos do processo, considerado em sua totalidade. Na realidade, é evidente que a retração das exportações brasileiras durante o período básico, provocou a diminuição do mercado interno brasileiro, dado o caráter determinante do

---

[1] DEAN, Warren. *op. cit.*, *cit.*, p. 105.
Ver:
CANO, Wilson. *op. cit.*, nota [illegible], pp. 98-109.

"setor exportador" dentro da dinâmica econômica do País, àquela época. Também é verdade que a queda das importações foi muito mais profunda no caso dos meios de produção do que no caso dos bens de consumo. Contudo, o cerne da questão reside em que para a indústria nacional, houve indubitavelmente um aumento da demanda global, particularmente durante 1915 e 1917, de modo que a contração do mercado se fez sentir sobre as importações. Ou seja: apesar da redução da demanda global por meios de consumo industriais, aumentou substancialmente a parte dessa demanda que se dirigia ao mercado interno, de forma que, no conjunto, este último efeito mais do que compensou o primeiro. Por outro lado, a grande queda das importações de máquinas e equipamentos e matérias primas industriais possibilitou o desenvolvimento, ainda que precário, da produção nacional correspondente. Deste modo, a redução da entrada no País de fios induziu à expansão da produção nacional, levada a cabo pelas firmas ligadas ao setor têxtil algodoeiro. Também a supressão quase que completa de equipamentos permitiu o desabrochar de grande número de oficinas semi-artesanais, fato aceito pelo próprio Dean, quando afirma que abriram-se durante o conflito "numerosas oficinas metalúrgicas que faziam peças de máquinas e máquinas inteiras de ferro fundido para a agricultura e outras finalidades." Apesar de que "a maioria das oficinas fechou assim que terminou a guerra", sem embargo, "nem todas as companhias nascidas durante a guerra se ocupavam apenas do conserto de máquinas, e nem todas despareceram quando a guerra acabou." Assim, algumas oficinas de consertos surgiram em conseqüência direta do conflito, se transformando mais tarde em empresas ligadas ao setor de meios de produção. Em segundo lugar, ao contrário do que conclui Dean, mesmo corrigindo-se os dados apresentados por Simonsen, ainda assim, foi grande a expansão industrial durante a Guerra. Com efeito, segundo os dados de Simonsen, a produção industrial paulista cresceu cerca de 81% entre 1914 e 1918. Contudo, como não é conhecido a dimensão da retração da atividade industrial

---

DEAN, Warren. op. cit. nota , p.106.

Ibid., p. 106-107.

entre 1913 e 1914, fica-se sem se saber realmente qual teria sido a expansão industrial de São Paulo entre 1913 e 1918. No entanto, a quantidade física de tecidos de algodão produzida pela grande indústria têxtil paulista decaiu apenas 14,5% entre 1913 e 1914, voltando a crescer rapidamente no ano seguinte, para atingir seu ponto máximo em 1917, voltando depois a cair novamente, mas mesmo assim para um nível 110% superior ao verificado no primeiro ano de Guerra. Portanto, a produção física de tecidos de algodão teria crescido cerca de 79,5% entre 1913 e 1918, ou 95,7% considerando-se o período 1913-1917, mais característico, em razão do término do conflito em 1918 ter levado a uma retração da atividade industrial nesse ano. E esse desempenho da indústria têxtil não pode ser menosprezado, não somente em razão do seu peso dentro do perfil industrial da época - em 1907 a indústria têxtil de São Paulo possuía 42,3% do capital total imobilizado na indústria do Estado, respondendo por 38,0% do valor da produção setorial e ocupando 40,3% dos operários ocupados no setor - mas também devido a seu papel como setor de ponta dentro da estrutura industrial existente. De mais a mais, justamente devido a esse papel central da indústria de tecidos, essa era mais sensível às flutuações de renda do que os outros setores industriais, muitos dos quais, ao contrário do setor têxtil, eram ainda dominados pela manufatura artesanal, ainda não mecanizada, não se caracterizando como grande indústria capitalista. Assim, mesmo aceitando-se que o valor da produção industrial paulista, em termos reais, tenha caído nos mesmos níveis do que o setor têxtil algodoeiro entre 1913 e 1914, ou seja, em torno de 14,5%, ainda assim o valor da produção industrial de São Paulo, a preços constantes, seria em 1918 cerca de 54,7% superior ao de 1913 e, considerando-se 1917, o seu nível seria 76,1% mais elevado. E esse raciocínio também aplica-se ao resto do Brasil, cuja quantidade produzida de tecidos de algodão declinou 19,4% em 1914, em relação ao ano anterior, para crescer novamente 59,0% entre 1914 e 1917. Como se verifica, mesmo considerando-se a evolução da produção em termos estritamente físicos, tomando-se como base o ano de 1913, anterior portanto à eclosão da Guerra, ainda assim o aumento da produção do principal setor industrial do País foi notável durante o período bélico. O mais

QUADRO 3.6.17

EVOLUÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
A PREÇOS CONSTANTES(1)
SÃO PAULO E BRASIL
1914-1934
(1914 = 100)

ANOS	SÃO PAULO	BRASIL
1914	100	100
1915	119	118
1916	145	140
1917	206	197
1918	181	171
1919	226	209
1920	206	188
1921	208	188
1922	244	218
1923	345	303
1924	224	194
1925	208	178
1926	228	193
1927	259	217
1928	343	284
1929	328	269
1930	322	260
1931	332	265
1932	329	253
1933	350	273
1934	376	289
1935	451	343
1936	469	345
1937	503	375
1938	534	394

Fonte: SIMONSEN, Roberto. Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973. p.30, 40.

Nota 1: deflacionados pelo custo de vida.

QUADRO 3.6.18

INDICADORES DO PRODUTO REAL DA INDÚSTRIA

BRASIL

1911-1919

(1929 = 100)

ANOS	TÊXTIL	VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS	BEBIDAS	FUMO	TOTAL
1911	74,5	41,7	37,2	38,2	60,9
1912	79,2	47,3	47,0	42,5	65,8
1913	76,5	46,8	53,8	46,6	65,3
1914	62,0	35,4	48,4	42,2	53,5
1915	91,9	38,9	38,6	40,9	70,8
1916	86,4	47,2	40,8	53,3	70,6
1917	100,9	52,2	38,6	41,3	78,5
1918	91,0	52,1	40,2	46,4	73,4
1919	105,6	54,0	48,8	65,0	85,4

Fonte: VILLELA, Annibal Villanova, e SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. p.418.

devendo ter ocorrido com o conjunto da indústria brasileira. Na verdade, também em termos da utilização do índice de custo de vida para deflacionar o valor da produção industrial, conforme realizado por Simonsen, as afirmações de Dean são infundadas, uma vez que, embora tal utilização possa ter causado a subestimação da inflação no período, a verdade é que houve uma melhoria dos preços relativos dos produtos industriais, causados pela sua escassez. Assim, não tem sentido querer deflacionar, como insinua Dean, o valor da produção industrial pela própria elevação dos preços dos produtos industriais, pois isso equivaleria a desconsiderar o aumento do valor econômico desses bens, o que realmente favoreceu o setor industrial, em prejuízo dos outros. Finalmente, ainda quanto aos dados usados por Simonsen, Dean tem razão quando observa que a série considera apenas o valor bruto da produção, em lugar de retratar a evolução do valor adicionado. Entretanto, mais uma vez Dean peca por excesso, uma vez que, embora o preço da principal matéria prima industrial do período - o algodão - tenha realmente aumentado, tudo indica que essa elevação não foi sufocante, devido ao rápido aumento da produção interna deste produto; além disso, é indubitável que os salários cresceram a ritmo inferior ao dos preços dos produtos industriais, num momento em que a indústria trabalhava a plena capacidade, com incontestável diminuição de seus custos fixos por unidade produzida. Assim, embora a indústria tenha realmente trabalhado a custos crescentes, tudo indica que conseguiu transferir esses custos para os preços do produto final, ao mesmo tempo que a redução dos custos fixos e dos salários reais servia para contrabalançar, pelo menos em parte, a elevação dos preços das matérias primas. Na verdade, o próprio aumento dos preços dos produtos industriais durante a Guerra pode ser, pelo menos parcialmente, encarado como o resultado desse processo de transferência de custos, de modo que, se a relação valor adicionado/valor da produção porventura tenha caído, o mesmo seguramente não ocorreu com a relação lucros/valor bruto da produção.

Por outro lado, Dean também se engana da avaliação do radical declínio da formação bruta de capital fixo na indústria, ou seja, da instalação de novos equipamentos industriais,

Com efeito, ao contrário do que Dean conclui, essa foi uma das principais vantagens da eclosão da Guerra para o processo de industrialização do Brasil. Isto porque, ao se estancar a instalação de novas máquinas e equipamentos, num momento em que expandia-se o mercado interno para a indústria nacional, criavam-se condições extremamente vantajosas para o parque já instalado, aumentando notavelmente a sua lucratividade média e diminuindo sensivelmente seus custos fixos por unidade produzida. Como conseqüência, aumentavam os incentivos a investir, ao mesmo tempo em que os empresários tinham a oportunidade de acumular vultosas somas a título de fundos de inversão. Bastaria, portanto, que o comércio internacional voltasse à normalidade para que as decisões a investir tomadas durante o período bélico se materializassem através das importações de bens de capital, como efetivamente aconteceria nos anos imediatamente posteriores ao término do conflito. Ao não considerar a íntima conexão entre o crescimento da produção industrial durante a Guerra e a expansão da capacidade instalada no imediato pós guerra, ao violar essa ligação, isolando o período bélico, Dean erra e conclui pela disfuncionalidade de sua existência para o processo de industrialização brasileiro durante a República Velha, especialmente para o crescimento industrial de seu principal Estado - São Paulo.

Finalmente, a explicação de Dean para a constatação dos contemporâneos da Guerra a respeito da aceleração do crescimento industrial brasileiro é claramente insatisfatória. Isto porque o nacionalismo arraigado que Dean identifica como a causa do fenômeno ainda não se encontrava suficientemente desenvolvido, a ponto de constituir-se em ideologia da classe dominante no período de modo a obscurecer sua visão da realidade histórica, principalmente de um processo tão palpável. Neste sentido, a ideologia dominante até a Guerra era francamente defensora do estreitamento das relações entre o Brasil e as potências da época, enxergando os países industrializados como seu ideal para o futuro. Isto era particularmente verdadeiro no caso dos Estados Unidos, cuja aproximação a diplomacia brasileira, respaldada pela opinião pública, buscava a todo custo. Na realidade, foi a própria Guerra

que ajudou o crescimento do nacionalismo brasileiro, não sendo este anterior àquela, pelo menos em grau apreciável. Muito menos razão tem Dean de explicar a aceitação de grande número de historiadores modernos da visão da época, a respeito da expansão industrial, pela presença do nacionalismo. Como é fácil de verificar, o juízo da Primeira Guerra Mundial como um momento de grande significância positiva para o processo de industrialização do Brasil assenta-se na análise global de todos os aspectos relacionados com este processo, aspectos estes que não podem ser dissociados entre si, sob pena de não se enxergar a lógica do próprio processo e se cair numa posição de revisar teses consagradas sobre a história econômica do País, e que têm resistido ao trabalho coletivo de grande número de historiadores experientes.

5654 BC

Na realidade, a Primeira Guerra Mundial teve profundas conseqüências do ponto de vista do processo de industrialização do País, que ultrapassaram em muito o próprio período do conflito. De fato, além de induzir à instalação de grande número de pequenas empresas e de oficinas semi-artesanais, que futuramente se transformariam em grandes estabelecimentos fabris, a Guerra propiciou a acumulação de grandes somas de capital-dinheiro, que efetivamente se converteram em capital industrial no imediato pós-guerra, quando se tornou possível a importação de bens de capital sem maiores dificuldades. Além disso, o conflito alertou as classes dirigentes para os perigos da interrupção nos fluxos do comércio internacional, ao mesmo tempo que ampliou as possibilidades da industrialização do país, demonstrando, em termos práticos, que a indústria era uma alternativa à agricultura, uma vez que essa última atividade estava claramente comprometida com as peripécias do mercado internacional. A experiência com o plantio do algodão, cuja produção aumentou exponencialmente durante a Guerra, e o sucesso visível dos industriais levaram inclusive muitos fazendeiros paulistas a diversificar suas atividades, aplicando capitais na indústria. Ganharam força, também, as correntes da população a favor do desenvolvimento das forças produtivas, não somente devido ao engrossamento das fileiras do proletariado, do empresariado e das classes médias urbanas, mas como resultado da maior [illegible]

lidade dos governantes ao movimento em prol do desenvolvimento industrial do País. Assim, "a guerra nos fez compreender, também, e com certa agudeza, a necessidade de passar da indústria de bens de consumo para a de bens de produção" [1], especialmente no caso da indústria siderúrgica. [2] Também tomou forma uma corrente nacionalista de maior penetração popular, que até então não tinha tido grande influência sobre a opinião pública urbana. Em síntese, a Primeira Guerra teve resultados objetivos e subjetivos que favoreceram a continuação do processo de industrialização do Brasil, como, aliás, se tornaria cristalino a partir da crise de 1929, quando a corrente industrialista assumiria o poder.

Logo após o término da Guerra, realizou-se o Censo de 1920, que permitiu, com uma abrangência e fidedignidade muito maiores do que o Censo de 1907, identificar o perfil da estrutura industrial brasileira característica do padrão de desenvolvimento industrial que se esboçara depois do término do regime escravista. Com efeito, o referido Censo revelou a importância decisiva da indústria de tecidos, que, respondendo por 29,6% do valor adicionado pela indústria brasileira em 1919, despontava como o carro-chefe da indústria nacional no período, refletindo, com maior sensibilidade, os avanços e recuos do processo de industrialização do País durante a República Velha. Em segundo lugar, empa-

---

[1] SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit. nota [illegible], p. 237.

[2] Concretamente, a 30 de março de 1918 baixou-se o Decreto nº 12.944 que procurava desenvolver a indústria siderúrgica no País. Esse decreto representou uma das principais medidas objetivando incentivar a siderurgia nacional durante a República Velha.

Na década de 1920, por outro lado, vingaram algumas iniciativas concretas visando o desenvolvimento da indústria pesada no País. Assim, em 1921 criou-se a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, marco dentro do processo de expansão da siderurgia nacional, que acelerou-se extraordinariamente durante os anos vinte. Outro fato de relevância dentro da instalação da indústria pesada foi o início, em 1926, da produção nacional de cimento. Em síntese, com a instalação da produção siderúrgica e cimenteira [illegible] desenvolvimento da indústria nacional de bens de produção.

A participação do setor de tecidos, quando se inclui o de vestuário, era sempre superior a este valor, pois o ramo de vestuários e calçados [illegible] do valor adicionado industrial, [illegible] devido ao sub-ramo de [illegible].

relhando com o setor têxtil, vinha a indústria de alimentos e bebidas, que respondeu por 26,2% do valor adicionado industrial em 1919. No entanto, enquanto no ramo têxtil predominavam as unidades estritamente fabris, típicas da grande indústria mecanizada, no setor alimentar destacaram-se as oficinas artesais e as manufaturas, como no caso clássico da indústria de charque, embora ainda se verificasse grande número de fábricas mecanizadas, como no caso dos frigoríficos estrangeiros criados durante a Guerra, dos moinhos de trigo instalados pelo capital inglês, e das modernas usinas de açúcar que se espalhavam pelo País. Havia, pois, uma igualdade apenas formal entre o peso da indústria têxtil e o da indústria de alimentos e bebidas, pois, enquanto essa última ainda estava, em grande parte, presa às bases artesanais do pré-capitalismo, a última assentava-se na grande indústria capitalista, baseada na maquinaria. Por outro lado, dominava amplamente a indústria ligeira, vinculada ao setor de produção de meios de consumo, uma vez que a indústria pesada de produção de meios de produção era, até então, praticamente inexistente, resumindo-se praticamente nas fábricas de máquinas de beneficiamento de café, nas oficinas de raparação de material ferroviário, nas olarias de produção artesanal de material de construção e numas poucas e pequenas indústrias siderúrgicas de alto forno. Ademais, já haviam se instalado no País um certo número de usinas elétricas autônomas, que, além do fornecimento de energia para a iluminação de um número reduzidissimo de centros urbanos, fornecia energia para a indústria nacional. Fora isso, a indústria brasileira de meios de produção era praticamente inexistente. Assim, agrupando-se, grosso modo, os ramos de produção de minerais não-metálicos, metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, madeira, papel e papelão, couros e peles e química, como significando predominantemente, naquele estágio do processo de industrialização do Brasil, o departamento de meios de produção, ter-se-ia que sua participação no valor adicionado industrial seria de apenas 22,0%, enquanto que o departamento de bens de consumo, grosseiramente representado pelos setores de produtos de mobiliário, borracha, produtos farmacêuticos e médicos, [illegible]

QUADRO 3.6.19

ESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

BRASIL

1919

SETORES	% DO VALOR ADICIONADO TOTAL
Minerais não-metálicos	5,7
Metalurgia	4,4
Mecânica	0,1
Material elétrico e de comunicações	0,0
Material de transporte	2,1
Madeira	4,8
Mobiliário	2,1
Papel e Papelão	1,3
Borracha	0,1
Couros e peles	1,9
Química	1,7
Produtos farmacêuticos e medicinais	1,2
Produtos de perfumaria, sabões e velas	0,7
Têxtil	29,6
Vestuário e calçados	8,7
Produtos alimentares	20,6
Bebidas	5,6
Fumo	5,5
Editorial e gráfica	0,4
Diversas	3,5

Fonte: VILLELA, Annibal Villanova e SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973. p.421.

dutos de perfumaria, sabões e velas, têxtil, vestuário e calçados, produtos alimentares, bebidas, fumo, editorial e gráfica e diversas, responderia pelos restantes 88,0% do valor adicionado pelo conjunto da indústria nacional.

Do mais a mais, a indústria infante nacional caracterizava-se, como já se afirmou antes, por uma disparidade técnica e social muito grande, onde a vanguarda era ocupada pela grande indústria capitalista, que predominava em alguns ramos específicos, como o têxtil, enquanto a maioria representavam unidades manufatureiras e artesanais, baseando-se exclusivamente nas habilidades subjetivas dos trabalhadores, em lugar de assentar-se no movimento objetivo da maquinaria, como no caso da grande indústria. Isto refletia-se numa profunda diferenciação interna do setor industrial brasileiro, onde se misturavam grandes unidades mecanizadas e pequenas oficinas artesanais, tendo reflexos a nível da concentração industrial. Deste modo, os estabelecimentos que tinham até 49 operários em 1920, embora significassem 93,9% de todos os estabelecimentos industriais existentes no País, responderam apenas por 21,8% da produção da indústria brasileira em 1919, absorvendo somente 20,2% do total do pessoal ocupado no setor industrial. Em compensação, os estabelecimentos de cem operários ou mais, embora representassem apenas 3,5% do total dos estabelecimentos existentes, responderam por 65,5% do valor da produção industrial em 1919 e absorveram cerca de 69,7% dos operários então ocupados no setor. Fenômeno semelhante se observava quando se considerava a absorção de força de trabalho pelos estabelecimentos industriais brasileiros, agrupados em estratos de tamanho segundo o seu valor da produção.

Finalmente, também se observava uma forte concentração regional, despontando-se alguns centros industriais, entre os quais já se destacava o de São Paulo. Como já se analisou antes, essa situação decorria da diversidade de base agrícola, que engendrava profundas diferenciações no ritmo e no perfil do processo de industrialização do País. Assim, somente São Paulo respondia, em 1919, por cerca de 33,0% do valor da produção industrial brasi

QUADRO 3.6.20

CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL SEGUNDO

O NÚMERO DE OPERÁRIOS OCUPADOS

BRASIL

1920

GRUPOS DE OPERÁRIOS OCUPADOS	PARTICIPAÇÃO % NOS ESTABELECIMENTOS		PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DOS OPERÁRIOS OCUPADOS		PARTICIPAÇÃO % NO VALOR DA PRODUÇÃO	
	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada
1 a 4	51,9	51,3	5,7	5,7	6,3	6,3
5 a 19	35,1	87,0	7,4	13,1	7,8	14,1
20 a 49	6,9	93,9	7,1	20,2	7,7	21,8
50 a 99	2,6	96,5	10,1	30,3	12,7	34,5
100 ou mais	3,5	100,0	69,7	100,0	65,5	100,0
Total	100,0	-	100,0	-	100,0	-

Fonte: Censo de 1920. Apud CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Rio de Janeiro e São Paulo, DIFEL, 1977. p.305.

QUADRO 3.5.21

CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL SEGUNDO O VALOR DA PRODUÇÃO

BRASIL

1920

GRUPOS DE VALOR DA PRODUÇÃO (contos de réis)	PARTICIPAÇÃO % NOS ESTABELECIMENTOS		PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DE OPERÁRIOS	
	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada
Menos de 10	25,9	25,9	3,3	3,3
10 ├── 50	39,0	64,9	9,5	12,8
50 ├── 100	12,2	77,1	5,3	18,1
100 ├── 500	15,7	92,8	16,0	34,1
500 ├── 1 000	3,2	96,0	10,1	44,2
1 000 ├── 5 000	3,3	99,3	31,0	75,2
5 000 ou mais	0,7	100,0	24,8	100,0
TOTAL	100,0	-	100,0	-

Fonte: Censo de 1920. Apud CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Rio de Janeiro e São Paulo. DIFEL, 1977. p.304.

leira, enquanto seus estabelecimentos possuíam, em 1920, 30,5% da força de trabalho ocupada no setor e 29,6% do capital imobilizado. Em segundo lugar vinha o Distrito Federal, produzindo 22,3% do valor da produção industrial do País e possuindo 20,4% dos operários ocupados e 24,4% do capital imobilizado no setor. Os outros Estados que se destacavam, em termos de sua importância dentro da indústria nacional, eram o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais, de modo que essas seis Unidades da Federação respondiam, conjuntamente, por 83,6% do valór da produção industrial brasileira, absorvendo 78,4% do total da mão-de-obra ocupada e 84,7% do capital imobilizado no setor.

Na verdade, essa estrutura industrial refletia diretamente o padrão de acumulação prevalecente, dentro do qual o setor dinâmico era a agricultura, principalmente a de exportação. Deste modo, cabia à agricultura puxar o restante da economia, através do aprofundamento da divisão social do trabalho, do desenvolvimento das relações de produção capitalistas e das forças produtivas. A expansão agrícola criava o mercado interno para a grande indústria, ao mesmo tempo que fornecia-lhes o capital e os recursos cambiais necessários. Como conseqüência, a industrialização dava-se através da indústria ligeira, com profundas diferenciações a nível regional, refletindo a diversificação das regiões agrícolas do País. A própria política econômica, muitas vezes anti-industrializante, e privilegiando a estabilidade monetária e o equilíbrio das finanças públicas, em detrimento das políticas expansionistas, era um reflexo do caráter agrícola da economia de então, dominada pela grande exploração latifundiária, interessada no "modelo primário exportador".

Com o término da Primeira Guerra Mundial, alteraram-se sensivelmente as condições para o prosseguimento do processo de industrialização do País. De imediato, o desafogo do comércio internacional permitiu o aumento simultâneo das exportações e importações brasileiras, neste último caso tanto de bens de consumo quanto de meios de produção. A volta das importações de meios de

QUADRO 3.6.22

DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
SEGUNDO AS PRINCIPAIS UNIDADES DE FEDERAÇÃO
BRASIL
1920

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS		CAPITAL		VALOR DA PRODUÇÃO		OPERÁRIOS	
	Número	%	(mil contos)	%	Número	%	Número	%
Distrito Federal	1 541	11,6	442	24,4	666	22,3	56 229	20,4
São Paulo	4 145	31,1	538	29,6	986	33,0	83 998	30,5
Rio Grande do Sul	1 773	13,3	251	13,8	354	11,8	24 661	9,0
Rio de Janeiro	454	3,4	126	6,9	184	6,2	16 794	6,1
Pernambuco	442	3,3	91	5,0	136	4,6	15 761	5,7
Minas Gerais	1 243	9,3	90	5,0	172	5,8	18 522	6,7
Bahia	491	3,7	49	2,7	72	2,4	14 784	5,4
Brasil	13 336	100,0	1 815	100,0	2 989	100,0	275 512	100,0

Fonte: Censo de 1920. Apud LIMA, João Heraldo. Café e indústria em Minas Gerais, 1870-1920. Petrópolis, Vozes, 1981. p.90.

consumo significou o acirramento da concorrência interna, prejudicando a indústria nacional, enquanto que a expansão das compras de meios de produção, principalmente de máquinas e equipamentos, permitiu a recomposição do equipamento industrial que se desgastara pelo uso excessivo durante o período bélico, além que significar uma elevação efetiva da capacidade produtiva da indústria brasileira, possibilitando a realização do capital-dinheiro que se acumulara também durante a Guerra. Por outro lado, o conflito alterara profundamente a correlação de forças entre as diferentes classes sociais do Brasil. Aumentara o peso objetivo das camadas urbanas, entre as quais se destacava o proletariado, não tanto por sua força numérica, quanto pelas suas posições políticas. Também a pequena burguesia urbana expandiu-se notavelmente, enquanto o movimento migratório campo-cidade ganhava fôlego, assim como o movimento de migração de pequenos camponeses e trabalhadores rurais das regiões mais atrasadas, como no caso do Norte e do Nordeste, para as regiões mais avançadas, como no caso do Sul e do Sudeste. Esse aumento do peso objetivo das classes urbanas e o debilitamento da oligarquia agrária refletir-se-ia, durante a década de vinte, na eclosão de uma série de conflitos, que prenunciavam, segundo Heitor Ferreira Lima, a abertura de um novo ciclo revolucionário no País. Na verdade, além das mudanças "internas", proporcionadas pela Primeira Guerra, houve uma mudança radical no panorama internacional, que teve profundos reflexos na movimentação das classes sociais no Brasil. Com efeito, devido à Guerra, o capital financeiro internacional sofreu seu primeiro e mais profundo golpe, com a emergência da União Soviética, primeira nação socialista do Mundo, cuja política era visceralmente contrária aos interesses dos principais Estados imperialistas da época. Em segundo lugar, no seio mesmo das nações imperialistas, o bloco das Potencias Centrais foi derrotado, com a vitória da Entente, o que significou o debilitamento das posições do capital alemão nos países dependentes, como no caso do Brasil. Em terceiro lugar, os países europeus da Entente, apesar de sua vitória, viram-se bastante enfraquecidos no plano econômico, em razão das grandes perdas e das destruições provocadas pelo conflito, de modo que a base objetiva de seu domínio financeiro sobre o restante do mundo

viu-se temporariamente comprometida, favorecendo a expansão da penetração do capitalismo americano, que se fortaleceu com a Guerra. Devido a esses acontecimentos, haveria na década de vinte, acompanhando um processo que ganhara vigor durante a Guerra, uma maior penetração do capital financeiro e das grandes empresas industriais norte-americanas no espaço brasileiro. Por outro lado, o surgimento da União Soviética daria novo alento ao movimento operário brasileiro, até então dominado pelo anarquismo, levando-o a uma série de lutas que abririam espaço para o posterior "pacto social" encetado no período Vargas. Finalmente, como já se salientou antes, o colapso parcial do comércio internacional durante o período bélico levaria as classes dominantes brasileiras a aceitar com menos restrições o processo de industrialização do País, chamando-lhes a atenção para a necessidade da criação da indústria de meios de produção e dando nova força ao nacionalismo, que advogaria a industrialização a qualquer custo.

De imediato, o fim da Guerra provocou a elevação dos preços do café no mercado internacional, ao mesmo tempo em que se desimpedia o transporte marítmo, permitindo a colocação vantajosa dos estoques acumulados durante o segundo semestre de 1917 e o primeiro do ano seguinte, por efeito do esquema de valorização montado pelo Estado de São Paulo. Também as exportações dos outros produtos tiveram bom desempenho, inclusive no caso dos tecidos de algodão, de modo que houve um extraordinário crescimento das exportações brasileiras em 1919. Esse aumento possibilitou o crescimento das importações do País, embora numa proporção inferior ao das exportações.

Em 1920, contudo, a ocorrência de nova crise mundial e a retração da economia americana levou à queda das cotações do café no mercado de Nova York, assim como a redução do valor das vendas dos outros produtos brasileiros no exterior, induzindo à uma queda de quase 30% nas receitas brasileiras de exportação. No entanto, as importações ainda se expandiram, incentivadas pelas facilidades proporcionadas pela progressiva normalização do comércio internacional e pela política das potências vencedoras, inte-

ressadas em recuperar seus mercados, perdidos durante os anos de conflito. Com a depressão no mercado cafeeiro, o governo paulista interveio uma vez mais, comprando a produção excedente, e, deste modo, sustentando a demanda. Assim, novamente as dificuldades conjunturais seriam superadas, evitando-se a queda do nível de renda da atividade cafeeira, e, por via de conseqüência, do restante da economia brasileira, dado o papel determinante do setor cafeeiro.

Como conseqüência do extraordinário desempenho das exportações brasileiras em 1919, numa conjuntura onde as importações de manufaturados, apesar de seu inegável incremento, não colocavam em xeque a produção nacional, devido à permanência de alguns dos efeitos da Primeira Guerra sobre a produção industrial dos países desenvolvidos, que lhes impedia de satisfazer integralmente à demanda reprimida durante a Guerra, a produção industrial brasileira pôde expandir-se durante este ano, superando a crise de 1918. Contudo, a deterioração da situação da balança comercial do Brasil no ano seguinte, com a violenta queda das exportações de café, provocou uma forte retração da atividade da indústria brasileira durante 1920 e 1921, apesar da intervenção no mercado cafeeiro haver minorado os efeitos perversos da redução das exportações no período. Na realidade, tudo indica que a política de defesa do café iniciada em 1921 tenha sido um dos ingredientes fundamentais para a retomada da expansão industrial que se prolongaria até 1923. De acordo com Roberto Simonsen, o valor da produção industrial brasileira, deflacionada pelo aumento do custo de vida, cresceu cerca de 22% em 1919, em relação ao ano anterior, voltando a cair 10% em 1920, permanecendo constante em 1921 e voltando a crescer 16% em 1922 e mais 39% em 1923. Na realidade, ainda segundo Simonsen, esse desempenho favorável no período 1918-1923, no qual o valor da produção industrial brasileira a preços constantes teria crescido 77%, somente seria mediado por uma crise em 1920-1921 no caso do conjunto da indústria nacional, uma vez que no caso de seu centro dinâmico, isto é, de São Paulo, o máximo que teria havido seria uma estagnação em 1921, uma vez

com exceção desse ano, em todos os outros o valor da produção industrial do Estado, a preços constantes, teria se elevado, fazendo com que, em 1923, a produção da indústria paulista fosse 90% maior que o seu nível alcançado no ano do término da Primeira Guerra Mundial.

Este desempenho favorável da indústria nacional entre 1918 e 1923 foi favorecido pela incapacidade da indústria européia de recuperar seus níveis de produção de antes da Guerra, tendo-se em vista a expansão da demanda dos países não industrializados no período. Este fator fazia com que os artigos europeus não dessem conta de abastecer o mercado nacional, garantindo parcela substancial para a indústria brasileira, que ainda contava com alguma proteção aduaneira, embora esta estivesse se tornando praticamente inexistente, devido ao não ajustamento dos valores oficiais dos produtos importados, apesar da acelerada perda de poder aquisitivo do mil-réis (entre 1918 e 1923 a taxa de câmbio no Rio de Janeiro declinou de 13 para 5,422 pences por mil-réis). A incapacidade da indústria dos países centrais de abastecer totalmente o mercado mundial também criava brechas por onde a produção industrial brasileira podia entrar. Era o caso dos tecidos de algodão; as exportações brasileiras do produto cresceram de 113,0 mil quilos, em 1918, para 785,8 mil em 1923, de modo que no período que vai entre estes dois anos foram colocados 24,8 milhões de quilos de têxteis de algodão no mercado externo.

Uma das características marcantes do "boom" industrial do imediato pós-guerra, ao contrário do que se verificou durante o conflito, foi o grande volume de máquinas e equipamentos importados. Com efeito, a indústria brasileira, com parte de seu maquinário desgastado devido ao uso intensivo durante a Guerra e contando com vultosos recursos financeiros acumulados, tão logo pôde contar com um mercado cambial desafogado, fez encomendas maciças de máquinas e equipamentos no exterior. Como resultado, a importação de bens de capital, que representava 6,3% do total importado pelo País em 1918, aumentou seu peso relativo para 9,9% em 1919 e 11,5% no ano seguinte, correspondendo a uma elevação do

quantum importado de 117,0% em 1919 em relação ao ano anterior e mais 59,5% em 1920 em relação a 1919. Contudo, apesar do extraordinário crescimento das importações de bens de capital entre 1918 e 1920, nesse último ano elas ainda representavam apenas 63,7%, em termos de quantum, do volume importado pelo País em 1913, ano em que se tinha atingido um pico nas compras brasileiras de bens de capital no mercado externo. As importações de bens de capital continuaram em altos níveis, embora em 1922, como conseqüência da recessão de 1920-1921, ela tivesse caído cerca de 42,4% em relação ao seu nível conseguido no ano anterior. Mesmo assim, o patamar era incomparavelmente superior ao verificado em 1918, pois, ainda em termos de quantum, as importações de bens de capital em 1922 foram maiores em quase 150% do que as verificadas naquele ano. No caso específico da indústria têxtil algodoeira, as importações de máquinas e equipamentos, depois de se situar num nível médio de 2.842 toneladas em 1918-1919, aumentaram para 4.262 em 1920, 6.295 em 1921, 6.635 no ano seguinte e, finalmente, 8.838 toneladas em 1923. Ao todo, no período 1920-1923, foram importadas 26.030 toneladas de equipamento para a indústria têxtil algodoeira do Brasil, contra apenas 9.578 toneladas entre 1915 e 1918. Há de se observar, no entanto, que essa recuperação das importações de máquinas e equipamentos para a indústria de tecidos não foi suficiente, até pelo menos 1923, para se atingir o nível alcançado em 1913, quando foram comprados no exterior um total de 13.345 toneladas de máquinas e equipamentos para o setor.

A expansão da indústria brasileira entre 1919 e 1923 não se fez sem uma política monetária permissiva, como resultado dos déficits do Tesouro Nacional (que alcançaram quase 1,7 milhões de contos de réis no período) e da intervenção no mercado cafeeiro, que exigira vultosos recursos da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, criada em 1920. Como já foi salientado anteriormente, a política econômica utilizou-se amplamente da emissão de papel-moeda como instrumento de sua sustentação, resultando na emissão de 948,8 mil contos de réis durante o período, facilitando a expansão dos depósitos e empréstimos do sistema bancário e

QUADRO ?.6.23
ÍNDICES QUANTITATIVOS DAS IMPORTAÇÕES SEGUNDO TIPOS DE BENS
BRASIL
1901-1934
(1939=100)

ANOS	BENS DE CONSUMO	COMBUSTÍVEIS	MATERIAS PRIMAS	BENS DE CAPITAL	BENS DE CAPITAL PARA A INDÚSTRIA
1901	142,6	21,4	39,2	68,7	56,8
1902	136,7	22,9	47,2	33,9	31,7
1903	130,4	22,6	50,7	38,6	38,0
1904	126,7	24,2	52,2	42,3	41,3
1905	148,8	26,3	59,7	64,7	62,3
1906	147,8	29,7	64,9	62,5	66,1
1907	161,1	32,4	73,8	94,1	93,0
1908	141,9	33,3	61,8	99,2	96,4
1909	153,4	34,5	64,3	117,5	102,9
1910	182,7	41,3	84,7	136,6	118,7
1911	194,0	44,4	90,7	185,6	153,6
1912	222,6	64,5	102,5	271,5	205,3
1913	217,1	60,1	104,4	223,0	152,6
1914	136,4	43,1	52,0	87,7	63,4
1915	92,8	37,9	46,5	33,3	25,2
1916	89,3	36,6	54,7	43,0	32,2
1917	79,6	28,5	39,8	46,6	32,0
1918	79,5	20,8	44,9	42,9	36,9
1919	99,5	39,9	61,0	93,1	64,6
1920	163,5	41,0	72,8	148,5	108,1
1921	65,0	38,5	52,6	115,9	125,8
1922	89,8	43,2	72,0	97,4	91,5
1923	117,0	51,6	80,9	127,8	119,4
1924	172,6	62,1	100,6	182,8	151,0
1925	194,8	77,6	110,8	267,0	209,2
1926	204,0	76,2	109,7	226,1	154,7
1927	175,0	92,7	113,7	191,3	124,3
1928	231,8	98,3	130,9	234,7	133,2
1929	224,8	108,4	122,2	275,0	184,7
1930	123,3	92,9	86,4	106,3	99,7
1931	57,0	75,5	72,2	56,6	33,6
1932	62,3	59,9	67,3	19,4	28,9
1933	89,6	72,4	91,6	81,4	47,4
1934	93,3	74,4	91,2	109,2	82,9

Fonte: VILLELA, Annibal Villanova e SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileiro, 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. p.425.

cresceram, entre dezembro de 1919 e dezembro de 1923, respectivamente, 89,1 e 126,6%. Deste modo, a indústria, contando com mercado assegurado, facilidade de importação de matérias primas, máquinas e equipamentos, e crédito ampliado, pôde crescer à uma taxa média de 12,1% entre 1918 e 1923, apesar das flutuações intermediárias.

Em 1924, mais uma vez, o mercado cafeeiro viu-se em dificuldades, devido à grande safra, embora desta feita a crise não chegasse a amadurecer, pela intervenção dos armazens reguladores, que haviam sido criados há algum tempo. A partir de então, com a constituição de toda uma aparelhagem de intervenção, o Estado de São Paulo encetou o plano de "defesa permanente" do produto, com uma política sistemática de retenção dos excessos de produção e de sustentação dos preços do produto no mercado internacional. Com a implementação do plano, criou-se então uma situação extremamente favorável à cafeicultura nacional, num momento em que, esgotados os efeitos da Guerra, se observava uma retração das exportações brasileiras de quase todos os seus principais produtos do mercado externo. Com o sucesso da valorização cafeeira, cresceu rapidamente o valor total das exportações do País, que atingiram a média anual de 95,6 milhões de libras esterlinas no quinquênio 1925-1929, contra 68,9 milhões por ano na primeira metade da mesma década. O novo "boom" exportador levou à euforia os fazendeiros do café, que detinham o virtual controle do aparelho de Estado no Brasil, em aliança com outras classes, levando-os a acreditar na manutenção indefinida dos preços elevados do produto. Como conseqüência, alimentados pela ideologia de que "o café dará para tudo", numa conjuntura de grandes saldos na balança comercial, fá- cil obtenção de empréstimos estrangeiros, manutenção de relativa estabilidade cambial, os oligarcas do café viam a realização de seu antigo sonho, de um modelo de economia baseado na exportação de produtos agrícolas, que permitisse a importação de capitais e produtos manufaturados, dentro de um claro esquema de divisão internacional do trabalho. Coerente pois com esse "modelo", a política econômica, esquecendo-se das lições da Primeira Guerra, praticamente esqueceu-se da proteção da indústria infante. Enquanto

esboçava-se a ideologia do "café dará para tudo", o processo inflacionário, que vinha desde inícios da Guerra, fazia-se sentir sobre o poder aquisitivo das populações urbanas, principalmente sobre as classes assalariadas, cujos salários monetários cresciam a ritmo mais lento do que a deterioração do valor do mil-réis. "Em 1924 o encarecimento do custo de vida chegou a tal ponto que provocou a redução da capacidade aquisitiva da população brasileira. A crise refletiu-se, naturalmente, nas indústrias que tiveram muitas de suas encomendas canceladas, agravando-se a situação pela retração do crédito e pela invasão do mercado interno por produtos manufaturados estrangeiros, pois as tarifas brasileiras haviam, na realidade, sido diminuídas entre 1914-1924 porque o valor estabelecido pelo governo como base dos direitos, não acompanhara a elevação do custo das mercadorias estrangeiras. A concorrência do similar estrangeiro tornou-se particularmente sensível, em 1925, com a ligeira elevação cambial registrada nesse ano, sendo bastante precária a situação das indústrias têxteis de algodão de lã." [27] Em vão, os industriais pediram revisão das tarifas, encontrando a resistência dos fazendeiros, aliados à população urbana, particularmente das grandes cidades, que culpava a indústria nacional pela carestia. Por outro lado, no caso específico da indústria têxtil algodoeira, à deterioração da proteção aduaneira e à redução do mercado interno por efeito da inflação se adicionou a perda dos mercados externos ainda em 1924, como conseqüência do acirramento da concorrência dos países centrais, que haviam superado inteiramente os efeitos da Primeira Guerra, e da insatisfação dos clientes dos produtos brasileiros quanto à sua qualidade. De mais a mais, a partir de novembro de 1922, com a posse de Arthur Bernardes, esboçou-se uma política de contenção monetária, alicerçada na supressão dos déficits orçamentários e na instituição da necessidade de lastro nas operações de emissão de papel moeda. Essa política, contudo, não faria sentir seus efeitos antes de 1925, devido à recessão e às rebeliões armadas ocorridas em 1924, que impediram a redução das emissões monetárias.

---

[27] LUZ, Nícia Vilela. op. cit. nota [illegible], p.159-160.

Em 1925, no entanto, conseguiu-se um controle monetário mais efetivo, o mesmo sucedendo-se no ano seguinte, apesar do grande déficit da União, provocado pelos gastos militares. Com isso, criou-se uma real situação de penúria de crédito, pelo menos no biênio 1925-1926, dificultando ainda mais a situação da indústria nacional. A partir de 1927, contudo, a situação se modificou, graças à entrada de recursos externos, que se transformavam em milréis pelo funcionamento da Caixa de Conversão, criada em 1926 para garantir a estabilidade do câmbio. Como resultado desse conjunto de fatores - aumento da concorrência externa; perda de poder aquisitivo da população, em decorrência do processo inflacionário; perda dos mercados externos pela indústria têxtil; e política monetária contracionista em 1925-1926 -, a indústria nacional ingressou, a partir de 1924, numa situação depressiva que só seria superada definitivamente na década seguinte, dentro de um novo quadro institucional. Mais uma vez segundo Roberto Simonsen, o valor da produção industrial brasileira, deflacionada pelo índice de custo de vida, declinaria 36% em 1924, e mais 8% em 1925, voltando a recuperar-se a partir do ano seguinte e atingindo seu máximo em 1928, embora a um patamar ainda inferior em 6% ao alcançado em 1923. Quanto à indústria de tecidos de algodão, a sua produção física, depois de haver atingido os 939,8 milhões de metros em 1923, caiu para 579,8 milhões no ano seguinte, sem que voltasse a se recuperar antes de 1937. Neste caso específico, a elevação das importações de tecidos foi de importância crucial para a redução da produção nacional, uma vez que em 1924 foram importados 5.839 toneladas de tecidos de algodão, enquanto um ano antes foram adquiridos no exterior apenas 3.913 toneladas, o que representa um acréscimo de 49,2%. Em 1925, o total importado atingiu 7.328 toneladas, e, a partir de então, até 1928, as importações brasileiras de tecidos de algodão ficariam mais ou menos estabilizadas.

A retração da atividade industrial interna a partir de 1924, entretanto, não fazia com que cessassem os investimentos no setor. De fato, a própria expansão exportadora, que viria com-

QUADRO 3.6.24
CONSUMO APARENTE DE TECIDOS DE ALGODÃO
BRASIL
1911-1934

ANOS	PRODUÇÃO		IMPORTAÇÕES[1/]		EXPORTAÇÕES[1/]	CONSUMO APARENTE
	(milhões de metros)	% consumo aparente	(milhões de metros)	% consumo aparente	(milhões de metros)	(milhões de metros)
1911	379	81,8	84,5	18,2	0	463,5
1912	400	85,2	69,6	14,8	0	469,6
1913	385	86,6	59,4	13,4	0	444,4
1914	314	93,3	22,4	6,7	0	336,4
1915	471	96,4	17,5	3,6	0	488,5
1916	474	94,0	30,0	6,0	0	504,0
1917	548	95,7	24,8	4,3	0,1	572,7
1918	494	94,7	28,4	5,3	0,7	521,7
1919	584	96,4	22,4	3,6	0,7	605,7
1920	587	95,4	29,4	4,6	0,8	615,6
1921	552	98,4	12,2	1,6	3,3	560,9
1922	627	97,8	19,0	2,2	4,7	641,3
1923	940	98,0	23,7	2,0	4,8	958,9
1924	580	94,3	35,3	5,7	0,3	615,3
1925	536	92,4	44,3	7,6	0,1	580,2
1926	539	92,4	44,3	7,6	0,1	583,2
1927	594	93,1	43,8	6,9	0,1	637,7
1928	582	92,1	50,3	7,9	0,1	632,2
1929	478	94,1	29,9	5,9	0,1	507,8
1930	476	98,3	8,1	1,7	0	484,1
1931	634	99,8	2,7	0,2	1,7	635,0
1932	631	99,7	2,3	0,3	0,4	632,9
1933	639	99,3	4,8	0,7	0,5	643,3
1934	716	100,0	2,9	0,0	2,6	716,3

Fonte: VILLELA, Annibal Villanova, e SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. p.424.

Nota (1): Dados originários em Kg. Considerou-se 1 Kg de tecidos de algodão=6,05m.

QUADRO 3.6.25

ÍNDICE DO VOLUME FÍSICO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL SEGUNDO GÊNEROS DE INDÚSTRIAS

BRASIL

1920-1934

(1929 = 100)

CLASSES DE INDÚSTRIA	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934
Extr.de Prod. Mi	126,8	99,8	108,4	94,2	81,3	93,6	95,8	85,7	104,7	100,0	91,1	85,8	82,3	86,2	85,0
ria de Transfor	76,9	76,6	88,7	106,7	89,1	89,5	88,6	96,1	103,4	100,0	95,3	103,5	103,9	119,3	135,1
ais não-Metáli-	93,0	101,6	104,9	132,0	126,9	87,9	82,7	70,8	97,8	100,0	87,8	151,2	145,4	208,9	282,5
rgia	43,7	46,2	45,5	59,7	51,7	62,7	56,1	53,1	78,0	100,0	81,9	71,9	90,2	130,5	155,3
ica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
lét. e de Comuni	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ial de Transpor-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
tário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
l e Papelão	-	-	-	-	-	-	67,7	51,2	84,1	100,0	80,3	120,7	102,2	238,8	290,9
cha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
s, Peles, e Simi	-	-	-	-	-	-	-	-	106,8	100,0	121,0	118,7	107,8	137,2	146,1
ica e Farmacêuti-	55,5	52,1	58,7	79,4	82,8	87,8	96,8	105,1	108,8	100,0	100,3	66,4	73,4	82,7	79,2
. Perfumaria, Sa- e Velas	47,5	46,5	62,6	72,6	84,0	73,0	73,1	97,1	112,9	100,0	77,9	77,0	95,6	107,8	153,7
. de Matéria Plás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
til	106,6	104,1	116,7	166,5	110,2	105,8	105,6	122,1	123,9	100,0	97,2	125,6	127,4	131,0	145,7
tário, Calçados e	61,7	55,0	63,6	65,6	77,8	76,2	72,9	86,6	95,5	100,0	70,8	75,0	67,3	71,2	74,6
tos Alimentares.	63,2	66,7	86,2	77,8	79,2	86,7	88,3	90,2	93,4	100,0	107,9	102,3	99,3	111,6	116,9
as	64,2	63,2	73,2	76,1	70,0	75,5	81,0	92,6	96,4	100,0	83,5	70,3	76,3	79,8	81,7
o	67,6	61,5	72,4	70,2	67,0	85,8	69,5	81,6	91,7	100,0	86,7	87,7	85,5	88,5	135,5
erial e Gráfica..	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
rsos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	78,0	77,1	89,1	106,4	88,9	89,6	88,8	95,9	103,5	100,0	95,2	103,1	103,4	118,6	133,9

FONTE: VILLELA, Annibal Villanova, e SUZIGAN, Wilson. Política do governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. p.419-420.

prometer a produção industrial interna, ao facilitar a importação de similares estrangeiros, também forneceria os recursos cambiais necessários à importação de máquinas e equipamentos para a indústria brasileira, que, mais uma vez, funcionando a todo vapor até 1923, acumulara grandes somas de capital-dinheiro, que efetivamente poderiam transformar-se em capital industrial, principalmente se se levar em conta a ligeira tendência à elevação cambial que a nova onda exportadora proporcionaria. Deste modo, em termos de quantum, as importações brasileiras de bens de capital para a indústria mais que duplicariam entre 1922 e 1925, chegando a alcançar, neste último ano, um nível ligeiramente superior ao atingido em 1912, quando as importações do País de bens de capital para a indústria haviam atingido um ponto máximo. Depois de 1925, o quantum importando desse tipo de bem foi caindo ano a ano, até 1928, quando atingiu apenas 63,7% do seu nível de 1925, embora, em termos absolutos, ainda significasse um volume significativo. Em 1929 as importações de bens de capital para a indústria brasileira voltaram a aumentar, crescendo 38,7% em relação ao ano anterior. A partir, no entanto, de 1930, a profunda crise de economia mundial, em estreita vinculação com a crise brasileira, fizeram com que as importações de máquinas e equipamentos sofressem um verdadeiro colapso, do qual o Brasil não se recuperaria tão cedo. No caso da indústria de têxteis de algodão, as importações de máquinas para o setor seriam elevadíssimas durante o período 1934-1926, quando foram adquiridos no exterior cerca de 38.481 toneladas de equipamentos industriais para o setor. Contudo, a partir de 1927 essas importações sofreram uma queda radical, de modo que no triênio 1927-1929 o Brasil comprou apenas 17.634 toneladas em máquinas e equipamentos têxteis. De acordo com Stanley Stein, o período que vai até 1927 se caracteriza, no âmbito da indústria têxtil algodoeira do Brasil, como uma fase de criação de novos estabelecimentos (o número total de fábricas de tecidos de algodão aumentou de 242 em 1921 para 244 em 1924 e 354 em 1927) e de grandes importações de máquinas e equipamentos para o setor. Contudo, a partir de então houve uma retração, tanto no estabelecimento de novas unidades produtivas, como nas importações de bens de capital

para o setor. Assim, pelo menos durante o subperíodo 1924-1927 a depressão da indústria nacional, provocada pela euforia originada na expansão cafeeira, não se traduziu por uma queda da taxa de investimento do setor, que, ao contrário, aproveitando-se das facilidades para a importação de máquinas e equipamentos, aumentou a conversão de capital-dinheiro em capital produtivo, através da ampliação da sua capacidade instalada. No entanto, a partir de 1927, a própria manutenção da situação depressiva da indústria brasileira parece ter-se refletido na diminuição do ritmo da acumulação de capital no setor, principalmente no principal ramo dentro da sua estrutura - no têxtil algodoeiro.

A queda da formação de capital fixo no setor industrial a partir de 1927 seria o prelúdio do que ocorreria em 1929, quando á crise cafeeira e, em seguida, a crise mundial, lançariam a economia brasileira numa situação de profunda depressão, o que repercutiria na indústria nacional, reduzindo, de forma drástica tanto o nível de sua produção corrente quanto a própria taxa de acumulação. Com efeito, ainda de acordo com os dados de Simonsen, o valor da produção industrial brasileira, a preços constantes que vinha se recuperando desde o seu ponto mais baixo atingido em 1925, voltou novamente a cair 5% em 1929, continuando sua tendência baixista nos anos seguintes, alcançando o fundo do fosso em 1932, quando seu nível foi cerca de 11% menor do que alcançado em 1928. Mais uma vez, um dos setores mais atingidos com a crise foi a indústria de tecidos de algodão, cujo valor da produção, a preços correntes, caiu 26,3% em 1929, em relação ao ano anterior. Em termos físicos, a produção têxtil algodoeira declinou de 582 milhões de metros em 1928 para 478 milhões em 1929 e 476 milhões no ano seguinte, embora em 1931 já se tenha observado alguma recuperação significativa, com a produção alcançando 634 milhões de metros. No caso da indústria têxtil, a recuperação econômica parece ter-se iniciado mais cedo, pois, como se viu, em 1931 a produção física já tinha ultrapassado seu nível de 1928. Contudo, essa recuperação seria mais visível a partir de 1933, acompanhando o que ocorria com o conjunto da produção industrial do País, numa curva ascencional que duraria até 1937. Quanto aos investimentos indus

QUADRO 3.6.26

EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL ALGODOEIRA

BRASIL

1885-1932

ANO	FÁBRICAS	CAPITAL (contos de réis)	FUSOS	TEARES	TRABALHADORES	PRODUÇÃO	
						(1 000 metros)	(contos de réis)
1885 (1)	48	5 005 (2)	66 466	2 111	3 172	20 595	...
1905	110	165 440	734 928	26 420	39 159	242 087	...
1909 (1)	161	234 478	...	...	45 942	...	135 026
1910 (1)	137	250 000	1 000 000	35 000	55 000	...	...
1915	240	321 110	1 512 626	51 134	82 257	470 783	261 183
1921	242	337 700	1 521 300	59 208	108 960	552 446	442 000
1924	244	385 685	2 502 288	65 651	110 119	579 779	775 791
1925	257	468 473	2 345 809	70 561	114 561	535 909	974 330
1926	329	587 597	2 528 611	75 631	174 619	539 025	981 082
1927	354	641 493	2 584 050	78 383	128 613	594 313	974 555
1928	347	669 912	2 620 471	78 910	123 521	581 951	929 308
1929	359	656 353	2 651 108	80 336	123 470	477 995	684 962
1932	355	669 794	2 695 639	83 312	115 550	630 738	911 926

Fonte: STEIN, Stanley. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil - 1850/1950. Rio de Janeiro, CAMPUS,1979. p.191.

Notas 1: Estatísticas incompletas.

2: Inclui Capital e Fusos (20 fábricas), Teares (30 fábricas), Trabalhadores (23 fábricas), Produção (12 fabricas).

triais, estes também caíram 46,0% em 1930, em termos de quantum importado de máquinas e equipamentos para a indústria, depois de terem se elevado 38,7% em 1929, em relação ao ano anterior. Esse processo de queda da importação de bens de capital continuaria até 1932, quando seu nível, ainda em termos de quantum importado, seria inferior em 84,4% ao atingido em 1929.

Contudo, em 1933 a indústria brasileira iniciou sua recuperação econômica, com o valor da sua produção, a preços constantes, voltando a ingressar numa firme tendência de crescimento que iria prosseguir pela década de trinta a dentro. Também as importações de bens de capital acompanhariam a mesma tendência, voltando a atingir altos níveis a partir de 1935. No entanto, desta feita a recuperação industrial iria ocorrer dentro de um autêntico procésso de industrialização por substituição de importações, assentado na expansão do mercado interno, uma vez que a atividade de exportação, continuando em crise, perderia seu papel de motor do crescimento econômico. Também não se daria, como ocorrera durante a Primeira Guerra Mundial, um movimento oposto entre a expansão da produção industrial interna, incentivada pelo colapso da capacidade de importar, e a redução das importações de máquinas e equipamentos industriais. Agora haveria uma sincronia entre os dois movimentos: a ascensão da produção da indústria nacional seria acompanhada pelo aumento das importações de bens de capital, embora perdurassem as restrições globais às importações, que, no caso, se traduziam na queda das compras de meios de consumo do exterior, e não das de máquinas e equipamentos.

Examinando-se retrospectivamente o movimento de industrialização da República Velha, que coincidiu, grosso modo, com a gênese da grande indústria capitalista no Brasil, verifica-se que, em primeiro lugar, como já se salientou antes, o processo de industrialização brasileiro surgiu como uma conseqüência do vigoroso desenvolvimento das forças produtivas proporcionado pela extinção do trabalho escravo e sua substituição pelo trabalho assalariado e pela economia de "troca de serviços", que alicerçaram o edifício econômico da Primeira República. Neste sentido é que,

como foi afirmado antes, se deve entender a industrialização do País como a última etapa do processo de transição ao capitalismo, ou se se quiser, em termos lógicos, como o destino último da reforma das relação de produção que propiciou o advento do trabalho assalariado.

Em segundo lugar, também como já foi demonstrado anteriormente, dentro do processo de industrialização, o setor indutor, que funcionava como carro-chefe da economia, forçando a sua expansão, era a agricultura de exportação, ou, em termos mais específicos, a cafeicultura. Daí se originou, inclusive, a posição cepalina a respeito do "modelo de crescimento primário-exportador" [58], cuja dinâmica interna estaria condicionada à demanda externa dos produtos de exportação, dentre os quais, no caso do Brasil, se destacava o café. [59]

---

58 Não é finalidade deste trabalho realizar a crítica do pensamento cepalino. Essa tarefa já se encontra realizada, com brilhantismo, por João Manuel Cardoso de Mello, de modo que seria enfadonho repetí-la neste trabalho. Salienta-se apenas que a formulação cepalina, em suas versões iniciais, não estabelece a distinção essencial entre "economia primário exportadora" capitalista e "economia primário-exportadora" pré-capitalista.

Também não se pretende analisar as outras posições a respeito do assunto, mas apenas apreender algumas das características essenciais do processo de industrialização do País durante a República Velha, tendo-se em mente os objetivos últimos deste estudo.

59 Segundo Albert Fishlow, o processo de substituição de importações teria se iniciado no Brasil, na década de 1890, "como uma conseqüência direta das finanças inflacionárias, não tendo sido influenciado por proteção tarifária." Evidentemente que essa posição não pode ser entendida como uma tentativa de atribuir à República Velha a origem do "modelo desenvolvimento" assentado no processo de substituição de importações, tal como na interpretação de Maria da Conceição Tavares do período que se inicia em 1930, pois, caso contrário, ter-se-ia um erro flagrante, o que não é o caso. Assim, a posição de Fishlow deve ser entendida dentro do processo de industrialização dentro do qual a expansão exportadora criava mercado para os produtos industriais, que eram, inicialmente, importados. Contudo, com a instalação da indústria doméstica, essa aproveitava-se então desse mercado já criado,

...

Neste sentido, foi a expansão da agricultura de exportação, nomeadamente da cafeicultura, que serviu como matriz do processo genético da indústria nacional. Deste modo, a expansão da produção cafeeira funcionava não somente induzindo à ampliação do âmbito das relações capitalistas de produção dentro da economia, mas levava à diversificação da atividade produtiva, seja forçando o desenvolvimento da grande indústria de transportes - isto é, da ferrovia, uma das primeiras formas de grande indústria mecanizada que o Brasil conheceu -, seja possibilitando o desenvolvimento comercial e financeiro, seja sustentando a ampliação do aparelho de Estado - instrumento imprescindível para a desenvolução capitalista - seja criando mercado para a instalação da indústria urbana, ou mesmo gerando as divisas necessárias para a importação de máquinas e equipamentos industriais e para a importação dé capitais. Em síntese, a expansão da cafeicultura capitalista durante a Primeira República impulsionava o desenvolvimento do capitalismo, permitindo a generalização da produção mercantil, que ia ganhando foros de universalidade.

Está claro que essa lógica do processo de industrialização, resultante do desenvolvimento da economia capitalista possibilitado pela expansão exportadora, não significa que, em termos histórico-imediatos, a classe industrial brasileira tenha se originado dos fazendeiros do café, que diversificaram sua atividade econômica, invadindo a esfera industrial. Na verdade, como demonstra a historiografia brasileira a respeito, a origem concreta da burguesia industrial do Brasil é extremamente diversificada, não escapando, inclusive, a própria classe dos cafeicultores, que, no caso específico de São Paulo, forneceu inúmeros elementos para o grupo dos empresários industriais. Assim, por exemplo, Warren Dean salienta que, no caso de São Paulo, "os proprietários rurais não somente sobreviveram como classe, mas também dirigiram a pas-

---

... substituindo a produção importada. Neste sentido, o papel indutor da industrialização cabia ao setor externo, ao contrário do que pressupõe o "modelo de industrialização por substituição de importações."
A citação de Fishlow é retirada de:
FISHLOW, Albert. Op. cit. nota 28 . Referência p. 8.

sagem de uma cultura rotineira de cana-de-açúcar, no princípio do século XIX, para um complexo sistema industrial nos meados do século XX." [60] Neste sentido, a atuação dos fazendeiros paulistas foi inclusive muito mais ampla, pois eles investiram em praticamente todos os setores, criando casas comerciais, fundando bancos, instalando ferrovias e mesmo financiando o Governo, através da compra de títulos públicos. Também Wilson Cano chama a atenção para o fato de que "os próprios fazendeiros investiam seus lucros em indústrias diretamente, e indiretamente quando seus lucros transitavam pelo sistema bancário (ou eram investidos na própria constituição de bancos) ou por outra forma qualquer de intermediação financeira e de capital." [61] Aliás, a contribuição dos plantadores de café para a constituição da rede ferroviária paulista foi notória, demonstrando, que no caso específico desse ramo particular da grande indústria, parte dos empresários do setor saiu do seio da classe dos fazendeiros. [62] Contudo, também outras camadas sociais deram a sua contribuição para a formação da burguesia industrial do País. Deste modo, o mesmo Dean mostra como muitos importadores foram, pouco a pouco, se metamorfoseando em industriais, seja através da execução no Brasil de operações que necessariamente teriam de ser efetuadas in loco, exigindo, pois, a instalação de oficinas no País que depois se tranformavam em grandes fábricas, seja aproveitando a posição estratégica na estrutura comercial para colocar a sua própria produção, seja através da transformação de suas agências de vendas de produtos importados em fábricas autorizadas. Peter Eisenberg, por outro lado, já demostra que, no processo de instalação da grande indústria do açúcar no Nordeste, introduzida na Região através da implantação das modernas usinas, o papel dos antigos senhores de engenho foi importante, ao lado de elementos de outras origens sociais. Outros

---

60 DEAN, Warren, op. cit. nota 28 , p.41.

61 CANO, Wilson. op. cit. nota 28 , p.129.

62 Ainda de acordo com Cano, "Além de outros, os fazendeiros de café foram os grandes organizadores e investidores da maior parte das ferrovias paulistas, e, principalmente da Mogiana e da Paulista." Ibid. p. 52.

autores, por sua vez, também mostram o papel de outros segmentos na instalação da indústria brasileira, como no caso dos colonos sulinos, muitos dos quais conseguiram, a partir do artesanato colonial, transitar para a grande indústria; dos criadores de gado de Minas que se transformaram em comerciantes, bancários e industriais, etc. Mesmo os capitais estrangeiros contribuíram de forma sensível para a industrialização do País. Enfim, as evidências históricas demonstram que, além dos cafeicultores, também os importadores, pequenos comerciantes, colonos, imigrantes, banqueiros, etc, todos contribuíram para a formação da burguesia industrial e para o processo de industrialização do Brasil.

Contudo, disso não se conclui, como já se afirmou, que não tenha sido a agricultura de exportação, principalmente o setor cafeeiro, o maior responsável pela instalação da grande indústria no Brasil. Com efeito, não se deve confundir a lógica do processo, com os agentes históricos que o veicularam. Dentro dessa perspectiva, a importância da cafeicultura para a industrialização brasileira durante a Primeira República reside não tanto em gerar, em termos concretos, os capitalistas que investiram, diretamente, seus capitais na indústria. Sob este ponto de vista, na verdade, é extremamente díficil identificar qual foi a principal origem da classe industrial brasileira. A importância da cafeicultura constituiu-se antes em ter produzido as condições segundo as quais a industrialização do País se tornou um processo historicamente necessário. Neste sentido, a expansão cafeeira gerou um extraordinário impulso ao desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, impulso esse que necessariamente teria de desembocar, como efetivamente ocorreu, no desenvolvimento da grande indústria mecanizada. A este respeito, a perspectiva de Warren Dean, mais uma vez, não se justifica. De fato, Dean atribui à importação o papel de matriz econômica do processo de industrialização de São Paulo. Ora, ao fazê-lo, salientando a contribuição concreta dos importadores para a formação da indústria deste Estado e mostrando as suas razões subjetivas, Dean se esquece que o próprio lucro de importação nascia, no período inicial da República Velha, da

própria comercialização da produção cafeeira, que gerava a capacidade de importar do País e a própria demanda por produtos estrangeiros. O mesmo ocorria com o crédito, que, ao contrário do que afirma Dean, não derivava, em última instância, do estrangeiro. Na verdade, como já se demonstrou anteriormente, o desenvolvimento das relações creditícias e do próprio sistema financeiro nacional no período esteve em estreita vinculação com a expansão exportadora, que, por sinal, também serviu para atrair o crédito externo.

O terceiro aspecto da industrialização do Brasil durante a República Velha é que, apesar do papel de destaque da cafeicultura como elemento central do processo, as outras atividades produtivas também tiveram um papel essencial, principalmente se se levar em conta as marcantes diferenças regionais que a formação industrial brasileira apresentou. Assim, no Extremo Sul a economia pecuária e a pequena produção camponesa impulsionaram, pelo menos até certo ponto, o desenvolvimento industrial, o mesmo ocorrendo com a diversificada economia mineira, e, embora em escala menor, com a economia açucareira do Nordeste. Deste modo, tanto o setor cafeeiro quanto as demais culturas de exportação, e mesmo a pequena lavoura de mercado interno, impulsionadas pelas novas relações de produção, atuaram induzindo e condicionando o processo de industrialização do País. Neste sentido, não se deve aceitar a idéia de que o essencial se deveu à expansão cafeeira, embora essa, como se observou mais atrás, tenha desempenhado o papel de carro-chefe e tenha possibilitado a aglutinação do principal centro industrial do Brasil em São Paulo. Na verdade, na "essencia" do processo de industrialização do Brasil está a totalidade de sua base agrícola com suas múltiplas atividades, que não podem ser esquecidas, sob pena de descartar-se aspectos fundamentais que determinaram o ritmo e o perfil da instalação da grande indústria capitalista no País.

Neste sentido, em estreita relação com o papel desempenhado pelo hinterland das diversas regiões do Brasil, que funcionaram determinando os traços fundamentais da formação indus-

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

trial em seus principais centros urbanos, a industrialização brasileira iniciou-se pelos ramos da indústria leve, de produção de bens de consumo. Somente num segundo estágio é que a expansão do departamento de meios de consumo induziu o surgimento da indústria pesada, cujo marco inicial, na verdade, só se deu na década de vinte, com o sucesso da implantação da siderurgia e o início da produção de cimento. Deste modo, o processo de industrialização brasileiro, seguindo, aliás, o padrão de inúmeros outros países, implicou na expansão agrícola que forçou o nascimento da indústria leve e essa, em seu desenvolvimento, arrastou a indústria pesada.

Por outro lado, embora o determinante em última instância da dinâmica de industrialização do País tenha sido o comportamento de sua agricultura, principalmente do setor exportador, o movimento de instalação da grande indústria obedecia a um processo com dois movimentos contrários mas igualmente necessários. O primeiro deles correspondia às fases de expansão do ciclo cafeeiro, quando ampliava-se a capacidade de importar. Nesses períodos, a instalação de novas fábricas e a ampliação das existentes era favorecida pela alta da taxa de câmbio e pelas facilidades de importação. No entanto, a própria produção corrente da indústria nacional ficava comprometida pelo aumento das importações de produtos estrangeiros, exigindo forte proteção aduaneira para poder expandir-se ao ritmo de crescimento da capacidade instalada. Deste modo, nestes períodos, mesmo que a produção industrial corrente crescesse significativamente, o fazia a um ritmo inferior ao de expansão da capacidade de produção, de modo que aumentava a capacidade ociosa do parque industrial. o Segundo momento do processo representava as fases declinantes do ciclo cafeeiro, quando a crise do setor exportador forçava a queda da taxa de câmbio e o declínio da capacidade de importar. Nessas circunstâncias, reduziam-se drasticamente as importações de máquinas e equipamentos industriais, ao mesmo tempo em que a produção corrente encontrava condições mais favoráveis ao seu aumento, com a diminuição das importações de manufaturados.

A percepção desse duplo movimento não é original, já se encontrando consagrada na historiografia econômica do período. Wilson Cano, por exemplo, examinando a dinâmica da industrialização em face do ciclo cafeeiro, distingue com muita clareza os dois momentos do processo, no primeiro do qual há o "vazamento" de lucros do setor cafeeiro para a indústria, enquanto que no segundo se observa um aumento da lucratividade da indústria, embora decline a capacidade de importar máquinas e equipamentos para o setor. Assim, de acordo com Cano, na fase expansiva do ciclo cafeeiro, "quando os preços externos do café estão altos (e, portanto, os lucros também estão altos), a situação cambial e a capacidade para importar se encontram a níveis normais - não pecando por excesso, é claro - esse "vazamento" de lucros do café se fará, desde que uma parte do aumento do plantio tenha efetivamente se transformado em capacidade produtiva, gerando assim, mais lucros e aumentando o excedente do sistema." [63] Na fase depressiva do ciclo, em compensação, modificam-se os níveis relativos de preços externos e internos da produção industrial, aumentando-lhe a lucratividade. Com isso, torna-se atrativa a inversão na indústria, embora reduza-se a capacidade de importar máquinas e equipamentos, exigindo o amparo do Estado para que essa propensão a investir no setor industrial possa efetivamente se materializar. "Na hipótese da impossibilidade concreta de se importar os bens de produção necessários, e também na impossibilidade de produzí-los internamente, aqueles estímulos que favorecem a expansão industrial, convertem-se, na realidade, apenas em expansão do uso da capacidade produtiva previamente instalada, expandindo-se esta apenas de forma pouco significativa. Ainda assim, a massa crescente de lucros que é gerada nesse período tanto pela atividade industrial quanto pela cafeeira, poderá, finalmente, se converter em inversão industrial logo que a capacidade para importar retome níveis mais favoráveis." [64]

---

[63] CANO, Wilson. op. cit. nota 28, p.123.

[64] Ibid., p. 124-125.

Por outro lado, é dentro dessa perspectiva que talvez se possa examinar algumas das posições teóricas conflitantes a respeito da dinâmica do processo de industrialização do Brasil durante a República Velha. Uma delas, esposada, entre outros, por Werner Baer, sustenta que "os surtos de industrialização que se manifestaram nas décadas iniciais do século XX tiveram por motivo principal choques oriundos do setor externo. Consistiam estes, quer em interrupções nos suprimentos de além-mar em virtude de guerras, quer na redução das importações face à menor disponibilidade em divisas, insuficientes para financiar as importações, dada a retração dos mercados internacionais para os principais produtos de exportação do país." [65] Outro defensor de idéias semelhantes é Caio Prado Júnior, quando salienta que a sorte da indústria no período "estará indissoluvelmente subordinada às vicissitudes de um fator inteiramente estranho a ela e sobre o que não tem a mais remota ação: o comércio exterior e o balanço de contas internacionais do país; bem como o estado das finanças públicas e o ritmo das emissões destinadas a cobrir as despesas do Estado. Qualquer conjuntura favorável das finanças externas brasileiras repercutirá duramente na indústria". [66] A segunda corrente nega, por sua vez, o papel determinante das crises do comércio exterior como uma alavanca na industrialização do País, defendendo a identidade entre o avanço do processo de crescimento da indústria brasileira e a conjuntura externa favorável. Entre outros, pertencem a essa última opinião Warren Dean e Wilson Suzigan. O primeiro critica a "teoria que associa o crescimento ao colapso do comércio", detendo-se especialmente na análise dos supostos efeitos danosos da Primeira Guerra Mundial sobre o desenvolvimento da indústria nacional, enquanto o segundo também defende que "o choque" da I Guerra interrompeu o crescimento industrial, chegando a destacar os períodos de grandes facilidades de importação como as

---

[65] BAER, Warner, op. cit. nota 28, p.11-12.

[66] PRADO JÚNIOR, Caio. op. cit. nota 28, p. 266.

fases mais marcantes para a industrialização do País durante a República Velha. [67]

Na verdade, examinando-se ambas as posições opostas, evidencia-se a sua parcialidade, uma vez que, como se viu, a expansão da indústria brasileira na primeira fase republicana, apesar do papel determinante, em última instância, do setor externo, efetuou-se a partir de um movimento duplamente determinado, dentro do qual as fases de crescimento e queda do comércio internacional são momentos igualmente importantes. Assim, nos últimos anos do período imperial iniciou-se uma das fases de auge no processo de industrialização do País, que se prolongaria até mais ou menos 1892, atravessando a experiência do Encilhamento. Neste período, de folga no mercado cambial, foram importados grandes volumes de máquinas e equipamentos industriais, permitindo substancial aumento da capacidade instalada da indústria nacional. Contudo, a partir de 1893 reduziram-se significativamente as encomendas de bens de capital para a indústria no exterior, diminuindo radicalmente o ritmo da expansão da sua capacidade instalada. No entanto, pelo menos até 1898, ao que tudo indica, a produção industrial pôde crescer, favorecendo, assim, o acúmulo de lucros por parte dos industriais. A partir dessé ano, o aprofundamento da política contracionista do governo, numa conjuntura de crise no mercado internacional do café, fizeram com que as empresas industriais entrassem numa situação financeira difícil, interrompendo-se a criação de novas empresas e o aumento da produção corrente. Deste modo, nessa primeira etapa do processo de industrialização, o Brasil conheceu uma fase de grande aumento da capacidade instalada e da própria produção industrial, numa conjuntura favorável do mercado externo (1886-1892) e uma fase de tendência depressiva do mercado externo, redução das importações de máquinas e equipamentos industriais, embora a produção fabril se expandisse (1893-1897). A partir de 1898 até 1905, por sua vez, ambos - o comércio internacional e a produção industrial interna - anda-

---

[67] Ver:
SUZIGAN, Wilson. Op. cit. nota 28.

ram de mãos dadas no fosso recessivo. De 1906 em diante até 1912 a produção da indústria brasileira e a criação de novas fábricas também andaram de mãos dadas com a recuperação das exportações de café. Contudo, nesse período a capacidade instalada cresceu à frente da produção corrente. Em 1913 tanto a produção fabril interna quanto as exportações brasileiras declinam fortemente, o mesmo ocorrendo em 1914, quando se inicia a Primeira Guerra. Em 1915, no entanto, iniciou-se a recuperação da indústria brasileira, desta feita amparada exclusivamente no aumento da produção corrente, uma vez que a capacidade de importar havia sofrido um verdadeiro colapso. Essa situação perdurou até 1918, pois a partir do ano seguinte e até 1923 elevaram-se as importações de máquinas e equipamentos industriais do exterior, embora, simultaneamente, continuasse o aumento da produção. Neste caso, os efeitos do conflito ainda perduravam, com a indústria brasileira contando com proteção relativa e com possibilidades de exportação para o mercado exterior. De 1923 a 1926, por outro lado, voltou à normalidade o comércio internacional, com o aumento da concorrência externa. Nessa situação, continuaram a encomendas de grande volume de máquinas e equipamentos do exterior, embora declinasse a produção industrial doméstica. Assim, observou-se, claramente, apesar das especificidades do período 1919-1923, onde a anormalidade do comércio externo foi mais no sentido de ausência de força da concorrência da indústria européia de meios de consumo do que propriamente um colapso na capacidade de importar do País, a presença do processo de aumento da produção industrial nos períodos "em que o comércio externo vai mal" e de expansão da capacidade produtiva quanto o "setor externo vai bem" e a produção industrial interna "vai mal". A partir de 1927, no entanto, a reiteração do sucesso obtido nas exportações de café fizeram com que a produção industrial corrente permanecesse estagnada, ao mesmo tempo em que reduziam-se as importações de máquinas e equipamentos industriais. Nesse caso, o mesmo processo se afirmava, desta vez por negação, pois a relativa folga no mercado de câmbio que permitiu o grande aumento da capacidade instalada da indústria nacional desde o término da Guerra até 1926 não se fez seguir pela fase de declínio no co-

mércio externo, o qual, devido ao sucesso inicial do plano de defesa permanente do café, experimentou uma significativa expansão a partir de 1925. Na verdade, os últimos anos da década de vinte, antes da crise de 1929, demonstraram de forma inequívoca que a mera expansão das exportações brasileiras sem a correlata proteção aduaneira, ou sem o seguimento de um período de redução da capacidade de importar, significavam a interrupção, ou pelo menos uma radical redução do ritmo do processo de industrialização do País.

3.7. Domínio do capital monopolista internacional do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil

O coroamento do processo de superação do escravismo, com a Abolição e o consequente advento do modo de produção capitalista no Brasil, **ocorreu** num momento em que se processavam profundas transformações a nível da economia mundial, com a passagem do capitalismo de sua fase concorrencial para o estágio monopolista. Com efeito, por volta da década de 1860 o capitalismo concorrencial havia atingido o seu apogeu, passando a gerar, a partir de então, novas formas de organização da produção, que conduziam, diretamente, à supressão da livre concorrência e ao advento dos monopólios. Assim, a concentração da produção, com o contínuo aumento das plantas industriais, resultante das necessidades impostas pela revolução tecno-científica, levava à centralização dos capitais e, portanto, ao aparecimento de gigantes industriais que, pouco a pouco, assumiam o papel de liderança dentro da indústria, terminando por suprimir, de uma forma ou de outra, o regime de livre concorrência, corolário necessário do domínio das pequenas unidades fabris sobre o conjunto da economia. Este fenômeno iniciou-se pela indústria pesada, onde a concentração industrial atingiu mais cedo os níveis mais elevados, estendendo-se, em seguida, aos demais segmentos da grande indústria mecanizada. Mas a concentração industrial, ao exigir a centralização dos capitais, levou, por sua vez, ao surgimento da concentração financeira, e o aparecimento do monopólio na própria órbita da circulação financeira. Finalmente, o mesmo processo desembocaria no movimento de exportações de capitais e no imperialismo político, levando, pois, o capitalismo a um novo estágio de seu processo de expansão mundial.[1]

---

[1] A respeito da dominação do capital financeiro durante a República Velha, ver:

CASTRO, Ana Célia. As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. **142 p.**

GRAHAN, Richard. Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil, 1850-1914. São Paulo, Brasiliense, 1973. 380p.

...

Deste modo, como demonstrou Lenin, o capitalismo teria assumido uma nova forma de organização, profundamente diferente de sua conformação anterior. Assim, em primeiro lugar, a livre concorrência teria terminado por gerar os monopólios, uma vez que a concentração da produção e do capital, ao atingir um determinado grau de desenvolvimento, teria levado diretamente ao nascimento das grandes empresas monopolista, que passariam a dominar a vida econômica. Em segundo lugar, a fusão do capital monopolista bancário com o seu correspondente industrial teria gerado uma nova forma de capital - o capital financeiro -, com o nascimento de nova classe social, diretamente originada dessa forma - a oligarquia financeira. Em terceiro lugar, a marca típica da circulação do capital a nível mundial - o comércio de mercadorias - teria

...

KOZLOV, G. El imperialismo, capitalismo monopolista, fase superior del capitalismo. In: Economia política: capitalismo. Moscou, Progresso, 1977. p.317-385.

LENIN, V.I. El imperialismo,fase superior del capitalismo. Madrid, Fundamentos, 1974. 149 p.

LIMA, Heitor Ferreira. Investimentos norte-americanos e panorama industrial. In: História político-econômica e industrial do Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976. p.340-346.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982. 182p.

PERRUCI, Gadiel. Comércio exterior, finanças e capital estrangeiro. In: A república das usinas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p.63-87.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A conjuntura da guerra e o período de euforia. In: A república velha gaúcha. Porto Alegre, Movimento/IEL, 1980. p.79-174.

PRADO JÚNIOR, Caio. O imperialismo. In: História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1981. p.270-283.

SANTOS, Roberto. A oferta de capital. In: História econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo. T.A. Queiroz, 1800. p.122-154.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (org.). O Brasil republicano: Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo, DIFEL, 1975. p. 345-390.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da burguesia brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. 406 p.

VALLA, Victor V. A penetração norte-americana na economia brasileira 1898-1928. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico/INL, 1978. 196 p.

sido modificada radicalmente, com a ascenção dos movimentos de capitais. Como conseqüência, os principais países capitalistas do mundo se transformariam de exportadores de mercadorias em exportadores de capitais. Em quarto lugar, a centralização de capitais, o aparecimento da oligarquia financeira e o nascimento do movimento de exportações de capitais, em escala até então desconhecida, teriam conduzido à formação de grandes associações monopolistas internacionais, que procurariam repartir o mercado mundial. Finalmente, desta luta entre os grandes capitais resultaria o completo **reparte** do mundo entre as principais nações capitalistas, que então se teriam transformado nas grandes potências imperialistas.[2]

Evidentemente, este processo complexo de transformação do capitalismo competitivo em capitalismo monopolista, em escala mundial, apenas tinha começado quando se deu o advento do modo de produção capitalista no Brasil. Contudo, o seu vigor e a sua velocidade já eram tais que a economia brasileira não deixaria de sentir, de forma marcante, a influência da nova ordem de organização da economia internacional, de modo que, a rigor, a evolução econômica do Brasil passaria a ser condicionada pela dominância do capital monopolista, a nível mundial.[3]

Com efeito, a transição ao capitalismo monopolista iniciou-se por volta da década de 1870, quando se observou uma aceleração inusitada do movimento de concentração e centralização de capitais. No bojo deste processo, incrementou-se notavelmente a exportação de capitais dos países capitalistas avançados, em direção às suas colônias e aos países dependentes, como no caso do Brasil. Encontraria aí, inclusive, campo fácil de ação, pois o Brasil tinha sido preparado de antemão, através do domínio comer

---

[2] Ver: LENIN, V.I. op.cit. nota 1.

[3] Essa questão já se encontra exaustivamente analisada por João Manuel Cardoso de Mello, quando salienta que uma das especificidades do processo de industrialização da América Latina, que lhe conferiam o caráter de retardatária, refere-se ao seu momento histórico: ela ocorre quando o capital monopolista já é dominante a nível mundial.

cial e financeiro, para receber os investimentos diretos das nações imperialistas. Inicialmente, como foi analisado anteriormente, a penetração dos capitais estrangeiros no País no âmbito da produção se fez de forma lenta e assistemática, talvez com a única exceção do caso das ferrovias, onde o aporte de capital britânico foi realmente decisivo antes mesmo da Abolição e do nascimento da República. Mesmo assim, o capital internacional, principalmente o britânico, havia invadido, além do transporte ferroviário, o setor de produção de açúcar e montagem de engenhos centrais, de utilidades públicas e construção civil. Isso sem considerar sua posição hegemônica no setor comercial e bancário, e no de transportes marítmos, além do seu papel, igualmente determinante no financiamento do déficit público, através de operações de crédito. Sendo assim quando se iniciou o movimento de exportações de capital para o Brasil, dentro do novo esquema do imperialismo, a resistência encontrada foi mínima, inclusive porque as classes dominantes do Brasil, ligadas à agricultura de exportação, viam com bons olhos a chegada dos investimentos estrangeiros, principalmente quando estes se destinavam à melhoria do sistema de transportes.

Para início de conversa, no alvorecer da República e do capitalismo, o Brasil ainda era um país essencialmente agrícola, produtor e exportador de produtos agropecuários e extrativistas, e importador de artigos manufaturados. Concretamente, o Brasil exportava café, açúcar, cacau, mate, fumo, algodão, borracha, couro e peles, e outros produtos agrícolas. Importava alimentos, matérias primas industriais, meios de consumo industrializados e máquinas e equipamentos. Como conseqüência, o País estava sujeito ao processo de deterioração dos termos de intercâmbio e à penetração da produção industrial estrangeira, que tinha tremenda vantagem acumulada sobre a inicipiente indústria nacional. Esse quadro, embora permanecesse mais ou menos durante toda a República Velha, foi se alterando com a expansão industrial do País, que permitiu a progressiva substituição das importações de meios de consumo manufaturados por artigos de procedência nacional. Evidentemente, esse processo não se fez sem avanços e recuos, como ficou claro

no decorrer desse estudo. Não ocorreu, também, sem enfrentar percauços oriundos inclusive da oposição das oligarquias agrícolas e da política econômica, invariavelmente serviço destas últimas. No entanto, à medida em que avançou, constituiu a base para o ulterior rompimento com o esquema inicial que lhe dera origem, ou seja, a divisão internacional do trabalho, segundo a qual o Brasil, como país dependente, deveria produzir produtos agrícolas e importar produtos industrializados. Na realidade, esse rompimento só se verificou depois da Revolução de 30, que retirou os fazendeiros do café do poder. Com o seu sucesso, pela primeira vez se pôde assentar, de forma consciente, o crescimento econômico do País sobre a indústria interna, passando a atividade exportadora a desempenhar um papel secundário dentro do processo.

Com a transformação do capitalismo em imperialismo, o aumento das inversões britânicas no Brasil foi notável. Assim, enquanto até 1825 o Brasil tinha recebido cerca de 4,0 milhões de libras de investimento inglês, e 6,9 milhões até 1840, em 1865 o total já havia se elevado para 20,3 milhões. Dez anos depois, no entanto, as inversões alcançaram 30,9 milhões, crescendo exponencialmente desde então, para atingir seu ponto máximo nos anos imediatamente anteriores à Primeira Guerra Mundial, pois, em 1913, o seu total chegou a expressiva cifra das 254,8 milhões de libras. Depois da Guerra, o ritmo dos investimentos britânicos no Brasil arrefeceu, de modo que, entre 1913 e 1928 as inversões adicionais foram de apenas 63,5 milhões de libras, contra 133,2 milhões entre 1900 e 1913. Mas já então o capitalismo americano tinha iniciado, em força, a penetração na economia brasileira, de modo que, se antes da Guerra o montante do capital norte-americano investido no Brasil representava uma fração despresível do total dos capitais externos investidos no País, enquanto a Grã-Bretanha respondia por 51,9%, em 1929/30 os Estados Unidos já participavam com 17,5% e a Inglaterra tinha perdido posição, sendo responsável por 44,3%. É bem verdade que grande parte desses recursos, tanto no caso americano quanto no britânico, significavam títulos representativos de operações de financiamento. No entanto, a participação das inversões diretas, que antes de 1870 era reduzidíssima, já

atingia níveis bem elevados em fins da década de 1920. Assim, em 1928/29 a participação dos investimentos diretos no total das inversões britânicas no Brasil já alcançava 46,5%. Um ano depois, a mesma participação, no caso dos investimentos norte-americanos, era de 37,7%.

QUADRO 3.7.1
INVESTIMENTOS BRITÂNICOS
BRASIL
1825-1928
(Em milhões de libras)

ANO	INVESTIMENTOS NO BRASIL	% DAS INVERSÕES NA AMÉRICA LATINA
1825	4,0	16,3
1840	6,9	22,4
1865	20,3	25,1
1875	30,9	17,7
1885	47,6	19,3
1895	93,0	16,8
1905	122,9	17,9
1913	254,8	21,6
1928	(1)318,3	23,7

Fonte: STONE, Irving. Apud SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. p.36.

Nota 1: Dado obtido a partir do acréscimo dos investimentos britânicos no Brasil, segundo as informações fornecidas por J.F. Rippy, in: SILVA, op. cit. p.37. Rippy calcula os totais dos investimentos britânicos no Brasil em 223,8 milhões de libras em 1913 e 287,3 milhões em 1928. Tomou-se o acréscimo no período como correto e somou-se ao dado apresentado por Stone em 1913.

Evidentemente, como foi salientado, a maior parte do capital estrangeiro investido no Brasil durante a Primeira República continuou a ser capital de empréstimo, cuja maior destinação era o Governo da União, atormentado com seus déficits orçamentários. Deste modo, a dívida externa brasileira, que atingira £ 31,1 milhões, em fins de 1889, alcançou os £ 267,2 milhões em fins de de 1930. Durante este intervalo de tempo o País recebeu do exterior cerca de £ 325,0 milhões em empréstimos, demonstrando que a política de endividamento progressivo, iniciada antes mesmo de nascimento do Brasil como nação independente, e reflexo de sua dependência para com os grandes banqueiros internacionais, tinha perdurado durante a República Velha sem qualquer solução de continuidade. Contudo, neste último período houve uma mudança substancial do caráter do endividamento externo. Com efeito, enquanto durante a Monarquia a dívida externa fôra uma herança do processo de independência, refletindo o caráter dependente do Pais, e um instrumento de cobrir o déficit público, dada a insuficiência da base tributária para sustentar os gastos correntes do aparelho de Estado, na primeira fase republicana a dívida externa, além de cumprir esse papel de preencher os buracos do orçamento do Tesouro, foi um instrumento importante para sustentar os investimentos governamentais, muitos dos quais produtivos, como os efetuados na área de transportes (ferrovias e portos). Apesar dessa modificação no papel dos empréstimos externos, seu peso continuou a ser extremamente elevado, absorvendo grande parcela das receitas públicas e dos saldos na balança comercial. Ao todo, entre 1890 e 1930 o serviço da dívida externa da União representou 19,4% da sua receita arrecadada, enquanto o serviço total do conjunto da dívida externa do Brasil alcançou £ 345,1 milhões no mesmo período, para um saldo da balança comercial de £ 470,5 milhões. Está claro que parte desse serviço foi coberto pela entrada de novos recursos, de acordo com o esquema de se pagar uma dívida com outra. De qualquer modo, no entanto, somente o serviço da dívida representou, durante a República Velha, 43,4% do total da soma dos saldos na balança comercial brasileira com o total dos recursos externos entrados no mesmo período, a título de novos empréstimos. Finalmente, se se considerar o serviço da dívida e o acréscimo da

dívida externa na Pimeira República, verifica-se que o Brasil arcou com compromissos da ordem de £ 581,2 milhões, em troca de recursos da ordem de apenas £ 325,0 milhões, o que dá uma idéia do mecanismo do endividamento externo, segundo o qual o excedente que a nação devedora tem de remeter, a título de pagamento de juros, amortizações e comissões ultrapassa em muito o total recebido, de modo que, em meio do processo, o país devedor está pagando juros sobre juros e amortizando uma dívida que gerou a si mesma, isto é, o país devedor passa a pagar o serviço sobre um recurso que nasceu de sua própria atividade produtiva interna. Aliás, é, essa a base objetiva das teorias que procuram demonstrar que os países dependentes como o Brasil, em termos líquidos, em lugar de importar capitais, na verdade funcionavam como exportadores.[4]

A conseqüência a longo prazo de extraordinário peso que o serviço da dívida externa significava para o País, quer seja pela subtração de recursos captados pelo Estado, quer na redução da disponibilidade de câmbio para a importação, era o debilitamento do processo de expansão das forças produtivas, que experimentavam uma sangria considerável, representada pelos juros da dívida externa. Neste sentido, os resultados dessa dependência financeira do Brasil para com os países imperialistas eram contraditórios, pois os empréstimos externos, pelo menos quando destinados a fins produtivos, propiciavam, de maneira imediata, o crescimento da base econômica do País, com a potencialização de suas forças produtivas. Contudo, através desse mecanismo o Brasil comprometia-se a remeter sistematicamente, durante um largo período de tempo, uma fatia de seu excedente econômico, o que reduzia, por sua vez, a capacidade de expansão das próprias forças produtivas.

Mas a dependência financeira do Brasil em relação à comunidade bancária internacional também tinha a sua correspondência política, pois implicava na adoção de uma política econômica

---

[4] Na linguagem equivocada da economia neoclássica, a nação com insuficiência de "poupança", passa a exportar recursos, enquanto o país com excesso de "poupança", passa a importar.

QUADRO 3.7.2

DÍVIDA EXTERNA E BALANÇA COMERCÍAL

BRASIL

1890-1930

(em mil libras)

PERÍODOS	SALDO DA BALANÇA COMERCIAL	NOVOS EMPRÉSTIMOS	SERVIÇO DA DÍVIDA	SALDO EM CIRCULAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA (1)
1889	4 550	19 837	9 028	31 104
1890/94	17 624	3 710	9 574	32 929
1895/99	11 185	19 056	13 466	46 303
1900/04	70 347	28 601	13 435	72 900
1905/09	83 566	50 790	41 655	114 704
1910/14	50 076	70 622	63 716	162 006
1915/19	112 349	7 053	49 024	153 442
1920/24	56 419	38 053	53 448	182 702
1925/29	56 800	87 120	79 156	253 305
1930	12 127	20 000	21 175	267 173
TOTAL 1890-1930	470 493	325 035	345 116	-

Fonte: VILLELA, Annibal Villanova, e SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. p. 439-440.

Notas: (1) Em fins de período.

interna moldada segundo os interesses dos credores, que invariavelmente chocavam com os interesses da burguesia industrial brasileira, ainda em seu período de infância. Com efeito, uma vez encerrada a experiência do Encilhamento, que fôra muito favorável aos industriais brasileiros, a política econômica instituída a partir de 1892 iniciou uma fase de restrição monetária que seria contrária ao prosseguimento do processo de industrialização do País, embora contasse com o respaldo dos seus credores internacionais. Inicialmente, como se viu, essa política foi contrabalançada pela concessão de empréstimos, a partir de 1892, lastreada em emissão de títulos, para socorrer as indústrias em dificuldades.[5] Contudo, logo se aprofundaria a política recessionista e, a partir da negociação do Funding Loan de 1898, tentar-se-ia suprimir, de forma radical, o déficit público, ao mesmo tempo que se iniciava uma política monetária drasticamente contracionista, que desembocaria na crise bancária de 1900. Paralelamente, reduziu-se, de forma progressiva, as tarifas aduaneiras, debilitando o grau de proteção da indústria nacional. Pelo acordo de 1898, realizado com os banqueiros Rothschild o governo brasileiro se comprometeu com a execução de uma política de equilíbrio orçamentário, restrição creditícia e incineração de papel moeda, profundamente nociva ao incipiente processo de desenvolvimento dos bancos e da indústria do País. Como salienta Caio Prado Júnior, "o grande beneficiário das reformas de 1898 foi sem dúvida a finança internacional. Representada neste caso pelo London & River Plate Bank, intermediário do acordo com os credores, ganhará novas posições no Brasil e junto a seu governo. Os seus representantes assumirão o direito de velarem diretamente pelo cumprimento do acordo feito, e fiscalizarão oficialmente a execução das medidas destinadas a restaurar as finanças do país. Entrelaçam-se assim intimamente seus interesses e suas atividades com a vida econômica e administrativa brasileira. E ela não lhes poderá mais tão cedo fugir. Con

[5] Conta-se que os grandes credores do Brasil, os Rothschild, telegrafaram ao Ministro da Fazenda, na ocasião, posicionando-se contra as emissões, ameaçando indiretamente com a perda de crédito que a medida traria. O acontecimento é sintomático, pois revela a liberdade que tinha um credor do País de intrometer-se em sua política econômica interna, manifestando suas "opiniões".

solidara-se uma situação de dependência que se vinha formando havia muito, mas que somente agora encontrará seu equilíbrio definitivo. O Brasil se torna um largo e seguro campo para a inversão de capitais, estes encontrarão melhor acolhida, e abrir-se-ão para eles as mais vantajosas aplicações".[6] Como conseqüência da política restricionista implementada a partir do Funding Loan de 1898, a industrialização brasileira arrefeceu o seu ritmo, pelo menos até 1903. Na verdade, esse período histórico constitui-se num momento em que se verificou, em termos concretos e imediatos, uma aliança explícita entre o capital financeiro internacional, encarnado na figura histórica dos Rotshchild, e a oligarquia agrária, que controlava o aparelho de Estado, através de seus representantes. A política que nascia desta aliança, embora fosse diretamente direcionada à restauração do equilíbrio e à valorização cambial, afetava diretamente a indústria nacional, explicitamente aceita, pelo governo brasileiro de então, como "artificial", em oposição à grande lavoura de exportação. Neste caso, essa concepção também se enquadrava perfeitamente na ideologia dos grandes comerciantes ligados à importação e dos industriais estrangeiros, interessados em tolher a expansão industrial do Brasil e mantê-lo amarrado à divisão internacional do trabalho segundo a qual ao Brasil caberia a exportação de alimentos e matérias primas industriais, devendo, igualmente, adquirir do exterior os produtos industriais que necessitasse.

Contudo, esse bloco político não duraria indefinidamente, pois, a partir dos primeiros anos da década de 1900 evidenciou-se, para a oligarquia cafeeira, que a ortodoxia esposada pelos seus representantes no poder estava se voltando contra ela, na medida em que a crise cafeeira, ao se aprofundar, exigia a intervenção do Estado, intervenção essa que esbarrava na oposição do Governo Federal, comprometido com seu equilíbrio orçamentário e sua ideologia não intervencionista. Ademais, a valorização cambial, conforme preconizada pelo mesmo Governo, significava a perda de poder de compra por parte da produção cafeeira, o que, mais

[6] PRADO JÚNIOR, Caio. op. cit. nota 1, p.223.

uma vez, feria os interesses dos fazendeiros do café. Assim, surgiu o movimento intervencionista, que desembocaria no Convênio de 1906 e na eleição, para Presidente da Federação, como substituto de Rodrigues Alves, de um elemento menos comprometido com a política contencionista. Como conseqüência, a política de "ortodoxia" fiscal e monetária somente seria mantida até 1906, inibindo o desenvolvimento industrial do País. A partir dessa data, devido ao programa de obras públicas iniciado em 1903; à revisão tarifária de 1905, que reforçou a proteção aduaneira proporcionada involuntariamente pela Tarifa Mutinho de 1900; ao início do plano de "defesa do café", concertado pelo Convênio de Taubaté; à criação da Caixa de Conversão; ao relaxamento da contenção monetária e à retomada das emissões de papel moeda para cobrir o ressurgimento do déficit público, a desenvolução industrial brasileira pôde prosseguir, desta feita aliando uma política econômica favorável, do ponto de vista interno, à obtenção de recursos externos com facilidade e à valorização do café, ocorrida por volta de 1910. Neste sentido, esse período, senão constitui a antítese do anterior quando havia uma unidade de propósitos entre o imperialismo financeiro, industrial e comercial e as classes dominantes no Brasil, pelo menos demonstra que a oligarquia rural brasileira, embora fosse a favor da livre importação e da aliança com os banqueiros internacionais,poderia pelo menos adotar fórmulas no âmbito da política econômica que fossem favoráveis à industrialização no País.

Contudo, mesmo assim, não se deve olvidar que quando o comércio externo ia bem, com as exportações agrícolas em alto nível, a tendência dos fazendeiros era de voltar sobre seus próprios passos, e adotar uma linha de política econômica que implicasse, novamente, em ferir os interesses da indústria nacional infante. Essa situação é que se verificaria a partir de 1924, quando a política econômica, acalentada pelos sucessos da "defesa permanente" do café, voltou a se colocar contra o prosseguimento da industrialização do Brasil. Desta vez, o problema residiria sobretudo na manutenção de baixas tarifas aduaneiras, que comprometiam, seriamente, o poder de concorrência da indústria nacional no próprio âmbito do mercado interno, aumentando os seus níveis de capacidade ociosa e deprimindo sua lucratividade.

Em síntese, uma das conseqüências da dependência financeira do Brasil em relação aos banqueiros internacionais, dependência essa que prevaleceria durante toda a República Velha, seria que a política econômica, em diversas oportunidades, sofreria os seus efeitos, de modo que os interesses da jovem burguesia industrial brasileira ver-se-iam, inúmeras vezes, **contrariados** por uma política econômica nascida de imposições e pressões exercidas pela comunidade financeira internacional, quando esta conseguia encontrar a ressonância adequada junto aos fazendeiros brasileiros, o que ocorria com freqüência, mas nem sempre. Deste modo, a dependência financeira se transformava em dependência política que, embora restrita, fazia sentir seus efeitos retardando o processo de industrialização do País.

Por outro lado, como já se esclareceu anteriormente, uma das áreas onde se exercia, de longa data, o domínio do capital estrangeiro, era o transporte marítmo de longa distância. Essa dominância se conservou intacta depois do nascimento da República, apesar da expansão da frota nacional, que, contudo, não foi capaz de enfrentar a concorrência internacional, restringindo sua atuação sobretudo à navegação de cabotagem. Mesmo assim, no âmbito do comércio interregional, a presença estrangeira no transporte de carga foi decisiva. Como afirma Ana Célia Castro referindo-se à entrada de empresas internacionais no Brasil entre 1886 e 1896, "a presença de navios estrangeiros no comércio interregional exerceria desigual concorrência às embarcações nacionais. São 14 companhias com capital aproximado de 8,6 milhões de libras das quais as mais importantes, pelo volume de capital são: a New Zealand Shipping Company, Ltd. (1.000.000 de libras - 1888 - Inglaterra); The Pará Transportation and Tradining Company (1,4 milhão de libras - 1888 - Estados Unidos, seguramente para o transporte de borracha cuja exportação se ampliava rapidamente); a Nord Deutscher Lloyd (1,5 milhão de libras - 1889 - Alemanha); e a Austrain Lloyd's Steam Navigation Company (1,5 milhão de libras - 1892-Áustria). Apesar do aprecimento de grandes companhias de navegação de outras nacionalidades, o capital inglês é responsável por cerca de 50% do capital que corresponde a essas companhias".[7] A

[7] CASTRO, Ana Célia. op.cit. nota 1, p.63.

participação estrangeira na navegação que enlaçava o País continuou amplamente predominante, durante quase toda a República Velha, com exceção do período da Primeira Guerra Mundial, de modo que, mesmo considerando-se a navegação de cabotagem, a participação da tonelagem dos navios estrangeiros entrados nos portos brasileiros entre 1901 e 1930 atingiu 59,3% do total. O que houve foi uma grande mudança entre as principais nações que participavam deste transporte, como, na verdade, ocorreria em outras áreas. Assim, se antes da Guerra o transporte por navios estrangeiros se encontrava dominado pelos ingleses e alemães, que foram responsáveis, em 1912, por, respectivamente, 33,1 e 13,3% do total das toneladas transportadas, durante o conflito desapareceu a participação alemã, ao mesmo tempo em que a participação inglesa caía para 11,3% em 1917 e a americana se elevava de um nível insignificante para 4,6% neste último ano. Depois do término do conflito, a Inglaterra voltou a ocupar sua posição hegemônica no transporte marítmo para o Brasil. Também a Alemanha, pouco a pouco, recuperaria sua participação, embora isso só se verificasse na segunda metade da década de 1920. Contudo, a participação norte-americana não voltaria mais aos seus baixíssimos níveis de antes da Guerra, de forma que em 1927 o total de navios americanos entrados nos portos brasileiros alcançou 7,8% do total dos barcos estrangeiros aportados. Aliás, nesse mesmo ano a participação alemã do número de embarcações seria de 13,6%, ou seja, uma porcentagem equivalente à do período pré-bélico; no caso dos navios ingleses, esses representaram 27,9% do total dos barcos estrangeiros aportados no Brasil, o que constitui uma participação significativa, embora menor do que a prevalecente antes da Guerra.

QUADRO 3,7.3

PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NA NAVEGAÇÃO
DE LONGO CURSO E DE CABOTAGEM
BRASIL
1901-1934

PERÍODO	PARTICIPAÇÃO NA ENTRADA DE EMBARCAÇÕES	
	EMBARCAÇÕES	TONELAGEM
1901/04	25,1	60,7
1905/09	24,5	63,0
1910/14	24,3	63,2
1914/19	15,5	45,3
1920/24	20,3	60,4
1925/29	23,0	60,1
1930/34	22,2	56,6

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939-40, p. 1359-1340.

Em estreita conexão com o caráter da divisão internacional do trabalho em que o Brasil se inseria, com a dominação financeira do capital internacional e com o controle estrangeiro de seu transporte marítmo, também o grande comércio brasileiro, particularmente o de exportação, se encontrava em mãos alienígenas, o mesmo ocorrendo parcialmente com o setor bancário, onde, apesar dos bancos estrangeiros coexistirem com os nacionais, os primeiros ocupavam uma posição chave. Na verdade, havia um estreito entrelaçamento entre o capital comercial e o capital bancário estrangeiros que operavam no Brasil, de modo que um apoiava o outro, dentro de um complexo de exportação-importação francamente dominado pelo capital internacional. Este esquema foi herdado pela República, e conservou-se inalterado durante toda a sua primeira fase, que assistiu, isso sim, ao fortalecimento das posições do sistema comercial-bancário estrangeiro no País. Com efeito, em pleno período monárquico, o comércio de exportação do café já se encontrava em mãos do capital estrangeiro. Contudo, o capital nacional servia de intermediário entre o exportador e o cafeicultor, através das figuras dos ensacadores e das casas comissárias. No entanto, a partir de 1870 os ensacadores foram sendo suprimidos, ao mesmo tempo em que diminuía a importância das casas comissárias. Com o advento da República, na década de 1890 esse processo se acentuou, com as grandes casas de exportação de café, em mãos de grupos externos, passando a executar progressivamente as funções dos antigos ensacadores e mesmo das casas comissárias, através do envio de correspondentes ao interior, que contatavam diretamente com os fazendeiros, sem a intermediação dos comissários. Como resultado, "em meados dos anos noventa, as empresas estrangeiras já detinham o controle do comércio de exportação do porto de Santos"(8), principal porto de escoamento da safra cafeeira de São Paulo. Deste modo, considerando se o total das sacas de café exportadas através de Santos entre 1895 e 1907, num total de 86,4 milhões, verifica-se que os dez maiores exportadores responderam por cerca de 70,8%, sendo que, entre esses, existia apenas uma empresa brasileira, a Prados Chaves & Co., que comercializou perto

---

[8] FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: o Brasil republicano III. Extrutura de poder e economia. (1889-1930). São Paulo, DIFEL, 1975. p. 193-248. p. 211.

de 3,4 milhões de sacas no período, isto é, apenas 3,9% do total. Em compensação, as demais firmas de exportação de grande porte eram todas estrangeiras, destacando-se a Theodor Wile & Co. e a Naumann, Gepp & Co. Ltda, que, sozinhas, exportaram 29,4 milhões de sacas de café entre 1895 e 1907, ou 34,0% do total comercializado através do porto de Santos no mesmo período.

O mesmo ocorria com o comércio de outros produtos brasileiros de exportação, em outras regiões do Brasil. No caso da economia gomífera amazonense, por exemplo, o comércio de exportação da borracha, altamente lucrativo, se encontrava inteiramente em mãos do capital estrangeiro. Deste modo, ligadas aos negócios da borracha, podem ser citadas as seguintes firmas estrangeiras, que foram fundadas ou autorizadas a funcionar durante a República Velha na região amazônica: The Amazonas Rubber Estates Ltd.; The Pará Island Rubber Estates Ltd.; The Sears Pará Rubber Co.; Guaporé Rubber Co.; The Moju Rubber Plantations and Development Co.; General Rubber Company of Brazil; Brazil Development and Colonization Co.; Villa Nova Rubber Estates and Colonization Co.; Cie des Cautchous du Matto Grosso; Le Brésilienne; Albuna S.A.; Goodyer Tire and Rubber Co. of South America; Suarez Hermanos e Co. Ltda.; The Dunlop Pneumatic Type Co, (South America) Ltd. e The Mello Brazilian Rubber Co. Também no Nordeste a presença do capital estrangeiro era importante nas exportações da região, assim como no restante do País. Outras empresas estrageiras importantes, vinculadas ao comércio de exportação e importação, que se estabeleceriam no Brasil, neste caso antes da Iª Guerra, seriam a Societé Nouvelle des Etablissements Decauville Ainé, de origem francesa, a Continental Products Co., de capital norte-americano, e a The Manaos Markets and Slaughter House Ltd., de origem britânica. Todas essas três firmas destacavam-se no setor diversificado do comércio.

Esse comércio de exportação, como se salientou, era apoiado pelos bancos estrangeiros instalados no País, os quais, além de atuar no financiamento das casas comerciais estrangeiras que operavam no Brasil, também atuavam no mercado de câmbio, espe

culando com suas flutuações e conseguindo, desta forma, gordos lucros. Já se demonstrou, anteriormente, que a penetração do capital internacional no Brasil se iniciou em 1862, com a organização do London & Brazilian Bank para operar no País. Inicialmente, os primeiros bancos estrangeiros a atuar no País foram os ingleses. Contudo, depois, instalaram-se bancos franceses, alemães, e, em menor escala, italianos, holandeses e outros. Esses bancos pouco sofreram com as políticas contracionistas encetadas, em diversas oportunidades, pelas autoridades brasileiras, devido à sua vinculação com as operações cambiais, que lhes garantia certa imunidade face ao comportamento dos negócios internos. O mesmo, evidentemente, não ocorria com os bancos nacionais, cuja sorte estava diretamente relacionada ao caráter da política monetária e às flutuações do mercado cafeeiro. Assim, por exemplo, em 1900, a crise bancária provocada pela política recessionista levou, juntamente com as casas comissárias ligadas ao comércio do café, muitos bancos brasileiros à bancarrota, enquanto que os bancos estrangeiros, com a exceção do London and River Plate Bank, que foi atingido pela baixa comercial de agosto daquele ano, saíram praticamente incólumes.

Segundo Ana Célia Castro "até 1900, aproximadamente, o predomínio do capital inglês no setor bancário era quase absoluto. Os grandes bancos ingleses, que desde a década de 60 do século XIX se instalavam no Brasil constituíam a base dos investimentos das companhias inglesas funcionando muitas vezes, como elo de ligação entre essas empresas e o mercado londrino. Era também muito íntima a ligação entre os bancos e as empresas ferroviárias, sendo possível encontrar indivíduos que simultaneamente participavam das diretorias de bancos e de companhias de estradas de ferro. Esses bancos abriam inúmeras filiais, escolhendo preferencialmente as grandes capitais nordestinas (como Recife e Salvador) e os portos mais importantes do centro-Sul (como o Rio de Janeiro e Santos)." Ainda de acordo com a mesma autora, "nos primeiros anos do nosso século, aumenta consideravelmente a entrada de bancos estrangeiros: alemães, franceses e belgas. Estes exercem atividades de bancos comerciais expandindo-se em direção as principais cida-

des paulistas (São Paulo e interior - Jaú e Rio Preto, por exemplo) e os centros urbanos da Região Sul, financiando, ao que parece, o movimento de diversificação agrícola". Sendo assim, "a importância dos bancos estrangeiros no Brasil parece, então, ter sido estratégica (assegurar a sua presença no setor e apoiar atividades de outras companhias estrangeiras), uma vez que estiveram predominantemente conectados com atividades comerciais e de financiamento."[9]

Ao todo, ingressaram no Brasil, entre 1886 e 1913, cerça de 11 bancos estrangeiros, significando um aporte de investimentos da ordem de £ 22,7 milhões. Entre os bancos que estão se estabeleceram -, destacam-se o Banque Belgue de Prets Funciers; o Anglo South Bank; o Banco Español del Rio de la Plata, o Banque Françaíse et Italiène pour l'Amerique du Sud e o Banque Brésiliéne Italo-Belgue.

A relevância do capital estrangeiro no sistema bancário nacional pode ser constatada pelas informações a respeito da nacionalidade do capital bancário do Brasil nas vésperas e durante a Primeira Guerra Mundial. De fato, em 1913 os bancos estrangeiros respondiam por mais da metade do total do capital imobilizado no setor bancário do País, destacando-se os bancos ingleses, com **29,1%, os alemães com 11,7% e os franceses,** com uma porcentagem menor. Evidentemente, a Guerra fez alterar esses valores, reduzindo a participação estrangeira, particularmente a alemã, e aumentando a brasileira, que, em 1917, já era de 56,5%. Outra mudança importante foi o início da penetração norte-americana no setor bancário brasileiro, com a instalação de uma filial do The First National City Bank of New York no Rio de Janeiro, em 1915. Esse banco estendia assim sua atuação no Brasil, uma vez que já mantinha, anteriormente, relações com o **País,** tendo participado do financiamento do programa de valorização do café iniciado em 1906. Com isso, iniciou-se a ação direta dos bancos norte-americanos no Brasil, que já possuiam, em 1917, cerca de 5,9% do total do capital bancário aplicado no Brasil.

---

[9] CASTRO, Ana Célia. op. cit. nota 1, p.103-104.

QUADRO 3.7.4

NACIONALIDADE DO CAPITAL BANCÁRIO

BRASIL

1913-1917

NACIONALIDADE DOS BANCOS	1913		1917	
	CAPITAL (mil dólares)	%	CAPITAL (mil dólares)	%
Estados Unidos	-	-	71 805	5,9
Inglaterra	304 620	29,1	233 157	19,2
Alemanha	122 243	11,7	47 772	3,9
Outros Países	105 685	10,1	174 057	14,4
Brasil	518 408	49,5	684 501	56,5
TOTAL	1 047 956	100,0	1 211 292	100,0

Fonte: VALLA, Victor V. A penetração norte-americana na economia brasileira 1898-1928. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978. p.97.

Ainda vinculado ao comércio de exportação e importação, outro setor de penetração do capital estrangeiro no País foi o de seguros. Na verdade, esse segmento de "serviços" já tinha sofrido, de forma profunda, a ação das empresas estrangeiras que, acompanhando a expansão exportadora do Brasil, entraram no País para aproveitar as oportunidades de investimento criadas pelo processo, ainda nas últimas décadas do período imperial. Esse movimento de penetração do capital estrangeiro no setor de seguros atingiu então seu auge com o "boom" exportador que acompanhou o advento da República, quando, entre 1886 e 1896, entraram no País cerca de 11 firmas seguradoras, representando um capital de £10,2 milhões. Entre essas empresas, as maiores foram a The Thames and Mersey Marine Insurance Co. e a London and Lancashire Fire Insurance Co. Com a crise cafeeira que se iniciou nos últimos anos do século XIX e se prolongou até meados da década de 1900, reduziu-se sensivelmente a entrada de capitais no setor segurador. Aliás, mesmo depois da recuperação dos negócios do café, a entrada de novas companhias de seguro não foi grande. Assim, entre 1897 e 1913 foram autorizadas a funcionar no Brasil apenas mais 9 companhias seguradoras estrangeiras, significando um investimento de £ 6.6 milhões, quantia bem inferior ao total investido entre 1886 e 1896. Neste último período que vai de 1897 à Primeira Guerra Mundial as principais empresas estrangeiras que entraram no País para negociar com seguros foram a Atlas Assurance Co. e a The Lancashire Insurance Co.

Outra área de atuação do capital internacional eram os transportes ferroviários. Neste caso, havia ainda uma estreita relação entre essa presença estrangeira e o tipo de desenvolvimento econômico prevalecente, baseado nas exportações de produtos primários. De fato, ao controlar o transporte maritmo, o setor comercial e financeiro ligado ao mercado externo, e parte do transporte ferroviário, o capital internacional se encontrava em condições de extrair grande parcela do excedente gerado pela atividade produtiva do setor de exportação da economia, imiscuindo-se no complexo exportador-importador. Em fins do período imperial, haviam no Brasil cerca de 11 companhias inglesas de estradas de fer

ro, e 2 francesas. Dez anos depois, em fins da primeira década republicana, as companhias inglesas que exploravam o transporte ferroviário no Brasil já eram 25, havendo-se instalado também mais uma empresa francesa no setor.[10] Isto sem contar os inúmeros empréstimos que foram feitos diretamente às companhias de estradas de ferro brasileiras pelos financistas estrangeiros, particularmente pelos britânicos. A este respeito, inclusive, salienta-se que o próprio Governo Federal, à medida em que se voltou para a construção direta de ferrovias, passou a recorrer aos empréstimos externos, para amparar essa ação. Deste modo, durante a República Velha, foram contratadas pelo menos nove operações de crédito externo pelo Governo da União, vinculadas ao setor ferroviário. Contudo, apesar do grande número de empresas estrangeiras de estrada de ferro que foram fundadas antes de 1900, a partir dessa data, a própria crise do setor externo e o colapso das exportações de alguns produtos brasileiros de exportação, como o açúcar, levaram à redução da rentabilidade das inversões ferroviárias no Brasil, com exceção da região cafeeira mais próspera de São Paulo. Com isso, o Governo Federal viu-se envolvido no pagamento de vultosas quantias, a título de juros sobre o capital garantido pelo esquema de garantia de juros, que constituía a base da expansão ferroviária do País desde os seus primórdios. Criaram-se assim as premissas para que o Governo suprimisse o regime de garantias, ao mesmo tempo em que encampava grande parte das empresas ferroviárias deficitárias, qué estavam sujeitas a esse regime. Deste modo, em 1901 o governo iniciou a operação de resgate de 12 companhias ferroviárias estrangeiras. Apesar da forte oposição, tanto das próprias companhias a serem encampadas, quanto por parte de setores de opinião pública, que enxergavam na operação uma forma de comprar ferrovias desvalorizadas por altos preços, foram regatados 2.148,8 km de estradas de ferro, num custo total de £ 14,6 milhões. No caso específico das ferrovias nordestinas, essas foram arrendadas à Great Western of Brazil Railway Co. Ltd., companhia estrangeira que, através desse expediente, passou a controlar um verdadeiro sistema ferroviário integrado, na referida região.

---

[10] A Compagnie Générale des chemins de fer du Sud-Ouest brésilien, criada em 1891.

Apesar da queda da rentabilidade dos investimentos em ferrovias no Brasil, e da ação estatal, as inversões estrangeiras no setor continuaram extremamente elevadas, aumentando mesmo, em termos absolutos, no período 1903 a 1913, quando foram investidos cerca de £ 30,5 milhões em ferrovias no Brasil, pelo capital internacional. Com conseqüência dessas inversões, o capital estrangeiro apossou-se de três sistemas ferroviários integrados: no Nordeste, através do controle da Great Western of Brazil Railway Co.; na região central, através da rede da Leopoldina Railway Co., que na virada do século passado ao atual chegou ao Brasil arrendando várias linhas de ferro do País e, finalmente, no Sul, onde a Brazil Railway Co., criada por Farquhar, também estabeleceu outro sistema regional de transporte ferroviário, sob o controle de uma mesma empresa estrangeira.

Contudo, com a Guerra, os investimentos estrangeiros no setor praticamente cessaram, para não mais serem retomados, encerrando esse capítulo fulgurante da ação do capital internacional sobre um setor vital da economia brasileira.

Completando o seu domínio sobre o complexo de exportação-importação da economia brasileira, o capital internacional ainda penetrou no ramo de construção e administração portuária. Essa penetração iniciou-se ainda durante o período imperial, quando se organizaram algumas firmas estrangeiras para atuar no Brasil nesta área. Assim, em 1868 organizou-se a Pernambuco Dock and Harbor em Londres, embora não tivesse conseguido levantar o capital necessário, tendo sido dissolvida. Dez anos depois a São Paulo Railway, companhia ferroviária britânica, construiu um embarcadouro que podia receber sete vapores para carga e descarga direta dos vagões da estrada de ferro, além de participar da construção de modernas docas, em 1888. Mas a concessão do porto de Santos não lhes foi outorgada, indo parar nas mãos de brasileiros, embora a companhia de docas autorizada a funcionar e a São Paulo Railway terminassem por trabalhar em estreito contacto uma com a outra. Ainda em 1884, a Ceará Harbor Corporation, firma que era, em sua maior parte, britânica, e conseguiu grandes empréstimos na Ingla

terra, encetou a construção do porto de Fortaleza, obra que seria comprada em 1900 pelo governo brasileiro. Com o advento da República, essa penetração do capital estrangeiro na construção e administração portuária no Brasil recebeu extraordinário impulso, principalmente depois de 1900. Deste modo, em 1899 foi autorizada a funcionar a Rio de Janeiro Harbour and Dock, companhia inglesa de construção de portos, e, em 1901, seria a vez da Manaus Harbour Ltd., também de capital britânico. Como afirma Ana Célia Castro, "mantendo a tradição de apropriar-se dos pontos estratégicos, os ingleses administrariam os portos do Rio de Janeiro e Manaus, principal centro de escoamento da borracha, cujas exportações cresciam rapidamente."[11] Referindo-se ao período 1903-1913, acrescenta a mesma autora: "os principais portos brasileiros seriam construídos e/ou administrados pelo capital estrangeiro, evidentemente interessado em obter algum controle sobre fluxos comerciais, fossem estes internacionais ou mesmo intra-regionais."[12] Assim, "parece haver evidências de que parte do investimento em portos destinava-se, por um lado, ao escoamento da borracha (Cia. Port of Pará - 1906 - Estados Unidos - 7,2 milhões de libras) e, por outro lado a melhorar as comunicações interregionais, mediante o comércio de cabotagem (Cia. Port of Rio Grande do Sul - 1907 - Estados Unidos - 3 milhões de libras, e Cie. Française du Port de Rio Grande do Sul - 200 mil libras, ambas pertencentes a Farquhar - a companhia francesa recebeu da americana a transferência dos privilégios, franquias, propriedades, concessões, etc. concedidos pelo governo gaúcho e a Port of Bahia - 1913, Inglaterra - 5 milhões de libras. Além das mencionadas, surgem duas outras companhias que compram da R. J. Harbour and Dock os direitos e concessões para operar no porto do Rio de Janeiro. São elas a Cia. Port of Rio de Janeiro (Estados Unidos - 1907 - 3 milhões de libras) e a Compagnie du Port de Rio de Janeiro (França - 1910 - 400 mil libras."[13] Ao todo, no período 1886-1913 cerca de 12 empresas es-

---

[11] CASTRO, Ana Célia. op. cit. nota 1, p.72.

[12] ibid., , p.103.

[13] ibid., , p.103.

trangeiras de administração portuária foram autorizadas a funcionar no País, correspondendo a investimentos da ordem de 30,4 milhões de libras, dos quais 28,5 milhões seriam efetuados depois de 1897. Mas na área de construção ou financiamento da construção de portos, fora das firmas já consideradas, ainda atuariam outras. No caso das empresas francesas, por exemplo, destacar-se-iam a Compagnie Internationale des Docks du Brésil, que obteve a concessão do porto da Bahia, cedendo-a depois à sociedade Muller; a Rymbiewicz et Compagnie, que receberia em 1900 a concessão do porto de Manaus, havendo se associado em 1912 à Société des Grand Travoux de la Ville de Marseille; a Societé de Construction des Batignolles, em acordo com a National Brazilian Harbour Co. Ltd., que construíram o porto de Jaraguá, em Alagoas; a Societé de Construction du Port du Pernambuc, que trabalhou na construção do porto de Recife, embora esse porto tenha sido determinado por uma empresa holandesa. Além disso, o Porto de Vitória (Espírito Santo), foi financiado e construído por uma sociedade formada por capitais franco-brasileiros, e "constatam-se, ainda, interesses franceses na construção do porto de Fortaleza, com a Compagnie d'Extrême Orient, nos portos do Pará e do Rio Grande do Sul; são ainda os franceses que constroem o Arsenal e arrendam o porto do Rio."[14]

Finalmente, o capital estrangeiro, ao contrário do que ocorrera durante o IIº Império, não se deteve, na Primeira República, à esfera da circulação comercial e financeira, ou do complexo exportador-importador, mas invadiu em força o setor industrial brasileiro propriamente dito. Esse fenômeno deu novo caráter à penetração do capital internacional no Brasil, e representou uma conseqüência direta da transformação, a nível internacional, do capitalismo competitivo em capitalismo monopolista, com a emergência do imperialismo e, a nível interno, das novas condições criadas pela expansão cafeeira calcada nas relações capitalistas de produção. Com esse trânsito da esfera da circulação e do complexo mercantil à esfera industrial, transformou-se o caráter da dependência brasileira, que assumiu uma forma orgânica, mais radical.

---

[14] PERRUCI, Gadiel. op.cit. nota 1 , p.78.

Na verdade, esse movimento de invasão da esfera industrial pelo capital externo já se havia iniciado durante as últimas décadas do período monárquico, embora tivesse ficado restringido, tanto em termos quantitativos (umas poucas milhões de livras investidas) quanto em termos setoriais (grande peso das empresas de serviços públicos). Deste modo, considerando-se o período que vai de 1860 a 1886, para um total investido pelas empresas estrangeiras autorizadas a ingressar no Brasil da ordem de £ 46,6 milhões, cerca de 45,6% tinha ficado no âmbito da grande indústria de transportes (ferrovias e transporte maritmo), setor pertencente ao complexo exportador-importador. Outros 18,0% tinham sido investidos nos serviços públicos (fornecimento de gás, telégrafos e telefones, transportes urbanos, obras públicas e iluminação), e apenas 5,8% tinham se revertido em investimentos na indústria propriamente dita. Mesmo assim, a maior parte dos capitais que se destinaram a este segmento foram canalizados para a agroindústria açucareira, e o restante ficou no ramo da mineração. Em contraposição, à medida em que se avançou dentro do período republicano, as inversões no setor industrial foram aumentando, não somente as efetuadas no âmbito dos serviços públicos, mas também as destinadas à indústria propriamente dita, inclusive à de transformação. Isto se tornou particularmente verdadeiro a partir de meados da década de 1900, quando se diversificam extraordinariamente os investimentos estrangeiro no País, no que diz respeito à sua destinação setorial. Com consequência, no período 1886-1913 seriam investidos no Brasil £ 247,9 milhões pelas empresas estrangeiras que ingressaram no País no período, sendo que, destes, cerca de 22,9% se destinaram ao sistema de transportes (ferrovias a companhias de navegação); 12,3% seriam investidos pelas companhias de construção e administração portuária; mais 22,4% ficariam imobilizados pelas firmas dedicadas aos serviços urbanos e, finalmente, 11,0% seriam investidos no setor industrial estrito, sendo que 4,6% corresponderiam às firmas de mineração e 0,4% às empresas açucareiras. Como se verifica, à esfera da circulação (companhias de comércio de exportação e importação, bancos, companhias de crédito, investimento e serguros) seriam destinados apenas 25,3% dos investimentos estrangeiros, contra 28,7% do período 1860-1886;

no âmbito do sistema de transportes (incluindo portos) seriam alocados 35,2%, contra 46,0% no período anterior; e, finalmente, o setor industrial lato senso (incluindo a indústria de serviços urbanos) receberia 33,4% de todos os recursos investidos entre 1886 e 1913 contra somente 23,8% no período 1860-1886. Ademais, se se considerar apenas o setor industrial propriamente dito, excluindo-se as empresas de prestação de serviços públicos, a diferença ainda é mais gritante: enquanto entre 1886 e 1919 a sua participação no total dos investimentos realizados pelas empresas estrangeiras que foram autorizadas a operar no País foi de 11,0%, a mesma participação, considerando-se o período 1860-1886 seria de somente 5,8%.

Assim, em primeiro lugar, ampliaria a atuação do capital externo no âmbito dos serviços públicos. Deste modo, enquanto no período 1860-1886 seriam investidos neste setor cerca de £ 8,4 milhões pelas empresas estrangeiras que ingressavam no Brasil, numa média anual de £ 322.158, no período 1886-1913 já seriam investidos mais £ 55,6 milhões, numa média de £ 1.985.230 por ano, significando, pois, um acréscimo de 516,2%. Neste sentido, o sub-período 1903-1913 seria particularmente propício ao ingresso de novas empresas internacionais no ramo dos serviços públicos no Brasil, seja no negócio de fornecimento de gás, seja no ramo dos telégrafos e telefones, seja no âmbito das obras públicas, ou mesmo no ramo da iluminação e dos transportes urbanos. Na verdade, as companhias de obras públicas seriam favorecidas pela "Reerguimento Econômico", encetado no Governo de Rodrigues Alves, com seu ambicioso plano de obras públicas, que seria continuado pelos seus sucessores. Também as companhias de geração e fornecimento de energia elétrica seriam favorecidas, neste caso pelo prosseguimento da urbanização e pela existência de grande déficit na oferta de energia elétrica. Como afirma Ana Célia Castro, "o importante movimento de urbanização seria acompanhado de um fluxo de capital estrangeiro destinado a prover as principais cidades de iluminação elétrica, energia e bondes. Completam-se nessa fase os investimentos das empresas canadenses: São Paulo Tramway, Light and Power (1899 - 2,5

milhões de libras aproximadamente), Rio de Janeiro Tramway, Light and Power (1905 - 10,3 milhões aproximadamente) e São Paulo Electric Co., Ltd (1911 - 2 milhões) que formariam o complexo Brasilian Traction Light and Power (1913 - 23.494.300 libras)".[15] Fora estas, outras também se aventurariam no setor, tais como a Pernambuco Tramway and Power Co., Ltd., a Southern Brazil Electric Co. Ltd. e a Bahia Tramway, Light and Power Co.

Por outro lado, as inversões estrangeiras na indústria de transformação propriamente dita (incluída a agroindústria açucareira), que haviam alcançado apenas £ 2,7 milhões no período 1860-1885, significando uma média anual de somente 22.826 libras entre 1860 e 1875 e de 233.299 libras entre 1876 e 1886, se elevaram para £ 27,2 milhões no período 1886-1913, representando uma média anual de 257 384 mil libras entre 1886 e 1896, de 346.113 no período de 1897 a 1902 e, finalmente, de 1.994.106 libras entre 1903 e 1913. Aliás, nesse último período os investimentos no setor industrial representaram 11,6% do total das inversões das empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no País. Os segmentos que mais receberam investimentos estrangeiros, por ordem de importância, foram os de mineração, bens de capital, alimentos, açúcar, material elétrico, químico-farmacêutico e vestuários-calçados-têxtil; isto sem contar o de "diversos". No caso da mineração, 64 firmas estrangeiras entraram no País entre 1886 e 1913, embora a partir de 1897, segundo Ana Célia Castro, "verifica-se uma autênctica mudança na direção dos investimentos em mineração da busca de ouro e pedras preciosas, cujas reservas já se haviam reduzido, ao processamento de ferro e metais ferrosos, conectados ao desenvolvimento industrial dos principais países capitalistas e base futura da indústria siderúrgica nacional, que desponta como preocupação do governo na década de 20."[16] Mas antes que isso ocorresse muitas empresas estrangeiras ainda tentaram, durante as primeiras décadas do regime republicano, explorar as jazidas auríferas do Brasil, especialmente de Minas Gerais. Foi o caso, por exemplo, da The New Zealand and Brazilian Prospecting Co, Ltd.

---

[15] CASTRO, Ana Célia, op. cit. nota , p. 101-102.

[16] Ibid, p. 105.

e da The Rio das Mortes Dreadging Co., Ltd., que exploraram concessões no Rio das Mortes e Piracicaba. Ou ainda da Victor Nothman & Comp., que recebeu uma concessão no rio Abaeté. Fora empresas de exploração aurífera, que fracassariam, devido ao esgotamento das jazidas economicamente aproveitáveis, as outras trariam importantes inovações tecnológicas no campo da mineração, sendo que as empresas mais importantes que chegaram no Brasil antes da Iª Guerra foram a Água Suja Mining Co. Ltd., de procedência inglesa, e as companhias americanas Diana Mining Co e a Itabira Iron Ore Corporation, que se tornaria famosa devido à sua disputa com o governo a respeito da exportação de minério de ferro e a construção de uma siderurgia.

Quanto às usinas de açúcar, depois do fracasso das empresas inglesas na sua tentativa de criar engenhos centrais no País, durante a década de 1880, seria a vez das firmas francesas, que se instalariam em São Paulo, muitas vezes comprando companhias já existentes. Por outro lado, neste campo a ação francesa não ficaria adstrita ao âmbito da produção de açúcar, mas se estenderia à própria instalação das usinas, ramo em que se destacariam algumas empresas, como a Comp. Fives-Lille, que instalou 25 unidades em Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia; ou a Societé des Établissements Barbet que instalou mais 25 usinas, ou mesmo a companhia Usines de Melle e F. Bornol (Deux-Lèvres), que instalou cerca de 16 usinas em diversos estados brasileiros.

No caso da indústria alimentar, a primeira firma estrangeira a se instalar no Brasil foi a The Rio de Janeiro Fluor Mills and Granaries Ltd., que chegou ao País ainda no ocaso do Império, isto é, em 1887. Essa empresa, que seria conhecida como "Moinho Inglês", teria que vencer grandes dificuldades para o seu sucesso, decorrentes dos hábitos de consumo da população brasileira, pouco acostumada ao consumo de pão de trigo; da falta de oficinas mecânicas que permitissem repor as peças e consertar as máquinas estragadas; das próprias deficiências portuárias, que tornavam impossível aos navios atracarem junto aos moinhos, ou mesmo o seu descarregamento em condições eficientes, etc. Contudo, "ar

QUADRO 3.7.5

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM

BRASIL

1886-1913

NACIONALIDADE	1886-1896			1897-1902			1903-1913			TOTAL 1886-1913		
	Empresas	CAPITAL TOTAL (1)		Empresas	CAPITAL TOTAL (1)		Empresas	CAPITAL TOTAL (1)		Empresas	CAPITAL TOTAL (1)	
		Libra	%		Libra	%		Libra	%		Libra	%
Inglaterra	27	20 774 159	62,3	21	18 227 741	73,0	133	100 506 641	53,0	287	139 508 541	56,3
Estados Unidos ...	5	2 084 407	6,2	2	276 191	1,1	55	37 663 926	19,9	68	40 024 524	16,1
Canadá	-	-	-	1	2 456 164	9,9	3	21 032 020	11,1	4	23 488 184	9,5
França	5	2 215 370	6,6	11	1 530 404	6,1	37	13 180 118	7,0	62	16 925 892	6,8
Alemanha	6	2 862 437	8,6	1	7 468	0,8	16	6 059 965	3,2	37	8 929 870	3,6
Bélgica	9	2 422 545	7,3	14	1 690 671	6,8	13	4 224 211	2,2	45	8 337 427	3,4
Argentina/Uruguai.	-	-	-	1	80 000	0,3	15	5 955 660	3,1	17	6 035 660	2,4
Itália	3	1 368 486	4,1	2	464 555	1,8	2	256 275	0,1	10	2 089 316	0,8
Austria/Hungria ..	2	1 631 034	4,9	-	-	-	-	-	-	4	1 631 034	0,7
Portugal	-	-	-	1	71 250	0,2	1	270 000	0,1	7	341 250	0,1
Suíça	1	890	0,0	-	-	-	1	198 150	0,1	4	199 040	0,1
Japão	-	-	-	-	-	-	1	102 259	0,0	1	102 259	0,0
Dinamarca	-	-	-	-	-	-	1	73 245	0,0	1	73 245	0,0
TOTAL	58	33 359 328	100,0	54	25 014 444	100,0	278	189 522 477	100,0	390	247 896 249	100,0

Fonte: CASTRO, Ana Célia. As empresas estrangeiras no Brasil 1860-1913. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p.66, 84 e 122.

Nota (1): Capital inicial, modificações no capital inicial e obrigações.

QUADRO 3.7.6

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS POR SETORES DE DESTINO

BRASIL

1886-1913

	1886-1896			1897-1902			1903-1913			TOTAL 1886-1913		
	Empresas	CAPITAL TOTAL (1)		Empresas	CAPITAL TOTAL (1)		Empresas	CAPITAL TOTAL (1)		Empresas	CAPITAL TOTAL (1)	
		Libras	%		Libras	%		Libras	%		Libras	%
TRANSPORTES	22	14 802 778	44,5	6	10 276 239	41,1	(2) 23	(1) 31 780 560	(2) 16,8	51	56 859 577	22,9
Ferrovias	8	6 140 176	18,5	3	9 174 989	36,7	20	30 520 145	16,1	31	45 835 310	18,5
Irrigação	14	8 662 602	26,0	3	1 101 250	4,4	3	1 260 415	0,7	20	11 024 267	4,4
Portos	1	560 000	1,7	2	1 330 800	5,3	9	28 489 945	15,0	12	30 380 745	12,3
COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO	4	2 401 231	7,2	10	1 497 816	6,0	70	16 730 750	8,8	84	20 629 797	8,3
Diversos	2	1 390 993	4,2	(3) 3	(3) 461 480	(3) 1,9	(3) 40	(3) 9 198 114	(3) 4,9	45	11 050 587	4,5
Café	1	1 000 000	3,0	2	420 000	1,7	4	1 383 000	0,7	7	2 803 000	1,1
Borracha	1	10 238	0,0	5	616 336	2,4	26	6 149 636	3,2	32	6 776 210	2,7
BANCOS	1	1 285 200	3,8	1	975 800	3,9	9	18 482 654	9,7	11	20 743 654	8,4
CRÉDITO E INVESTIMENTO	-	-	-	1	80 000	0,3	10	4 318 416	2,3	11	4 398 416	1,8
SEGUROS	11	10 241 389	30,7	4	4 813 022	19,2	5	1 741 216	0,9	20	16 795 627	6,8
SERVIÇOS PÚBLICOS..	3	977 737	2,9	4	3 257 116	13,1	32	51 351 585	27,1	39	55 586 439	22,4
Gás	1	347 952	1,0	-	(4) (-138 700)	(4) (0,5)	-	(5) 324 320	(5) 0,2	1	533 572	0,2
Telégrafo e telefones	1	410 000	1,2	2	900 000	3,6	5	1 399 997	0,7	8	2 709 997	1,1
Iluminação e Transportes Urbanos...	(5) 1	(5) 19 785	(5) 0,1	(5) 2	(5) 2 495 816	(5) 10,0	16	41 836 677	22,1	19	41 836 677	16,9
Obras Públicas ..	-	(4) 200 000	(4) 0,6	-	-	-	11	7 790 601	4,1	11	7 990 601	3,2
SERVIÇOS PARTICULARES	3	109 097	0,3	2	89 261	0,3	15	5 252 181	2,8	20	5 450 539	2,2
INDÚSTRIA	11	2 831 228	8,5	24	2 422 788	9,7	62	21 935 169	11,6	97	27 189 185	11,0
Mineração	7	1 595 944	4,8	17	1 470 884	5,9	40	8 381 578	4,4	64	11 448 406	4,6
Açúcar	-	-	-	5	763 967	3,1	3	154 411	0,1	8	918 378	0,4
Alimentos	2	133 084	1,3	1	161 862	0,6	5	1 046 518	0,6	8	1 641 464	0,7
Bens de Capital ...	2	802 200	2,4	-	-	-	4	10 510 088	5,7	6	11 312 288	4,6
Vestuário-Calçados-Têxtil	-	-	-	-	-	-	3	209 306	0,1	3	209 306	0,1
Química-Farmacêutico	-	-	-	-	-	-	4	270 933	0,1	4	270 933	0,1
Material Elétrico..	-	-	-	-	-	-	1	879 300	0,4	1	879 300	0,4
Diversos	-	-	-	1	26 075	0,1	2	493 035	0,2	3	519 110	0,2
PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E COLONIZAÇÃO..	2	150 668	0,4	1	15 889	0,1	27	6 573 272	3,5	30	6 739 829	2,7
DIVERSOS	-	-	-	1	255 713	1,0	16	2 856 712	1,2	17	3 112 425	1,3
TOTAL	58	33 359 328	100,0	55	25 014 444	100,0	278	189 522 477	100,0	391	247 896 249	100,0

Fonte: CASTRO, Ana Célia. As empresas estrangeiras no Brasil 1860-1913. Rio de Janeiro, Zahar, 1979 p.64-65, 78-79 e 116-122.

Notas: (1) Capital inicial, modificações no capital inicial e obrigações das empresas
(2) Não se computou o capital da Brazil Railway Co. e apenas a metade do capital da Madeira and Mamoré Railway e da Leopoldina Terminal Co.
(3) Inclui filiais.
(4) Apenas modificações no capital inicial.
(5) Apenas companhias de iluminação.

riscando-se bastante para vencer os problemas inerentes a um país subdesenvolvido, o Moinho Inglês desbravou o caminho para essa indústria no Brasil."[17] Outras poucas empresas estrangeiras vinculadas ao ramo alimentício seriam instaladas no Brasil antes de 1910, quando se inicia a instalação dos frigoríficos. Com efeito, a partir desse ano e antes da eclosão da Guerra, "destacam-se nessa fase os matadouros e frigoríficos: Société de Abattoirs de Para (1910 - 200.000 libras - francesa); Brazil Land, Cattle and Packing Co (1911 - 205.000 libras pertencente à Brazil Railway Co e de propriedade de Farquar) e a The Anglo-Brasilian Meat Co, Ltd. (1912 - 115.000 libras)."[18] Com a Guerra, acelerou-se a introdução das empresas estrangeiras vinculadas à indústria do frio, interessadas em atender à crescente demanda mundial de carne frigorificada e enlatada. Com efeito, em 1914 fundou-se em Osasco um frigorífico da Continental Products Co., criado pelo grupo de Farquhar em ligação com o poderoso truste de Chicago, o Sulzberger and Sons, um dos controladores da oferta mundial de carne frigorificada. Depois, a Salzberger retirou-se do negócio, com medo da concorrência platina, cedendo seu lugar à Wilson, que adquiriu o frigorífico das mãos de Farquhar. Outras firmas estrangeiras que entraram no negócio do frio foram a Union Cold Atorage Co. (Frigorífico União), em Mendes, a British and Argentina Meat Co. Ltd., que instalou um frigorífico perto do Rio de Janeiro, a Armour, que se estabeleceu no Rio Grande do Sul, e a Companhia Swift do Brasil, que também se instalou nesse mesmo Estado.

Finalmente, em meados da década de 1900 o capital internacional iniciaria uma maior diversificação de suas inversões dentro do setor industrial brasileiro. Deste modo, seriam estabelecidas algumas grandes empresas no ramo de máquinas e equipamentos, como a Singer Sewing Machine (1905), a Gasmotoren Fabrick Deutch (1913) e a Otis Elevator Co. e Maine (1913); no ramo têxtil, cujo único exemplo seria a Societé Cotonnière Belge-Brésilienne (1907); no ramo de calçados, como a Companhia de Calçados Clark (1904), e em outros setores, como no caso da fábrica de fósforos São Paulo Match Factory Ltd e a fábrica de rolhas The Crown Cork Co. Ltd. Ao todo, os investimentos estrangeiros no setor de máqui

[17] GRAHAM, Richard. op. cit. nota 1, p. 152.

[18] CASTRO, Ana Célia. op. cit. nota 1, p. 108.

nas e equipamentos seriam de 11,3 milhões de libras entre 1886 e 1913, enquanto nos ramos de vestuário-calçados-têxteis, químico-farmacêutico, material elétrico e diversos alcançariam os 1,9 milhões. Na verdade, depois de 1903, se se concordar com Ana Célia Castro teria havido uma diversificação muito maior das inversões do capital estrangeiro no Brasil, configurando "pela primeira vez na economia brasileira, um primeiro esboço de internacionalização de capital a nível da estrutura produtiva que (...) serve de base para a retomada da segunda onda do pós-guerra."[19]

Como resultado de mais de meio século de penetração do capital internacional na economia brasileira, e, em especial, do movimento de entrada no setor industrial, principalmente depois de 1903, o Censo de 1920 revelaria que existiam no País cerca de 3,850 estabelecimentos industriais de propriedade de estrangeiros, representando um capital de 111,9 mil contos de réis, ou 6,2% do total investido na indústria de transformação na época. Evidentemente, nesse cômputo devem estar colocados aqueles estabelecimentos industriais pertencentes a imigrantes ainda não naturalizados, o que deve ter destorcido o significado dos dados. Contudo, mesmo assim destaca-se a ainda pequena participação do capital internacional dentro da indústria infante do País, e, ademais, seu papel subordinado, face à indústria nacional, que ainda dominava os principais setores industriais, particularmente o têxtil, que então assumia a liderança. Assim, o domínio do capital internacional, por volta de 1920, ainda se encontrava restrito ao setor comercial e financeiro, ao complexo de exportação-importação e ao setor de serviços públicos, embora já se tivesse iniciado o movimento de sua penetração na indústria de transformação propriamente dita.

---

[19] CASTRO, Ana Célia. op.cit. nota 1, p. 109.

QUADRO 3.7.7

INDÚSTRIAS ESTRANGEIRAS

INSTALADAS NO BRASIL

1920

NACIONALIDADE	ESTABELECIMENTOS		CAPITAL	
	UNIDADES	% TOTAL BRASIL	CONTOS DE RÉIS	% TOTAL BRASIL
Inglaterra	2 119	15,9	53 161	2,9
Portugal	891	6,7	31 844	1,8
Alemanha	268	2,0	10 329	0,6
Espanha	267	2,0	5 880	0,3
Sérvia	172	1,3	6 387	0,4
Áustria	82	0,6	1 661	0,1
Estados Unidos	51	0,4	2 602	0,1
TOTAL (1)	3 850	28,9	111 864	6,2

Fonte: Censo 1920. Apud. VALLA, Victor. A penetração norte-americana na economia brasileira 1898-1928. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978 p.102.

Nota 1: total apenas dos países enumerados.

A Primeira Guerra Mundial veio alterar, embora de modo não radical, o domínio do capital internacional sobre a economia brasileira. Isto porque, apesar da manutenção da relação de dependência do Brasil, tanto do ponto de vista comercial quanto financeiro em relação aos países capitalistas centrais, e mesmo de sua crescente dependência do ponto de vista da propriedade de seu parque industrial, a hegemonia britânica viu-se definitivamente abalada, iniciando-se então seu rápido declínio, com a ascenção correspondente do capitalismo americano, ensaiando os seus primeiros passos no caminho que lhe garantiria o domínio da economia brasileira muitas décadas depois.

Com efeito, em primeiro lugar a Guerra retirou temporariamente a Inglaterra de sua posição de principal fornecedora de mercadorias ao Brasil, substituindo-a pelos Estados Unidos. Assim, a participação britânica nas importações brasileiras, que tinha ficado em torno de 27,5% entre 1901 e 1913 caiu para apenas 20,7% durante o período bélico, vindo a se recuperar apenas no quadriênio 1921-1924, quando ela voltou ao seu nível pré-guerra. Contudo, já no quinqüênio 1925-1929 ela caiu novamente para 20,7%. Em contraposição, a participação norte-americana nas importações brasileiras, que se **situara** a um baixo nível entre 1901 e 1913 (cerca de 13,1%), cresceu rapidamente devido à Guerra, atingindo 35,3% entre 1914 e 1918 e 55,8% entre 1919 e 1920. Com o término dos efeitos do conflito, a participação norte-americana voltou a cair, mas nunca mais aos seus níveis anteriores, pois os Estados Unidos conseguiram, a partir da Guerra, se transformar no principal fornecedor do mercado brasileiro. A sua participação no total das importações do Brasil foi de 29,1% no período 1921-1924 e 27,8% no quinqüênio 1925-1929. Os outros grandes mercados brasileiros e fornecedores de produtos importados para o País, ou seja, a França e a Alemanha, também sofreram muito com a Guerra. A última viu seu comércio com o Brasil praticamente interromper-se durante o conflito, depois de participar com 15,2% nas importações do País e 14,9% como mercado para seus produtos de exportação. Estas participações jamais seriam recuperadas, apesar de que na segunda metade da década dos vinte a Alemanha já respondesse por

12,5% das importações brasileiras e absorvesse 9,0% de suas exportações. No caso da França, sua participação no fornecimento de produtos para o Brasil reduziu-se significativamente devido à Guerra, sem que ela conseguisse, uma vez terminado o conflito, reaver seus níveis anteriores. Em compensação, sua participação na absorção da produção exportada pelo País aumentou muito no período bélico, atingindo seu máximo no biênio 1919-1920, para depois cair novamente, voltando, no quinqüênio 1925-1929, a praticamente seus níveis de antes da Guerra. Por outro lado, a Guerra também fez com que a contribuição dos Estados Unidos para a absorção das exportações brasileiras aumentasse significativamente. Assim, enquanto os norte-americanos responderam por 38,2% das exportações do País entre 1901 e 1913, essa participação passou para 41,3% entre 1914 e 1918, atingindo seu ponto máximo no período 1919-1920, ou seja, 49,6%, para depois cair um pouco, para uma média em torno de 45,5% entre 1921 e 1929. Em compensação, a Inglaterra, que somente absorvia 16,0% das exportações brasileiras de antes do conflito, viu sua participação declinar ainda mais, chegando a apenas 4,4% no quinqüênio 1925-1929. Deste modo, os Estados Unidos, que já representavam o principal mercado dos produtos brasileiros de exportação, passou, com a Guerra, a ocupar uma posição hegemônica no fornecimento de produtos importados ao Brasil, posição essa que, apesar de todos os esforços ingleses, não seria mais passível de contestação. Em oposição, "os britânicos jamais conseguiram reaver sua antiga posição de liderança, e a grande crise de 1929 piorou a situação, visto que os produtos importados pelo Brasil da Grã-Bretanha, de 16 milhões de libras esterlinas em 1928 desceram para 4,5 milhões em 1932."[20]

Fenômeno similar ocorreria no âmbito da importação de capitais pelo Brasil. Como afirma Richard Grahan, "o emprego de capitais ingleses no Brasil foi também naturalmente interrompido pela guerra, sendo subseqüentemente substituído por capital americano. Há uma estimativa de que enquanto os investimentos bri

[20] GRAHAN, Richard. op.cit. nota. 1, p.330.

tânicos cresceram em aproximadamente US$ 252 milhões entre 1913 e 1929, os americanos empregaram US$ 426 milhões em novos investimentos. Concluímos portanto que a Walt Street substituiu a City" de Londres como principal fornecedora de capitais para o Brasil." Assim, "embora o total do capital britânico já empregado no Brasil fosse ainda ligeiramente superior ao americano até ao ano de 1930, este ganhava terreno rapidamente e logo sobrepujaria a centenária vantagem inicial gozada pelos ingleses." Como resultado desse processo, "o final melancólico da predominância britânica no Brasil foi selado definitivamente com a depressão financeira de 1930."[21]

Na realidade, esse processo de substituição do capital inglês pelo norte-americano se deu em dois níveis: no âmbito da circúlação estritamente financeira, onde se destacavam os em préstimos, particularmente os efetuados ao setor público, e no setor industrial propriamente dito, onde a penetração norte-americana foi muito intensa na década de 1920. Com efeito, até 1913 haviam ingressado no País cerca de 287 empresas britânicas e somente 68 norte americanas, num total de 390 firmas **estrangeiras (sociedades anônimas que** haviam conseguido autorização para funcionar no Brasil). Depois de 1915 e até 1928 ingressaram mais 198 empresas estrangeiras, só que desta vez seriam 105 norte-americanas e somente 55 inglesas.

As empresas norte-americanas que se instalaram no Brasil a partir da Primeira Guerra Mundial destinaram-se a diversos setores, como o financeiro e de seguros, comércio de exportação e importação, químico, máquinas e equipamentos, fumo, aço, café, automóveis, distribuição de derivados de petróleo, cinema, energia elétrica, artefatos de borracha (pneumáticos), alimentos, transporte aéreo, etc. Assim, entre as mais de cem firmas americanas que receberam autorização para funcionar no País, podem ser citadas o The National City Bank of New York, que penetrou no Brasil em 1915, a The American Chemical Works Inc. (1917); International Machinery Co. (1917); United States Rubber Export Co. Ltd.

[21] GRAHAN, Richard. op.cit. nota 1, p.330/331.

(1917); Brazilian Tobacco Corporation (1917); American Steel Export Company's Brazilian Corporation (1918); American International Steel Corporation (1918); SS. White Dental Manufacturing Co. of Brazil (1919); American Coffee Corporation (1920); Ford Motor Co. (1920); The Sydney Ross Co. (1920); Bethlehem Steel Company of Brazil (1920); Davis & Co. Ltd. of Brazil Inc. (1921); Atlantic Refining Company of Brazil (1922); Firestone Tire and Rubber Co. (1923); Universal Pictures Corporation (1923); American Steamship Agencies Co. Inc. (1923); Great American Insurance Co. (1924); Armour of Brazil Corporation (1924); Parke Davis & Co. (1924); International Business Machines Co. of Delaware (1924); International Harvester Export Co. (1926); Metro Goldwyn Mayer do Brasil (1926); Ingersoll-Rand Co. of Brazil (1926); Companhia Brasileira de Força Elétrica (1927); Goodrich Rubber Company of Brazil Inc. (1928); General Tire & Rubber Co. of Brazil (1929); S/A Refinações de Milho Brazil (1929); Western Eletric Company of Brazil (1929); First National Pictures of Brazil Inc. (1929); Companhia Burroughs do Brasil Inc. (1929); e Pan American Wirways Inc. (1929). Segundo Heitor Ferreira Lima, a finalidade da abertura de filiais dessas companhias americanas no Brasil era de "assegurar o nosso mercado para tais produtos, ou aproveitar determinadas facilidades alfandegárias, ou mão-de-obra mais barata que o nosso país proporcionava, ou ainda beneficiar-se de vantagens de transportes, dividindo assim o processo de produção em duas partes: uma, a da fabricação de peças ou componentes nas matrizes, e outra, a sua montagem aqui."[22] No mesmo sentido argumenta Caio Prado Junior, demonstrando o mecanismo de acordo com o qual as empresas estrangeira, particularmente as norte-americanas, ingressaram no Brasil na década de 1920: "na indústria manufatureira as inversões de capital estrangeiro resultam geralmente da luta das grandes empresas pela conquista dos mercados. Para penetrarem no Brasil com seus produtos, começam instalando agências comerciais. Depois, para contornarem o obstáculo das tarifas alfandegárias, dos transportes, para se aproveitarem da mão-de-obra barata ou para se adaptarem melhor às peculiaridades do mercado brasileiro, transfe-

[22] LIMA, Heitor Ferreira. op.cit. nota 1, p.343.

rem para o país, na medida do possível e das suas conveniências próprias, parte e às vezes mesmo todo o processo de produção, estabelecendo nele indústrias subsidiárias."[23]

Outra mudança que se verificaria no pós-guerra seria o progressivo abandono, pelo capital internacional, dos setores vinculados à prestação de serviços públicos e de transportes. Isto porque o período de conflito assistiu a um grande avanço da produção industrial interna, dando nova força à burguesia brasileira. "Depois da Guerra, as concessões no Brasil deixam cada vez mais de serem lucrativas, basicamente porque os interesses da nova burguesia industrial em ascenção requeriam serviços chamados de "infra-estrutura" - transporte, energia, comunicações etc. - baratos. Para favorecer a industrialização do país era indispensável conter as tarifas ferroviárias, de energia elétrica, telefônicas etc., o que evidentemente não era compatível com a exploração em bases capitalistas privadas destes serviços, a maior parte dos quais acabou sendo estatizada, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial."[24] Aliás, seria essa uma das razões do desmoronamento do formidável império de Percival Farquhar, o grande capitalista que encarnou, de forma magistral, uma das fases mais marcantes da penetração e domínio do capital monopolista internacional sobre a economia brasileira. Farquhar construiu um grande império de empresas interligadas a partir de empréstimos sucessivos, que lhe **permitiram adquirir firma após firma,** principalmente no setor de transportes e serviços públicos. Contudo, depois de atuar quase dez anos no Brasil (sua primeira ação no País foi a incorporação da Rio de Janeiro Light & Power Co., em 1904), seu complexo de empresas começou a **desmoronar** a partir de 1912. A crise de 1913/14 terminou por arruiná-lo, demonstrando, simultaneamente, que o tipo de domínio financeiro estabelecido pelo seu complexo, a partir de recursos tomados de empréstimo, e assentado nos serviços públicos e companhias de transporte, estava condena-

---

[23] PRADO JÚNIOR, Caio. op.cit. nota 1, p.274.

[24] SINGER, Paul. op.cit. nota 1, p.387.

do. Seu fracasso representou assim um marco dentro da história do domínio monopolista sobre a economia brasileira, pois, a partir da década de 1920, a entrada das filiais norte-americanas no País iria iniciar outro capítulo desta história. Na verdade, como já se salientou antes, essas empresas chegaram vinculadas a outros setores que não os de infra-estrutura. Neste sentido, sua ação se desenvolveu em alguns dos setores que futuramente significariam os segmentos dinâmicos da industrialização brasileira, como os vinculados ao transporte rodoviário (montadoras de automóveis, distribuidoras de derivados de petróleo e companhias de fabricação de penumáticos). Além disso, sua penetração ocorreria por etapas, sendo que nas primeiras essas filiais nada mais representavam do que simples representações comerciais de suas matrizes, procurando reservar parcela do mercado nacional contra a concorrência de outras grandes empresas internacionais.

Aliás, a rigor, em que pese o grande volume de capital internacional investido no Brasil durante a década de 1920, as bases do domínio estrangeiro da economia brasileira, apesar de solidamente estabelecidas, tinham sofrido um grande abalo, provocado pela Iº Guerra Mundial. Com efeito, este conflito, além de mudar a órbita da economia brasileira, que se encontrava sob o domínio financeiro de Londres, para o de Nova York, abriu largas brechas da dominação internacional do mercado brasileiro, principalmente no que diz respeito ao abastecimento de seu mercado interno de artigos manufaturados, o que passou a ser feito em grande medida pela indústria nacional. Além disso, a Guerra abalou a confiança das classes dominantes brasileiras a respeito da conveniência da manutenção da anterior divisão internacional do trabalho, ao mesmo tempo que fortaleceu objetivamente a burguesia industrial emergente e as "classes médias" urbanas, sem compromissos com o "modelo exportador-importador" e com a dependência financeira do País. Bastaria, pois, a eclosão da crise de 1929 para que a dominação do capital financeiro internacional sobre a economia brasileira se atenuasse significativamente, embora tivesse conservado suas bases, agora representadas pelas companhias indus

triais estrangeiras que mantinham filiais em território brasileiro. A partir dessas bases é que depois da Segunda Guerra Mundial o capital internacional voltaria a lutar por um controle mais adequado do desenvolvimento econômico do País, o que somente seria conseguido a partir de 1964.

Em síntese, a passagem da economia brasileira do escravismo ao modo de produção capitalista ocorreu num momento em que o capitalismo transitava de seu estágio concorrencial para o monopolista. A jovem República, cujo advento se deu quase que na mesma data da Abolição da escravatura, herdou, então, o domínio do capital britânico sobre o seu setor comercial e financeiro e sobre as suas finanças públicas, dependentes dos empréstimos externos. Com o desenvolvimento das forças produtivas do País, liberadas péla transformação das relações de produção, e com o avanço do capitalismo dos países centrais rumo ao capitalismo monopolista, aumentou a penetração do capital estrangeiro no Brasil ao mesmo tempo em que mudava o seu caráter. Com efeito, as empresas estrangeiras, se numa primeira etapa restringiram a sua ação à esfera da circulação (comércio e sistema financeiro) e ao complexo exportador - importador (que, além do comércio e do sistema financeiro incluía o sistema de transportes, ou seja, as ferrovias, o transporte marítmo e os portos) pouco a pouco foram-se enfrenhando no âmbito dos serviços públicos (fornecimento de gás, comunicações, energia elétrica, transportes urbanos e obras públicas) para finalmente atingir o setor industrial, inicialmente à agroindústria açucareira e a mineração aurífera, e, depois, a indústria de transformação propriamente dita. A primeira etapa deste movimento encerrou-se com a Primeira Guerra Mundial, que marca o término da hegemonia inglesa na dominação financeira do Brasil e o início da dominação norte-americana, além de representar o ponto de inflexão nos investimentos estrangeiros no País, que foram abandonando a esfera dos serviços públicos e **dos transportes** em busca de outros campos de atuação. Teve lugar então a penetração em força das empresas americanas do mercado brasileiro, através de suas filiais, que, inicialmente, apenas construíam verdadeiras casas de representação comercial de suas matrizes, mas que, fi

nalmente, terminavam por se engajar na produção propriamente dita dos **produtos** que representavam. Contudo, as brechas no domínio do capital externo sobre a economia brasileira abertas pela Guerra foram por demais profundas, ensejando o desenvolvimento de um parque industrial industrial relativamente independente que, a partir da crise de 1929, conseguiria impor-se sobre a política econômica, que deixaria de representar os interesses da comunidade financeira internacional durante um largo período de tempo, favorecendo o prosseguimento do processo de industrialização do País. No entanto, as bases do capital internacional já estavam então lançadas no Brasil e tão logo a correlação de forças se alterasse mais uma vez, a sua influência determinante se faria novamente sentir. De qualquer modo, porém, a evolução econômica posterior do Brasil carregaria sempre consigo este estigma, a saber: "a burguesia brasileira é uma burguesia da etapa imperialista do capitalismo."[25]

---

[25] SODRÉ, Nelson Werneck, op. cit. nota 1, p.155.

3.6. Singularidade do desenvolvimento agrícola na etapa inicial de expansão do capitalismo no Brasil.

O resultado a que se chega depois de percorrer a trajetória do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira até 1930 considerando suas profundas implicações em relação à expansão do sistema de transportes, à desenvolução do comércio e do sistema financeiro, à evolução das funções do aparelho de Estado e de sua base tributária, e ao início da industrialização do País, é que o desabrochar do capitalismo no Brasil, a partir da instalação do trabalho assalariado e do advento da República, constitui-se num processo singular, que, embora revele a universalidade do processo de desenvolvimento do capitalismo, possui particularidades próprias que o distinguem da experiência dos países capitalistas avançados. Deste modo, o desenvolvimento do capitalismo no campo, no caso brasileiro no período imediatamente subsequente à sua sua implantação no País, constituiu-se no resultado de um movimento dialético, onde a universalidade do desenvolvimento capitalista, mediado pelas particularidades próprias do padrão de desenvolução de tipo latifundiário, numa etapa onde o capitalismo mundial, já tendo atingido sua fase monopolista, submete o Brasil em sua rede de domínio financeiro, aparece na singularidade da experiência brasileira, que passa a refletir, de forma concreta, as contradições dessa universalidade particularizada.

Com efeito, a universalidade da lógica de expansão do capitalismo se revela no Brasil, no período considerado, através de um processo que, em linhas gerais, significava a generalização da produção mercantil, com o aprofundamento da divisão social do trabalho; o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, com a liberação das imposições extra econômicas e a concentração dos meios de produção e de subsistência; a expansão das forças produtivas, com o surgimento da cooperação capitalista, a divisão técnica e mecanização do trabalho; a separação da indústria da agricultura e a expansão da grande indústria urbana, com

a liquidação do artesanato independente e da indústria doméstica rural; a desagregação da pequena produção camponesa e a transformação da grande exploração latifundiária; a especialização de certas regiões em determinados produtos agrícolas; a cisão da renda fundiária pré-capitalista em lucro e renda capitalista; a transformação das formas pré-capitalistas de exploração da terra, e florescimento da grande exploração capitalista; e a industrialização progressiva da agricultura, com sua transformação em ramo específico da aplicação de capital. Com este processo, tinha início o "declínio secular do setor agrícola", com a migração campo-cidade e o crescimento da população urbana às expensas da rural, ao mesmo tempo em que se revolucionavam completamente as relações de produção e as forças produtivas, refundindo a estrutura produtiva pré-existente.

No entanto, essa presença universal se manifestava mediada pela dominância da grande exploração latifundiária, que se transformava em grande exploração capitalista, com a substituição da escravidão pela parceria e pelo trabalho assalariado, com a predominância da primeira. Na verdade, como se viu, a implantação do capitalismo no meio rural pode se dar através da expansão da pequena exploração camponesa, do tipo farmer, em processo de capitalização, ou através da lenta transformação da grande exploração latifundiária pré-capitalista, com a reforma das relações de produção e lenta difusão do progresso técnico.

No primeiro caso, o resultado dessa "via" de desenvolvimento agrícola é um processo extraordinariamente dinâmico, calcado na livre ocupação do solo por pequenos produtores ou pela sua apropriação revolucionária, com a supressão da grande propriedade e seu parcelamento em pequenas fazendas. Com essa base, o desenvolvimento agrícola propiciado pela expansão das pequenas unidades agrícolas gera um extraordinário impulso à expansão industrial, com os salários situando-se num nível elevado, o progresso técnico ocorrendo com extrema rapidez e o mercado interno ganhando rapidamente a condução do processo. O corolário desse processo é a democracia burguesa, cuja base econômica é a pequena propriedade agrícola.

No segundo caso, o desenvolvimento capitalista ocorre encabeçado pela grande economia latifundiária, que paulatinamente se torna cada vez mais capitalista, substituindo os métodos pré-capitalistas de exploração pelos burgueses. O progresso técnico é lento e baixos os níveis salariais, e as relações com o exterior refletem este perfil: exportação de produtos agrícolas e de matérias primas, importação de produtos industriais e de capitais. A grande indústria penetra no meio urbano, coexistindo com uma estrutura agrária atrasada, sob o domínio dos grandes latifundiários, e com formas arcaicas de produção industrial. A nível político a conseqüência deste padrão de desenvolvimento é uma estrutura autoritária, assentada no poder dos notáveis rurais.

Na singularidade do desenvolvimento agrícola do Brasil antes de 1930 se revela, de forma incontestável, o domínio latifundiário, de modo que antes de se processar através de um revolução, a expansão burguesa no País se deu pelos caminhos de reforma das relações de produção. Daí a via lenta e penosa que o capitalismo teria de trilhar no Brasil, dentro da qual as mazelas próprias deste modo de produção se somariam àquelas oriundas do escravismo pregresso. Mas mesmo assim haveriam outras particularidades do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, dentre as quais se destaca, pelo seu caráter determinante, a dominação do grande capital internacional sobre sua economia, contribuindo para exaurir as suas fontes de expansão.

De fato, como foi demonstrado, o Brasil conheceu, a partir da abolição do tráfico negreiro em 1850, uma verdadeira revolução agrícola, que culminaria com o desencadeamento do processo de industrialização. Essa revolução conheceria duas fases. Na primeira, que vai da supressão do tráfico em 1850 à liquidação definitiva da escravatura em 1888, significou um período em que a contínua expansão das forças produtivas entrava em choque com as relações escravistas de produção, criando uma tensão tal que solaparia, pouco a pouco, as bases do escravismo. Na segunda, as novas relações de produção liberaram o desenvolvimento das forças

produtivas, que se expandiram vigorosamente, embora conhecessem inúmeros obstáculos nessa trajetória ascensional.

O ponto de partida dessa "revolução" foi uma economia alicerçada no domínio da grande exploração latifundiária, de bases escravistas, onde o nível de desenvolvimento das forças produtivas era extremamente baixo. Na verdade, como ficou claro anteriormente, o Brasil, em meados do século passado, apesar de haver superado seu estatuto colonial, ainda se encontrava numa situação de completa dependência comercial e financeira em relação à Inglaterra, a principal potência capitalita da época. Essa situação era respaldada, internamente, por um tipo de economia que conservava, em essência, os principais traços da antiga economia colonial. Ou seja: economia agrícola, organizada em grandes propriedades escravistas, de tipo plantation, voltada para a exportação de alimentos e matérias primas industriais, importadora de bens manufaturados e inteiramente dependente, em termos comerciais e financeiros, da Inglaterra. Os métodos de produção eram extremamente arcaicos, compatíveis com o trabalho escravo; o campo dominava inteiramente as cidades, que resumiam sua razão de ser nas funções administrativas e comerciais. Enfim, uma economia dependente e prostrada, do ponto de vista de suas forças produtivas.

Em 1850, num estágio onde ainda imperavam as relações escravistas de produção no Brasil, o término do comércio internacional de escravos, num momento em que cresciam os mercados para os produtos de exportação do País, particularmente do café, lançou uma sentença de morte sobre o futuro da escravidão. A partir de então, a expansão cafeeira esbarraria com o problema da escassez de mão-de-obra, exigindo a adoção de novas soluções para a questão de seu aprovisionamento. Gerou-se então o tráfico inter-provincial de escravos, que permitia abastecer as regiões cafeeiras do País. Contudo, essa solução trazia em seu bojo a redução quantitativa da escravidão nas províncias não cafeeiras, facilitando a transição do trabalho escravo para formas mais suaves de exploração da força de trabalho nessas regiões, com o consequente

desabrochar do trabalho "livre". Por outro lado, o tráfico interno de escravos rompia a frente escravagista, com o surgimento de províncias onde as classes dominantes perdiam sua identidade com o regime da escravidão, e, paralelamente, conduzia a desaparição objetiva do trabalho escravo nos centros urbanos, com sua concentração no campo, levando ao desenvolvimento do trabalho assalariado nas cidades, com a consequente perda de prestígio do escravismo nessas localidades. Minavam-se, assim, as bases objetivas e subjetivas da escravidão no Brasil.

Paralelamente, os fazendeiros, visualizando o fim da escravidão, tentavam novas formas de organização do trabalho. Surgiram, assim, as experiências com a parceria que, embora fossem mal sucedidas em sua maior parte, deixaram plantadas as sementes de novas relações de produção, que frutificariam a seu devido tempo, quando o nível de desenvolvimento das forças produtivas atingisse um estágio mais elevado, compatível com as novas relações de produção que se ensaiavam.

Por outro lado, enquanto se processava o tráfico interprovincial, que ia corroendo os alicerces do escravismo, e se buscava, através das experiências da parceria, novas soluções positivas para o problema da mão-de-obra, iniciava-se o processo de expansão ferroviária, que propiciava, simultaneamente, novo impulso ao desenvolvimento das forças produtivas, gerando uma verdadeira revolução no sistema de transportes, reduzindo os seus custos e liberando capitais do setor, ao mesmo tempo em que o trabalho assalariado conseguia novo campo de atuação.

Ao mesmo tempo em que se desenrolavam tais acontecimentos, a própria expansão cafeeira induzia o progresso nos métodos de produção, particularmente nos processos de beneficiamento do produto, enquanto, no âmbito das outras culturas de exportação, o oxigênio injetado pelas transformações, ainda que incipientes, nas relações de produção e nas forças produtivas, como resultado do término do tráfico interprovincial de escravos e da expan

são ferroviária, também produziria efeitos, com a introdução e difusão, embora em ritmo lento, de inovações tecnológicas e de novas formas de produzir.

O desenvolvimento das forças produtivas, sob o empuxo da expansão das culturas de exportação, principalmente da cafeicultura, criava, por sua vez, novos pilares de sustentação ao aparelho de Estado que, apesar da estreiteza de sua base tributária, podia contar com uma quantidade crescente de recursos, permitindo-lhe o progressivo alargamento de suas funções. De igual modo, ampliava-se a circulação mercantil, induzindo o desenvolvimento do capital comercial, ao mesmo tempo em que se desabrochava um pequeno, porém crescente, sistema financeiro. Coroando o processo, surgiam as primeiras indústrias mecanizadas, embora em número extremamente reduzido, por força das restrições impostas pelas relações de produção.

Assim, o obstáculo representado pelo baixo nível das forças produtivas ao sucesso das novas relações de produção foi pouco a pouco sendo subvertido pela expansão ferroviária, pelo progresso nos métodos de produção das culturas de exportação, pelo desenvolvimento comercial e financeiro e pelo surgimento das primeiras unidades da grande indústria. Ao mesmo tempo, a experiência dos grandes fazendeiros paulistas com o regime de parceria, muito embora levasse muitos à regressão ao trabalho escravo, dado o insucesso quase generalizado das tentativas, permitira a gestação dos regimes do salariato e do colonato, ainda que em caráter embrionário. Simultaneamente, nas regiões não cafeeiras a escassez de escravos, provocada pelo tráfico interprovincial, induzia ao estabelecimento da "troca de serviços", ou seja, de outras formas de parceria. Criavam-se, assim, ainda que lentamente, novas bases para a ulterior transformação radical das relações de produção, e a implantação do capitalismo.

Chegou um ponto em que a expansão das forças produtivas e o próprio desabrochar de novas relações de produção não-escravistas deram condições ao nascimento de uma corrente de imi

grantes estrangeiros, que passaram a demandar o Brasil em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Com isso, estava encontrada uma solução objetiva positiva ao problema de escassez de força de trabalho criada pela supressão do tráfico negreiro em 1850. Criaram-se pois as condições materiais objetivas para que o movimento subjetivo contra o escravismo, representado pelo abolicionismo, pudesse ser bem sucedido. E este o seria a partir do momento em que os abolicionistas mais radicais se imiscuíssem no seio das próprias sensalas, conclamando os escravos à rebeldia. A tensão causada então pelas fugas e revoltas dos escravos em choque com a reação escravagista finalmente encontrou sua solução, a partir da passagem dos fazendeiros paulistas para o lado do abolicionismo, desembocando finalmente na Abolição do trabalho escravo, em 1888, encerrando com o escravismo como base de sustentação da economia brasileira e inaugurando o período de domínio do capitalismo.

Esse processo dialético provocado pelo choque entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção estabelecidas, que desaguaria na reforma das últimas, com advento do trabalho assalariado e da parceria do Brasil, foi inteiramente dominado pela grande exploração latifundiária, ciosa de suas prerrogativas existentes na fase escravista. Com efeito, foram os grandes fazendeiros que conduziram o processo de substituição da força de trabalho escrava pelos parceiros e trabalhadores assalariados, sem que se questionasse a grande propriedade. Assim, a expansão da agricultura de exportação após 1850 significou a reprodução ampliada da grande exploração latifundiária, que expandia-se expulsando os pequenos produtores intrusos e incorporando novas terras, garantindo o virtual monopólio da propriedade do solo. Deste modo, embora as relações de produção fossem sendo substituídas, no sentido do capitalismo, a grande propriedade pré-capitalista foi transformando-se lentamente em economia capitalista, baseada no trabalho assalariado e na parceria, sem perder o seu caráter latifundiário.

Na verdade, durante o período de transição ao trabalho assalariado, o Brasil conheceria dois processos bem distintos de evolução agrícola: de um lado, a formação, em áreas restritas (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo), de uma dinâmica economia camponesa, assentada no trabalho familiar; de outro, a transformação, lenta mas sistemática, da grande exploração pré-capitalista em grande economia capitalista, de bases latifundiárias. Mesmo no seio do último processo ocorriam diferenças marcantes, com o surgimento de fazendas baseadas em formas determinadas de trabalho assalariado, como no caso dos estabelecimentos do Oeste Paulista que adotavam o regime do colonato e do salariato,e de explorações alicerçadas na "troca de serviços", como as fazendas de criação de gado e os grandes estabelecimentos que utilizavam o trabalho de agregados, parceiros e de pequenos arrendatários. Evidentemente, tanto em termos econômicos como políticos a hegemonia pertencia, indiscutivelmente, ao processo de transformação das grandes propriedades em grandes explorações capitalistas, com o domínio amplo e irrestrito dos fazendeiros sobre a economia e a vida política do País durante todo o IIº Reinado.

A segunda fase dessa "revolução agrícola" do Brasil se iniciou com a abolição do trabalho escravo e o advento da República, ocorridos no período 1888-1889. Com esses acontecimentos, romperam-se as amarras que inibiam o desenvolvimento das forças produtivas, que, a partir de então, puderam expandir-se com mais vigor.

Deste modo, em primeiro lugar, compôs-se novo tecido de relações de produção, apresentando, por sinal, grande diversidade. Assim, a lavoura cafeeira do Oeste Paulista comportaria as relações de produção mais avançadas, onde o trabalho assalariado se conjugaria com o colonato, regime que representa um compromisso entre a economia camponesa e o trabalho assalariado, garantindo a rentabilidade ao fazendeiro do café e condições de vida relativamente favoráveis ao colono e sua família. Por outro lado, no Vale do Paraíba as relações dominantes seriam a parceria, forma

mais rudimentar de exploração do trabalho, que implicava em precárias condições de vida e baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Na verdade, essa forma seria dominante no Nordeste brasileiro, conjuntamente com o sistema do "cambão", o pequeno arrendamento, a "quarteação"- no caso da pecuária -, e de outros modos de existir da "economia da troca de serviços". Neste caso, o atraso das relações de produção se fazia por demais evidente, de tal modo que o trabalho assalariado se misturava com a "troca de serviços", em formas híbridas que denunciavam a sua origem pré-capitalista. Seja como for, na base desta constelação de relações de produção estava a grande propriedade latifundiária, que era responsável por altas taxas de renda da terra e baixos salários, além da grande sujeição da massa camponesa ao arbítrio dos fazendeiros. No Norte, região da borracha, já dominava a exploração pelo capital comercial, através do sistema do "aviamento", que também implicava em taxas de exploração muito elevadas, reduzindo os produtores diretos a uma situação de extrema degradação física e moral, que redundava, em geral, num verdadeiro estado de escravidão. Em contraposição, no Extremo Sul viscejava uma próspera economia camponesa que, apesar do descaso da política oficial e do pequeno fluxo de imigrantes para a área, pôde se expandir com certo vigor, com base na pequena propriedade do solo.

Este novo tecido social favoreceu então o movimento de imigração estrangeira que buscava o Brasil, dando ensejo a que esse atingisse seu ponto de auge, com a entrada, no País, de cerca de 1,2 milhões de pessoas entre 1886 e 1896. Depois desse período, a entrada de imigrantes estrangeiros no País arrefeceu sensivelmente, como resultado da crise cafeeira, ambora até o término da República Velha ainda ingressassem no Brasil contingentes significativos.

A completa revolução das relações de produção, com o desabrochar do trabalho assalariado, e desenvolvimento da parceria, do pequeno arrendamento e das outras formas de "troca de serviços", e a evolução da pequena economia camponesa, proporcionaram os fundamentos para a ulterior expansão econômica do Brasil.

Criou-se, como conseqüência da imigração estrangeira, um amplo mercado de trabalho no Sudeste do País, enquanto que no Nordeste pôde expandir-se pouco a pouco o regime assalariado. Na Região Sul, a base já estabelecida pelas colônias de imigrantes deu condições para o desenvolvimento de uma dinâmica economia camponesa, em acelerado processo de capitalização. Finalmente, no Norte, o aviamento permitiria a expansão do extrativismo vegetal. Assim, contando com terras abundantes - embora inacessíveis à massa trabalhadora - e com alguns capitais acumulados na fase pré-capitalista, a agricultura mercantil pôde expandir-se, principalmente a de produtos de exportação, acicatada pelo aumento da demanda externa.

Mas as novas condições da economia brasileira criadas pela superação do escravismo não se fizeram sentir apenas no seu "setor exportador", mas também no "setor de subsistência" e no "setor de mercado interno", dando novo fôlego à sua expansão. Na verdade, parte importante das "lavouras de exportação" do período imperial consolidou-se como "lavouras de mercado interno" no desdobrar-se da República Velha. Foi o caso da agroindústria açucareira e da cultura algodoeira, que passaram a abastecer, primordialmente, o mercado interno, dado a perda de seu poder de concorrência no mercado externo. No caso específico do extrativismo gomífero amazonense, esta atividade entrou em colpaso depois de 1912, regredindo a níveis medíocres de produção, sem perder, contudo, sua ligação com o mercado internacional. Quanto à pecuária bovina, acentuou-se também a importância do mercado interior na absorção da produção setorial, apesar do aumento das exportações de couros e peles durante a primeira fase republicana e do "boom" temporário de colocação de carnes no mercado mundial, em decorrência da I^{a} Guerra. Os outros produtos agrícolas de exportação (particularmente o cacau, o fumo e o mate) conservaram uma pequena porcentagem do total das exportações do País, apesar do acréscimo de suas vendas totais. Somente o café manteve-se como grande produto de exportação, pois a produção cresceu acima da demanda interna no período da República Velha, ampliando, de forma significativa, o quantum destinado ao exterior.

Excetuando-se as atividades que passaram do "setor externo" para o "interno" no decorrer da Primeira República, as principais regiões produtoras de meios de subsistência no início do período republicano, ou que se desenvolveram como tais durante o seu desenrolar, foram o Extremo Sul, particularmente a região montanhosa do Rio Grande do Sul; o Estado de São Paulo, que se tornou além de grande produtor de café, em importante fornecedor de alimentos; o Estado de Minas Gerais, tradicional fornecedor de meios de subsistência principalmente do Rio de Janeiro, e o interior nordestino, onde, de longa data, havia-se assentado a pequena produção alimentar, ao lado ou de forma conjugada com a criação de gado bovino e com as culturas mercantis. Na realidade, a "agricultura de subsistência" disseminava-se por todo o País, exceto nas áreas altamente especializadas, como na região cafeeira de São Paulo (nas últimas décadas do século XIX), na Zona da Mata nordestina, onde se concentrava a produção açucareira, na área cacaueira da Bahia e na zona gomífera da Amazônia. Contudo, seus excedentes não eram suficientes para caracterizar uma "agricultura de mercado interno", a não ser em regiões restritas. No próprio sertão nordestino não se fazia presente um "setor de mercado interno" suficientemente forte para abastecer outras áreas do País, fora da Zona da Mata da Região.

A expansão dessa agricultura diversificada, tanto em termos setoriais quanto espaciais, se constituiria no fundamento do desenvolvimento capitalista do Brasil, principalmente da desenvolução do seu processo de industrialização. Com efeito, a agricultura de cada uma das diferentes regiões brasileiras funcionou como um hinterland para alguns poucos centros urbanos, que se industrializaram contando com essa base. Assim, no caso do Extremo Sul do País, deixando-se de lado suas diferenças internas, a economia regional experimentou grande dinamismo, oriundo de um processo de desenvolvimento calcado na pequena produção familiar, a partir da colonização estrangeira. Na realidade, este processo conseguiu-se afirmar apenas de forma parcial nos Estados do Sul do País, uma vez que, durante todo o período republicano a imigração estrangeira para São Paulo foi sempre muito maior do que a endereçada a aquelas unidades da Federação (Rio Grande do

Sul, Santa Catarina e Paranã). Mesmo durante o Império, apesar de todo o empenho do Governo Imperial e das administrações provinciais de encaminhar um grande número de imigrantes estrangeiros para o Sul do Brasil, ainda assim a entrada de imigrantes para São Paulo foi muito maior. A grande diferença entre o número de imigrantes estrangeiros entrados em São Paulo e no Extremo Sul se explica pela política imigratória do País, que preferia trabalhadores assalariados para a grande lavoura de exportação em lugar de colonos que viessem ocupar o solo pela pequena propriedade, e pelas condições favoráveis criadas pela expansão cafeeira, que tornaram possível pagar salários satisfatórios e adotar um regime de uso do solo que favorecia o colono imigrante, garantindo-lhe o acesso à produção de alimentos. Por outro lado, graças aos recursos gerados pelo café, São Paulo pôde investir vultosas somas no subsídio à imigração estrangeira, o que assegurou, de antemão, um grande número de entradas de imigrantes, ao contrário do que ocorria no Sul, onde as administrações não contavam com recursos financeiros suficientes. Neste caso, a grande maioria de imigrantes era de espontâneos, que podiam arcar com os custos do deslocamento para o Brasil e se manter, enquanto não organizavam convenientemente suas explorações.

A menor capacidade sulina de atração de imigrantes tolheu a desenvolução da pequena agricultura camponesa, assentada no trabalho familiar, que servia como suporte ao crescimento agrícola regional. A lógica deste processo de desenvolvimento era a seguinte: a chegada de imigrantes permitia a expansão da fronteira agrícola a partir de seus centros de irradiação - os núcleos coloniais. Cedo, depois do desmatamento, desdobrava-se uma agricultura alimentar, conjugada com a criação de pequenos animais, como aves e suínos. Inicialmente, as explorações camponesas eram deficitárias, exigindo investimentos líquidos por parte dos colonos e subsídios governamentais, no caso das colônias mantidas pelo poder público. O fundamento de toda a exploração era o trabalho familiar, apesar do uso do trabalho assalariado de forma esporádica. O acesso à terra, em regiões onde o clima e o solo eram extremamente favoráveis à agricultura, garantia o sucesso do em

preendimento, e a produção alimentar se expandia rapidamente, com o surgimento de excedentes comercializáveis. A existência de excedentes tornava possível aos camponeses comercializar com as cidades da região ou mesmo vender seus produtos aos comerciantes que cuidavam de sua distribuição ao mercado nacional. Isto significava a geração dos primeiros laços entre o campo e a cidade, favorecendo o aparecimento do artesanato urbano independente. O desenvolvimento dos núcleos urbanos via-se favorecido, pois, pela ampliação do comércio, necessário ao abastecimento da zona colonial e à canalização dos seus excedentes alimentares, e pelo impulso ao artesanato independente. Neste caso, a experiência dos imigrantes europeus favorecia o desenlace do processo, pois muitos chegavam ao Brasil com experiência nas indústrias e manufaturas da Europa. Mas simultaneamente, gestava-se a indústria doméstica rural, com o beneficiamento imediato dos produtos agrícolas, a produção de farinhas,da derivados da pequena pecuária, de doces e conservas. O adensamento da população camponesa, resultante da chegada de imigrantes, atraídos pela possibilidade de acesso à propriedade do solo, fazia com que os excedentes agrícolas e as necessidades de produtos industriais da região colonial tomassem vulto rapidamente. Surgia então a possibilidade do estabelecimento de oficinas artesanais na própria zona rural, ou nos núcleos urbanos adjacentes. Esta possibilidade, no entanto, nem sempre podia se realizar, pois a penetração de produtos industriais importados, provenientes da grande indústria européia, inibia a evolução do artesanato local. Mesmo assim, muitas oficinas se abriam. Com a consolidação dos estabelecimentos agropecuários dos pequenos produtores, estes iam aprofundando o seu caráter mercantil, aumentando o excedente comercializável. Com isso, crescia o mercado de produtos industriais, e ampliavam-se as relações campo-cidade. Logo, estavam postas as condições para o estabelecimento das primeiras unidades da grande indústria urbana, que podia atuar fornecendo produtos industriais para a zona colonial, substituindo as importações forâneas. Também a indústria de beneficiamento e processamento de produtos agrícolas encontrava condições favoráveis ao seu florescimento, substituindo a indústria doméstica rural. O início da industrialização urbana ampliava os mercados pa-

ra a produção camponesa,retirando-a da dependência exclusiva dos mercados longínquos. O prosseguimento deste processo de industrialização dependia, assim, do poderio do impulso da expansão da agricultura camponesa, o qual, na situação particular do Extremo Sul do País, estava na dependência da política nacional, da correlação de forças entre as classes sociais interessadas na exploração do solo, no sucesso da cafeicultura paulista, etc.

Mas muito cedo o processo de desenvolvimento da pequena produção camponesa encontrou seus limites, no caso do Brasil Meridional. Com efeito, como se viu, o afluxo de imigrantes foi sempre menor do que o que se dirigiu a outras regiões do País, o que implicou numa redução do combustível de sustentação de todo o processo. Em segundo lugar, a produção agrícola sulina teve de enfrentar, logo no seu início, a concorrência das importações de alimentos e da produção de outras regiões do País, no que diz respeito ao fornecimento dos mercados nacionais. Em terceiro lugar, também a indústria regional teve de arrostar a concorrência da sua congênere brasileira, que se estava instalando no restante do território nacional. Na verdade, esta última causa do atrofiamento parcial do impulso industrializante da Região Sul é, por sua vez, conseqüência da própria limitação da entrada de imigrantes na área. De fato, na medida em que a expansão da fronteira agrícola resultante do processo de colonização estrangeira esbarrava no reduzido número de imigrantes, comprometia-se a expansão do mercado rural que servia de sustentação à instalação da indústria leve regional. Esta tinha, pois, de procurar outros mercados sendo obrigada, deste modo, a enfrentar a concorrência da indústria nacional nos mercados extra-regionais. A insuficiência, pois, do desenvolvimento da pequena produção camponesa estiolava parcialmente a industrialização regional, seu corolário necessário. Essa ausência de força do impulso industrializante sulino - que é a merca registrada da formação industrial da Região, em seus primeiros estágios - seria, depois, fatal, pois, quando a grande indústria urbana se instalou em São Paulo,e o desenvolvimento do sistema de transportes permitiu a integração do mercado nacional, a força deste próprio impulso deixou de agir sobre a indústria regional, passando a contribuir para o próprio do parque

industrial paulista, transformado em polarizador - pelo menos parcial - da economia regional. Assim, depois de 1900 o ritmo de crescimento populacional da Região Sul debilitou-se, em parte como resultado da redução da entrada de imigrantes. A redução do ritmo de crescimento populacional implicou numa diminuição da velocidade da expansão da fronteira agrícola e do crescimento da pequena economia camponesa, debilitando o surto industrial que se iniciara no Século XIX. A indústria sulina perdeu, então, lugar no contexto nacional, não conseguindo acompanhar o ritmo do desenvolvimento do setor industrial de São Paulo.

No caso de Minas Gerais, a economia agrícola estadual inseriu-se, depois do advento do capitalismo, num processo de desenvolvimento singular, que implicava num dinamismo reduzido, incapaz de sustentar a força de trabalho rural, ansiosa por melhorar suas condições de vida e trabalho. De fato, ao desabrochar a República, o setor agropecuário estadual encontrava-se relativamente constituído, estruturando-se em torno da grande propriedade latifundiária, alicerçada na parceria e noutras formas de "troca de serviços". O colonato difundira-se muito pouco, de modo que pesava sobre os trabalhadores rurais relações de produção que implicavam em grande sujeição para com os fazendeiros. Mas além das grandes propriedades, existia grande número de pequenos produtores rurais, formando uma espécie de campesinato, que confundia-se com os agregados e parceiros que, embora trabalhassem diretamente para os proprietários, também tinham acesso à terra, pagando-o na forma de "serviços" ou mesmo com parte de sua produção. Mas diferentemente do que ocorria nos Estados do Sul do País, essa "classe média rural" encontrava-se prensada pelos grandes fazendeiros que, além de deterem o grosso do fundo de terras de Minas, ainda controlavam a política estadual. Como conseqüência da concentração fundiária, que criava uma "escassez" artificial de terras, das formas assumidas pelas relações de produção, e do domínio político dos grandes fazendeiros, não somente os salários agrícolas viam-se reduzidos, mas a propriedade camponesa encontrava-se tolhida em sua dinâmica expansiva. Assim, o desenvolvimento agrícola mineiro passou a obedecer à uma dinâmica completamente

diferente da prevalecente no Sul do País.

Com a Abolição, criaram-se em Minas condições mais favoráveis à expansão das forças produtivas. As grandes fazendas substituíram os escravos por parceiros e camaradas, com o que elevou-se notavelmente o nível de vida da classe trabalhadora. Os métodos da produção agrícola puderam ser alterados, acelerando-se o progresso técnico e aumentando a produtividade do trabalho. A produção alimentar pôde expandir-se mais livremente, uma vez que tornara-se uma das condições da manutenção da mão-de-obra nas fazendas. Contudo, embora atenuada, manteve-se a sujeição da força de trabalho à dominação dos latifundiários. Também a pequena produção independente viu-se tolhida, como se afirmou anteriormente, pela ação da grande propriedade. Como resultado, conservaram-se baixos os salários agrícolas e a qualidade de vida da população rural. O progresso técnico, embora se efetuasse a um ritmo incomparavelmente mais rápido do que no período escravista, mesmo assim experimentava grande lentidão. O baixo poder aquisitivo da imensa maioria da população do campo e o retardamento da modernização dos trabalhos agrários restringia a especialização produtiva dos estabelecimentos agropecuários e tolhia a expansão do mercado rural de produtos industriais, o que debilitava os liames entre o campo e a cidade e inibia a industrialização. A indústria doméstica e o artesanato rural ganhavam, pois, grande significado, fazendo com que o campo resistisse mais firmemente à penetração dos produtos da grande indústria urbana. Sofrendo a pressão das grandes propriedades e incapazes de se expandirem, as pequenas explorações entraram num processo de autêntica fragmentação e diferenciação, dentro do qual, embora um pequeno número de pequenos estabelecimentos trilhasse os caminhos da capitalização, a grande maioria ia debilitando-se, forçando seus proprietários à proletarização. Desta forma, a "classe média rural" iniciava seu processo de desagregação, no seio do qual os aspectos negativos preponderavam sobre os positivos. Essa diferenciação do campesinato aliada à permanência de baixos salários e péssimas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais terminaram por gerar um movimento de migração em direção às outras regiões do País, onde o acesso à terra ou a remuneração da mão-de-obra fossem mais favoráveis.

Este padrão de desenvolvimento agrícola, dominado pela lenta modernização da grande propriedade, refletiu-se na industrialização do Estado. De fato, tendo como fundamento a presença de um mercado interno relativamente grande, devido ao peso da população estadual, e à existência de um patamar mínimo alcançado pela divisão social do trabalho e pela produção mercantil, a grande indústria mecanizada começou a se instalar ainda na fase escravista, embora o processo só tenha se acelerado depois da Abolição. Mas desde cedo se pôde observar que seu caráter refletia de muito perto as características de meio econômico onde se instalara: a dispersão espacial, a dimensão reduzida dos estabelecimentos e o pêso dos ramos de bebidas e alimentos e artefatos de couro. Mesmo a dominância da indústria têxtil era uma conseqüência da destinação rural da produção industrial mineira. Neste caso, a grande indústria urbana veio ocupar o espaço deixado pelo artesanato rural, desestruturado pela concorrência dos tecidos importados. É claro que este perfil seria alterado posteriormente, com o desenvolvimento da moderna siderurgia, resultado do aproveitamento das ricas jazidas de minério de ferro do Estado e de sua abundância de florestas. Contudo, isso já seria outra história.

No caso de São Paulo, a sua ascenção industrial entre 1881 e 1920 aparece como um produto da revolução agrícola patrocinada pelo café. Assim, a expansão cafeeira, ao chocar-se com os estreitos limites do escravismo, fêz com que essa última instituição estalasse, abrindo as portas para o trabalho assalariado. Com o novo regime do colonato, São Paulo tornou-se capaz de atrair grandes massas de imigrantes estrangeiros, que permitiram o notável ciclo expansivo da cafeicultura durante os primeiros anos da República. A onda de café trouxe, então, no seu bojo, a própria industrialização, processo culminante do dinamismo do "complexo cafeeiro". Ocorreu, então, o primeiro surto industrial do Estado, aproveitando as condições favoráveis criadas pelo Encilhamento. Com a crise da cafeicultura em fins do século passado, reduziu-se drasticamente o número de imigrantes estrangeiros dispostos a permanecer em São Paulo, enquanto a produção alimentar, já presente no interior da própria organização produtiva da cafeicultura, ganhava nova dimensão.

A retração da entrada líquida de imigrante e a crise cafeeira cer cearam então o crescimento industrial, que foi retomado, no entanto, com a primeira "valorização" do café e o novo surto de plantios que antecedeu à crise de 1913. Com o advento da Guerra, um ano depois, continuou interrompida a expansão cafeeira. Desta vez, contudo, a própria produção agrícola alimentar já havia se expandido de tal forma que as "lavouras de mercado interno" substituiram temporariamente, a cafeicultura como o setor dinâmico da agricultura estadual. Também a própria indústria já alcançara uma maturidade tal que passava a depender, cada vez menos, dos sucessos da cafeicultura, enquanto aumentava sua dependência da existência ou não de barreiras à penetração de produtos da indústria estrangeira no mercado paulista, já criado pelo "complexo cafeeiro". Daí o inusitado crescimento industrial de São Paulo durante o período do conflito. Os grandes lucros acumulados pela indústria paulista durante a Iª Guerra e o aumento da capacidade de importar decorrente da extraordinária recuperação das exportações do café entre 1918 e 1919 permitiram que se fizessem vultosas encomendas de máquinas e equipamentos industriais no imediato pós-guerra. Contudo, logo se fez sentir a concorrência estrangeira, principalmente depois que a eficácia do esquema de "defesa permanente" do café passou a desestimular quaisquer esforços no sentido de proteger o mercado nacional. A própria diversificação da agricultura paulista foi interrompida e verificou-se uma nova concentração de recursos no setor cafeeiro, durante a segunda metade da década dos vinte. Reduziu-se, então, fortemente, o ritmo da acumulação do capital industrial no Estado, assistindo-se, assim, a um movimento oposto ao que se verificara nos primórdios da República: a expansão cafeeira negava o prosseguimento da industrialização. Entretanto, ao mesmo tempo, aprofundava-se a divisão do trabalho e ampliava-se o mercado interno, alargando uma das condições fundamentais de existência da grande indústria urbana. Bastou, pois, que a crise internacional iniciada em 1929 fraturasse a capacidade de importar do País, para que a indústria paulista voltasse a crescer exponencialmente, ocupando os espaços vazios deixados pela produção estrangeira. Neste sentido, o setor industrial de São Paulo passou a valer-se, de forma crescente, de suas bases mais sólidas e exten-

sas, em relação à indústria do restante do País. Incentivada pelo crescimento do mercado interno do próprio Estado, resultante da diversificação da produção, com o declínio da dominância do café e a escensão da lavoura do algodão, e da entrada de grandes levas de imigrantes nacionais, e pela retração das importações de produtos industriais de consumo corrente, a indústria paulista passou a invadir os mercados regionais do País, travando luta com as indústrias locais, tecnologicamente mais atrasadas, e menos concentradas. Como conseqüência, uma vez passada a fase recessiva de 1929-1933 e retomado o sentido ascendente, o setor industrial de São Paulo voltou a experimentar taxas mais elevadas de crescimento, de forma que em fins da década de 1930 já se havia consolidado sua hegemonia definitiva dentro do território nacional.

Quanto ao Nordeste, quando ocorreu a Abolição e a Proclamação da República, a Região já possuía uma estrutura agrária polarizada, dentro da qual um pequeno número de latifúndios - quer dedicados à produção açucareira, quer ao cacau, quer à pecuária, ou mesmo a outras atividades - monopolizava o grosso do fundo de terras economicamente aproveitáveis. As pequenas propriedades, disseminadas entre as grandes explorações, encontravam-se numa situação de subordinação econômica e política em relação a estas últimas. Em muitos casos, inclusive, os bolsões de pequenas propriedades funcionavam como verdadeiros reservatórios de mão-de-obra para os grandes estabelecimentos. Em outras circunstâncias, os próprios latifúndios compunham-se de muitas roças de pequenos produtores arrendatários, que entregavam aos proprietários, além de parte de sua produção, dias de serviço, a título de renda da terra. A presença de uma grande massa camponesa em precárias condições de vida, dominada pelos latifúndios, constituía-se na base objetiva que permitiu o trânsito da grande exploração agropecuária nordestina ao trabalho "livre".

Esta estrutura agrária polarizada abrigava, no início do período republicano, uma agricultura de exportação de grande importância, dentro do contexto brasileiro, produzindo algodão, cacau, açúcar, couros e peles. Além disso, a Região encerrava uma a-

gricultura de subsistência de relevância, uma vez que essa atividade garantia grande parte do fornecimento de gêneros alimentícios à sua grande população. Essa agricultura de subsistência, considerada atividade subsidiária da grande lavoura, dava suporte objetivo à pequena produção camponesa, que se comprimia nos interstícios dos latifúndios da Região. Além disso, era tocada dentro das próprias grandes fazendas, como forma de assegurar a mão-de-obra necessária e garantir o seu abastecimento.

Com o advento da República, encerraram-se no Nordeste as tentativas de modernização do parque açucareiro através dos engenhos centrais, inaugurando-se o período das usinas, que iria significar uma grande modernização da agroindústria açucareira da Região, com sua transformação em grande indústria. Esse processo de modernização teve profundas repercussões no conjunto da agropecuária nordestina, provocando uma maior concentração da propriedade da terra, a celeração da proletarização do campesinato independente e mesmo uma redução relativa no nível do emprego no setor açucareiro, além de favorecer o aprofundamento da especialização produtiva, através da expulsão das outras culturas subsidiárias. Paralelamente, o setor agropecuário nordestino iria assistir, durante o período que vai da Proclamação à eclosão da Primeira Guerra, à perda progressiva da participação do próprio açúcar, do algodão e dos couros e peles nos mercados externos, embora houvesse um aumento das vendas de cacau no mercado internacional. Com a Primeira Guerra Mundial, a agricultura de mercado externo do Nordeste voltou temporariamente a ganhar novo e poderoso alento, com a multiplicação das exportações regionais de algodão, açúcar, cacau, couros e peles e fumo. Em contraposição, a produção para mercado interno parece ter regredido, mostrando que na Região se aplicava o contraponto entre a expansão da grande lavoura de exportação e a retração das culturas de subsistência e de mercado interno. No entanto, com o término do conflito e a superação dos seus efeitos, encerrou-se o período de vacas gordas para a atividade exportadora nordestina, reiniciando-se nova fase de vacas magras. Assim, com a perda dos mercados externos do algodão e do açúcar durante a década de 1920, e a consequente estagnação da agroindústria açucareira,

agravaram-se as condições de vida da população regional. De fato, a redução das oportunidades de emprego nas grandes fazendas; a manutenção de opressivas relações de produção, onde o trabalho assalariado se misturava com o pequeno arrendamento e a exploração comercial, gerando um contexto dentro do qual era difícil a distinção entre trabalho "livre" e servil, a lenta desagregação da indústria rural, diante da concorrência da grande indústria urbana; a pressão demográfica, numa região onde as condições edafo-climáticas são, em sua maior parte, desfavoráveis à agroindústria, e a estrutura da terra se encontrava extremamente concentrada nas mãos de uma oligarquia violenta de "coronéis" que uniam a enxada, a pistola e o voto; tudo isso contribuiu para a reiteração de um intenso movimento migratório, que fez desaguar seus fluxos sobre as outras regiões do País, onde a opressão era menor.

Indubitavelmente, essas transformações da economia agrícola do Nordeste durante a República Velha repercutiriam profundamente no processo de industrialização regional, a exemplo do que ocorria nas outras regiões do Brasil, dentro de uma dinâmica em que a "revolução agrícola" propiciada pela reformulação das relações de produção induzia à instalação da indústria ligeira. Com efeito, a "revolução agrícola" promovida pelo surgimento das usinas de açúcar provocou um aumento da regressividade da repartição da renda e a redução do número de empregos por saca de açúcar produzido, criando um excédente de mão-de-obra que, apesar de servir como condição favorável ao surgimento da grande indústria urbana, atuava comprimindo os salários para baixo e reduzindo o mercado interno para essa mesma indústria. Ademais, a "modernização" dos outros setores da atividade agropecuária regional manteve-se ainda mais restrita, conservando relações de produção arcaicas, um alto grau de concentração da propriedade da terra e o domínio completo dos "coronéis", isto é, da classe latifundiária nordestina. As mudanças nas relações de produção foram pouco efetivas, perpetuando, portanto, a baixa eficiência, a baixa produtividade e os reduzidíssimos níveis salariais, comprimindo a demanda de meios de consumo e de meios de produção. Com isso, restringiu-se o mercado rural para a produção industrial urbana e inibiu-se o progresso técnico.

A produtividade do trabalho continuou baixa e os métodos de produção primitivos, tolhendo-se a expansão da divisão social do trabalho, com a indústria rural resistindo, pelo menos parcialmente, à concorrência da grande indústria mecanizada. A força de trabalho viu-se pois prostrada, e a iniciativa das massas tolhida, de modo que o progresso econômico fêz-se de forma lenta e dolorosa, com a industrialização andando a passo de tartaruga. Não é à toa, pois, que se gerou um movimento de fuga da população nordestina em busca de melhores condições de vida e trabalho em outras áreas do País, o que, simultaneamente, significava a condenação histórica das condições sócio-econômicas locais e uma perda adicional para a economia da Região, que viu reduzir-se seu mercado interno e perdeu parte de seu elemento de sustentação vital: a força de trabalho. Com a crise de 1929, essa fraqueza congênita da indústria nordestina, cujo desenvolvimento se encontrava condicionado pelas disfuncionalidades da estrutura agrária regional, foi posta a nú. Como resultado, o Nordeste transformou-se em verdadeira "periferia" da indústria do Sudeste, vendo seus mercados invadidos pelos produtos paulistas que passaram a desbancar, completamente, a produção regional.

Finalmente, a Região Norte do Brasil também teve sua evolução econômica no período capitalista inicial, correspondente à Primeira República, vinculada ao desempenho de sua atividade primária, desta vez ligada ao extrativismo gomífero. Como se viu anteriormente, as relações de produção prevalecentes na Amazônia baseavam-se do sistema de "aviamento", e que consistia na cessão, por parte do comerciante ou seringalista, de mantimentos e meios toscos de produção para a empresa coletora de produtos da região, ou diretamente para os seringueiros, que, ao término da expedição, deviam pagar o adiantamento, com juros, com o produto coletado. Na prática, esse regime levou a uma verdadeira escravidão por dívida, mantendo os seringueiros em situação miserável, enquanto os seringalistas e as "casas aviadoras" se enriqueciam. Esse atraso das relações de produção refletiu-se nos métodos de produção adotados, que continuaram sendo primitivos e de baixa produtividade, ao mesmo tempo que praticamente impedia a expansão do mercado interno, da

do o baixo nível dos adiantamentos em espécie que eram feitos aos produtores diretos. A própria prostração da força de trabalho inibia a iniciativa individual, tolhendo a formação familiar consumidora, constitutiva de um mercado rural em expansão. Mas além da altíssima taxa de exploração da força de trabalho, o próprio caráter mercantil da exploração - uma vez que o excedente era arrancado, de fato, na esfera da circulação, pela troca de não equivalentes e a cobrança de juros escorchantes - fazia com que o excedente, em mãos da burguesia comercial e financeira, não se aplicasse à indústria regional, mas antes escoasse para fora da Região, seja através da compra de produtos importados, seja pela remessa de lucros, realizadas pelos comerciantes e financistas forâneos, que dominavam a economia amazonense. Assim, o processo de industrialização não chegou nem a ensaiar seus primeiros passos na Amazônia, durante a República Velha. Até o processo de debacle da economia gomífera amazonense foi sintomático, pois da crise não resultou a superação da organização econômica pré-existente, mas apenas o seu atrofiamento. Com efeito, enquanto persistiam, na Amazônia, métodos de produção artesanais, assentados sobre a super-exploração do trabalhador, que operava oprimido por um regime de semi-escravidão, na Europa a indústria de artefatos de borracha lançava mão da mecanização do processo de produção, com sua maciça capacidade produtiva, sua elevada produtividade e seus baixos custos. Havia, pois, uma descontinuidade entre o caráter artesanal da produção brasileira de látex e o da grande indústria mecanizada que utilizava-o como matéria-prima. Urgia, pois, suprimir a lacuna, fazendo avançar os métodos da produção dessa matéria-prima de grande importância. Isso, no entanto, não poderia ser executado na Amazônia, pois as relações de produção existentes, cristalizadas no sistema do aviamento, representavam um virtual limite à expansão das forças produtivas. Como resultado, logo se desenvolveria, fora do Brasil, a exploração racional da borracha, assentada em relações capitalistas de produção, o que representaria o término dessa economia gomífera regional que, por força das relações de produção dominantes, não tinha outra destinação história que não o colapso.

Em síntese, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil durante a sua etapa inicial, isto é, durante a República Velha,

alicerçou-se na expansão da agricultura, liberada pela reforma das relações de produção iniciada por volta de 1850 e que culminou com a extinção da escravatura em 1889. Dentro deste processo, a indústria infante, resultado último da implantação do capitalismo no País, assumia um perfil regional estreitamente vinculado ao tipo de desenvolvimento agrícola dominante. Assim, no Extremo Sul uma pequena mas dinâmica economia camponesa impulsionava celeremente o processo de industrialização, embora seu ritmo não pudesse ser maior em decorrência dos próprios entraves que uma economia de pequena propriedade encontrava num País dominado pela grande propriedade latifundiária. Em São Paulo o dinamismo extraordinário da economia cafeeira, baseada num compromisso entre a grande propriedade e a economia camponesa, empurrava com redobrado vigor a processo de instalação da grande indústria. Em Minas Gerais, pelo contrário, apesar de sua grande população, a indústria se encontrava fragmentada e disseminada espacialmente, refletindo um setor agrícola pouco dinâmico, baseado numa economia latifundiária baseada em relações de produção mais atrasadas. No Nordeste, a industrialização estava na dependência do comportamento de sua agricultura de exportação que, por sinal, se mostrava incapaz de manter sua competitividade internacional, justamente em razão da concentração da posse da terra e do atraso das relações de produção, que reduziam os produtores diretos a uma situação de completa sujeição frente aos "coronéis" da Região, e da lentidão da difusão do progresso técnico e do avanço das forças produtivas, conseqüências diretas do domínio latifundiário e do atraso das relações de produção. Finalmente, no Norte o estado lastimável a que se viu reduzida a força de trabalho, como resultado da exploração comercial ensejada pelo sistema do "aviamento" impediu a formação de um mercado interno que induzisse à instalação da grande indústria urbana.

Uma vez estabelecido o trabalho assalariado no País, essa dominação latifundiária continuou a prevalecer. Assim, apesar do avanço da economia camponesa no Sul as grandes fazendas continuaram a predominar, quer em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, regiões cafeeiras, quer no Nordeste açucareiro, cacaueiro e pecuário. Também continuaram em poder dos grandes fazendeiros as atividades econômicas mais rentáveis, vinculadas à grande lavoura

de exportação. Mas além do predomínio numérico e econômico, continuou a dominação política do aparelho de Estado, que, no caso das Unidades da Federação, ficou nas mãos da oligarquias rurais regionais, e, no caso do Governo Central, ficou sob controle dos fazendeiros do café. Assim, a política econômica republicana seria orientada por um "modelo primário-exportador", procurando desenvolver o complexo de exportação-importação e defender a própria atividade econômica agrícola de exportação com a expansão do mercado interno e a instalação da grande indústria sendo relegados a segundo plano. E em estreita correspondência com essa política econômica interna, as classes dominantes do Brasil procurariam atrair o capital internacional, principalmente através da reiteração dos empréstimos externos, e da política de liberdade de atuação das empresas estrangeiras entradas no País.

Na verdade, em termos gerais, quer por sua predominância geográfica, quer pelo domínio político dos fazendeiros do café durante a República Velha, em aliança com as outras oligarquias rurais, quer pela própria condução do processo de gestação de novas relações de produção, o caráter de desenvolvimento agrícola do Brasil aproxima-se via junker. Assim, o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil se deu encabeçado pela grande exploração latifundiária que paulatinamente substituiu o trabalho escravo pela parceria e pelo trabalho assalariado, substituindo os métodos de exploração pré-capitalistas pelos burgueses. Não houve pois uma verdadeira revolução agrícola", que subvertesse o domínio da oligarquia latifundiária, mas apenas a reforma das relações de produção, reforma essa preconizada e levada adiante pelos próprios fazendeiros do País. No Nordeste açucareiro,por exemplo,ainda no período imperial,o trabalho escravo foi substituído pelo dos parceiros,moradores de condição, pequenos arrendatários e foreiros.No Sudeste, em compensação, os próprios fazendeiros do café introduziram o sistema de parceria, do salariato e do colonato, praticado com os imigrantes, que vieram substituir os antigos escravos. O capitalismo no Brasil não nasceu, pois, de um movimento de baixo, procado pela expansão da pequena exploração camponesa, que, tendo entrado em choque com o sistema latifundiário pré-capitalista, o

substituísse, por um ato de força, pelo sistema de pequenos farmers, em rápido processo de capitalização. Também não houve, a não ser em áreas reduzidas, a livre ocupação do solo virgem pela pequena propriedade, uma vez que, desde cedo, a grande propriedade latifundiária ocupou, pela força e pelo roubo sistemático, o fundo de terras acessíveis à exploração comercial. Ao contrário, o capitalismo no Brasil nasceu de um movimento imposto de cima, efetuado sob o controle dos antigos senhores de escravos, que desde logo se opuseram à reforma agrária e ao desenvolvimento generalizado da pequena propriedade.

Como resultado, a liberação das forças produtivas proporcionada pela reforma das relações de produção não seria suficiente para gestar um processo de industrialização mais acelerado, calcado na expansão da pequena economia camponesa em processo de capitalização. A "revolução agrícola" do Brasil ver-se-ia parcialmente mutilada, e o desenvolvimento das forças produtivas encontraria seus limites na dominação latifundiária, do ponto de vista interno, e na dominação do capital financeiro internacional, do ponto de vista externo. Daí o lento e doloroso processo de sua modernização agrícola, como o predomínio de métodos arcaicos de produção, baixa produtividade, baixos salários e precárias condições de vida da maioria esmagadora da população. Daí também o corolário necessário dessa evolução agrícola: uma industrialização relativamente lenta, restringida e espacialmente restrita.

O caráter "prussiano" da via de desenvolvimento agrícola do Brasil está na raiz do domínio político da oligarquia latifundiária, que se exerceu durante toda a República Velha, e que encontra na figura do "coronel" a sua encarnação histórica concreta. Alem disso, essa mesma "via" constitui-se no principal condicionante de toda a ulterior evolução política do País, uma vez que essa se processou sempre dentro de um quadro mais amplo de aliança orgânica entre a burguesia industrial e a classe dos grandes proprietários fundiários, contra o proletariado e o campesinato.

Segundo Carlos Nelson Coutinho, "o processo de modernização econômico-social no Brasil seguiu uma "via prussiana". Vamos recordar as características centrais do fenômeno: as transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, envolvendo o conjunto da população; mas se encaminharam sempre através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes, conciliação que se expressava sob a figura política de reformas "pelo alto". É evidente que o fenômeno da "via prussiana" - tal como Lênin o formula - tem sua expressão central na questão da passagem para o capitalismo, no modo de adequar a estrutura agrária às necessidades do capital. Mas, generalizando o conceito, pode-se dizer que - sobre a base de uma solução prussiana global para a questão da transição ao capitalismo - todas as grandes alternativas concretas vividas pelo nosso País, direta ou indiretamente ligadas àquela transição (Independência, Abolição, República, modificação do bloco de poder em 30 e 37, passagem para um novo patamar de acumulação em 64), encontraram uma resposta "à prussiana"; uma resposta na qual a conciliação "pelo alto" não escondeu jamais a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas - de qualquer modo, fora do âmbito das decisões - as classes e camadas sociais "de baixo". Portanto, a transição no Brasil para o capitalismo (e de cada fase do capitalismo para a fase subsequente) não se deu apenas no quadro da reprodu-

ção ampliada da dependência, ou seja, com a passagem da subordinação formal à subordinação real em face do capital mundial; em estreita relação com isso (já que uma solução não prussiana da questão agrária asseguraria o quadro para o desenvolvimento de um capitalismo não dependente), essa transição se processou também segundo o modelo da "modernização conservadora" prussiana". [1].

Por outro lado, a compreenção do caráter junker da via de desenvolvimento agrícola do Brasil constitui-se na chave para o exercício da crítica da história do pensamento econômico sobre a evolução agrícola do País. Com efeito, ela permite constatar o caráter unilateral de diferentes teses que tentaram apreender o sentido dessa evolução, ao mesmo tempo que propicia o resgate de séu substrato verdadeiro. Assim, em primeiro lugar, destaca-se a concepção de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil defrontou-se com os obstáculos representados pelo caráter feu

---

[1] COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e democracia no Brasil. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 17: 19-48, nov., 1979. Referência à p. 26-27.

O mesmo autor afirma que "como já foi assinalado várias vezes, as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma "via prussiana", ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas "de cima para baixo", com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional; essas transformações "pelo alto" tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais". Ver:

COUTINHO, carlos Nelson. A democracia como valor universal. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 9: 33-47, mar. , 1979. Referência à p. 41.

dal de sua agricultura, ou, de acordo com uma variante mais aceita, com os impecilhos criados pelos restos do feudalismo no País. Evidentemente, a concepção extrema que afirma a existência do feudalismo no Brasil, mesmo antes da Abolição, já teve sua crítica realizada, de forma, inclusive, igualmente extremada. Isto porque no feudalismo o servo é possuidor de seus meios de produção, estando preso a eles de forma indissolúvel, como quer dizer a expressão "servo da gleba". O senhor feudal, por outro lado, é um proprietário apenas nomial da terra, pois o seu direito à propriedade se encontra limitado pelo direito do servo à posse da mesma, isto é, pelo direito do servo ao usufruto do solo. No caso do Brasil, no entanto, o escravo era propriedade absoluta de seu senhor, não tendo a posse nem da terra nem dos outros meios de produção, ou sequér dos meios de subsistência de que tinha necessidade para sobreviver. Que o escravo pudesse lavrar um lote de terra, para atender às suas necessidades de alimentação, nem de longe significava que tivesse a posse do mesmo. Aliás, esse fenômeno era encontradiço em outras sociedades escravistas. No Brasil havia, portanto, escravismo, ainda que implantado por imposição do capital comercial português, de cuja expansão nasceu a Colônia. Na verdade, o uso do conceito de feudalismo para explicar a economia agrícola do País nos períodos colonial e imperial possui como suportes concretos o caráter latifundiário das culturas de exportação exploradas no Brasil e a presença da economia de "troca de serviços", isto é, de relações de produção que são típicas do feudalismo, tais como a prática do "cambão", que se confunde com a forma feudal da renda-trabalho, as diferentes formas de parceria, como a "quarteação", a "meação", e a cessão da terra "pela palha", que se confundem com a renda-produto, e, finalmente, o pequeno arrendamento, que também se confunde com a prática medieval da renda-dinheiro, forma de transição ao capitalismo.Contudo, a presença destas formas não modifica o caráter do modo de produção dominante, onde o escravismo era central, alicerçando os principais setores da economia brasileira, como no caso da produção açucareira e da lavoura cafeeira. Por outro lado, essas formas vão estar presentes depois do advento do capitalismo, com a emergência do trabalho assalariado, e, a bem dizer, por si mesmas não são definidoras quanto

ao modo de produção dominante; a rigor, podem, inclusive, ser tomadas como formas desfiguradas de trabalho assalariado.

De igual modo, a concepção que pretende enquadrar o desenvolvimento da agricultura brasileira antes da Abolição dentro dos quadros do capitalismo esquece-se do essencial, ou seja, das relações escravistas de produção, sobre as quais se erguia todo o edifício da economia imperial, condicionando a sua lógica de expansão e seu destino histórico. Na verdade, falar de capitalismo no Brasil antes da Abolição só é aceitável em termos formais, como na interpretação marxista das economias coloniais.

Ora, por outro lado, se a caracterização da economia brasileira antes da supressão do escravismo como feudal é incorreta, a identificação de restos do feudalismo durante a República Velha, paradoxalmente, já é perfeitamente admissível. Na realidade, essa identificação se baseia na constatação da situação de extrema opressão da massa fundamental da população brasileira, vale dizer, do proletariado e do campesinato, que caracterizava a Primeira República, e na continuidade de relações de produção arcaicas, homólogas às de natureza feudal. Sobre tais bases erguia-se toda a sociedade brasileira de então, onde o desenvolvimento das forças produtivas se fazia de forma lenta e contraditória, enquanto no plano político se assistia ao domínio incontestável dos notáveis rurais, em sintonia com a sujeição do País ao controle comercial e financeiro das grandes nações imperialistas da época. Ora, a rigor, a precária situação das massas fundamentais da população brasileira durante a República Velha devia-se antes à herança do escravismo, que foi substituído pelo capitalismo através da ação dos próprios proprietários, do que à presença de restos do feudalismo.[2] Aliás, a persistência dessa herança se deve essen-

---

[2] Na verdade, a constatação de que a herança republicana, antes seria de natureza escravista do que feudal é de somenos importância, uma vez que, como queria Lenin, "as sobrevivências econômicas do escravismo não se distinguem em nada das do feudalismo".
LENIN, Vladimir Ilich. Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo, Brasil Debates, 1980. 100 p. Referência p. 10.

cialmente ao fato de que no Brasil o advento do capitalismo não foi o resultado de um processo revolucionário que, nascido de baixo para cima, tenha destruído todo o carcomido edifício anterior, substituindo-o violentamente por uma nova ordenação jurídica, de natureza burguesa, tal como ocorreu na França. Pelo contrário, no Brasil a substituição do pré-capitalismo se deu por obra da própria aristocracia latifundiária, através da reforma das relações de produção, num movimento realizado de cima para baixo. Neste sentido, a analogia com a via prussiana é notável, e significa que a transição ao capitalismo no Brasil se processou dentro das condições mais desfavoráveis à população, isto é, dentro de uma via dolorosa e lenta, onde o desenvolvimento das forças produtivas se dava lentamente e através da opressão econômica e política das massas, que tinham de suportar simultaneamente o peso sufocante da velha ordem de produção, que ainda não tinha soçobrado de todo, e o nascimento da nova sociedade, a exigir alimentação contínua para não abortar. Contudo, a concepção de que o capitalismo no Brasil teria de lutar contra os restos do feudalismo é notável, na medida em que identifica, apesar de sua sustentação equívoca, todo esse extraordinário peso que a velha sociedade latifundiária, não derrocada por via revolucionária, impôs ao desabrochar do capitalismo no País. Por outro lado, a receita da reforma agrária como meio de libertar o desenvolvimento das forças produtivas, ainda dentro dos limites do modo de produção capitalista, corolário necessário desta concepção, identifica-se realmente com os anseios da massa fundamental da população brasileira, que sofria os efeitos da herança latifundiária em sua própria carne, e tinha na reforma agrária a forma revolucionária de melhorar a sua própria sorte. No entanto, a mesma teoria dos restos do feudalismo equivocava-se ao propor como forma de viabilizar a reforma agrária a aliança entre a burguesia e as massas populares, uma vez que o próprio patrocínio do advento do capitalismo no Brasil foi feito pela mesma aristocracia fundiária que se foi aburguesando e que, portanto, repudiava, visceralmente, soluções que implicavam na liquidação de suas bases de sustentação.

Mas, como se disse, a idéia de que o capitalismo no Brasil teria de lutar, depois do advento do trabalho assalariado, contra os restos do feudalismo também possui como suporte empírico a presença de inúmeras formas de relações de produção que, durante a República Velha, pelo seu conteúdo, eram muito similares às formas características do feudalismo. Neste sentido, o Nordeste aparecia como o campo privilegiado de demonstração, na medida em que nesta Região a prática do "cambão", as diferentes formas de parceria, o pequeno arrendamento, a prática da exploração comercial do campesinato através dos "barracões", a escravidão de fato pelo endividamento, a prática do apadrinhamento como meio de dependência pessoal, a presença incontestável dos notáveis rurais - os"coronéis" -, senhores da política e de força armada particular, etc; tudo isso servia para demonstrar, de maneira inequívoca, a existência de "restos" de uma sociedade pregressa de caráter aristocrático e feudal. Na verdade, aqui reside outro mérito desta concepção, na medida em que foi capaz de revelar o estado de miséria e de sujeição econômica e política das massas camponesas para com os fazendeiros de então, e o grande obstáculo representado por esse conjunto de circunstâncias ao desenvolvimento das forças produtivas. Neste sentido, as críticas a essa concepção têm sido empobrecedoras. É o caso, por exemplo, da dura crítica realizada por Caio Prado Júnior, a partir da inversão imediata da idéia de que essas relações de produção arcaicas seriam feudais. Com efeito, Caio Prado Júnior afirma que elas seriam apenas formas particulares de trabalho assalariado, onde a remuneração monetária seria substituída pela remuneração em espécie (como no caso dos parceiros), ou pelo direito ao cultivo do solo. Ora, a rigor, não se pode afirmar que essas relações de produção seriam próprias do capitalismo, ou se seriam restos feudais, a não ser que se possua um esquema que, a priori, as enquadre em tal ou qual classificação. Assim, a crítica de Caio Prado Júnior, apesar de toda a sua virulência, é claramente insuficiente, e não supera os pressupostos que pretende criticar. Isto porque essas formas são o resultado de um processo de lenta transformação da grande propriedade la

tifundiária pré-capitalista em moderna exploração capitalista,que é pertinente à via junker de evolução agrária, onde o trabalho assalariado se mescla com formas pregressas de sujeição da força de trabalho, gerando formas híbridas onde o velho e o novo se misturam, impedindo sua catalogação precisa. De fato, olhando do ponto de vista do futuro, tem-se formas arcaicas de trabalho assalariado e, portanto, dentro dos quadros do capitalismo. Entretanto, olhando com os olhos do passado, tem-se heranças da "economia de troca de serviços", de natureza latifundiária pré-capitalista. E, finalmente, pouco se adiciona à discussão conceber tais formas como funcionais ao desenvolvimento do capitalismo, na medida em que contribuem para a redução do valor da força de trabalho e, por conseguinte, permitem uma elevação da taxa de lucro do sistema econômico. Na realidade, essa última concepção suprime a riqueza daquela outra que critica, que via claramente nas consequências funestras do arcaísmo das relações de produção uma das razões fundamentais da lentidão do desenvolvimento das forças produtivas no campo brasileiro, que infletia dificultando o processo de industrialização do País.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Rui H.P.L. Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola. São Paulo: HUCITEC; Brasília: CNPq, 1983.268 p.

ALIER, Verena Martinez; HALL, Michael M. From Sharecropping to the colonato. sem referência bibliográfica. 9 p. Mimeografado.

ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de. (org.) Estudos sobre a construção pesada no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983, 271 p.

ALVIM, Sócrates (org.).Minas e o bicentenário do cafeeiro no Brasil. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 179 p.

ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976. 239 p.

AURELIANO, Liana Maria. No limiar da industrialização. São Paulo, Brasiliense, 1981, 137 p.

BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 1979. 447 p.

_____. Siderurgia e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

BAER, Werner; VILLELA, Anníbal Villanova. Alguns comentários a "Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil" de Albert Fishlow. Estudos Econômicos. São Paulo, 3 (1): 129-134. abr. 1973.

BAETA, Nilton. A indústria siderúrgica em Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial/FJP, 1973. 309 p.

BALÁN, Jorge. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. Estudos Cebrap. 5: 5 - 79, jul/ago. 1973.

BETHELL, Leslie. A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo, Expressão e Cultura/USP, 1976. 406 p.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio e CAMPOS, Pedro Moacyr (org.). O Brasil monárquico. São Paulo, DIFEL, 1967. 5 v.

CAMPOLINA DINIZ, Clélio. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981.

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil - 1930/1970. Campinas, UNICAMP, 1981. 447 p.

_____. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo e Rio de Janeiro,DIFEL, 1977. 317 p.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O capitalismo tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982. 182 p.

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 303 p.

CARVALHO, Afrânio. Atualidade mineira. Belo Horizonte, Secretaria da Agricultura, 1929.

CASTRO, Ana Célia. As empresas estrangeiras no Brasil 1860-1913. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. 142 p.

CASTRO, Antônio Barros de. A economia política , o capitalismo e a escravidão. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980. p. 67 - 107.

_____. 7 ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1975. 2 v.

CONRAD, Roberto. Os últimos anos da escravatura no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975. 394 p.

CORREIA DE ANDRADE, Manuel. A terra e o homem no Nordeste. Ed. Ciências Humanas, 1980. 278 p.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 9: 33 - 47, Março, 1979.

_____. Cultura e democracia no Brasil. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 17: 19 - 48, Novembro, 1979.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo. São Paulo, DIFEL, 3ª Edição. 269 p.

_____. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820 - 1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 205 p.

DELFIM NETTO, Antônio. O problema do café no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 1979. 259 p.

EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança. Rio de Janeiro, Paz e Terra/UNICAMP, 1977. 294 p.

FAUSTO, Boris (org.). O Brasil republicano Estrutura de poder e economia. São Paulo, DIFEL, 1975. 420 p.

FERREIRA, Edésio Fernandes. Administração da dívida pública e a política monetária no Brasil. Rio de Janeiro, IBMEC, s.r.b.

FISHLOW, Albert. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. Estudos econômicos. São Paulo, 2 (6): 7-75, dez., 1972.

FLORESCANO, Enrique (coord.) Haciendas, latifundios Y plantaciones en América Latina. México, Siglo Veinticeno, 1975. 667 p.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1975 p. 106-109.

GOES MONTEIRO, Norma de. Imigração e colonização em Minas 1889 - 1930. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1973. 213 p.

GOMES, Francisco Magalhães. História da siderurgia no Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da USP, 1983. 409 p.

GONTIJO, Cláudio. O capital financeiro. Belo Horizonte, UFMG,1983, 86 p. Mimeografado.

GRAHAM, Douglas H. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro 1880-1930. In: Estudos econômicos. São Paulo, IPE/USP, vol. 3 nº 1 abril 1983. p. 7 - 68.

GRAHAM, Douglas H. e BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Migration, regional and urban growth and development in Brazil: a seletive analysis of the historical resource: 1872 - 1970. São Paulo, IPE, 1971.

GRAHAM, Douglas H. e MERRICK, Thomas W. População e desenvolvimento econômico do Brasil de 1800 até a atualidade. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. 442 p.

GRAHAN, Richard. Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1973. 380 p.

GRANZIERA, Rui Guilherme. A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil. São Paulo, HUCITEC/UNICAMP, 1979. 172 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 192 p.

_____ (coord.) Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, HUCITEC, 1978. 267 p.

_____ O que é questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1980. 109 p.

_____. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, HUCITEC, 1981, 210 p.

GRAZIANO DA SILVA, José e STOLKE, Verena. A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981. 185 p.

GRAZIANO DA SILVA, José (coord.); Kageyama, Ângela; REYDON, Bastiaan Philip. As transformações na estrutura agrária paulista, 1818 - 1976. Campinas, UNICAMP, 1981. 94 p. Mimeografado.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 249 p.

HOLLOWAY, Thomas H. Condições do mercado de trabalho e organização do mercado de trabalho nas plantações da economia cafeeira de São Paulo, 1885-1915 - Uma análise preliminar. In: - Estudos Econômicos, IPE/USP, vol. 2, nº 6, dez 1972. p. 145 - 80.

HUBERMAM, Leo. História da riqueza dos E.U.A. (Nós, o povo). São Paulo, Brasiliense, 1978. 324 p.

HUGON, Paul. Demografia brasileira. São Paulo, Atlas, 1977. 342 p.

JACOB, Rodolpho. Minas Gerais no XXº século. Rio de Janeiro, s. ref.,1910. 665 p.

KAGEYAMA, Ângela A. Crise e estrutura agrária. A agricultura paulista na década de 30. Piracicaba, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da USP, 1979. 159 p. Mimeografado.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Porto, Portucalense, 1972, 2 v.

KEHOY, Mitiko Okazaky. Plano de desenvolvimento regional da área de influência da CVRD. vol. 2. Análise da evolução histórica. Belo Horizonte, FJP, 1978. 150 p.

KOSLOV, G. Economia política: capitalismo. Moscou, Progreso, 1977. 590 p.

LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo, Símbolo, 1979. 148 p.

LENINE, Vladimir Ilich. A questão agrária e os críticos de Marx. Rio de Janeiro, Calvino, 1945. 359 p.

_____. Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo, Brasil, Debates, 1980. 100 p.

_____. El desarrollo del capitalismo en Rusia. Barcelona, Ariel, 1974. 581 p.

_____. El imperialismo, fase superior del capitalismo. Madrid, Fundamentos, 1974. 149 p.

_____. El programa agrario de la social democracia en la primera revolución rusa de 1905-1907. In: Obras completas. p. 257-480.

LIMA, Heitor Ferrera. História político-econômica e industrial do Brasil. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1976. 434 p.

LIMA, João Heraldo. Café e indústria em Minas Gerais 1870-1920. Petrópolis, Vozes, 1981. 108 p.

LINHARES, Maria Yedda; e SILVA, Francisco Carvalho da. História da agricultura brasileira. Combates e controvérsias. São Paulo, Brasiliense, 1981, 170 p.

LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, 224 p.

MANCHESTER, Alan K. Preeminência inglesa no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1973. 301 p.

MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. A economia política do café com leite . Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981. 145 p.

MARX, Karl. O capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s.d. 6 volumes.

MINAS GERAIS, Secretaria de Agricultura, Serviço de Estatística Geral, Anuário estatístico. vol. 2.1922-1925. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

MOORE JÚNIOR, Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia; senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa, Cosmos, s.d. 632 p.

MORAES, Sônia Helena Novaes Guimarães. Notas sobre a legislação fundiária e a legislação do trabalho rural no Brasil. Campinas, UNICAMP, 1982. 122 p. Mimeografado.

NETTO, Delfim. O problema do café no Brasil. Rio de Janeiro, FGV/MINAGRI/SUPLAN, 1979. 259 p.

NEVHAUS, Paulo (org.) Economia brasileira; uma visão histórica. Rio de Janeiro, Campus, 1980. 411 p.

NICHOLLS, William H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. In: Revista brasileira de economia. Rio de Janeiro, 24 (4): 33/91 out/dez 1970.

NIVEAU, Maurice. História dos fatos econômicos contemporâneos. São Paulo, DIFEL, 1969. 540 p.

NOGUEIRA DA COSTA, Fernando. Bancos em Minas Gerais (1889-1964). Campinas, UNICAMP, 1978. 332 p. Mimeografado.

NORMANO, J.F. Evolução econômica do Brasil. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1939, 313 p.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 - 1808). São Paulo, HUCITEC, 1979. 420 p.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Notas sobre a constituição do capitalismo na Rússia: da emancipação dos servos à grande indústria. Revista de economia política. São Paulo, 4 (1): 71 - 86, jan/mar, 1984.

PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo:HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981. 235 p.

PAIM, Gilberto. Industrialização e economia natural. Rio de Janeiro, ISEB/MEC, 1957. 119 p.

PELAEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. História Monetária do Brasil: análise de política, comportamento e instituições monetárias. Rio de janeiro, IPEA/INPES, 1976. 487 p.

PERRUCI, Gadiel. A república das usinas. Rio de janeiro, Paz e Terra, 1978. 246 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República velha gaúcha. Porto Alegre, Movimento/IEL, 1980. 304 p.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. A lavoura canavieira em São Paulo. São Paulo, DIFEL, 1968. p. 55-84.

PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1979. 188 p.

_____. A revolução brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1978. 267 p.

_____. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 1982. 390 p.

_____. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1981. 364 p.

PRIMEIRO SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS. Belo Horizonte, UMG, 1957. 157 p.

RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira. Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962. 108 p.

REICHEL, Heloísa Jochims. A indústria têxtil no Rio Grande do Sul 1910/1930. Porto Alegre, IEL/Mercado Aberto, 1978. 102 p.

ROCHE, Jean. A colonização alemã no Espírito Santo. São Paulo, DIFEL/EDUSP, 1968. 367 p.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. As ferrovias de São Paulo 1870 - 1940. São Paulo, HUCITEC/MEC, 1982. 199 p.

SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo, Biblioteca Básica de Ciências Sociais, 1980. 358 p.

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, 120 p.

_____. Valor e renda da terra. São Paulo, Polis, 1981, 159 p.

SIMONSEN, Roberto C. Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo , Editora Nacional/USP, 1973. 479 p.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1977. 377 p.

SOARES, Sebastião Ferreira. Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977. 368 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da burguesia brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. 406 p.

STEIN, Stanley J. Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba São Paulo, Brasiliense, sd.

_____. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850/1950. Rio de Janeiro, Campos, 1979. 272 p.

SUZIGAN, Wilson. Uma nota sobre "Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil" de Albert Fishlow. Estudos Econômicos. São Paulo, 3 (1): 121-28, abr. 1973.

SZMRECSÁNYI, Tomás. O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975), São Paulo, HUCITEC, 1979. 540 p.

TANNURI,Luiz Antônio. O encilhamento. São Paulo, HUCITEC, 1981, 140 p.

TAUNAY, Affonso de C. Pequena história do café no Brasil. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945. 558 p.

TRAPEZNIKOV, S. El leninismo y el problema agrario campesino. Moscou, Progreso, 1979. 2v.

TROTSKY, Leon. A história da revolução russa. Rio de Janeiro, Vega, 1967. 3v.

VALLA, Victor V. A penetração norte-americana na economia brasileira 1898-1928. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico/INL, 1978, 196 p.

VILLELA, Anníbal Villanova. O desenvolvimento industrial da Rússia 1860-1913. Revista brasileira de economia. Rio de Janeiro, 24(1): 31-58, jan/mar 1970.

VILLELA, Annibal Villanova e SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. 454 p.

VIOTTI DA COSTA, Emília. Da senzala à colônia. São Paulo, Livraria Ciências Humanas, 1982. 491 p.

WILLIAMS, Eric. Capitalismo e escravidão. Rio de Janeiro, America na, 1975. 295 p.

WIRTH, John D. O fiel da balança. Minas Gerais na federação brasi leira 1889-1937. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 384 p.